

Armando Malheiro da Silva

Sidónio e Sidonismo

Vol. 1 • História de uma vida



(Página deixada propositadamente em branco)

ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA

SIDÓNIO E SIDONISMO



VOLUME I

HISTÓRIA DE UMA VIDA

(1872-1917)



Coimbra • Imprensa da Universidade

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra

Conceção Gráfica
António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO
António Resende
[Imprensa da Universidade de Coimbra]

EXECUÇÃO GRÁFICA
SerSilito • Maia

Ilustração da Capa
Sidónio com um grupo de discípulos seus enquanto estudante de Matemática em Coimbra.
Reprod. de *Memórias sobre Sidónio Pais* de A. Rocha Martins.

ISBN
972-8704-53-4 (IUC)
972-36-0826-X (MPR)

ISBN DIGITAL
978-989-26-0471-8

DOI
<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0471-8>

DEPÓSITO LEGAL
240393/06

© MARÇO 2006, IMPRENSADA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Obra publicada com o apoio de:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| Prefácio..... | 9 |
| Introdução..... | 13 |
| | |
| PRIMEIRA PARTE – UMA VIDA CINZENTA..... | 23 |
| | |
| Capítulo 1 – «Num recanto gentil do pitoresco Minho»..... | 25 |
| <i>Naquele tempo</i> | 25 |
| <i>Errâncias</i> | 26 |
| <i>«No lar de sua mãe!»</i> | 32 |
| | |
| Capítulo 2 – O «Doutor Tropa» e o <i>Ultimatum</i>..... | 35 |
| <i>«Formigão» entra na Universidade</i> | 35 |
| <i>A Geração de 90</i> | 40 |
| <i>Aluno premiado</i> | 42 |
| <i>A Indignação nacional</i> | 46 |
| | |
| Capítulo 3 – O Tirocínio do Artilheiro..... | 49 |
| <i>O Ingresso na Escola do Exército</i> | 49 |
| <i>De Lisboa a Amarante</i> | 54 |
| | |
| Capítulo 4 – O Retorno a Coimbra e à Faculdade de Matemática..... | 59 |
| <i>Chefe de família e estudante</i> | 59 |
| <i>Os Actos grandes</i> | 61 |
| <i>Um Atribulado concurso a lente</i> | 65 |
| | |
| Capítulo 5 – Na «Alma Mater» e na Escola Brotero..... | 73 |
| <i>O Perfil psicológico do novo lente</i> | 73 |
| <i>Os Deveres de principiante</i> | 80 |
| <i>Itinerários íntimos</i> | 84 |
| <i>A Rotina da lentência</i> | 88 |
| <i>A Escola Brotero e o ensino industrial</i> | 93 |
| <i>A docência em pleno</i> | 98 |

| | |
|---|------------|
| Paixão ardente..... | 107 |
| O Casamento | 108 |
| Entre a paixão e o acréscimo de responsabilidades | 109 |
| Capítulo 6 – Da Greve Académica ao 5 de Outubro | 117 |
| <i>Prenúncios de tempestade.....</i> | <i>117</i> |
| <i>A Viragem para o abismo</i> | <i>126</i> |
| <i>Outras facetas de uma vida agitada.....</i> | <i>129</i> |
| <i>Regicídio e acalmação.....</i> | <i>133</i> |
| <i>A Oração de sapiência e as rédeas da Brotero</i> | <i>136</i> |
| <i>Um Lente quasi republicano.....</i> | <i>153</i> |
| <i>Missões de estudo e fenómenos naturais.....</i> | <i>156</i> |
| <i>Xeque-mate à Monarquia.....</i> | <i>177</i> |
| | |
| SEGUNDA PARTE – AO SERVIÇO DA REPÚBLICA | 183 |
| | |
| Capítulo 1 – O «Raia d'uma aurora ideal» | 185 |
| <i>A «Redenção» numa Europa hostil.....</i> | <i>185</i> |
| <i>Na Ribalta política e académica.....</i> | <i>188</i> |
| <i>No rescaldo da revolução</i> | <i>207</i> |
| <i>Greves e comboios</i> | <i>209</i> |
| <i>Alvorço em Coimbra.....</i> | <i>217</i> |
| <i>O «Irmão» Carlyle</i> | <i>221</i> |
| | |
| Capítulo 2 – Nas Constituintes por Aveiro | 225 |
| <i>A Fragmentação do P.R.P.....</i> | <i>225</i> |
| <i>Escolha para deputado.....</i> | <i>227</i> |
| <i>Eleição para as Constituintes.....</i> | <i>235</i> |
| <i>Em Lisboa, na «forja constituinte».....</i> | <i>239</i> |
| <i>Nova legislatura.....</i> | <i>263</i> |
| | |
| Capítulo 3 – A Sombra de Brito Camacho no Fomento..... | 269 |
| <i>Perigos internos e externos</i> | <i>269</i> |
| <i>Governança «relâmpago»... ..</i> | <i>275</i> |
| <i>A Demissão de João Chagas.....</i> | <i>281</i> |
| | |
| Capítulo 4 – «Segue Sidónio Paes que na finança...»..... | 285 |
| <i>A Impossibilidade de governar bem.....</i> | <i>285</i> |
| <i>Uma «Pasta» pesada.....</i> | <i>289</i> |
| <i>De Lisboa para Berlim</i> | <i>303</i> |
| | |
| Capítulo 5 – Missão de charme em Berlim agreste... .. | 309 |
| <i>Rumo ao desconhecido</i> | <i>309</i> |
| <i>O Início da missão.....</i> | <i>318</i> |

| | |
|---|-----|
| <i>As Colónias portuguesas na mira anglo-germânica</i> | 328 |
| <i>Outros tópicos relativos a 1913</i> | 331 |
| <i>Ano novo, esperança incerta</i> | 337 |
| <i>O Acordo fracassado</i> | 339 |
| <i>Últimos meses de paz «pôdre»</i> | 341 |
| Capítulo 6 – Tempos difíceis | 347 |
| <i>Enfim, a guerra!</i> | 347 |
| <i>A Insustentável neutralidade</i> | 353 |
| <i>Agravamento da crise nacional e internacional</i> | 365 |
| <i>Missão (in)cumprida</i> | 377 |
| Capítulo 7 – «Dá vontade de morrer...» | 387 |
| <i>O Fundador da República em ruptura com o statu quo</i> | 390 |
| <i>«Em casa onde não há pão...»</i> | 394 |
| <i>O 13 de Dezembro</i> | 400 |
| <i>De Dezembro a Dezembro</i> | 402 |
| <i>«Ao anoitecer do dia 5 de dezembro...»</i> | 419 |
| <i>No «Morro do Sidónio» ou no morro da vitória</i> | 426 |

(Página deixada propositadamente em branco)

*A meu Pai,
por tudo e até sempre..*

*Ao Luis Andrade,
saudade e gratidão eterna,
pela amizade generosa e
diligente na recriação
deste livro para o leitor..*

(Página deixada propositadamente em branco)

Prefácio

Bastará fixar dois títulos de obras relativamente recentes sobre Sidónio Pais — *Sidónio... «Ele tornará feito qualquer outro»* (1990), de José Brandão, e de João Medina, *Morte e transfiguração de Sidónio Pais* (1994) — para se perceber como Sidónio Pais não é apenas um caso de vida e de realidades múltiplas ocorridas durante ela, mas é também ou é, principalmente, um caso de construção de um mito e do seu efeito ao longo do tempo. A leitura dos últimos livros sobre a ditadura de Sidónio Pais — *Os Monárquicos e a República Nova* (2003), de Miguel Santos, ou de Maria Alice Samara, *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais* (2002) — mostra como os monárquicos se aproveitaram de um regime em todo o caso de características republicanas, num tempo em que a questão do regime era ainda fundamental, ou como a situação de guerra dividiu as sensibilidades e as práticas políticas.

A questão do significado histórico de Sidónio Pais é, pois, e será sempre, sem dúvida, um dos grandes problemas da investigação e da interpretação historiográficas. É difícil, com efeito, mesmo depois de a história da Primeira República começar a deixar de ser encarada pela concepção salazarista ou através de uma lógica «democrática» afonsista, perceber o jogo de espelhos e de (aparentes e reais) contradições que envolve a sua vida e a sua acção política, sempre maculada com a acusação de «ditadura», quando não de ditadura germanófila e até pré-fascista ou, pelo menos, pré-salazarista.

O lente republicano da Universidade de Coimbra que, no ano de 1908, lançava uma acusação violenta contra a instituição, defendendo a laicidade do ensino e o laicismo, não é o mesmo que em 1918 se senta nos «doutorais», abrindo as portas ao regresso da tradição académica que, numa certa conjuntura (e só nela), pode ser entendida como uma das formas da Tradição? É o mesmo que permite a penetração do pensamento católico e da acção monárquica? Será esta uma questão relativa à «pessoa» de Sidónio ou uma questão resultante das «circunstâncias» em que pôde irromper um «movimento» que afinal o ultrapassa e que a história chamará «sidonismo»? Sidónio Pais terá sido, na verdade, um germanófilo, defensor de um sistema de poder autoritário, ou a sua presença ministerial em Berlim vale sobretudo como um elemento de vida, sendo sim significativa a sua afirmação presidencialista, como forma de encarar a República e como tentativa de a salvar da instabilidade permanente, regressando assim à lógica presidencialista americana e, sobretudo, brasileira, que marcou as primeiras propostas constitucionais portuguesas?

Seja como for, para além de Sidónio está, sem dúvida, a representação do seu mito e a influência que ele exerceu numa direita republicana ou monárquica — a síntese

peessoa do «Presidente Rei» é de um significado fundamental — para lá da sua morte trágica, em 14 de Dezembro de 1918. E não há nada como uma morte trágica para criar um mito ou mitos vários. . . Partidos e associações cívicas de «direita» apelarão sempre para a imagem de Sidónio, caracterizando-se mesmo a elas próprias de «sidonistas», e para a imagem da «Ditadura», que passaria a ser designada não tanto como um regime de excepção, várias vezes assumido na Monarquia Constitucional ou na República, mas já como um «regime» em si mesmo, que daria origem a uma prática institucional de «terceira via». Por isso os salazaristas apelavam também para a ideia de um «novo Estado», de uma «República Nova» (como existira a ideia de uma «Monarquia Nova»), que sentiram, de forma indelével, na experiência ditatorial de Sidónio Pais. Entende-se, assim, toda a lógica de Salazar ao afirmar, em 28 de Maio de 1934: «As ditaduras não me parecem ser hoje parênteses dum regime, mas elas próprias um regime, senão perfeitamente constituído, um regime em formação. Terão perdido o seu tempo os que voltarem atrás, assim como talvez também o percam os que nelas supuserem encontrar a suma sabedoria política».

Sidónio Pais esteve sempre na galeria da história do salazarismo, assim como o esteve João Franco, outro «ditador», este da Monarquia Constitucional, ao passo que o vamos encontrar sempre na galeria negra da «história republicana». E isso será suficiente para que fique colado a ele uma imagem de marca que nem uma espécie de limbo maçónico — Sidónio pertencia à Maçonaria e nunca a terá (que se saiba) repudiado — conseguiu apagar.

A história é mais lida pela memória do que propriamente pelas obras de história científica. Disso não resta dúvida. No entanto, as obras de história são fundamentais para o historiador e para aqueles que vêem a história sem a limitação redutora das ideologias e das «ideias feitas», estando sempre prontos e abertos para novas interpretações e para este jogo da Ciência de trazer ao homem o eterno drama da dúvida e da interrogação.

As biografias podem e devem concorrer para esta forma complexa de ver a história, afastando-a de modos simples e até simplistas de a encarar. Isto no caso de o biógrafo entender o género em que trabalha como uma forma de história, como um saber poliédrico, não procurando «seguir» a «vida exemplar» (em ambos os sentidos) que muitas vezes nos é apresentada, até pelas justificações do próprio biografado.

Esta biografia de Sidónio Pais, que surgiu pela pena fecunda de Armando Malheiro da Silva já em 1997, como dissertação de doutoramento, só agora aparece ao público pela imprensa. Entretanto, já publicou, ele próprio, vários estudos que foram em parte saindo dessa volumosa tese apresentada à Universidade do Minho há cerca de oito anos, assim como surgiu a sua primeira fotobiografia, da autoria de Maria Alice Samara (2002). E sai porventura no local próprio, dado que Sidónio aqui viveu em Coimbra, onde foi professor da Faculdade de Matemática, director da Escola Técnica Avelar Brotero e administrador do concelho. Mas, é verdade também que não foi por esta via que se tornou particularmente conhecido na história de Portugal. Como quase sempre, foi pela sua presença em Lisboa, primeiro como ministro de Fomento do governo de João Chagas, mas especialmente como ditador, com uma imagem que lembrará o almirante Horthy da Hungria do pós-Primeira Guerra e todos os militares que procuraram a

«ordem» nestas décadas conturbadas, onde se ergueram, pela sentido da Autoridade, homens como Primo de Rivera ou Filomeno da Câmara ou Gomes da Costa.

Quem foi afinal Sidónio Pais? Dêmos a palavra a Malheiro da Silva e a todos os que, depois desta publicação, o quiserem criticar ou interrogar. E a sua tese é que Sidónio representou a via presidencialista da República, aproveitada — é verdade — por amplos sectores, durante a sua ditadura e depois dela, e representou, no fundo, a via autoritarista que a ideia de República também continha, como as ideias e as práticas da Revolução Francesa possuíam essa mesma tendência, conforme o procuraram provar alguns historiadores, como é o caso paradigmático de François Furet. O certo é que, independentemente das suas teses e das interrogações que suscita, estou convencido que não mais será possível falar de Sidónio Pais sem ler as muitas páginas escritas por este investigador de história contemporânea que — para o bem e para o mal — seguiu a carreira da «ciência da informação», como considera deverem chamar-se, formando uma ciência nova, os diversos saberes que se chamavam no meu tempo «ciências documentais», em que Malheiro da Silva se formou e em que se tornou um especialista, nomeadamente em Arquivologia. E este saber está afinal presente nesta obra e nos muitos escritos que tem publicado. O que é importante é que não se perca um historiador que, entre outros estudos, analisou — e eu tive a honra de acompanhá-lo nessa aventura — o mito do miguelismo e agora Sidónio e o mito sidonista que dele surgiu.

Coimbra e Figueira de Lorvão (Penacova), 17 de Julho de 2005

Luís Reis Torgal

(Página deixada propositadamente em branco)

Introdução

I

Este estudo resulta de um projecto de doutoramento cuja extensa versão final foi discutida em 1999⁽¹⁾, encontrando-se aí muita informação omitida no texto definitivo que agora se apresenta a público.

Antes e depois de concluído o projecto, procedemos à edição de estudos parcelares⁽²⁾ que completam e fecham a trajectória pessoal da pesquisa iniciada numa amena tarde outonal de 1989 quando o orientador, Professor Luís Reis Torgal, conversando junto da janela do seu gabinete na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, diante de uma excelente panorâmica pontuada pela Sé Nova, pelo casario e ruelas que descem para o Mondego e pelo verde e deleitoso vale que de Santa Clara abraça o infinito,

⁽¹⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito. Dissertação de doutoramento em História Contemporânea apresentada à Universidade do Minho*, 2 vols. Braga: Universidade do Minho, 1997. Foram enviados exemplares deste trabalho, já acessíveis à consulta, para a Biblioteca Nacional, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Pública de Braga. Está também incluído na colecção de dissertações digitalizadas do Arquivo Mário Soares (www.fmssoares.pt).

⁽²⁾ Ver TRIGUEIROS, António Júlio Limpo e SILVA, Armando B. Malheiro da — Os Paes de Barcelos: subsídios genealógicos para a biografia do presidente da república Sidónio Paes. *Barcelos-Revista*, Barcelos, 2.^a série, 5 (1994) p. 107-182; SILVA, Armando B. Malheiro da — A Alemanha no princípio do século XX à luz da correspondência consular portuguesa. In *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa = Portugal e a Alemanha a caminho da Europa*. Org. Marília dos Santos Lopes, Ulrich Kenefelkamp, Peter Hanenberg. Pfaffenweiler: Centaurus, 1995 p. 47-67; Idem — Os Católicos e a «República Nova» (1917-1918): da «questão religiosa» à mitologia nacional. *Lusitana Sacra*, Lisboa, 2.^a série, 8/9 (1996/1997) p. 385-499; Idem — Sidónio Pais (re)visitado. *Público*, Lisboa, 15 de Dezembro de 1998, p. 21; Idem e TRIGUEIROS, António Júlio Limpo — *Sidónio Pais : de Caminha ao Panteão Nacional : retalhos ideológico-políticos, histórico-biográficos e genealógicos da memória*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 1998; Idem — Síntese do projecto Sidónio e sidonismo. História e mito. *Itinerarium*, Braga, 44 (1999) p. 501-524; Idem e DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro — *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922 : elementos para o estudo das raízes familiares de Amadeo de Souza Cardoso*. Amarante: Câmara Municipal, 2000; Idem — A Escrita (vária) da história da I república portuguesa. *Ler História*, Lisboa, 38 (2000) p. 197-254; Idem — Sidónio e sidonismo entre a história e a literatura. *Revista de História das ideias*, Coimbra, 21 (2000) p. 307-388; e Idem — Egas Moniz e a política : notas avulsas para uma biografia indiscreta. In *Egas Moniz em livro exame*. Org. Ana Leonor Pereira e João Rui Pita. Coimbra: 2000, p. 237-311; e Idem — Sidonismo e imaginário político. In ARAÚJO, Alberto Filipe; BAPTISTA, Fernando Paulo (coord.) — *Variações sobre o imaginário: domínios, teorizações, práticas hermeneuticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003, p. 561-600.

lançou o desafio, sentido há muito como uma persistente dúvida. Desafio e dúvida formulados em termos bem simples: ver se a história conhecida e repetida de Sidónio Pais era ou não uma «história bem contada» e abrir, em consequência dessa indagação radical, novos ângulos de abordagem sobre o tema para investigações posteriores.

Árduo e difícil encargo, assumido com entusiasmo e realismo.

Ao longo de quase uma década foi possível seguir o trilho de uma existência pouco e mal captada e enriquecê-lo com inúmeras incursões laterais e transversais cruzando a conjuntura histórica de referência — 1890-1926. E não faltaram as reflexões indispensáveis à definição teórico-metodológica de um projecto híbrido e complexo em seus contornos e objectivos: em parte biografia histórica, não literária,⁽³⁾ de uma personagem meteórica e controversa, imolada na fogueira dos ódios e das paixões que abrasaram esses conturbados tempos da 1.ª República; mas também reconstituição historiográfica rigorosa de um passado vivido multifactorialmente, convocando, por isso, a par da minuciosa descrição dos acontecimentos, o oportuno e delicado exercício hermenêutico. Um exercício crítico divergente do «rumo» geral das leituras anteriores e até recentes que insistem na ideia fixa, embora matizando-a,⁽⁴⁾ de que o sidonismo foi uma experiência pioneira e precursora dos regimes autoritários da Europa de entre as guerras.⁽⁵⁾

2

Se prestarmos atenção aos enfoques da componente política do processo histórico do republicanismo em Portugal ressalta logo o simplismo redutor das visões ideológicas antagónicas a que se seguiu o predomínio da perspectiva sócio-económica.

A dimensão política e os mecanismos de acção e de reprodução do Poder foram diluídos nessa nova perspectiva, cujas limitações adquirem, por sua vez, particular nitidez no caso da experiência sidonista. Tentar entendê-la quase só através das características e vicissitudes do desenvolvimento capitalista pela estruturação, num sentido vincadamente conservador, das classes possidentes, pelas tensões entre diferentes sectores da grande burguesia e pela interacção estratégica da burguesia colonial, do sector agrário e do

(3) A escritora inglesa Joan Slanders distingue ficção de biografia, recomendando no seu «guia prático» a consulta de biografias, consideradas «úteis na descrição das aparências e personalidades em pormenor, já que o autor terá uma opinião objectiva sobre o seu sujeito» (Cf. Idem — *Eu pesquisei para escrever. Guia prático para ajudar o escritor a organizar as suas pesquisas*. Lisboa: Editora Pergaminho, 1998, p. 78).

(4) Parece-nos, sem dúvida, muito mais equilibrada e aceitável a nova interpretação feita por TELO, António José — Sidónio Pais na história, in RAMALHO, Miguel Nunes — *Sidónio Pais diplomata e conspirador (1912-17)*. Lisboa: 1998, p. XI-XVI; e Idem — *Oitenta anos depois: compreender Sidónio. História*, Lisboa, nova série, 8 (Nov. 1998) p. 36-45. E pouco inovador em termos interpretativos da experiência sidonista é o texto da recente fotobiografia sobre Sidónio Pais: SAMARA, Maria Alice — Sidónio Pais. In VIEIRA, Joaquim (dir.) — *Fotobiografias século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

(5) A comparação de Sidónio Pais e da *República Nova* com o Estado Novo de Salazar continua a merecer especial atenção dos historiadores como se constata na dissertação de doutoramento defendida em Dublin e publicada há pouco tempo: MENESES, Filipe Ribeiro de — *União Sagrada e sidonismo: Portugal em guerra (1916-1918)*. Lisboa: 2000, p. 251 e ss.

campesinato, revelou-se assaz insuficiente e insatisfatório. Seguir por esta via, tendo em vista a descoberta de sintomas agudos da agonia e morte do Estado liberal burguês e dos gérmens do futuro Estado Novo, constituiu, para determinada historiografia, um exercício geométrico e aliciante. No entanto, fácil é reconhecer que não se deve escamotear por muito mais tempo o óbvio: se, como a generalidade dos autores têm sublinhado, o sidonismo findou com a morte de Sidónio Pais — o que desde logo significa a presença de uma superlativa função pessoal no figurino presidencialista da *República Nova* — ao princípio era o homem, as suas origens, a sua circunstância e a sua evolução dentro do respectivo quadro geracional, histórico, sócio-cultural e mental, quadro esse essencial, aliás, para apreendermos, em larga medida, o sentido da 1.ª República.

Impõe-se, assim, o primado histórico-biográfico dentro de uma orientação metodológica que, sem negar a efectiva influência do sidonismo na conjuntura posterior e, sobretudo, das representações que dele ficaram em certos estratos sócio-económicos e em certas instâncias militares, culturais e ideológico-políticas, obrigue primeiramente a olhar para trás e não para a frente... Enfim, obrigue a procurar em Portugal, na Europa e no Novo Mundo finissecular de oitocentos as bases matriciais da ditadura dezembrista e da fase sidonista propriamente dita. Esta pode ter servido de inspiração a certas forças e a potenciais ideólogos com carreira promissora no período entre guerras, mas este facto não autoriza que estabeleçamos analogias directas e definitivas entre a *República Nova* e o Estado Novo, esquecendo o processo de implantação e de evolução da ideia republicana.

É dentro da 1.ª República e da sua génese que Sidónio Pais e o Sidonismo encontram plena inteligibilidade, pelo que os seus traços, mesmo os mais conformes com os requisitos politológicos do fascismo — anti-parlamentarismo, populismo plutocrático, corporativismo, forte repressão policial, uso e abuso da censura à imprensa, etc. — remetem cabalmente para as aspirações, as tensões, as contradições, as ambiguidades e as ambivalências do movimento republicano português, muito estimulado, como é sabido, pela fracassada tentativa reformista e, segundo Fernando Rosas e José Miguel Sardica, precocemente autoritária do franquismo.

Parece-nos, em face disto, discutível que as ditaduras do general Pimenta de Castro, em 1915, e de Sidónio Pais, em 1917, tenham representado ataques objectivos à filosofia política subjacente à 1.ª República (entendido o 5 de Outubro como a transição de um liberalismo clássico para um sistema político demo-liberal) e prefigurações da ditadura militar de 1926, a partir da qual se gerou «o cinzento e cabisbaixo interregno do Estado Novo».⁽⁶⁾

Admitimos, pois, uma hipótese alternativa, esquematizada sobretudo nos seus contornos político-institucionais e ideológico-políticos e destinada a abrir ainda mais o debate. Nunca a fechá-lo!...

O populismo, a figura de um chefe carismático e o antiparlamentarismo são, sem dúvida, traços da *República Nova* que tiveram continuidade a nível europeu nas duas décadas seguintes e que foram apropriados como herança específica do Estado Novo.

⁽⁶⁾ Cf. HOMEM, Amadeu Carvalho — Identidade nacional e contemporaneidade. *Revista de História das Ideias*. Coimbra, 17, 1995, p. 595.

Mas o que tem sido aceite como uma evidência, reduz-se, talvez, a pouco mais que um «erro óptico»: esses traços «proto-fascistas» do sidonismo não podem ser descontextualizados, desinseridos do quadro ideológico e político da 1.^a República e da segunda metade do séc. XIX, isto é, a sua inteligibilidade histórica e historiográfica está para trás, e não para a frente.

A nossa hipótese⁽⁷⁾ parte, pois, desta mudança de perspectiva: acentuar que Sidónio Pais foi, dentro dos seus particularismos psicobiográficos, um republicano e um democrata e que o dezembrismo/sidonismo não representou qualquer tipo de ruptura ou de alteração substancial relativamente à matriz ideológico-política e político-institucional em que surgiu, achando-se incluídas no património doutrinário do Partido Republicano Português (P.R.P.), desde o último quartel de oitocentos, a corrente presidencialista, a denúncia dos defeitos do parlamentarismo e a ênfase positivista na aliança da Ordem com o Progresso. Feita esta rectificação de enfoque pode-se, talvez, reorientar a análise histórica e politológica sobre a queda da «Nova República Velha», o sentido inicial da Ditadura Militar e o eventual contributo dos sidonistas e da sua «herança política» na construção do Estado Novo.

A reorientação historiográfica que ensaiamos inscreve-se assumidamente dentro das «fronteiras» de uma História Política reabilitada e renovada, tal como a enunciou e a tem praticado René Rémond e os seus discípulos,⁽⁸⁾ ou ainda como a explicou e enfatizou na componente metodológica Pierre Rosanvallon.⁽⁹⁾

Assim reconfigurada, a História Política é a instância epistemológica certa para o reexame crítico e revigorado do caso Sidónio Pais e da *República Nova*, porque permite inserir a vertente biográfica na análise e descrição do processo político republicano, abarcando uma grande diversidade de aspectos e de temas correlativos.

Um deles é, aliás, a questão partidária, e importa, desde já, sublinhar que durante o rotativismo monárquico prevaleceram os chamados «partidos de notáveis ou caciques» (patrocinato político), construídos a partir de «cima» e reduzidos, no essencial, a «*coligações mais ou menos coesas de redes dispersas de notáveis locais, agregadas segundo uma lógica de cooperação vertical e orientadas para o controlo e a distribuição particularista dos recursos do centro político*»,⁽¹⁰⁾ e que, com o advento do P.R.P., emergiu um modelo partidário de maior grau de institucionalização e diferenciação, dinamizado por redes ou *networks*⁽¹¹⁾ sócio-políticas mais coesas, mais «burocratizadas» e mais sensíveis à penetração do centro na periferia, embora indelevelmente marcadas pelas práticas de patrocinato e de compadrio patentes na sociologia e na geografia das eleições legislativas

⁽⁷⁾ Fixada em esquema ou diagrama — SILVA, Armando B. Malheiro da — Sidónio e sidonismo entre a história e a literatura, art. cit., p. 378.

⁽⁸⁾ Cf. RÉMOND, René — Une histoire présente, in Idem (dir.) — *Pour une histoire politique*. Paris: Éditions du Seuil, 1988, p. 31-32.

⁽⁹⁾ Ver ROSANVALLON, Pierre — Para uma história conceitual do político (Nota de estudo). *História*, São Paulo, 15, 1996, p. 27-39.

⁽¹⁰⁾ Cf. ALMEIDA, Pedro Tavares de — *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: 1991, p. 122. Sobre a caracterização das relações estabelecidas entre os caciques ou notáveis e os seus dependentes, relações essas que definiam um tipo particular de interacção social, historicamente configurado no modelo de relações patrono/cliente ver *Ibidem*, p. 132.

anteriores ao 5 de Outubro.⁽¹²⁾

Nesta paleta de pressupostos não foi privilegiada propriamente a biografia, ponderados os subtis e exigentes requisitos de um género durante muito tempo minorizado pela leitura distorcida dos princípios da *Nova História* e pelo ocaso temporário da História Política, mas tão só uma análise histórica de incidência psicobiográfica. E não se trata de uma mera *nuance* retórica: com o concurso disciplinar da genealogia, da psicologia, da psicobiografia ou da psicanálise histórica,⁽¹³⁾ além, claro está, do elementar contributo historiográfico em todas as facetas implicadas pela trajectória da vida de Sidónio Pais, assentamos numa descrição minuciosa, delineada pelo cruzamento dos abundantes dados documentais disponíveis através de uma morosa e exigente pesquisa.

Em linguagem forense dir-se-ia que nos interessou, sobretudo, exhibir as «provas» de uma vida e do seu contexto, mesmo correndo o risco de uma narrativa de anacrónico «sabor» positivista. Basta, porém, compulsar o que existe escrito sobre Sidónio Pais para se compreender a urgência de um trabalho de cabouqueiro, fastidioso, extenso, mas indispensável para que fiquem a descoberto as bases ocultas ou ignoradas sobre as quais tem de fluir a biografia propriamente dita que Sidónio sem dúvida justifica, como a justificam, aliás, os restantes protagonistas políticos do Portugal contemporâneo, quase todos, sem exagero, à espera ainda de abordagens libertas das pechas tradicionais — a hagiografia ou a detracção, mais ou menos disfarçadas!...

Tivemos o ensejo de enfatizar, em estudo específico,⁽¹⁴⁾ o interesse historiográfico suscitado pelo carisma de Sidónio e pela respectiva «lenda» — «Mussolini português», Napoleão Bonaparte, D. Pedro V, D. Sebastião... —, para muitos sinónimo de mito, aspecto dos mais salientes não apenas do Sidonismo, mas de toda a política portuguesa ao longo deste século. E sobre este aspecto nos detivemos, remetendo, também para

(11) BOOT, em 1971, definiu *network* como qualquer tipo de entidade social ou grupal de referência ou de aplicação conceptual à realidade concreta.

(12) No que concerne à aplicação teórica da noção de redes (*networks*) e «constelações» (*clusters*) ao processo político, ver as contribuições seminais do antropólogo britânico BARNES, J.A. — *Class and committees in a norwegian island parish*. *Human Relations*, 7 (1) Feb. 1954, p. 39-58; Idem — *Networks and political process*, in SWARTZ, M. J. (ed.) — *Local level politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine, 1968; e Idem — *Social networks*. Massachusetts: Addison-Wesley Module, 1972. Outras contribuições posteriores visaram dar consistência a esta utensilagem conceptual e metodológica: MARKOVSKY, Barry, WILLER, David e PATTON, Travis — *Power relations in exchange networks*. *American Sociological Review*, 53, Apr. 1988, p. 220-236; SCOTT, John — *Trend report social network analysis*. *Sociology*, 22 (1) Feb. 1988, p. 109-127; e KNOKE, David — *Networks of political action: toward theory construction*. *Social Forces*. Chapel Hill, 68 (1) Jun. 1990, p. 1041-1063. À luz destes estudos mais recentes infere-se facilmente a articulação dessas noções com a teoria sistémica da política, bem sintetizada por Miguel ARTOLA na sua volumosa e fundamental obra *Partidos y programas políticos, 1808-1936*, 2 vols. (Madrid: Alianza Editorial, 1991). E sobre o funcionamento das redes clientelares no liberalismo oitocentista português ver com proveito ALMEIDA, Pedro Tavares de — *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, ob. cit., p. 119-189.

(13) Sobre a natureza teórico-metodológica da psicobiografia, da psichistória ou da também designada psicanálise histórica ver: FRIEDLANDER, Saul — *Histoire et psychanalyse. Essai sur les possibilités et les limites de la psychohistoire*. Paris: Editions du Seuil, 1975; BINION, Rudolph — *Introduction à la psychohistoire*. Paris: PUF, 1982; MAUSE, Lloyd de — *Les Fondations de la psychohistoire*. Paris: PUF, 1982; SZALUTA, Jacques — *La Psychohistoire*. Paris: PUF, 1987; RUNYAN, William Mckinley (edit.) — *Psychology and historical interpretation*. New York/Oxford/ Oxford University Press, 1988; e YOUNG-BRUEHL, Elisabeth — *Psychoanalysis and biography*, in Idem — *Mind and the body politic*. New York: Routledge, 1989, p. 138-154.

estudo próprio, os pressupostos e os resultados que foi possível alcançar.⁽¹⁵⁾

Podemos, no entanto, adiantar que o caso de Sidónio Pais só indirectamente convoca a dimensão mítica. Antes de mais trata-se de uma personalidade com características de liderança e de afirmação apaixonada de ideias, valores e sentimentos. Uma personalidade que se ajusta em pleno à noção weberiana de carisma e melhor ainda ao «fenómeno carismático» reexaminado, entre outros, pelo antropólogo americano Charles Lindholm.⁽¹⁶⁾ Um fenómeno que exige, porém, circunstâncias históricas e colectivas próprias. E só neste âmbito mais complexo é que o mito irrompe através da interacção da República prometeica e milenarista com o Portugal católico, profundo e messiânico, plasmado no milagre de Ourique.

A tensão mítica atingirá o paroxismo com o milagre de Fátima. Villaverde Cabral ou ainda Vasco Pulido Valente referem-se-lhe como uma «operação» montada pelos sectores anti-afonsistas, conservadores, católicos, etc., e ao fazê-lo encerram o mítico-simbólico no domínio estrito das racionalidades, numa perspectiva inversa à de autores que seguimos em estudo específico publicado.⁽¹⁷⁾ Esse aparatoso milagre ocorreu precisamente ao longo de 1917, o ano da «revolução» de Dezembro, e inscreve-se com profundidade no processo político subsequente.

Foi, pois, no meio dessa tensão mítico-simbólica, intuída poeticamente por Fernando Pessoa, enquanto vate esotérico e discípulo do P.^e António Vieira, que Sidónio Pais apareceu e desapareceu, protagonizando uma trajectória equívoca e muito interessante como jacobino, positivista, cientista e republicano, moldado intelectual e profissionalmente pela Escola do Exército e pela Universidade de Coimbra, nas duas últimas décadas do séc. XIX.

Sidónio aderiu emocionalmente ao milenarismo e à (ante)visão prometeica republicana; mas ao opor-se pessoalmente, como chefe supremo num regime presidencialista, ao pretens radicalismo dos democráticos de Afonso Costa, ao devolver espaço de manobra ao Portugal rural, conservador e católico, suscitou equívocos e provocou fracturas insuperáveis — será demonizado por muitos republicanos e heroicizado, sacralizado pelo messianismo católico. Ele que até à morte se conservou agnóstico!...

3

Um tão plurifacetado e ambicioso roteiro de pesquisa beneficiou de incontáveis apoios, cabendo aqui o dever indiscutível de nomear quantos — e são muitos!... — de uma maneira ou de outra, possibilitaram, aliviaram e ajudaram a suportar a caminha-

⁽¹⁴⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — Sidónio e sidonismo entre a história e a literatura, art. cit., 307-388.

⁽¹⁵⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — Sidonismo e imaginário político. In *ob. cit.*, p. 561-570.

⁽¹⁶⁾ Ver LINDHOLM, Charles — *Carisma. Análisis del fenómeno carismático y su relación con la conducta humana y los cambios sociales*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1992; e ainda C AVALLI, Luciano — *Il Capo carismatico. Per una sociologia weberiana della leadership*. Bologna: Il Mondo, 1981; SCHWEITZER, Arthur — *The Age of charisma*. Chicago: Nelson-Hall, 1984; GLASSMAN, Ronald M. e SWATOS JR, William H. — *Charisma, history and social structure*. New York: Greenwood Press, s.d.; e WILLNER, Ann Ruth — *The Spellbinders charismatic political leadership*. New Haven/London: Yale University Press, s.d.

⁽¹⁷⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — Sidonismo e imaginário político. In *ob. cit.*, p. 561-570.

da.

Na esfera académica sobressai de imediato o papel inigualável há muito assumido pelo Professor Doutor Luís Reis Torgal, como mestre e sobretudo excelente amigo. E é também grato destacar o estímulo recebido dos Professores Doutores Lúcio Craveiro da Silva, SJ, e José Viriato Capela, ambos da Universidade do Minho.

Na Biblioteca Pública e no Arquivo Distrital de Braga, Unidades Culturais da dita Universidade, sempre foi constante a amiga e decisiva cumplicidade de seus Directores (Drs. Henrique Barreto Nunes e Maria Assunção Jácome Vasconcelos) e do respectivo pessoal técnico.

A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), actual Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) concedeu, através de uma bolsa de doutoramento, a ajuda financeira destinada a suportar várias deslocações ao estrangeiro (Berlim, Postdam e Bona, Paris e Grenoble). Foram, aliás, imprescindíveis as conversas e sugestões de Jean--Pierre Sironneau, Professor jubilado da *Université Pierre Mendès-France de Grenoble*, sobre a problemática do mito e os meandros da mitanálise delineada por Gilbert Durand.

Fundamental em todo o processo de pesquisa foi a generosa e insubstituível cooperação dos familiares de algumas das muitas personagens focadas.

Começamos, naturalmente, por evocar, com sentida gratidão, a memória da Senhora D. Maria Teresa Cerqueira da Silva Paes e marido, Almirante António Caires Braga, do irmão, Comandante Armando Cerqueira da Silva Paes e do filho de Sidónio Pais, Dr. Afonso Bessa Paes, que ainda tivemos o feliz ensejo de entrevistar. E na mesma Família enaltece-se a extraordinária e total disponibilidade e amizade manifestadas, até hoje, pelo Eng.º Sidónio Freitas Branco Paes e esposa, D. Maria de Lurdes Sasseti Paes, bem como por seus primos, Dr. António Paes Cardoso e esposa, D. Ana Maria, Eng.º Alberto Paes Cardoso e Dr.ª Maria Sidónio Paes Cardoso Padez.

Em Caminha, foi essencial o apoio do malgrado Sr. António Guerreiro Cepa, estudioso local e director de *O Caminhense*, bem como do Sr. Torcato Augusto Correia, a quem se deve, entre vários elementos com interesse, o utilíssimo contacto com o Sr. Cláudio João Coelho da Rocha e suas primas D. Claudina Helena e D. Maria Augusta Coelho da Rocha, actuais descendentes e herdeiros do Doutor Lúcio Martins da Rocha e de D. Claudina Cardoso da Silva Coelho, prima direita de Sidónio Pais.

Em Ponte do Lima, o Sr. Jorge Calheiros Esculcas e filhos, D. Maria Emília Norton de Matos d'Albuquerque Calheiros e Dr. José Maria Norton de Matos d'Albuquerque Calheiros, têm dado provas de elevada visão e sensibilidade para a investigação histórica, apoiando o acesso e o estudo da importante Biblioteca e Arquivo do general José Mendes Ribeiro Norton de Matos.

Em Amarante foi decisiva a ajuda do Dr. Luís Van Zeller de Macedo, profundo conhecedor dos «fastos» da sua terra, indicado pela Senhora Dr.ª Maria Cristina Cannas, sobrinha--neta da mulher de Sidónio Pais, que possibilitou, com a sua simpatia e poderosa memória, uma primeira e segura abordagem à genealogia dos Nogueira Soares e dos Martins Bessa.

Em Guimarães, a Senhora D. Adelaide Menezes de Morais, neta do Major Alberto Cardoso Martins de Menezes Macedo (Margaride), vincou sua sincera estima pessoal ao dispor-se a desfiar algumas memórias e a ceder cópias de vários «papéis».

No Porto, o Sr. Eurico Cameira e, em especial, o Desembargador Dr. Nuno Cameira tornaram possível o acesso ao acervo arquivístico do avô, Capitão Eurico Cameira. E

na mesma cidade, o Sr. João Canijo permitiu, amavelmente, a consulta de um inédito e variado acervo epistolográfico de Brito Camacho, não podendo também ser esquecida a Senhora D. Otília de Brito Camacho Brando por facilitar, em Lisboa, a consulta de uma outra parte do Arquivo do famoso chefe da União Republicana.

Em Lisboa e no Alentejo (Fronteira) não faltaram também demonstrações de amabilidade e acessibilidade aos Arquivos de relevantes colaboradores do sidonismo. Registam-se as amenas conversas havidas com a saudosa Senhora D. Isabel Vasconcelos Gaivão e com seus sobrinhos, que facultaram o acesso ao rico Arquivo do Dr. Augusto Vasconcelos. Merece também a mais profunda gratidão o Professor Doutor Raúl Miguel Rosado Fernandes, não só por ter facilitado a consulta de algumas lembranças de seu avô, António Miguel Sousa Fernandes, como por ter proporcionado o contacto com a sua tia D. Isabel. O Dr. Teófilo Castro Duarte criou todas as condições para que fosse consultado o Arquivo de seu pai, Capitão Teófilo Duarte. O Sr. Comandante João Tamagnini Mendes de Carvalho disponibilizou a documentação que resta em sua posse do avô, o General João Tamagnini Barbosa. E a consulta do Arquivo do Almirante Machado Santos, localizado por amável indicação da colega Dr.^a Helena Goulart de Medeiros, dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, ficou acessível pela confiança amiga e tocante da Senhora D. Maria Júlia Machado Santos Brás Mimoso e marido, Dr. Rui Brás Mimoso.

A consulta dos Arquivos de Egas Moniz, de José Relvas e de Bernardino Machado na Casa-Museu Egas Moniz (Alverca, Estarreja), no Solar dos Patudos (Alpiarça) e no Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão só foi viável graças à boa vontade, respectivamente, da Dr.^a Rosa Maria Castro, do Dr. José António Nunes Mexia da Costa Falcão e do Dr. António Joaquim Pinto da Silva.

O Conselho Directivo da Escola Industrial Avelar Brotero autorizou a consulta, em Julho de 1993, do respectivo Arquivo, localizado num sotão amplo e tórrido. E no Sector Cultural das Relações Públicas da CP foi possível obter, ao cabo de várias diligências junto do Dr. Gilberto Gomes, informação arquivística preciosa.

Longa, demorada e globalmente muito positiva foi a «visitação» aos inevitáveis «santuários» da pesquisa histórica: Arquivo da Universidade de Coimbra, com destaque especial para o amigo e colega Dr. Júlio Ramos e Dr.^a Ana Maria Bandeira, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Municipal, Arquivo Municipal de Coimbra, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Arquivo Distrital, cuja Directora, Dr.^a Olinda Pereira foi sempre inexcedível em solicitude e amizade, e Arquivo Municipal de Viana do Castelo, com destaque para o amigo e colega Dr. António Maranhão Peixoto, Arquivo do Tribunal da Boa Hora, Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde foi valiosa a ajuda da Dr.^a Isabel Fevereiro, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Arquivo Histórico-Militar, Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo e Secção de Espólios da Biblioteca Nacional.

Um punhado de pessoas conhecidas, antes ou durante o processo de investigação, prestaram um contributo específico merecedor do mais vivo e perene agradecimento: D. Maria Leonor Sassetti, consultora de grafologia, Professor Doutor Fernando Catroga, Professor Doutor Amadeu Carvalho Homem, especialistas sobre o republicanismo e a I.^a República, Professor Doutor Carlos Amaral Dias, psicanalista, Professor Doutor Jaime Carvalho e Silva, especialista em História da Matemática, Dr.^a Esmeralda Ramos e Dr. Mário Matos, germanistas e tradutores de variada informação reproduzida na Alemanha,

P^e Doutor José Paulo Abreu, utilizador experiente do Arquivo do Vaticano, Dr. António Macieira Coelho, sobrinho neto de Egas Moniz, Dr. Miguel Nunes Ramalho, autor de uma dissertação de Mestrado sobre Sidónio Pais diplomata e Dr. Fernando Correia de Oliveira, jornalista do *Público*.

Vários colegas e amigos de longa data não hesitaram em dar a sua colaboração especializada em diversos aspectos do projecto de pesquisa, vincando os fortes laços afectivos que nos unem: Alberto Filipe Araújo, Luís Pimenta de Castro Damásio, António Júlio Limpo Trigueiros, SJ, e Afonso Maltez. Menos directa, mas muito marcante, foi também a influência advinda do regular e frutuoso convívio com os colegas e amigos Fernanda Ribeiro, Manuel Luís Real e Júlio Ramos, a pretexto de um projecto editorial, ainda em curso, sobre Arquivística.

Num apertado abraço são justamente envolvidos a Heloísa Helena Paulo, o José Luís Lima Garcia e a Arlete, o Carlos Cordeiro e a Antonieta pela camaradagem nascida nos encontros e reuniões informais à volta do nosso Mestre comum e respectiva família — a Maria João Torgal, o Luís e o João. Não podendo ser também omitidas as presenças sempre amigas e solidárias do José Pedro Borges de Castro e Mafalda, da Maria Francisca Gama Lobo, do Fernando Castro e da Isabel Fernandes, do Dr. Duarte Chaves, do Arq.^{to} Luís Magalhães Fernandes Pinto e esposa e do José Emanuel Queiroga Fernandes.

Palavras de profundo afecto familiar vão para minha Mãe, para o Pedro e Maria do Sameiro, para a Sãozinha, Maria da Luz e Manuel Brandão.

Por último, ficam lembradas, em jeito de dedicatória, a Umbelina, e duas décadas de uma sólida e fecunda vivência afectiva, a Mafalda e a forte cumplicidade com o trabalho em geral e com este projecto em particular, e a Catarina na sua adolescência *naïf* e *radical*.

Todos ficam, assim, indissolivelmente ligados a uma realização que é colectiva nas múltiplas sinergias acumuladas e individual na exclusiva responsabilidade do autor pela obra feita.

(Página deixada propositadamente em branco)

PRIMEIRA PARTE



Uma Vida Cinzenta

*Uma vida bem escrita é quase tão rara
como uma vida bem vivida.*

Thomas CARLYLE

(Página deixada propositadamente em branco)

Capítulo I

«Num recanto gentil do pitoresco Minho»⁽¹⁾

Naquele tempo...

Corria o ano de 1872 na vila de Caminha — a «Marinheira Bela» segundo a expressão poética de D. António da Costa —, pequena povoação raiana com as suas ruas estreitas, cingidas outrora às muralhas medievais, a sua Igreja Matriz seiscentista, a sua singular torre do Relógio, o seu Terreiro ou Praça principal, ladeada pelos Paços do Concelho, pela Igreja da Misericórdia ou ainda pela «manuelina» Casa dos Pitas (do séc. XVII), e ornada, ao centro, por um chafariz renascentista... Defronte do casario uma paisagem magnífica — o estuário do rio Minho e do seu afluente Coura, dominado pela altaneira presença do monte galego de Santa Tecla e defendido à entrada pelo forte da Ínsua, erguido durante a Guerra da Restauração sobre um pequeno tracto de terra, feito de rochedos e de areia, onde se fundara, em 1392, um reduzido ermitério franciscano, inóspito, isolado e sujeito aos assaltos de piratas. Em 1620, os frades abandonaram o local, construindo na vila uma casa maior e melhor ajustada aos seus votos mendicantes.

A vida local seguia o ritmo próprio dos pequenos centros urbanos e o normal reboliço do cais — ponto de partida e de chegada de pescadores e de pescado, de passageiros e de mercadorias vindas de ou enviadas para as mais diversas partes. Era, à semelhança da Estação Telegráfica inaugurada em 4 de Março de 1858, uma «porta aberta» ao progresso. E continuou a sê-lo até à construção da linha férrea do Minho, entre o Porto e Valença, decretada em 14 de Junho de 1872.

Símbolo e agente de um desenvolvimento conotado com a situação político-partidária, administrativa, social e económica criada após o movimento da «Regeneração» de 1851, o comboio ajudou a puxar Caminha e muitas outras terras portuguesas no sentido de uma modernidade talhada à medida da vaga imperialista e industrial da segunda metade de oitocentos. A eclosão em Lisboa da primeira grande agitação grevista (1872) foi, de algum modo, um eco tardio e débil dessa irreversível vaga.

A aposta superficial no progresso, feita através da destruição do antigo e da inconsistência do novo, chegou a Caminha, como ia chegando lentamente à província de um país que, não obstante a vigência do liberalismo burguês e capitalista desde 1834, tardava a

⁽¹⁾ Cf. MAIA, Abílio — *Na Morte de Sidónio Paes. (Com uma nota referente ao actual momento político de Portugal)*. Tui: Tipografia Regional, 1919, p. 13.

encontrar-se com o futuro e com uma ideia promissora de si mesmo. E daí a «revolta» inconformista dos moços que, desde a célebre «Questão Coimbrã», haviam ousado agitar a literatura e através dela a sociedade. Antero de Quental, Adolfo Coelho, Eça de Queirós, Augusto Soromenho, Jaime Batalha Reis, Salomão Saragga, Teófilo Braga, Oliveira Martins, agrupados posteriormente sob o epíteto de «Geração de 70», negavam ao fontismo (a obra de fomento do chefe do Partido Regenerador e poderoso Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, António Maria Fontes Pereira de Melo) qualquer contributo positivo para o engrandecimento da Pátria, antes lhe atribuíam pesadas culpas pelo estado de profunda decadência a que Portugal chegara. A proclamação enfática de tão gravoso decadentismo fê-la Antero, em 27 de Maio de 1871, com a palestra *Causas da decadência dos Povos Peninsulares*, a segunda das Conferências do Casino de Lisboa, suspensas, a 26 de Junho, pelo Governo do Marquês de Ávila e Bolama.⁽²⁾

Entretanto, a roda da História parecia girar mais acelerada além fronteiras: em Espanha rebentava a 3.^a guerra carlista; em França a recém-nascida III República conseguia um empréstimo para pagar a indemnização da Alsácia-Lorena ao recém-unificado II Reich alemão, após a humilhante derrota de Sedan (2 de Setembro de 1870); na Grã-Bretanha era adoptado o voto secreto; na Alemanha irrompia a «era bismarckiana» com uma hábil política externa ilustrada pela aliança dos «Três Imperadores» (Rússia, Áustria e Alemanha), por um agressivo laicismo estatal (a *kulturkampf*) e por um rápido surto económico; nos Países Baixos, mais precisamente em Haya, reuniu-se a Conferência da I Internacional, marcada pelo confronto de Marx com Bakunine e Guillaume e a expulsão destes últimos; em África, a Grã-Bretanha iniciara a colonização da Costa do Ouro e os portugueses avançavam com a campanha militar nos Dembos; nos Estados Unidos da América o presidente Grant era reeleito, Thomas Edison inventava o telégrafo dúplex e era inaugurada a ponte entre Nova Iorque e Brooklyn...

Em Portugal, sob o espectro da decadência denunciado por alguns jovens intelectuais, nascia, então, uma vida discreta e simples como tantas outras. Em Caminha, numa casa da rua Direita, ao pé da Igreja Matriz e do cais, pelas 9 h da manhã do primeiro dia de Maio de 1872, era dado à luz um *individuo do sexo masculino*, baptizado cinco dias depois, na vizinha Matriz, com o nome de Sidónio Bernardino, tendo por padrinhos o seu avô paterno Bernardo José Pais de Azevedo e a sua tia materna D. Claudina Cardoso da Silva Coelho.

Errâncias...

Nesse policromo cenário e no remoto ano de 1836, dois homens cruzaram as vidas para a posteridade. Dois «forasteiros» vindos de longe, trazidos pelas vicissitudes da agitação política.

António Serafim Cardoso nascera em Cerva, concelho de Ribeira da Pena, nas cer-

⁽²⁾ A suspensão e o debate político que se lhe seguiu acha-se coligido em *As Conferências do Casino no Parlamento. Apresentação e notas por José-Augusto França*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973. Ver, também, MEDINA, João — *As Conferências do Casino e o socialismo em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984; e REIS, Carlos — *As Conferências do Casino*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

canias do Barroso. Não sabemos quando deixou a terra natal e o que fez até aparecer alistado como soldado do Batalhão de Voluntários da Rainha. Acabada a guerra fratricida rumou em direcção a Caminha, onde, em Março de 1836, passou a ser titular do 1.º Ofício do tabelionato.

Bernardo José Pais de Azevedo chegara pouco depois e viera de mais perto, com a mulher — D. Albina da Glória Bezerra — e sete filhos, quase todos nascidos em Ninães, Barcelinhos, sua terra natal. Mas os seus pais, avoengos e parentes próximos eram da própria vila de Barcelos, não faltando, nesse vasto rol, proprietários, licenciados, eclesiásticos e, mais para trás, alguns praticantes de ofícios mecânicos, um caso plausível de infamação de judaísmo e uma ligação, segundo os nobiliários, ao célebre Alcaide de Faria, Nuno Gonçalves de Faria,⁽³⁾ apoiante do Mestre de Aviz, futuro D. João I...

A deslocação para Caminha seguiu a busca de um emprego público, recompensa natural da sua fidelidade à Rainha. Por causa «*da persiguição da usurpação de D. Miguel*», conforme o depoimento posterior de seu filho Joaquim António, Bernardo José refugiara-se com a família no Porto, em pleno cerco à cidade pelo exército miguelista. Após a vitória dos soldados de D. Pedro IV, regressou a Barcelos e à sua Quinta de Ninães, onde haveria, mais tarde, de falecer. Em Fevereiro, exercia já as funções de escrivão de Direito e de tabelião do 2.º Ofício, não tardando, por isso, a relacionar-se com o colega recém-chegado. E logo se tornaram amigos e compadres: o primeiro filho de Bernardo José e de D. Albina da Glória — António Augusto Bezerra Pais — nascido em Caminha, a 1 de Fevereiro de 1837, teve por padrinho de baptismo António Serafim Cardoso e por madrinha a futura cunhada deste, D. Jacinta Bernardina da Silva Coelho; e o décimo primeiro e último filho do mesmo casal — João Guilherme Bezerra Pais —, nascido na rua das Flores a 19 de Fevereiro de 1842, foi baptizado em 28 de Fevereiro, tendo sido, na ocasião, António Serafim Cardoso, quem serviu de padrinho por procuração de João Bernardo de França Pereira de Castro.

A 8 de Agosto de 1843 Bernardo José ficou viúvo, falecendo-lhe a *para sempre chorada mulher*, como deixou escrito no testamento. Mas, com 44 anos de idade e no fulgor da vida, não conseguiu suportar por muito tempo esse luto e essa dor. Cerca de dezoito meses mais tarde — a 26 de Fevereiro de 1845 — contraiu segundas núpcias com uma vizinha, vinte e três anos mais nova.⁽⁴⁾

A recém-casada, D. Francisca Rita Marrocos, nascera e criara-se na rua das Flores, situada extra-muros da vila (no enlace da praça do Terreiro com a rua dos Pescadores⁽⁵⁾), numa casa emprazada pelos pais, Diogo António Dantas Marrocos⁽⁶⁾ e D. Maria da Piedade, à sua directa possuidora, D. Maria Bernarda Freire Leite Pita de Ortigueira, da vila de Azurara. Francisca Rita cresceu na companhia de três irmãos e de seis irmãs, uma das quais — Maria José Marrocos — viria a casar com José António Mendes, de quem

(3) Sobre os ascendentes e descendentes de Bernardo José Pais de Azevedo ver TRIGUEIROS SJ, António Júlio Limpo e SILVA, Armando B. Malheiro da — *Os Paes de Barcelos*, art. cit., p. 120-126.

(4) Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; TRIGUEIROS, SJ., António Júlio Limpo — *Sidónio Pais*, ob. cit., p. 94-97.

(5) Sobre a malha e a expansão urbana de Caminha veja-se CRUZ, Maria Alfreda — Caminha. Evolução e estrutura da vila da foz do Minho. *Caminiana*, Caminha, 9 (15) Junho 1988, p. 83-178.

(6) Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; TRIGUEIROS, SJ, António Júlio Limpo — *Sidónio Pais*, ob. cit., p. 97-98.

teve, entre outros, os «brasileiros» Manuel Inácio Marrocos Mendes e o comendador António Serafim Marrocos Mendes, afilhado de António Serafim Cardoso e benfeitor do Hospital da Misericórdia.

A juventude da segunda mulher de Bernardo José deixava antever uma nova e longa série de filhos. Mas não foi isso que aconteceu... Entretanto, os rapazes Bezerra Pais, incluindo o Joaquim António, eclesiástico ordenado em Braga,⁽⁷⁾ não tardaram a sair do lar paterno à procura, nas longínquas e promissoras terras do Brasil, a abundância que lhes faltava por perto. E o pai pode não os ter estimulado à emigração, sendo certo que a sua vontade, caso morresse de repente, era sabê-los protegidos e seguros na Quinta de Ninães, mas não conseguiu impedi-los desse impulso transoceânico tão comum na época. Eles partiram e, em Caminha, acabaram por ficar, apenas, a madrastra D. Francisca Rita e as suas duas enteadas — D. Ana da Glória e D. Teodolinda Augusta. Com a morte desta última e do chefe da família, em Ninães, aos 79 anos de idade, viveram aquelas sempre juntas, nesse prazo de Barcelinhos, fiéis às disposições do testador; até a morte as separar... Viveram geograficamente — e, também, afectivamente? — distanciadadas dos familiares deixados em Caminha. Tão distanciadadas que a última a falecer — D. Ana da Glória — fez uma escritura de doação a Domingos Martins e mulher, Maria Alves Nogueira, lavradores e «caseiros» da doadora, na qual reservava para si o usufruto da Quinta enquanto fosse viva e obrigava os doados a fazerem-lhe o enterro, não havendo aí qualquer menção à viúva de seu meio-irmão e afillhado Sidónio Alberto Marrocos Pais e sobrinhos.⁽⁸⁾ Preteriu-os em favor de quem não era do seu sangue, mas apenas do seu agrado. Desconhecemos os motivos de tão insólita atitude...

Sidónio Alberto fora o primogénito e o único filho sobrevivente de Bernardo José Pais de Azevedo e de D. Francisca Rita Marrocos. Nasceu a 1 de Novembro de 1846, na rua das Flores, e foi baptizado a 2 de Dezembro, tendo por padrinhos os seus meios irmãos Joaquim António e a dita D. Ana da Glória Bezerra Pais. A 15 de Maio de 1848 nascia, no mesmo local, um segundo filho, baptizado com o nome de Frederico Guilherme, mas falecido a 16 de Dezembro desse mesmo ano, com um outro nome — o de Alberto — posto pelo Pároco por engano. Sidónio Alberto cresceu e foi criado só com os meios irmãos e, sobretudo, com as mulheres do seu agregado familiar; além do pai. O pouco que sabemos sobre a sua tão curta e algo atribulada existência confina-se a uma ou outra impressão mais forte e a alguns factos relativos á sua fase adulta.⁽⁹⁾

Referimos atrás que, entre finais de 1835 e início de 1836, o ex-soldado liberal António Serafim Cardoso assentou arraiais na vila de Caminha como «ingresso» no funcionalismo judicial. Tinha cerca de 21 anos, era solteiro e casadoiro...

⁽⁷⁾ Trata-se do mesmo sacerdote, grande pregador e falecido louco no Brasil conforme escreveu ALBUQUERQUE, António de — *Sidónio na lenda: estudo critico por ...Autor do «Marquez da Bacalhã»*. Lisboa: Lumen Empresa Internacional Editora, 1922. p. 13. Em rigor só sabemos que se ordenou em Braga e que partiu para o Brasil, sem mais notícia.

⁽⁸⁾ Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.), Registo Notarial de Barcelos — *Escritura de doação que faz Dona Ana da Glória Bezerra Paes, solteira, de maioridade, da freguesia de Barcelinhos, a Domingos Martins e mulher, da mesma freguesia em 20 de Janeiro de 1895*, Notas do Tabelião Manuel Cardoso e Silva, Livro 73, fls. 15v.-17. (Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.)). Transcrito na íntegra, como Anexo 3, por TRIGUEIROS SJ, António Júlio Limpo e SILVA, Armando B. Malheiro da — *Os Paes de Barcelos*, art. cit., p. 180-182.

⁽⁹⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; TRIGUEIROS, SJ., António Júlio Limpo — *Sidónio Pais*, ob. cit., p. 101.

Não tardou, porém, a fazer a sua escolha, casando aos 22 de Novembro de 1837, na Igreja Matriz, com D. Ana da Silva Coelho. Foram testemunhas o Dr. António Luís Carneiro e Domingos Pinheiro. A noiva era caminhense, mas com recuadas origens em Barcelos, onde, aliás, se foi reproduzindo parentela — os Faria Rego, da Quinta do Rio (ramo extinto na sexta geração⁽¹⁰⁾), os Gouveia Mendanha, os Faria Velho Vilas Boas e os Miranda Aviz. D. Ana pertencia a uns Coelhos fixados em Caminha no primeiro quartel do séc. XVIII, sendo filha do bacharel José António da Silva Coelho, nascido a 12 de Março de 1772, na rua do Terreiro, e baptizado pelo tio Padre José da Fonseca, a 19 do mesmo mês, tendo-se mantido celibatário, mas com sete ou oito filhos naturais, uma vasta prole reconhecida por testamento e havida em Francisca Luísa Álvares, solteira, natural da vila de Monção e moradora na rua do Terreiro, onde, mais tarde, viriam a residir seus pais (Silvestre Álvares e Eufémia Esteves). Liberal, sofreu o ónus das suas convicções ao ser demitido do cargo de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Caminha e faleceu antes de poder saborear a vitória da sua facção política. Ilustrado, possuiu uma biblioteca presumivelmente interessante que deixou, em testamento, ao seu primo Dr. Bento Coelho da Fonseca, como compensação pelos seus serviços e amizade.⁽¹¹⁾

D. Ana da Silva Coelho e seus irmãos — de entre os quais destacamos Bento Tomás da Silva Coelho, proprietário e capitalista, que desposou uma filha daquela sua irmã — ficaram cedo orfãos de pai e, por sua determinação, entregues ao zelo de um tutor — o mencionado primo Bento Coelho da Fonseca. Desconhecemos, infelizmente, a extensão e o valor do património recebido pelos herdeiros do Dr. José António, pelo que não podemos calcular o dote de D. Rita Júlia Cardoso da Silva à data de seu casamento com Sidónio Alberto Marrocos Pais. Indícios avulsos, mas seguros, mostram, porém, que as famílias nucleares saídas do lar de António Serafim e de D. Ana da Silva Coelho tiveram de sobreviver com base, fundamentalmente, em recursos externos, porque a herança a receber desse lado era pouco mais que insuficiente.⁽¹²⁾

A partir do momento em que D. Rita Júlia e Sidónio Alberto decidiram casar não depararam com as mesmas e generosas condições materiais disfrutadas pela irmã Claudina e o tio-marido Bento Tomás, mas fruíram o estatuto burguês herdado e alguma estabilidade económica, baseada, claro está, na profissão do noivo — a mesma do pai e do sogro. Sidónio Alberto herdara o emprego paterno, começando cedo a subscrever os mais diversos actos de natureza tableónica e judicial. Quando ficou totalmente encarregue do 2.º Ofício, a 8 de Setembro de 1873, já tinha experiência e nome feito, mas isto não o livrou de problemas e vexações.

Guiados pelo ditado popular «quem casa quer casa», os jovens esposos alugaram morada na antiga rua dos Meios (ou Direita), o que deixa supor não terem, então, nenhuma disponível no seu património familiar, sendo certo que ambos eram poten-

⁽¹⁰⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; TRIGUEIROS S. J., António Júlio Limpo — *Sidónio Pais*, ob. cit. (Coelhos § I - VI e Anexo 3).

⁽¹¹⁾ Administração do Concelho — *Cópia do Testamento com que faleceu o Dr. Jose Antonio da Silva Coelho, da villa de Caminha, aprovado e autorizado aos 13 de Junho de 1831, fechado, cosido e lacrado na forma do estilo pelo tabelião Manuel António Rei Machado*. Testamentos cerrados. (Arquivo Municipal de Caminha - A.M.C.).

⁽¹²⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; TRIGUEIROS, S.J., António Júlio Limpo — *Sidónio Pais*, ob. cit., p. 108-109.

ciais herdeiros de alguns imóveis. Foi, pois, nessa casa onde nasceu o primogénito e aí haveria ainda de nascer a secundogénita, Rita Cardoso da Silva Paes, a 5 de Junho de 1873, baptizada a 19, na presença do avô materno António Serafim Cardoso (padrinho) e da avó paterna D. Francisca Rita Marrocos Pais (madrinha). O parto do terceiro filho, baptizado Alberto, ocorreu, aos 2 de Dezembro de 1874, numa casa com loja e primeiro andar, propriedade do casal e sita no Terreiro ou Praça Municipal, onde viria, aliás, a falecer poucos anos depois — 4 de Agosto de 1877. E no dito prédio nasceram ainda o António da Silva Paes, aos 11 de Novembro de 1876 e a Ana da Glória, aos 25 de Dezembro de 1878, afilhada do irmão Sidónio Bernardino e da tia paterna D. Ana da Glória Bezerra Pais, e falecida solteira, com cerca de 26 anos, no Hospital Conde Ferreira do Porto.

1879 trouxe, porém, uma atribulada mudança. Algo de grave e de complicado sucedeu, embora só saibamos o que transparece, em jeito de desabafo, do elogio fúnebre impresso no jornal *A Estrela de Caminha* por ocasião da prematura morte, longe da terra natal, de Sidónio Alberto Marrocos Paes. Vítima de *uns calumniadores*, foi-lhe imposta a sua demissão injusta e despoticamente, mas a demissão acabou por ser convertida em transferência, em vista da qual marchou para Pedrogão, legando aqui uma parte da família que o estremecia. Pouco depois passou por troca para a comarca da Certã, onde viveu os trez últimos annos ralados pelo desgosto, a que debalde procuraram dar linitivo o amôr da esposa e dos filhos e a estima publica, que alli, como n'esta villa, adquiriu e mereceu.⁽¹³⁾

Em vez da demissão, o «desterro» para a Beira Baixa, mais precisamente para a comarca de Pedrogão e para a vizinha Sertã.⁽¹⁴⁾ Aí se instalou com a mulher e os seus cinco filhos. Nessas paragens ficou enterrado...

Sidónio Bernardino chegou à pacata e medieva vila da Sertã, envolta em lendas de mours encantadas, de cavaleiros generosos e destemidos, com cerca de 7 anos e uma natural curiosidade infantil. Nessa localidade permaneceu até aos 11 anos e durante este período obteve, possivelmente, a instrução elementar na Escola Oficial, embora os pais fossem ambos instruídos e capazes de alfabetizarem e ensinarem, no aconchego do lar, matérias de instrução primária aos filhos.

Nesse recanto da Beira-Baixa, bem diverso da sua terra natal, foi obrigado a enfrentar e a sublimar a morte brusca e prematura do pai. Ficou, aliás, na tradição familiar a seguinte versão: o escrivão Marrocos deslocara-se a Dornes, aldeia do vizinho concelho de Ferreira do Zêzere, com o filho primogénito para uma festa ou banquete em casa de pessoas amigas e no decurso da festa terá sido fulminado pela morte na presença atónita do filho. À guisa de ligeira correcção diremos que Sidónio Alberto Marrocos Pais faleceu, efectivamente, em Dornes, a 27 de Agosto de 1883, vítima de pneumonia. Não sabemos se estava só, se acompanhado pelo filho mais velho, pela mulher e por mais familiares. O que sabemos ou, pelo menos, admitimos como muito provável é que se encontrava na companhia de amigos, nomeadamente, de algum ou alguns membros

⁽¹³⁾ Cf. Necrologio. *A Estrela de Caminha*, Caminha, 2.º ano, n.º 58, 3.ª feira, 28 de Agosto de 1883, p. 6.

⁽¹⁴⁾ Ver FARINHA, Pe António Lourenço — *A Sertã e o seu concelho*. Lisboa: Escola Tip. das Oficinas de S. José, 1930.; e COSTA, Américo — *Diccionario Chorographico de Portugal continental e insular*, vol. 5. Lisboa: 1936, p. 307-338.

da família Cotrim Garcez. Seja como for, o impacte psicológico de tão trágica ocorrência no «menino e moço» Sidónio Bernardino não pode ser subestimada como se insiste mais adiante.

A sua estada na Sertã impõe uma releitura crítica do que Serra de Carvalho escreveu e publicou nos *Ecos da Matriz*. Segundo este falecido estudioso da terra e das gentes de Caminha, o neto e filho de tabeliães que mais tarde veio a ser o 4.º Presidente da República Portuguesa foi criado num local e num meio familiar, que o moldou indelevelmente, realçando, a propósito, o papel assumido pelo Padre João Alves do Souto, o qual *a par da educação moral e religiosa que certamente lhe ministrou, já bastante velho teve ainda paciência para lhe ensinar a tocar violino (instrumento em que Sidónio era exímio)*.⁽¹⁵⁾ Um outro sacerdote, chamado Francisco Lourenço Cardoso, terá, também, semeado no íntimo de Sidónio Pais as virtudes, que, mais tarde, já homem feito, mostrará possuir em abundância. Vastas vezes, pela vida fora, Sidónio pôde revelar-se *no seu misticismo e interioridade, bem como na sua ternura excepcional pelas crianças, pobres, inválidos, doentes e de um modo geral todos os sofredores*.⁽¹⁶⁾ São palavras de Serras de Carvalho. Em rigor, temos de admitir como plausível uma forte influência religiosa exercida sobre Sidónio menino, mais tarde ofuscada por um cientismo agnóstico e pelo moralismo laico.

A impressionante educação moral e religiosa recebida terá, porém, de ser articulada com as tradições liberais já mencionadas e justaposta a um quadro familiar timbrado pelo funcionalismo tabeleónico urbano, onde faltou, precocemente, a figura estruturante do pai, predominando *a fortiori* a mãe-formadora e alguns outros formadores tão ou mais influentes que o velho Padre Alves do Souto ou o Padre Francisco Cardoso. Estamos, obviamente, a pensar nos avós maternos — António Serafim sobreviveu ao genro uns três anos, vindo a falecer a 9 de Janeiro de 1887,⁽¹⁷⁾ e D. Ana faleceu depois, aos 29 de Março de 1889 — e nos tios e madrinha D. Claudina e Bento Tomás, bem como nos dois filhos destes — o Dr. António Tomás da Silva Coelho, licenciado em Medicina e na irmã D. Claudina Cardoso da Silva Coelho, afilhada da tia D. Rita Júlia, e casada, em Vila-relho (Caminha), a 29 de Agosto de 1891, com o Lente de Medicina da Universidade de Coimbra, doutor Lúcio Martins da Rocha, ficando a residir na «cidade dos Doutores».

Se não damos, aqui, grande destaque aos avós e aos tios paternos é porque estes se afastaram de Caminha, rumo ao Brasil dourado, fantástico, distante... E aqueles também partiram, mas para muito mais perto. Em 1873, Bernardo José, a sua mulher D. Francisca Rita e a filha dele, D. Ana da Glória, mudavam-se definitivamente para a aprazível e fértil Quinta de Ninães, em Barcelinhos.

«No lar de sua mãe!»⁽¹⁸⁾

⁽¹⁵⁾ Cf. CARVALHO, Serra de — O IV Presidente da República Portuguesa nasceu em Caminha. *Ecos da Matriz*, Caminha, 14 (157) Maio 1972, p. 3. Este artigo está reproduzido no Cartório Minhoto. *O Caminhense*, Caminha, 10 de Junho de 1994, p. 9-10.

⁽¹⁶⁾ Cf. *Ibidem*.

⁽¹⁷⁾ A notícia do seu falecimento foi publicada pelo jornal *A Estrela de Caminha*, de 11 de Janeiro de 1887, p. 2.

D. Rita Júlia enviuvou, como se disse, brusca e prematuramente. Aos 39 anos ficou não com cinco, mas com sete filhos a seu cargo!... E o sétimo tinha, apenas, dois meses de vida. Um segundo Alberto, com mais sorte que o primeiro, nascera na vila da Sertã, a 17 de Agosto de 1881. Na mesma vila, aos 16 de Junho de 1884, será a vez de Aureliano, baptizado a 29 de Julho, na Igreja de S. Pedro, tendo por padrinhos os irmãos Sidónio Bernardino e Rita. Uns escassos dois meses após esse nascimento morria o pai, nas circunstâncias referidas. Feito o funeral e as despedidas obrigatórias, sabemos pel'*A Estrela de Caminha*, que na 6.^a feira, dia 8 de Setembro de 1883, regressou à terra natal a exm.^a sr.^a D. Rita Cardozo da Silva Paes, viuva do fallecido escrivão de direito de Certã, o sr. Sidonio Alberto Marrocos Paes. Vieram na sua companhia os seus filhinhos. E o articulista não conteve, nessa pequena notícia local, uma curta alfinetada, dirigida a um subentendido — e para nós enigmático... — personagem: *Estimamos: e oxalá que a presença d'esta estimavel familia faça nascer o remorso no coração de quem foi, talvez, a causa da sua viuvez e orphanidade se elle produzisse a regeneração do arrependimento!*...⁽¹⁹⁾ Regressada à terra natal e voltou a instalar-se na sua casa do Terreiro ou Praça Municipal, onde morou até 1905.

Matriarca por força de circunstâncias adversas e por predisposição natural, D. Rita Júlia revelou-se, na escassa documentação epistolar disponível, uma mulher determinada, dotada de instrução e cultura, perspicaz e activa. Na sua cabeça os valores religiosos, morais e cívicos estavam bem ordenados e apontavam no sentido de uma síntese que combinava os princípios da moral, da caridade, da resignação e da felicidade católicas, em que foi educada, com clara adesão à ideologia liberal e indisfarçável interesse pela política. A sua personalidade vincada e atenta às obrigações sociais e cívicas levou-a, naturalmente, a assumir um papel decisivo na definição e escolha da carreira dos filhos rapazes. Para as raparigas estavam, é claro, reservados os «labores femininos», além da aprendizagem, em casa, do abecedário, contas e música... A carreira dos moços, dado que dela dependeria o seu sustento e a sua afirmação na sociedade, era um «negócio» complexo e difícil, tendo especialmente em conta a súbita e grave falta de recursos financeiros provocada pela morte do marido. No meio de tais constrangimentos, D. Rita Júlia considerou hipóteses e alternativas, vincando depois a sua vontade e socorrendo-se, naturalmente, dos parentes próximos e das pessoas amigas. Neste caso podemos incluir o doutor Luciano Pereira da Silva, cuja carreira — incorporação no Exército, frequência em Coimbra dos preparatórios para ingresso na Escola do Exército e retorno à Universidade para obtenção da licenciatura em Matemática... — serviu de exemplo a Sidónio Bernardino. E tal como este haveria de ser assassinado!...⁽²⁰⁾

Se o exemplo de Luciano Pereira da Silva pesou na difícil escolha da carreira foi também porque *Sidónio cedo se encantou pelas casernas*.⁽²¹⁾ Embora não possamos aferir com rigor o impacte das fardas na imaginação daquele miúdo sisudo, de olhar um pouco triste e distante, julgamos que as casernas e as fardas não lhe foram, desde tenra idade, indiferentes, como também supomos que ele começou muito cedo a sentir-se o mais

⁽¹⁸⁾ Cf. FEIO, Maria - *Sidonio Paes atravez do coração*. Lisboa: Lumen Empresa Internacional Editora, 1921, p. 148.

⁽¹⁹⁾ Cf. *A Estrela de Caminha*, 3.^a feira, 11 de Setembro de 1883.

velho, o «homenzinho» de um lar matriarcal.

Um orfão tristonho, mas protegido e acolhido pela família materna, nomeadamente por seu tio-avô Bento Tomás da Silva Coelho e pela tia e madrinha D. Claudina, senhores da Quinta da Fonte da Vila, que havia pertencido a uma marquesa galega «perdida» por uma romântica desdita de amor. A protecção que desses seus tios recebeu foi decisiva para poder abraçar uma carreira, além de que nesse espaçoso e confortável lar burguês passou inesquecíveis momentos de uma infância sombria. Aí brincou com os primos e outras crianças, aí se terá enamorado pela prima Claudina⁽²²⁾ e aí recebeu, certamente, mais algumas influências modeladoras do seu carácter e conduta.

⁽²⁰⁾ Ver ROCHA, Bento Coelho da — No Centenário do Prof. Doutor Luciano Pereira da Silva. *Caminiana*. Caminha, 2 (3) Dez. 1980, p. 88-89.

⁽²¹⁾ Cf. BRANDÃO, José — *Sidónio. Contribuição para a história do presidencialismo*, ob. cit., p. 56.

⁽²²⁾ O ramo familiar de D. Claudina conservou este dado, colhido precisamente junto das netas D. Maria Augusta e D. Claudina Helena da Rocha Coelho.

(Página deixada propositadamente em branco)

Capítulo 2

O «Doutor Tropa» e o *Ultimatum*

«Formigão» entra na Universidade

Aos 13 anos, Sidónio Pais foi obrigado a adaptar-se a novos espaços e ambientes, que haveriam de marcar a sua formação culto-mental e profissional.

Instalou-se em Coimbra sob a protecção financeira da tia e madrinha D. Claudina, na casa n.º 5 do Largo do Hospital, onde se alojara o primo António Tomás da Silva Coelho, então estudante dos preparatórios de Medicina.

Estava em curso o ano lectivo de 1885-1886 e Sidónio fora inscrito no Seminário Maior Episcopal em regime de aluno externo ou «formigão» (termo da gíria estudantil coimbrã.⁽²³⁾) Frequentou e obteve aprovação em Geografia e História,⁽²⁴⁾ e aí conheceu, entre os seus companheiros de turma, António Dias e Sousa da Costa Cabral, «formigão» interno, com quem virá muito mais tarde a conviver e trabalhar na Legação de Berlim. Em Julho de 1886 — dois meses após o 1.º de Maio, data do seu aniversário natalício e, a partir de então, efeméride da luta pelas 8h de trabalho dos operários americanos, os «mártires de Chicago» — regressou a Viana, em cujo Liceu Nacional se limitou a fazer, como aluno estranho, exame a três disciplinas — Geografia, Introdução e Aritmética.⁽²⁵⁾ É, por isso, pouco verosímil o que refere Teófilo Duarte: [...] *dificuldades financeiras da família obrigaram-no logo, no liceu de Viana e mais tarde na Universidade de Coimbra, a dar explicações aos seus colegas, para conseguir recursos a-fim-de ajudar a custear a sua educação e a dos seus irmãos, — segundo conta um deles.*⁽²⁶⁾ A função de explicador tê-la-á exercido apenas junto ao Mondego...

⁽²³⁾ Ver LAMY, Alberto Sousa — *A Academia de Coimbra, 1537-1990. História. Praxe. Boémia e estudo. Partidas e piadas. Organismos académicos*. Lisboa: Rei dos Livros, 1990, p. 718.

⁽²⁴⁾ *Livro do movimento literário*, n.ºs 1, 5 e 6. Ver RAMALHO, Miguel — *Sidónio Pais diplomata e conspirador, 1912-1917*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998, p. 14. Sobre as cadeiras dos preparatórios para matrícula na Faculdade de Matemática e a possibilidade dos alunos poderem fazer exame por disciplinas ver *Anuário da Universidade de Coimbra* (por exemplo o de 1886-1887) e BARROSO, João — *Os Liceus. Organização pedagógica e administrativa (1836-1960), vol. I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p. 166 (162-170). Arquivo da Biblioteca do Seminário Maior Episcopal de Coimbra.

⁽²⁵⁾ *Livro dos termos de exames de passagem de disciplinas ou partes de disciplinas, feitas por alumnos estranhos no Lyceu Nacional de Vianna do Castello, 1886*. Arquivo da Escola Secundária de Monserrate.

⁽²⁶⁾ DUARTE, Teófilo — *Sidónio Pais e o seu consulado*. Lisboa: Portugália, 1941, p. 163.

Munido das habilitações suficientes para um curso superior, voltou a Coimbra, após um ano de bem sucedida adaptação e apesar da natural nostalgia pela terra natal, onde ficaram a mãe, os irmãos, os avós maternos (António Serafim Cardoso será, entretanto, fulminado por uma congestão cerebral a 5 de Janeiro de 1887) e outros familiares afectivamente próximos. Uma adaptação bem sucedida, mas difícil tendo em conta o aspecto demasiado solene e intimidante da *Alma Mater*, reformada em 1772 pelo Marquês de Pombal e, volvido um século, anquilosada num imperturbável e asfixiante conservadorismo.

Para além do peso institucional, dos rituais, dos conteúdos e das práticas pedagógicas da Universidade pombalina, que não podiam deixar de impressionar todos quantos, mais ou menos timidamente, transpunham, pela primeira vez, a Porta Férrea do majestático Paço das Escolas com a sua emblemática torre numa Alta mais tarde demolida,⁽²⁷⁾ a natureza e a dinâmica sócio-económica e cultural de uma urbe de estudantes, na sua maioria oriundos de outras localidades, gerava situações vivenciais específicas a que os *caloios* tinham de se adaptar. Vindos de espaços diferenciados, concentravam-se todos num sítio geográfico descrito como *um dos mais notáveis de Portugal, não só pelos curiosos monumentos que encerra, cómo pelos amênos e incantadores arrabaldes*⁽²⁸⁾ e numa comunidade socio-cultural única e transitória, mas cada vez mais valorizada na sua faceta de alfobre das elites nacionais e, desde logo, da própria Universidade. Com efeito, a *Alma Mater* auto-reproduzia-se e consolidava-se como corpo orgânico e nacional através do importante mecanismo do recrutamento de docentes entre sucessivas gerações de discentes moldados pela sebeta...

Embora heterogénea, tal comunidade estudantil, ao afirmar-se corporativamente, acabava por projectar e por fixar uma identidade, de que avultam, como traços fortes, a demarcação em relação aos *fútricos*, ou seja, à população não estudantil (os *outros* que trabalhavam e ajustavam a cidade ao *padrão* dos *senhores doutores*), a indumentária da capa e batina, o desenvolvimento da praxe académica e a consagração de uma vida boémia — caracterizada pelas tertúlias nas tascas e botequins, pelos bandos ou *troupes* de estudantes embuçados nas capas para não serem conhecidos e que, à noite, depois do toque da *Cabra* castigavam algum *caloio* ou *bicho*, apanhado fora de horas e da praxe a circular nas ruas e vielas da cidade, pelas aventuras amorosas com *tricanas* e *toleradas*, pelas jantarradas e bebedeiras, pelas guitarradas e serenatas, pelas récitas poético-literárias... E para além disto temos ainda as passeatas bucólicas, tracejando um roteiro que ficou célebre — o aprazível Jardim Botânico, adstrito à Faculdade de Filosofia e servido pela linha do *americano*; o alto de Santa Clara distante de Coimbra cerca de 3 km; o Choupal, que com as suas extensas avenidas orladas de soberbos choupos e eucaliptos

⁽²⁷⁾ Ver sobre o tema *Alta de Coimbra. História. Arte. Tradição. 1.º Encontro sobre a Alta de Coimbra. Coimbra, 23, 24, 25 e 28 de Outubro de 1987. Actas. Coimbra: Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1988; e ROS-MANINHO, Nuno — O Princípio de uma «revolução urbanística» no estado novo. Os primeiros programas da cidade universitária de Coimbra (1934-1940). Coordenação e apresentação de Luís Reis Torgal. Coimbra: Minerva Editora, 1996.*

⁽²⁸⁾ Cf. ANDRADE, A. R. de — *Guia do forasteiro em Coimbra indicando os principaes monumentos a visitar e os passeios mais pitorescos dos arredores da cidade. Porto: Tip. a Vapor de José da Silva Mendonça, 1906, p. 3.*

marginava o Mondego a uns 3,5 km da cidade; ou ainda o lugar de Santo António dos Olivais, acessível por um percurso que incluía paragens em Celas e nos dois famosos penedos da geografia romântica coimbrã — o da Meditação e o da Saudade.⁽²⁹⁾

A Universidade enquanto estabelecimento de ensino dotado de diversos meios para o seu fim estatutário, com a solene Sala dos Capelos ou Sala Grande dos Actos (antigo Salão Nobre do Paço Real), a Capela de S. Miguel (sinal visível do multissecular e inalterável domínio da Religião Católica e de seus rituais), foro (até 1834) e polícia (1839-1910) próprios, e a Academia, entendida como o conjunto de alunos que frequentavam esse estabelecimento, fizeram de Coimbra, ao longo dos tempos, algo mais que uma mera cidade universitária ritmada por uma mobilidade demográfico-estudantil crescente e dual na organização e funcionalidade do espaço: de um lado a Alta, onde residiam, essencialmente, professores, clérigos e estudantes (a cidade do estudo); e do outro a Baixa, onde se estabeleceram, em pleno, o comércio e a indústria (espaço urbano).⁽³⁰⁾

A Universidade e a Academia conferiram a Coimbra um valor simbólico ímpar, de amplitude nacional, que legitima e explica nacos de prosa com sabor mitológico, como este: *Coimbra a cidade de Hercules, o egypcio, conforme alguns escriptores, de Brigo, segundo outros, de Colimbrios, por estes ou de Ataces por aquell'outros; — Coimbra a esbelta rainha do Mondego, coroada pelo magestoso edificio da Universidade; e que, por ser o alcaçar das sciencias, justamente conquistou o nome de Lusa Atenas.*⁽³¹⁾ Mas tão vincada e indelével singularidade, criadora e reprodutora de tradições e de hábitos corporativos, não podia ser, obviamente, impermeável ao pulsar da vida portuguesa e às mudanças políticas, culturais, económicas e sociais sopradas pelos ventos da História.

Em finais de oitocentos esses ventos fustigaram Portugal com ímpetos de tempestade. E Coimbra, simultaneamente local periférico ou provinciano, distante da capital política, e centro nevralgico da formação dos grupos dirigentes, ou seja, das elites, serviu, inevitavelmente, de palco às tensões sociais e político-ideológicas finisseculares.

Quando Sidónio, moço de buço a despontar, desceu, pela primeira vez, do comboio da linha do Norte na Estação velha, a agitação já se tinha, de novo, infiltrado na vida académica, desde as comemorações dos Centenários da Morte de Camões (1880) e do Marquês do Pombal (1882). Como *formigão* ou aluno do Seminário, o recém-chegado caminhense fez o seu tirocínio inicial. Um ano de conclusão dos estudos liceais no ambiente coimbrão preparou-lhe o ingresso efectivo na refrega universitária, entre sebtas, aulas matinais, leituras avulsas, tendências filosóficas e facções políticas.

⁽²⁹⁾ Ver ANDRADE, A. R. de — *Guia do forasteiro em Coimbra*, ob. cit., p. 15.

⁽³⁰⁾ Ver PRATA, Manuel Alberto Carvalho — *A Academia de Coimbra (1880-1926). Sociedade, cultura e política. Dissertação de doutoramento em Ciências da Educação (na área de especialização da História da Educação) apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra*, volume 1. Coimbra: 1994, p. 199-222.

⁽³¹⁾ Cf. FONSECA, Augusto d'Oliveira Cardoso — *Outros tempos ou velharias de Coimbra, 1850 a 1880*. SJ: Edição do Autor, 1911, p. 5.

Os testemunhos memorialísticos de diferentes e antigos estudantes de Coimbra, nomeadamente Trindade Coelho e António Cabral,⁽³²⁾ deixam perceber, sob o retrato nostálgico e apologético da vida académica da década de setenta e inícios de oitenta, uma crescente divisão política entre estudantes monárquicos e republicanos. Este diferendo, mais agudo a partir de então, prendia-se obviamente com a abertura da elite intelectual portuguesa às ideias filosóficas e político-institucionais trazidas em caixotes de livros pelo *expresso* de Paris, como ironizou Eça de Queirós e repetiu Alberto de Oliveira a propósito da sua geração (a de 90).⁽³³⁾

Sucedeu, pois, a irreversível mutação da matriz cultural e científica na sequência das compulsivas e desordenadas leituras de Michelet, de Renan, de Victor Hugo, de Baudelaire, de Taine, de Proudhon, de Comte, de Darwin, de Balzac, de Flaubert, de Zola e de muitos outros. E uma das consequências naturais desta abertura a novas e ousadas propostas estéticas e filosóficas foi a consagração e ampla difusão não apenas entre estudantes, mas entre lentes, magistrados, militares, engenheiros, funcionários superiores da administração e políticos, da doutrina positivista, surgida em França no 2.º quartel do séc. XIX como resposta às contradições e aos antagonismos sociais do capitalismo emergente, ao qual o ensino politécnico (molde enformador da filosofia positivista) ficou indissolivelmente ligado.⁽³⁴⁾

Admitido pelo Reitor⁽³⁵⁾ à matrícula, como voluntário⁽³⁶⁾ no curso preparatório para as armas especiais e corpo do Estado Maior⁽³⁷⁾ que englobava cadeiras da Faculdade de Matemática, de Filosofia e ainda a cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito e a de Desenho (anexa à de Matemática), Sidónio Pais aparece no *Anuário da Universidade* do ano lectivo de 1887 a 1888 sob o n.º 36 e com o nome completo, filiação, morada em Coimbra (Largo do Hospital n.º 5) e no grupo dos voluntários inscritos no 1.º ano.⁽³⁸⁾ Nesta lista, bem como na dos ordinários e dos obrigados, merecem destaque

⁽³²⁾ Ver COELHO, Trindade — *In illo tempore. Estudantes, lentes e fútricas*. Lisboa: Livraria Portugália, s.d.; e CABRAL, António — *Tempos de Coimbra. Memórias de estudante. Anedotas e casos. Figuras e tipos*. Coimbra: Coimbra Editora, 1962.

⁽³³⁾ Ver DIAS, Augusto da Costa — *A Crise da consciência pequeno-burguesa. I - O nacionalismo literário da geração de 90*. Lisboa: Portugália Editora, 1964.

⁽³⁴⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 151-152.

⁽³⁵⁾ Depois de cumpridas as formalidades exigíveis. Ver RODRIGUES, Manuel Augusto — Introdução, in *Idem* (dir.) — *Memoria professorum universitatis conimbrigensis, 1772-1937*, vol. 2, Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992, p. XVIII.

⁽³⁶⁾ Ver ANTUNES, José Ricardo da Costa — *Apontamentos para a história da Escola do Exército coordenados por ... Tenente coronel do estado maior de infantaria e ex-secretário da referida escola. Publicação auctorizada pelo Ministerio da Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, p. 24. Sobre a matrícula de Sidónio Pais ver (Arquivo da Universidade de Coimbra) — *Livro da matrícula das Faculdades Academicas da Universidade, anno lectivo de 1887 a 1888*, n.º 21.

⁽³⁷⁾ A legislação em vigor estabelecia na Faculdade de Matemática dois cursos distintos: o curso geral, completado em cinco anos e o curso preparatório para as aulas de aplicação, completado em quatro anos e destinado a habilitar os alunos militares com os conhecimentos das ciências matemáticas e físicas necessárias para o seu ingresso na Escola do Exército.

⁽³⁸⁾ Cf. *Annuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1887 a 1888*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888, p. 155.

alguns condiscípulos: António dos Santos Viegas (filho do homónimo lente de Filosofia e Reitor da Universidade de 13/1/1890 a 6/8/1892); António dos Santos Lucas, terceiranista com quem se virá a incompatibilizar, em 1898, na sequência do concurso a uma vaga de substituto na mesma Faculdade; o quartanista e seu futuro rival político José Mendes Norton de Matos; ou o quintanista e conterrâneo Luciano António Pereira da Silva. Se atendermos aos caloiros e restantes alunos dos outros cursos deparamos, em Direito, com Afonso Costa, Aníbal Martins Bessa (seu futuro cunhado), José Soares da Cunha e Costa (publicista republicano que se converterá ao monarquismo e será um veemente sidonista), António Luís Gomes (futuro causídico de prestígio, republicano, diplomata, reitor da Universidade de Coimbra e Provedor da Misericórdia do Porto); em Medicina, António de Abreu Freire (parente de Egas Moniz e um dos seus «protectores» em Coimbra⁽³⁹⁾), Lúcio Martins da Rocha (futuro marido da prima Claudina e lente nessa Faculdade); e em Teologia, Luís Gonzaga de Azevedo (padre jesuíta e autor da obra *Os Proscritos*) ou ainda Manuel Vieira de Matos (futuro Arcebispo de Braga).

O seu primeiro ano académico abriu solenemente, em 16 de Outubro de 1887, com o inevitável juramento dos caloiros à Imaculada Conceição e a tradicional *Oração de Sapiência*, recitada na Sala dos Actos Grandes. Coube, por coincidência, ao lente catedrático de Geometria Descritiva e astrónomo, doutor Alfredo Felgueiras da Rocha Peixoto,⁽⁴⁰⁾ assumir essa prestigante função, a que não sabemos se o caloiro Sidónio esteve presente, mas a julgar pela comparência precoce em actos solenes (com onze anos assistiu à inauguração da Biblioteca Municipal de Caminha) não nos custa admitir que lá estivesse a ouvir o seu futuro mestre. As palavras de Rocha Peixoto projectaram na Sala dos Capelos, ou seja, no «interior sagrado» da velha Universidade a silhueta do debate nacional que, muito por influência francesa, haveria de crescer em torno da chamada «questão religiosa». Tema presente, desde 1834, na sociedade portuguesa e sobre o qual Sidónio Pais se pronunciará, em 1908, na mesma Sala...

Mas voltemos ao aluno.

No ano lectivo de 1887-88 fez a 1.ª cadeira do curso matemático — Álgebra Superior (princípios da teoria dos números, geometria analítica a duas e três dimensões, teoria das funções circulares e trigonometria esférica) — leccionada pelo lente João José Dantas Souto Rodrigues (professor de Matemática no Seminário de Coimbra, que, como vimos, Sidónio frequentou) e Química Inorgânica⁽⁴¹⁾ (1.ª cadeira do curso filosófico), leccionada pelo conselheiro e lente catedrático Manuel Paulino de Oliveira. A 3.ª cadeira, Desenho, anexa à Faculdade de Matemática, era assegurada interinamente por João Rodrigues Vieira.

⁽³⁹⁾ Ver MONIZ, Egas — *A Nossa casa*. Estarreja: Câmara Municipal, 1987, p. 275-280; e SILVA, Armando B. Malheiro da — Egas Moniz e a política. Notas avulsas para uma biografia indiscreta. In *Egas Moniz em livre exame*, ob. cit., p. 237-311.

⁽⁴⁰⁾ Cf. PEIXOTO, Alfredo Rocha — *Oração de sapiência*, in *Anuário da Universidade de Coimbra*, ob. cit., p. xxxiv-xxxv). Este assunto mereceu, por sua vez, uma referência in OLIVEIRA, Lopes de — *História da República Portuguesa. A Propaganda na Monarquia Constitucional*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, 1947, p. 60-61.

⁽⁴¹⁾ O horário fixado para as duas cadeiras era o seguinte: Álgebra Superior às 2.^{as}, 3.^{as}, 4.^{as}, 6.^{as} e sábados das 10h 30m às 12h; e Química Inorgânica às 3.^{as}, 5.^{as} e sábados das 12h às 14 h.

As dificuldades económicas familiares eram evidentes e, apesar da generosa protecção da sua tia materna e madrinha, Sidónio Pais não podia, sob pena de decepcionar a família e de perder o respectivo apoio, distrair-se da obrigação de seguir uma carreira digna e dignificante para o padrão burguês em vigor; não muito onerosa e relativamente curta na sua duração. Isto não significa que a célebre boémia estudantil de mistura com cativantes incursões literárias e político-ideológicas lhe tenha sido indiferente, embora o seu temperamento, bem como o precoce peso das responsabilidades lhe tenham exigido uma postura de «doutor tropa» recatado e estudioso.

A ausência de dados memorialísticos do próprio Sidónio não nos permite saber, para além, claro está, do primo António Tomás da Silva Coelho (um desconhecido fora de Caminha) e de Luciano Pereira da Silva (oficial de Engenharia, reputado cientista e homem de cultura), as amizades e as pessoas que o marcaram profundamente nesta fase. Apenas dispomos da indicação de que, aos quinze anos,⁽⁴²⁾ terá aderido intelectualmente ao republicanismo, o que deixa supor quer uma certa aproximação, na Universidade, à facção estudantil anti-monárquica, que terá em Afonso Costa, António José de Almeida ou João de Menezes os líderes aguerridos e revolucionários de 1891, quer uma cúmplice sintonia com a atitude cívica e política de lentes como Bernardino Machado e José Joaquim Pereira Falcão, firmes garantes da herança ideológica e cultural da «geração de 70» ou da «tertúlia ocidental»⁽⁴³⁾ (Antero de Quental, Teófilo Braga, Eça de Queirós, Oliveira Martins, etc.), que tão tocada foi pela Comuna de Paris (1871) e pela utopia socialista.

A Geração de 90

Só Bernardino Machado viria a ser seu professor como titular da 8.^a cadeira de Filosofia (Antropologia e Paleontologia), porque José Falcão, catedrático da 5.^a cadeira (Descrição e uso dos instrumentos ópticos, astronomia prática) e chefe prestigiado do partido republicano no Norte,⁽⁴⁴⁾ morreu a 14 de Janeiro de 1893, no período em que Sidónio iniciara o seu tirocínio de Artilheiro. Mas ele foi, sem dúvida, uma referência moral e ideológico-política para os moços de 90 — a «geração activa» — como se depreende das palavras de Alberto de Oliveira, um dos expoentes do nacionalismo literário finissecular, que ao comparar Falcão a Antero deixou explícita uma preferência: *Por mais que o pessimismo de Anthero responda ás interrogações morbidas da nossa alma, e que o seu martyrio nos commova, é preciso dizer que a verdade estava do lado de José Falcão. Nós somos tambem uns fracos e uns abatidos, mas não façamos d'ella uma philoso-*

⁽⁴²⁾ Cf. *Diário das Sessões do Senado*, de 4 de Setembro de 1911.

⁽⁴³⁾ O seu pensamento e as suas relações humanas e intelectuais encontram-se admiravelmente retratadas por SARAIVA, António José — *A Tertúlia ocidental. Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e outros*, 2.^a ed. revista (incluindo um capítulo inédito). Lisboa: Gradiva/Público, 1996.

⁽⁴⁴⁾ Ver *Memoria a José Falcão*. Coimbra: Tip. Auxiliar d'Escritório, 1894. Ver, também, a abundante informação registada por FUSHINI, Augusto — *Fragmentos de memorias. Liquidações politicas. Vermelhos e azues*. Lisboa: Companhia Tipográfica, 1896, p. 3-69. Sobre o perfil ideológico-político de José Falcão ver o estudo de CATROGA, Fernando — José Falcão. Um lente republicano. *Biblos*, Coimbra, 52, 1976, p. 275-303.

phia. Elles eram talvez dois santos: mas a um devemos erguer Imitações, ao outro professa-lo para escarmento das nossas vaidades, quando demais satisfeitas e tranquillias.⁽⁴⁵⁾

As citadas palavras do teórico do neo-garrettismo ou do nacionalismo literário de 90,⁽⁴⁶⁾ a par de António Nobre, Alfredo da Cunha ou Trindade Coelho, tornam pertinente o comentário do coronel Belisário Pimenta — um coevo, um «intransigente» da greve académica de 1907, um maçom e um republicano coimbrão lúcido e desencantado... — a propósito da chamada «Geração de 90». Pimenta fala de duas gerações — a literária e a revolucionária — para sublinhar a importância e a influência que a segunda terá exercido sobre a primeira:

A chamada «Geração de 90» é falada e discutida na nossa historia literaria; porem não se fala numa outra geração paralela, perfeitamente contemporanea, de caracter politico revolucionario que veio, vinte anos mais tarde, a constituir os primeiros quadros dos governos republicanos saídos da revolução de 1910.

Essa outra geração era igualmente notavel e apesar de se celebrar o espirito nacionalista e tradicionalista da geração literaria, a verdade é que, segundo julgo, a revolucionaria te-la-ia influenciado em parte; como disse depois o António José de Almeida eram «revolucionarios romanticos como se surgissemos em 20...» esses rapazes que constituíam a aguerrida falange.

Muito bem me lembro do republicanismo de Alberto de Oliveira (que morreu monarchico e catolico); de certo espirito inconformista de Eugenio de Castro, revelado com recato e na intimidade e depois negado estrondosamente.

Nessa geração revolucionária havia por exemplo o estudante João de Menezes que, com Eugenio de Castro estavam na direcção da revista literária Insubmissos, onde tambem escreveu e muito o brasileiro Francisco Bastos e salvo erro o Silvestre Falcão.

Havia, pois, grande ligação entre essas duas gerações contemporaneas e parece-me que o estilo do agrupamento literario de onde saiu o pretencioso saudosismo e o balofo neo-garrettismo (embora despido «da coragem cívica de Garrett»), não deveria ser feito sem o estudo da acção desse outro agrupamento que foi verdadeiramente digno de nota e estudo e que veio, em grande parte e um pouco mais tarde, a agitar o problema político do país.⁽⁴⁷⁾

Esta leitura dualista que Belisário Pimenta fez da «sua» geração, suscita, implicitamente, o interminável debate sobre os limites e a razoabilidade de um tal conceito.⁽⁴⁸⁾ De forma

⁽⁴⁵⁾ Cf. OLIVEIRA, Alberto de — *Duas almas*, in *Memoria a José Falcão*, op. cit., p. 217.

⁽⁴⁶⁾ Sobre sobre o tema DIAS, Manuel da Costa — *A Crise da consciência pequeno-burguesa. I - O nacionalismo literário da geração de 90*, ob. cit., p. 123 e ss.

⁽⁴⁷⁾ PIMENTA, Belisário - *Memórias, 1879-1902*, vol. n.º 2, p. 52-54. (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Sala dos Reservados).

⁽⁴⁸⁾ Ver MARÍAS, Julián e RINTALA, Marvin — *Generaciones*, in SILLS, David L. (dir.) — *Enciclopedia internacional de las ciencias sociales*, vol. 5. Madrid: Aguilar S.A. Ediciones, 1979, p. 88. Sobre as dificuldades semânticas do conceito suscitadas no plano literário, ver MARTINHO, Fernando J. B. — *A Década e a geração em periodização literária com referência à poesia portuguesa dos anos 50*. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, 2.ª série, 8 (2) 1993, p. 47-84.

explícita, mostra a cumplicidade estético-literária do idealismo político-revolucionário, bem patente na oratória republicana ou, por exemplo, na poesia de intervenção e de propaganda do Guerra Junqueiro monarcómaco... Convoca, também, a caracterização ensaiada por Oliveira Marques na biografia do Afonso Costa, caracterização passível de reparos e de reservas, como, por exemplo, quanto à sua pretensa defesa do bem-estar das classes trabalhadoras ou à sua noção de uma família em que marido e mulher tivessem direitos idênticos, desmentida pela prática quotidiana da moral burguesa dominante.⁽⁴⁹⁾

Ressalvados os problemas que envolvem a caracterização das gerações, parece, porém, aceitável, seguindo Julián Marías,⁽⁵⁰⁾ postular, num determinado tempo histórico e num espaço geográfico-cultural, ou seja, numa determinada «tradição» (na qual, de acordo com a perspectiva de Erik Erikson,⁽⁵¹⁾ opera o chamado metabolismo das gerações), a génese e a maturação intelectuais de um agregado polimorfo de indivíduos, com diferentes origens sociais, diferentes personalidades e diferentes «histórias de vida», nascidos no mesmo ano ou em anos próximos, capazes de interagirem, em tensão fecunda, com outros grupos contemporâneos e/ou com os representantes de grupos geracionais precedentes e de se projectarem, sempre de modo dinâmico e dialéctico, no futuro imediato. Neste sentido básico e genérico, Sidónio Pais teve a sua inserção geracional e o trajecto da sua vida exemplifica, muito bem, a natureza paradoxal deste processo vital e histórico: misto de unidade, em torno de algumas ideias, valores e sentimentos congéneres, e de heterogeneidade, tanto pela integração de elementos avulsos e até opostos entre si, como pela osmose intergrupar e internacional. Una e múltipla, coerente e contraditória, eis, afinal, a invariável síntese operada por cada geração...

Aluno premiado

Perspicaz e aplicado, Sidónio não tardou a dar nas vistas como «curso» na respectiva Faculdade, sendo logo premiado no final do seu 1.º ano lectivo. A principal «distinção literária» — o *partido*⁽⁵²⁾ — coube a António dos Santos Viegas (ordinário), seguido de três *accessit sem gradação*:⁽⁵³⁾ o de Alberto César de Faria Graça (voluntário); o de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (ordinário); e o de Virgílio Afonso da Silva Poiares (obrigado). E daí em diante será sempre premiado, com e sem compensação pecuniária, quer até à conclusão do curso preparatório para as armas, quer mais tarde quando regressar a Coimbra para completar o curso geral de Matemática. Em ambas

⁽⁴⁹⁾ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — *Afonso Costa*. Lisboa: Editora Arcádia, 1972, p. 21-22.

⁽⁵⁰⁾ Ver MARÍAS, Julián — *El Metodo historico de las geraciones*. Madrid: Revista de Occidente, 1961, 3.ª ed.

⁽⁵¹⁾ Cf. ERIKSON, Erik H. — *Luther avant Luther. Psychanalyse et histoire*. Paris, Flammarion Editeur, 1968, p. 300-301.

⁽⁵²⁾ Regulado por portaria de 22 de Março de 1865. O seu valor em dinheiro, em 1860-61, cifrava-se nos 50\$000 réis. O valor da distinção prémio era, no mesmo ano, de 40\$000 réis. Sobre prémios ver portaria de 3 de Dezembro de 1864.

⁽⁵³⁾ As honras de *accessit*, que não correspondiam à atribuição de um subsídio ou bolsa, aparecem reguladas pelo decreto de 25 de Novembro de 1839, art.º 6.º § 5.º.

as fases pertencerá a um reduzido lote de alunos, singularizado pela natureza dos seus estudos, como observou Norton de Matos em suas memórias.⁽⁵⁴⁾

Apesar de alegadamente se alhearem nas aulas de Economia Política,⁽⁵⁵⁾ os alunos de Medicina e de Matemática estudavam, segundo o depoimento de Pacheco de Amorim, todos os dias as lições⁽⁵⁶⁾ e eram assíduos às aulas, concentradas num espaço marcado pelo grande quadro de ardósia fixado na parede, pelo estrado da cátedra — local do *magister dixit* — e pelas arquibancadas, com numeração dos lugares, de baixo para cima, de onde os alunos respondiam de pé se chamados à lição — ritual célebre e intimidatório, baseado na récita *ipsis verbis* da matéria registada na sebenta, a que, normalmente, só os «cursos» podiam corresponder com êxito. Em Matemática, ainda segundo Pacheco de Amorim, era assinalável a diversidade de práticas pedagógicas: havia professores que explicavam a lição para a aula seguinte, antes de fazerem a chamada; outros explicavam o mesmo assunto durante várias aulas seguidas e só então é que procediam às chamadas; e havia, também, os que só chamavam e não explicavam. Será, curiosamente, esta Faculdade a primeira a ter a matrícula de uma mulher no ano lectivo de 1891-1892 — Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho, condiscípula de Sidónio Pais de 1895 a 1898 e sua hagiógrafa em 1919.⁽⁵⁷⁾

Quando em Outubro, como de costume, teve início o ano lectivo de 1888-1889, Sidónio era ainda civil, mas a 12 de Dezembro de 1888 alistava-se voluntariamente no Regimento de Infantaria n.º 23, sediado em Coimbra, onde se manteve até finais de 1889, ao mesmo tempo que obtinha licença⁽⁵⁸⁾ para prosseguir os seus estudos como ordinário, porque tinha já os quinze anos de idade exigidos por lei. Estava no 2.º ano com frequência às seguintes cadeiras: a 2.ª de Matemática — Cálculo diferencial e integral, das diferenças, directo e inverso, das variações e das probabilidades — a cargo do lente catedrático José Bruno de Cabedo d'Almeida Azevedo e Lencastre, que o honrou com a oferta de um exemplar de artigo publicado no *Jornal de Ciencias Mathematicas* (n.º 1, 1889); a 2.ª de Filosofia — Análise Química — leccionada pelo doutor Francisco Augusto Correia Barata; a 3.ª de Filosofia — Física, 1.ª Parte — da responsabilidade do doutor António dos Santos Viegas, lente de prima, Decano, Director da Faculdade de

⁽⁵⁴⁾ Cf. MATOS, Norton de — *Memórias e trabalhos da minha vida. Factos, acontecimentos e episódios que a minha memória guardou. Conferências, discursos e artigos e suas raízes no passado, vol. 1*. Lisboa: Editora Marítimo Colonial, Lda, 1944, p. 67-68; 2.ª edição.

⁽⁵⁵⁾ Ver PEDROSA, Alcino José Cardoso — Textos e contextos: Forjaz de Sampaio e o ensino da economia política e da estatística, na Faculdade de Direito de Coimbra (1837-1874), in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do congresso «História da Universidade» (No 7.º centenário da sua fundação), 5 a 9 de Março de 1990*, vol. 1. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, p. 317-326.

⁽⁵⁶⁾ Ver AMORIM, Diogo Pacheco de — Outros tempos. *Via Latina*, Coimbra, ano I (5) 27 de Maio de 1941, p. 1; cit. por PRATA, Manuel Alberto Carvalho — *A Academia de Coimbra*, vol. 1, trab. cit., p. 268 e 273.

⁽⁵⁷⁾ Sobre a primeira mulher que ingressou na Universidade de Coimbra ver GOMES, Joaquim Ferreira — Domitila de Carvalho: a primeira mulher na Universidade de Coimbra, in *Idem — Estudos para a história da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Edição do Autor, 1991, p. 35-55. Trata-se, é claro, da mesma Domitila de Carvalho que fez, em Janeiro de 1919, o elogio fúnebre de Sidónio Pais às alunas do Liceu de Garrett.

⁽⁵⁸⁾ Cf. *Processo do Doutor Sidonio Bernardino Cardoso da Silva Pais* (Arquivo da Universidade de Coimbra).

Filosofia e Reitor em 1890-1892; e o 2.º ano de Desenho por João Rodrigues Vieira. Fez os respectivos exames e recebeu o 2.º *partido* — o 1.º fora para António Santos Viegas —, máxima distinção de cariz pecuniário.

la, entretanto, chegando ao fim a década de oitenta com sinais crescentes de uma «crise moral», sentida e empolada pelos intelectuais e pela opinião pública nos seus diferentes aspectos. Para Joaquim António da Silva Cordeiro,⁽⁵⁹⁾ que se deteve, com minúcia e lucidez, sobre a situação financeira, política e colonial subjacente aos acontecimentos de 1890 e 1891, havia uma profunda similitude que ligava os *prodromos da crise que estalou em abril de 1891, com os de 1846 e 1876* e que passava por um conjunto preciso de sintomas: *Então, como no período que vai de 1885 a 1891, desenvolve-se uma febre de movimento bancário, de sindicatos, de companhias que, á sombra do anonymato, ostentam uma mobilização fictícia de capitães... improvisados no papel, avolumando os balanços e promovendo cotações artificiais para engodo d'accionistas ignorantes, com gaudío de políticos em directorias rendosas, á custa d'expedientes bolsistas e operações phantásticas.*⁽⁶⁰⁾ Um clima, enfim, propício à corrupção e aos mais imprudentes desarranjos na administração pública — resumidos pela vulgarisadíssima palavra *escândalo* —, que os dois velhos partidos do rotativismo constitucional não sabiam ou não podiam já modificar, apesar das vozes que no seu seio ou fora dele se erguiam reclamando medidas draconianas.

A crítica implacável ao liberalismo fontista por Oliveira Martins (a partir de 1885 membro do partido progressista), em nome do socialismo de Estado, a corrosiva sátira de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão à sociedade burguesa e provinciana, sustentáculo imperfeito do Poder; a oratória pletórica e impressiva de António Cândido, secundada por Carlos Lobo de Ávila, Emídio Navarro⁽⁶¹⁾ ou Vicente Pindela no sentido de uma reforma «cesarista» do débil sistema parlamentar ou ainda o fôlego poético-emocional de Guerra Junqueiro, convergiriam numa fórmula disciplinadora e moralizadora da *res publica*, arvorada pelo movimento da «Vida Nova» e dos «Vencidos da Vida»,⁽⁶²⁾ e partilhada pelo «autoritarismo regenerador» de que a gerência governativa de Hintze Ribeiro e João Franco, entre 1893 e 1896, constituiu um primeiro ensaio.⁽⁶³⁾ Medidas salvíficas surgiam, também, do lado republicano, onde Teófilo Braga procurara impor o

⁽⁵⁹⁾ Sobre a sua obra filosófica e política ver HOMEM, Amadeu Carvalho — Do «luminismo» ao positivismo. Joaquim António da Silva Cordeiro e a sua obra. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 3, 1981, p. 29-76.

⁽⁶⁰⁾ Cf. CORDEIRO, J. A. da Silva — *A Crise em seus aspectos moraes. Introdução a uma bibliotheca de psychologia individual e collectiva*. Coimbra: França Amado, 1896, p. 68-69. Obra reeditada recentemente com introdução de Sérgio Campos MATOS. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

⁽⁶¹⁾ Sobre Emídio Navarro e Carlos Lobo de Ávila, Conde de Valbom, ambos progressistas ver o retrato negativo traçado por CABRAL, António — *Para a história. Os Culpados da queda da monarquia*: de João Franco a Teixeira de Sousa: outros culpados: cartas históricas e inéditas, memórias políticas. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franca, 1946, p. 205-245 e 273-305.

⁽⁶²⁾ Ver GAIO, Manuel da Silva — *Os Vencidos da vida. Prefácio do Dr. Joaquim de Carvalho*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931; MARTINS, F.A. Oliveira — *D. Carlos I e os «Vencidos da Vida»*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1942; e Idem — *O Socialismo na Monarquia. Oliveira Martins e a «Vida Nova»*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1944.

⁽⁶³⁾ Ver SARDICA, José Miguel — *A Dupla face do franquismo na crise da monarquia portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994, p. 44 e ss.

seu republicanismo federativo, composto a partir do positivismo à Littré e do nacionalismo étnico. Medidas essas formalmente conotadas com o radicalismo democrático — sufrágio universal, anti-clericalismo, libertação popular pela instrução...⁽⁶⁴⁾

Em Coimbra, os estudantes eram menos iguais entre si pelo agravamento da diferença sócio-económica⁽⁶⁵⁾ e eram cada vez mais sensíveis aos efeitos da «crise moral» do último quartel do séc. XIX. Nestas condições medrou, naturalmente, a tensão entre «vermelhaços ou republicueiros» e monárquicos, de mistura com actos de vincada contestação académica ao sistema de ensino (nomeadamente na Faculdade de Direito),⁽⁶⁶⁾ antes e, sobretudo, logo após o *Ultimatum* — a célebre nota ou *memorandum* do governo inglês entregue em Lisboa a 11 de Janeiro de 1890, e que exigia o abandono do célebre «Mapa Cor-de-Rosa» ou projecto da África Meridional Portuguesa.⁽⁶⁷⁾ O seu impacte na consciência nacional foi, como se sabe, imediato e coincidiu com uma nova época.

No fim da década de oitenta, mais precisamente em 1889, acontecia também o fim de um reinado e o começo de outro. «Rei morto, rei posto» — D. Carlos sucedia a seu pai D. Luís. Com este monarca era também enterrada a «paz podre», epíteto usado pelos críticos para a situação política gerada pelo reformismo da Regeneração de 1851. Com D. Carlos I irrompia a fase agónica e mortal não apenas do ciclo dinástico dos Braganças, mas da multissecular Monarquia portuguesa.

Nesse mesmo ano de 1889, Sidónio Pais era um «doutor tropa» com direito a usar o uniforme de soldado. Voltou a ser premiado e de novo com o 2.º *partido*, enquanto o 1.º foi dado ao «urso» António dos Santos Viegas. Quatro colegas — dois ordinários e dois voluntários — haviam sido contemplados com um *accessit sem graduação*. O prémio pecuniário era uma preciosa ajuda e um incentivo importante para cumprir, sem demoras, o plano traçado. Seguia, pois, em frente...

Estava no 3.º ano, como ordinário, inscrito na 3.ª cadeira — Mecânica racional e suas aplicações às máquinas — a cargo do lente catedrático doutor Luís da Costa e Almeida, que adoptara na leccionação da cadeira um trabalho seu, intitulado *Dinâmica do ponto material*, e o compêndio *Mécanique rationnelle* de Duhamel; na 4.ª cadeira — Geometria descritiva. Aplicação à estereotomia, à perspectiva e à teoria das sombras — pelo lente Augusto de Arzila Fonseca, que seguia os *Complementos de Geometria Descritiva* de Sousa Pinto, dois compêndios de A. Manheim e a *Géométrie descriptive* de La Gournerie; e na 5.ª cadeira de Filosofia — Física, 2.ª parte — de que era, então, catedrático o lente António de Meireles Guedes Pereira Coutinho Garrido. E a par do estudo destas cadeiras sabemos que ainda principiou a aprendizagem do alemão, através do francês, retomada mais tarde, a partir de meados de 1895.

⁽⁶⁴⁾ Sobre a concepção filosófica e política de Teófilo Braga veja-se o estudo de HOMEM, Amadeu Carvalho — *A Ideia republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.

⁽⁶⁵⁾ Cf. MATOS, Norton de — *Memórias e trabalhos da minha vida*, vol. I, ob. cit., p. 65-67.

⁽⁶⁶⁾ É, aliás, nesta vertente que se compreende a criação da Associação Académica de Coimbra. Ver LAMY, Alberto Sousa — *A Academia de Coimbra, 1537-1990*, ob. cit., p. 134.

⁽⁶⁷⁾ Ver, entre outros, TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Ultimatum inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 33-75.

Fez acto a todas as cadeiras e voltou a ficar com o 2.º *partido*, quando o ambiente académico coimbrão e nacional atingira o rubro pelo grave incidente diplomático e colonial do *Ultimatum*.

A Indignação nacional

Na imprensa e nos habituais espaços de habitabilidade e de convivialidade estudantil (repúblicas, tascas, botequins...)⁽⁶⁸⁾ irromperam as mais vivas expressões de indignação patriótica e nacionalista, amalgamada com os insistentes apelos à modernização do ensino universitário e de toda a sociedade. A par da ira contra o inglês e contra tudo o que o representasse, surgiu, revigorada, a crítica à Monarquia, aos Braganças e a um figurino parlamentar e rotativista afunilado pelo sufrágio censitário, pelo caciquismo e pela colagem dos dois únicos partidos do sistema à «*mesa*» do orçamento.

Dáí, pois, a contestação e a revolta que atravessaram toda a sociedade: em 11 de Fevereiro de 1890, Lisboa é percorrida por uma grandiosa manifestação que devia culminar na deposição de uma coroa no pedestal da estátua de Camões;⁽⁶⁹⁾ uma subscrição nacional de donativos para a defesa militar do país foi lançada por uma *lustrosa comissão de senhoras, sob a presidência honorária de D. Maria Pia e D. Amélia*;⁽⁷⁰⁾ a Liga Patriótica do Norte, fundada no Porto e presidida por Antero de Quental pretendia ser *uma verdadeira escola de civismo e a criar uma opinião reformadora*, mas em breve se estilhaçou desfeita por intrigas e o seu líder regressou ao lar açoriano para se matar com um tiro de pistola num banco de jardim;⁽⁷¹⁾ em Lisboa, era a Liga Liberal do general João Crisóstomo e de Augusto Fushini⁽⁷²⁾ a apontar a saída para a crise dentro da Monarquia; grupos de pressão influentes, como o Grande Oriente Lusitano Unido, e associações prestigiadas, como a Sociedade de Geografia de Lisboa, procuraram mobilizar a opinião pública internacional a favor da causa portuguesa;⁽⁷³⁾ em Outubro, inseridos num espectáculo teatral, ecoaram, empolgantes e logo muito populares, os acordos de *A Portuguesa*, compostos por Alfredo Keil com letra de Henrique Lopes de Mendonça...⁽⁷⁴⁾

A reacção pronta e indignada ao *insulto inglês* era, afinal, um *admirável movimento* — na evocação memorialística de Magalhães Lima —, *em que se reflectiu a consciencia nacional*. E este histórico republicano e *maçon* adiantou que *Por toda a parte se notava*

⁽⁶⁸⁾ Sobre estes espaços se debruçou, com detalhe, PRATA, Manuel Alberto Carvalho — *A Academia de Coimbra (1880-1926)*, trab. cit., vol. 1, p. 333-352 e 248-266.

⁽⁶⁹⁾ Cf. LIMA, Sebastião de Magalhães — *Episodios da minha vida. Memórias documentadas com fotografias e caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro, Celso Hermínio, Manuel Gustavo, Bordalo Pinheiro e Francisco Valença, 2.ª edição*, vol. 1. Lisboa: Livraria Universal de Armando J. Tavares, 1928, p. 172.

⁽⁷⁰⁾ Cf. TELES, Basílio — *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço de história política*. Lisboa: Portugália Editora, 1968, p. 118.

⁽⁷¹⁾ Cf. TELES, Basílio — *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, ob. cit., p. 127-133.

⁽⁷²⁾ O programa deste movimento apertadário perpassa na obra de FUSHINI, Augusto — *Fragments de memórias. Liquidações políticas*, ob. cit., p. 129 e ss.

⁽⁷³⁾ Ver CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, vol. 1. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991, p. 115-116.

⁽⁷⁴⁾ Ver LEITE, Teixeira — *Como nasceu a Portuguesa*. Lisboa: Terra Livre, 1978.

uma efervescência patriótica, a que se associavam todas as classes, especialmente os estudantes.⁽⁷⁵⁾ Com efeito, em Coimbra, os académicos republicanos acompanharam, com idêntica exaltação patriótica e partidária, a intensa e fervorosa campanha anti-monárquica que desembocaria, inevitavelmente, no 31 de Janeiro de 1891. Os mais esclarecidos e melhor preparados politicamente mergulharam fundo na onda de contestação e a 23 de Março de 1890 — o primeiro dos três dias destinados ao Congresso dos Estudantes Portugueses, do qual brotou a Federação Académica Portuguesa — era posto à venda o primeiro e único número do periódico estudantil *O Ultimatum*, tendo por redactores António José de Almeida (2.º ano de Medicina) e Afonso Costa (3.º ano de Direito). E a encher a primeira página lá estava o violento artigo *Bragança, o último*, essa implacável diatribe contra D. Carlos, escrita pelo dito António José e que lhe custou três meses de prisão, bem como a suspensão imediata do periódico, como o próprio refere no folheto *Palavras d'um intransigente*, de que Sidónio Pais possuiu um exemplar.⁽⁷⁶⁾

Em Lisboa, Higinio de Sousa, quintanista da Escola Médico Cirúrgica de Lisboa, fundava, com Brito Camacho, Estevão de Vasconcelos, ambos de Medicina, Crispiniano Fonseca e José Barbosa, alunos da Politécnica, Luís Serra, Eduardo Fernandes e outros, o jornal diário *A Pátria* (Janeiro de 1890). No Porto saía dos prelos, a 1 de Setembro, *A República Portuguesa*, sendo redactor principal João Chagas,⁽⁷⁷⁾ apoiado pelos portuenses Dionísio Santos Silva, Joaquim Leitão, Alvarim Pimenta, Guedes de Oliveira e José Sampaio (Bruno).

No final do ano, mais precisamente a 13 de Novembro, o terceiranista de Direito João Duarte de Menezes redigiu, de parceria com Francisco Bastos, um feroz *manifesto* que recolheu 121 assinaturas da Academia. Mas a de Sidónio Pais não consta nesse número, ao contrário do referido por Alberto Sousa Lamy.⁽⁷⁸⁾ Dois motivos, pelo menos, explicam o facto: os actos de contestação e, sobretudo, de rebelião política eram considerados como cometidos em frente ao inimigo e punidos com pena de morte pelo Código de Justiça Militar, disposição mantida até 1896, ano em que foi revista pelo Ministro da Guerra, o tenente-coronel José Estevão Morais Sarmiento;⁽⁷⁹⁾ e, em 11 de Novembro de 1890, Sidónio Pais foi avisado para recolher à Escola do Exército, por ter sido destinado à arma de Artilharia. Não admira, por isso, a ausência do seu nome na imprensa estudantil coimbrã.

A Secretaria da Guerra, através da 3.ª Repartição da Direcção Geral enviou, com data de 10 de Novembro, uma relação *das praças matriculadas na Universidade de Coimbra que devem regressar ja à Escola do exercito*. Sidónio auferia, então, um soldo de 500 réis,

(75) Cf. LIMA, Sebastião de Magalhães — *Episodios da minha vida*, ob. cit., p. 173.

(76) ALMEIDA, António José de — *Palavras d'um intransigente. Aos patriotas, aos sinceros*. Coimbra: Tipografia Operária, 1890. (Arquivo de Sidónio Pais - Militar; Lente e Político, Publicações).

(77) Ver CHAGAS, João e COELHO, Ex-Tenente [Manuel] — *Historia da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, tomo I. Lisboa: Empresa Democrática de Portugal Editora, 1901, p. 34 e ss.

(78) Cf. LAMY, Alberto Sousa — *A Academia de Coimbra*, ob. cit., p. 149). O manifesto foi publicado no n.º 77 do jornal *A República Portuguesa*, Porto, 16 de Novembro e transcrito na íntegra (incluídas as assinaturas) por PRATA, Manuel Alberto Carvalho — *A Academia de Coimbra*, vol. 2, trab. cit., p. 145-162.

(79) Ver CARRILHO, Maria — *Forças armadas e mudança política em Portugal no séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 170-171.

no posto de soldado aspirante a oficial do Regimento de Infantaria n.º 3 (sedeado em Viana do Castelo), para onde passara em 20 de Dezembro de 1889. Recebera ordem de marcha para Lisboa, o que o obrigava a suspender a frequência do 4.º ano, no qual se havia matriculado, ao abrigo do ofício da 3.ª Repartição da Direcção Geral da Secretaria da Guerra, de 19 de Outubro, e do despacho do Reitor de 13 desse mês, com a categoria de ordinário às cadeiras do curso matemático e de voluntário às de Botânica e Mineralogia e Geologia, da Faculdade de Filosofia. De propinas pagara 16\$663 réis.⁽⁸⁰⁾

Terá sido surpreendido por essa ordem superior? Não sabemos. Apenas podemos acrescentar que voltara a ser premiado com o 2.º *partido*, logo a seguir ao inevitável António dos Santos Viegas,⁽⁸¹⁾ e que a frequência e conclusão dos três anos eram suficientes como curso preparatório para os oficiais de Artilharia.

Estes dados permitem situar, com rigor, o aspirante Sidónio, de 18 anos de idade, numa fase relevante da sua formação e da decadência e queda da Monarquia.

⁽⁸⁰⁾ *Processo do Doutor Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais*. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽⁸¹⁾ Cf. *Annuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1890-1891*, ob. cit., 1891, p. 116.

Capítulo 3

O Tirocínio do Artilheiro

O Ingresso na Escola do Exército

Sidónio Pais deixou Coimbra e fixou-se em Lisboa, onde seguiu, muito à distância, a revolta falhada do 31 de Janeiro, no Porto, em auxílio da qual o seu condiscípulo António José de Almeida formara um grupo revolucionário.⁽⁸²⁾ Se Sidónio reagiu contra a ordem política vigente — e admitimos que o tenha feito... — foi à beira Tejo, em conluio com camaradas de armas⁽⁸³⁾ e com republicanos civis, alguns deles colegas da academia coimbrã, como João de Meneses, preso, entretanto, no Limoeiro.

A insatisfação crescente dos militares, para além de aspectos corporativos e da progressiva degradação salarial, relacionava-se com a situação colonial portuguesa, muito vulnerável aos interesses estrangeiros, nomeadamente da Grã-Bretanha, e muito frágil do ponto de vista administrativo e defensivo. Daí que as campanhas de pacificação em África e os seus heróis⁽⁸⁴⁾ tenham servido, por um lado, para acicatar a auto-estima nacional e, por outro, para pôr em confronto a classe política dos velhos partidos rotativos e dos seus ramos dissidentes com uma elite militar moldada pela cultura romântica e pela moral híbrida (burguesa e aristocratizante) do sacrifício, do dever altruísta, da subordinação absoluta⁽⁸⁵⁾ e do *amor sublime* pela Pátria.⁽⁸⁶⁾ Enfim, uma elite militar profes-

⁽⁸²⁾ Sobre o relato da acção estudantil na revolta ver ALMEIDA, António José de — *Desaffronta. Historia d'uma perseguição*. Coimbra: Augusto de Oliveira Editor; 1895. Sobre a revolta em geral ver CHAGAS, João e COELHO, Ex-Tenente [Manuel] — *Historia da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, tomo 4, *ob. cit.*, p. 252 e ss.; e [FERRÃO, Carlos] — *Hitória da República. Edição comemorativa do 50.º aniversário da implantação da República*. Lisboa: Editorial Século, s.d., p. 71-75. Uma parte substancial da documentação bibliográfica, arquivística e iconográfica relativa ao 31 de Janeiro e ao manifesto dos emigrados pode ver-se em MARQUES, A. H. de Oliveira — *A Revolução de 31 de Janeiro de 1891*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1991.

⁽⁸³⁾ Ver PIMENTEL, Emílio — *Academia e Exército para solemnizar o dia 11 de Janeiro de 1891. 1.º aniversario do ultimatum com a Inglaterra*. Porto: Tip. Casa Editora Alcino Aranha & C.ª, 1891.

⁽⁸⁴⁾ Ver MARTINS, Ferreira (General) — *História do Exército Português*. Lisboa: Inquérito, s.d., p. 420-480; e ainda BRANDÃO, Zeferino — *Glorias militares portuguesas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907, p. 67 e ss.

⁽⁸⁵⁾ Cf. LEAL, J. — A Pena de morte nos crimes de insubordinação. *Revista Militar*. Lisboa, ano 49 (24) 31 de Dezembro de 1897, p. 740.

⁽⁸⁶⁾ Sobre este tópico não exclusivo do Exército português ver LOSADA MALVÁREZ, Juan Carlos — *Ideologia del ejército franquista, 1939-1959*. Madrid: Ediciones Istmo, 1990, p. 25 e FERRAZ, Francisco César Alves.

sionalizada e, em parte, orientada por uma formação politécnica de inspiração positivista e prussiana,⁽⁸⁷⁾ tendo como pano de fundo, a nível nacional e internacional, o complexo e gradual processo de transformação orgânica dos Exércitos, que de nacionalizados de carácter permanente tendiam a ser concebidos como nacionais de feição milicianas.

A matriz profissional e politécnica parece-nos muito importante para se perceber o comportamento futuro não só de Sidónio Pais, mas dos que com ele, e nas levas seguintes, passaram pela Escola do Exército. E, a propósito, refira-se que a 25 de Outubro de 1890 deu também aí entrada com 21 anos incompletos, vindo do Colégio Militar; o jovem soldado António Óscar de Fragoso Carmona, filho e neto de militares, aspirante a oficial de Cavalaria, curso concluído a 30 de Novembro de 1892, com a média mais alta (12,1) dos oito finalistas da sua Arma.⁽⁸⁸⁾ Embora de cursos diferentes e oriundos de bases sócio-profissionais e culturais diversas, Carmona e Sidónio cruzaram-se, fugazmente, no antigo Palácio da Bemposta, junto ao Largo do Mitelo e ao Campo dos Mártires da Pátria.

O ingresso na Escola do Exército foi acompanhado de uma inspecção sanitária efectuada no Hospital Militar Permanente de Lisboa, que o declarou *prompto para todo o serviço*. Exigiu ainda a apresentação das certidões autenticadas dos três anos de preparatórios feitos em Coimbra,⁽⁸⁹⁾ o diploma de estudos passado pelo Director da Escola Politécnica de Lisboa, em 20 de Dezembro, e a respectiva matrícula no 1.º ano do Curso de Artilharia, sob o n.º 183,⁽⁹⁰⁾ onde foram registados os seguintes *signaes característicos* do novo aluno: 1m e 68 cm de altura; olhos castanhos, nariz e boca regulares, cabelos castanhos e rosto oval de côr pálida!..

O ano lectivo começara, como de costume, a 3 de Novembro (para encerrar a 15 de Julho do ano seguinte), mas só cerca de quinze dias mais tarde é que lhe foi possível iniciar a frequência às aulas, procedendo como em Coimbra — com reserva, aplicação e máximo aproveitamento. E instalou-se, ao que parece, num prédio anexo à Escola — o n.º 2, 1.º andar, do Largo do Cabeço da Bola —, em regime de internato, concebido no decreto de 14 de Dezembro de 1863 como a «pedra angular» da organização interna da Escola, mas que a falta de verbas inviabilizou em larga medida, adiando a construção das instalações necessárias ao internato até meados da década de noventa.⁽⁹¹⁾

— A Política na caserna: a formação de uma ideologia intervencionista militar na crise do Império. *História*, São Paulo (9) 1990, p. 104.

⁽⁸⁷⁾ Cf. OLIVEIRA, J. X. de Athayde e — Problemas importantes. *Revista Militar*, Lisboa, ano 49 (14) 31 de Julho de 1897, p. 418-419; e SOUSA, Gomes de — *Meio século de vida militar, 1888-1938*. Coimbra: Coimbra Editora, 1938, p. 63-65).

⁽⁸⁸⁾ Ver NUNES, Leopoldo — *Carmona. (Estudo biográfico)*. Lisboa: s.n., 1942, p. 31-34; e ainda COSTA, José Joaquim Ribeiro da — *Óscar Carmona (1869-1951). Elementos para o estudo biográfico do Primeiro Presidente da República do Estado Novo. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova*. Lisboa: Universidade Nova, 1993.

⁽⁸⁹⁾ Processo de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes (Arquivo Histórico e Militar).

⁽⁹⁰⁾ *Livro de Matrículas*, ano de 1890; e *Processo n.º 4.124 de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes* (Biblioteca e Arquivo da Academia Militar; Lisboa).

⁽⁹¹⁾ Ver o que a este respeito refere SAMPAIO, Rui Manuel de Almeida Trigueiros (Coronel de Cavalaria) — *História da Academia Militar*, 1.º vol.. Lisboa: s.n., 1991, p. 152 e 209 e ss; e NUNES, Leopoldo — *Carmona*.

Em 1890, precisamente dois anos antes de um novo e significativo plano de reorganização proposto e subscrito por Jorge Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado (Ministro da Guerra) e Pedro Victor da Costa Sequeira (Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria),⁽⁹²⁾ a Escola do Exército tinha a dirigi-la como Comandante, o General de Divisão José Frederico Pereira da Costa, e como 2.º Comandante, o Coronel de Artilharia Barnabé António Ferreira.⁽⁹³⁾ No essencial, seguia ainda o elenco de cursos fixados em 1863, centrando-se as alterações posteriores, nomeadamente as do plano reorganizativo das matérias (decreto de 4 de Dezembro de 1884), na remodelação interna das várias cadeiras. Esses cursos eram cinco: o de Infantaria e Cavalaria, o do Estado-Maior; o de Artilharia, o de Engenharia Militar e o de Engenharia Civil. Pelo plano de 1892 passarão a oito, com o desdobramento daquele primeiro curso em dois distintos (Infantaria e Cavalaria) e com a criação do curso de Administração Militar e Engenharia de Minas.

O curso de Artilharia que Sidónio Pais frequentou nos anos lectivos de 1890-1891 e 1891-1892, tinha uma estrutura curricular dividida em parte teórica e em parte prática. Esta era extensiva a todos os cursos e compreendia três grandes momentos: 1.º, durante os cursos — trabalhos gráficos nas salas de estudo, desenho, levantamentos topográficos nas cercanias da Escola, visitas aos estabelecimentos industriais, manipulações, exercícios fotográficos, exercícios e manobras de infantaria, de cavalaria e de artilharia, esgrima e ginástica, equitação e natação; 2.º, no intervalo dos cursos — exercícios militares, esgrima e ginástica e natação; e 3.º, no intervalo dos cursos, dentro e fóra da Escola — trabalhos nos polígonos, reconhecimentos militares e missões nos trabalhos públicos.

As aludidas dificuldades financeiras atrás referidas adiaram a efectivação deste quadro prático. Quanto ao programa teórico das matérias leccionadas é de frisar, além das específicas a um curso militar, as de acentuado cariz politécnico, a saber: *Fortificação passageira, de campanha e improvisada. Estudo elementar de fortificação permanente e do ataque e defesa das praças e Minas militares, Torpedos e suas aplicações* (3.ª Cadeira Anual, 1.ª Parte, Secções 2, 3 e 4, 3.ª e 4.ª Partes); *Resistência de materiais* (6.ª cadeira bianual, 1.º Ano, 1.ª Parte); *Estabilidade das construções* (6.ª cadeira bianual, 2.ª Parte); *Hidráulica* (6.ª cadeira bianual, 2.º Ano, 3.ª Parte); *Motores hidráulicos* (6.ª Cadeira Bianual, e 4.ª Parte); e *Topografia* (9.ª Cadeira anual, 2.ª Parte, Secções 1 a 8).⁽⁹⁴⁾

Entre as datas regulares de começo e de encerramento, o regime escolar decorria de segunda a sábado, exceptuados os feriados, as férias do Natal (entre o Dia de Natal e o dia de Ano Novo), as do Carnaval (2.ª e 3.ª feiras de Entrudo e 4.ª feira de Cinzas), as de

(*Estudo biográfico*), ob. cit., p. 32-33; e também SILVA, Armando Barreiros Malheiro — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 171-172.

⁽⁹²⁾ O plano data de 30 de Outubro de 1892 e consta da Ordem do Exército n.º 29 de 1892, p. 954-983.

⁽⁹³⁾ Ver SAMPAIO, Rui Manuel de Almeida Trigueiros — *História da Academia Militar*, ob. cit., p. 164-165.

⁽⁹⁴⁾ Ver ANTUNES, José Ricardo da Costa Silva — *Apontamentos para a História da Escola do Exército*, ob. cit., p. 138-140; ver também SAMPAIO, Rui Manuel de Almeida Trigueiros — *História da Academia do Exército*, ob. cit., p. 177 e ss.

Páscoa (da 4.^a feira de Trevas ao Domingo de Páscoa) e as férias escolares (nos meses de Agosto e Setembro). Em Outubro havia grande actividade académica, porque de 1 a 20 desse mês tinham lugar os trabalhos exteriores, ou seja, as visitas a estabelecimentos fabris e a obras em construção, levantamentos topográficos e outras iniciativas realizadas perto da Escola. Enquanto em Junho se efectuavam os exames finais, em Outubro era feita a avaliação de 2.^a época e a especial de habilitação.

A permanência dos alunos nas instalações da Escola oscilava, ao longo do ano lectivo, entre as seis e as oito horas conforme a época do ano. Um tempo repartido pelas aulas e pelo estudo das lições em salas próprias, onde se achavam presentes os oficiais repetidores das 8h da manhã até ao pôr-do-sol. A Biblioteca estava, também, aberta durante o funcionamento das salas de estudo. As aulas teóricas tinham a duração de hora e meia, sendo os alunos sujeitos, de cada seis em seis aulas, a interrogatórios escritos ou orais. Os exames de frequência eram geralmente orais na presença de um júri formado por três lentes, um dos quais era o docente da cadeira, devendo o aluno tirar à sorte o assunto sobre que ia ser examinado. A sebenta era, tal como em Coimbra, o elemento didáctico básico do processo de aprendizagem, não faltando, também, os prémios pecuniários. Não é, aliás, difícil detectar semelhanças na estrutura dos cursos da Universidade e da Escola do Exército, embora a grande e relevante diferença passasse pela componente prática, experimental e pela tutoria nas salas de estudo.

A par de uma vida académica tão intensa e apesar da postura reservada e até distante de Sidónio Pais, podemos admitir que nas horas livres, tal como Carmona⁽⁹⁵⁾ e os outros camaradas, tenha frequentado teatros, cafés, casas de diversão, serões musicais ou dado passeios pela cidade e arredores. Manteve, claro está, o contacto epistolográfico normal com a família e os amigos. Deste período datam os primeiros indícios conhecidos de uma nítida e efectiva apetência pela expressão literária, embora muito reservada (não sai da gaveta...) e ainda muito débil do ponto de vista estilístico e cultural. Em verso soltará os seus ardentes enlevos amorosos e em prosa derramará um pouco da sua percepção moral, da sua sensibilidade estética, da sua mundividência em formação...

Esta apetência e deleite intimista no exercício da escrita não surpreendem, porque, como notou Natália Bebiano, há uma fascinante tradição de matemáticos-poetas ao longo da História das Matemáticas portuguesas. Para além do famoso José Anastácio da Cunha outros nomes se foram associando no mesmo culto às Musas, a ponto de Gomes Teixeira afirmar que *a imaginação é a qualidade primacial para se ser grande na Poesia ou na Matemática; é na imaginação que está a força do Poeta, é na imaginação que está a força do Geómetra*. E Weierstrass, matemático oitocentista, considerava que *um matemático que não seja ao mesmo tempo um pouco poeta nunca pode ser um matemático completo*.⁽⁹⁶⁾ Salvaguardamos, porém e desde já, as distâncias devidas e mantemos, por isso, Sidónio Pais no grupo modesto dos debutantes e dos retraídos, porque não

⁽⁹⁵⁾ Ver NUNES, Leopoldo — *Carmona*, ob. cit., p. 33.

⁽⁹⁶⁾ Cf. BEBIANO, Natália — *O Culto das musas pelos matemáticos de Coimbra*, in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*, vol. 4, ob. cit., p. 122-123.

manifestou, tanto quanto sabemos, necessidade e coragem para publicar os seus escritos literários. Esta apreciação baseia-se, claro está, nos poucos inéditos (cartas,⁽⁹⁷⁾ crónicas, trechos diarísticos, etc.) que pudemos encontrar e que mesmo assim contrastam com a estranha falta de artigos seus em revistas especializadas, literárias e jornais.

Em 1891, o soldado Sidónio — em breve 1.º sargento graduado cadete em execução do decreto de 16 de Dezembro —, já alegadamente «conspirador» e republicano, deixava transparecer, através de um discurso ao mesmo tempo formalista e dramático (a pender para uma certa teatralização das ideias e dos sentimentos), uma oscilação interior entre a moral e a fé católicas, bebidas no lar materno, e a mundividência decorrente da matriz formativa assimilada em Coimbra e aprofundada em Lisboa.

Uma matriz onde, para além da forte vertente positivista, se juntavam, num espesso sincretismo, os biologismos materialistas de Büchner, Haeckel, Moleschott e Vogt, o transformismo de Lamarck, o evolucionismo de Darwin ou as hipóteses evolutivas de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, a cosmogonia naturalista de Spencer, etc. Embora nos faltem dados sólidos, descortinamos já, nesta fase, um perfil ideológico cada vez mais próximo do optimismo cientista, da moral monista de Haeckel e do livre-pensamento maçónico, que só será plenamente atingido e expresso após 1908. Admitimos, por isso, uma gestação mental e cultural marcada pela progressiva integração, entre outros factores, do património cristiano-católico numa concepção naturalista (técnico-científica), humanista e socialista à Proudhon e à Zola. E em tal concepção deparamos com um núcleo central predominante, que contaminará o pensamento e a acção política e que é dominado por uma moral social articuladora de diversos tópicos — a defesa fervorosa da tríade *liberdade, igualdade e fraternidade*, os primados da justiça, do altruísmo, da sinceridade e da honradez, a reacção face à miséria humana, o combate ao individualismo e a busca da suprema felicidade.⁽⁹⁸⁾

Entre dúvidas, angústias, desejo de afectos e aprendizagem da função e da mística militares, terminou o seu curso, a 30 de Novembro de 1892, em décimo primeiro lugar, numa leva de trinta alunos de Artilharia.⁽⁹⁹⁾ Acumulara cento e oito dias por tempo de doença e uma infracção disciplinar, punida com seis dias de detenção pelo comandante do corpo de alunos da Escola e resultante de *não declarar a verdade, quando se procedia a averiguações, motivadas por infracções disciplinares commettidas por um seu camarada, alumno da escola.*⁽¹⁰⁰⁾

⁽⁹⁷⁾ [Carta de Sidónio Pais à sua tia e madrinha D. Claudina da Silva Coelho], Lisboa, 26 de Julho de 1891 (Arquivo da Família Coelho da Rocha - Alguns documentos na posse de D. Maria Augusta e de D. Claudina Helena). Cf. SILVA, Armando B. Malheiro da, TRIGUEIROS, António Júlio Limpo — *Sidónio Pais*, ob. cit., p. 272.

⁽⁹⁸⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 2, p. 751.

⁽⁹⁹⁾ Cf. SIMÕES, José Maria de Oliveira — *A Organização do Exército e as necessidades da artilharia. Discurso proferido na sessão de 8 de Maio de 1905 pelo capitão de artilharia ..., deputado por Leiria*. Lisboa: Câmara dos Deputados/Imprensa Nacional, 1905, p. 9.

⁽¹⁰⁰⁾ Processo de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais. *Informação annual referida a 31 de Dezembro de 1892, Regimento d'Artilharia n.º 1* (Arquivo Histórico-Militar). Desconhecemos os detalhes deste episódio, mas é curioso notar que ele aparece referido por LOPES, Norberto — *Carmona*, ob. cit., p. 32.

Se observarmos a sua folha curricular a primeira impressão que fica é a mediania e a segunda é uma razoável classificação na 6.^a cadeira, onde um dos tópicos era o funcionamento dos motores hidráulicos, com 60 valores. Mais abaixo ficaram a 1.^a cadeira de Legislação, Administração e História Militar (30 valores) e a 4.^a de Balística interna e externa (30 valores). A título de curiosidade note-se ainda que em Higiene teve 14 valores, em Hipologia 10 e nos exames de aptidão sobre a prática dos regulamentos táticos e de serviço 12. A média final foi fixada nesta complexa fórmula: *Obteve setecentos cinquenta e seis valores e oito decimos (755,8) nas diversas provas do seu curso, e o numero onze (11) de classificação, com o valor de onze e cinco decimos (11,5) na lista de apuramento, publicada na ordem do exercito n.º 31 de 1892.*⁽¹⁰¹⁾

Ao biénio de estudo e de apuramento sucedeu logo a errância da vida militar: colocação (ordem de 21 de Janeiro de 1893) no Regimento n.º 2, precedida de um requerimento do jovem 1.º sargento graduado, com data de 3 de Dezembro de 1892, em que solicitava, de harmonia com as disposições do art.º 45 do decreto de 24 de Dezembro de 1869 e do art.º 76 do decreto de 30 de Outubro de 1892, a promoção a 2.º tenente,⁽¹⁰²⁾ e tirocínio obrigatório no polígono de Vendas Novas, zona de exercícios ou de tirocínio prático para os membros do corpo de combatentes.

De Lisboa a Amarante

Durante o tirocínio na Escola Prática de Artilharia e Grupo de Artilharia de Montanha,⁽¹⁰³⁾ o recém-promovido 2.º tenente Sidónio Pais encontrou e chamou a atenção do mais tarde general e académico José Fernandes Costa, que haveria de recordá-lo por *uma espécie de retrahimento, de gravidade, que logo nos chamou a atenção para a sua compostura de pensador e, aparentemente, de triste.*⁽¹⁰⁴⁾

De 14 de Janeiro de 1893 a 23 de Novembro de 1894 fez no Regimento de Artilharia n.º 2, aquartelado em Torres Novas, todo o serviço que por escala lhe competia e que incluiu, por certo, uma passagem pela Serra do Pilar.⁽¹⁰⁵⁾

Em Torres Novas travou conhecimento pessoal com Brito Camacho, mais velho cerca de dez anos. Essa fortuita convivência consta do depoimento deste último, publicado no jornal *A Lucta*, em 18 de Setembro de 1919, e embebido num subtil e viperino despeito, condizente, aliás, com a sua índole de publicista sarcástico, azedo e demolidor.⁽¹⁰⁶⁾

⁽¹⁰¹⁾ [*Livro das Habilitações académicas. Nome: Sidonio Bernardino Cardoso da Silva Paes*]. (Biblioteca e Arquivo da Academia Militar; Lisboa).

⁽¹⁰²⁾ Processo de Sidonio Bernardino Cardoso da Silva Paes (Arquivo Histórico-Militar).

⁽¹⁰³⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 178-179.

⁽¹⁰⁴⁾ Cf. COSTA, Fernandes — *Elogio academico do Dr. Sidonio Pais. Lido na sessão ordinaria da «Classe de Letras» da Academia das Sciencias de Lisboa, a 26 de dezembro de 1918*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1919, p. 11-13.

⁽¹⁰⁵⁾ Cf. Carta do capitão Jacinto Fialho de Oliveira, 28 de Maio de 1907 (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral. Correspondência).

⁽¹⁰⁶⁾ Cf. CAMACHO, Brito — *À Margem. A Lucta*, de 18 de Setembro de 1919, p. 1. Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 181.

Em 23 de Novembro de 1893 recebeu guia para se apresentar em Amarante, no 2.º Grupo do Regimento de Artilharia n.º 4 (Baterias), aquartelado em Penafiel (1.º Grupo). A vida de caserna começava, porém, a provocar-lhe os sintomas do tédio e da asfixia intelectual de que se queixara num dos seus textos avulsos. Mas isso não chegava para perturbar a boa impressão causada nos seus superiores hierárquicos.⁽¹⁰⁷⁾

Apesar do seu crescente anti-provincianismo, foi na provinciana terra amarantina, sita à beira Tâmega, numa mescla de verde, de sinuosas elevações e de idílicos recantos, que sentiu e viveu o alvoroço da paixão... Aí fez novos amigos e reencontrou, pelo menos, um condiscípulo de Coimbra — Anibal Martins Bessa, licenciado em Direito, causídico estagiário do tio materno e candidato a magistrado, carreira que haveria de levá-lo até África.⁽¹⁰⁸⁾ Conheceu-lhe a família — os pais, os tios, as irmãs e os cunhados. Relacionou-se com o causídico Joaquim Bernardino Rodrigues Coimbra, casado com D. Laura Martins Bessa e irmão do dr. António Augusto Cerqueira Coimbra (secretário da Universidade de Coimbra, ministro de João Franco e governador civil de Coimbra após o 5 de Outubro de 1910), o médico militar Sebastião Augusto e o capitão de infantaria Abel Augusto Nogueira Soares,⁽¹⁰⁹⁾ casados, respectivamente, com Palmira e Emília Adelaide Martins Bessa, e moradores no início da rua de S. Gonçalo, defronte do *Club Amarantino*.

De preferência à noite, fumando sucessivos cigarros, acostumou-se a jorrar impressões e ideias na sua letra miúda e nervosa, com rasuras e traços grossos. Num desses exercícios de meditação e de escrita nocturna, dissertou sobre o papel da imprensa na província,⁽¹¹⁰⁾ considerando que a ela cabia uma função *importante na educação alem d'outros fins igualmente uteis como o de promover os melhoramentos materiaes da terra*», no entanto a prática vinha sendo outra e para se sustentar *tem que lançar mão de assumptos que, de fácil exploração attrahem ao mesmo tempo as atenções e conquistam as graças dos seus leitores. Desce á minuciosidade adocicada de anunciar quantas partidas e chegadas, doenças e obitos, casamentos, baptizados, anniversarios, e visitas, tem conhecimento. Acompanha-os de elogios, de retratos, de perfis, de graças, etc.*

Em terra de S. Gonçalo, Sidónio Pais deixou-se enlaçar pela fama do dito Santo, promotor do casamento de mulheres menos jovens.⁽¹¹¹⁾ Foi, talvez, um caprichoso efeito do amor; já conhecia uma donzela, discreta e de feições misteriosas, que acabou por seduzi-lo.⁽¹¹²⁾

⁽¹⁰⁷⁾ *Processo de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, Informações de 1889 e 1893.* (Arquivo Histórico-Militar).

⁽¹⁰⁸⁾ Nascido a 9 de Fevereiro de 1866 e baptizado a 18 desse mês, licenciado em Direito em 1891. Era então, já casado com D. Júlia Gomes, de Coimbra, de quem teve sete filhos e uma filha natural, Maria Júlia (mestiça).

⁽¹⁰⁹⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro — *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina e nacional, 1850-1922*, ob. cit., p. 97-136.

⁽¹¹⁰⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 2, p. 755-756.

⁽¹¹¹⁾ Ver TAVARES, Jorge Campos — *Dicionário de Santos*. Hagiológico. Iconográfico. De atributos. De artes e profissões. De padroados. De compositores de música religiosa. Porto: Lello & Irmão Editores, 1990, p. 68.

⁽¹¹²⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro — *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922*, ob. cit., p. 107.

Essa sua *Afrodite*, muito em breve noiva e esposa, era a mais nova das quatro irmãs de Anibal Bessa e todos eles filhos do negociante Vitorino Ferreira Bessa, antigo depositário dos tabacos (detinha o exclusivo do depósito da Companhia de Tabacos de Portugal), sócio com Manuel Ferreira Bessa e José Moreira Bessa da Casa Bessa & Sobrinho, e natural de Perozelo, Penafiel, e de D. Bernardina Joaquina Pinto Martins (conhecida por Bernardina Augusta), natural de Valença do Minho, mas proprietária em Padornelo, Amarante. Essa recatada e amável *Afrodite* amarantina chamava-se Maria dos Prazeres Martins Bessa, nascera a 29 de Dezembro de 1867, tinha 28 anos, sendo, por isso, mais velha cinco anos do que ele, e possuía alguns delicados atributos — feitio generoso e dócil, tocava piano e conhecia bem os labores domésticos.

O casamento foi combinado em regime de separação de bens e no meio de novas *guias de marcha*, vindo a ocorrer a 2 de Fevereiro de 1895.⁽¹¹³⁾

O jovem casal fixou residência perto do «palacete» da Portela, no topo da vila, pertencente a D. Maria Cândida da Costa Peixoto e aí moradora com o seu segundo marido, o Dr. Miguel Pinto Martins, rotulado pela *Flôr do Tâmega* como um dos mais *notáveis jurisconsultos do paiz, proprietario e capitalista*.⁽¹¹⁴⁾ Este cavalheiro era o tio materno da noiva e um dos promotores da futura carreira universitária do noivo. Da sua fortuna beneficiariam, naturalmente, as irmãs Bernardina Augusta e Emília Martins Mendes (viúvas e usufrutuárias) e os sobrinhos — ao todo sete, porque a sua outra irmã, Maria Carlota, casara com o escrivão João Correia de Sousa Montenegro, de quem tivera duas filhas, a Rosalina e a Maria Preciosa —, mas o benefício maior residia na rede clientelar que teceu ao longo de uma vida cheia de trabalho e de sólidos êxitos sociais.

O Dr. Miguel Pinto Martins correspondia ao *cliché* do notável local ou do cacique eleitoral, elemento característico da natureza e da acção dos partidos rotativos da Monarquia Constitucional. Inserido nas hostes progressistas, era amigo íntimo e de longa data de um vulto ilustre, de uma «águia» que do Marão voara ainda mais alto — até às cumeadas do Poder!...⁽¹¹⁵⁾ O padre e lente de Direito, em Coimbra, António Cândido Ribeiro da Costa foi Deputado, Procurador da Coroa, Conselheiro de Sua Majestade, defensor de uma ditadura aristocrática e progressiva, ou seja, simpatizante do cesarismo de Oliveira Martins e, como este, um dos «Vencidos da Vida».

Sidónio Pais ficou para sempre grato a estes homens e podemos afirmar que de António Cândido recebeu muitas «recomendações» a favor dos filhos de amigos e de protegidos, fossem ou não seus alunos, atendidas sempre com infinita docilidade. E, num gesto de grande à vontade e confiança, o «boca d'oiro» chegou mesmo a pedir-lhe emprestada a capa e batina.

⁽¹¹³⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro — *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922*, ob. cit., p. 108-110.

⁽¹¹⁴⁾ Palavras apropriadas à notícia de *Ultima hora*, de 24 de Novembro de 1901 — primeiro necrológio de uma morte súbita. O articulista esclarece que *Foi victimado por uma congestão apoz uma grave enfermidade de que se tinha restabelecido, pois que ainda hontem passeiara n'esta Villa. (...) Contava 75 annos de idade no pp. dia 19 e deixou testamento cerrado*.

⁽¹¹⁵⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro — *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina e nacional, 1850-1922*, ob. cit., p. 111 e ss.

Surge, por isso, a interrogação: quais os atributos do jovem tenente que mais cativaram estes seus dedicados amigos e tutores? Não foi uma estreita ou total afinidade ideológica e político-partidária, mas algo de pessoal e intrínseco: talvez a vivacidade intelectual, a postura moralista e generosa em prol dos infelizes, a capacidade de observar e de aprender com os outros, a delicadeza e a elegância nas maneiras, a conversa parca, mas insinuante...

Sob o diligente olhar destes novos patronos, começaram, em Setembro desse ano de 1895, os preparativos do retorno a Coimbra.

Sidónio Pais mostrou aptidão, talento e vontade de completar estudos universitários e a rede de patrocínio do tio Miguel Pinto Martins empenhou-se em facilitar não apenas a reentrada pela Porta Férrea para o interior do Paço das Escolas ou para as bancadas das salas de aula, mas ainda o acesso ao interior «sagrado» da *Alma Mater*, isto é, a Sala dos Actos Grandes ou Sala dos Capelos. Lá chegará, não sem esforço e com algumas suspeitas, ainda que infundadas, de compadrio. Lá chegará, enfim, com o apoio de velhos amigos, como Luciano Pereira da Silva, lente substituto da Faculdade de Matemática, a quem recorreu para que soubesse junto dos titulares das cadeiras do 4.º ano quais os livros adoptados e recomendados.⁽¹¹⁶⁾

⁽¹¹⁶⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 192-193.

(Página deixada propositadamente em branco)

Capítulo 4

O Retorno a Coimbra e à Faculdade de Matemática

Chefe de família e estudante

Eram diferentes as obrigações e as limitações de um estudante casado, à espera do primeiro filho. Já não podia instalar-se em qualquer sítio, muito menos numa *República*, ou num Quartel, para já não falarmos de um certo afastamento da nocturna e animada boémia estudantil. Mas no caso de Sidónio Pais pode adiantar-se que o estilo de vida não terá mudado muito em comparação com a sua anterior fase coimbrã, salvo as responsabilidades familiares. A aplicação e o aproveitamento escolares eram os de sempre ou talvez maiores.

O aluguer de casa tornou-se um imperativo, concretizado numa zona excelente e num edifício de três pisos com o n.º 11, situado ao pé do Largo da Sé Velha, no começo da rua do Cabido. A dois passos, subindo essa estreita viela até à Borges Carneiro e galgando um atalho com uma pequena escadaria ao fundo, atingia-se a velha Praça da Porta Férrea. Percurso íngreme, mas feito em escassos minutos...

Na data habitual — 16 de Outubro — começou o ano lectivo de 1895-1896 com a tradicional *oração de sapiencia*, proferida pelo doutor Luís Maria da Silva Ramos, Lente de Prima, Decano e Director da Faculdade de Teologia.

No ano lectivo anterior, Afonso Augusto da Costa, da Faculdade de Direito, requerera acto de licenciado, defendera teses (a 17 de Janeiro e 24/25 de Maio de 1895) com uma dissertação intitulada *A Igreja e a questão social* e recebera grau de doutor (9 de Junho de 1895),⁽¹¹⁷⁾ enquanto na Faculdade de Matemática o tenente de Engenharia António dos Santos Lucas cumprira acto de licenciado, a 15 de Março, com a dissertação *Theoria dos eclipses do sol*, e Álvaro José da Silva Basto fizera o mesmo, a 30 de Março, com a dissertação *Geoide. Determinação das suas dimensões pela medida d'arcos de meridiano*. Destes dois licenciados, o segundo defendeu teses a 29 e 30 de Novembro de 1895 com uma dissertação intitulada *Sobre a equação de Laplace a tres variaveis*, ingressou de imediato numa vaga de substituto na Faculdade de Filosofia, e recebeu grau de doutor a 25 de Julho de 1897; enquanto o primeiro defendeu teses nos dias 4 e 5 de Novembro com uma dissertação sobre *Transformações de contacto* e recebeu o grau de doutor a

⁽¹¹⁷⁾ Sobre a sua vida académica e política ver MARQUES, A. H. de Oliveira — *Afonso Costa*, ob. cit.

28 de Março de 1897, mas não conseguiu ver atendido o seu propósito de concorrer sozinho à vaga de substituto existente na Faculdade de Matemática e acabou envolvido, em 1898, num sério conflito pessoal com Sidónio Pais por causa dessa vaga.

No 4.º ano do curso matemático, além de Sidónio, estavam matriculados, como ordinários, Carlos da Silveira Brandão Freire Themudo e Alfredo Augusto d'Oliveira Machado e Costa, e, como voluntários, Diogo Domingues Peres, José Carlos de Barros e Carlos Braamcamp Freire, filho do Barão de Almeirim, Manuel Nunes Braamcamp Freire. O grupo era, como se vê, muito reduzido, o que não surpreende num curso com tão pouca saída profissional. Na mesma Faculdade era, então, terceiranista a já atrás referida Domitila Miranda de Carvalho.

A avaliar pelas cadeiras feitas pode dizer-se que Sidónio Pais aproveitou ao máximo o regresso ao estudo, desferrando-se, assim, da interrupção a que fora obrigado no início do ano lectivo de 1890-1891. Não se limitou a fazer apenas uma cadeira da Faculdade de Filosofia incluída no 4.º ano do curso matemático, concluindo, também, o 1.º e 2.º anos de Desenho (curso filosófico) e mais duas extra-curriculares. Obteve *partido* na 2.ª parte da 2.ª cadeira — Química Orgânica — de que era catedrático o doutor Francisco Augusto Correia Barata. A 4.ª cadeira — Botânica — a cargo do doutor Júlio Augusto Henriques fê-lo ganhar *prémio*. E o mesmo sucedeu com a 6.ª cadeira — Zoologia — de que era catedrático o conselheiro doutor Manuel Paulino de Oliveira. Para além disto fez ainda na Faculdade de Matemática, com direito a *prémio*, a 5.ª cadeira — Descrição e uso dos instrumentos ópticos — tendo por professor o doutor Francisco Miranda da Costa Lobo e a 6.ª cadeira — Geodesia, topografia e operações cadastrais — a cargo do doutor José Freire de Sousa Pinto.

A par de tão intensa actividade escolar, foi pai pela primeira vez⁽¹¹⁸⁾ e continuou sujeito às naturais exigências do serviço militar, mantendo um afastamento cauteloso da luta política.

Por portaria de 22 de Novembro de 1896 era nomeado para a Comissão de Trabalhos Balísticos, presidida pelo major Fernandes Costa, facto referido pelo próprio no elogio fúnebre atrás referido. A intervenção pronta de António Cândido permitiu que fosse encontrado o meio de conciliar as obrigações profissionais com a permanência em Coimbra para conclusão do curso. As deslocações a Lisboa devem ter sido, pelo menos, reduzidas ao estritamente necessário e quando ocorresse algum acto especial.⁽¹¹⁹⁾

O ano lectivo de 1896-1897 foi iniciado com uma *oração* do doutor Manuel Nunes Geraldês, do Conselho de Sua Majestade, lente de prima, Decano e Director da Faculdade de Direito, na presença habitual dos alunos premiados no ano lectivo anterior. Não duvidamos da comparência de Sidónio Pais, até porque fora o único premiado do seu curso e, além disto, era um finalista conhecido e estimado por alguns professores, achando-se já inserido no meio universitário e nos «círculos» republicanos. Pois se

⁽¹¹⁸⁾ Nasceu o primogénito baptizado Sidónio Bessa Paes. Cf. TRIGUEIROS, António Júlio Limpo; SILVA, Armando B. Malheiro da — *Os Paes de Barcelos*, art. cit., p. 172.

⁽¹¹⁹⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 194-195.

assim não fosse causaria certamente estranheza a sua admissão como *viro clarissimo* e *socium permanentem* na erudita e prestigiada associação científica e cultural *Instituto de Coimbra*.⁽¹²⁰⁾ O diploma data de Janeiro de 1897 e foi assinado por Bernardino Machado (*praeses*) e Afonso Costa (*ab actis*).⁽¹²¹⁾ É curioso, no entanto, notar que este precoce ingresso — anterior à conclusão da formatura — não correspondeu, ao longo dos anos (pelo menos até 1911), a uma participação activa quer como sócio, quer como colaborador da revista *O Instituto*. Não publicou aí nenhum artigo assinado.

Matriculara-se nas 7.^a e 8.^a cadeiras da Faculdade de Filosofia — Mineralogia e Geologia, a cargo do doutor António José Gonçalves Guimarães e Antropologia, Paleontologia humana e Arqueologia pré-histórica,⁽¹²²⁾ leccionada pelo Par do Reino doutor Bernardino Luís Machado Guimarães. E nas 7.^a e 8.^a de Matemática — Mecânica Celeste de que era catedrático o doutor Alfredo Filgueiras da Rocha Peixoto e Física Matemática Aplicação da Mecânica às Construções, pelo Par do Reino doutor Gonçalo Xavier de Almeida Garrett. Requereu acto a todas, tendo obtido prémio na Faculdade de Matemática e prémio na de Filosofia.⁽¹²³⁾ Saiu Bacharel formado em ambas com a classificação final de *muito bom* (19 valores). Foi a mais alta do seu curso matemático e a segunda (19 valores), logo abaixo dos 20 valores de Álvaro José da Silva Basto, do curso filosófico.

Os Actos grandes

O passo seguinte, de acordo com as ligeiras alterações do novo Regulamento de 1871 ao velho modelo dos estatutos pombalinos de 1772,⁽¹²⁴⁾ consistia na habilitação aos *actos grandes* de acordo com a seguinte ordem: acto de licenciado, teses e doutoramento.⁽¹²⁵⁾

A preparação destes actos já não seguia o ritmo das aulas, mas um calendário administrativo. O candidato a doutor recolhia-se a um labor solitário e exigente, tratando através da Secretaria da Faculdade as respectivas formalidades burocráticas. Foi o que Sidónio Pais fez com determinação e rigor, num novo cenário profissional e familiar.

⁽¹²⁰⁾ Ver sobre a sua história, directores e sócios SARAIVA, Jorge António Lima — *Academismo, ideologia e história. O Instituto de Coimbra (1910-1945). Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993, p. 10-41; e MENDES, José Amado — Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa, in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 170-174.

⁽¹²¹⁾ (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral). Diplomas.

⁽¹²²⁾ Ver AREIA, M. L. Rodrigues de, ROCHA, M. A. Tavares da e MIRANDA, M. Arminda — O Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*, vol. 2, ob. cit., p. 91.

⁽¹²³⁾ Sobre o *curriculum* académico de Sidónio Pais há uma folha manuscrita no respectivo processo individual (Arquivo da Universidade de Coimbra) reproduzida por COSTA, José Cunha e — *Ao Correr da penna. A Época*, Lisboa, 1 de Agosto de 1919, p. 1.

⁽¹²⁴⁾ Ver TORGAL, Luís Reis — *Quid Petis? Os «doutoramentos» na Universidade de Coimbra*. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 15, 1993, p. 177-316.

⁽¹²⁵⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 197.

Por ordem do Exército n.º 23 de 30 de Setembro de 1897 passou ao Regimento de Artilharia n.º 6. Estas mexidas periódicas decorriam dos normais deveres de um oficial combatente na progressão da sua Arma, mas podiam comprometer os objectivos académicos. Não era fácil compatibilizar os dois planos e só à custa de um insistente e complexo jogo de influências se conseguia obter resultados animadores. Uma carta de António Cândido, datada de 16 de Outubro desse ano de 1897, não deixa dúvidas quanto a isso. No seu inconfundível estilo e inigualável empenho, apressou-se a esclarecer o seu *distincto amigo* Sidónio Pais das diligências efectuadas.⁽¹²⁶⁾

Entretanto, Sidónio mudara-se da rua do Cabido para uma casa na sossegada zona da Arregaça, Estrada da Beira, perto do Mondego, onde, a 12 de Dezembro de 1897, nasceu o seu segundo filho, António.

No recato do lar entremeava o estudo com uma apertada gestão das finanças domésticas, magras e, nesta fase, ameaçadas não tanto por vícios caros ou por dispendiosas frivolidades, mas pelos encargos académicos. Aos serões, lia, conversava e exercitava os seus dotes musicais. Consta, de facto, que gostava de tocar violino em dueto com a mulher; boa executante, ao piano, de obras de Beethoven, de Schubert, de Mozart e de outros compositores de música clássica. Em tertúlias de amigos e de condiscípulos, o passatempo predilecto consistia em misturar a cavaqueira e o jogo de cartas.

Durante o segundo semestre de 1897, Sidónio Pais entregou-se, certamente, com redobrado afincamento ao trabalho científico, sendo cada vez mais perceptível a estratégia da máxima celeridade em transpor os actos grandes até ao final do novo ano lectivo. Mas todo este empenho no objectivo traçado não o abstraiu da realidade nacional e internacional. Sabemos, por exemplo, ter recebido um bilhete-postal alusivo à *Exposition Internationale de Bruxelles* e ter acompanhado as peripécias do famoso caso Dreyfus.⁽¹²⁷⁾

Sidónio Pais não se alheou deste caso pelas suas óbvias implicações na conduta e ética militares, além do protagonismo de intelectuais famosos como Zola, por quem nutriu uma grande admiração. Embora desconheçamos testemunhos autógrafos da sua atitude mental face ao caso Dreyfus, convém notar que procurou seguir os desenvolvimentos da revisão do processo através da imprensa francesa, concretamente do jornal *Le Figaro*. No seu Arquivo Pessoal encontramos os números de 3, 7, 9 e 13 de Abril de 1899, onde sob a epígrafe *Le Dossier de L'Enquête de la Cour de Cassation* era dado ao prelo o documento da deposição de Cavaignac, antigo Ministro da Guerra. Da sua simpatia por Zola e das suas preocupações morais ousamos mesmo inferir uma íntima predisposição dreyfusista, isenta todavia — tanto quanto julgamos saber — de extrapolações questionadoras do «espírito militar».

O apreço por Zola encontra-se espelhado numa espécie de artigo-recensão, a propósito do último romance da trilogia *Lourdes* (1894), *Rome* (1896) e *Paris* (1898) do mestre francês do *naturalismo*, destinada às páginas de algum periódico. Resta só a

⁽¹²⁶⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., p. 197.

⁽¹²⁷⁾ Ver *Ibidem*, p. 198. E sobre a história deste caso, em França, e seu impacte em Portugal veja-se MEDINA, João — *O caso Dreyfus em Portugal*. «Revista da Faculdade de Letras», Lisboa, 5.ª série, (16-17) 1994, p. 117-231.

primeira tira de papel ou «linguado», manuscrita na frente e no verso. Da prosa corrida ressalta um alinhamento pelas posições cientistas e laicas de ataque ao alegado anacronismo da Igreja Católica e de confiança optimista na redenção humana pela felicidade (a Religião da Humanidade). Atente-se neste elucidativo extracto:

É um livro são. Sera para muitos a rehabilitação do realismo, para mim o triumpho da escola.

É claro que não póde olhar-se só ao «Paris», é preciso junctar este livro aos dois Lourdes e Roma, que com elle constituem a historia da evolução do pensamento de muitos seculos condensada, vivida na vida d'um homem.

Lourdes, Roma, Paris, os tres livros, as tres cidades, ficam os symbolos de tres grandes idéas [redem]ptoras da humanidade, de grandes religiões, que aspiram a dar a felicidade ao homem.

Lourdes synthetisa a fé. A primeira condição, a essencial talvez, de felicidade, é crêr na felicidade. A confiança cega no destino, a certeza de que não ha mal, por grande que seja, que não tenha remedio, a esperança ardente de que esse remedio virá, a supplica fervorosa, o anceio, trazem a convicção, obram o prodigio, produzem a cura. Que therapeutica sublime!⁽¹²⁸⁾

Retenha-se, sobretudo no último parágrafo, o profundo optimismo iluminista e a ilimitada apetência de felicidade.

Mas voltemos ao candente tema dos *actos grandes*.

Em 12 de Janeiro de 1898, Sidónio começou por fazer o exame de licenciatura, para o qual pagou de propinas 32\$160 réis. Rodeado da habitual solenidade dissertou sobre o seguinte argumento: *Rotação da terra considerada esta de forma variável*. Este ponto havia sido escolhido em reunião da Congregação, de 11 de Novembro de 1897, e a resolução foi comunicada por officio dessa data, mas recebido no dia seguinte. Como arguentes estiveram os doutores Alfredo Filgueiras da Rocha Peixoto, Gonçalo Xavier d'Almeida Garrett, José Freire de Sousa Pinto, Augusto d'Arzila Fonseca, Francisco Miranda da Costa Lobo e Luciano Pereira da Silva, e assistentes os doutores João José d'Antas Souto Rodrigues, José Bruno de Cabedo e Henrique Manuel de Figueiredo. Foi aprovado *nemine discrepante* e recebeu o grau de licenciado. Logo a seguir pediu certidões da licenciatura e requereu exame de língua grega, por ser habilitação necessária para o doutoramento. Exame efectuado em 16 de Maio, às 10 h. da manhã, perante um júri presidido pelo doutor Costa Lobo e ladeado pelos colegas Henrique de Figueiredo e Luciano António Pereira da Silva. O examinando foi aprovado.

O acto de conclusões magnas foi requerido pelo candidato a 3 de Junho. Em Congregação da Faculdade de 22 do mesmo mês, foram designados os dias 19 e 20 de Julho para realização do acto. Prestou, então, o chamado *doutoramento científico*, que compreendia uma dissertação inaugural e um projecto de teses⁽¹²⁹⁾ sujeitas a discus-

⁽¹²⁸⁾ [Fragmentos Literários], «Paris» de Zola. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, geral).

⁽¹²⁹⁾ Projecto de Theses de Mathematicas puras e applicadas que se propõe defender na Universidade de Coimbra Sidonio Bernardino Cardoso da Silva Paes. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsecção Estudante e Lente da Faculdade de Matemática).

são oral, parcialmente correlatas daquela. Com efeito, duas das três teses inscritas na secção *Teoria dos Erros*. *Geodesia* apresentam a seguinte formulação: *Combatemos a reforma proposta por Estienne*⁽¹³⁰⁾ *para os fundamentos da Theoria dos erros*; e *A dedução analytica da lei dos erros deve fundar-se no estudo dos erros elementares*. Trata-se, afinal, da problemática desenvolvida na dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas, intitulada *Introdução á theoria dos erros das observações*. Em síntese, é uma exposição da teoria da determinação do melhor valor aproximado de uma quantidade a partir de uma série de observações. São comparados vários métodos em que se discute o que sucede quando se atribuem diferentes probabilidades aos erros das observações. E o trabalho encerra com a dedução do método dos mínimos quadrados. O seu objectivo, tal como foi definido pelo autor, passou, sobretudo, por uma espécie de revisão de literatura, ou seja, *fazer a exposição dos principaes trabalhos conhecidos sobre os principios em que se baseia a determinação de incógnitas, ligadas a uma série de observações, pôr em evidência o que ha de hypothetico e o que ha de rigoroso e de aproveitavel nestas investigações, de maneira que d'este estudo ressalte claramente o estado da questão*.⁽¹³¹⁾

Tendo em conta o estado do conhecimento matemático em Portugal, pode afirmar-se que a dissertação inaugural de Sidónio Pais não inovou, mas primou pela extrema actualização e pertinência da bibliografia consultada, citando mesmo um importante livro de Henri Poincaré, *Calcul des probabilités*, de 1896. Note-se, a propósito, que este foi o maior matemático francês da segunda metade do séc. XIX, tornando-se famoso por dominar uma impressionante variedade de assuntos matemáticos que iam da teoria do potencial ao cálculo das probabilidades, e em todas as novas lições que proferia, na Sorbonne, deixava a marca do seu talento de inovador e de precursor. Como refere Dirk J. Struik, o conjunto das lições de Poincaré continha ideias que vieram a dar frutos nos trabalhos de outros, enquanto muitas ainda aguardam uma futura elaboração.⁽¹³²⁾

Obtida a 21 de Julho a aprovação no acto de *conclusões magnas*, requereu logo o dia em que desejava obter o grau de doutor. O Reitor Pereira Dias marcou-lhe o 24 do mesmo mês, despacho visto e rubricado pelo Decano da Faculdade, doutor Luís da Costa e Almeida. O preço para a obtenção dessa elevada «honra», dessa ascensão ao grau máximo do *cursus honorum* universitário, cifrava-se em 89\$500 réis.⁽¹³³⁾ Não sendo já uma prova científica, exigia, mesmo assim, estudo e concentração. Responsável e meticoloso, Sidónio Pais não deixou de ler atentamente o cerimonial numa versão manuscrita em várias folhas pautadas e presas em caderno, intitulado *Grau de doutor*.⁽¹³⁴⁾

⁽¹³⁰⁾ Refere-se ao opúsculo - ESTIENNE, J. E. (Lieutenant d'Artillerie) — *Étude sur les erreurs d'observation par ... Mémoire présenté à l'Académie des sciences. Séance du 10 mars 1890*. Paris: Berger-Levrault & C^{ie}, Libraires-Éditeurs, 1890. (Arquivo de Sidónio Pais – Publicações).

⁽¹³¹⁾ Cf. PAIS, Sidónio Bernardino Cardoso da Silva — *Introdução á theoria dos erros das observações por ... Licenciado em Mathematica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1898. Inclui dedicatória: «À Minha Mãe e à Minha Esposa».

⁽¹³²⁾ Cf. STRUIK, Dirk J. — *História concisa das matemáticas*. Trad. de João Cosme Santos Guerreiro, 2.^a edição revista e ampliada. Lisboa: Gradiva, 1992, p. 288-290.

⁽¹³³⁾ Cf. TORRAL, Luís Reis — *Quid petis? Os «Doutoramentos» na Universidade de Coimbra*, art. cit., p. 306.

⁽¹³⁴⁾ *Grau de Doutor*, cad. ms. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Estudante e Lente da Faculdade de Matemática).

E se acatou, então, as velhas fórmulas religiosas de uma instituição reformada, em 1772, num sentido estatista, iluminista e profano, não deixará, mais tarde, na sua conhecida *oração de sapiência*, de rejeitar, em nome do laicismo e do progresso, a *mistura do serviço de Deus e do serviço de Minerva*, mantendo-se, porém, medularmente afeito às etiquetas sociais e aos rituais protocolares.

Não se esqueceu, obviamente, de convidar os familiares — com destaque para a mãe, os irmãos, a madrinha, a prima Claudina e o tio materno da mulher, dr. Miguel Pinto Martins —, nem tão pouco os amigos especiais, como os amarantinos dr. José Monteiro da Silva e o conselheiro António Cândido.⁽¹³⁵⁾

A cerimónia decorreu não na data pretendida pelo padrinho, mas a 24 de Julho (dia fixado pela Reitoria), com a «sacralidade» e o lustre habituais, sendo noticiada, de modo conciso, por alguns periódicos de Coimbra.⁽¹³⁶⁾ Um ritual que convocava a tutela do sagrado e permitia ao «eleito» o ingresso pleno no seio da *Alma Mater*. Enquanto *instância simbólica de reprodução do corpo*⁽¹³⁷⁾ era um *ritual de investidura* e, ao limite, de consagração.⁽¹³⁸⁾

Um Atribulado concurso a lente

Durante tão solene e simbólica cerimónia, Sidónio Pais deve ter-se sentido aprensivo. Pairava sobre o seu futuro imediato um assunto grave, referido de leve na atrás citada missiva de António Cândido, capaz de desfazer as expectativas de uma carreira universitária. Essa «nuvem negra» podia impedi-lo de concorrer à vaga de lente substituto aberta na Faculdade de Matemática.

Desde 30 de Setembro de 1897 que Sidónio se achava colocado no Regimento de Artilharia n.º 6, em Penafiel, e destacado na Comissão das Baterias de Costa, mas conseguira, como vimos, beneficiar de licença para conclusão da formatura em Coimbra. Nesta situação se manteve até que, com data de 27 de Julho de 1898, era expedida do Comando da 3.ª Divisão Militar uma nota para a dita Comissão a fim de ser informado o comandante do Regimento n.º 6 que *para organização da bateria que tem de partir para Moçambique, a fim de substituir a força do exercito do Reino, que alli se acha actualmente destacada [...] se torna necessario que recolha imediatamente ao regimento a que pertence o 1.º tenente do mesmo corpo Sidonio Bernardino Cardoso da Silva Paes. A mobilização para África, onde Mouzinho, Caldas Xavier e outros conseguiam com actos de bravura atenuar a debilidade estrutural da nossa força militar ultramarina, chegava*

⁽¹³⁵⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro — *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922*, ob. cit., p. 122 e 236-244.

⁽¹³⁶⁾ Ver Doutoramento. *O Conimbricense* de 23 de Julho, p. 2 e de 26 de Julho, p. 2; Doutoramento. *Tribuna Popular*, de 23 de Julho, p. 2 e de 27 de Julho, p. 2.; e Doutoramento. *O Comercio de Coimbra*, de 24 de Julho. Ver também SILVA, Armando B. Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro — *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922*, ob. cit., p. 122-127.

⁽¹³⁷⁾ Cf. BOURDIEU, Pierre — *Homo academicus*. Paris: Les Editions de Minuit, 1984, p. 112 e ss.

⁽¹³⁸⁾ Cf. TORRAL, Luís Reis — *Quid Petis? Os «Doutoramentos» na Universidade de Coimbra*, art. cit., p. 180.

nas vésperas de um concurso muito desejado e destruía os planos de Sidónio e dos seus protectores. Havia, por isso, que encontrar uma rápida saída para a situação.

Enquanto Sidónio Pais se apresentou logo em Penafiel, acatando disciplinadamente, como era seu timbre, a ordem recebida, António Cândido foi «mexendo os cordelinhos» em Lisboa, junto dos amigos do seu partido progressista, no Governo, e dos amigos filiados no partido contrário (o regenerador), como só ele sabia fazer. Aliás, em carta para o seu protegido chegou mesmo a escrever esta frase lapidar: *Pedi, como eu sei pedir.* (139)

Escudado na ajuda de tão influente amigo, Sidónio Pais desdobrou-se em contactos e em deslocações, e agiu por forma a conseguir a única solução possível: trocar com algum camarada de armas que estivesse disposto a embarcar para Moçambique. E o Comando da 3.^a Divisão Militar, no Porto, veio a dar a sua concordância à troca proposta, ficando reservada a decisão final, que também foi favorável e célere. A *Ordem do Exército*, n.º 15, de 3 de Agosto de 1898, incluía já a sua colocação no Regimento de Artilharia n.º 5 (o 1.º Grupo estava sediado em Viana do Castelo e o 2.º no Porto). A 9 de Agosto era expedida pela Secretaria da Guerra a comunicação do Ministro ao Presidente da Comissão de Baterias de Costa para que o *1.º tenente do regimento d'artilharia n.º 5, Sidonio Bernardino Cardoso da Silva Paes, seja mandado apresentar* na dita Comissão. Em meados de Agosto, António Cândido podia, enfim, felicitar o seu protegido com o conhecido dito francês: *Tout est bien, qui finit bien!* (140)

Vencidos os *actos grandes* em tão pouco tempo e ultrapassada a delicada questão da troca com o tenente de Artilharia n.º 5 João Luís Carrilho, estava, finalmente, assegurado o acesso à última prova ou obstáculo que barrava a entrada, de pleno direito, no «corpo» dos lentes. Mas não podia ainda baixar os braços. Até à finalização do concurso havia que reunir a documentação exigida, preparar uma dissertação e estudar bem a matéria para as provas orais.

O Decano da Faculdade de Matemática e a respectiva Congregação apressaram-se a definir o programa e a acertar datas, enquanto o Reitor, doutor Manuel Pereira Dias, que tomara posse em 26 de Fevereiro desse ano de 1898, assumira a decisão de pôr a concurso a vaga de lente substituto, assunto deixado suspenso pelo seu antecessor — o lente de Medicina António Augusto da Costa Simões. E a 4 de Agosto, por um prazo de sessenta dias, findo a 3 de Outubro, era registado, ao abrigo do decreto regulamentar de 27 de Setembro de 1854, o edital e programa *para o concurso e provimento de uma substituição, vaga na Faculdade de Mathematica.* (141) De acordo com a legislação em vigor, as provas regulamentares teriam lugar na Sala dos Capelos, sob a presidência do Reitor e perante um júri composto pelo Decano da Faculdade de Matemática e quase todos os seus lentes: doutores Luís da Costa e Almeida, Gonçalo Xavier d'Almeida Garrett, Alfredo Filgueiras da Rocha Peixoto, José Freire de Sousa Pinto, Augusto d'Arzila da Fonseca,

(139) Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro — *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina e nacional*, ob. cit., p. 128-129.

(140) Ver SILVA, Armando B. Malheiro da, DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro — *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina e nacional*, ob. cit., p. 129.

(141) *Processos de Professores, Faculdade de Matemática. Dr. António dos Santos Lucas*, cx. 143. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

Francisco Miranda da Costa Lobo, Henrique Manuel de Figueiredo e Luciano António Pereira da Silva (estes dois últimos na categoria de lentes substitutos). O programa estender-se-ia por vários dias — de 10 a 22 de Dezembro de 1898 — e consistiria na *sustentação de dissertação*, seguida de duas lições em dias diferentes e, por último, de uma prova prática.

Estabelecidos e divulgados os parâmetros regulamentares faltava, apenas, que dessem entrada na Secretaria os requerimentos dos eventuais candidatos, que à partida não podiam ser muitos, atendendo a que deviam apresentar certidão dos três *actos grandes* concluídos antes do início do novo ano lectivo. Em tais circunstâncias, não seriam, de forma alguma, uns desconhecidos para os membros do júri. Era, assim, naturalmente esperada a candidatura de Sidónio Pais, que entregou, com data de 22 de Setembro, o seu requerimento. Provável era ainda a de António dos Santos Lucas, formado com menor classificação embora há mais tempo, tendo sido, como vimos atrás, nomeado substituto em 4 de Agosto de 1894. Tratava-se de um candidato forte, cuja capacidade científica foi confirmada pela sua carreira posterior⁽¹⁴²⁾ e que, desde 1895, «vigia» essa vaga à espera de um concurso, de preferência sem concorrentes que lhe fizessem sombra. Tal não sucedeu, podendo-se imaginar a sua frustração!...

Ponderadas as circunstâncias, acabou por requerer, com data de 1 de Outubro (dois dias antes da data limite), a admissão às provas e entregar a dissertação *A determinação da figura da terra pelas observações da gravidade*, dedicada ao seu protector, conselheiro e general José Estevão de Morais Sarmiento (Ministro da Guerra de 7 de Abril de 1896 a 7 de Fevereiro de 1897, num Governo regenerador). Ao fazê-lo provocou uma disputa complicada, renhida, que desde logo preocupou o Director da Faculdade e os seus colegas, segundo as declarações contidas na justificação de desistência que entregou a 9 de Dezembro, um dia antes do começo das provas científicas do concurso. Um documento polémico, dirigido ao Reitor, em que o segundo candidato, indicando nomes e factos, denuncia a falta de imparcialidade do acto e a alegada má fé de alguns lentes, que o haviam encorajado a concorrer, sugerindo-lhe depois a desistência com a promessa da abertura de nova vaga.⁽¹⁴³⁾

Tão indignado protesto, reforçado pela desistência a um acto público supostamente viciado — um *mimo de Natal* preparado pela Faculdade ao candidato Sidónio Pais, segundo o irónico remoque do desistente —, extravasou o estreito círculo universitário e caiu no domínio da opinião pública. O *Tribuna Popular* de 10 de Dezembro — afecto ao partido progressista e do qual foi activo colaborador o doutor Francisco Miranda Costa Lobo — deu conta da realização da primeira prova e da desistência de Santos Lucas. Uns dias depois, em plena fase do concurso, a mesma folha conferia ao assunto o

⁽¹⁴²⁾ Ver PAIXÃO, Braga — Aquele curso de 1894... *Diário da Manhã*, Lisboa, 27 de Junho de 1969, p. 3; SAMPAIO, Rui Manuel de Almeida Trigueiros — *História da Academia do Exército*, ob. cit., p. 218; e GAGEAN, David Lopes; LEITE, Manuel da Costa — *Cultura científica em Portugal: a Universidade e o ensino científico da relatividade e da quântica na 1.ª metade do século XX*, in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*, vol. 1, ob. cit., p. 501.

⁽¹⁴³⁾ *Processos de Professores, Faculdade de Matemática. Dr. António dos Santos Lucas*, cx. 143, *Requerimento de 9 de Dezembro de 1898*. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

destaque da primeira página sob a epígrafe *Concursos de Mathematica*, artigo que pode ter sido escrito por Costa Lobo.⁽¹⁴⁴⁾

No mesmo número, mas como pequena local inserida na segunda página, era noticiada uma *troca de explicações* havida, no dia anterior — 16, sexta-feira à tarde —, entre Santos Lucas e Sidónio da Silva Pais, acrescentando-se aí que esse *facto teve origem no requerimento que o sr. dr. Santos Lucas dirigiu á reitoria da Universidade, declarando os motivos da sua desistência*.⁽¹⁴⁵⁾ Foi, porém, algo mais que uma mera alteração de palavras na Baixa coimbrã. Sidónio Pais agredira fisicamente o seu camarada de armas e antagonista. Não houve pendência com testemunhas das duas partes e marcação do dia do duelo, mas desforra imediata por parte de quem se sentira atingido na sua honra. Uma reacção algo inusitada. É que Sidónio Pais não tinha fama, nem registo na sua folha militar, de desordeiro ou de conflituoso. Aparentava ser retraído, prudente e cioso da sua imagem pública, bem como do juízo de terceiros sobre a sua conduta. No entanto, em situações de forte contrariedade e irritação tendia a perder o controlo e a explodir numa espécie de «fúria vulcânica». Foi o que sucedeu, embora a sua capacidade de auto-contenção o tenha levado, por certo, a meditar um pouco antes de reagir. A agressão ao seu difamador, numa frequentadíssima rua da Baixa, comportava consequências disciplinares, que até vieram a ser atenuadas,⁽¹⁴⁶⁾ mas dava-lhe, também, o ensejo de afirmar coragem e inflexibilidade em questões de honra. Impunha respeito...

Esta atitude parece ter surtido o efeito desejado: a imprensa conimbricense ou foi lacónica, como *O Comercio de Coimbra* e a *Correspondencia de Coimbra*, ou condenou, através do *Tribuno Popular*, as declarações de Santos Lucas. E o próprio Reitor da Universidade, tendo em conta as proporções que o assunto tomara, não se limitou, no fim do concurso, a remeter para Lisboa o respectivo processo com a escolha do único candidato sujeito a provas, mas achou oportuno juntar uma *informação particular*. E aí começou por refutar e classificar de imprópria a exposição do candidato desistente.⁽¹⁴⁷⁾ A terminar, justificou as razões que o levaram a adiar a abertura do concurso, mantendo, assim, o retardamento herdado do seu antecessor e permitindo, na prática, que Sidónio Pais concluísse os seus actos.⁽¹⁴⁸⁾

Da posição final do Reitor deduz-se a da Congregação da Faculdade de Matemática, cujo Director Luís da Costa e Almeida e um dos colegas, o doutor Francisco Miranda da Costa Lobo, haviam sido acusados por Santos Lucas de se oporem a que concorresse à vaga existente. Percebe-se a enorme dificuldade dos lentes matemáticos em escolherem entre dois concorrentes tão qualificados, pelo que a presença e a escolha de um só candidato era uma discreta e cómoda formalidade burocrática.

O concurso prolongou-se de 10 a 22 de Dezembro, sempre da parte da manhã, com início às 11 h. No primeiro dia, o júri presidido pelo Reitor e composto pelos vogais atrás

⁽¹⁴⁴⁾ Cf. *Concursos de Mathematica. Tribuno Popular*, Coimbra, 17 de Dezembro de 1898, p. 1.

⁽¹⁴⁵⁾ Cf. [Local sem título]. *Tribuno Popular*, Coimbra, 17 de Dezembro de 1898, p. 2.

⁽¹⁴⁶⁾ *Processo de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais*. (Arquivo Histórico-Militar).

⁽¹⁴⁷⁾ *Processos de Professores, Faculdade de Matemática. Dr. António dos Santos Lucas*, cx. 143, *Ofício do Reitor, de 28 de Dezembro de 1898*. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽¹⁴⁸⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. vol. 1, p. 215.

mencionados reuniu-se, excepcionalmente, às 11 h e meia, na Sala dos Actos Grandes, para o acto de sustentação da dissertação.

Perante dois arguentes — doutores Arzila Fonseca e Luciano Pereira da Silva — o candidato apresentou e defendeu a dissertação intitulada *Series de numeros*⁽¹⁴⁹⁾ e dedicada ao seu padrinho de doutoramento. Consistiu, em síntese, numa exposição elementar das principais propriedades das séries numéricas simples e múltiplas e de critérios de convergência, desenvolvida, do ponto de vista da investigação, de forma mais didáctica que inovadora, até porque já então estava disponível o *Cálculo Diferencial do Curso de Analyse Infinitesimal* do doutor Francisco Gomes Teixeira,⁽¹⁵⁰⁾ onde esses temas apareciam tratados. O autor partiu de uma definição de série bastante geral, como uma expressão

$$\sum_{m_1, m_2, \dots, m_i} u_{m_1, m_2, \dots, m_i}$$

em que os u_{m_1, m_2, \dots, m_i} são quantidades (funções ou números) e os índices variam no conjunto dos inteiros (positivos ou negativos). Por seu turno, a convergência foi definida como o limite da sucessão

$$S - \alpha, \beta, \dots, \lambda$$

$$S - \alpha', -\beta', \dots, -\lambda'$$

constituída pela soma de todos os u_{m_1, m_2, \dots, m_i} , de tal modo que os índices positivos são inferiores a algum dos $\alpha, \beta, \dots, \lambda$ e os negativos são superiores a algum dos $\alpha', \beta', \dots, \lambda'$.

Apesar do cariz genérico desta definição de série, foram aí estudadas, sobretudo, as séries simples e há só uma secção dedicada à comparação entre séries simples e múltiplas. Note-se que esta temática fora já aflorada numa das *Theses de Mathematicas Puras e Applicadas* defendidas por Sidónio Pais no acto de *conclusões magnas*. Referimo-nos à tese II da secção *Análise infinitesimal*, redigida assim: *É impossível formular uma regra geral de convergencia das series*. Mas na dissertação em foco não se vê este tópico desenvolvido, como também não é fácil precisar, com rigor, o seu âmbito, ainda que possamos de forma indirecta (reconstituição parcelar da biblioteca de Sidónio Pais) recensear óbvias influências, tais como a de H. Laurent,⁽¹⁵¹⁾ de M. Martone⁽¹⁵²⁾ ou de

⁽¹⁴⁹⁾ Ver PAIS, Sidónio Bernardino Cardoso da Silva – *Series de numeros*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1898.

⁽¹⁵⁰⁾ Ver TEIXEIRA, Francisco Gomes — *Curso de análise infinitesimal. Calculo diferencial*. Porto: Tip. Ocidental, 1887. Sobre esta obra ver VILHENA, Henrique de – *O Professor doutor Francisco Gomes Teixeira*, ob. cit., p. 155.

⁽¹⁵¹⁾ Ver LAURENT, H. — *Traité d'algèbre a l'usage aux écoles du gouvernement par ... 5^{ème} édition en harmonie avec les nouveaux programmes. Deuxième partie A l'usage des classes de Mathematiques spéciales*. Paris: Gauthier-Villars et Fils, 1894, p. 87 e ss (Chapitre V. Théorie générale des séries). (Arquivo de Sidónio Pais – Publicações).

⁽¹⁵²⁾ Ver MARTONE, M. — *Introduzione alla teoria delle serie. Parte prima. I determinanti Wronskiani e la legge suprema per ...* Catanzaro: Stabilimento Tipografico Ditta C. Maccarone, 1891; e Idem — *Introduzione alla teoria delle serie. Parte seconda. Il problema universale del Wronski e la risoluzione algebrica dell'equazioni per ...* Catanzaro: Stabilimento Tipografico Vitaliano Asturi e Figli, 1892. (Arquivo de Sidónio Pais – Publicações).

F. Giudice.⁽¹⁵³⁾ Algumas demonstrações assemelham-se bastante às do citado livro de Gomes Teixeira e, em particular, a condição de convergência de Cunha-Bolzano-Cauchy surge sem demonstração ou referência ao seu grau de dificuldade. Esta similitude não esgota, porém, o alcance da dissertação, uma vez que Sidónio Pais conseguiu ultrapassar a exposição de Gomes Teixeira, nomeadamente no respeitante às operações com séries (comutatividade, associatividade, substituição e operações algébricas) e à variedade de critérios de convergência.

Em torno desta temática decorreu a arguição reservada para a primeira prova. Uns dias depois — a 14, pelas 11h — o júri composto pelos doutores Luís da Costa e Almeida, Almeida Garrett e Rocha Peixoto reuniu-se para abrir a urna e extrair o ponto da 1.^a lição, a saber: *Mecânica racional. Que princípios convirá adoptar para fundamento da foronomia?*. O ponto veio a ser discutido no dia 16, pelas 11h e perante um júri alargado a que só faltou o doutor José Bruno de Cabedo e em que foram arguentes, durante uma hora, Costa e Almeida e Henrique de Figueiredo. No dia seguinte, pela hora habitual, era de novo aberta a urna e extraído o ponto da 2.^a lição pelos doutores José Freire de Sousa Pinto, Augusto de Arzila Fonseca e Francisco Manuel da Costa Lobo, versando *Astronomia: Determinação das velocidades radiais das estrelas*. José Freire e Costa Lobo seriam, aliás, os arguentes da lição, realizada no dia 21 e perante um júri, que justificara, de novo, as faltas do doutor José Bruno Cabedo por atestado médico. E no dia seguinte efectuou-se a última prova de carácter prático, tendo começado, por isso, às 10h, na Sala dos Actos Grandes, como as anteriores, e diante de um júri composto pelos doutores Augusto d'Arzila Fonseca, Francisco Miranda da Costa Lobo e Henrique Manuel de Figueiredo. Decorreu, porém, de forma diferente: a urna foi aberta e extraído o ponto, que versava matéria astronómica — *Calcular para Coimbra, e com a aproximação de 0, 1 m, a hora do nascimento do centro da lua no dia cinco de Junho de mil oitocentos noventa e oito, tomando em consideração a refração e paralaxe*. Vogais e candidato, dirigiram-se, de seguida, ao Observatório Astronómico,⁽¹⁵⁴⁾ onde o doutor Sidónio Pais satisfaz o processo prático a que era obrigado, apresentando pelas 14h o seu relatório, que logo foi rubricado pelos referidos vogais do júri e apenso ao processo.

Nesse mesmo dia ou com essa mesma data foi ainda organizado e ultimado administrativamente o processo, mediante a «juntada» (anexos) de *O Conimbricense* (n.º 5.311 de 8 de Outubro de 1898),⁽¹⁵⁵⁾ das actas, do relatório de prova, de requerimentos e do atestado de facultativo. Rematava-o o termo de encerramento com despacho do Reitor para que fosse remetido ao Governo de S. Magestade, com a minha informação particular. *Paço das Escolas, 22 de Dezembro de 1898 = Doutor Manuel Pereira Dias*. E seguiu logo para assinatura régia, nomeação e publicação na folha oficial, o que aconteceu a 10 de Janeiro de 1899. Entretanto, foram averbadas as inevitáveis custas dos direitos de mer-

⁽¹⁵³⁾ Ver GIUDICE, F. — *Teoria delle serie. Parte VIII del formulario pubblicato dalla Rivista di Matematica*. Torino: Tipografia V. Fodratti & E. Lecco, 1894.

⁽¹⁵⁴⁾ Ver MARIANO, Emília Henriques Gouveia da Silva; PINHEIRO, Manuel Augusto Moreirinhas — O Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra, in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*, vol. 2, ob. cit., p. 21-53.

⁽¹⁵⁵⁾ O aviso do concurso saíra previamente no n.º 223 de 6 de Outubro do *Diário do Governo*.

cê.⁽¹⁵⁶⁾ Finalmente, a posse ocorreu a 11 de Janeiro, entrando de imediato nas funções docentes como membro do corpo científico da Faculdade. Transitava, assim, requisitado do *Quadro da Arma* para o Ministério do Reino, mantendo, porém, a sua condição militar e o soldo (único salário auferido) de 1.º Tenente de Artilharia no montante de 35\$000 réis.⁽¹⁵⁷⁾

A sua posse e entrada imediata ao serviço docente deu-se, pois, cerca de três meses após o começo do ano lectivo de 1898-1899, cuja habitual *oração de sapiência* coubera ao lente de prima, Decano e Director da Faculdade de Matemática, doutor Luís da Costa e Almeida. Uma curiosa coincidência se atendermos ao trajecto universitário de Sidónio Pais. O ano lectivo em que entrou como caloiro foi solenizado pela *oração* de Rocha Peixoto e o ano lectivo de lente estreante voltava a ser aberto por um matemático. Coincidência à parte, não dispomos infelizmente de dados que nos permitam afirmar se o novo doutor compareceu ao acto de abertura. Sabemos sim que o Decano da Faculdade de Matemática retomou na sua *oração* o candente tema da reforma da Universidade, declarando que a reforma pombalina estava ainda longe de ser cumprida e permanecia, afinal, o melhor caminho para a plena renovação da Universidade em sintonia com as suas apreciáveis tradições.

⁽¹⁵⁶⁾ *Processo do Doutor Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais.* (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽¹⁵⁷⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 217-218.

(Página deixada propositadamente em branco)

Capítulo 5

Na *Alma Mater* e na Escola Brotero

O Perfil psicológico do novo lente

Aos 26 anos de idade, ou seja, dentro da média geral de ingresso na categoria de lentes substitutos da Faculdade de Matemática, que se cifrava nos 25,7%, passou a fazer parte e a secretariar um «corpo» diferenciado e intergeracional de pessoas congregadas e investidas, segundo Pierre Bourdieu, de poder simbólico — poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*, isto é, um sentido imediato do mundo social.⁽¹⁵⁸⁾

Fê-lo no derradeiro ano de uma centúria marcada por revoluções e pela emergência do operariado como importante força social e política. Um derradeiro ano que, a nível nacional, absorveu a inquietação e a turbulência patentes durante toda essa década. Bastará, talvez, lembrar a epidemia de peste surgida no Porto, nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 1899, e a crise política a ela associada, devido à publicação do decreto de 24 de Agosto, que estabeleceu um cordão sanitário à volta da cidade, isolando-a do resto do país. Esta medida foi considerada excessiva e causou um sentimento de injustiça e de revolta, serenado apenas depois das eleições de 26 de Novembro de 1899, em que saiu vencedora a lista republicana de Afonso Costa, Francisco Xavier Esteves e Paulo Falcão.⁽¹⁵⁹⁾ Vitória incómoda e, de pronto, «sabotada» pelo Governo de José Luciano de Castro através do recurso ao Tribunal de Verificações de Poderes, que a anulou arbitrariamente, ficando o acto adiado para o ano seguinte (18 de Fevereiro de 1900). Sinais dos tempos e, sobretudo, de «alarme» face à «crise moral» que se agravava e agravaria cada vez mais. E — convém frisá-lo — o magistério de Sidónio Pais coincidiu, acompanhou e reflectiu essa vaga de fundo, económica, sócio-cultural e política, lançada contra as instituições, consideradas caducas, e animada por um utopismo regenerador. Anunciava-se, na amarga e dolorosa queda, um *Novo Céu e uma Nova Terra*,⁽¹⁶⁰⁾ um Homem novo...

⁽¹⁵⁸⁾ Ver BOURDIEU, Pierre — *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 9.

⁽¹⁵⁹⁾ Ver SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da — Aspectos do quotidiano na epidemia da peste de 1899. *Cultura. História e Filosofia*, Lisboa, 7, 1993, p. 231-247.

⁽¹⁶⁰⁾ Cf. COELHO, Maria Teresa Pinto — *Apocalipse e regeneração. O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

Em aparente contraste com tal cenário de crise refundadora, brotou do seio da Academia coimbrã, sob a forma fecunda e sintomática de ironia irreverente, a réplica estudantil à moda das comemorações cívicas. Diversos esforços e vontades se congregaram, em Coimbra, para celebrar, de 28 a 30 de Abril, o Centenário da Sebenta, que o Pad'Zé soube evocar em *O Livro do Doutor Assis*.⁽¹⁶¹⁾

A *Sebenta* suscitou a troça académica num contexto de crescente repúdio pela *senilidade do ensino universitário*.⁽¹⁶²⁾ A filosofia e a ciência, no seu pendor positivista, concediam ao ensino e à escola uma função decisiva na emancipação individual e colectiva, na concretização do ideal da cidadania. Nesse espaço modelador de cidadãos conscientes, ilustrados e, sobretudo, devotados ao culto *supremo da Pátria e da Humanidade* a tensão e o conflito podiam resultar da aposta ou da descrença na compatibilidade entre o moderno e o antigo, a tradição e o progresso. A construção do futuro parecia, assim, impor rupturas e ousadas clarificações. Sem se negar a complementaridade dos contrários, cedia-se ao impulso antinómico e criador: Vestia-se, com sincero entusiasmo, o «manto» luzidio da Modernidade, engrossando-se a hoste dos «modernos», à qual Sidónio Pais por formação pertenceu, mas doseando sempre um íntimo e complexo compromisso com certas tradições!...

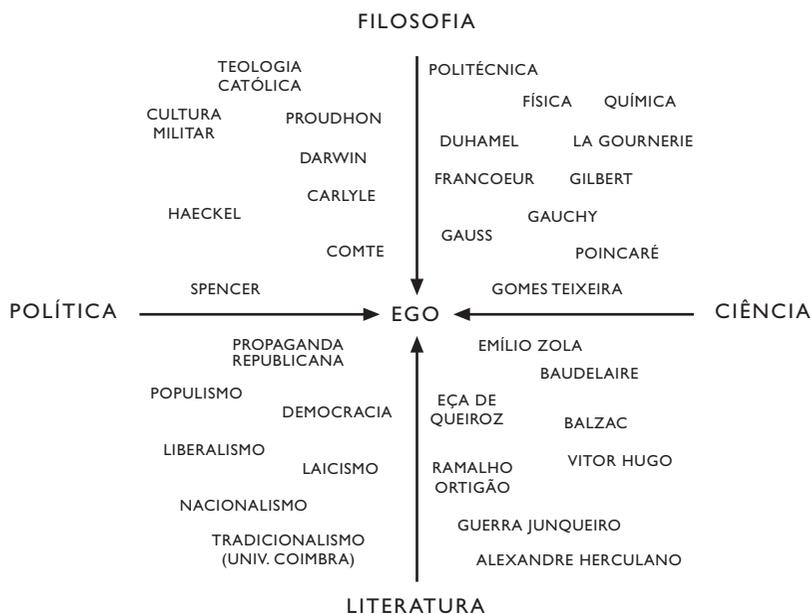
Num *diagrama mental do ego* (psicológico e cultural) com que pretendemos, de algum modo, definir o tipo de formação adquirida, fixamos quatro vectores estruturantes — o filosófico, o científico-matemático, o político e o literário —, nos quais se concentram os autores, os textos e as doutrinas lidas e assimiladas directa ou indirectamente desde a infância até à maturidade.

A disposição gráfica segue a observação dos dados bio-bibliográficos e documentais disponíveis e projecta um Sidónio Pais em que sobressai a matriz positivista, vincadamente politécnica por efeito do seu temperamento prático e muito inclinado às aplicações técnicas dos conhecimentos matemáticos e físico-químicos (electrotécnica, metalomecânica, balística, etc.). Alinhadas nesta matriz surgem, nos vectores filosófico e científico, algumas influências mais ou menos difusas, pressentidas no pouco que deixou escrito, nas cartas, na *oração de sapiência*, nas palestras da Comissão de Extensão Universitária e em textos avulsos de menor fôlego. Devemos ainda acrescentar três aspectos: a importância exercida pela cultura militar, tanto técnico-profissional, como plasmada num discurso de obediência, disciplina, serviço, bravura e patriotismo; a matriz científico-técnica e lógico-matemática prevalecte e condicionadora, no plano da acção, do *corpus* político-doutrinário, bem como de todas as influências literárias recebidas (o naturalismo de Zola, a poesia de Baudelaire, a prosa cortante de Eça de Queiroz ou de Ramalho Ortigão, certa poesia francesa lida na juventude, a poesia panfletária

⁽¹⁶¹⁾ Cf. COSTA, Alberto [Ex-Pad'Zé] — *O Livro do Doutor Assis. Pensamentos, conceitos, anedotas, larachas, chalaças, agudezas, subtilezas, fâcécias, ditos de espírito, calemburgos e charadas do Doutor Assis. Capataz das finanças no primeiro estabelecimento científico do país*. 9.ª edição acrescentada com o 'Ail' Adeus acabaram-se os dias'... Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1945, p. 97-98; 1.ª ed. 1905. Ver sobre o autor a recente biografia de ROSA, J. Mendes — *Pad'Zé. O Cavaleiro da utopia*. Aldeia de Joanes: Junta de Freguesia, 2000.

⁽¹⁶²⁾ Cf. ROSA, Fernando Baeta Bissaia Barreto — *Subsídios para a história. VI: lembranças & comentários*. 2.ª ed. Coimbra: 1961, p. 262.

de Guerra Junqueiro, etc.); e a interferência da matriz científica no processo íntimo da tensão constante entre as emoções e a consciência moral e política, ou seja, prevalece o primado da ciência na compreensão da realidade humana e social.⁽¹⁶³⁾



A gestação fenotípica⁽¹⁶⁴⁾ deste perfil pessoal acompanhou, naturalmente, a individualização do Eu, processo complexo e longo, onde urge, também, incluir o passado liberal dos avôs paterno e materno, a esmerada educação burguesa e religiosa no ambiente provinciano de Caminha ou ainda o «desterro» familiar na Sertã (os problemas profissionais do pai tiveram, certamente, consequências negativas na vida familiar). Todo este processo sofreu o condicionamento genotípico,⁽¹⁶⁵⁾ plasmado na noção operatória de personalidade, entendida, segundo Gordon Allport,⁽¹⁶⁶⁾ como a unidade integrativa do

⁽¹⁶³⁾ Fragmentos literários, I fl. ms sem título. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político, geral).

⁽¹⁶⁴⁾ Por fenótipo deve entender-se, segundo Edgar MORIN, a modificação dos traços hereditários, em função das condições ambientais (Cf. Idem — *O Método*, vol. 2- *A Vida da vida*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s.d., p. 106).

⁽¹⁶⁵⁾ O genótipo corresponde ao património hereditário inscrito nos genes (Cf. *Ibidem*, p. 106).

⁽¹⁶⁶⁾ Uma boa síntese da «psicologia do indivíduo» de Gordon ALLPORT acha-se em HALL, Calvins S. e LINDZEY, Gardner — *Theories of personality, sixteenth print*. New York: John Wiley & Sons Inc., 1966, p. 257-295.

homem com as suas características diferenciais permanentes e as suas modalidades próprias do comportamento, ou seja, a maneira de ser individual, a forma peculiar de sentir, pensar, querer, desejar, agir e valorar. E nesta maneira ou forma peculiar de ser é possível distinguir o carácter; enquanto conjunto das disposições afectivas que adapta as reacções dos indivíduos às condições do seu meio envolvente.

Albino Lapa, no seu *Livro dos Reis e Presidentes da República*, aplicando o método grafológico⁽¹⁶⁷⁾ às assinaturas dos vários Chefes de Estado, incluindo a de Sidónio Pais, esboçou-lhe o carácter nestes termos: *ressalta com evidência uma grande emotividade, actividade variável (períodos de jovialidade alternados com outros de depressão), persistência das recordações, autoritarismo, animosidade, cultura, bondade.*⁽¹⁶⁸⁾ Trata-se de uma leitura curta, aprofundada recentemente pela grafóloga Maria Leonor Sasseti.⁽¹⁶⁹⁾

Por seu turno, o eminente antropologista António Aurélio da Costa Ferreira publicou, após a morte de Sidónio Pais, uma breve nota caracterológica fundada em observações anatomo-fisiológicas e da qual salientamos este passo: *O Dr. Sidonio Paes, com quem em varios periodos da sua vida convivi, tinha características anatomicas dos que se chamam typos respiratorios, individuos particularmente dispostos para soffrer a acção da atmosphaera, do meio aereo e perfeitamente adaptaveis ás suas variações. É principalmente pelo aparelho respiratorio que entram em contacto, ou em continuação, pode-se dizer, com o ambiente. É o tipo que se apresenta, com mais frequencia nos nomadas.*⁽¹⁷⁰⁾ Sendo do tipo respiratório tinha a estatura, a envergadura e a forma harmónica da distribuição dos músculos nos membros, afusiados, e daí *aquellas maneiras elegantes e aquella gesticulação larga e compassada, que ostentava sobretudo quando em publico, bem como a localização de quasi toda a mimica facial no andar médio do rosto.*⁽¹⁷¹⁾ O tamanho e a forma da fronte, bem como o aspecto dos olhos, mostravam tratar-se de um cerebral, porque de cerebral eram os seus *habitos intellectuales e a sua conhecida irritabilidade.*⁽¹⁷²⁾ E em relação com esta característica estavam a sua *atenção interna (olhar perdido, bocca aberta, scismatico, pensativo)* e o seu interesse pelo jogo, incluindo o de azar, graças ao cálculo das probabilidades. A escolha do nome simbólico de Carlyle, quando se iniciou, em 1911, na Maçonaria, parecia denunciar a convicção *de que os factos sociaes se passam segundo*

⁽¹⁶⁷⁾ Ver CREPIEUX-JAMIN, Jean — *L'Écriture et le caractère, 10^{ème} édition*. Paris: Alcan, 1934; Idem — *Les Éléments de l'écriture des canailles*. Paris: Flammarion, 1923; e Idem — *A.B.C. de la graphologie, 2 vols*. Paris: Alcan, 1929. Ludwig KLAGES publicou em 1917 o seu *Handschrift und charakter* (Leipzig: J.A. Barth), de que há trad. francesa: Idem — *Expression du caractère dans l'écriture. Technique de la graphologie. Traduction française revue et augmentée de E. Reymond-Nicolet d'après la 2^{ème} édition allemande*. Neuchatel/Paris: Delachaux & Niestlé S.A., 1947.

⁽¹⁶⁸⁾ Cf. LAPA, Albino — *Livro dos reis e presidentes da republica. Com a colaboração do Instituto Grafológico Português (Drs. A. M. da Fonseca e J. J. Ferreira)*. Lisboa: 1954, p.122.

⁽¹⁶⁹⁾ Baseada em amostras de autógrafos de idades diferentes, a consultora de grafologia D. Maria Leonor SASSETTI teve a amabilidade de elaborar um desenvolvido estudo expressamente para o nosso projecto de pesquisa.

⁽¹⁷⁰⁾ Cf. FERREIRA, António Aurélio da Costa — *O Dr. Sidonio Paes (Ensaio de ethologia)*. *Revista de História*, Lisboa, ano 9, 33-36 (1920), p. 69.

⁽¹⁷¹⁾ Cf. *Ibidem*, p. 70.

⁽¹⁷²⁾ Cf. *Ibidem*, p. 70.

determinadas leis, que se revelam por ocasião de grandes movimentos emocionaes e geram no espirito dos grandes homens «a lucidez da paixão exaltada e o infalível golpe de vista do sentimento heroico», usando destas palavras de Edmond Barthélemy no seu estudo: «La méthode de Thum Carlyle» (*Revue des idées*, 1916).⁽¹⁷³⁾

Complementar desta nótula e pouco posterior é o ensaio de *psicologia política* do médico Fernando Garcia, muito orientado para a compreensão do personagem histórico a partir do seu súbito, efémero e trágico desempenho como Chefe de Estado republicano num contexto de grave crise internacional.⁽¹⁷⁴⁾

Para Fernando Garcia e de acordo com dados biográficos de fiabilidade muito duvidosa, Sidónio foi, do ponto de vista mental, um produto da geração de 90 e da Universidade de Coimbra, de onde saíu infiltrado do vírus jacobino, dos preconceitos revolucionarios, das phantasias genero Rousseau, de que a sua excellente intencionalidade vem sempre eivada neste anno da sua empolgante acção politica.⁽¹⁷⁵⁾ Tal como Passos Manuel, Sidonio era o celta do Minho: o feitio amavel seductor, a alma cheia de bondade; um, como o outro, possuiam o optimismo ingenuo das almas abertas á ternura e á bondade, almas de luz, reflectindo, na sua superficie pura, o verde ridente da paisagem minhota, a frescura dos seus rios.⁽¹⁷⁶⁾ Sobre este fundo céltico, positivo e digno de apreço, operava, desde os tempos de Coimbra, a cerrada mentalidade jacobina e revolucionária, patente até ao fim, mas contraposta, após a estada em Berlim (1912 a 1916), a um modelo diferente e novo — aristocratico, militar, quasi diriamos monarchico. Em Berlim teria assimilado uma linha de atticismo aristocratico, que punha o ultimo sello n'essa encantadora arte de ser rei, que Sidonio Paes, tão habil e tão distinctamente, sonhou pôr em scena.⁽¹⁷⁷⁾ Uma encenação que obedecia aos princípios políticos da *democracia radical*, se ajustava ao pensamento carlyleano e seguia a figura austera e puritana do Protector Olivier Cromwell. Tal sintonia, segundo Fernando Garcia, não foi, porém, total, porque Sidónio Pais afirmou apenas um absoluto desinteresse pessoal, documentado na sua curta trajectoria por um espirito de fidelidade ao que julgava ser a sua missão patriotica, enquanto Carlyle espiritualizou a dictadura Cromwelliana num pensamento religioso, na mystica realização de uma theocracia puritana.⁽¹⁷⁸⁾ Não havia, por isso, sinal algum de que o espirito de Sidonio Paes levasse tão alto a vocação da sua consciencia; ella acantona-se numa zona mais concreta, numa religião mais positiva: o patriotismo.⁽¹⁷⁹⁾ Em síntese, para este autor, a *psychologia revolucionaria de Sidonio* entrara em conflito com a tradição. O seu feitio cavaleiresco, a bondade da sua alma e a dedicação patriótica fizeram dele uma *flôr, tardia já, da velha arvore da cavalaria*, exercendo, por isso, extraordinária sedução na alma portuguesa.

(173) Cf. FERREIRA, António Aurélio da Costa — O Dr. Sidonio Paes, art. cit., p. 70.

(174) Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — Sidónio e sidonismo entre a história e a literatura, art. cit.

(175) Cf. GARCIA, Fernando — *Sidonio Paes. Um Ensaio de psychologia politica*. Setúbal: Associação Setubalense de Caridade, 1921, p. 17.

(176) Cf. *Sidonio Paes. Um Ensaio de psychologia politica*, ob. cit., p. 15.

(177) Cf. *Ibidem*, p. 23.

(178) Cf. *Ibidem*, p. 49.

(179) Cf. *Ibidem*, p. 49-50.

Por último, há que ter ainda presente a análise de João Medina sobre a liderança carismática de Sidónio Pais, numa aplicação literal da tipologia do sociólogo alemão Max Weber, para quem o carisma era a qualidade extraordinária, originariamente determinada de modo mágico, de um personagem dotado de forças ou de características sobrenaturais ou sobre-humanas, inacessíveis ao comum dos mortais, considerado como um mensageiro de Deus e, por conseguinte, como um chefe. Segundo Weber, carisma era ainda uma *vocação* no sentido enfático do termo, ou seja, missão e tarefa interior, livre de regras e independente do passado, da tradição ou do costume.⁽¹⁸⁰⁾ O domínio carismático implicava, assim, a entrega do grupo, numa base irracional, à pessoa do chefe predestinado a uma missão. Neste sentido, João Medina conclui que a análise weberiana se quadra perfeitamente ao caso de Sidónio Pais, o *Presidente-Rei* que exerceu um carisma sobre um povo messiânico, fervoroso, sentimental e entusiasta,⁽¹⁸¹⁾ como o atestam as manifestações ocorridas ao longo de 1918 e, após o seu assassinato, os impressionantes testemunhos de desespero e de dor nas cerimónias fúnebres de Dezembro desse mesmo ano. No entanto, as profundas implicações psicológicas e míticas do fenómeno têm convocado outros modelos explicativos para além do weberiano,⁽¹⁸²⁾ nomeadamente o da psicologia de massas, o da psicanálise, o da psicologia de profundidades ou ainda o da mitanálise.

A todas estas tentativas de caracterização psicológica de Sidónio Pais, contrapomos, de imediato, um complementar esquema interpretativo, que remete, desde já, para um plausível quadro de psicose edípica e depressiva e a presença, ainda que difusa, das chamadas *fantasias messiánicas de salvação*. Mas isto é, tão só, a parcela de um complexo retrato psíquico, reconstituído mediante a aplicação do paradigma psicobiográfico ou psichistórico.

O estudo da personalidade de Sidónio Pais, configurada nos seus traços amplos e essenciais, não pode alhear-se da disfuncionalidade mental congénita patenteada em dois irmãos (Ana da Glória e Aureliano, sendo este falecido, em 1918, com o diagnóstico de esquizofrenia) e, pelo menos, num segundo primo (filho da prima direita Claudina), nem da perda do pai aos 11 anos, em pleno estágio de auto-afirmação e de socialização, deixando-o sem um decisivo referencial estruturante. Esta carência proporcionou-lhe, porém, um papel privilegiado junto da mãe e dos irmãos, de que resultou um acréscimo de responsabilização no grupo familiar, que pode tê-lo descompensado afectivamente: agudizou a psiconeuroticidade e a depressão e desenhou uma baixa auto-estima e uma frágil confiança em si mesmo, sublimáveis pela integração egótica (desejada, mas problemática) da alteridade, isto é, da necessidade individualista de se sentir bem consigo mesmo através de uma sintonização profunda e idealizada com o que os outros sentem,

⁽¹⁸⁰⁾ Cf. MEDINA, João — O Sidonismo ou a República fracturada, in Idem (dir.) — *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias, vol. XI - A República. II O nó górdio e as espadas*. Amadora: Ediclube, 1993, p. 34.

⁽¹⁸¹⁾ Cf. *Ibidem*, p. 36.

⁽¹⁸²⁾ Ver LINDHOLM, Charles — *Carisma. Análisis del fenómeno carismático y su relación con la conducta humana y los cambios sociales*, ob. cit.

sofrem ou anseiam. Nesta linha, as *grandes causas* colectivas, implicadas numa postura sacrificial, funcionam como condição *sine qua non* da plenificação (superação heróica) do individuo. Encaixa-se, aqui o impulso para a salvação (*fantasias messiánicas*), o fascínio intelectualizado pelo herói moral de Carlyle e a capacidade carismática. Mas a estes traços nítidos de psiconeuroticidade e de depressão, detectados pela sucinta análise grafológica de Albino Lapa (*grande emotividade, actividade variável*), há que juntar outros, em nossa opinião, muito vincados na personalidade de Sidónio, alguns deles devidamente sublinhados pela análise grafológica de Maria Leonor Sasseti: energia vital, forte impulso sexual, sensualidade, sensibilidade, sinceridade, actividade, decisão e iniciativa, organização, sentido de observação e clareza. Mais ténues ou híbridos surgem a introversão (relativa, porque contraposta a uma forte postura comunicativa na intimidade), a timidez (aparente ou só perceptível nos primeiros contactos e na ambientação aos novos espaços de sociabilidade) e o autoritarismo (contraditório, porque a sua postura austera e obstinada no contacto externo, egótica e dominadora na esfera privada/íntima, era «minada» pela afectividade, pela tendência para a conciliação e pelo primado absoluto da liberdade).

A sua afectividade foi, de facto, muito rica e complexa, preenchida por um vasto elenco de sentimentos (alegria, tristeza, ansiedade, orgulho, insatisfação, arrependimento, culpabilidade, etc.), mas no que toca às emoções (reacções afectivas de grande intensidade) destacamos, apenas, a ansiedade, o medo, a cólera e, principalmente, a tristeza (fruto de um desamor profundo, de uma íntima insuficiência amorosa), sendo-lhe estranhos (contrários à sua índole) os estados intensos de ódio ou de rancor prolongado. Quanto aos valores, sublinha-se o predomínio claro dos estéticos (propensão para apreciar e vibrar com manifestações de natureza artística, recurso à expressão literária, fascínio pela beleza física apurada no desporto, nomeadamente equestre), dos especulativos (apreço por conceitos de natureza teórica e abstracta), dos sociais (abnegação e acção social, ajuda do próximo ou de grupos sociais carenciados e cunho humanístico) e dos políticos (atração pela política activa, pela vertente realizadora do Poder; pelos movimentos sociais e pelas práticas mais reformistas que revolucionárias). A religiosidade e a espiritualidade foram subsumidas e vividas no âmbito destes quatro valores predominantes. Daí, talvez, a facilidade em mobilizar-se nos planos social e político, imbuído de um patriotismo exacerbado, quase *místico*, fruto da simbiose da sua exaltação passional e visionária com exógenas representações afectivas da vontade popular e do futuro da Pátria.

Numa rápida definição do seu carácter, tendo em conta os três factores estruturantes — emotividade (E), actividade (A) e secundaridade (S)⁽¹⁸³⁾ — e as suas respectivas combinações,⁽¹⁸⁴⁾ Sidónio Pais parece ter possuído características essencialmente de

⁽¹⁸³⁾ De acordo com a teoria caracterológica a emotividade é a facilidade de se perturbar quando tal não sucede à maior parte dos homens; a actividade é a disposição do que age facilmente; e a secundaridade é a retenção no campo da consciência das impressões que nos atingem, deixando, assim, uma marca prolongada, ao invés do sucedido com os primários.

⁽¹⁸⁴⁾ Estão tipificadas as seguintes: apaixonados (EAS); coléricos (EAP); sentimentais (EnAS); nervosos (EnAP); fleumáticos (nEAS); sanguíneos (nEAP); apáticos (nEAS); e amorfos (nEnAP).

três categorias: dos *sentimentais*, considerados meditativos, introvertidos, melancólicos, descontentes com eles próprios, tímidos, vulneráveis e escrupulosos, cativos da memória, algo difíceis nas relações com os outros e individualistas; dos *apaixonados*, ambiciosos, portadores de uma tensão extrema em todas as situações comportamentais, orientados por um único fim, dominadores e aptos para o comando, sabendo usar a sua agressividade, sociáveis, bons conversadores e capazes de encararem com seriedade a família, a pátria e a religião; e dos *sanguíneos*, extrovertidos, atraídos pelo mundo e pelo convívio, onde se mostram polidos, espirituosos e irónicos, dotados de iniciativa e de grande adaptabilidade de espírito, oportunistas, dominados pela sobrevalorização do sucesso social e possuidores de apurado sentido prático.

Evidenciou ainda uma considerável largura do campo de consciência, ou seja, empenhamento e capacidade de superação face aos problemas e aos acontecimentos, uma inteligência de tipo conceptual prático e bastante intuitiva, uma apreensão da realidade mediatizada pelos sentimentos/emoções, e uma polaridade venusiana própria dos que exibem um acentuado polimento de maneiras e dos que são conciliadores, detestam a luta, mas se obrigados a isso tornam-se adversários impiedosos por uma espécie de *aversão* aos que os arrastaram para tão incómoda situação. A prudência, a sensatez e o respeito pela ordem (pelo respeito à autoridade), manifestados na sociabilidade, «ocultam» e interagem, de modo conflitivo, com o impulso da liberdade total, do desconhecido e do diferente. A afeição afectiva (desejo de fazer penetrar em si o mundo exterior) e a ternura (viver envolvido com os outros) combinam por inteiro com a sua postura natural de «pinga-amor» e de sedutor.

Foi, pois, «este» Sidónio Pais, assim estruturado psicologicamente, que assumiu o papel de lente na multissecular e tradicionalista Universidade de Coimbra. A tensão dinâmica e aguda com o anacronismo dessa realidade corporativa ajuda-lo-á, aliás, a desabrochar e a amadurecer.

Os Deveres de principiante

O ensino universitário e, sobretudo, o técnico-profissional viriam a oferecer-lhe o espaço de realização prática e construtiva, orientada pela ideia-força do progresso, em detrimento da investigação pura no campo das matemáticas.

Tanto quanto pudemos apurar, produziu somente os trabalhos exigidos pela carreira académica e profissional e, ao que parece, nada publicou na revista *O Instituto* (1853-1945, Coimbra), no *Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais* (1866-1927, Lisboa) da Academia Real das Ciências, no *Jornal de Ciências Matemáticas e Astronómicas* (1877-1905, Coimbra) ou nos *Anais Científicos da Academia Polytechnica do Porto* (1905-1922, Porto). Ao contrário de Francisco Gomes Teixeira, não foi o sábio matemático, investigador e cientista, mas apenas o professor, o divulgador actualizado dos conhecimentos teóricos, pessoalmente seduzido pela evolução tecnológica.

Esta vertente era, aliás, espicaçada pela conjuntura: a industrialização do país exigia o aumento rápido e significativo de uma elite de cientistas e de técnicos, em vez do predomínio da elite jurídica, ou seja, dessa imensa prole de bacharéis, anichada sob a protecção político-administrativa do Estado. As estatísticas mostram, com uma eloquência chocante,

que ao longo do séc. XIX matricularam-se em todas as Faculdades da Universidade de Coimbra 91 888 alunos, dos quais 48. 301 nas Jurídicas e só 7. 784 em Medicina!⁽¹⁸⁵⁾ Contra esta significativa desproporção se posicionará Sidónio Pais, fazendo suas as teses da nova pedagogia cultivada nas sociedades industrializadas da época imperialista.

Será, pois, um pedagogo arejado num sistema bafiento e viciado: assumiu uma postura nova e inovou na clareza da exposição e na recusa de um saber sebenteiro, acatando, porém, as normas estabelecidas e cedendo à prática da «cunha» (lebrada amiúde pelo seu amigo António Cândido)⁽¹⁸⁶⁾ e da *chamada à lição*.

Mas vejamos, com o detalhe possível, como Sidónio Pais viveu o seu novo papel de lente de Matemática e, sobretudo, como o articulou quotidianamente com as suas múltiplas exigências de pai, de militar, de cidadão...

Entrou ao serviço da sua Faculdade de Matemática na condição de «toureado». Na gíria, a «tourada ao lente» era a recepção feita pela Academia ao professor quando da sua primeira aula teórica.⁽¹⁸⁷⁾ Foi «convidado», por isso, a secretariar,⁽¹⁸⁸⁾ ou seja, a redigir as actas das reuniões do corpo docente, conhecidas por Congregação. Nomeado lente substituto, regeu literalmente como tal, desde 20 de Janeiro, a cadeira do catedrático Almeida Garrett (8.ª cadeira — Física Matemática. Aplicação da Mecânica às Construções), num total de 46 aulas, e a de José Bruno de Cabedo (2.ª cadeira — Cálculo Diferencial e Integral), só nos dias 14 e 16 de Janeiro.⁽¹⁸⁹⁾ A nova cadeira de Análise Matemática Superior (5.ª cadeira, desdobramento de Matemáticas Puras autorizado pela portaria de 11 de Novembro de 1898) fora atribuída a José Bruno de Cabedo, mas, por impedimento deste, Sidónio Pais regeu-a desde 13 de Janeiro e assistiu aos actos da 3.ª cadeira e aos do 4.º, do 2.º e do 5.º anos, de 16 de Junho a 8 de Julho.

O horário normal na Faculdade de Matemática ia das 8 h às 15 h, de segunda-feira a sábado, de modo a haver três aulas semanais, de duas horas por cadeira.

De forma muito discreta e cordata, mas inequívoca, Sidónio Pais não tardou a revelar, em Congregação, o seu perfil mental, o seu alinhamento pedagógico e o seu carácter. Compareceu, pela primeira vez, na reunião de 20 de Janeiro, presidida pelo doutor Avelino Calisto, servindo de Reitor; e a que assistiram, além do secretário, os colegas Luís da Costa e Almeida, Rocha Peixoto, Sousa Pinto, Arzila Fonseca, Costa Lobo, Henrique de Figueiredo, Luciano Pereira da Silva e o professor de Desenho, bacharel Mendes Pinheiro.⁽¹⁹⁰⁾ A reunião seguinte ocorreu a 8 de Fevereiro e Sidónio Pais foi aí nomeado, juntamente com Arzila Fonseca e Luciano Pereira da Silva, para uma Comissão

⁽¹⁸⁵⁾ Cf. CARVALHO, Rómulo de — *História do Ensino em Portugal*. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano. 2.ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 638.

⁽¹⁸⁶⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro — *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina*, ob. cit., p. 238-244.

⁽¹⁸⁷⁾ Cf. LAMY, Alberto Sousa — *A Academia de Coimbra*, ob. cit., p. 719.

⁽¹⁸⁸⁾ Função que cumprirá até 19 de Dezembro de 1910, apesar de, já então, exercer as funções de Vice-Reitor; para que fora nomeado a 23 de Outubro.

⁽¹⁸⁹⁾ *Livro dos Bedeis ou Serviço dos Lentes - Mathematica*, 1896-1900. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽¹⁹⁰⁾ *Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910*. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

encarregue por parte da Faculdade de Mathematica de propor o *aperfeiçoamento do ensino* de acordo com a portaria de 3 de Janeiro de 1899.⁽¹⁹¹⁾ Aí será, também, muito discreto, mas não deixará de intervir; aliás, de forma curiosa e adiante explicada. E aí aceitará a função de 2.º secretário.

A Comissão entrou em actividade, reunindo sempre pelas 19 h., no Paço das Escolas, em sessões presididas pelo Reitor; secretariadas pelo lente de Direito, doutor Abel Pereira de Andrade, e pelo próprio Sidónio Pais, na presença dos representantes nomeados pelas Faculdades.

Na sessão de 23 de Março assistiram os vogais doutores de *Teologia* Luís Maria da Silva Ramos, Manuel de Azevedo de Araújo e Gama, Joaquim Mendes dos Remédios, de *Direito* Abel Pereira de Andrade, José Pereira de Paiva Pitta,⁽¹⁹²⁾ de *Medicina* Manuel da Costa Alemão, Augusto António da Rocha, João Serras e Silva, de *Matemática* Augusto de Arzila Fonseca, Luciano Pereira da Silva, Sidónio Pais, de *Filosofia* Bernardino Machado e António José Gonçalves Guimarães, entrando-se logo na discussão da ordem da noite, marcada na sessão anterior: esquema da organização universitária. De imediato, o lente Augusto Rocha propôs que fossem conservadas as cinco Faculdades de Teologia, Direito, Medicina, Matemática e Filosofia, autónomas como até então, e fossem criadas uma de Letras com os estudos de Filosofia, História e Literatura, e outra de Farmácia para desenvolvimento dos estudos farmacêuticos. Quase todos os vogais tomaram parte na discussão, no fim da qual a proposta foi à votação e ficou aprovada por maioria. Para a próxima sessão ficara agendado o tema dos métodos de ensino.

Só no final do ano é que ocorreu essa sessão. Foi a de 7 de Dezembro, presidida pelo Reitor e secretariada pelos mesmos. Abriu com uma declaração do doutor Bernardino Machado deste teor: não tendo responsabilidade da demora na convocação dessa sessão e do atraso em que os trabalhos se achavam não desejava que isso lhe fosse atribuído. Posição secundada pelo colega Gonçalves Guimarães. O Reitor, doutor Manuel Pereira Dias, responsabilizou-se pelo atraso verificado. Bernardino Machado acrescentou ainda que na Comissão da Faculdade de Filosofia fora substituído o vogal doutor Henrique Teixeira Bastos pelo doutor Álvaro José da Silva Basto, que não estava presente por motivo de doença. Entrando na ordem da noite, foram apresentadas duas propostas, sendo a primeira da iniciativa do doutor Bernardino Machado: *Que se adoptasse como principio a independencia das cadeiras, sendo o grau d'essa independencia marcado por cada uma das commissões das faculdades, tendo em vista que o professor possa especializar-se.* Por sua vez, o doutor Augusto Rocha propôs que *se conservem no ensino universitario os methodos geraes de subordinação hierarchica, ainda actualmente usados, embora sujeitos ás modificações que hajam d'introduzir-se na organização particular de cada faculdade e ás exigências actuaes da especialização.* Postas à discussão, intervieram os doutores Bernardino Machado, Augusto Rocha, Serras e Silva, António Lopes Guimarães Pedrosa

(191) Correspondência. Ver RODRIGUES, Alice Correia Godinho — Ideal republicano e reforma da Universidade de Coimbra. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 7, 1985, p. 316-318. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, geral).

(192) Da Comissão fazia também parte o doutor António Lopes Guimarães Pedrosa.

e Sidónio Pais; na votação, foi rejeitada por maioria a primeira proposta e aprovada por maioria a segunda. No fim, houve declarações de Gonçalves Guimarães e de Guimarães Pedrosa: aquele disse não ter votado nenhuma das propostas por achar a matéria pouco discutida; e este declarou que não assistiu à sessão anterior por motivo de doença, mas que se tivesse estado presente não aprovaria a proposta votada favoravelmente sobre a composição da Universidade por sete Faculdades. Antes de serem concluídos os trabalhos ficou marcada a próxima sessão para o dia 9 do mesmo mês, à mesma hora. A ordem da agenda seria a organização do magistério superior; e as sessões não deviam prolongar-se por mais de três horas.

A 9 de Dezembro reuniram-se os vogais, na ausência de Bernardino Machado e sob a presidência do Reitor: Foi lida a acta da sessão de 23 de Março, após o que o doutor Gonçalves Guimarães declarou que votara contra a proposta do doutor Augusto Rocha aprovada nessa sessão e o doutor Mendes dos Remédios opôs-se à criação da Faculdade de Farmácia. Lavradas estas declarações a acta foi aprovada. Em seguida, procedeu-se à leitura da acta de 7 de Dezembro, aprovada com as declarações de terem votado contra a proposta do doutor Augusto Rocha relativa aos métodos de ensino os vogais Serras e Silva e Mendes dos Remédios. Deu-se, então, a entrada na ordem da noite de uma proposta do doutor Augusto Rocha em que a *fórmula de concurso seja por provas publicas, rapidas, theoreticas e praticas, no sentido das provas já existentes, embora se introduzam no processo actual as modificações que se julguem mais apropsitadas*. Um reparo formal do lente Guimarães Pedrosa levou à reformulação da proposta que recebeu a seguinte redacção: *Proponho que o concurso seja por provas publicas, no sentido das provas já existentes embóra se introduzam no processo actual as modificações que se julguem mais apropsitadas*. Discutida e posta à votação foi aprovada por unanimidade. Sobre quais deviam ser os candidatos a concurso falaram os doutores Guimarães Pedrosa, Serras e Silva, Augusto Rocha, Paiva e Pitta, Gonçalves Guimarães e Costa Alemão, mas como estavam inscritos alguns outros, e em vista do adiantado da hora, o Presidente encerrou a sessão e anunciou a mesma ordem para a sessão imediata, que ficou sem data marcada.

Impõe-se um rápido comentário à intervenção de Sidónio Pais na sessão de 7 de Dezembro. Deduz-se ter sido de apoio à proposta de Augusto Rocha e de rejeição da de Bernardino Machado, exibindo aquela um vincado cariz conciliatório e conservador. O lente Augusto Rocha tinha sido um republicano histórico, fundador com José Falcão, em 1878, do jornal republicano *A Justiça*, e ainda colaborador de outro periódico congénere *O Partido do Povo*, mas o seu perfil político, profissional e ético foi alvo de um corrosivo ataque do quartanista de Medicina e revolucionário do 31 de Janeiro, António José de Almeida, que declarou, no seu polémico livro *Desaffronta*, o seguinte: *A fuga desleal e traiçoeira do partido republicano matou-o, como homem. O processo Urbino de Freitas deu-lhe o ultimo golpe, como profissional. [...] O Augusto Rocha é um homem perdido, que traiçooou o partido republicano, e tem andado errante, a bater á porta de todos os partidos monarchicos, sem nenhum o querer acceitar.*⁽¹⁹³⁾ Entre o radicalismo de Machado

⁽¹⁹³⁾ Cf. ALMEIDA, António José de — *Desaffronta*, ob. cit., p. 17 e 98.

e a excessiva moderação de Rocha, Sidónio apoiou o segundo numa clara rejeição de transformações radicais. Ao iniciar a sua carreira docente e com ela a participação no debate interno das questões do ensino universitário, vêmo-lo próximo dos defensores da ordem hierárquica vigente e de um transformismo pontual e gradualista, sem conseguirmos, no entanto, identificar as motivações profundas desta postura.

A 29 de Julho desse mesmo ano de 1899 efectuou-se, sob a presidência do Reitor, a Congregação final da Faculdade, tendo aí ocorrido um incidente curioso. Segundo a acta redigida pelo próprio Sidónio Pais, o doutor Rocha Peixoto, catedrático da 7.^a cadeira, propôs que voltasse a ser adoptado para compêndio a *Théorie analytique du système du Monde* de Conticoulant (Paris, 1856), em substituição do mais moderno *Traité de Mécanique Céleste* de Tisserand (Paris, 1889). Contra esta proposta insurgiu-se Luciano Pereira da Silva, que havia regido a cadeira durante quatro anos e tinha conseguido ver votada a adopção do, na sua opinião, excelente *Traité* de Tisserand. A posição deste lente substituto foi secundada pelos doutores José Bruno de Cabedo, Henrique de Figueiredo e Sidónio Pais, no entanto a alteração acabou por ser votada por uma maioria quase tangencial.

Itinerários íntimos

Uns dias antes, a 24 de Julho, Sidónio vivera a emoção da paternidade pela terceira vez. Pai de uma menina, Maria Sidónia Bessa Pais, nascida na Estrada da Beira e só baptizada aos 5 de Abril de 1900.

A viragem de século correspondeu, na vida de Sidónio Pais — promovido, entretanto, a tenente, por decreto de 7 de Dezembro de 1899 —, a uma fase de relativo recolhimento doméstico e familiar, que vinha de trás, do regresso a Coimbra, e se prolonga até 1903. A comprová-la restam umas folhas avulsas, uns curiosos fragmentos de *diário* datados de 4 de Janeiro, 5 de Agosto e 10 de Agosto de 1900.⁽¹⁹⁴⁾ A escrita diarística, recorrente em Sidónio, parece ter correspondido a fases introspectivas de pausa na acção ou na turbulência emocional.

Aquela terá sido, pois, uma fase de rotinas e de dificuldades financeiras geridas, aliás, com um certo sentido de economia, o que não deixa de ser curioso, quando se sabe que o jogo de cartas (o *bridge*) e o jogo de azar, praticado com viciados crónicos — era o caso do condiscípulo e lente de Direito, José Maria Joaquim Tavares⁽¹⁹⁵⁾ —, constituíram, mais que um entretenimento, um hábito e um arriscadíssimo estímulo à aplicação dos seus conhecimentos de cálculo de probabilidades. Mas se, além da habitual ajuda financeira à mãe e irmãos, da compra de livros ou das despesas fixas, como a da renda de casa, dispendeu dinheiro no jogo, em encargos extraordinários, como os de 1903, 1906 ou 1909, na esmerada apresentação pessoal e na exigência de conforto,

⁽¹⁹⁴⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 2, p. 758-759.

⁽¹⁹⁵⁾ Ver resenha biográfica enquanto lente em Coimbra in RODRIGUES, Manuel Augusto (dir.) — *Memoria Professorum Vniversitatis Conimbrigensis, 1772-1937*, ob. cit., p. 174. Ver ainda: Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Correspondência.

patenteado, sobretudo, na sua fase política posterior; não há dúvida que procurou gerir as despesas e as magras receitas com lucidez.

O que resta da sua contabilidade doméstica e do balanço-resumo feito no testamento de 15 de Agosto de 1914 confirma não só o modelo patriarcal e burguês, plenamente padronizado, das esposas e mães socio-economicamente submissas ao marido, que era o chefe efectivo da família e administrador incontestado do respectivo património,⁽¹⁹⁶⁾ mas também a estratégia de canalizar o dote da mulher e as receitas do seu trabalho para o *ménage, educação das crianças e previdencia*. Aderiu, por isso, aos benefícios das Cooperativas Militares, da Cooperativa dos Empregados Públicos do Distrito de Coimbra (sócio n.º 211), da Liga dos Funcionários Administrativos (Associação de Socorros Mútuos, Lisboa) e do mutualismo repartido por três montepios (o oficial como militar; o geral e o nacional),⁽¹⁹⁷⁾ um seguro de vida na «Reserva Mutua»,⁽¹⁹⁸⁾ uma apólice no «Portugal Previdente» e, mais tarde, um seguro de vida com risco de guerra na Mutual Life (de 1000 escudos), bem como a compra de acções ou o investimento em cooperativas de habitação.⁽¹⁹⁹⁾

Vemos, assim, reflectida, uma dupla preocupação. Por um lado, tentou compensar a exiguidade de recursos através do recurso ao pluriemprego e aos esquemas de apoio cooperativo ao consumo dos géneros alimentares e de outros bens. Estamos a referir-nos à Sociedade Cooperativa dos Oficiais de Infantaria n.º 23, em Santa Clara, e à Cooperativa Militar, Sociedade Anónima de Crédito e Consumo de Responsabilidade Limitada, de que se tomou accionista ordinário e sócio n.º 1984, em 16 de Julho de 1900.⁽²⁰⁰⁾ Por outro, mostrou-se cuidadoso e previdente na salvaguarda de condições de sobrevivência para a mulher e filhos, em caso de falecimento ou grave acidente súbito.

Mas ao entrarmos na esfera privada do militar e do professor, temos de frisar os seus cuidados com a mãe e a irmã Rita (a *Ritinha* nas cartas e no trato familiar e pessoal), agarradas ao seu torrão natal, e com os irmãos, lançados na senda de uma carreira militar com passagem obrigatória por Coimbra.⁽²⁰¹⁾

⁽¹⁹⁶⁾ Este modelo acha-se devidamente sintetizado por MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) — Portugal da Monarquia para a República, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira — *Nova História de Portugal*, vol. 9. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 654 e ss. Sobre a vertente moral e social do modelo ver CARVALHO, Paulo Archer de — Moralidade e bons costumes. Notas sobre provincialismo e puritanismo nos inícios do séc. XX (a propósito de um caso exemplar). *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 15, 1993, p. 387 e ss.

⁽¹⁹⁷⁾ Ver NUNES, Ana Bela, BASTIEN, Carlos e VALÉRIO, Nuno — *Caixa Económica Montepio Geral. 150 anos de História, 1844-1994*. Lisboa: Montepio Geral, 1994.

⁽¹⁹⁸⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽¹⁹⁹⁾ Em 4 de Dezembro de 1907 adquiriu uma acção no valor de 2.500 réis da Sociedade de Responsabilidade Limitada *Cooperativa de Pão A Conimbricense*, constituída na cidade de Coimbra por escritura pública de 8 Maio de 1906. E por um único recibo de Fevereiro de 1912 fica-se a saber que era o sócio n.º 828 da *Cooperativa Predial Portuguesa. Sociedade edificadora a prestações mensaes. Esponsabilidade Limitada*, que tinha o escritório na Rua do Arsenal, 160, 2.º, Lisboa.

⁽²⁰⁰⁾ Cf. COOPERATIVA MILITAR. Sociedade Anonyma de Responsabilidade Limitada — *Estatuto (Aprovado por decreto de 30 de Setembro de 1902)*. Lisboa: Tip. da Cooperativa Militar, 1902, p. 11-12. Ver, também, *Cooperativa militar. Comemoração do 1.º Centenario, 1893-1993*. [Lisboa]: [Cooperativa Militar], [1993]. Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 235-236.

⁽²⁰¹⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 236-238.

Uma carta de D. Rita para o filho, datada de 29 de Setembro de 1895, esclarece-nos um pouco sobre o apoio prestado por Sidónio aos irmãos, em Coimbra, e o modo como a mãe lhe expunha os assuntos correntes e domésticos. E excertos avulsos de outras missivas, do ano de 1902, fazem alguma luz sobre o percurso dos rapazes, o estado de saúde de D. Rita e da Ana da Glória, o tipo de ajuda financeira prestada e outras miudezas.

Em 11 de Janeiro, D. Rita começou logo por agradecer os 1.500 réis enviados, mostrando-se sensibilizada pelo facto do seu Sidónio se mostrar inquieto *com os meus incommodos, felismente não havia motivo para isso, e depois de ter dito alguma cousa a este respeito ao Aureliano me arrependi lembrando-me que o soubesses*. De acordo com o seu diagnóstico, era apenas debilidade e, por isso, *princípiei a tratar-me um pouco melhor, mas nesta occasião, mandarão-me um pouco de lombo de porco e eu comi algumas vezes e parece-me que foi isto o que me fes a inflamação intestinal*. Na mesma missiva a incontornável carência de recursos: *Quando não pudeses mandar dinheiro não mandes, pois não desejo que faças sacrificios pois agora como o Tone ja principiou a dar-me 10.000 reis mensaes, quer dizer 7.500 por que 2.500 são para o Alberto. Mas ainda que pouco, como é certo, serve de muito e elle dis me que logo que possa me hade mandar mais*. Por fim, uma palavra sobre o Aureliano, ainda em Coimbra, e sobre a Ana da Glória, já sujeita a tratamento psiquiátrico: *Na minha ultima carta para o Aureliano recomendei-lhe mais uma ves que estude, pois o bem é só para elle e oxala que elle continue como até aqui. Tivemos carta do Fiscal do Conde Ferreira e dis que a Anninha continua no mesmo estado sempre com alternativas.*⁽²⁰²⁾

Uns meses depois — a 4 de Julho — é o assunto do Aureliano que abre a carta, seguido de efusivos sinais de contentamento: *Por um postal do Aureliano d'hontem já debes saber que elle chegou sem novidade, e com muita satisfação para nós, tendo eu sentido uma grande alegria quando veio o telegrama, pois podes crer que ainda me parece tudo um sonho, o elle ficar aprovado e livre de tal massada, pois no caso contrario representava isto um anno de sacrificios da tua parte, sem resultado algum satisfatorio.*⁽²⁰³⁾ O regozijo justificava-se porque o Aureliano concluíra os preparatórios para a Escola do Exército, esse ponto fixo no itinerário profissional de quase todos os filhos do falecido escrivão Marrocos Pais. Só que as perturbações de índole psíquica não tardarão a revelar uns indícios difusos, de mau agoiro...

Por seu turno, Alberto, jovem cadete em Mafra, voluntarista e impulsivo, desabrido e frontal na denúncia de situações e de problemas, de frágil saúde e com um agitado percurso político-militar — será herói em África, revolucionário na Rotunda, conspirador machadista em 1916 e 1917 e *persona non grata* no Estado Novo⁽²⁰⁴⁾ — queixou-se da Escola do Exército, o alfobre dos defensores da Pátria.⁽²⁰⁵⁾

⁽²⁰²⁾ Correspondência. Carta de D. Rita, 11/1/1902. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político, geral).

⁽²⁰³⁾ Correspondência. Carta de D. Rita, 4/7/1902. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político, geral).

⁽²⁰⁴⁾ Teve processo instaurado pela *Polícia de Vigilância e Defesa do Estado* (P.V.D.E.) em 1935. Ver A.N./T.T. — P.V.D.E., Alberto da Silva Pais, Vila Real, coronel comandante do regimento de Infantaria, cad. 7713, ref.^a P 30// Porto/451; e *Alberto da Silva Pais*, cx. 3068. (Arquivos Nacionais - Torre do Tombo); (Arquivo Histórico-Militar).

⁽²⁰⁵⁾ Correspondência. Carta de Alberto da Silva Pais, Mafra, 6/3/1903. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político, geral).

Na teia de forte cooperação familiar, indispensável para que os projectos acalentados por D. Rita Júlia pudessem concretizar-se, apesar das carências e das dificuldades, desenvolveu-se um natural estreitamento dos laços fraternos, que a distância e as prolongadas ausências não parecem ter afectado. Em alguns momentos decisivos da vida de Sidónio Pais deparamos, por isso, com a cumplicidade activa do Alberto ou do António, em cujos braços, aliás, tombará fulminado pela pistola do seu algoz.

Os assuntos e problemas familiares tinham, pois, um peso significativo. Havia, porém, na vida do jovem artilheiro e lente outros cuidados e obrigações como, por exemplo, a de frequentar anualmente um curso de tiro na Escola Prática de Vendas Novas. Terminadas as aulas e descontadas as horas de recato doméstico e familiar, sobrava ainda algum tempo para o convívio com amigos, colegas e antigos condiscípulos — Luciano Pereira da Silva, Henrique de Figueiredo, Costa Lobo, Afonso Costa,⁽²⁰⁶⁾ José Tavares, Daniel Ferreira de Matos, Álvaro de Lima Henriques, entre outros.

Segundo Trindade Coelho, os lentes de Coimbra, depois do ritual das aulas, levavam uma vida que se podia caracterizar pelo convívio regular em certos espaços ou pelo recolhimento em casa, cortado, nas férias do Verão, por uma fugaz temporada na Figueira da Foz. Havia ainda os que se reuniam, de acordo com os seus cursos, em livrarias e boticas: os de *Direito* montavam arraiais nas livrarias do Cabral, na Calçada, e do Pires, à Sé Velha, enquanto os de *Medicina* se quedavam pela Farmácia do Ferraz, junto ao Castelo, e os de *Teologia*, pela Rua dos Coutinhos, na botica da Misericórdia. Mas a alternativa ao «retiro» doméstico não passava só por estes locais de amena cavaqueira, podendo incluir a leitura e o jogo, em espaços próprios como o *Club de Lentes*, agremiação aberta, também, a militares, a antigos alunos da Universidade, a proprietários e capitalistas, a juristas e médicos. Aí era prolongado, fora dos Gerais, o relacionamento informal do corpo docente, com quatro secções à sua disposição: a dos jogos, a do gabinete de leitura, a de bailes e a do botequim. Mas numa época fértil em colectividades de forte pendor classista, outras ofertas de idêntico recorte se abriam à *sociedade elegante* da *Lusa Atenas*. Era o caso do novo Coimbra Club (florescente em 1907 e 1908) ou do «velho» Grémio Literário-Recreativo, em cujos serões de jogo, bailes, saraus musicais e tertúlias Sidónio participou com alguma regularidade.⁽²⁰⁷⁾

Menos regular terá sido a passagem de Sidónio pelas salas de espectáculo existentes na cidade de Coimbra — o Teatro-Circo Conimbricense, o Teatro-Circo do Príncipe Real, o Teatro Afonso Taveira (1894) ou ainda os barracões como o do Teatro de D. Luís, do Teatro Recreio Lisbonense, do Teatro Universal e do Teatro Guiñol, o Teatro Lisbonense, o Chalé Lisbonense e o Teatro Chalé Dramático — para assistir, sozinho ou acompanhado pela família, a representações dramáticas, tanto líricas, como de declamação

⁽²⁰⁶⁾ Segundo o depoimento do Dr. Afonso Bessa Paes, em entrevista que nos concedeu, o seu pai conviveu com Afonso Costa, mas não precisou a natureza desse convívio. Por outro lado, na correspondência publicada pelo historiador A. H. de Oliveira MARQUES não se encontram cartas de Sidónio para Afonso Costa ou vice-versa, como também não localizamos qualquer troca epistolar entre ambos. Ver MARQUES, A. H. de Oliveira (org. prefácio e notas) — *Correspondência política de Afonso Costa, 1896-1910*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

⁽²⁰⁷⁾ Cf. Gremio Litterario-Recreativo de Coimbra. *O Conimbricense*, Coimbra, 25 de Outubro de 1906.

ou a espectáculos ginásticos, acrobáticos, equestres, cómicos, mímicos, de ilusionismo, etc.⁽²⁰⁸⁾

Voltaremos oportunamente aos ócios e lazeres sociais de Sidónio Pais, mas a inteligibilidade desta narrativa exige que sigamos os seus actos no fluxo do tempo.

A Rotina da lentência

Deixamo-lo, atrás, na Congregação final do ano lectivo de 1898-1899. Voltamos a acompanhá-lo no seu mester de lente substituto.

O novo ano lectivo abriu com a solenidade habitual. A profissão de fé e juramento dos lentes na Capela de S. Miguel precedia a *oração de sapiência*, proferida na majestosa Sala dos Capelos, à qual se seguia, numa repetição imutável, a entrega dos prémios e o juramento dos caloiros.

Na imprensa ficou o registo parcial de mais uma *cerimónia solene com que o primeiro instituto de ensino do nosso país* inaugurou os seus trabalhos académicos. Presidiu ao acto o doutor Avelino Calisto, na ausência do Reitor doutor Pereira Dias. Do corpo docente achavam-se os lentes Afonso Costa, Guilherme Alves Moreira de *Direito*, Daniel de Matos de *Medicina*, Luís da Costa e Almeida, Rocha Peixoto, Almeida Garrett, Sousa Pinto, José Bruno de Cabedo, Arzila Fonseca, Costa Lobo, Sidónio Pais e o professor de desenho Mendes Pinheiro, todos de *Matemática*. E seguindo o redactor da notícia — pelo destaque dado a essa Faculdade, não custa descobrir a pena de Costa Lobo... — vemos ainda, na Capela, o catedrático doutor António Garcia de Vasconcelos subir ao púlpito para perorar; na mais solene parenética, sobre os dois motivos que originaram aquela festa: a missa do Espírito Santo e o juramento dos lentes, entendido como a profissão de fé consagrada pelo Concílio Tridentino e fixada na fórmula da Bula de Pio IV. O doutor Silva Ramos, na qualidade de lente de prima da Faculdade de Teologia, leu a referida fórmula *prestando em seguida juramento todos os lentes que se achavam presentes*.⁽²⁰⁹⁾

Quando aluno, Sidónio Pais parece ter sido assíduo a tais actos. Durante o seu magistério universitário só faltou à abertura do ano lectivo de 1909-1910. A sua gradual e funda discordância ideológica com a *mistura do serviço de Deus e do serviço de Minerva* não o levou facilmente à ruptura com o sistema político e universitário vigente. Será preciso esperar pela crise académica e a «ditadura» franquista (1907-1908) para o vermos manifestar-se publicamente.

Longe ainda dessa fase eruptiva, entrou no primeiro ano do século XX — ano da morte de António Nobre e de Eça de Queirós — a reger a 2.^a cadeira do 2.^o ano, Cálculo Diferencial, de que era catedrático o seu mestre e amigo, doutor José Bruno de Cabedo; a dirigir os Trabalhos Práticos de Geometria Descritiva aos alunos que se destinavam às Armas de Infantaria e de Cavalaria; e, no impedimento do doutor Almeida Garrett, a «ler», em Março, três aulas de Física Matemática (8.^a cadeira do 5.^o ano). Assistiu às

⁽²⁰⁸⁾ Ver LOUREIRO, José Pinto — *O Teatro em Coimbra. Elementos para a sua história, 1526-1910*. Coimbra: Edição da Câmara Municipal, 1959, p. 158-207; p. 369-382.

⁽²⁰⁹⁾ Abertura da Universidade. *Tribuna Popular*, Coimbra, 4 de Outubro de 1899.

Congregações efectuadas nesse ano lectivo, salvo a de 14 de Março por motivo de doença, mas a sua presença só sobressai na de 2 de Junho, presidida pelo Decano doutor Luís da Costa e Almeida e em que compareceram apenas cinco lentes. O seu antigo mestre Rocha Peixoto, catedrático da 7.^a cadeira, Mecânica Celeste, propôs um voto de louvor e de agradecimento ao doutor Sidónio Pais *pelos serviços com que coadjuvou os astrónomos do Observatório da Faculdade em todos os trabalhos do eclipse do sol, tanto nos preparatórios como no das observações em Maio último.*⁽²¹⁰⁾ O significado desta atitude decorre do facto de os vogais presentes na reunião terem, também, participado nesses trabalhos, mas só ele recebeu tal menção. Confirma, talvez, o empenho e a competência com que se entregava às tarefas assumidas e deixa supor uma colaboração próxima e constante no Observatório Astronómico.

No serviço de exames desse ano, distribuído em Congregação, como era tradicional, assistiu, em lugar do doutor José Bruno de Cabedo, aos actos do 2.^o ano de 8 a 30 de Junho. Em 9, 10, 13 e 14 de Julho aos actos do 1.^o ano, substituindo o doutor Costa Lobo. No dia 11 aos do 2.^o ano e em 10, 11 e em 12 aos do 5.^o ano. A Congregação final foi em 16 de Julho, presidida pelo Reitor, doutor Pereira Dias, e estando presentes os vogais Costa e Almeida, Almeida Garrett, Rocha Peixoto, Arzila Fonseca, Costa Lobo, Luciano da Silva e o secretário Sidónio Pais. Entre outros assuntos foi proposto e aprovado como único compêndio para a aula de Geometria Descritiva a recente obra do professor Mota Pegado,⁽²¹¹⁾ tendo-se ainda procedido à distribuição dos *partidos, prémios, honras de accessit e distinções*. Entre os alunos contemplados ficaram Alberto da Silva Pais, com um *accessit sem gradação* no 1.^o ano e outro *accessit* em Geometria Descritiva (curso dirigido pelo irmão de Janeiro a Março), e Ernesto Luciano Torres, sobrinho do lente Luciano Pereira da Silva, com um *prémio* no 1.^o ano. Os respectivos parentes abstiveram-se, por razões óbvias, de votar. E o encerramento do ano lectivo saldava-se, assim, numa natural satisfação para ambos. Sidónio gozou as férias descansado em Coimbra e Luciano Pereira da Silva seguiu com o seu amigo Barbosa para os Alpes.⁽²¹²⁾

Quem não ficou muito contente com os resultados da votação das distinções académicas foi o lente Arzila Fonseca, que deve ter passado as férias a remoer o assunto. E a 4 de Dezembro desse mesmo ano o *Primeiro de Janeiro* publicava uma declaração do doutor Arzila que Sidónio Pais considerou lesiva da sua honra e bom nome. O ressentido lente limitara-se a comentar que o aluno Egas Ferreira Pinto Basto,⁽²¹³⁾ seu protegido, *não era irmão dos vogaes que formam a maioria mandante da faculdade.*⁽²¹⁴⁾

⁽²¹⁰⁾ Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽²¹¹⁾ No Arquivo de Sidónio Pais localizamos o 1.^o tomo: PEGADO, Luís Porfirio da Motta — *Curso de geometria descriptiva da Escola Polytechnica por... General de divisão no quadro auxiliar: Lente de Geometria descriptiva da Escola Polytechnica. Socio efectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa e correspondente do Instituto de Coimbra, tomo 1. Texto*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1899.

⁽²¹²⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 243.

⁽²¹³⁾ «Doutor-tropa» que veio a ser oficial da Arma de Engenharia e lente da Faculdade de Filosofia, transitando, em 1911, para a de Ciências. Ver RODRIGUES, Manuel Augusto (dir.) — *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigenis*, ob. cit., p. 298.

⁽²¹⁴⁾ Pendência entre o doutor Augusto d'Arzila Fonseca e o doutor Sidónio Pais. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político, geral).

Palavras suficientemente insidiosas para ferirem certos vogais presentes nessa reunião. Sidónio reagiu, de pronto, mas desta vez não pediu satisfações em público, nem exprimiu fisicamente a sua indignação, como fizera com António dos Santos Lucas. As circunstâncias e a pessoa envolvida eram outras. Seguiu, por isso, o código de honra burguês em uso nesses casos: preparar com testemunhas a resolução de uma pendência, que se não chegasse a bom termo teria de acabar em duelo!...⁽²¹⁵⁾ Com a mulher quase no fim da quarta gravidez e a prole ainda de cueiros, uma desforra com armas de fogo ou com sabre seria, no mínimo, um risco preocupante. A flexibilidade das partes evitou o pior..

O ano lectivo de 1900-1901, iniciado na forma e na data habituais, coincidiu com a ocorrência da famosa *questão Calmon*, ou seja, com o episódio da tentativa de rapto da filha do cônsul do Brasil no Porto, levada a cabo, em 17 de Fevereiro, por um grupo de homens e com a conivência da visada, à saída da missa na Igreja da Trindade. O objectivo era levá-la para uma casa religiosa, onde desejava entrar contra a vontade dos pais. O sucedido causou brado e uma catadupa de críticas contra as instituições clericais e, em particular, a Companhia de Jesus. De norte a sul multiplicaram-se as manifestações de indisfarçável anti-clericalismo e em Coimbra, ainda no mesmo mês de Fevereiro, realizou-se no Teatro-Circo da Avenida Sá da Bandeira uma reunião de estudantes que se insurgiram vivamente contra a tentativa de fuga da filha do diplomata brasileiro. No final, aprovaram uma moção de protesto contra os jesuítas e contra a polícia redigida por Artur Leitão e António Resende. A manifestação, logo planeada para as ruas da cidade e abrilhantada pela Filarmónica dos Voluntários foi, porém, proibida pelas autoridades.

O caso Calmon sobressai porque é, afinal, um sintoma de uma questão mais ampla e profunda — a religiosa, vinda de trás e que se prolongará com agudeza até 1918.⁽²¹⁶⁾

Qual terá sido a reacção de Sidónio Pais em 1901? A regência, em substituição, de aulas da 1.ª cadeira, Álgebra Superior, e da 5.ª cadeira, Astronomia Prática, a presença regular nas reuniões da Faculdade (Congregações), a assistência aos actos de 1.º e 5.º anos, a eventual função de explicador e ainda as suas pontuais achegas ao projecto de reforma universitária eram, sem dúvida, uma sobrecarga de trabalho, mas ainda assim insuficiente para o alhear de um problema a que era, há muito, sensível. Não conhecemos, porém, nenhum texto seu de comentário ao caso ou à temática subjacente, mas não duvidamos que tenha unido os seus pensamentos às vozes de condenação e de protesto.⁽²¹⁷⁾

No plano internacional, 1901, logo a abrir, ficou marcado pelo falecimento e funerais da Rainha Vitória, emblema longevo e impressivo da dominação britânica, imperialista e colonial, no *Longo Século XIX*.⁽²¹⁸⁾ A morte da soberana coincidiu com o irreversível

⁽²¹⁵⁾ Ver LEMOS, Mário Matos e — O Duelo em Portugal depois da implantação da República. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 15, 1993, p. 561-597.

⁽²¹⁶⁾ Sobre este e outros casos ver NETO, Vitor — *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 297-363.

⁽²¹⁷⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 245-247.

⁽²¹⁸⁾ Expressão cit. por RODRIGUES, António Augusto Simões — Introdução, in Idem (dir.) — *História comparada. Portugal. Europa e o Mundo. Uma visão cronológica*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 12-13; inspirada por HOBBSAWM, Eric — *A Era dos extremos. História breve do século XX: 1914-1991*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

declínio do Império. A folha regeneradora de Emídio Júlio Navarro, *Novidades*, de 28 e de 29 de Janeiro,⁽²¹⁹⁾ alude, em segunda página, aos preparativos do funeral e da coroação de Eduardo VII, puxando para grande e médio plano as *coisas ultramarinas*, a viagem de D. Carlos à capital da velha *Albion*, o juramento, nas Cortes, da Rainha D. Amélia como regente do reino, a estada oficial do senhor infante D. Afonso em Berlim e a visita particular e discreta do conde de Mutzgen, título do primogénito do ex-rei proscrito D. Miguel.

1901, em termos pessoais e familiares, começou e terminou para Sidónio Pais bem e mal. A 21 de Janeiro festejou o nascimento do seu filho Afonso, baptizado somente a 8 de Setembro de 1902, na Sé Nova. Mas a 25 de Novembro compareceu, emocionado e triste, no funeral do dr. Miguel Pinto Martins, irmão da sogra, seu grande protector e amigo.⁽²²⁰⁾

Entre tão infausta ocorrência e o chocante suicídio, em Lisboa, a 8 de Janeiro de 1902, de Joaquim Mouzinho de Albuquerque,⁽²²¹⁾ um dos *heróis de África* e preceptor do príncipe Luís Filipe, era publicado o decreto de 24 de Dezembro relativo à muito esperada reforma da Universidade, conhecida pela reforma de Hintze Ribeiro, chefe do Governo regenerador; e inserida num vasto e controverso pacote legislativo que marcou esse ambicioso ensaio governativo.⁽²²²⁾

No que concerne à legislação sobre matéria instructo-educativa, os mais categorizados pedagogos republicanos manifestaram logo a sua divergência de forma e de conteúdo. Bernardino Machado, ex-correligionário de Fontes Pereira de Melo⁽²²³⁾ e prestigiado propagandista do republicanismo, considerou pobre e anacrónica a reforma da sua Universidade, na sequência das posições progressistas defendidas na *Comissão* criada por disposição governamental. Uma Universidade que continuava presa à matriz da Contra-Reforma, como tem sido notado por Joaquim Ferreira Gomes.⁽²²⁴⁾ Para além disto, não correspondia às necessidades científicas já então prementes, reduzindo-se a muito pouco as suas inovações: mantinham-se as cinco grandes Faculdades, intactas, e a seu lado emergiam um curto e pouco expressivo Curso de Farmácia e um Curso de Habilitação para o Magistério Liceal, no âmbito das disciplinas da área das *ciências*, criado formalmente por decreto de 3 de Outubro de 1902. No limbo ficaram uma Escola

⁽²¹⁹⁾ No Arquivo de Sidónio Pais existem os respectivos exemplares desse periódico e bem assim um n.º avulso de 1905 (2.ª feira, 29 de Maio).

⁽²²⁰⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da, DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro — *António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922*, ob. cit., p. 31-34.

⁽²²¹⁾ Ver BAËNA, Miguel Sanches de — *Mouzinho de Albuquerque. A Última batalha*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

⁽²²²⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 249.

⁽²²³⁾ Ver, por exemplo, ALMEIDA, António Ramos de — *O Pensamento activo de Bernardino Machado*. Porto: Brasília Editora, 1974, p. 114-115; e MARQUES, A. H. de Oliveira e COSTA, Fernando Marques da — *Bernardino Machado*. Lisboa: Edições M, 1978, p. xix-xx.

⁽²²⁴⁾ Cf. GOMES, Joaquim Ferreira — A «Ideologia» oficial da Universidade de Coimbra em 1910, antes da proclamação da República: uma mistura do serviço de Deus e do Serviço de Minerva, in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*, vol. I, ob. cit., p. 430. Ver também Idem — *A Universidade de Coimbra durante a primeira República (1910-1926)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1990, p. 10-14.

de Engenharia do género das Escolas Politécnicas de Lisboa e Porto, uma Faculdade de Letras, réplica ao Curso Superior de Letras de Lisboa, reclamada desde meados de oitocentos por alguns lentes, e uma Escola de Farmácia, que a carta de lei de 19 de Julho do ano seguinte haveria de materializar. Se confrontarmos o texto da reforma com as propostas moderadas do velho lente Augusto Rocha, discutidas e aprovadas nas sessões da *Comissão encarregue do melhoramento do ensino*, é possível aferir o fraco arrojo do legislador.

A reacção de Sidónio Pais a um projecto para o qual, como vimos, fora convocado em representação da sua Faculdade, ficou atrás esboçada de acordo com o escasso material disponível. Desconhecemos, por outro lado, o teor do projecto entregue a Artur Montenegro e o que lhe sucedeu nos labirínticos meandros das Cortes. Seja como for, para nós é certo o tímido, mas regular e persistente empenho reformista de Sidónio, que se foi manifestando em Congregação. Como? De uma maneira tipicamente sua — circumspecta obediência às formalidades vigentes, mas em nome de alguns novos princípios e de firmes convicções, densamente intuídas e assumidas. Alinhava, quanto ao essencial, pelo discurso de lentes progressistas⁽²²⁵⁾ como Bernardino Machado e Sobral Cid, oradores sapienciais em 1904 e 1907. Oradores em clivagem com os lentes conservadores — António de Pádua (Medicina, 1902), Araújo e Gama (Teologia, 1905), Avelino Calisto (Direito, 1906) e Tamagnini de Mattos Encarnação (Filosofia, 1909)⁽²²⁶⁾ —, arautos de um inamovível apego às tradições que as suas *orações de sapiência* reflectem.

Mas os testemunhos concretos desse modernismo pedagógico são intermitentes e só em 1904 é que voltamos a encontrar novo sinal. Até lá surge-nos imerso numa rotina cinzenta.

Desde logo a rotina académica: a regência da 2.^a cadeira, Cálculo Diferencial, em lugar do lente José Bruno de Cabedo; a regular preparação das aulas, eventuais explicações e provável colaboração no Colégio S. Pedro; os exames finais na Faculdade; e ainda alguns serviços periódicos e inerentes à sua categoria profissional. Tem interesse lembrar, por exemplo, que em Congregação de 17 de Janeiro de 1902, por proposta do Decano da Faculdade, foi sugerido o seu nome para a vaga existente de 3.^o astrónomo do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra,⁽²²⁷⁾ mas o processo, por razões que nos são desconhecidas, arrastou-se tanto que só por decreto de 25 de Julho de 1904, visado pelo Tribunal de Contas e publicado no *Diário do Governo* de 10 de Agosto de 1904, é que viu concretizada a sua nomeação. O preenchimento da vaga era solicitado, com carácter de urgência, em ofício do Director do Observatório Astronómico, o doutor João Souto Rodrigues, para o Reitor, a 7 de Julho.⁽²²⁸⁾ Todavia a nomeação falhará,

(225) Cf. *Catorze folhas avulsas e numeradas*, fl. n.º 3 ou *Sidonio Paes na memoria de Portugal*. S.l.: s.n., s.d. Ver *Sidonio Paes na memoria de Portugal*. Lisboa: Empresa do Diário de Notícias, 1920, p. 21-22.

(226) Ver COSTA, Rui Manuel Afonso da — A Universidade entre o conservantismo e a mudança nos primórdios do século XX, in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*, vol. 1, ob. cit., p. 449-470.

(227) *Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910*, fl. 111. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

(228) *Ofícios da Reitoria, 1.ª Repartição*, 1904. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

ensombrada por uma ocorrência trágica... É que nessa mesma ocasião foi promovido a lente catedrático pelo decreto de 17 de Agosto de 1904,⁽²²⁹⁾ cerca de quinze dias após o inesperado suicídio do doutor Alfredo Filgueiras da Rocha Peixoto, perdendo consequentemente o direito ao dito cargo de 3.º astrónomo, que pertencia ao lente substituto da cadeira de Astronomia. Não deixará, porém, de colaborar na elaboração das *Efemérides Astronómicas*,⁽²³⁰⁾ que era, aliás, um trabalho remunerado.

Intercalando afazeres e nomeações, havia sempre, pendularmente, a leitura e a resposta às cartas de família. Da mãe, da irmã e dos irmãos, numa rotação de notícias, de lembranças e de cuidados. Uns mais perto, outros mais longe. O António, por exemplo, que terminara em Junho de 1901 o curso da Escola Naval, partira em finais desse ano para a Índia portuguesa. Pelo trajecto expediu missivas, relatando alguns pormenores da viagem e transmitindo algumas impressões dos novos ambientes e paisagens.⁽²³¹⁾

Mas não foi a resposta às cartas dos familiares, nem o serviço docente na Faculdade e fora dela,⁽²³²⁾ que mais o atarefaram nesse ano lectivo de 1902, marcado em Abril pela questão do Convénio,⁽²³³⁾ causadora de tumultos com a polícia e do encerramento da Universidade até 22 de Maio.

A Escola Brotero e o ensino industrial

A carência de recursos financeiros era, obviamente, um problema. Para resolvê-lo aproveitou a oportunidade de concorrer ao lugar de professor temporário da disciplina VII — (a) *Princípios de Física e Química I* (b) *Elementos de História Natural* — do 3.º grupo das Escolas Industriais, aberto pelo edital publicado no *Diário do Governo* de 7 de Fevereiro. Por requerimento, datado de 4 de Abril e entrado na Direcção Geral da Instrução Pública, Sidónio Pais solicitava a graça de ser aceite a concurso, anexando como um dos documentos exigidos o certificado das notas obtidas na Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas.

Podemo-nos interrogar se esta decisão não correspondeu ao apelo profundo por um ensino prático e de recorte mais politécnico (vivido na Escola do Exército), directamente ligado à dinâmica sócio-económica da cidade de Coimbra e da área envolvente. A resposta acha-se, em larga parte, no profissionalismo e no empenho de que deu mostras como professor e, depois, como Director da Escola Industrial Brotero, contri-

⁽²²⁹⁾ *Processo do Doutor Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais*. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽²³⁰⁾ No Arquivo de Sidónio Pais (Militar, Lente e Político, Estudante e Lente, *Ephemerides*) existem os originais relativos a 1909, 1910 e 1911, elaborados em folhas largas, com os valores de observação e medida da posição (ascensão e declínio) dos planetas dispostos em várias colunas. Cf. *Ephemerides astronomicas para o anno de 1904, calculadas para o meridiano do Real Observatorio Astronomico da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1903, p. IX.

⁽²³¹⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 253-254.

⁽²³²⁾ Não descobrimos, para estes anos iniciais, o indício seguro de que Sidónio Pais deu explicações e aulas no Colégio S. Pedro, apesar de ser bastante provável que já usufruisse desse provento complementar

⁽²³³⁾ Cf. SOARES, António José — *Saudades de Coimbra, 1901-1916*, ob. cit. p. 243-244.

buindo, através de um assinalável esforço pessoal e institucional, para a valorização de um ensino não verbalista e essencialmente experimental.

O referido concurso exigia a apresentação de uma dissertação condizente com o conteúdo programático da respectiva cadeira, que agregará a Mecânica (e, por isso, em 1910 Sidónio Pais menciona-a como *a minha cadeira de Physica e Mecanica*).

Na dissertação *As Forças e os movimentos. Definições e postulados da Mecanica*,⁽²³⁴⁾ propôs-se apresentar, através dos primeiros postulados expostos, as respostas que a experiência dá a certas perguntas e introduzir, no desenvolvimento da teoria formulada, noções como as de trabalho e energia, *que permitem collocar questões novas. A experiencia mostra que se deve restringir por meio d'outro postulado — o principio da conservação da energia — a generalidade excessiva d'aquella theoria.*⁽²³⁵⁾ E se neste trabalho não há uma aporção científica marcante ou inovadora, há, em contrapartida, rigor e clareza.

Vale, por isso, a pena focar o *Prefacio* — quatro páginas concisas e de prosa linear, despojada de efeitos retóricos, mas reveladora de uma axiomática culto-mental e, sobretudo, de um programa científico-pedagógico a que se manterá fiel. Aliás, logo a abrir enunciou de forma taxativa a dupla função propulsora da ciência, plasmada numa obra surpreendente ao longo do século XIX: uma sucessão de descobertas brilhantes e de desenvolvimentos vertiginosos em todos os ramos da ciência antiga, ao mesmo tempo que — e em especial na Matemática — ocorria *um trabalho de critica e de revisão detalhado, microscopico, do immenso e riquissimo material accumulado nos seculos anteriores, a organização e coordenação d'esses vastissimos conhecimentos, e a sua deducção de principios solidamente estabelecidos.*⁽²³⁶⁾ Tarefa obstruída por um *acervo de noções metaphysicas, que enredavam logo de uma maneira altamente nociva os primeiros passos do estudioso.* Assumindo a sua incontida veia pedagógica, o autor atalha a direito contra um absurdo sistema de obscuridade capaz de iludir a razão e de chegar ao prodígio de *entender o incompreheensível...* Daí — infere Sidónio no seu estilo geométrico — *uma nevoa que constantemente envolvia todas as demonstrações, e que se, por um lado, retardava o progredimento da sciencia, por outro lado, sob o ponto de vista pedagogico, não podia deixar de influir perniciosamente no espirito da creança, forçada a acreditar sob a palavra dos auctores e dos mestres na logica e na verdade das proposições e a attribuir deprimentemente a deficiencia propria a obscuridade dos raciocinios.*⁽²³⁷⁾ Uma pasmosa atitude prolongada em livros actuais, mas em breve contrariada pela Aritmética, pela Análise e pela Geometria, como se podia ver em livros recentes, inclusive portugueses, de grau elementar. Por seu turno, a Mecânica e a Física, ciências mais complexas, tardavam a ser refundadas em idêntico sentido... *De fôrma que temos hoje um contraste verdadeiramente lastimavel entre os compendios de Mathematica e os de Physica. Emquanto que naquelles, pelos quaes se principia, o estudante adquire um precioso habito de clareza, e rigor, n'estes*

⁽²³⁴⁾ Ver PAIS, Sidonio — *As Forças e os movimentos. Definições e postulados da Mecanica*. [Dissertação para o concurso a um lugar de professor do 3.º grupo das Escolas industriaes]. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1902.

⁽²³⁵⁾ Cf. *Ibidem*, p. 56.

⁽²³⁶⁾ Cf. *Ibidem*, p. 7.

⁽²³⁷⁾ Cf. *Ibidem*, p. 7.

a falta evidente de taes qualidades deve desalentar-o.⁽²³⁸⁾ E, sem rodeios, passa a exemplificar, trazendo à colação as três leis de Newton, que continuavam a aparecer na maior parte dos livros de Dinâmica com enunciados sensivelmente iguais aos primitivos. Em duas páginas mostra que a Mecânica antiga chegou a conclusões, em geral, verdadeiras, mas as noções e demonstrações empregues careciam, afinal, de clareza e de lógica. A rematar o seu incisivo plano argumentativo condensa uma breve didáctica da Física e da Mecânica para todos os graus de ensino nestes sucintos termos: *Embora modernamente haja uma corrente no sentido de não julgar commoda ou possível a representação de todos os phenomenos pelas leis conhecidas do movimento, o estudo da Mecanica é ainda, e cremos que será sempre, indispensável á Physica. Por isso e pelo que atraz dissemos, pensamos que teria interesse, entre nós, uma exposição elementar dos principios que, no estado actual da sciencia, devem servir de base á Mecanica. E não se diga que só no ensino superior deve ser feita a revisão da Mecanica antiga. A sciencia é só uma; e não é a nosso ver tarefa facil varrer por completo do espirito erros que se infiltraram lenta e profundamente nos primeiros estudos e que tomaram raizes na linguagem scientifica. Além de que os rudimentos da sciencia não são incompatíveis com o rigor.*⁽²³⁹⁾

Preocupações legítimas e modernas de um professor e de um divulgador científico, para quem *agir ensinando* suplantava, em urgência e em acuidade, a *acção* investigativa...

A acção empreendedora será, aliás, o seu alvo na incursão pelos caminhos do ensino técnico-profissional. Um ensino que espicaçará bastante a sua maturidade cívica e política, pondo-o em contacto directo, sobretudo a partir de 1905, quando assumir o cargo de Director da Escola Brotero, com a realidade do operariado coimbrão, seus problemas e aspirações. Senti-los-á e equaciona-los-á numa óptica assistencial de recorte laico, ou seja, desprovida, como escreveu Miguel Bombarda, de *ensotainamentos malsãos* e susceptível de configurar *uma philanthropia esclarecida*, liberta das habituais hipotecas à perspectiva da esmola.⁽²⁴⁰⁾ Tal como Bombarda, Sidónio Pais professava — já atrás o sublinhámos — uma moral social e científica orientadora do homem no seu aperfeiçoamento e na sua felicidade. Passava, pois, por esta tópica a sua generosa e emotiva vibração com a miséria e a desgraça humanas, como passava também por aí a sua confiança optimista na criação de condições objectivas de valorização e de libertação pessoal (em especial pela via educativa) de operários e de «rústicos», de mendigos e de *deserdados da fortuna*. Sem se ficar pela mera convicção racional nos princípios, soube irradiá-la, como veremos mais adiante.

Nesse espaço singular pôde fundir a sua condição de burguês caldeado na luta contra as ásperas adversidades da vida, com o ensejo concreto e específico de praticar o bem e de se solidarizar com todos os *self made men* responsáveis, ordeiros e bem intencionados, que se opunham à *tiranía do destino*, procurando ser, graças a uma indomável vontade, melhores profissionais e, acima de tudo, bons cidadãos e ardentes patriotas.

⁽²³⁸⁾ Cf. PAIS, Sidónio — *As Forças e os movimentos*, ob. cit., p. 8.

⁽²³⁹⁾ Cf. *Ibidem*, p. 11.

⁽²⁴⁰⁾ Cf. BARATA-MOURA, José — Miguel Bombarda e o materialismo, in *Pensar a cultura portuguesa. Homenagem ao Prof. Doutor Francisco José da Gama Caeiro*. Lisboa: Edições Colibri/Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993, p. 199.

A Escola Industrial Brotero, onde Sidónio Pais tomou posse a 3 de Julho de 1902⁽²⁴¹⁾ e onde auferiu um vencimento anual líquido, feitas as deduções para o Estado, de 324\$972 réis,⁽²⁴²⁾ pertencia ao moderno e auspicioso ensino técnico-profissional, lançado pelo Marquês de Pombal e por Passos Manuel, mas só retomado no início dos anos cinquenta, através da criação, por decreto de Fontes Pereira de Melo, do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Coube a este novo sector do Executivo valorizar o ensino profissional e técnico, sem o qual *as indústrias dificilmente poderão progredir, porque não sabem melhorar os seus processos aproveitando as indicações da ciência*. Esta-va, assim, estabelecida uma prioridade realizada juridico-institucionalmente mediante a regulamentação de matérias a leccionar e da criação dos respectivos estabelecimentos de ensino. E, entre outros diplomas, o decreto de 3 de Janeiro de 1884 fundou oito Escolas de Desenho Industrial.

Entre elas nasceu a de Coimbra, designada originariamente por *Escola Livre das Artes do Desenho*, instalada, a título provisório, numa sala de que a Associação dos Artistas dispunha no antigo Mosteiro de Santa Cruz⁽²⁴³⁾ e envolvida pela área de Coimbra, predominantemente agrícola, com uma população de cerca de 12. 500 habitantes em meados do séc. XIX. Havia ainda um elevado número de estabelecimentos de metalurgia, metalomecânica e cerâmica, seguidos, em percentagem menor, mas também significativa, pela indústria alimentar.⁽²⁴⁴⁾

Por portaria de 6 de Maio foram divididas as escolas em duas circunscrições — a do norte e a do sul. A Escola de Coimbra fazia parte da primeira para a qual fora nomeado inspector José Guilherme de Parada e Silva Leitão, a quem sucedeu no cargo António Arroyo, irmão do irrequieto parlamentar regenerador João Marcelino Arroyo, acusado por António Cabral de ter sido um dos principais culpados da queda da Monarquia.⁽²⁴⁵⁾

Dirigida pelo mestre escultor e «arqueólogo» António Augusto Gonçalves, nomeado por despacho de 4 de Dezembro de 1884, e criada expressamente para a educação do operariado — com cursos diurnos e nocturnos, para os dois sexos e com uma população escolar, no «ano um», de 152 alunos, sendo 3 do sexo feminino — tornou-se, segundo a opinião publicada nos *Ecos da Mocidade*, *acessível tanto quanto entam estava ao alcance dos seus fracos recursos. Mas a penuria d'arte e a falta d'instrucção persistiram*.⁽²⁴⁶⁾ Estas limitações não impediram, porém, a sua elevação a Escola Industrial e a ampliação do seu

⁽²⁴¹⁾ *Livro dos termos de posse do pessoal nomeado para esta Escola Industrial «Brotero», 1899-1925*, fl. 1v. (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero).

⁽²⁴²⁾ *Processo do Doutor Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais*. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽²⁴³⁾ Ver MARTINHO, António Manuel Pelicano Matoso — *A Escola Avelar Brotero, 1884-1974*. Contributo para a história do ensino técnico-profissional. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação (na área de especialização da História da Educação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra. Guarda, 1993, p. 381.

⁽²⁴⁴⁾ Sobre o tecido sócio-económico coimbrão ver MENDES, José Amado — *A Área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, bem como outros estudos deste autor cit. por MARTINHO, António Manuel Pelicano Matoso — *A Escola Avelar Brotero*, ob. cit., p. 330 e ss.

⁽²⁴⁵⁾ Ver CABRAL, António — *Os Culpados da queda da monarquia*, ob. cit., p. 118-153.

⁽²⁴⁶⁾ Cf. Correspondência. *Ecos da Mocidade*, Coimbra (2) 1 de Março de 1906, p. 3.

elenco curricular, inicialmente dominado pelo Desenho Elementar nas classes *preparatória* (desenho simples linear à vista) e *complementar* (desenho real à vista), bem como pelo Desenho Industrial em dois ramos: ornamental e arquitetural, com a duração de dois anos. A partir do ano lectivo de 1888-1889, altura em que Sidónio Pais frequentava, na Universidade, os preparatórios para a Escola do Exército, surge a denominação *Brotero* e a incumbência legal de ministrar o ensino teórico e prático através das seguintes disciplinas: Aritmética e Geometria Elementar; Química Industrial; Princípios de Física; Elementos de Mecânica; Língua Francesa; e Desenho Industrial. Para a concretização do ensino manual, complementar do teórico, eram estabelecidas, junto da Escola, oficinas de trabalhos em metal (ferraria, serralharia, fundição e outros), em madeira (carpintaria, marcenaria e outros) e em barro (cerâmica). Mas este quadro orgânico e curricular só entrou em vigor no ano lectivo seguinte, com um significativo e imprescindível alargamento do corpo docente.

Enquanto mera Escola de Desenho, a *Brotero* dispunha de um único professor (também director) e de um guarda, mas a adopção de um novo e vasto plano de estudos obrigou à contratação de mais pessoal auxiliar e de mais professores, alguns deles estrangeiros: Leopoldo Battistini, italiano, professor de Desenho ornamental; Emil Joch, austríaco, professor de Desenho de máquinas e de Física e Mecânica; Hans Dickel, austríaco, professor de Desenho arquitectónico; Charles Lepierre, francês, professor de Química industrial; Albino Augusto Manique de Melo, professor de Aritmética e Geometria elementar; e Eugénio de Castro e Almeida, responsável pela cadeira de Francês. A passagem de um para seis professores, assim como o aumento de serventes, não se podia fazer sem implicações directivas e administrativas: o professor Albino Melo foi nomeado Director e António Augusto Gonçalves secretário, mas como entretanto pediu a exoneração do cargo foi substituído por Eugénio de Castro. O espaço físico também não podia ser o mesmo: na sequência de uma deslocação a Coimbra do conselheiro Ernesto Madeira Pinto, Director-Geral do Comércio e Indústria, com o objectivo de *escolher casa onde fosse instalada provisoriamente a Escola Industrial*, a imprensa local tornou pública a intenção de se adaptar para Escola Industrial o lanço do Claustro da Manga,⁽²⁴⁷⁾ no edifício de Santa Cruz, que tinha servido de habitação ao Administrador do Correio. Feitas as obras indispensáveis e consumada a cedência pela Câmara Municipal de outras parcelas do edifício, será nas instalações do Jardim da Manga, em plena Baixa, cada vez mais exíguas, cada vez menos ajustadas a essa função, que a Escola se irá manter até ao incêndio medonho da madrugada de 12 para 13 de Janeiro de 1917.

O salto qualitativo da Escola *Brotero* coincidiu com uma importante fase do ensino técnico, marcada pela legislação de Emídio Navarro e balizada de 1886 até à chamada fase de estabilização. Instaurou-a João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco — vulgo João Franco — no seu primeiro ensaio governativo, ao promover a reorganização de todos os graus de ensino técnico, industrial e comercial pelo decreto de 8 de Outubro de 1891. No ano lectivo de 1890-91 as aulas da *Brotero* abriram em 1 de Outubro, com 329 alunos matriculados (302 do sexo masculino e 27 do sexo feminino). No fim

⁽²⁴⁷⁾ Cf. Jardim da Manga. *O Marchante. Jornal independente*, Coimbra, 7 de Junho de 1906.

apresentaram-se a exame e foram aprovados 60 alunos, dos quais obtiveram distinção e foram aprovados 14. Premiado voltou a ser; também, o professor António Augusto Gonçalves com o prémio de emulação no valor de 100\$000 réis. Mas o impacto da reforma de João Franco só se fará sentir; na Escola Brotero, em 1893, através da fixação dos programas em Conselho Escolar e de novos ajustes no corpo do pessoal docente: a saída, no ano lectivo de 1895-96, de Hans Dickel e a nomeação de Augusto Stamm para a regência da cadeira de Arquitectura; no ano seguinte foram nomeados o professor Costa Pessoa para Física e Mecânica e Desenho de Máquinas e o professor Silva Pinto para Desenho arquitectónico. Emil Jock e Augusto Stamm foram, entretanto, exonerados. O número de estrangeiros na Escola ficou reduzido à presença de Leopoldo Battistini e Charles Lepierre, que acumulou as funções de chefe de Trabalhos de Microbiologia na Universidade de Coimbra. E pelo decreto de 14 de Dezembro de 1897 viria a ser estabelecida uma nova reorganização das Escolas Industriais e de Desenho Industrial que levou à inclusão na Escola Industrial dos cursos de Desenho industrial (3 anos), Profissional (5 anos) e Industrial (5 anos).⁽²⁴⁸⁾

Foi, pois, neste contexto organizativo e curricular — acrescido, apenas, da cadeira de Desenho Industrial Mecânico — que Sidónio Pais tomou posse como professor e assento no Conselho Escolar.⁽²⁴⁹⁾

Umhas semanas após a tomada de posse, mais precisamente a 28 de Agosto, nascia o quinto e último filho do matrimónio. Recebeu o nome de Pedro Bessa Pais e foi baptizado, na Sé Nova, aos 8 de Setembro.

A docência em pleno

Embrenhado cada vez mais na actividade docente, Sidónio foi incumbido, na sua Faculdade, da regência da 1.ª cadeira, Álgebra Superior, em substituição do colega Hen-

⁽²⁴⁸⁾ O respectivo elenco de disciplinas tinha a seguinte composição: I - Desenho Elementar; II - Desenho (a) Arquitectónico e (b) Ornamental e modelação; III - Língua portuguesa; IV - Aritmética e geometria; V - (a) Corografia e história pátria e (b) Geografia geral; VI - Língua francesa; VII - (a) Princípios de física e química; VIII - Física e mecânica industrial; e IX - Química industrial. Para cada uma das cadeiras e das suas subdivisões ficou a corresponder um lugar de professor (ao todo dez), um mestre para cada uma das quatro Oficinas (Serralharia, Entalhador, Cerâmica e Formação), um amanuense na Secretaria e, como pessoal menor, um guarda-fiel, um guarda e três serventes. Em debate interno e prolongado, ou seja, no âmbito das atribuições do Conselho Escolar, prosseguiu a análise da organização dos programas, sendo adoptada uma perspectiva interdisciplinar; assente em bases que ligassem metodicamente as diversas disciplinas pelas suas afinidades. E em nome de uma tal perspectiva surgiram as reclamações dos professores de Desenho — extensivas, também, à Física, à Mecânica e à Química industrial — para uma completa *revogação do material das lições* (Cf. MARTINHO, António Manuel Pelicano Matoso — *A Escola Avelar Brotero*, ob. cit., p. 359-360.).

⁽²⁴⁹⁾ Na reunião de 15 de Julho, presidida pelo Director e estando presentes Charles Lepierre, Leopoldo Battistini, Francisco Costa Pessoa, Augusto Carvalho Silva Pinto, José Alberto Pereira Carvalho e Eugénio de Castro, depois de lida e aprovada a acta da sessão anterior o *Director congratulou-se por fazer parte do professorado d'esta escola o Dr. Sidonio; e todo o Conselho manifestou o seu assentimento e adesão a essa homenagem*. O homenageado, com a cordialidade e a cortesia que lhe eram próprias, «*agradeceu em palavras affectuosas, o acolhimento que com tanto agrado lhe foi feito. Livro das Actas do Conselho Escolar da Escola Industrial Brotero, 1889-1916.* (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero).

rique de Figueiredo, nos dias lectivos de Outubro e nos dias 5 e 7 de Novembro; e da 8.^a cadeira, Física Matemática, do doutor Almeida Garrett, de 15 a 29 de Novembro e de Dezembro até ao ponto (Julho de 1903), faltando apenas à aula de 21 de Fevereiro.⁽²⁵⁰⁾ Em Junho e Julho assistiu aos actos da 3.^a cadeira, Mecânica Racional, e aos exames das 1.^a e 3.^a cadeiras e aos do 5.^o ano. Compareceu regularmente a quase todas as reuniões ordinárias e à Congregação final. E o seu desempenho profissional mereceu do Reitor interino, doutor Avelino Calisto, um juízo favorável na informação anual de 7 de Janeiro de 1903 remetida ao Ministério da Guerra: *Muita aptidão physica. Bom comportamento civil. Muita competencia profissional. Procura augmentar a sua instrucção — Sim. É muito dedicado pelo serviço. Juizo privativo. É muito bom professor. Tem óptimo comportamento quer como professor, quer como cidadão.*⁽²⁵¹⁾

Por sua vez, na Escola Industrial estreou com um horário vespertino — das disciplinas Princípios Gerais de Física Química e História Natural, ramo mecânico, teve aulas todos os dias (segunda a sábado) das 18h às 19h $\frac{1}{2}$. E a estas somar-se-ia a de Física e Mecânica (2.^o ano) com um horário de terça a sexta, das 20 h às 21 h $\frac{1}{4}$. Foi assíduo no cumprimento das suas obrigações, não faltando às sucessivas reuniões do Conselho Escolar: a de 7 de Outubro de 1902, de 10 de Janeiro, de 11 e de 29 de Maio, de 15 de Junho e de 3 de Outubro de 1903. Fez ainda parte do júri de exames de várias disciplinas e, como testemunho do cuidado que punha no seu trabalho e respectiva preparação científica, assinou em 25 de Março um compromisso, autógrafo em francês, de inscrição num curso médio de *Notions d'électricité théorique et d'électricité industrielle* e num curso superior de aplicações práticas n.^o 1 *Introduction mathématique à l'étude de la résistance des matériaux de l'hydraulique*, ministrados pela *École Spéciale de Travaux Publics*, especializada em cursos por correspondência, que se prolongou, pelo menos, até 1905.⁽²⁵²⁾

O seu interesse pela electricidade levá-lo-á, aliás, a contactar a Casa Veuve Charles Dunod, Éditeur, com a encomenda de livros de diversa procedência editorial — *Éclairage électrique* por Georges Desmond, ed. Béranger e *Manuel pratique d'éclairage électrique* por Émile Cahen, nova edição —, tendo adquirido a excelente *Agenda Dunod* para 1905 (custava 2.50 francos), que incluía um desenvolvido estudo teórico-prático elaborado por J.-A. Montpellier, redactor principal da revista internacional *L'Électricien* (editada pela Dunod), e intitulado *Électricité*, para uso de electricistas, engenheiros, industriais, chefes de oficinas, mecânicos e contramestres.⁽²⁵³⁾

No primeiro trimestre de 1903, Coimbra foi agitada pela *Revolta do Grelho*, que começou no mercado com as vendedeiras ambulantes a insurgirem-se contra uma licença cífrada em 1300 réis e conhecida por imposto do selo, que alguns fiscais de contribuições do Governo Civil começaram a exigir nos dias 8, 9 e 10 de Março. Não era uma

⁽²⁵⁰⁾ Tem interesse referir que as aulas decorriam da parte da manhã até às 13 h da tarde. Terças, quintas e sábados para a 8.^a cadeira, das 11 às 13h, e segundas, quartas e sextas, das 11 $\frac{1}{2}$ à 13h $\frac{1}{2}$ para a de Álgebra.

⁽²⁵¹⁾ *Processo do Doutor Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais*. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽²⁵²⁾ Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político. SubSecção Escola Industrial Brotero.

⁽²⁵³⁾ Ver MONTPELLIER, J.-A. — *Électricité par... Rédacteur en chef de L'Électricien. A l'usage des électriciens, ingénieurs, industriels, chefs d'ateliers, mécaniciens et contremaitres*, in *Agenda Dunod 1905*. Paris: Veuve Charles Dunod, Éditeur, 1905, p. 1-194.

licença recente, tendo sido criada em 1872 e cobrada desde aí cumulativamente com a da contribuição industrial, até Dezembro de 1901. Na lei, então promulgada, foram estabelecidas novas disposições de cobrança previstas para entrarem em vigor a 1 de Janeiro de 1903. Perante uma generalizada onda de protestos pelo país inteiro, Teixeira de Sousa, Ministro da Fazenda, alargou o prazo para 28 de Fevereiro.

Uma semana mais tarde, alguns fiscais apareceram perto de Sabrosa, nos arredores de Coimbra, mas os incidentes ocorridos não tiveram grande importância. Na manhã seguinte, desceram ao mercado e começaram a aplicar multas às mulheres que traziam irregularmente géneros para venda e troca em Coimbra. As reacções iniciais nos dias 8 e 9 caracterizaram-se já por um certo alarido, mas a explosão espontânea de descontentamento popular precipitou-se em 11 e 12, ocorrendo, nesse dia, choques com as forças da ordem. Num alastramento generalizado a toda a cidade, a revolta acabou por envolver também a Academia, além dos operários, caixeiros, empregados do comércio e lojistas. No calor da refrega colectiva, saldada em dois mortos e uma dezena de feridos, ter-se-ão ouvido gritos de *morras* ao Governo e *vivas* à República, à revolução social e ao socialismo. Mas estes *refrões* não corresponderam a uma transformação do movimento popular num processo ideológico com um comando único e um plano comum.

Dominada, por fim, a revolta, a sua leitura, segundo Vasco Pulido Valente, sugere que o «povo» ainda não era, nessa fase, um agente político ou um conjunto de agentes políticos e, por falta de organização e de objectivos, não constituía uma grave ameaça, ficando-se por um «estádio primitivo» de perturbação das relações de poder. Mas não tardará que o Partido Republicano, a partir sobretudo de 1904, converta uma parte do povo em agente político sob a direcção de intelectuais da classe média. Assim se passará de uma massa popular indistinta e não estruturada para uma outra realidade em que vários segmentos sócio-profissionais pequeno-burgueses e do operariado urbano, instrumentalizados pela elite republicana, através de um partido legal e de associações clandestinas (é o caso da Carbonária Portuguesa), se assumirão como agente político direccionado ao Poder.⁽²⁵⁴⁾

Embora não saibamos como Sidónio Pais viveu e sentiu esses acontecimentos, projectados na sua rotina de lente com o encerramento temporário da Universidade, podemos admitir que não lhes foi indiferente. E nem precisou de andar pelos ruas ou pelos cafés a «tomar o pulso» à situação: pôde, certamente, colher impressões fortes no interior da Escola Brotero, «viveiro» do operariado esclarecido de Coimbra. Mas o eventual impacto da revolta na madurez doutrinária e ideológica de Sidónio não nos parece que tenha sido muito decisivo. Outras questões e incidentes o convulsionarão por dentro até ao clímax do insustentável. Quando escrever na sua letra miúda, a lápis, *É preciso voltar á verdade, á sinceridade*, a sua ruptura com a ordem monárquico-constitucional será publicamente afirmada. É preciso esperar pela greve académica de 1907...

Do ponto de vista político-partidário, o rotativismo vigente decompunha-se a passos largos. Em 1901 ocorreu a criação do Partido Regenerador Liberal de João Franco, em

⁽²⁵⁴⁾ Seguimos de perto o estudo monográfico de VALENTE, Vasco Pulido — *A Revolta do grelo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1974 (publicado inicialmente in *Análise Social*, Lisboa, 2.ª série 10 (37) 1973, p. 101), em especial p. 12-13, 25-27 e 58-59.

dissidência aberta com Hintze Ribeiro, que, entretanto, formara novo Governo e forjara uma lei eleitoral neutralizadora do voto urbano. Pretendia aguentar-se e conseguiu-o por três anos, após os quais urdiu nova recomposição governamental, demitida a 18 de Outubro de 1904 em plena controvérsia gerada pela questão dos tabacos. A sucessão de escândalos acentuará, sem dúvida, o descrédito do sistema e será o «prato forte» da oposição republicana. Entre as hostes progressistas do «velho e matreiro» José Luciano de Castro, fará «mossa» a dissidência de José de Alpoim e do seu turbulento grupúsculo.

Em pano de fundo, mantinham-se os efeitos espasmódicos do *Ultimatum* e da crise moral e financeira, consubstanciada, segundo os autores coevos, num crónico *deficit* orçamental.⁽²⁵⁵⁾ Mas tão ruínosa crise financeira, escalpelizada em estudos recentes,⁽²⁵⁶⁾ ter-se-á inscrito num processo conjuntural de lento, mas constante crescimento económico e de graves problemas no sector primário — a crise vinícola e a questão dos cereais — que o protecçãoismo, ensaiado em 1889 e dez anos mais tarde através da Lei dos Cereais ou «Lei da Fome», não conseguiu resolver; antes pelo contrário inflacionou as subsistências e, por consequência, agravou os consumos populares, aumentando em 5% o custo de vida para os trabalhadores citadinos, com inevitáveis e significativos reflexos na questão social.⁽²⁵⁷⁾

Atento aos sinais de crescente desassossêgo da vida portuguesa, Sidónio Pais foi fruindo do presente numa marcante cumplicidade com os colegas e amigos Luciano, Barbosa, Henrique e outros. Foram esses experimentados turistas e *bons vivants* os mentores da sua primeira excursão além fronteiras — inesquecível e estimulante contacto com outros horizontes e ambientes. No final das férias de Verão, depois de uma provável estada na Figueira da Foz, deixou a família em Amarante e partiu de comboio por um itinerário parcialmente reconstituído através de cartas e postais enviados à mulher, aos filhos, a familiares e amigos.⁽²⁵⁸⁾ — San Sebastian, Biarritz, Pau, Lourdes, Toulouse, Nice, Monte Carlo, Milão, Lugano, Locarno, Zurique, Berne, Génève, Chamonix, Paris... A seu lado viajou o colega e amigo Henrique de Figueiredo.

No segundo semestre de 1903 e ao longo de 1904 — ano que começou muito chuvoso e com grandes cheias no Mondego — não foram, de facto, menores as suas obrigações profissionais.

Para além da Faculdade e da Escola Industrial há, finalmente, a certeza de estar ligado ao Colégio S. Pedro,⁽²⁵⁹⁾ que era o mais antigo dos existentes na cidade de Coimbra

⁽²⁵⁵⁾ Ver FUSCHINI, Augusto — *Fragmentos de Memórias. Liquidações políticas*, ob. cit., p. 215.

⁽²⁵⁶⁾ Ver, por exemplo, MATA, Eugénia — *As Finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, (em especial, p. 267-276).

⁽²⁵⁷⁾ Ver CABRAL, Manuel Villaverde — *Portugal na alvorada do século XX*. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979, p. 94-98. Ver também FREIRE, João — *Anarquistas e operários*. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940. Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 119-123.

⁽²⁵⁸⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 266-268.

⁽²⁵⁹⁾ O imóvel ocupava uma superfície estimada em 2.155m² e o Colégio recebia alunos internos, semi-externos e externos para instrução primária e secundária, música e ginástica, podendo ainda os alunos das 4.^a

para o sexo masculino e estava instalado, desde 1899, num edifício que o seu director e proprietário, o sr. Maximiano Augusto Cunha, mandara construir expressamente para esse fim na Rua de Alexandre Herculano, local da Quinta de Santa Cruz, a uma distância do Liceu inferior a 5 minutos de percurso.

Na Faculdade de Matemática, Sidónio Pais regeu, sem faltas, a 5.^a cadeira, Análise Superior, em lugar do lente José Bruno de Cabedo, e integrou os júris de exames da 3.^a cadeira, Cálculo Diferencial, e de Desenho Matemático.

Na Congregação de 22 de Março, reunida extraordinariamente e presidida pelo Reitor interino, doutor Avelino Calisto, estiveram presentes os doutores Luís da Costa e Almeida, Rocha Peixoto, Sousa Pinto, Costa Lobo e Henrique de Figueiredo, além de Sidónio Pais, que apresentou uma proposta de reestruturação da 1.^a cadeira, Álgebra Superior. A proposta foi elaborada com o colega Henrique de Figueiredo e registada em acta. Segundo o proponente, era indispensável e inadiável a modificação dos cursos da Faculdade da Matemática, porque a justa apreciação dos alunos não se coadunava com a antiga divisão destes em obrigados e ordinários, nem tão pouco com a aparente supressão, pela reforma de 1901, dessas classes, visto que os seus perniciosos efeitos se mantinham e até se agravaram *pela exigencia do minimo de 14 valores para o curso geral da faculdade*. Acrescentava ainda que não lhe parecia lícito exigir-se igual habilitação aos alunos do curso geral (destinado a formar matemáticos) e os dos cursos preparatórios para as outras Faculdades e Escolas. Com base nestes pressupostos, defendia a inclusão, no programa da 1.^a cadeira, de uma primeira parte mais elementar para todos os alunos, reservando só para os do curso geral o *complemento d'essas doutrinas* reunidas numa segunda parte. A frequência da cadeira e os respectivos exames ficariam sujeitos a esta divisão, considerada pertinente do ponto de vista pedagógico.⁽²⁶⁰⁾ Não foi, porém, esta a opinião dos colegas Rocha Peixoto, Luís da Costa e Almeida e Costa Lobo, que votaram contra. A favor estavam Henrique de Figueiredo e Sousa Pinto, o que perpez um empate a três votos, não tendo o Reitor desempatado a votação pelo *character tecnico do assumpto*.

e 5.^a classes frequentar as aulas do Colégio ou as do Liceu. O seu corpo docente distribuía-se, em Setembro de 1904, pelos seguintes graus e disciplinas: Instrução Primária, Francisco Duarte de Almeida; Português e Francês, dr. Ismael de Moura Tavares; Latim, dr. António de Almeida e Sousa e o Rev. do Francisco da Rocha Santos, prior de S. Bartolomeu; Francês e Alemão, comendador Eugénio de Castro; Inglês, José Ferreira Martins, capitão de Infantaria; Geografia e História, dr. Joaquim Mendes; Matemática, doutor Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, lente da Universidade; Ciências, doutor António Aurélio da Costa Ferreira, lente universitário; Desenho, José Cristiano e Lourenço Augusto Esteves Martins; Música, António José Ribeiro Alves; Ginástica, Augusto da Costa Martins, aula dada pelo sistema sueco, em espaço adequado e com todos os aparelhos exigidos por esse sistema (Cf. Collegio de S. Pedro. Coimbra. *Tribuna Popular*, Coimbra, 17 de Setembro de 1904). Viriam ainda a ser professores neste conceituado Colégio o lente Mendes dos Remédios, em Português e Literatura, e o quintanista de Filosofia, terceiranista de Medicina e futuro lente da respectiva Faculdade, Fernando Bissaia Barreto, em Ciências (Cf. CALADO, Rafael Salinas — *Memórias de um estudante de Direito*, 2.^a ed. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1961, p. 102-104. Ver também SOUSA, Jorge Pais de — *Bissaya Barreto: ordem e progresso*. Coimbra: Livraria Minerva, 1999, p. 75-113.)

⁽²⁶⁰⁾ *Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910*, fls. 118v.-120. (Arquivo da Universidade de Coimbra - A.U.C.).

Da discussão que transparece das actas conclui-se que o doutor Rocha Peixoto não aceitava o programa da cadeira anexo à proposta, alegando não ter sido consultado o respectivo professor; doutor Almeida Garrett, ao que Sidónio Pais e Henrique de Figueiredo retorquiram nestes termos: *não havia na apresentação d'esta proposta a menor desconsideração para o professor da cadeira, porque em 1.º lugar o programma era o mesmo que estava actualmente adoptado, apenas com o acrescentamento das noções de calculo integral, e com a separação em duas partes, estando aquele acrescentamento de harmonia com as idéas expendidas pelo Dr. Garrett na sessão anterior; e em 2.º lugar o programma que apresentaram era um esboço apenas, necessario para se poder comprehender a proposta, entendendo-se que se discutiria apenas nas suas linhas geraes.*⁽²⁶¹⁾ E o assunto voltou a debate em reunião posterior, ainda que de forma difusa: foi na de 19 de Julho, tendo então o doutor Almeida Garrett tecido algumas considerações tendentes a provar que o tempo de 1h 1/2 destinado ás aulas do 1.º ano e da 1.ª cadeira era pouco e que o ponto nas aulas do dito ano não devia ser fixado em 31 de Maio. Em total desacordo se declarou o vogal Sidónio.

Bem mais discreta, durante o ano lectivo de 1903-1904, foi a sua presença na Escola Brotero. Discreta, mas trabalhosa e empenhada: consumiu muitas horas extra-escolares a preparar as aulas, a estudar electrotecnicia e a colher o máximo de dados sobre dínamos e turbinas a vapor, tendo em vista o projecto de instalação eléctrica. O seu interesse e especialização neste domínio de ponta granjear-lhe-á a reputação de perito em electromecânica. E a par disso convém sublinhar a pressão que fez no sentido de dotar a sua cadeira do equipamento necessário, pressão bem aceite e encaminhada pelo Director Geral do Comércio e Indústria, Madeira Pinto, e pelo Inspector António Arroyo, que em carta de 24 de Dezembro de 1904, endereçada ao próprio Sidónio Pais, fez-se porta-voz da boa vontade do seu superior hierárquico em satisfazer o pretendido.⁽²⁶²⁾ Caso não fosse fácil obter preços do equipamento em Coimbra, prontificou-se Arroyo a colhê-los em Lisboa, insistindo, porém, com Sidónio para que sem demora lhe remetesse o orçamento mesmo sem os preços todos e também para que discutisse com o Director da Escola esse e outros assuntos.

O trabalho, apesar de intenso, não impediu Sidónio Pais de responder aos deveres sociais do seu estatuto, para já não falarmos do convívio regular com os amigos mais próximos. Pela imprensa ficamos a saber que o Grémio Literário-Recreativo promovera no sábado, dia 6 de Fevereiro de 1904, um *sumptuoso baile, em que se achou reunida a sociedade elegante de Coimbra* e que se prolongou até às 6 h. da manhã, merecendo o serviço aí prestado a nota de *profuso e delicado*. E do rol dos presentes constam o doutor Sidónio Pais e D. Maria dos Prazeres. Mas nas outras realizações da mesma agremiação, efectuadas ao longo de 1904, não encontramos referência ao casal e, por razões que adiante se perceberão melhor, D. Maria dos Prazeres evitará, sobretudo a partir de 1905, a presença em festas e outros eventos sociais.

⁽²⁶¹⁾ *Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910*, fls. 119v.-120. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽²⁶²⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 271. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Escola Industrial Brotero,).

Outro tipo de iniciativas marcaram o ano de 1904. Referimo-nos às de cariz político e republicano, para as quais o Grupo Esperança dos XX, associação dos caixeiros de Coimbra fundada por Adriano do Nascimento⁽²⁶³⁾ para reivindicar o descanso dominical, deu assinalável contributo através de manifestações públicas e da propaganda veiculada pela imprensa. A título de exemplo merece destaque o jornal *O Marchante* que, em Setembro de 1904, comentava, com áspera ironia, as manobras militares do Buçaco, a que assistiu D. Carlos: *Passou ontem novamente por Coimbra, vindo das manobras do Bussaco [...] A proposito de taes manobras diz-nos aqui o nosso vizinho Simplicio, que ellas tiveram grande utilidade, porque fizeram girar muitas centenas de contos, que se achavam a mais no erario publico, e atulhar de soldados doentes o hospital da Universidade, cuja dotação se compenetra admiravelmente com taes visitas.*⁽²⁶⁴⁾

Mas no que toca à acção do Grupo Esperança sobressai a sessão solene de homenagem ao *grande homem, de incomparáveis qualidades, de pedagogo, de educador e de patriota*, o doutor Bernardino Machado, por quem Adriano do Nascimento, o colega caixeiro Artur de Sousa e o operário Jeremias Bártole Dias, notórios animadores da dita sessão, nutriam uma considerável admiração e afinidade política. Jornais como *O Marchante* e a *Aurora Comercial* deram grande relevo à iniciativa, que decorreu no dia 1 de Maio, um *Domingo, dia de sol, quente, a brotar mil cintilações dos seus raios ardentes por sobre esta cidade poética*. Nesse dia da festa internacional dos trabalhadores e do aniversário de Sidónio Pais, no amplo salão do *Sport Club*, pelas 16h 30m, entrou e tomou o lugar na mesa da presidência o doutor Bernardino Machado e a seu lado instalou-se o seu colega de Medicina, doutor Daniel de Matos, secretariado pelos caixeiros António de Sousa e António Borges. O ilustre clínico traçou o elogio do homenageado, seguindo-se-lhe outros oradores — os académicos Eugénio Pimentel, Campos Lima, Leite Junior, Lopes Oliveira, Elias Gordilho, o operário Bártole Dias e os caixeiros António de Sousa e Adriano do Nascimento. O homenageado encerrou a sessão pronunciando um *magnifico discurso*.⁽²⁶⁵⁾

Famosa ficou, sem dúvida, a *oração de sapiencia* que o cortês e activo lente de Filosofia proferiu na abertura solene da Universidade, a 16 de Outubro de 1904.

Entre o corpo docente que compareceu à cerimónia confirma-se a presença de Sidónio Pais. Assistiu, portanto, a um acto tradicional que, como os precedentes, não deveria suscitar grande controvérsia. Era certo, porém, que o orador vinha assumindo, cada vez mais frontalmente, o seu ideário político e o seu combate à Monarquia. Além da sessão acima referida, estivera presente como orador ao lado de Fernandes Costa e de António Aurélio da Costa Ferreira na inauguração, a 7 de Maio, do Centro Republicano José Falcão, sediado no Largo da Freiria. Podia-se esperar, por isso, uma intervenção viva e mordaz. Mas Bernardino Machado foi mais longe: dissertando sobre

(263) Ver NASCIMENTO, Adriano do — *Homens ilustres. Bernardino Machado. Breves apontamentos. Cartas inéditas*. Coimbra: Tipografia Lusitana, 1957, p. 26.

(264) Cf. D. Carlos. *O Marchante. Jornal independente*, Coimbra, 8 de Setembro de 1904.

(265) Relato inserido na *Aurora Comercial* e transcrito por NASCIMENTO, Adriano do — *Homens ilustres. Bernardino Machado*, ob. cit., p. 27-28.

A *Universidade e a Nação* principiou por exclaimar *A tristeza que sinto, quando penso no nosso ensino!* e prosseguiu zurzindo a actuação dos últimos Governos, apodados de *reaccionarios* e, segundo ele, apostados em exterminar a instrução, através de medidas centralizadoras e de reformas ditatoriais. Os efeitos de tal política perniciosa sentiam-se na Universidade, onde era evidente e confrangedora a falta de uma *educação liberal*. Só ela podia ser salvadora e para ela, dizia Bernardino Machado, *nos cumpre urgentemente apelar, para transformarmos este apoucado Portugal d'hoje no grande Portugal d'amanhã, digno herdeiro e continuador do heroico Portugal doutr'ora, honra e gloria da humanidade*. E se a Universidade devia ser *a escola de tudo, mas sobretudo de liberdade*, tornava-se urgente uma nova pedagogia sintetizada nesta frase: *Nem o professor é um pontifice, nem o discipulo um catecúmeno*. O estudo devia, pois, ser um exercício de criatividade, de reflexão e de crítica e devia, também, identificar-se com o trabalho num sentido profundamente altruísta: o trabalho universitário era, afinal, um serviço público, *franco e desinteressado*, praticado em prol do *direito dos humildes e dos fracos*.⁽²⁶⁶⁾

Palavras empolgadas e comprometidas com uma concepção da sociedade e do ensino que não podiam agradar a todos. Desagradaram, aliás, bastante ao Reitor interino, o famoso doutor Calisto,⁽²⁶⁷⁾ que, contrariando o seu conhecido respeito pelas praxes e tradições académicas, não se coibiu de tecer reparos e de considerar injustas para com o Governo algumas referências feitas pelo orador:

Em contrapartida, o jornal de Magalhães Lima *A Vanguarda*, de 18 e 20 de Outubro, não tardou a dar ao prelo o texto do controverso discurso. E um pouco depois o Grupo de Livre Pensamento projectou para o dia 8 de Dezembro nova sessão de homenagem ao doutor Bernardino Machado e enviou uma circular-convite aos professores da Universidade onde se lê o seguinte: *desejando que nessa sessão se destaque d'um modo altivo e honroso a attitude de todos os lentes que appoiam as ideias expendidas na oração de sapiencia feita este anno na Universidade, vimos por este meio convidar V. Ex.^a para, — caso seja d'aquelles que sentem como nós a verdade das palavras do illustre cathedratico pronunciadas na sala dos capellos e estão comnosco nesta obra de civismo e de hombridade moral, — assistir a essa sessão e assim formar com a sua presença a adhesão ao nosso acto*.⁽²⁶⁸⁾

Não sabemos como Sidónio Pais respondeu a este apelo, embora fossem prudentes, nesta fase, os seus gestos de apoio político, alegando, mais tarde, que assim procedia para não comprometer a sua condição de militar. Não se pode, porém, duvidar de uma efectiva sintonia com as ideias defendidas pelo seu antigo mestre, reforçada por uma velha estima pessoal.⁽²⁶⁹⁾ No entanto, entre Sidónio e Bernardino havia um óbvio desfasamento

⁽²⁶⁶⁾ Cf. MACHADO, Bernardino — *A Universidade e a Nação. Oração inaugural do anno lectivo de 1904-1905, recitada na sala dos Actos Grandes da Universidade de Coimbra no dia 16 de Outubro de 1904*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1904. Cit. e transcr. (excertos) por ROSA, Elzira Machado — *Bernardino Machado. Protagonista de mudança*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1991, p. 143-148.

⁽²⁶⁷⁾ Cf. LAMY, Alberto Sousa — *A Academia de Coimbra, 1537-1990*, ob. cit., p. 630.

⁽²⁶⁸⁾ Dr. Bernardino Machado. *Tribuna Popular*, Coimbra, 3 de Dezembro de 1904.

⁽²⁶⁹⁾ Cf. NASCIMENTO, Adriano do — *Homens ilustres. Bernardino Machado*, ob. cit., p. 24. Aí se diz que Sidónio frequentou a casa de Bernardino Machado em Coimbra.

etário e de maturidade político-ideológica, para além de algumas diferenças perceptíveis, aliás, nas *orações* que ambos proferiram na mesma Sala dos Actos Grandes.

No dia anterior ao da abertura solene do novo ano lectivo na Universidade, reuniu a Congregação de Matemática — a primeira depois do falecimento de Rocha Peixoto — para se proceder à distribuição do serviço. A 7.^a cadeira, Mecânica Celeste, que ficara vaga, foi atribuída a Luciano Pereira da Silva, não obstante a pretensão do lente Arzila Fonseca expressa por requerimento ao Reitor: O novo regente voltou a escolher o moderno *Traité de Mécanique Celeste* de Tisserand. E a 3.^a cadeira de 2.^o ano, Cálculo Diferencial e Integral (antiga 2.^a cadeira, antes da criação da cadeira de Análise Superior e dos ajustamentos curriculares feitos na transição de século) coube a Sidónio Pais, como era de seu agrado, visto tratar-se de uma das disciplinas que mais tempo tinha regido.⁽²⁷⁰⁾ Podia, por isso, ministrá-la sem grande esforço suplementar na preparação das respectivas matérias, o que lhe facilitava o trabalho assumido no Colégio S. Pedro e, sobretudo, na Escola Industrial.

A sua situação neste último estabelecimento de ensino sofreu uma significativa alteração no segundo semestre de 1905, coincidindo, também, com uma agitada fase passional, surpreendente pelas proporções que tomou. Enfim, um ano marcado ainda pela morte da sogra, D. Bernardina Pinto Martins Bessa.

Na conclusão do ano lectivo de 1904-1905 não houve apenas os exames finais na Faculdade e na Escola Industrial, mas também no Liceu Nacional de Viseu, onde presidiu ao júri de exames da 7.^a classe.⁽²⁷¹⁾ E enquanto lá permaneceu continuou a insistir com a família e, nomeadamente, com o seu Sidónio — o Si — para que lhe escrevesse.⁽²⁷²⁾

Em finais de Julho, já estava de férias, numa Coimbra vazia de estudantes e de residentes em fuga para a praia. Nos inícios de Agosto recebeu carta do amigo e colega Henrique de Figueiredo. De Paris desafiou-o para uma viagem pelo Báltico.⁽²⁷³⁾ Declinou tão aliciante proposta e seguiu com a família para a Figueira da Foz, juntando-se aos colegas, amigos e pessoas conhecidas, que habitualmente frequentavam esse concorrido local de veraneio. Entre elas, chegou o momento de focar, em breve relance, o comendador Artur Manso Preto, bacharel em Filosofia, secretário-geral do Governo Civil de Coimbra, um dos fundadores do Grémio Literário-Recreativo e irmão do conhecido professor liceal de Matemática, dr. Francisco Adolfo Manso Preto, caracterizado por Belisário Pimenta como gorducho, mópe e bonacheirão.⁽²⁷⁴⁾

Sabe-se, pela imprensa, que o comendador Manso Preto, morador e proprietário em S.^{to} António dos Olivais, costumava deslocar-se, em Agosto, para a Figueira da Foz, com

⁽²⁷⁰⁾ *Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910*, fls.123v.-124. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽²⁷¹⁾ Apontamentos Avulsos. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Estudante e Lente).

⁽²⁷²⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 276.

⁽²⁷³⁾ Ver *Ibidem*, p. 277.

⁽²⁷⁴⁾ PIMENTA, Belisário — *Memórias, 1879-1902*, vol. n.º 2, p. 58. (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Sala dos Reservados).

a mulher, D. Maria Augusta Mendes Correia Dinis, a filha, D. Ema Manso Preto, nascida a 12 de Setembro de 1871 e casada, em 22 de Dezembro de 1900, com Álvaro Augusto Leite Ribeiro, natural de Coimbra, de quem teve dois filhos.

Eram, sem dúvida, pessoas conhecidas de Sidónio Pais e, em particular, o Dr. Artur Manso Preto, regular conviva nos animados serões de jogo do Grémio Literário-Recreativo e dos Casinos da Figueira.

Paixão ardente

Nesse Verão de 1905, na praia predilecta da *sociedade elegante* de Coimbra, Sidónio Pais viveu um arrebatamento passional, intenso e sério, público e notório. Desconhecemos os pormenores e a imprensa de Coimbra, mesmo a mais bisbilhoteira, silenciou o caso. A relação teve início à beira-mar, segundo o depoimento prestado, em 1919, pela própria D. Ema Manso Preto — *se conheceram e travaram relações na Figueira da Foz, no verão de 1905*⁽²⁷⁵⁾ —, à volta, talvez, das mesas de jogo. Prosseguiu, com laivos de escândalo, à beira do rio Mondego até cerca de 1911.

Embora a conduta reservada e algo distante de Sidónio Pais, reconhecida nas opiniões perpetuadas a seu respeito, pareça contradizer a possibilidade de um desvario amoroso como o que aconteceu neste período, a sua personalidade, atrás caracterizada, possuía, de facto, traços que justificam atitudes arrebatadas e até excessivas. A sua índole de sentimental, apaixonado e sanguíneo, tornava-o vulnerável não apenas ao irresistível apelo dos encantos femininos, mas a outros estímulos de ordem irracional e intersticial, como o impulso nacionalista, comum à *geração de 90*, vertido no amor à Pátria.

No círculo dos seus amigos íntimos, o jogo, as viagens e as mulheres constituíam atracções fortes e inexoráveis à mercê de inveterados celibatários ou de respeitáveis chefes de família. E estes acabavam, talvez, por estar mais inclinados, dentro do formato convencional e social do casamento burguês, a dar largas a um certo *don juanismo* de folhetim em espaços de diversão, de *coqueterie* e de prazer. A moral burguesa convivia e integrava, assim, sob um puritanismo de circunstância, a existência de uma prostituição «tolerada» e de um adultério masculino associado a demonstrações de *status*, de dinheiro e de virilidade.⁽²⁷⁶⁾ Este contexto social e mental ajuda a enquadrar a conduta de Sidónio Pais, mas está longe de explicar a especificidade do seu caso.

Para o entendermos um pouco melhor, convém insistir na instabilidade afectiva e no forte voluntarismo de Sidónio, traços atrás focados, e na sua pose de *charmeur*, afável, mas absorto, triste e frio, que parece ter atraído perdidamente as mulheres...

⁽²⁷⁵⁾ *Autos cíveis de acção com processo ordinario (investigação de paternidade ilegítima), em que são // Autores // D. Ema manso Preto, viuva, na qualidade de representante legal de sua filha menor, Maria Olga // Réus // D. Maria dos Prazeres Martins Bessa Paes viuva, por si e como representante de seus filhos menores puberes, D. Maria Bessa Paes, Afonso Bessa Paes e Pedro Bessa Paes; Sidonio Bessa Paes, e Antonio Bessa Paes, 4 de Julho de 1919. (Arquivo do Tribunal da Boa Hora).*

⁽²⁷⁶⁾ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — Portugal da Monarquia para a República, vol. 11, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) — *Nova História de Portugal*, ob. cit., p. 654-656.

Fama indelével de conquistador que ficou gravada pelo insuspeito Rocha Martins ou por Raul Brandão, que terá mesmo forçado a nota. Este conta nas suas *Memórias* que Sidónio era uma figura alta e distinta, *adorado pelas mulheres — e que não conseguia passar sem saias à sua volta. Duma vez, um ministro (talvez Tamagnini Barbosa) foi a Sintra com papéis urgentes para êle despachar. Esperou duas horas que o recebesse — e ao entrar ainda viu a saia desaparecer, por uma porta.*⁽²⁷⁷⁾ Por seu turno, Rocha Martins, sem dúvida melhor informado, mas retocando bastante o retrato do seu biografado, consagrou, nas *Memórias sobre Sidonio Paes*, um capítulo à relação deste com as mulheres e aí se lê a dado passo: *Se era certo que recebia muitas cartas de apaixonadas jámais uma dessas mulheres passou a noite no paço de Belem e nem a gente do séquito nem os próprios ajudantes adregaram conhecer uma preferência do presidente da república no tempo de seu poderio a não ser a da afeição já tornada um hábito. E, todavia, Sidonio Paes fôra um amoroso louco; tivera apaixonadas, incandescentes duma das quais até nascera uma filha, hoje reconhecida; agradara, mesmo quando era um simples alferes sem nome, a muitas mulheres; em Coimbra deixara longa fama e ainda existe em Berlim uma grande pasta bem fechada na qual êle guardava as cartas das que o tinham amado.*⁽²⁷⁸⁾ Refere-se ao «caso» com D. Ema Manso Preto sem pôr nomes, dado tratar-se de assunto ainda fresco e melindroso. Mistura, porém, as notas e distorce o tom nas cores. Quando, por exemplo, diz que, em Coimbra, Sidónio deixou *longa fama de amoroso louco*, para ser rigoroso teria de situar nessa cidade a referida *apaixonada incandescente* de quem tivera uma filha.

Mas não nos interessa proceder, aqui, a uma minuciosa e extensa correcção do texto de Rocha Martins, exacto quanto ao essencial — a índole amorosa, apaixonada e sensual de Sidónio. O que importa é mencionar, apenas, o que apuramos numa matéria facilmente deturpável. Urge, pois, um esforço de clarificação e de rigor: em vez de se especular por largo, aludindo a uma infinidade de casos amorosos (bastante ambíguos, porque incluem as amizades, os namoros «platónicos» e as aventuras ocasionais em lupanares, prostíbulos ou equivalentes), julgamos mais razoável indicar apenas, com os necessários detalhes, os que ainda hoje podem ser comprovados. E nesta linha esse vasto rol de mulheres — à parte, por exemplo, o convívio, confirmado na Alemanha, com *damas que nutriam por ele grande fascínio e amizade* e com *senhoras de vida solta* —, fica, afinal, limitado a duas, cuja existência junto de Sidónio e fora do seu casamento pudemos comprovar e que terão sido muito mais que meros *flirts*, muito mais que meros *incidentes de boémia romanesca*, para usarmos a expressão de um áspero crítico.⁽²⁷⁹⁾

O casamento...

Eis outro aspecto crucial da instável vida emocional de Sidónio Pais. Intenso, arrebatado e dominador na intimidade, deixara-se prender, como atrás se viu, pela recatada

⁽²⁷⁷⁾ Cf. BRANDÃO, Raul — *Memórias*. vol. 3 - Vale de Josafat. Lisboa: Seara a Nova, 1933, p. 96.

⁽²⁷⁸⁾ Cf. MARTINS, Rocha — *Memórias sobre Sidonio Paes*. Lisboa: Sociedade Editorial ABC, 1922, p. 118.

⁽²⁷⁹⁾ Cf. LEITÃO, Artur — *Situação política: cartas a um conselheiro da República e resposta de sua excelência*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1918, p. 11.

e enigmática beleza de D. Maria dos Prazeres. Os dados disponíveis sobre o seu perfil psicológico apontam para uma pessoa dócil, boa, generosa, simpática, constante nos afectos, mais sensitiva e prática que intelectual, intuitiva, nervosa, predisposta e exercitada por educação a resignar-se ou a sofrer em silêncio as pequenas e grandes contrariedades da sua condição feminina e da vida em geral. Estas características sugerem que a sua maneira de ser e de estar propiciava uma união conjugal duradoira e pacífica, em contraponto à intrínseca agitação emocional e erótica de Sidónio. Compreende-se, pois, que nele a «chama» acesa em Amarante tenha perdido força, quase se extinguindo ao cabo de meia dúzia de anos em Coimbra, e que nela prosseguisse a sua entrega afectiva até ao fim com alguns queixumes (sobretudo após a partida de Sidónio para Berlim), mas sem confronto ou ruptura por ciúme, despeito ou mágoa.

Pela troca epistolográfica, que se tornou mais frequente após 1909, não se descobrem indícios de uma *grave querela* ou de uma violenta incompatibilidade que impusesse inexoravelmente o divórcio, a dissolução ou mesmo uma separação pública imediata, antes se vislumbra a aceitação natural de um casamento partilhado e subordinado por Sidónio Pais a outras prioridades — o amor à Pátria, o serviço da República... — e a outras incandescentes afeições, sem quebra do compromisso moral contraído no matrimónio: a ternura evidenciada nas cartas e a insistência na amizade, expressa, por exemplo, no testamento particular de 15 de Agosto de 1914 — *Despeço-me da minha bôa Esposa, que foi sempre grande amiga...* —, revelam bem o peso da moral, dos escrúpulos, da assunção de responsabilidades na sua conduta e ainda uma forte incomodidade face a situações de ruptura afectiva, apesar de reagir mal aos ataques pessoais e às ameaças, como o tumultuoso *affaire* com D. Ema mostrará...

Tumultuoso, porque contou, desde logo, com a oposição da família desta senhora. Complicado, também, atendendo à condição social e ao estreito relacionamento das partes envolvidas. Num meio provinciano e estratificado como Coimbra e numa sociedade, como a portuguesa, sujeita à dupla pressão do catolicismo tradicional e do puritanismo burguês de tipo vitoriano, pode imaginar-se o impacto negativo que tais desvios à norma convencional produziam na imagem pública dos intervenientes. Mas não obstante isto, a reacção de Sidónio Pais surpreende por entrar em contradição directa com a sua habitual postura afável, discreta e respeitadora da moral vigente. Ele assumiu o envolvimento com D. Ema contra tudo e todos, desafiando provocatoriamente as normas e as conveniências sociais!...

Entre a paixão e o acréscimo de responsabilidades

Neste redemoinho de emoções, de ânsias e de despeitos prosseguiu, entretanto, a sua actividade profissional com grande empenho e disponibilidade para funções mais exigentes. Com efeito, o novo ano lectivo — adiado o seu começo para o mês de Novembro devido à epidemia de varíola que grassou em Setembro e Outubro — ficou marcado, na Escola Industrial Brotero, pelo pedido de demissão do seu Director, António Augusto Gonçalves, e pela nomeação de um substituto. A escolha recaiu em Sidónio Pais por proposta do Director-Geral Ernesto Madeira Pinto e foi, sem dúvida, um desafio e um reconhecimento público e oficial das suas capacidades técnicas, pedagógicas e humanas

No mês de Setembro recebeu notícias dos amigos e colegas Luciano Pereira da Silva e Henrique de Figueiredo, que tinham cumprido o seu périplo nórdico e germânico. E a 4 de Outubro,⁽²⁸⁰⁾ Sidónio Pais tomou posse do cargo e logo se apressou a participar o facto ao Reitor da Universidade.⁽²⁸¹⁾

Na sessão do Conselho Escolar, realizada em 17 de Novembro, apresentou-se aos colegas investido das suas novas funções. Estiveram presentes todos os professores e depois de ser lida a acta da sessão anterior, como ponto prévio ao assunto para que fora convocado o Conselho, propôs se lançasse em acta um voto de louvor ao seu antecessor nesse lugar pelos relevantes serviços prestados à Escola e *á causa do ensino industrial*.⁽²⁸²⁾

O Director cessante interveio para agradecer as amáveis palavras proferidas a seu respeito, tendo dito a propósito que *«o desempenho do seu cargo foi uma tarefa extremamente fácil, porque sempre encontrou na solicitude dos seus colegas, além das deferencias pessoas que não pode esquecer, a fervorosa dedicação ao ensino e aos interesses e credito d'esta Escola. Elle pode dizer que a sua missão, durante tantos annos, se reduziu a serviços de expediente: cada professor era o director de si mesmo, na conscienciosa comprehensão do dever, n'uma solidariedade digna dos maiores louvores e dos maiores agradecimentos»*. Concluiu, congratulando-se pela escolha do seu sucessor, *em cuja inteireza, iniciativa e elevadas e raras faculdades encontra a promessa e garantia segura d'um periodo de engrandecimento e fecunda acção em beneficio da educação do trabalho local e utilidade social d'esta Escola*.⁽²⁸³⁾

A Escola atravessava, de facto, uma fase de estabilização e de crescimento, impondo-se, então, como prioritária a instalação eléctrica e a prossecução das benfeitorias realizadas nas Oficinas e no Laboratório de Química, ampliado e a precisar de equipamento fotográfico e outro. A inclusão do Curso Elementar de Comércio (duração de três anos) e a velha questão de um novo edifício serão, nas vésperas do 5 de Outubro, os principais desafios postos à capacidade directiva e concretizadora de Sidónio Pais, obrigando-o a multiplicar-se em contactos e diligências não apenas junto do inspector da circunscrição norte, António Arroyo, com o qual terá mantido — a avaliar pelo que transparece da correspondência trocada — uma boa colaboração e cumplicidade quanto às medidas tendentes a melhorar as condições da Escola, mas também junto da Câmara Municipal, do Governo Civil e da própria Direcção Geral, em especial do seu titular, o conselheiro Eduardo Madeira Pinto. Contactos que o aproximaram da máquina administrativa do Estado e mais precisamente do Ministério das Obras Públicas, velha mola fontista do decantado (e desencantado) fomento nacional...

Mas no imediato urgia concretizar o processo das *instalações e trabalho dos motores e da produção de electricidade*, despoletado sob a vigência do Director António Augusto Gonçalves, seu antecessor; e conduzido, desde o início, pelo próprio Sidónio Pais.

⁽²⁸⁰⁾ Livro de termos de posse, 1899-1925, fls. 4v.-5. (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero - A.E.S.A.B.).

⁽²⁸¹⁾ Correspondência da Reitoria. (Arquivo da Universidade de Coimbra - A.U.C.).

⁽²⁸²⁾ Livro de termos de posse, 1899-1925, fls. 4v.-5. (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero - A.E.S.A.B.).

⁽²⁸³⁾ *Ibidem*, fls. 4v.-5. (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero - A.E.S.A.B.).

Exigia-se-lhe, agora, maior atenção e cansaça, até porque começara a dar entrada na Escola o material necessário.⁽²⁸⁴⁾ E a instalação intensificou-se ao longo de 1906. Em Abril de 1907 Sidónio Pais ainda se correspondia, em francês, com a Siemens Brothers, porque pretendia um reóstato de derivação a fim de absorver uma corrente variável de 5 até 30 ampères, acrescentando: *S'il n'y a d'inconvénient je désire monter ce rhéostat sur un tableau annexé au tableau de l'installation. (Ci-join le dessin de ce dernier). Le tableau supplémentaire doit être aussi fourni par vous avec toutes les dispositifs nécessaires pour le fonctionnement du rhéostat et aussi pour le montage d'un wattmètre (n.º 209153 type Gw) qui nous possédons déjà et que nous a été fourni par vous.*⁽²⁸⁵⁾

A gestão financeira da Escola era da competência do Conselho Administrativo, à frente do qual se mantinha o professor Charles Lepierre. Por seu turno, o cargo de Secretário Geral continuava a ser exercido, interinamente, por Augusto Carvalho da Silva Pinto. Foi, pois, com estes homens e ainda com o experiente e assumido republicano António Augusto Gonçalves, que Sidónio Pais trabalhou e conviveu, num intenso esforço de valorização da Brotero.

Na Faculdade de Matemática e no Colégio S. Pedro cingiu-se, durante o ano lectivo de 1905-1906, ao desempenho normal da docência, respectivamente, da 3.ª cadeira, Cálculo Diferencial, e Matemática. Integrou, de acordo com a distribuição de serviço de exames feita na Congregação de 26 de Maio de 1906, o júri da 1.ª cadeira como segundo elemento (alternando com Henrique de Figueiredo), o júri da 5.ª cadeira e presidiu ao júri da 3.ª cadeira. Continuou assíduo e cumpridor das suas obrigações, embora na *Folhinha Académica* desse ano lectivo se ache anotado que *faltou no dia 8 de Março sem motivo justificado*.

Esta falta até se justifica se tivermos em conta a declaração de D. Ema Manso Preto, incluída nos quesitos da acção de processo ordinário de investigação de paternidade ilegítima, registada no 4.º Ofício do Juízo de Direito da 6.ª Vara, com data de 4 de Julho de 1919: *que por causa destas relações a Autora saiu de casa de seus paes e viveu com o Dr. Sidonio Paes em comum desde 7 de março a 28 de junho de 1906, no Hotel dos Caminhos-de-Ferro, no Largo do Sansão em Coimbra*. E, no quesito seguinte, esclarece que *não obstante a oposição da familia da Autora, estas relações entre ela e o Dr. Sidonio Paes,*

⁽²⁸⁴⁾ Com data de 23 de Dezembro de 1905, assinou um ofício para a Direcção Geral do Comércio e Indústria em que comunicava ter sido recebida *da casa Siemens Brothers & Cº de Londres a factura da 2.º remessa de material para a instalação electrica d'esta Escola, comprehendendo dynamos, quadro de distribuição, motores electricos e accessorios, cuja importancia é, incluindo emballagem, frete e seguro de Liverpool ao Porto, de 337 £ 7s (tresentas e trinta e sete libras e sete shillings), rogando a V. Exa se digne determinar o pagamento d'esta somma. N'esta mesma data encarreguei os agentes Grijó & C.º do Porto da recepção e despacho d'alfandega d'aquella remessa — Copiador de Cartas, 1904-1906, fl. 321* (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero). A recepção deste material e de outras peças originou uma interessante troca de correspondência com os fornecedores estrangeiros, em que lhes eram pedidas explicações técnicas sobre a sua montagem, localização e funcionamento. A preparação adquirida no domínio electrotécnico explica a minúcia e a facilidade com que Sidónio Pais assumiu a condução do processo da instalação eléctrica a gaz pobre e gazogéneo, bem como do apetrechamento técnico dos laboratórios.

⁽²⁸⁵⁾ *Copiador, 1906-1907, ofício de 11 Avril 1907, fls. 497-498.* (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero).

continuaram e em abril de 1907 ficou ela grávida da filha, a referida Maria Olga, que nasceu, como está dito, em 17 de dezembro do mesmo ano.⁽²⁸⁶⁾

Infere-se deste depoimento auto-contido, lacónico, mas, certamente, sincero, que esses meses de 1906 corresponderam a um período agudo e agitado da dita relação extra-conjugal, resumido por um ferrenho adversário político, o jornalista e escritor Bourbon e Menezes ao referir um pretense rapto de D. Ema da casa de seus pais. Assim se lê a certo passo de um artigo impresso em *A Manhã*: *A' margem do papel onde descobri isto estava escrito a lapis: Saber do C. Dias a historia pormenorizada do rapto em Coimbra. O E. P. disse-me que ele é que me pode pôr inteiramente ao facto do escandalo.*⁽²⁸⁷⁾ Nos seus apontamentos inéditos sobre Sidónio Pais, deixou escrito algo mais: *Sempre jogador, gualdiu a fortuna da mulher e em Coimbra raptou uma mulher casada e atravessou com ela pelo braço as ruas de Coimbra de pistola em punho. Essa mulher anda por Lisboa. E uma tal Manso Preto.*⁽²⁸⁸⁾ Rumores que Bourbon e Menezes apurou na capital e anotou no dossier *Sidonio Pais. Subsidios para o seu retrato psico-mental*. Retrato «pintado» com alguma verosimilhança e muita caricatura...

Descontadas as imprecisões (fruto da ignorância geral sobre a vida e a personalidade do visado) e a deliberada animosidade patentes nessa anotação, pode concluir-se que Sidónio Pais não escondeu o seu envolvimento com D. Ema, reagindo mesmo de forma colérica à oposição que a família Manso Preto lhe moveu, sendo certo, por outro lado, que a sua mulher sabia de tudo, como era, aliás, inevitável. E a respeito de uma tal conduta costumava dar a justificação que um dos seus amigos íntimos, Álvaro de Lima Henriques, reproduziu: *que o Doutor Sidonio Paes, quando falava da pequena Maria Olga, era como filha d'êlé, e que por vêzes dizia, referindo-se a ela e á mãe: a diferença que eu faço dos outros é tomar as responsabilidades dos meus actos.*⁽²⁸⁹⁾

Na correspondência com os familiares — mãe e irmãos — não encontramos qualquer eco deste caso amoroso, mas pode ter havido. Não sabemos. Certa era a permanência do irmão António na Índia, o Aureliano estava em Viana e o Alberto prestes a ir para longe, embora se achasse muito próximo. Com data de 7 de Abril de 1906, redigiu, em Viseu, uma carta no seu estilo impulsivo, irónico e irascível, repleto de um patriotismo assaz inflamado:

Meu caro Sidonio

Recebi ha tempo uma carta tua, que muito estimei. Cheguei aqui hontem de Tancos. A expedição está dissolvida, por mais inconcebivel que isto pareça. Já não ha brio n'este paiz. Appetece ser anarchista, anarchista pratico, de bomba, unico processo, talvez efficaz para oppor a tamanha miseria moral. É claro que a expedição estava

⁽²⁸⁶⁾ *Autos civeis de acção com processo ordinario (investigação de paternidade ilegítima)*, proc. cit. (Arquivo do Tribunal da Boa Hora).

⁽²⁸⁷⁾ Espólio de Bourbon e Menezes, Esp. N 13, cx.4: MENESES, Bourbon e — *A' Margem do que se passa...* O Dezembrismo. Notas soltas de um libelo inédito. *A Manhã*, Lisboa. (Biblioteca Nacional, Espólios).

⁽²⁸⁸⁾ *Ibidem*.

⁽²⁸⁹⁾ *Autos civeis de acção com processo ordinario (investigação de paternidade ilegítima)*, proc. cit. (Arquivo do Tribunal da Boa Hora).

longe de ser um modelo d'organização; mas isto é já independente do commando da columna ser A ou B, e só a resultante do descalabro a que chegou este exercito que só serve, positivamente, para escoltar presos e acompanhar procissões: não ha botas, não ha vestuario, não ha armas e não ha, muito principalmente comandos. Melhor ou peor organizada, porém, a sua marcha impunha-se por honra da nação e do exercito. Era já muito tarde para recuar. Seis meses se gastaram, para se suster o embarque, meia duzia de dias antes. Isto excede tudo quanto se póde imaginar! Tudo isto me causa um desgosto profundo e dá me vontade de me naturalisar inglez ou alemão, ou qualquer coisa que não seja portuguez. Mas eu preciso de me esquecer de tudo isto, para cuidar da minha saude, profundamente abalada por uma pneumonia que tive em Mafra. Ando muito desconfiado dos pulmões. D'aqui devo seguir em breve para o Porto, onde sou, outra vez collocado e d'alli para Caminha com licença da Junta, onde tenciono ir.

*Se quiseses alguma coisa d'aqui manda diser: Hotel Oliveira - R. Direita.
Muitas recommendações para todos os teus e um longo abraço do*

*teu irmão muito amigo
Alberto.⁽²⁹⁰⁾*

A expedição referida nesta missiva estava a ser organizada na metrópole, desde Novembro de 1905, por iniciativa de um Governo progressista, tendo em vista as campanhas levadas a cabo no Sul de Angola. Aí e após o massacre, em Pembe, do destacamento do capitão Luís Pinto de Almeida por uma força de 15.000 guerreiros *cuamatos*,⁽²⁹¹⁾ grassava a rebelião de povos do aquém-Cunene — Chibia, Humbe e Gambos — e adensavam-se os actos de violência infligidos a comerciantes europeus pelo soba de Mulondo. Contra ele se dirigiram, pois, as primeiras operações do capitão Alves Roçadas, Governador do distrito de Huila, sendo Governador-Geral de Angola o prestigiado colonialista Eduardo Costa. Roçadas conseguiu ocupar a embala do soba de Mulondo, sendo aí construído um posto fortificado, e de regresso ao Humbe a coluna fez tentativas infrutíferas contra os *cuamatos*, limitando-se a raziar uma parte dos Gambos que se achavam em franca rebelião. Na metrópole estava, então, pronta a força expedicionária com destino a essa zona de operações, mas não chegou a embarcar por decisão do efémero 54.º Governo constitucional chefiado pelo regenerador Hintze Ribeiro e perante a indignada reacção do tenente Pais. Ferreira Martins esclarece que já então se *tinha ocupado pacificamente a Donguena, conquista importante para futuras operações além-Cunéne*⁽²⁹²⁾ e acrescenta que, no segundo semestre de 1906, desenvolveram-se as operações de ocupação no

⁽²⁹⁰⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral). Sobre o *curriculum* militar deste irmão de Sidónio Pais ver o respectivo processo pessoal in *Alberto da Silva Pais*, cx. 3068. (Arquivo Histórico-Militar).

⁽²⁹¹⁾ Ver MARTINS, Ferreira — *História do Exército Português*, ob. cit., p. 454-455.

⁽²⁹²⁾ Cf. *Ibidem*, p. 460.

Cuamato e no Cuanhama, que viriam a ser dirigidas pelos capitães Alves Roçadas e João de Almeida e a cujas forças se juntara, finalmente, Alberto Pais.⁽²⁹³⁾

O considerável esforço africanista de um Exército sem meios e *sem comandos*, na expressão exaltada do tenente Pais, não se confinava ao plano militar e operacional, mas era, no rescaldo do *Ultimatum*, um delicado tema político, face ao qual, segundo a óptica castrense, os Governos revelavam uma arreliadora inépcia, agravada pelo contínuo descrédito do sistema rotativo, pela forte instabilidade social urbana, pelas campanhas da imprensa ou ainda pela aguerrida oposição republicana com o típico arfete dos comícios e das inaugurações de novos Centros. Em Coimbra, por exemplo, no início de 1906, ocorreria a cerimónia de inauguração do Centro Republicano Académico, efectuada no Teatro do Príncipe Real e presidida por Bernardino Machado, tendo ainda discursado Manuel de Arriaga, Augusto Barreto, António José de Almeida, Afonso Costa e o estudante Carlos Olavo.

A questão colonial era, portanto, uma questão política, endereçada à esfera governativa...

Dois meses após ter tomado posse, o Governo de Hintze Ribeiro era exonerado a 19 de Maio, perante a recusa de D. Carlos da dissolução parlamentar e da concessão de poderes ditatoriais, expediente habitualmente usado desde 1834 contra o bloqueio da acção governativa pelas Cortes. Dois meses de intranquilidade política e até de violência policial: a 4 de Maio a população que aguardava no Rossio a chegada de Bernardino Machado e de outros candidatos republicanos foi perseguida, sendo este incidente conhecido pela *chacina do Rossio*. Em tão delicadas circunstâncias, D. Carlos entendeu ser urgente e inadiável a reforma do sistema através de uma *revolução de cima*, na linha directa do apelo de Oliveira Martins ao cesarismo régio, perspectiva apropriada e desenvolvida pela propaganda do novo Partido Regenerador Liberal do ex-ministro e ex-deputado regenerador João Franco. Decidiu, por isso, o monarca expôr-se e confiar neste beirão controverso e duro que se colocara na margem do rotativismo tradicional, apostado numa estratégia partidária próxima da dos republicanos (em termos de organização interna, de propaganda, de recrutamento interclassista de adeptos e militantes) e que granjeara sólidas amizades entre vários escritores e artistas da época.⁽²⁹⁴⁾ A 19 de Maio nomeou-o Presidente do Conselho de Ministros.

O Governo emanava, na prática, de uma concentração liberal e táctica de franquistas e de progressistas e era formado por *um grupo de homens competentes, honestos e bons técnicos, na sua maioria virgens do poder político, pretendia governar «à inglesa», pondo fim aos vícios da administração habitual portuguesa.*⁽²⁹⁵⁾ O seu programa e objectivos iniciais passavam pelo respeito da normalidade constitucional, pela concessão de ampla liberdade às forças sociais e à imprensa, temperada por uma vigilância ordeira que evi-

⁽²⁹³⁾ Cf. CASTRO, Veloso (Alferes) — *A Campanha do Cuamato em 1907. Breve narrativa acompanhada de photographias*. Luanda: Imprensa Nacional, 1908, p. 83. Ver, também (Arquivo Histórico-Militar) — Alberto da Silva Pais, cx. 3068.

⁽²⁹⁴⁾ Cf. SARDICA, José Miguel — *A Dupla face do franquismo na crise da Monarquia portuguesa*, ob. cit., p. 53 e 73-74.

⁽²⁹⁵⁾ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — *Portugal da Monarquia para a República*, ob. cit., p. 689.

tasse a anarquia e pela célebre preocupação de *caçar no terreno dos republicanos*, isto é, satisfazer as necessidades, enfatizadas pelo P.R.P., de progresso, de justiça social e as esperanças de um futuro melhor.

O franquismo, como ficou conhecida esta experiência alternativa ao sistema rotativo, principiou dentro da legalidade constitucional vigente, tendo sido convocadas eleições a 19 de Agosto de 1906, ganhas, como era habitual, pelo Governo, mas sem maioria absoluta (os franquistas ficavam dependentes do apoio parlamentar dos progressistas) e com quatro incómodos deputados republicanos eleitos por Lisboa. Um êxito oposicionista que as eleições autárquicas do Porto, realizadas em 4 de Novembro, iriam reforçar dando a vitória a uma coligação de republicanos e monárquicos antifranquistas. Apesar de um começo abertamente liberal, a experiência franquista não tardou a revelar-se, segundo José Miguel Sardica e à luz da tese de Manuel Villaverde Cabral e de Fernando Rosas, como o *embrião do autoritarismo moderno*, antecipando as soluções antiparlamentares e intervencionistas dos anos vinte e servindo de lição ou de modelo ao *consulado sidonista*. Sobre este pretenso entrosamento directo ou linear das duas experiências⁽²⁹⁶⁾ teremos ensejo, oportunamente, de o refutar..

Por enquanto interessa ver como Sidónio Pais, em Coimbra, acompanhou este decisivo período, durante o qual monárquicos e republicanos se envolveram num embate frontal, de vida ou de morte...

⁽²⁹⁶⁾ Ver SARDICA, José Miguel — *A Dupla face do franquismo na crise da Monarquia portuguesa*, ob. cit., p. 103.

(Página deixada propositadamente em branco)

Capítulo 6

Da Greve Académica ao 5 de Outubro

Prenúncios de tempestade

Estamos perante uma fase decisiva não apenas para o futuro político imediato do país, mas, em termos estritamente biográficos, para o futuro pessoal de Sidónio Pais. As suas reservas e distâncias em relação ao envolvimento público no debate político e na militância cívica, subalternizadas, até então, por outras preocupações e prioridades — a actividade docente e os episódios da sua instabilidade afectiva —, vão ser esbatidas e confrontadas com a urgência de um alinhamento. Note-se que esta mudança de atitude surgirá num clima de grande eferescência emocional eivado de antinomias redutoras e fortes — a verdade contra a mentira, a justiça contra a iniquidade, a liberdade contra o despotismo, etc. Mais ainda: a *crise moral* que corroía — dizia-o a imprensa num alarmismo crescente — as *entranhas da alma nacional* irá aparecer, na sua crueza e gravidade, diante do cidadão comum, na capital ou na província, já não como uma ameaça quimérica, mas como um *terrível pesadelo*. Assim a sentirá Sidónio nos seus principais *habitats* ideológicos e profissionais — a Universidade e a *Brotero*.

Nas vésperas de mais um novo ano lectivo, Sidónio Pais enfrentava as vicissitudes do seu «romance» com D. Ema, já não no Hotel do Largo Sansão, mas em outros ambientes. Assumia-o cumulativamente e por extenso com o papel de chefe de família: incumbira-se, desde a primeira hora, das *despesas do ménage*, das condições gerais de sobrevivência, de previdência e da educação da petizada — o mais velho tinha, então, dez anos, o António nove, a Maria Sidónia sete, o Afonso cinco e o Pedro quatro; acompanhou de perto os seus estudos, impôs-lhes preceitos de moral laica (não tolerava mentiras e desculpas a propósito do que quer que fosse...), de saúde e higiene (estimulava o exercício físico sem distinção de sexo) e não se opôs ao catolicismo praticante da mulher junto dos filhos (na Páscoa, por exemplo, a casa era aberta ao Compasso). Por vezes, o seu agregado familiar crescia, albergando parentes próximos de um dos cônjuges (os irmãos de Sidónio e um ou outro sobrinho de D. Maria dos Prazeres, nomeadamente o Júlio Nogueira Soares, estudante em Coimbra), o que exigia algum espaço.

Sem sair da aprazível e tranquila Estrada da Beira, Sidónio Pais mudou, entretanto, de casa. Não sendo, como já referimos, um gastador compulsivo e irresponsável, via-se, por vezes, na contingência de fazer face a despesas extraordinárias — resolvidas algumas delas, dada a manifesta falta de proventos suficientes, através do recurso a empréstimos de alguns amigos, como, por exemplo, Lima Henriques. Estas contingências não

lhe facilitavam a eventual aquisição de habitação própria e, por isso, se foi cingindo ao arrendamento. Mudou-se, pois, com a mulher e filhos para o n.º 78. Julgamos tratar-se da moradia reproduzida na obra de Rocha Martins,⁽²⁹⁷⁾ com rés do chão, cave e quintal. Das suas dependências interiores conhecemos apenas o canto de uma sala onde se vê uma porta, a parede decorada com quadros, barómetro e outros objectos, uma secretária simples, sobre a qual estão pousadas duas jarras com flores e o retrato a meio corpo de Sidónio Pais e a respectiva cadeira.

O ano lectivo de 1906-1907 abriu, na Universidade, com a tradicional e majestosa solenidade. Sidónio Pais assistiu à cerimónia de abertura e no dia seguinte — 17 de Outubro — principiou a regência da «sua» 3.ª cadeira de Cálculo Diferencial e Integral. Será uma regência muito atribulada e convertida em curso livre de 10 a 30 de Junho de 1907, tendo sido prolongado extraordinariamente o serviço até Agosto. Na respectiva *Folhinha Académica*⁽²⁹⁸⁾ aparecem registadas só três faltas por motivo de doença (5 e 12 de Novembro e 1 de Fevereiro).

Diversos motivos, uns mais óbvios que outros, justificaram que, entretanto, com data de 26 de Janeiro de 1907, requeresse dispensa de frequentar, nesse ano, o habitual curso de tiro em Vendas Novas: *tendo recebido ordem para ir frequentar o curso de tiro na Escola Prática d'Artilharia, causando-lhe grande transtorno ausentar-se de Coimbra n'esta ocasião, pretende que lhe seja concedido adiamento para o proximo anno do cumprimento d'aquelle serviço, sujeitando-se o suplicante aos prejuizos consequentes.*⁽²⁹⁹⁾ E em 1909, nas vésperas de se ausentar três meses numa visita de estudo, voltará a requerer, com data de 20 de Março, novo adiamento que a sua condição de militar no activo lhe impunha.

O zelo administrativo obrigava os bedéis, em todas as Faculdades, a registarem, no respectivo *Livro do Serviço dos Lentes*, as ocorrências quer solenes, como era a habitual cerimónia do juramento na Real Capela e rituais subsequentes, quer excepcionais ou inusitadas, tais como os acontecimentos de fim de Fevereiro e início de Março de 1907.

Lançado no *Termo de conclusão do mez de Março de 1907* pode ler-se o relato dos incidentes que paralisaram a vida académica e afrontaram a governação franquista, ainda na sua fase dita liberal.⁽³⁰⁰⁾ Esse relato incide apenas sobre os efeitos da revolta estudantil no serviço lectivo da Faculdade de Matemática:

No dia 1 de Março de 1907, na ocasião em que entravam para as aulas os lentes da Faculdade de Direito, Dr. Callisto, Dr. Caeiro da Matta e Dr. Pedro Martins, foram estes apupados por grande parte da Academia que então se encontrava nos

⁽²⁹⁷⁾ Ver fotos in MARTINS, Rocha — *Memorias sobre Sidonio Paes*, ob. cit., p. 267.

⁽²⁹⁸⁾ *Livro dos Bedéis ou Serviço dos Lentes – Mathematica*, 1906-1909, fls. do ano lectivo 1906-1907. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽²⁹⁹⁾ Processo de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽³⁰⁰⁾ Cf. XAVIER, Alberto — *História da greve académica de 1907. À guisa de introdução reproduz-se o célebre manifesto de Antero de Quental a explicar e a justificar, em nome dos estudantes, os motivos da sua atitude de rebeldia contra o Reitor, na «Sala dos Capelos», em 8 de Dezembro de 1862*. Coimbra: Coimbra Editora, 1962, *Um depoimento insuspeito* (p. inum.).

geraes, em signal de protesto pela exclusão do licenciado Jose Eugenio Ferreira no acto de theses feito nos dias 27 e 28 de Fevereiro, recusando-se os cursos a entrarem nas aulas, e impedindo a entrada aos que a ellas queriam assistir, não só na Faculdade de Direito como tambem nas outras Faculdades. N'este mesmo dia o Dr. Souto, Dr. Luis da Costa e Dr. Henrique de Figueiredo, não chegaram a entrar nas suas aulas, evitando por este modo manifestações de desagrado, caso dessem aula.

Não succedeu o mesmo ao Dr. Sidonio lente da cadeira de Calculo, que achando-se a dar aula, os estudantes entrando n'ella, fizeram-lhe uma manifestação de desagrado, vendo-se o referido lente na necessidade de suspender os trabalhos d'esse dia.

No dia 2 houve feriado extraordinariamente em virtude dos acontecimentos referidos, e no dia 3 foi affixado um edital encerrando a Universidade, e ordenando que os alumnos saissem de Coimbra no prazo de 24 horas.⁽³⁰¹⁾

A indicação da causa da greve académica acha-se expressa em outras fontes coevas e posteriores.

Compilando textos avulsos e lembranças pessoais, Alberto Xavier, em nome do grupo de estudantes «intransigentes» que animaram os protestos e se mantiveram firmes contra as manobras governamentais, deu conta dos factos a partir da perspectiva republicana e radical que muitos deles perfilharam.

Segundo essa narrativa e no que concerne à origem dos protestos, o licenciado em Direito José Eugénio Ferreira — pessoa desconhecida da maioria dos estudantes — pretendeu submeter-se ao acto das *conclusões magnas* para obtenção do grau de doutor, deferido e marcado pelo Reitor para os dias 27 e 28 de Fevereiro, embora não apresentasse uma classificação final de formatura superior a 15 valores. Este detalhe terá influído na má vontade do júri nomeado pela Faculdade, antecipadamente conhecida e divulgada à boca pequena, dentro e fora do Paço das Escolas. Adensavam-se os presságios de borrasca, garantia segura de uma afluência curiosa e expectante: *Nos dias designados para as provas, a imensa Sala dos Capelos encheu-se de público, completamente, predominando os estudantes. Eu também lá fui, e conheci de vista, pela primeira vez, José Eugénio Ferreira.*⁽³⁰²⁾ E acrescenta enfático: *Não se varre da memória a desoladora impressão que me causou o espectáculo que presenciei nos referidos dias.*⁽³⁰³⁾ Um espectáculo confrangedor e revoltante: *Positivamente, os professores da Faculdade de Direito, que formavam o júri, sob a presidência do Reitor da Universidade, pareciam combinados, não para suscitar questões e discuti-las, serena e lealmente, em termos de proporcionar ao examinando o ensejo público de manifestar o seu saber, demonstrar boas faculdades de argumentação, de ostentar seguros dons de palavra, de comprovar, enfim, a aptidão para ser investido no grau de Doutor e de receber as insígnias de Capelo e Borla, mas para, conluídos, combaterem o candidato, desqualificá-lo perante a assistência e conduzi-lo a uma situação de estenderete*

⁽³⁰¹⁾ Livro dos Bedeís ou Serviço dos Lentes - *Mathematica*, 1906-1909, fls. do ano lectivo 1906-1907. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽³⁰²⁾ Cf. XAVIER, Alberto — *História da greve académica de 1907*, ob. cit., p. 66.

⁽³⁰³⁾ Cf. *Ibidem*, p. 66.

retumbante.⁽³⁰⁴⁾ Um estenderete inexorável. Às 14h 15m do dia 28 acabou o acto e a assistência dispersou-se pelo terreiro da Universidade a aguardar a decisão do júri, convicta, porém, da aprovação do candidato. Meia hora depois este apareceu em público e com ele chegou a bombástica confirmação de que fora reprovado por unanimidade. Então, *a Academia irrompeu em clamorosos protestos.*⁽³⁰⁵⁾ Espontaneamente, uma mole de académicos rodeou o candidato, recente *vítima da iniquidade da velha Senhora*. Aclamaram-no e seguiram, em cortejo, pelas ruas da Alta até à sua residência, numa gritaria frenética e com apelos *a uma Universidade nova.*⁽³⁰⁶⁾

Estava dado o mote da contestação ideológica não apenas aos métodos de ensino da Faculdade de Direito, como pensaram Marnoco e Sousa e José Alberto dos Reis, mas a todo o sistema, como o entendeu Bernardino Machado ao significar que «aquela» Universidade não servia.⁽³⁰⁷⁾ E a contestação seguiu, assim, o seu curso inevitável...

Nesse mesmo dia 28 de Fevereiro, à noite, como é referido no ofício do Reitor, doutor António dos Santos Viegas (em seu segundo mandato), para o Presidente do Conselho de Ministros, com data de 1 de Março,

... formaram-se numerosos ajuntamentos, que fizeram manifestações hostis aos lentes de Direito e mesmo a alguns d'outras faculdades, que encontraram no caminho. Apedrejaram as janellas do Doutor Machado Villela e não sei se de mais algum outro professor. Na rua da calçada (Ferreira Borges) a policia teve de intervir dispersando pela força um grupo mais exaltado, sem que houvesse ferimentos.⁽³⁰⁸⁾

A pronta intervenção da polícia explicou-a o Reitor pelos contactos estabelecidos de tarde — numa previsão lúcida *da gravidade do que podia suceder* — com o Governador Civil, que logo tomou todas as providências necessárias para neutralizar os tumultos nas ruas da cidade. Mas se a noite foi agitada, a manhã do dia 1 rompeu convulsa:

No dia 1 de março, logo de manhã, os geraes da Universidade foram invadidos não só pelos estudantes que tinham aulas áquella hora, mas tambem por outros de faculdades diversas e até segundo me dizem, por gente estranha á Universidade. Quando os professores de Direito se apresentaram ás portas das aulas para receberem os alumnos, estes recusaram-se a entrar e a turba-multa dos estudantes presentes rompeu n'uma estrondosa assuada, proferindo insultos contra aquelles professores, que tiveram de retirar-se não sem susto pois um d'elles, o Doutor Caeiro da Matta, esteve em risco de ser atropelado pela multidão que o seguia. Alguns professores de

⁽³⁰⁴⁾ Cf. Cf. XAVIER, Alberto — *História da greve académica de 1907*, ob. cit., p. 66-67.

⁽³⁰⁵⁾ Cf. *Ibidem*, p. 68.

⁽³⁰⁶⁾ Cf. *Ibidem*, p. 68. Ver também CORREIA, Natália — *A Questão académica de 1907. Prefácio de Mário Braga*. Lisboa: Editorial Minotauro/Empresa de Publicidade Seara Nova, s.d., p. 53-54. E ainda FERRÃO, Carlos — *História da 1.ª República*. Lisboa: Terra Livre, 1976, p. 261-292.

⁽³⁰⁷⁾ Cf. GOMES, Joaquim Ferreira — *A Universidade de Coimbra durante a primeira República*, ob. cit., p. 12.

⁽³⁰⁸⁾ *Ofícios da Reitoria, 1.ª Repartição*, fl. 25 v. (Arquivo da Universidade de Coimbra - A.U.C.).

Theologia, que já estavam nas aulas, tiveram de sair, porque o barulho ensurdecedor não lhes permittia continuar as lições.

Logo que fui avisado d'estas occorrencias, mandei suspender as aulas de Direito, para não sujeitar os professores a novos enxovalhos, que eram certos. Depois d'isto os estudantes amotinados dirigiram-se a algumas aulas d'outras faculdades, na Universidade e no Museu, impediram os respectivos professores de prosseguir nas suas lições, sem que todavia os insultássem e antes applaudindo-os, quando elles desistiam de dar aula.⁽³⁰⁹⁾

Esta última situação foi, de facto, vivida por Sidónio Pais, conforme o relato do bedel acima transcrito e o mencionado *Processo de Polícia Académica* ou *Processo disciplinar*, onde se acha apensa a seguinte participação para o Reitor:

Tenho a honra de communicar a V. Ex.^a que não pude dar aula hoje porque depois de aberta a aula entraram pela sala dentro muitos individuos fazendo grande ruido. Não havendo quem mantivesse a ordem e não sendo eu encarregado de a manter, tendo mesmo entrado na aula um archeiro que indicou com gestos não poder mantel-a, tive de sair.

Coimbra, 28 Fevereiro

digo 1 de Março de 1907

Sidonio Paes.⁽³¹⁰⁾

Participação lacónica, cordata e hábil, que deixa na sombra alguns aspectos interessantes, revelados por António Maria Rasteiro, uma das testemunhas ouvidas no processo:

[...] que neste dia, um de março, estando nos Geraes, para onde veio fazer serviço depois das nove horas da manhã, só assistiu á manifestação que se fez na aula de mathematica regida pelo doutor Sidonio Paes, e que ahi presenciara o seguinte: tendo entrado este professor para a aula, appareceu o estudante do 5.º anno de direito Luis Pinto d'Albuquerque e, dirigindo-se a muitos estudantes de diversas faculdades que estavam á porta da aula com intuito de fazer cessar o exercicio escolar, lhes pedira para não fazerem manifestação alguma, por quanto elle ia ver se conseguia que o professor saísse; e entrando dentro da aula, pouco depois saiu dizendo-lhes que nada tinha conseguido, pois o professor dissera que nem como lente nem como militar podia deixar de dar aula, ouvido o que, os estudantes irromperam pela aula dentro á força, dando pateada, assobiando e gritando «fóra a canalha» — o que obrigou o professor a sair da aula, sendo então recebido com palmas; tambem não conheceu nenhum destes manifestantes.⁽³¹¹⁾

⁽³⁰⁹⁾ Offícios da Reitoria, 1.ª Repartição, fls. 26-26v. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽³¹⁰⁾ Polícia Académica (Pasta IV, 1.ª E, 10.5), Processo , 1906-1907, fl. 10. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽³¹¹⁾ Polícia Académica (Pasta IV, 1.ª E, 10.5), Processo, 1906-1907, fls. 53-54. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

Ao contrário dos colegas Henrique de Figueiredo, Souto Rodrigues e Luis da Costa e Almeida, que não *chegaram a entrar nas suas aulas, evitando por este modo manifestações de desagrado*, Sidónio Pais cumpriu a rotina dos seus deveres. Fê-lo inadvertidamente ou cômico dessas possíveis *manifestações de desagrado*?

A expressão *nem como lente, nem como militar podia deixar de dar aula*, proferida na conversa com o aluno que o tentou convencer a *aderir aos protestos*, afigura-se-nos muito esclarecedora e reveladora do seu modo de ser e de estar: Embora solidário com os estudantes, Sidónio evocou a sua dupla condição de militar e de professor para significar as suas obrigações institucionais, ou seja, o seu atávico impulso para balançar, tenso e crispado, entre a ordem e a subversão. No seu modo de ver e de estar, as justas reclamações deviam ser atendidas sem *desconsideração* para com a autoridade instituída e sem posturas anárquicas ou sem desrespeito pelas opiniões e pelas vontades contrárias às dos reclamantes. Outros factos ilustram bem esta sua perspectiva pessoal, que contrasta com a atitude interventiva e de enfrentamento político de colegas progressistas e pró-estudantis como Bernardino Machado, Afonso Costa e António José de Almeida, activos no seu posto de deputados. Um contraste a reter...

Mas antes de focarmos esses factos, convém referir a posição do Reitor face aos acontecimentos. No seu citado ofício para o Presidente do Conselho foi incisivo quanto à inquietação que os mesmos lhe haviam provocado. Inquietação partilhada pelo Conselho de Decanos, convocado e reunido no próprio dia 1 de Março, tendo aí o doutor Júlio Henriques sugerido a abolição da *capa e batina, visto ser esse traje uma das causas das irregularidades dos estudantes, havendo tanto mais razão para o abolir, quanto já não é usado a rigor*.⁽³¹²⁾ Por muito pueril que esta sugestão pareça, ela correspondia, sem dúvida, a uma concepção racionalista e iconoclasta muito em voga que os republicanos não se cansaram de apregoar, como se tratasse de um «elixir» para o rejuvenescimento da sociedade!... Mas não enveredou por aí o Conselho de Decanos. Preferiu a dureza como solução e daí a instauração de um processo disciplinar a vários alunos.

O Reitor fez-se eco da intransigência institucional ao rematar o seu relatório desta forma:

Os estudantes têm-se reunido em consiliabulos e assembleias geraes, e consta-me que resolveram continuar a manifestar-se contra os professores de Direito. Acabo de saber que, ainda à pouco, foi rudemente insultado na rua Ferreira Borges o professor de Direito Doutor José Alberto dos Reis. N'estas circunstancias, que me parecem muito graves e cujas consequencias não podem prever-se, mas podem ser desastrosas, entendo que é indispensavel suspender immediatamente os exercicios escolares e fazer sair os estudantes de Coimbra, até que se acalme a excitação dos animos e se possam tomar serenamente as providencias que requer um caso de tanta gravidade. Felizmente até agora ainda não correu sangue, nem houve desastres pessoases; mas pode de um momento para outro dar-se um conflicto serio.⁽³¹³⁾

⁽³¹²⁾ Cit. por GOMES, Joaquim Ferreira — *A Universidade de Coimbra durante a primeira república*, ob. cit., p. 13.

⁽³¹³⁾ *Offícios da Reitoria, 1.ª Repartição*, fl. fl. 25v. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

João Franco concordou com o parecer reitoral e o próprio D. Carlos, em carta ao Presidente do Conselho, não deixa dúvidas ao evocar *princípio da autoridade que cada vez devemos conservar bem alto*.⁽³¹⁴⁾ Não hesitou, por isso, em assinar o decreto de 2 de Março, que suspendia os exercícios escolares da Universidade até que fossem definitivamente julgados os processos académicos em curso. A decisão parecia ser a mais óbvia. O rei perguntava-se na citada carta se *Terá outras consequências? Não as terá? Veremos*. Afinal, teve-as e funestas para um Governo em dificuldades.

É preciso não esquecer que em Novembro de 1906, dando um sinal político de querer moralizar a administração pública, João Franco levou para o Parlamento a delicada questão dos adiantamentos à Casa Real, medida que os historiadores são unânimes em considerar como um primeiro erro político: a discussão gerada na instância legislativa e o duríssimo ataque desferido pela minoria republicana e ilustrado pela famosa diatribe de Afonso Costa — *Por muito menos crimes que os cometidos por D. Carlos I, rolou no cadafalso em França, a cabeça de Luís XVI*⁽³¹⁵⁾ — na agitada sessão de 20 de Novembro, o que lhe valeu de pronto ser expulso pela força militar em nome da autoridade monárquica, não abonam nada a favor de um eventual tacto político de João Franco. O mesmo princípio reaparece nos confrontos entre populares e as forças policiais sucedidos em 1 de Dezembro aquando da recepção aos deputados republicanos que chegavam ao Porto. E em Janeiro outra questão «quente» seria lançada para o cerne das discussões: o projecto de uma nova lei da imprensa, apresentado à Câmara em Novembro, que pretendia responsabilizar penalmente não só os jornalistas, mas também os directores dos jornais, dava excelente ensejo aos republicanos e monárquicos anti-franquistas (regeneradores e dissidentes progressistas de José de Alpoim) para reforçaram o estribilho do intolerável despotismo em marcha. A lei chegou a ser aprovada com o voto dos monárquicos mais conservadores e mais se adensava a convicção, bem fomentada pelo movimento oposicionista, de que os propósitos liberais do Governo eram uma quimera.

A margem de manobra governamental era, pois, já muito estreita quando rebentou o conflito académico. Convinha imenso ao Governo que os ânimos serenassem. O rumo da contenda resvalou, porém, em sentido inverso. Aos protestos iniciais sucedeu logo um movimento reivindicativo que João Franco associou à pura propaganda republicana. A questão politizara-se e a Academia organizava-se no sentido de levar até onde fosse possível os anseios e as ideias que há anos fervilhavam no seu seio e, como temos visto, nos debates sobre a reforma da Universidade havidos entre os seus respeitáveis lentes.

A representação dos cerca de trezentos estudantes que se deslocou a Lisboa para entregar ao Presidente do Conselho o pedido formal de repetição do acto de doutoramento de José Eugénio Dias Ferreira, da instauração de cursos livres e de que os júris dos actos fossem presididos por um membro estranho ao corpo docente, constituiu um primeiro gesto colectivo a que importa juntar outros tão ou mais significativos, como

⁽³¹⁴⁾ Cf. CORREIA, Natália — *A Questão académica de 1907*, ob. cit., p. 55.

⁽³¹⁵⁾ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — *Afonso Costa*, ob. cit., p. 297.

foi a eleição por unanimidade da Comissão Central Académica, encarregue de manter a unidade académica e de se assumir como interlocutora privilegiada do Governo. Intensificaram-se, entretanto, as repercussões na imprensa e prosseguiu a acção académica através da nomeação de três grandes comissões de estudantes distribuídas por Lisboa, Porto e Coimbra, com o intuito de convocarem assembleias e de aprovarem novas directrizes enquanto se mantinha encerrada a Universidade. A par disto havia também o empenho em atrair a solidariedade dos estudantes de norte a sul do país.

Não houve pausas no «braço de ferro» entre estudantes e Governo. Logo nos primeiros dias de Abril o acórdão do Conselho dos Decanos, que expulsava por dois anos os alunos Campos Lima, Ramada Curto, Carlos Olavo e, por um ano, Pinto Quartim, Gonçalves Preto, Pinho Ferreira e Alberto Xavier, agudizou bastante o conflito, provocando reacções imediatas como a de Bernardino Machado, que ameaçara sair da Universidade se algum aluno fosse expulso. Perante o facto consumado, cumpriu a ameaça e saiu...

Entrara-se, sem dúvida, numa fase crítica: no dia 8, depois das férias da Páscoa, foram reabertas as aulas na Universidade, mas só compareceram os alunos militares, num claro protesto contra a sanção imposta àqueles sete colegas. Nessas circunstâncias seria publicado, no dia 14, um edital ordenando que fossem de novo encerradas as aulas. A paralisação abrangerá todas as escolas superiores de ensino clássico e de ensino técnico. A fase é de confronto, mas evidencia também indícios de quebra nos dois lados. Há sinais de divisão na Academia de Coimbra: os estudantes católicos publicaram um manifesto não assinado contra a greve e dez estudantes publicaram cartas em jornais de Lisboa não reconhecendo legitimidade à Comissão Académica.

O Governo achava-se, por seu turno, numa situação cada vez mais incómoda e buscava saídas: pela via legislativa e pela institucional. Esta é a que se desenvolve mais cedo: por decreto de 17 de Abril era deferido o pedido de demissão do Reitor Santos Viegas e a 18 era nomeado o conselheiro D. João de Alarcão Velasques Sarmento Osório, um progressista amigo de João Franco, que se empenhará com êxito (demitindo-se, em Novembro, por motivos de ordem político-partidária) na busca de uma solução de compromisso, de uma plataforma que acentuasse e quebrasse a unidade académica. A entrada dos pais dos alunos no conflito parece ter-se inserido nessa estratégia. O decreto de 23 de Maio, que determinava a reabertura da Universidade para efeitos de exame apenas sobre as matérias leccionadas, previa a criação de cursos livres e perdoava as faltas derivadas da greve, visou, pois, de forma mais precisa o fim da contenda. Mas a reacção dos estudantes, se bem que já muito divididos, traduziu-se na recusa dos «intransigentes» — os 160 alunos que não aceitaram encerrar matrícula, isto é, requerer exame. Na Faculdade de Matemática, segundo o elenco publicado por Alberto Xavier, recusaram os termos desse diploma os seguintes alunos: Gonçalo Lobo Pereira Caldas de Barros, Álvaro Damião Dias, Inácio Carneiro Gaspar Teixeira, Eduardo Cerqueira Machado Cruz (1.º ano); Luís de Mira Feio, Belisário Pimenta, Francisco Xavier Vaz Pacheco de Castro (2.º ano); e Aureliano Lopes de Mira Fernandes (3.º ano).

A execução do decreto marcou a retoma da actividade docente, concentrada nos cursos livres regidos em Junho e Julho, com exames marcados para Agosto. Mas antes da publicação do diploma, ainda durante o mês de Abril, voltamos a registar algum contacto de Sidónio Pais com a greve académica.

Pelas *Memórias* de Belisário Pimenta, estudante militar e um dos «intransigentes», ficamos a saber que no dia 8 de Abril se dirigiu à Alta para colher notícias frescas.⁽³¹⁶⁾ Apareceu, entretanto, o colega Pedro de Alcântara, exaltado, dizendo que queria ir falar com Sidónio Pais, em nome dos alunos militares, a fim de lhe pedir que não os obrigasse a ter aulas, pois que não queriam ser chamados sem o curso estar completo. Outros se juntaram ao grupo — o Pacheco, o Falé Ramalho, o Vasco de Carvalho... — e lá seguiram até à Escola Industrial Brotero, onde era muito provável encontrá-lo, porque passava lá uma boa parte do seu tempo. E Belisário Pimenta descreve a «entrevista» em poucas linhas sob a epígrafe «9 de Abril, 3.ª feira»:

... os cadetes subiram e eu fiquei no atrio com o Pacheco, passeiando, sob os olhares vigilantes — até ahil — de dois policias da secreta, sendo um delles o muito considerado e conceituado cabo 8 da judiciaria.

O Sidonio recebera os rapazes muito bem, afiançou-lhes mais uma vez o seu reconhecimento e anuencia ao que elles pediam, dizendo que mesmo no caso de isto se compôr só muito mais tarde, aquelles que têm faltado ás aulas não seriam obrigados nos actos senão ao que se tem dado até aqui.

Os rapazes vinham satisfeitos.⁽³¹⁷⁾

A 12 do mesmo mês Sidónio Pais remeteu um detalhado telegrama à Direcção Geral do Comércio e Indústria, que atesta a extensão da grave académica ao ensino técnico-profissional de Coimbra: *Confirmando o meu telegramma d'hontem tenho a honra de levar ao conhecimento de V.ª Ex.ª que hontem fui procurado por uma commissão de alumnos d'esta Escola que me communicou terem resolvido os estudantes da mesma faltar ás aulas para se mostrarem solidarios com o movimento academico de outras Escolas, declarando alem d'isso que não tinham com esta attitude a menor intenção de desconsiderar o director e corpo docente da Escola.*⁽³¹⁸⁾

Com data de 22 de Abril, Belisário Pimenta cerziu mais alguns factos e impressões sobre a greve, narrando a propósito um novo encontro havido com Sidónio Pais. Um encontro que lhe causou certo mal-estar:

À noite fui fallar ao Sidonio, á Escola Brotero, o homem estava, recebeu-me como de costume, muito amavelmente; disse-lhe que o ja tinha procurado para lhe dar conta d'aquillo de que elle mais ou menos me encarregára e para lhe dizer que não tinha ido á aula porque — disse lh'ò mesmo — fiz como o presidente do conselho: desinteressei-me...

Fallou-me em varias cousas, mas não sei o que lhe achei que não gostei da sua attitude.

⁽³¹⁶⁾ PIMENTA, Belisário - *Memórias. A Questão academica de 1907, fevereiro-junho, 1907*, p. 8. (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Sala dos Reservados).

⁽³¹⁷⁾ PIMENTA, Belisário - *Memórias*, *Ibidem*, p. 9. (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Sala dos Reservados).

⁽³¹⁸⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da – Sidónio e sidonismo. História e mito, dissert. cit., vol. I, p. 298.

Não gostaria elle de lhe eu contar o que os alumnos de Physica fizeram ao Dr. Teixeira Bastos? Tomaria elle a minha visita como manteiga, agora que parece isto encaminhar-se para bom caminho?

Não sei. O que sei é que sahi de lá, com a impressão vaga de quem não ficou com a consciencia tranquilla.⁽³¹⁹⁾

Mas em Abril era ainda um pouco cedo para se pensar que o conflito estava bem encaminhado. Só em Agosto, quando o Conselho de Estado comutou as penas aplicadas aos estudantes e lhes impôs apenas castigos de censura e repreensão, é que o assunto ficou encerrado, mas a extinção deste «fogo» já pouco representava diante das labaredas ateadas à volta da governação franquista após 11 de Abril.

A Viragem para o abismo

João Franco, compreendendo a impossibilidade de *governar de forma liberal*, encerrou a Câmara, alegando tratar-se de um expediente temporário, e preparou uma remodelação governamental. Convidou três progressistas para um novo elenco de concentração, mas José Luciano de Castro retirou-lhe o apoio e desfez, assim, o acordo tácito acertado em Maio de 1906. Esta jogada, considerada mais tarde pelo seu correligionário António Cabral como a causa de *tantos males*,⁽³²⁰⁾ empurrou João Franco para a ditadura. Apresentou primeiro a demissão a D. Carlos, mas este «segurou-o», garantindo-lhe que os outros dois chefes partidários não estavam à altura de tão difícil momento político. Não havia, por isso, outra solução que não fosse a outorga de poderes ditatoriais, negada no ano anterior a Hintze Ribeiro.

O rei, ao assinar a dissolução *sine die* da Câmara dos Deputados, indis pôs contra si todo o espectro partidário e concitou as iras da opinião pública, agravadas em Novembro quando se tornou conhecida a entrevista que concedeu ao jornal *Le Temps* e onde declarava a sua plena confiança num Presidente do Conselho cada vez mais impopular. Até ao fim da vida, ou seja, até ao dia do regicídio, 1 de Fevereiro de 1908, manteve-se, pois, firme no apoio a todos os actos governativos da fase ditatorial do franquismo, marcada pela repressão policial, pela censura à imprensa, pelo ataque directo ao poder autárquico — dissolveu, em 5 de Junho, a Câmara Municipal de Lisboa, adiou *sine die* as eleições municipais previstas para 14 de Outubro e dissolveu, a 12 de Dezembro, todas as juntas gerais, comissões distritais, câmaras e juntas de paróquia, substituídas por comissões administrativas de sua confiança — e pela aprovação de medidas controversas como a dos referidos adiantamentos à Casa Real e a do decreto de 31 de Janeiro, concebido na sequência da revolta republicana falhada do dia 28, que previa a expulsão

⁽³¹⁹⁾ PIMENTA, Belisário — *Memórias*. ob. cit., p. 127-128. (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Sala dos Reservados).

⁽³²⁰⁾ Cf. CABRAL, António — *As Cartas d'el rei D. Carlos ao sr. João Franco*, ob. cit., p. 135. Cit. por SARDICA, José Miguel — *A Dupla face do franquismo na crise da monarquia portuguesa*, ob. cit., p. 59. Sobre a conduta de José Luciano de Castro face ao franquismo e até à queda da Monarquia ver também LOBO, Francisco Miranda da Costa — *O Conselheiro José Luciano de Castro e o segundo período constitucional monárquico*. Coimbra: O Instituto, 1940, p. 231 e ss.

do país ou a deportação para as colónias de todos os implicados em conspirações ou delitos contra a segurança do Estado.

Aquilo que começara por ser uma decisiva cartada para a salvação do regime monárquico e para o aniquilamento da ameaça republicana, converteu-se, ao longo do segundo semestre de 1907, no «empurrão» que o republicanismo tanto carecia para o assalto final à *cidadela da realeza*. O feitiço virara-se contra o feiticeiro e, mais tarde, contra os próprios republicanos. É que a sua unidade fora somente *táctica* ou determinada por imperativos da propaganda contra um adversário «feroz». Vencido este e instaurada a República, a dissonância política dos grupos e facções porá, afinal, em evidência a congénita e dramática heterogeneidade do campo republicano, de cujos interstícios brotará, por exemplo, o sidonismo.

Estava-se já em plena ditadura quando reuniu a Congregação de Matemática de 19 de Maio. Presidiu o Decano, doutor Luís da Costa e Almeida, e compareceram os vogais José Bruno de Cabedo, Arzila Fonseca, Costa Lobo, Luciano Pereira da Silva, Sidónio Pais, Almeida Garrett e Souto Rodrigues. O Decano iniciou os trabalhos lembrando o ponto principal em debate proposto pela Reitoria: a Faculdade de Matemática considera necessário um período de aulas antes dos actos?, atendendo à anormalidade verificada no funcionamento do ano lectivo, o regime das aulas deverá ser o dos cursos livres?, dada a diversa extensão dos programas nas diferentes cadeiras, poderá ficar ao arbítrio dos professores a abertura dos cursos livres, bem como a regularização do seu expediente?

Três questões que os lentes ali congregados deveriam equacionar: Souto Rodrigues pediu logo a palavra para afirmar que a melhor solução seria o pedido de indulto pleno feito pela Universidade, ou seja, o perdão extensivo a todos os grevistas, dependendo deste ponto a resposta às questões formuladas. Almeida Garrett subscreveu as palavras do colega se o Conselho de Decanos e a Faculdade de Direito, consultados, concordassem. Opinião diversa da de José Bruno de Cabedo, que entendia necessário abrir-se as aulas em cursos livres com a extensão determinada pelos respectivos professores, embora preferisse que a Universidade se encerrasse definitivamente. Por sua vez, o doutor Costa Lobo optava pelos actos sem mais aulas oficiais, podendo os professores que quisessem fazer cursos particulares. E resumiu: *a doutrina deve ser dar-se n'este momento o anno como liquidado ou como perdido*. Doutrina prontamente aceite pelo doutor Garrett. Ia, porém, noutro sentido o vogal e secretário Sidónio Pais, para quem o indulto pleno era a verdadeira solução, defendida pelo colega Souto Rodrigues e que já há mais tempo a Universidade devia ter feito este pedido. Em resposta à consulta feita propunha e submetia à aprovação da Faculdade o seguinte: *Proponho que sem a menor intenção de desconsiderar o Conselho de Decanos e a Faculdade de Direito, a Faculdade represente ao Ex.mo Reitor d'esta Universidade para que se reuna o claustro pleno a fim de se resolver sobre o pedido d'indulto*. Posta logo a debate, recolheu a concordância de Arzila Fonseca e a oposição de Costa Lobo, de José Bruno e de Luís da Costa e Almeida, o qual insistiu antes na necessidade de se responder à letra às questões enunciadas. Sidónio pediu que a sua proposta fosse votada, mas os restantes vogais acabaram por submeter a votação as referidas perguntas. O resultado foi afirmativo a todas elas por maioria. Em minoria ficaram Souto Rodrigues e Sidónio Pais (e, talvez, Arzila Fonseca), insistindo na votação da proposta sobre o indulto e lançando em acta o seu veemente protesto *contra o facto*

de não ser votada a sua proposta, infringindo-se assim as praxes adoptadas sempre n'estas assembléas, tanto mais que já se tinha chegado a accordo sobre esse ponto e a proposta já tinha sido discutida.⁽³²¹⁾ Os contornos políticos de tal proposta, se fosse aprovada, poriam a Faculdade de Matemática numa situação de insólita discrepância institucional ou corporativa com o Conselho de Decanos e com a Faculdade de Direito, responsáveis no início do conflito pela «via dura» que o Governo sancionou no decreto de 2 de Março.

Volvidas umas semanas, o problema do indulto voltou à Congregação da Matemática em termos institucionais, que não causavam já grande embaraço à Faculdade. Foi na reunião de 11 de Julho, com a presença de Luís da Costa e Almeida, Sousa Pinto, Arzila Fonseca, José Bruno, Luciano da Silva, Sidónio Pais e Souto Rodrigues. À consulta do Reitor sobre a questão do indulto pedido por um grupo de estudantes para os colegas que tinham sido riscados no acesso aos actos, respondeu a Faculdade com a aprovação do indulto, seguindo a fórmula já adoptada pela Faculdade de Direito: *A Faculdade vê com sympathia o pedido dos estudantes ao poder moderador e confia em que o Governo tomará as providencias que fôrem mais salutaes a bem do ensino e do paiz*. O Reitor pedira ainda consulta sobre a proposta de apresentação ao Governo da abolição da capa e batina, quer para estudantes, quer para professores, obrigando-se estes a usá-las somente nas solenidades. A Faculdade aprovou-a sem hesitações, sintonizando-se assim com o lente de Filosofia Júlio Henriques, que, no Conselho de Decanos de 1 de Março, havia avançado com tal sugestão. Idêntica aprovação recaiu sobre a proposta de abolição do fóro académico e de uniformização dos regulamentos disciplinares das diversas Escolas superiores. Por fim, os vogais pronunciaram-se sobre um tema de funcionamento interno — a abertura de concurso para o lugar de demonstrador das cadeiras de Astronomia e Geodesia, tendo ficado resolvido que o respectivo processo corresse por todos os professores da Faculdade e se reservasse a deliberação definitiva para a Congregação final.⁽³²²⁾

Tendo em conta as conversas de Sidónio Pais com os estudantes, atrás referidas, a atitude assumida na reunião de 19 de Maio permite sintetizar o seu posicionamento geral em todo o conflito: em privado ou nos órgãos próprios da instituição, Sidónio fez a aproximação possível aos objectivos do movimento grevista (sem sair dos limites formais e legais do problema, evitando considerações de ordem marcadamente político-ideológica), embora tenha exibido, em público e sobretudo no espaço simbólico a que pertencia, uma hábil, mas irrepreensível obediência às normas institucionais, o que não surpreende face ao seu procedimento habitual. Trata-se, aliás, de uma característica comportamental recorrente, que é indispensável para se compreender um pouco do Sidónio político. Mas lá iremos...

Em 6 de Agosto, na tardia Congregação final de um ano lectivo tão anómalo, o Decano apresentou a proposta comunicada pelo Reitor: o Governo desejava fazer uma reforma da Universidade e para esse efeito encarregava as diversas Faculdades de

⁽³²¹⁾ *Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910*, fls. 130-131. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽³²²⁾ *Ibidem*, fls. 132-132v. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

separadamente procederem ao estudo das modificações organizacionais consideradas oportunas. Foi nomeada a comissão composta por Luís da Costa e Almeida, Costa Lobo e Sidónio Pais.

Mais uma reforma e de novo Sidónio Pais é convocado para participar na fase de estudo e de reflexão pedagógica. Sem o brilhantismo retórico e doutrinário de outros colegas, envolveu-se empenhadamente nos debates e na análise de um significativo reformismo universitário, o que lhe permitiu amadurecer e burilar a sua sensibilidade e visão instructo-educativas. Por não se ter em conta esta progressiva maturação é que os autores que já incidiram sobre o conteúdo das *orações de sapiencia* se mostram surpreendidos pela intervenção de Sidónio Pais. Ao lado de um Bernardino Machado ou de um Sobral Cid, Sidónio era um lente apagado, sem créditos firmados na luta por uma escola nova. Daí a estranheza e a admiração suscitadas pelas suas palavras, aliás sibilinamente postas em dúvida por Raul Rego.⁽³²³⁾

Para quem ouse interrogar-se sobre o modo como terão decorrido os trabalhos dessa comissão, no ingénuo pressuposto de ter havido reuniões e trabalho, basta, talvez, referir que o projecto de reforma para o qual o Governo solicitara o generoso contributo das Faculdades saiu, no *Diário* oficial sob a forma de decreto com data de 19 de Agosto!...

Está tudo dito, quanto à forma e à condução do processo! Quanto ao conteúdo, Joaquim Ferreira Gomes atalha certo: não era a reforma que se esperava, tendo sido preparada antes da greve académica e apresentada à Câmara dos Deputados em Fevereiro! Acrescenta, porém, que alguns aspectos da reforma tiveram efeitos benéficos na vida das instituições de ensino superior.⁽³²⁴⁾ No duelo entre a ciência e a religião, entre a razão e a fé saíam «feridos de morte» os velhos dogmas teológicos. Era, pelo menos, este o sentido aparente dos factos nesses idos de 1900...

Outras facetas de uma vida agitada

Temos acompanhado a vivência de Sidónio Pais no seio de Minerva, por entre os revoltos meses da crise académica. Não devemos, porém, esquecer outras «frentes» da sua existência.

Em rápido *flash* ocorre notar a atenção, o verdadeiro desvelo com que acompanhará a gravidez de D. Ema. Não sabemos, por isso, se nas curtas férias grandes desse ano de 1907 arranjou tempo para ir com a família até à Figueira.

De Caminha tinham-lhe, entretanto, chegado notícias do Alberto e do Aureliano narradas com minúcia pela mãe, sempre preocupada e atenta à «diáspora» dos seus rapazes.⁽³²⁵⁾

⁽³²³⁾ Cf. REGO, Raul — *História da república, vol. 4 - Do Sidonismo ao 28 de Maio*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1987, p. 9.

⁽³²⁴⁾ Cf. GOMES, Joaquim Ferreira — *A Universidade de Coimbra durante a primeira república*, ob. cit., p. 15-21; e Idem — A «Ideologia» oficial da Universidade de Coimbra em 1910, antes da proclamação da república: uma mistura do serviço de Deus e do serviço de Minerva, art. cit., p. 437-438.

⁽³²⁵⁾ Correspondência, Cartas da Mãe e Irmãos. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

Pelo irmão António, temporariamente em Lisboa, a prestar serviço no *Vasco da Gama*, receberá novas, em duas cartas de finais de 1907, da situação política vivida na capital e de um castigo iníquo infligido pela Majoria da Armada. Na de 25 de Novembro, António refere o imbróglio ditatorial e partidário, revelando-se, aí, sob a farda de oficial da Marinha de Guerra, um esclarecido analista político. Remata-a dizendo:

Mais nada me palpita haver por enquanto. Apesar do absolutismo penso que reina ha muito indifferença nos alfacinhas, falta de confiança uns nos outros, prudencia demasiada, em summa muito medo pelas consequencias do que n'este caso é o cumprimento d'um dever. Que diriam d'isto nossos avós, que derramaram o seu sangue pela Liberdade?!

Não sei se recebes ahi a «Lutta» todos os dias. Se ahi houver difficuldade em obte-la todos os dias diz-me que envio-ta, enquanto não fôr suspensa. Os ultimos artigos do Brito Camacho são magnificos.

Adeus. Um abraço do A.⁽³²⁶⁾

A evocação dos avós, que presumimos — dado não serem expressamente nomeados — tratar-se dos «erráticos» António Serafim Cardoso e Bernardo José Pais de Azevedo, incluídos na metáfora *derramaram o seu sangue pela Liberdade*. Já vimos atrás o contributo que estes homens deram à Causa da Rainha: não morreram nas lutas civis, mas arriscaram a vida por se oporem à usurpação de D. Miguel ou ao absolutismo. É, por isso, significativo que os irmãos Pais e especificamente o António mantenham bem viva, na memória, a flâmula liberal de seus dois avós, contrapondo-a ao *absolutismo franquista!*

Entre os que desferiram plúvimos golpes mortais na ditadura franquista avulta o nome de Brito Camacho.⁽³²⁷⁾ Em estreita colaboração com João de Menezes, um dos estudantes revolucionários de 1890, firmou a propaganda antimonárquica nos apreciados *artigos de fundo* ou nas irónicas e até hilariantes *ferroadas*⁽³²⁸⁾ da sua matutina *Lucta* (iniciada a 1 de Janeiro de 1906). Pela leitura atenta e assídua deste periódico, Sidónio Pais terá reforçado e acrisolado uma profunda admiração por Brito Camacho, surgida, segundo o depoimento deste, nos tempos do tirocínio de artilheiro em Torres Novas.⁽³²⁹⁾ Sidónio apreciou os indiscutíveis dotes literários do publicista alentejano, reconhecendo-lhe, também, «visão política» e equilíbrio, em especial depois do 5 de Outubro, quando Brito Camacho e, de algum modo, António José de Almeida, se afirmaram arautos de uma *República ordeira dentro das fórmulas consabidamente burguesas*, demarcada do pretenso radicalismo urbano do novo «velho» P.R.P. ou «Partido Democrático» (saído do Congresso da rua da Palma, de 27 a 30 de Outubro de 1911). A sintonia de vistas

⁽³²⁶⁾ Correspondência, Cartas da Mãe e Irmãos. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽³²⁷⁾ Ver MIRA, Matias Ferreira de e RIBEIRO, Aquilino — *Brito Camacho*. Lisboa: Livraria Bertrand, [1948] (1.ª ed. 1942) e MATOS, Sérgio Campos — Brito Camacho, in MEDINA, João (dir.) — *História de Portugal*, vol. 10 - *A República. I - Sonhos e malogros*, ob. cit., p. 223-227.

⁽³²⁸⁾ Reunidas depois em livro: CAMACHO, Brito — *Ferroadas*. Lisboa: Livraria Editora Guimaraes, s.d.

⁽³²⁹⁾ Ver CAMACHO, Brito — À Margem. *A Lucta*, de 15 de Setembro de 1919, p. 1.

cresceu bastante durante o debate interno (1914-1916) sobre a participação portuguesa na frente europeia da Grande Guerra, mas, em breve, os amargos «caprichos» da prática política afastá-los-ão irremediavelmente...

Com data de 30 de Dezembro, em nova missiva, António contou a punição disciplinar de que havia sido vítima.⁽³³⁰⁾ Sintoma curioso da desconfiança e alarme em que as autoridades militares (a par das civis) se encontravam, a ponto de tomarem qualquer gesto interno de reclamação ou de discordância funcional como indício visível de conspiração ou subversão revolucionária. Não é despidendo recordar, aliás, a revolta no cruzador *D. Carlos I*, ocorrida no ano transacto,⁽³³¹⁾ pouco depois da nomeação de João Franco para Presidente do Conselho...

Entretanto, Sidónio Pais via-se cada vez mais pressionado pelas tarefas de direcção da Escola Industrial Brotero, sem esquecer a continuidade do seu «extra» no Colégio S. Pedro, que só largará por volta de 1910. Na *Brotero* não havia só a concretização dos grandes projectos, decisivos para o futuro da Escola, mas no dia a dia impunha-se uma gestão dos recursos financeiros, materiais e humanos, difícil e exigente. A Escola crescera muito, aumentara a população discente, distribuída por diversos turnos e pelos dois sexos, e o pessoal docente e auxiliar, numa mescla de artistas, de literatos e de gente humilde, pouco instruída, constituía um grupo multiforme e complicado. À frente de uma tal corporação escolar, onde era significativa a presença de artistas (operários e mestres talentosos nas artes manuais), fazia falta *manu militari*. Era esta, pelo menos, a opinião categórica de Augusto Carvalho da Silva Pinto, secretário da Escola, *distincto architecto* segundo a *Correspondência de Coimbra* e «braço-direito» de Sidónio Pais nas árduas tarefas da gestão quotidiana.

Adiantado estava o processo da electrificação e o da instalação dos motores, como a informação disponível permite deduzir. Essas prioridades eram determinadas pela existência de oficinas e pelo seu impacto no desenvolvimento da Escola. Isto mesmo foi reconhecido por Sidónio Pais na reunião do Conselho Escolar de 27 de Outubro de 1907, após a divulgação dos directores e mestres nomeados para as oficinas.⁽³³²⁾ Seguiu-se, por isso, o debate em torno do regulamento das oficinas, tendo sido proposto que a sua elaboração fosse entregue a uma comissão composta pelo Director da Escola, directores das oficinas e professor Charles Lepierre.⁽³³³⁾

Na Universidade, tinha sido, entretanto, inaugurado, nos moldes tradicionais, o novo ano lectivo de 1907-1908. O orador sapiencial escolhido pela Faculdade de Medicina foi

⁽³³⁰⁾ Correspondência, Cartas da Mãe e Irmãos. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽³³¹⁾ Ver CABRAL, António — *Para a história. Os culpados da queda da monarquia*, ob. cit., p. 169-170; e AMARAL, Augusto Ferreira do — *A Acalmação e Dom Manuel II. Estudo histórico-político do primeiro ministério de D. Manuel II, baseado em numerosos documentos inéditos, incluindo cartas do Rei*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1966, p. 22 e ss.

⁽³³²⁾ O elenco é o seguinte: António Augusto Gonçalves, director das oficinas de cerâmica, pintura de louça e formação; Augusto de Carvalho da Silva Pinto, director das oficinas de marcenaria e serralharia; João Machado, mestre da oficina de marcenaria; Manuel Pedro de Jesus para mestre da oficina de serralharia; Afonso Augusto Pessoa para mestre da oficina de cerâmica; e Francisco António Meira para mestre da oficina de formação.

⁽³³³⁾ Livro das Actas do Conselho Escolar, 1889-1916. (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero).

o jovem lente José de Matos Sobral Cid.⁽³³⁴⁾ Sobre as brasas, ainda quentes, da revolta estudantil a escolha obedeceu, por certo, à irreversível e irreprimível onda reformista que ia abalando e seduzindo o corpo docente.⁽³³⁵⁾ Um discurso que Sidónio Pais deve ter seguido com atenção, embora faltasse sem motivo justificado à cerimónia do *Juramento* e, possivelmente, aos restantes actos solenes celebrados no dia 16 de Outubro.

No dia 17 desse mês começou a regência da 3.^a cadeira, interrompida por alguns feriados extraordinários: logo no dia 18 não houve aulas por causa do funeral do lente jubilado da Faculdade de Direito, doutor José Joaquim Pais da Silva, falecido no dia anterior; de Novembro pouco ou nada sabemos; os dias 12, 13 e 14 de Dezembro foram dias de feriado em virtude da posse, por procuração, do conselheiro António das Neves Oliveira e Sousa como Reitor da Universidade, tendo sido exonerado a seu pedido o conselheiro D. João de Alarcão Velasques Sarmiento Osório; e no dia 23 houve feriado extraordinário concedido pelo Ministro do Reino.

Em 17 de Dezembro, dia normal de aulas, Sidónio voltou a ser pai. Na rua Borges Carneiro nascia uma menina, a que será dado o nome de Maria Olga. Sabe-se o desvelo com que ele seguiu a gravidez da sua *querida Ema*, assumindo desde logo a paternidade da recém-nascida, embora não a perfilhasse. Segundo o depoimento posterior do seu íntimo amigo Lima Henriques, as relações entre o doutor Sidónio Pais e D. Ema Manso Preto tiveram como consequência que esta senhora *engravidou da menor Maria Olga, e esta gravidez foi acompanhada pelo Doutor Sidonio Paes, paternalmente, bem como o nascimento da menor e o batisado, dando desde logo á mãe para a pequena, e que nessa altura já vivia a cargo d'ele, uma mesada que lhe conservou até viver, e que lhe mandava mesmo quando esteve no estrangeiro; que o Doutor Sidonio Paes, quando falava da pequena Maria Olga, era como filha d'êlé.*⁽³³⁶⁾ Note-se, porém, que a criança só será baptizada na Sé Velha em 6 de Janeiro de 1910 e registada, então, como filha de pais incógnitos.

A vontade de manter este sigilo formal deveu-se, sobretudo, à personalidade e ao estado civil de D. Ema. Estava ainda casada com Álvaro Augusto Leite Ribeiro, funcionário público residente na cidade do Funchal. O casamento só veio, porém, a ser dissolvido por óbito do cônjuge a 21 de Junho de 1916 e a partir de então a perfilhante tornou-se hábil para contrair matrimónio e deixou de ser secreta a perfilhação anterior. Quando tal sucedeu já a relação com Sidónio tinha terminado por incompatibilidade de feitios, ciúme e mal-entendidos surgidos por volta de 1911 ou 1912.

E a vida continuou num clima político «abrasador». Inverno quente e sufocante, o de 1908! Sangrento, também...

⁽³³³⁾ Livro das Actas do Conselho Escolar, 1889-1916. (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero).

⁽³³⁴⁾ Ver RODRIGUES, Manuel Augusto — *Memoria professorum universitatis conimbrigensis*, vol. 2, ob. cit., p. 202; CUNHA, Norberto Amadeu Ferreira Gonçalves — *Génese e evolução do ideário de Abel Salazar*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997 p. 85-87.

⁽³³⁵⁾ Cf. Universidade. *Coimbra Club*, Coimbra (11-12) Out.-Nov. 1907, p. 41. Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 308-309.

⁽³³⁶⁾ *Autos civeis de acção com processo ordinario (investigação de paternidade ilegítima)*, proc. cit., fl. 41. (Arquivo do Tribunal da Boa Hora).

Regicídio e acalmação

O descrédito público dos Braganças atingiu a raia do insulto e do obsceno com a publicação, em Janeiro, do romance *O Marquez da Bacalhoa*, enxovalhante para D. Carlos e, sobretudo, para D. Amélia, escrito por António de Albuquerque — o mesmo autor do opúsculo verrinário *Sidonio, na lenda*. Mas o ataque ao regime já não se cingia somente à pena e ao prelo tipográfico: em 28 de Janeiro, secundada pela Carbonária⁽³³⁷⁾ e torneando a linha não revolucionária do P.R.P., eclodiu uma conspiração urdida por importantes figuras republicanas e dissidentes progressistas (António José de Almeida, Afonso Costa, José Maria de Alpoim, Egas Moniz, Visconde da Ribeira Brava, etc.), descoberta e desmantelada pelo Governo. Alguns dos cabecilhas foram presos e ameaçados com o desterro ou a deportação para as colónias, como prontamente ficou disposto no famigerado decreto de 31 de Janeiro.

No *livro dos bedéis* da Faculdade de Matemática o mês de Fevereiro contém o registo de uma ocorrência brusca e trágica: *No dia 1 de Fevereiro de 1908 pelas 5 e 1/2 horas da tarde no seu regresso de Villa Viçosa e quando passava em carro descoberto, pelo Terreiro do Paço, foram assassinados a tiros de revolver e carabina, sua Magestade El-rei D. Carlos I.º e o Príncipe D. Luiz Filipe, sendo na mesma ocasião ferido por uma balla n'um braço o Infante D. Manuel. Foram feridos em signal de lucto desde 1 a 10 do dito mez.*⁽³³⁸⁾

Ficou o reino de luto e encerrada, com sangue e lágrimas, a história da Monarquia Constitucional. Como notou Amadeu Carvalho Homem, os episódios seguintes constituem tentativas vãs e ilusórias de evitar o inevitável; são, em suma, o esfacelamento sem remédio dos remanescentes do rotativismo, a dilaceração de confrontos grupais em torno de personalidades sem estofos e a inexperiência vacilante do jovem D. Manuel II, que a mordacidade de João Chagas fulminou em curtas palavras: *nasceu rei quando já não era preciso.*⁽³³⁹⁾

Não cabe aqui o exame das eventuais razões e das «secretas mãos» por detrás do atentado. Os relatos e as interpretações abateram-se sobre a tragédia, dificultando a sua clarificação e desafiando-a ao mesmo tempo. Procedeu, por isso, Miguel Sanches de Baena⁽³⁴⁰⁾ a um reexame minucioso da bibliografia, das pistas e dos detalhes relacionados com o regicídio e considerou irrefutáveis as provas de um *complot* de dezoito carbonários, mancomunados com os dissidentes progressistas. E em vez de dois regicidas, que é a tese corrente, chegou à conclusão de ter sido o professor Manuel dos Reis da Silva

⁽³³⁷⁾ Ver BRANDÃO, José — *Carbonária, o exército secreto da república*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1984; MARQUES, A. H. de Oliveira — *História da Maçonaria em Portugal. Política e Maçonaria 1820-1869* (2.ª Parte), vol. 3. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 244-265.

⁽³³⁸⁾ *Livro dos Bedéis ou Serviço dos Lentes - Mathematica*, 1906-1909, fls. do ano lectivo 1907-1908. (Arquivo da Universidade de Coimbra – A.U.C.).

⁽³³⁹⁾ Cf. HOMEM, Amadeu Carvalho — *A Propaganda republicana, 1870-1910*, ob. cit., p. 70. Cit. CHAGAS, João — *Cartas políticas*, n.º 1. Lisboa: Edição do Autor, 1908, p. 14.

⁽³⁴⁰⁾ Ver BAENA, Miguel Sanches de — *Diário de D. Manuel e estudo sobre o regicídio*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 167 e ss. Ver também SILVA, Joaquim Palminha da — *1 de Fevereiro de 1908: o regicídio. História*, Lisboa (134) Fev. 1990, p. 4-73; NETO, Rui Manuel da Costa — *O Regicídio de 1908. História*, Lisboa, ano 18, nova série (26) Nov. 1996, p. 10-25.

Buiça o único autor material das duas mortes. As balas da pistola *Browning*, empunhada pelo jornalista e caixeiro Alfredo Luís da Costa, feriram gravemente, mas não mataram o príncipe D. Luís Filipe, que reagindo conseguiu abrir fogo e prostrar mortalmente o agressor: Buiça e Costa tombaram, de facto, no próprio local do atentado — esquina do Terreiro do Paço para a Rua do Arsenal. Mas para além destes homicidas estiveram ainda presentes, no local do crime, o antigo guarda-fiscal do Posto dos Olivais, Domingos Ribeiro, Fabrício de Lemos, José Maria Nunes, Joaquim Monteiro, Adelino Marques e Ximenes, animados todos eles do propósito previamente estipulado de matar o rei. Contrária, assim, Sanches de Baena a versão corrente, reproduzida por Oliveira Marques, segundo a qual eles se propunham assassinar somente João Franco, mas a ausência deste no cortejo das carruagens reais desesperou os conspiradores e levou, *in extremis*, a uma mudança de planos que haveria de vitimar os régios ocupantes.⁽³⁴¹⁾

João Franco não foi apanhado pelas balas assassinas, mas «caiu» do Poder, sendo exonerado em 4 de Fevereiro e substituído por um Governo de «concentração monárquica» presidido pelo velho almirante Ferreira do Amaral, não filiado nos partidos rotativos, mas conotado com posições liberais.

Muito influenciado pela mãe e pelo *decano dos conselheiros* José Luciano de Castro, ainda ao leme da naufragante «rotação», mesmo após a morte, em 1 de Agosto de 1907, de Hintze Ribeiro, D. Manuel recusou a via ditatorial, optando pelo recuo face à violência, na expectativa do êxito da tática liberal, pouco convincente porque muito tardia.

D. Carlos e João Franco haviam contraposto a essa tática uma alternativa contra-revolucionária, evocada, em 1910, pelo *bloco de defesa monárquico* erguido contra Teixeira de Sousa. Esta segunda tática consistia, segundo a análise de Vasco Pulido Valente, na resistência da Monarquia às acções subversivas, modificando as regras do velho jogo constitucional e político-partidário. A reposição de tais regras revelou-se incapaz de travar o ímpeto republicano e o fim do regime monárquico.⁽³⁴²⁾

No momento das decisões, o jovem monarca insistiu, porém, na concentração dos moderados, progressistas e regeneradores, extensiva às oposições mais aguerridas — republicanos e dissidentes-progressistas, inimigos de estimação de José Luciano —, tendo em vista o seu desejável apaziguamento. De fora ficavam os franquistas. A *acalmação* ou *concentração* conciliadora transparece, nítida, na exortação feita, em conversa privada, por D. Manuel ao hesitante Júlio de Vilhena, conforme este a reproduziu nas suas memórias políticas: *Queria pedir-lhe um favor. É o primeiro que me há-de fazer. Desejo que todos se agrupem em volta de mim e que me ajudem a cumprir os meus deveres de rei constitucional. Esqueçam as suas inimizades e auxiliem-me. Devemos começar por um governo em que entrem os dois maiores partidos monárquicos e que por ambos seja apoiado. Assim realiza-se a minha maior aspiração — a paz e a colaboração de todos para o bem do*

⁽³⁴¹⁾ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — Portugal da monarquia para a república, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira — *Nova História de Portugal*, vol. 11, ob. cit., p. 693. Sobre o inquérito ao regicídio ver AMARAL, Augusto Ferreira do — *A Acalmação e Dom Manuel II*, ob. cit., p. 211-224.

⁽³⁴²⁾ Ver VALENTE, Vasco Pulido — *As duas tácticas da monarquia perante a revolução*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974, p. 26-27.

País.⁽³⁴³⁾ Este tópico constitui, curiosamente, um sintoma da grave disfuncionalidade do parlamentarismo português: os esforços concentracionistas que nada já podiam, afinal, contra a imparável marcha republicana, serão também uma obsessão dos partidos da República até à sua queda!...

Comoventes as palavras do apavorado infante, feito rei pela «roleta da desgraça» aos 18 anos de idade. Em seu redor, a consternação geral não bastou para apagar as imprecações contra a ditadura franquista, provindas de republicanos, de dissidentes e de cidadãos indignados, como Vitor de Moigénie, pseudónimo de José Agostinho de Oliveira, autor dos populares livros *A Mulher em Portugal* e *O Homem em Portugal*. Nas últimas páginas desta obra acham-se tiradas fulminantes como esta: *Manuel Buiça e Alfredo Costa fôram regicidas? Efectivamente. Mas quem matou o Rei não foram elles: foi a Lei esmagada pelo Ditador, foi a Lei num desvario de sangrenta vingança. João Franco, provocando o assassino, imolou o Rei, depois de o ter ferido moralmente com tantos golpes, como a questão dos adiantamentos e outras. Consumada a tragédia, o autor previa que A República virá generosa, tolerante e fecunda. E até á vista, emquanto sóbe ao trono português o infante, irmão do príncipe real. Chama-se D. Manuel II, uma criança triste.... Mas tal antevisão não o privara de alguma esperança na capacidade decisória do novo monarca: O Trono compreendeu o Povo. Chamou o valente vice-almirante Ferreira do Amaral para formar um ministerio de acalmção. Não sei se o forma. Creio que sim. O Trono compreendeu o Povo. Estará no poder com a Liberdade. A Ditadura e o franquismo morreram para sempre. A voltarem, a lendaria brandura portuguesa daria novas tragedias. Tem de resuscitar as velhas liberdades, de soltar os presos politicos, de dar ao Povo tudo de quanto urgentemente carece.*⁽³⁴⁴⁾

O Povo ficara, segundo José Agostinho, a aguardar que os novos governantes cumprissem o seu dever. Espinhosa e ingrata tarefa a dos *acalmadores*: reconciliar a Monarquia com uma população de cerca de 5,5 milhões habitantes, dos quais só 15,4% se concentravam em núcleos urbanos de mais de 100 000 habitantes, sendo Lisboa e Porto as únicas cidades que absorviam, no seu conjunto, 68% da população urbana, repartindo-se os restantes 32% por núcleos populacionais inferiores aos 10 e 11 000 habitantes. Uma população em que só cerca de 20% era alfabetizada, 62% dedicava-se à agricultura, 20% à indústria e 18% aos serviços, em que o PNB *per capita* era de 159 (dólares americanos de 1960), a emigração andava pelos 32,7% e a taxa de mortalidade infantil cifrava-se nos 25,2%.⁽³⁴⁵⁾

Os desafios da Modernidade eram, de facto, iniludíveis, mas o Governo da *Acalmção* acabou prisioneiro da sua estratégia liberal, sendo incapaz de se assumir como fator de moralização da administração pública e de modernização das estruturas sócio-económicas. Ao repor as liberdades e as garantias cívicas que permitiam a disputa política por

⁽³⁴³⁾ Cf. VILHENA, Júlio de — *Antes da Republica. (Notas autobiográficas)*, vol. 2 (1908-1910). Coimbra: França & Armenio Editores, 1916, p. 37.

⁽³⁴⁴⁾ Cf. AGOSTINHO, José — *O Homem em Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas Editora, 1908, p. 399, 400 e 401.

⁽³⁴⁵⁾ Cf. RAMOS, Rui — *A Segunda fundação (1890-1926)*, in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1994, p. 31; MARQUES, A. H. de Oliveira — *Portugal da monarquia para a república*, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) — *Nova História de Portugal*, vol. 11, ob. cit., p. 13 e ss.

parte das oposições, estas ficavam aptas a desenvolver a sua propaganda, explorando ao máximo as fraquezas do adversário.

O Governo de Ferreira do Amaral não conseguiu transpor o Natal de 1908 e a sua queda mereceu de João Chagas, nas suas famosíssimas *Cartas Políticas*, um comentário irónico e certeiro, mas simplista: *Cahiu, e não cahiu porque o rei a regeitasse, ou porque a opinião ostensivamente a repelisse, mas porque o Julio de Vilhena lhe retirou — o seu apoio. Ri-se? Não se ria. Repare que isto não é só burlesco e que é também odioso. Estes monarchicos fazem um governo, dizem elles, para salvar a monarchia. Feito o governo, qual é o seu pensamento? Derrubal-o! O pensamento da salvação das instituições monarchicas não faz calar um instante as suas ambições. Uma semana depois do Amaral subir ao poder, tramava-se a sua queda.*⁽³⁴⁶⁾

A exoneração foi oficializada a 25 de Dezembro, mas até lá convém ainda ver como Sidónio Pais seguiu os acontecimentos e, sobretudo, quais os seus actos mais significativos.

A Oração de sapiência e as rédeas da Brotero

Nessa crucial conjuntura, é indiscutível o grande interesse pela *res publica*, confirmado, aliás, pelos opúsculos, folhetos e periódicos, então lidos e preservados até hoje. E a par do que adquiriu à sua custa, como as *Cartas políticas* de João Chagas, levou para casa e leu sofregamente livros e opúsculos oferecidos à Escola Industrial Brotero.

Foi, aliás, o caso de *Entre mortos. Carta inedita de Mouzinho de Albuquerque*, editada em 1908, prefaciada por Pedro Gaivão e acrescida da reprodução fotográfica do autógrafo. Não se trata de um texto banal: foi escrito por um herói de África, um militar de carreira, aio do príncipe real D. Luís Filipe e patriota exacerbado que se suicidara no início de 1902. A oportunidade da edição do documento era óbvia — a morte do príncipe prestava-se a um sentido gesto de homenagem, através da divulgação de uma carta que o aio escrevera para servir de dedicatória a um livro sobre Moçambique apenas planeado. Uma carta em que *o Aio descreve ao seu Real Pupilo, com um entusiasmo em que se vê palpitar a maior paixão da sua alma, o perfil ideal do Rei Soldado, nos grandes traços moraes da coragem, da firmeza, da abnegação e do sacrificio*. Uma carta, enfim, que para um republicano civil e jacobino seria apenas a denúncia moral da podridão de um sistema irrecuperável, mas que para um camarada de armas correspondia a um certificado da superioridade da cultura militar sobre a política. Não é, por isso, difícil imaginar a vibração e a sintonia que Sidónio Pais sentiu em várias passagens do texto e muito especialmente naquele ponto em que Mouzinho afirma que *a profissão entre todas nobre, foi, é e ha-de ser sempre a militar porque n'ella se envolve tudo que exige a annullação do interesse individual perante o da collectividade*.⁽³⁴⁷⁾ O que equivalia a algo muito caro ao capitão Sidónio — *o espírito militar* condensava a mais pura abnegação patriótica e a repulsa do individualismo egoísta em nome dos superiores interesses da Nação.

⁽³⁴⁶⁾ Cf. CHAGAS, João — *Cartas políticas*, n.º 3. Lisboa, s.n., 1908, p. 34.

⁽³⁴⁷⁾ Cf. ALBUQUERQUE, Mouzinho de — *Entre mortos. Carta inedita de ... a sua alteza real D. Luiz de Bragança*. Lisboa: Tipografia «A Editora», 1908, p. 3 e 13.

Na correspondência familiar, as preocupações políticas do momento são facilmente detectadas. Em especial nas cartas de António.

Por uma missiva, datada de Lisboa, 22 de Abril, o marinheiro transmite ao irmão lente o pouco que sabe do Alberto, ausente ainda em Moçambique. Comenta a falta de *coragem cívica* do valente Roçadas na atribuição das recompensas aos vencedores do Cuamato que mais se distinguiram. Dedicar, por fim, umas linhas ao resumo do estado da *acalmção de contrabando* — a expressão é sua —, conjecturando a hipótese de uma ditadura militar: *Vamos a ver o que se passará depois que abre o Parlamento. Não me admira se recomeçarem as violências e perseguições muito brevemente, terminando o período ephemero d'uma acalmção de contrabando. É possível que venha então uma dictadura militar, pelo menos ha d'isso uns rumores vagos. Só em ultimo caso, o Alpoim seria encarregado de formar gabinete, presumo, pois as relações com os republicanos no complot devem ter-lhe feito perder a confiança do Paço. Emfim, tudo são hypotheses de que os factos em breve ensinarão a admissibilidade.*⁽³⁴⁸⁾

Na esfera universitária impacientavam-se, também, todos quantos ansiavam não apenas por uma *acalmção* e por um efectivo desanuviamento da tensão académica, mas sobretudo por medidas laicisadoras e modernizadoras do principal e único estabelecimento de ensino superior do país.

Em 25 de Maio de 1908, cerca de sete anos após a última reunião (10 de Abril de 1902), reuniu o Claustro Pleno da Universidade com o objectivo expresso de solicitar ao rei D. Manuel II *a mercê de se declarar Protector da Universidade.*⁽³⁴⁹⁾

Era um assunto controverso e susceptível de estimular reacções como a do lente de Medicina e republicano confesso doutor Daniel de Matos, que declarou que só apoiaria o pedido do Protectorado Real se a comissão encarregue de apresentar esse pedido ao rei expusesse a verdadeira situação da Universidade e obtivesse a promessa de *que o Senhor D. Manuel II se interessaria efectivamente pelo ensino e pela vida da Universidade.* O seu colega José de Matos Sobral Cid foi mais incisivo ao declarar que desejava ver a Universidade trilhar *um caminho de reformas radicais.* Pretendia uma nova reforma, fazendo nesse sentido três propostas: (a) que fosse de novo reconhecido aos professores o direito de eleger as suas autoridades académicas e de governarem a corporação; (b) que fossem garantidos os meios financeiros (rendimentos e dotações especiais) para uma desejável e eficaz gestão económica da autonomia universitária; e (c) que fosse convocada, tendo em vista uma nova e profunda reforma, uma grande Assembleia pedagógica participada por todo o corpo docente de todos os estabelecimentos de ensino superior e pelos intelectuais portugueses. Por sua vez, o lente de Filosofia Francisco José de Sousa Gomes, católico e conservador, propôs que o Reitor/Prelado e o Conselho dos Decanos, agregados ao maior número possível de professores, fossem a Lisboa pedir a Sua Majestade que se declarasse Protector da Universidade *na forma dos*

⁽³⁴⁸⁾ Correspondência, Cartas da Mãe e Irmãos. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político, geral). Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 315-316.

⁽³⁴⁹⁾ Ver CABRAL, António — *Alexandre Cabral: memorias políticas: homem e factos do meu tempo*. Lisboa: Editores J. Rodrigues & C.ª, 1923, p. 280-283.

Estatutos e que, nessa ocasião, o Sr. Reitor, apresentando a El-Rei os votos da Universidade pela prosperidade do seu reinado, solicite a sua coadjuvação eficaz para a realização das reformas que a mesma Universidade reputa necessárias e urgentes.⁽³⁵⁰⁾

A proposta suscitou comentários de diversos lentes. Foi, porém, aprovada com o voto contra de Sidónio Pais⁽³⁵¹⁾ por considerar o Protectorado Real uma praxe antiquada que lhe lembrava a homenagem do vassalo ao seu senhor e por entender que a Universidade devia observar sempre e em tudo completa neutralidade política.⁽³⁵²⁾ Mostrou-se, assim, solidário com as objecções levantadas por Sobral Cid e pelo seu amigo e médico de família Daniel de Matos, afirmando implicitamente o seu republicanismo, o seu laicismo e uma total sintonia com as posições dos livre-pensadores, cujo 1.º Congresso Nacional se realizara no mês de Abril desse ano de 1908, sob a presidência de Teófilo Braga e tendo por objectivo central o combate ao clericalismo.

No mês anterior, mais precisamente a 10 de Março, foi exonerado a seu pedido do cargo de Reitor da Universidade o conselheiro dr. António das Neves Oliveira e Sousa, sendo, na mesma data, nomeado para o referido cargo o conselheiro doutor Alexandre Ferreira Cabral Pais do Amaral, que tomou posse a 16 desse mesmo mês perante o Conselho de Decanos reunido na Sala dos Capelos. A posse foi conferida pelo conselheiro doutor Manuel da Costa Alemão, que exercera até essa data interinamente o cargo. Foram, por este motivo, considerados dias de feriado o 16, o 17 e o 18.

A 15 de Abril Sidónio escreveu à mãe convidando-a a passar algum tempo em Coimbra. D. Rita Júlia respondeu-lhe logo a seguir, com data de 18, lamentando não poder satisfazer-lhe o desejo porque tinha obras em casa e sugerindo antes que ele fosse com alguns filhos até Caminha, onde, aliás, ia muito pouco. De passagem mostrou-se apreensiva com o estado de saúde mental do Aureliano.⁽³⁵³⁾

No âmbito da Faculdade de Matemática assistiu e secretariou as Congregações realizadas ao longo de 1908 — a 13 de Janeiro, a 14 de Maio, a 24 de Julho, a 16 de Outubro, a 27 de Outubro, a 10 de Novembro e a 18 de Dezembro — com esporádicas e lacónicas intervenções, como era, aliás, seu timbre.

Na Congregação de 14 de Maio, presidida pelo Reitor interino doutor Manuel da Costa Alemão, lente de Medicina, ficou decidido, entre outros assuntos, que os professores das cadeiras de Álgebra, Cálculo Diferencial e Mecânica eram autorizados a prolongar as aulas até ao dia 17 de Junho se assim o entendessem conveniente, e que a distribuição do serviço de exames seria a mesma do ano lectivo passado. Na reunião seguinte, de 24 de Julho, foram votadas as informações e as classificações dos alunos da Faculdade. O Reitor interino apresentou a proposta da supressão da capa e batina, aprovada pelos vogais presentes. E o Decano, doutor Luís da Costa e Almeida, propôs que fosse escolhido para proferir a *oração de sapiencia* na abertura do próximo ano

⁽³⁵⁰⁾ Cf. GOMES, Joaquim Ferreira — *A Universidade de Coimbra durante a primeira república (1910-1926)*, ob. cit., p. 25-26.

⁽³⁵¹⁾ Ver *Ibidem*, p. 26; CABRAL, António — *Alexandre Cabral*, ob. cit., p. 280.

⁽³⁵²⁾ Cf. RODRIGUES, Alice Correia Godinho — *Ideal republicano e reforma da Universidade de Coimbra*, art. cit., p. 330.

⁽³⁵³⁾ Correspondência, Cartas da Mãe e Irmãos. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

lectivo o vogal Sidónio Pais. A proposta foi aprovada e o lente catedrático da cadeira de Cálculo Diferencial e Integral *agradeceu a honra que a faculdade lhe dava com esta escolha.*⁽³⁵⁴⁾

Conforme o procedimento habitual, a Reitoria cumpriu, em 11 de Setembro, a formalização do convite ao doutor Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais.⁽³⁵⁵⁾ Uma mera formalidade de que Sidónio não ficou à espera para avançar com a preparação de tão especial incumbência: volvidos dez anos após a cerimónia *consagrada* do doutoramento, regressaria à Sala dos Capelos como centro das atenções e com a possibilidade de comunicar no interior da instituição, que se habituara a servir com esmero e disciplina, ideias e observações dirigidas tanto para dentro, como para fora.

Era chegado o momento de falar em público, assumindo o respectivo dever de dizer o que pensava. Como lente, era convidado a dizer o que estava de harmonia com a sua consciência profissional, e como militar, que nunca deixara de ser, impôs-se adequar esse imperativo ao respeito devido às hierarquias e às instituições, mas sem quebra de um respeito, mais essencial, aos sublimes interesses da Pátria. Intuitivamente, Sidónio Pais percebera que ele próprio e o país estavam em processo de viragem, pelo que já não se tornava possível manter o refúgio no silêncio e na sombra. O imobilismo e o peso anacrónico das tradições soçobrava diante da impetuosidade de um futuro tão próximo e tão inadiável, queurgia agarrar com entusiasmo e confiança. Era chegado o momento...

Durante as férias de Verão tomou notas e foi reescrevendo partes da *oração* nas habituais tiras de papel liso ou de trinta e cinco linhas. Antes de uma redacção completa e sequencial anotou fragmentos do que pretendia dizer e do que deveria consultar com mais detalhe.

São interessantes os vestígios remanescentes da confecção de um texto que vinha romper o interregno de cerca de seis anos na sua produção bibliográfica. A última publicação fora a dissertação para concurso a um lugar de professor do 3.º grupo das Escolas Industriais, intitulada *As Forças e os movimentos*, de 1902, em cujo prefácio, como tivemos ocasião de frisar, são evidentes as novas tendências pedagógicas, em especial a defesa do primado da ciência sobre a metafísica, a crítica certeira à persistência de asserções obscuras e indemonstráveis racional ou experimentalmente e a necessidade de proporcionar *ao espírito da criança* o acesso às verdades científicas, através de um máximo de clareza e de rigor.

Separar a razão da fé era para Sidónio Pais, já no início de novecentos, um princípio apolítico elementar, aprofundado e enriquecido posteriormente com a assimilação das novidades que vinham de França ou até do Novo Mundo em forma de livro ou de artigo de revista e de jornal, bem como do que ia sendo legislado, produzido e divulgado em português. Publicações periódicas como o *Boletim da Direcção Geral de Instrução Pública* (Lisboa, Maio 1902-Jul.-Dez. 1905), o *Boletim da Escola Livre* (dinamizado por Campos Lima, Coimbra 1907), *A Educação Popular* (Lisboa, 20 Out. 1907 a 30 Set. 1926) ou a

⁽³⁵⁴⁾ *Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910*, fls. 135-135v. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽³⁵⁵⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, SubSecção Estudante e Lente).

Revista Pedagógica (Lisboa, 1 Dez. 1903 a 12 Nov. 1905)⁽³⁵⁶⁾ constituíam um manancial útil e imprescindível para quem se interessasse pela problemática pedagógica. Não sabemos se Sidónio Pais as consultou todas e de modo sistemático, mas podemos garantir que o *Boletim da Direcção Geral de Instrução Pública* era recebido na Escola Brotero e que na respectiva Biblioteca encontrou ampla matéria para estudo e reflexão, complementada, certamente, com consultas na Biblioteca da Universidade, nas bibliotecas particulares de amigos e colegas e pela aquisição directa de trabalhos incluídos nos catálogos de editores-livreiros.

No meio dos papéis relativos a este «dossier» encontramos, por exemplo, uma nota de leitura — método empregue por Sidónio Pais em vez de sublinhar e/ou anotar as obras impressas — do livro *La Science moderne et son état actuel* por Émile Picard, importante matemático francês e um dos mais eminentes analistas da primeira metade do séc. XX. Trata-se de um trabalho de epistemologia que incide sobre as potencialidades e os limites do conhecimento científico. Um tópico que Sidónio Pais, na veemência do seu militantismo cientista, aprofundou e enriqueceu com as achegas de outros autores, tais como Alfred Giard (citado, aliás, na *oração*), professor de Zoologia na Faculdade de Ciências de Lille, o matemático alemão Jacobi ou o célebre fisiologista francês Claude Bernard.

Não cabem aqui as sucessivas versões, emendas e acrescentos que precederam a fixação do texto da *oração*, tal como veio a ser lido e publicado,⁽³⁵⁷⁾ nem tão pouco o registo ilustrativo dos excertos das anotações que Sidónio Pais fez à medida que ultimava a pesquisa e as reflexões em torno do assunto escolhido. Mas cabe, sem dúvida, aqui, notar a coerência entre a prática pedagógica de Sidónio e a concepção perfilhada no texto da *oração*, como o atestam alguns depoimentos de alunos.⁽³⁵⁸⁾

Chegara, entretanto, o dia 16 de Outubro com as tradicionais cerimónias de abertura do novo ano lectivo.

Eram 11h, da manhã de sexta-feira, quando o préstito dos lentes e funcionários da Universidade de Coimbra, precedido da habitual charamela, saiu da Sala dos Capelos em direcção à Capela, onde se cantou a grande instrumental, se celebrou a missa votiva do Espírito Santo e se prestou o juramento dos lentes. O sermão coube ao lente de Teologia Francisco Martins.

Terminada a cerimónia religiosa a que assistiu, segundo o relato do *Notícias de Coimbra, além do professorado, grande numero de pessoas de todas as camadas sociaes, predominando o elemento academico e feminino*,⁽³⁵⁹⁾ o préstito regressou à Sala dos Capelos pela mesma ordem, ficando esse espaço repleto de *senhoras, com os seus trages de gala, á mistura com os trages negros dos academicos, e a ornamentar este quadro os lentes sentados nos*

⁽³⁵⁶⁾ Ver NÓVOA, António (dir.) — *A Imprensa de educação e ensino. Repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

⁽³⁵⁷⁾ Cf. PAES, Sidónio — *Oração de «sapientia» recitada na sala grande dos actos da Universidade de Coimbra no dia 16 de Outubro de 1908*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909.

⁽³⁵⁸⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 320-326.

⁽³⁵⁹⁾ Cf. Abertura solemne da Universidade. *Noticias de Coimbra*, Coimbra, 17 de Outubro de 1908, p. 2.

cadeiras com as suas respectivas insígnias.⁽³⁶⁰⁾ O Reitor da Universidade, conselheiro Alexandre Cabral, ladeado pelos doutores Luís Maria da Silva Ramos e Fernandes Vaz, respectivamente Decanos e lentes das Faculdades de Teologia e Direito, abriu a sessão solene com uma breve alocução: *começou por mostrar-se satisfeito no espinhoso cargo de que foi incumbido, agradecendo a honra de se considerar reitor do primeiro estabelecimento científico do país.*⁽³⁶¹⁾ Dirigiu-se, em seguida, aos alunos, incitou-os por palavras e conselhos ao estudo e respeito pelos professores e fez votos para que o novo ano lectivo não fosse manchado por nenhum incidente desagradável.

Finda a intervenção reitoral, o Secretário da Universidade, bacharel Manuel da Silva Gaio, dirigiu-se aos doutorais e acompanhou o doutor Sidónio Pais até à cátedra, onde este lente de Matemática proferiu a sua *oração de sapiencia*. De borla e capelo com as cores da respectiva Faculdade, numa voz algo nasalada, mas audível e vivaz, dirigiu-se, nas suas próprias palavras, *a uma assembleia tão distincta* — nos doutorais estavam 38 lentes das diversas Faculdades e na teia da vasta sala viam-se o General da Divisão e o seu Ajudante, o conselheiro D. João d'Alarcão e família, o Presidente da Câmara Municipal e Secretário, a família do Governador Civil, etc. — e à medida que foi lendo o seu discurso conseguiu a proeza rara de ser, por vezes, interrompido com aplausos. Em síntese, Sidónio Pais, centrando a sua atenção na atmosfera de desconfiança, de descrédito e de hostilidade que envolvia e entorpecia a Universidade de Coimbra, propôs-se, esboçando, afinal, um plano de acção, enumerar alguns defeitos que urgia corrigir para dissipar essa perniciosa atmosfera e para que o único estabelecimento português de ensino superior abraçasse, finalmente, o Progresso.

O primeiro defeito consistia na anacrónica permanência das fórmulas religiosas herdadas da arcaica estrutura tridentina e contra-reformista. Em causa estava, segundo ele, a absurda mistura do serviço de Deus e do serviço de Minerva, ou seja, a forte presença do sagrado e do estudo da religião (efectuado na primeira das Faculdades — a de Teologia) numa instituição escolar dirigida e financiada por um Estado que *não exerce influencia religiosa, nem a deixa exercer, na maior parte dos seus estabelecimentos de instrucção*, salvo em duas inexplicáveis excepções: a Escola primária e a Universidade de Coimbra! Tão estreita e promíscua ligação das esferas científica e religiosa levava-o a interrogar-se sobre se *foi a Escola que se installou na Igreja ou se foi a Igreja que invadiu a Escola* e a lembrar as belas e insuspeitas palavras de Pasteur: *Quando entro no laboratorio, deixo á porta todas as minhas crenças; quando saio, retomo-as*. Ora, as práticas simbólicas conservadas na Universidade de Coimbra — *É ver no Anuario, publicação official, o calendario ecclesiastico e academico por que começa, onde se detalham e distribuem ao mesmo tempo lições e missas, festas e feriados, a côr dos paramentos e as insígnias dos professores, as horas das aulas e as horas das rezas* — afiguravam-se-lhe de todo incompatíveis com o *espírito científico* e embora essas práticas e velhos sinais exteriores da respectiva corporação (capa e batina, borla e capelo, etc.) não passassem, em seu juízo, de um mero aspecto formal, a reforma da Universidade não podia atacar somente o seu cerne, mas

⁽³⁶⁰⁾ Cf. Abertura solemne da Universidade. *Noticias de Coimbra*, Coimbra, 17 de Outubro de 1908, p. 2.

⁽³⁶¹⁾ Cf. *Ibidem*.

também a aparência: *Como a mulher de Cesar, que devia não só ser honesta, mas parecê-lo, a Universidade não deve só ser moderna, mas é preciso que não pareça velha.*

O segundo defeito era de índole especificamente instructo-educativa e afectava todo o sistema, desde a instrução primária até ao nível superior; a saber: *do que menos se cuida — afirmou enfático — é de desenvolver a iniciativa do estudante.* Mais do que uma questão pedagógica tratava-se, na prática, de reequacionar o processo didáctico. Para Sidónio Pais eram óbvias duas prioridades: dar ao ensino um cunho especializado e técnico, reflectindo nesta opção a sua experiência adquirida no ensino técnico-profissional; e equilibrar o binómio professor-aluno, não podendo este continuar passivamente a oferecer *como que em sacrificio o cerebro, que o professor modela como o barro de uma estatua ou a cêra molle de um molde.* O professor não se reduz nem ao *magister dixit* autoritário, nem ao agente *laissez-faire* passivo diante do aluno — expressões que ele obviamente não usa, mas subjazem à sua perspectiva...—, devendo antes afirmar-se, na sala de aula ou no laboratório, como um «líder» democrático que ajuda a desabrochar livremente a inteligência e a vontade da criança, do adolescente ou do jovem. Era a via intermédia entre modelos extremos, perante os quais Sidónio, em jeito de desabafo, declarou: *Ao pensar no vinco que, talvez para toda a vida, se faz na alma da creança, eu chego a julgar preferível no seu exaggero a expansão turbulenta e anarchica da Escola de Tolstoi, onde a disciplina é precaria, mas o espirito se desenvolve, ao formalismo rígido e deformante da nossa Escola primaria, onde a ordem é perfeita, mas o cerebro se atrophia.* E se na escola primária a atrofia mental surge ameaçadora, no liceu e na escola superior a *paralyzação da actividade do alumno* tende a subsistir e a agravar-se num quadro marcado pela atitude expositiva do professor; pela memorização automática por parte do aluno, pela sebenta, pelos ursos que à porta da aula reforçam o papel do explicador suplementar. Parecia-lhe, também, inútil ou pouco eficaz a apregoada alternativa do curso livre: *É talvez uma fôrma mais aperfeiçoada ainda de não se fazer esforço util. Com efeito, se é certo que desta maneira o alumno conquista durante o anno a sua liberdade de acção, como poderá elle usar della, habituado como vem do ensino secundario a não ter actividade? Durante o anno a inacção. Ouvir o professor, colher apontamentos, compilá-los quando muito. É a escolha e a disposição do typo para a impressão. No fim do anno o trabalho de memoria para o exame. É a passagem do rolo de tinta e a impressão typographica. Eis o curso livre!*

Por fim, o terceiro defeito tinha implicações sócio-económicas e políticas e aparecia aos seus olhos como o mais grave, como *o maior crime das organizações escolares do mundo inteiro*: a educação intelectual constituía o privilégio dos ricos e era quase inacessível aos pobres, ficando, assim, à margem do mais elementar princípio da igualdade de oportunidades e da justiça social. Em Portugal e noutros países atrasados, essa situação além de frequente, tornara-se crónica e revoltante. Nos Estados Unidos da América haviam-se alcançado, porém, resultados muito animadores na sua resolução: *Ahi é já possível a alguém, que nasce humilde, instruir-se e educar-se, não lhe faltando os meios essenciais para esse efeito.* Escolas, bibliotecas, museus abundavam por toda a parte, a sua entrada era livre e gratuita, o material escolar era fornecido pela própria Escola, os estudantes trabalhadores dispunham à noite de classes e conferências sobre todos os ramos do saber humano, que lhes permitiam instruir-se em qualquer direcção e até ao grau mais elevado. Exemplo algo isolado e difícil de atingir rapidamente em muitos

países. Urgia, por isso, encarar soluções realistas e acessíveis, ensaiadas já em França e na Inglaterra.⁽³⁶²⁾ Referia-se explicitamente a um grande movimento, *a chamada extensão universitária*, que se realizava há bastantes anos nesses e noutros países civilizados: *A importancia e a necessidade da extensão universitária reconheceu-a e consagrou-a o terceiro congresso internacional de ensino superior de 1900, o qual foi mesmo mais longe nas suas conclusões, emittindo o voto de que as universidades organizassem, ao lado dos outros ensinamentos existentes, cursos de vulgarização*. Uma recomendação interessante e pragmática, datada de 1900, cujos ecos não haviam ainda provocado, em Portugal, um impulso concretizador. O orador admitia, por conseguinte, que a desejável aplicação desse instrumento formativo não surtiria grande efeito nas vilas e, sobretudo, nas aldeias portuguesas, onde a grande prioridade era o combate, através da mobilização (ideal) de *um exercito de professores de instrucção primaria*, contra a pouca difusão do ensino primário e contra a praga do analfabetismo. Mas nas cidades e especialmente nas de Lisboa, Porto e Coimbra a *extensão universitária encontraria evidentemente classes numerosissimas a quem aproveitaria e para quem mesmo é já hoje uma necessidade*. E daí a pergunta: *porque não ha de, pois, a nossa Universidade, pela associação de professores e alumnos, ensaiar uma tentativa deste genero entre a população tão intelligente e ávida de saber da cidade de Coimbra?* A união entre professores, estudantes e povo poderia ser, segundo Sidónio Pais, a forma adequada de estimular a cooperação das vontades para *a grande obra de regeneração que urge levar a cabo no país*.

Da simbólica cátedra e da vetusta Sala Grande dos Actos, ousou, assim, lançar uma ideia nova, progressista, destinada a transfigurar a postura e a imagem caduca da Universidade de Coimbra. Mas Sidónio Pais não se limitou a propor tal iniciativa, vindo a ser — convém frisá-lo, porque é um dado desconhecido — o principal promotor do movimento de extensão universitária que se desenvolveu em Coimbra nas vésperas e após a proclamação da República, integrado no programa da Junta regional de Coimbra da Liga Nacional de Educação.

A oração encerrou com um vibrante apelo à efectiva modernização da Universidade — ou é pelo passado, pelo espirito de rotina, pela reacção enfim, e tem de morrer; ou é pelo progresso, pelo espirito científico, e pela liberdade, e tem de buscar em si propria a potencia creadora, que ha de, por uma transformação radical, torná-la o primeiro centro de educação da mocidade portuguesa.

Estava formulado o desafio em termos disjuntivos e directos. Tinham sido ditas, com ênfase e sinceridade, as palavras necessárias. Aguardavam-se as obras...

Pelo exposto compreende-se facilmente a adesão de certo público e o entusiasmo com que a imprensa, quer nacional — destaque para *A Lucta* e *O Século* —, quer local, acolheu o que acabara de ser proferido.

⁽³⁶²⁾ Sobre o modo como se desenvolveu a extensão universitária nesses países e na vizinha Espanha ver o longo e interessante Prefácio de Fialho de ALMEIDA in CHOUZAL, Bernardo (Cónego) — *Regicídio e regnicídio. O Crime do Terreiro do Paço. Um ano depois. Discurso proferido nas solennnes exéquias, promovidas pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para commemorar o primeiro anniversario da morte de El-Rei Dom Carlos e do Príncipe Dom Luís Filippe, no dia 9 de fevereiro de 1909*. Lisboa: Livraria Ferreira Editora, 1909, p. 75-94. Ver Anexo 4.

Um jornal progressista moderado como era o *Notícias de Coimbra*, muito ligado à Universidade de Coimbra, incluiu no número de 21 de Outubro um artigo, assinado pelas iniciais C.C., elogioso da prestação retórica e *sapiential* de Sidónio Pais.⁽³⁶³⁾

Por seu turno, a *Resistência*, órgão do Partido Republicano, em Coimbra, encheu a primeira página e parte da segunda do número saído no Domingo, dia 18 de Outubro, com a reprodução integral do discurso. Alguém forneceu de bom grado uma cópia para publicação num periódico partidário. E é natural que esse alguém tenha sido o próprio autor, atendendo ao bom relacionamento que, folheando o jornal ao longo do 2.º semestre de 1908, se percebe ter existido entre Sidónio e o pessoal da *Resistência*. Basta, aliás, evocar a este propósito quer os artigos sobre a Escola Brotero publicados em 25 e em 29 de Outubro, em torno dos quais nos deteremos mais adiante, quer a atenção dispensada à Liga Nacional de Educação e à intervenção de Sidónio Pais na reunião da respectiva Junta regional ocorrida em 25 de Outubro.

Um outro jornal republicano, fundado pelo estudante grevista e «intransigente» Amílcar da Silva Ramada Curto e intitulado *A Revolta. Pela Patria e pela Republica*, cujo primeiro número só saiu em 5 de Dezembro de 1908, não pôde noticiar, por razões óbvias, a abertura do novo ano lectivo, mas no 1.º trimestre de 1909 e numa série de artigos intitulados *A Universidade. Cartas a um amigo* cita a *oração de sapientia* de Sidónio Pais a propósito de um cerrado e irónico ataque à *mentalidade jesuítica* prevalecente no único estabelecimento universitário do país: *Mas... Leu você a oração de Sapientia pronunciada na sala dos Capellos, este anno pelo lente da Mathematica, dr. Sidonio Pais? Pois se a leu, ficou você sabendo, se ainda o ignorava, que a nossa tradicional Universidade, hoje, n'estes nossos tempos de analyse e de critica, com a «hypothese de Deus» relegada para o logar de curiosidade historica, — toda a vida scientifica do professor e do estudante, está em constantes e cordealissimas relações com a Divina Providencia, com Maria Virgem, com o Espirito Santo e varias outras personalidades illustres da religião.*⁽³⁶⁴⁾

Na imprensa conservadora de Coimbra a reacção pautou-se, compreensivelmente, pelo silêncio!

As referências elogiosas e de nítida cumplicidade ideológica não tiveram, porém, uma expressão exclusivamente pública e impressa, surgindo também ao nível do registo epistolográfico privado.⁽³⁶⁵⁾ Amigos e condiscípulos o aplaudiram com ênfase, e da família recebeu, obviamente, expressivas e calorosas saudações.

O cunhado Aníbal Bessa, então juiz na comarca de Vila Verde, começou a carta de 30 de Outubro desta forma: *Antes de tudo devo felicital-o pelo seu discurso de sapientia, que devia ter desagradado ao Assis e a outros Lentes do mesmo estófo, mas que deixou geralmente muito boa impressão. E nem isto admira porque elle revelava intelligencia, estudo e força de character. Para não lhe offender a modestia accrescentarei apenas que me encheu*

⁽³⁶³⁾ Ver C., C. — A Oração de «Sapientia». *Notícias de Coimbra*, 21 de Outubro de 1908, p. 2.

⁽³⁶⁴⁾ Cf. A Universidade. *Cartas a um amigo. A Revolta. Pela Patria e pela Republica*, Coimbra, 20 de Março de 1909, p. 1.

⁽³⁶⁵⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 332.

as medidas.⁽³⁶⁶⁾ E o irmão António, em serviço por Nova Gôa, de onde havia escrito uma missiva com data de 8 de Outubro, em que dava notícias do Alberto, chegado a Lisboa aos 11 de Setembro e recebido como herói em Caminha,⁽³⁶⁷⁾ reagiu às repercussões da oração do irmão numa nova carta de 31 de Dezembro, com natural entusiasmo e apurada ironia:

Meu caro Sidonio

Estimo muito a tua carta de 4 de Novembro e recebi ha dias o numero da «Resistencia» onde vem o teu discurso proferido na abertura da Universidade, o qual eu já tinha lido no mesmo jornal que a Ritinha me mandou, conforme te mandei dizer n'um postal. Quando vi na «Lucta» e no «Seculo» as repercussões ao discurso, fiquei impaciente por elle, e dias depois tive a boa surpresa de receber a «Resistencia», cujo artigo de fundo li ávidamente como bem podes calcular. A minha pena toda foi não estar na sala dos Capelos para o ouvir, e apreciar-lhe o effeito immediato nas nuances phisionomicas de muitos dos cathedaticos. O espanto d'uns, a surpresa d'outros e o sobrólho carregado dos mais reaccionarios, tudo isso deve ter sido muito curioso e muito apreciavel. Quem me dera ter lá estado a um cantinho para observar tudo isso ao mesmo tempo que gozava a intima satisfação de te ouvir dizer uma oração muito brilhante.⁽³⁶⁸⁾

Prosseguindo, mostrou-se satisfeito com a intenção de Sidónio leccionar menos e sugeriu-lhe que largasse o Colégio S. Pedro, ficando só com a *E. Industrial* além das aulas na Universidade, porque *Esse excesso de trabalho agora, que conheces fatigar-te póde prejudicar-te gravemente no futuro, porque te vae arruinando a saude embora tão lentamente que nem dês por isso, e a saude é e será sempre o capital mais rendoso, além de todas as outras vantagens.⁽³⁶⁹⁾*

O cansaço que Sidónio Pais estava a sentir, ao cabo de uma intensa actividade docente, não nos parece que fosse sobretudo físico, mas psicológico. Aliás, julgamo-lo relacionado com o interior e profundo impulso para a mudança que já assinalámos. Uma mudança pessoal que respondia à pressão crescente e geral de viragem... A sua predisposição para agarrar oportunidades que potenciassem um salto qualitativo era, pois, evidente e forte, podendo ser ele mesmo a avançar com certas iniciativas. Foi, como atrás já se frisou, o que sucedeu com a concretização da extensão universitária, espécie de embrião do movimento das Universidades Populares⁽³⁷⁰⁾ e na sequência do qual emergiu a Universidade Livre para Educação Popular em Lisboa.⁽³⁷¹⁾

⁽³⁶⁶⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político, geral).

⁽³⁶⁷⁾ *Ibidem*, Cartas da Mãe e Irmãos. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político).

⁽³⁶⁸⁾ *Ibidem*.

⁽³⁶⁹⁾ [Doc. na posse da Dr.^a Maria Sidónio Paes Cardoso] – Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político).

⁽³⁷⁰⁾ Ver FERNANDES, Rogério — Cortesão e a Universidade Popular do Porto. *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, série 2 (1-2), 1986, p. 31-52.

⁽³⁷¹⁾ Ver *Idem* — *Uma Experiência de formação de adultos na 1.ª república*, ob. cit., p. 17 e ss.

Uns dias após a *oração de sapiencia* e após a ênfase posta na extensão educativa como um factor de renovação da Universidade, Sidónio Pais compareceu na reunião da Junta Regional de Coimbra da Liga de Educação Nacional, efectuada no Domingo, 25 de Outubro, ao lado, entre outros, dos doutores Alberto dos Santos Nogueira Lobo, João Serras e Silva e José Sobral Cid. Alberto Nogueira Lobo, antigo aluno da *Brotero*, onde foi discípulo e se tornou amigo de Charles Lepierre, apresentou aí uma proposta, aprovada por unanimidade, no sentido de se obter a colaboração dos estudantes, admitindo-os como novos sócios indispensáveis para alargar a influência da Liga. Serras e Silva comunicou o estado das negociações com o sociólogo francês Léon Poincard, Subdirector do *Bureau International de la Propriété Industrielle*, sobre as projectadas conferências em Coimbra, na Primavera de 1909, e inseridas numa visita de estudo, vertida depois em livro — *Portugal ignorado*. Sidónio Pais e Sobral Cid teceram considerações sobre a necessidade de se iniciar *quanto antes uma vida d'acção, estudando a organização pratica dos trabalhos de extensão universitaria, e procurando depois iniciar esses trabalhos que tanto interesse estão despertando, no mais curto praso de tempo possivel, e em condições da maior visibilidade*.⁽³⁷²⁾ Nesta perspectiva ficou o lente matemático encarregue de apresentar, numa das próximas sessões, um projecto detalhado. Na reunião ficou ainda decidido que o domingo seria o dia para as sessões ordinárias, *nas quaes se estudarão e discutirão successivamente os pontos de maior interesse para a educação do povo portuguez e particularmente do meio restricto e atrazado de Coimbra*.⁽³⁷³⁾

O envolvimento de alunos nas acções da Liga, em Coimbra, é confirmado pela presença de Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa, estudante de Medicina, ou de Aureliano Mira Fernandes, estudante de Matemática, em estreito convívio com os lentes acima indicados e ainda com Charles Lepierre, António Augusto Gonçalves, Silva Pinto, Rodrigues da Silva, nomes referidos pelo próprio Bissaia Barreto nas suas *Lembranças & Comentários*.⁽³⁷⁴⁾ Todos congregados pela ideia de que a Universidade de Coimbra *devia descer da Acrópole ao Largo da Freiria, ao Ateneu Comercial, onde se reuniam muitos rapazes do comércio e operários, no desejo de se ilustrarem e conseguir uma certa cultura através de lições, cursos, passeios, excursões*.⁽³⁷⁵⁾ Todos, enfim, comprometidos com esse *brilhante movimento Pró-Cultura das Massas*, na expressão de Bissaia Barreto, incrustado na Liga de Educação Nacional, fundada em Lisboa, em 1907, e organizada numa linha descentralizadora, assente nas três Juntas regionais de Lisboa, Porto e Coimbra, incumbidas, por sua vez, de estimular a criação de Juntas locais, dentro dos superiores objectivos comuns a toda a associação.⁽³⁷⁶⁾

Sidónio Pais dirigiu, na prática, o movimento de extensão universitária, assumindo, assim, uma ocupação extra-profissional que vinha, sem dúvida, sobrecarregar uma agenda recheada de tarefas e de preocupações, não sendo pequena, como temos visto, a parte que cabia à Escola Brotero.

⁽³⁷²⁾ Cf. Liga de Educação Nacional. *Resistencia*, Coimbra, 29 de Outubro de 1908, p. 2.

⁽³⁷³⁾ Cf. *Ibidem*, p. 2.

⁽³⁷⁴⁾ Cf. ROSA, Fernando Baeta Bissaia Barreto — *Subsídios para a história VI*, ob. cit., p. 196.

⁽³⁷⁵⁾ Cf. *Ibidem*, p. 196.

⁽³⁷⁶⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 338-339.

Mas antes de nova incursão pela *Brotero*, passemos pela Faculdade de Matemática, onde na Congregação de 27 de Outubro de 1908, estando presente o Reitor e os vogais Luís da Costa e Almeida, José Bruno de Cabedo, Arzila Fonseca, Henrique de Figueiredo, Luciano Pereira da Silva, Souto Rodrigues e Sidónio Pais, foi este vogal e secretário nomeado para, conjuntamente com os colegas escolhidos nas restantes Faculdades, estudar as reclamações oportunas sobre o decreto e regulamento da autonomia universitária.⁽³⁷⁷⁾

Na Congregação de 10 de Novembro, presidida naturalmente pelo Reitor e com a presença de Luís da Costa e Almeida, José Bruno de Cabedo, Arzila Fonseca, Henrique de Figueiredo, Costa Lobo, Luciano Pereira da Silva, Sidónio Pais, assistindo, também, Souto Rodrigues e o professor de Desenho Mendes Pinheiro, o Reitor apresentou à Congregação uma consulta do Governo a fim de propôr os termos em que o decreto de 9 de outubro de 1907 deve ser modificado pelo que respeita ao critério de aprovação unanime, a que no mesmo decreto se faz referencia. A faculdade entende: 1.º - que esse critério não pôde ter applicação com a actual organização dos exames. 2.º - que prefere o systema de concursos por provas publicas. 3.º - que caso este modo de recrutamento não seja adoptado propõe que ao menos se estabeleça a doutrina do decreto de 3 de outubro de 1902.⁽³⁷⁸⁾ Para a redacção do parecer a enviar ao Governo foi escolhido o vogal Sidónio Pais. Na reunião foi também discutida a applicação das receitas pertencentes à Faculdade pelo art.º 28 do decreto de 8 de Outubro de 1908, cifradas em 1. 614\$650 réis e correspondentes ao novo ano económico, tendo surgido uma proposta concreta do doutor Souto Rodrigues, a propósito da qual Sidónio declarou que não podia concordar com a distribuição das duas verbas, gratificação ao bedel da faculdade e remuneração a um empregado do observatorio astronomico para o serviço da hora, 1.º porque julgava illegal a applicação d'estas receitas a gratificações a empregados que têm os seus vencimentos estabelecidos no orçamento do Estado, 2.º porque ainda quando fosse legal essa applicação, julgara que a Faculdade tinha outras despesas mais importantes a faser, taes como a acquisição de material, livros, etc., sendo estas applicacoes mais d'harmonia com o espirito da lei.⁽³⁷⁹⁾ Implicadas na questão das verbas estavam as duas missões previstas ao estrangeiro durante três meses, das quais foram encarregues os doutores Costa Lobo e Luciano Pereira da Silva a fim de estudarem nos observatorios e institutos estrangeiros os processos de observação e methodos de ensino das sciencias que professam.⁽³⁸⁰⁾ Mas a escolha daqueles dois lentes não era definitiva, pelo que ficou decidido aplicar o princípio da consulta, por ordem de antiguidade, a todos os docentes da Faculdade sobre se desejavam realizar viagens de estudo ao estrangeiro.

Na Congregação de 18 de Dezembro de 1908, com a presença do Reitor e dos vogais Luís da Costa e Almeida, José Bruno de Cabedo, Arzila Fonseca, Costa Lobo,

⁽³⁷⁷⁾ Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910, fl. 136. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽³⁷⁸⁾ Ibidem, fls. 136-136v. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽³⁷⁹⁾ Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910, fls. 136v. 137. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽³⁸⁰⁾ Ibidem, fl. 136v. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

Luciano Pereira da Silva, Sidónio Pais e assistindo Souto Rodrigues, este vogal, após a leitura e aprovação da acta anterior, esclareceu que a verba proposta e aprovada no orçamento de 1908-1909 para o serviço da hora no Observatório Astronómico tinha sido justificada pela ausência temporária dos astrónomos no estrangeiro. Entrou-se, de seguida, na distribuição do orçamento de 1909-1910, tendo sido aprovada uma proposta do vogal José Bruno de Cabedo para que relativamente às missões se adoptassem dois critérios: *os vogaes fossem consultados por ordem d'antiguidade sobre se aceitavam a missão, e que caso aceitassem fixassem o praso d'ella, o qual poderia ir até seis mezes.* Os vogais presentes, à excepção de Luciano Pereira da Silva, declararam não desejarem encarregar-se no ano lectivo em curso de nenhuma missão. Por seu turno, aquele lente comunicou que *tinha aceite a missão de 3 mezes pelo anterior orçamento, por não haver verba maior disponível, mas que julgava de consciencia que a sua missão fosse mais longa, foi approved que podesse este ser prolongado por mais 3 mezes.*⁽³⁸¹⁾ E porque não estava presente o colega Henrique de Figueiredo, nem o próprio Luciano sabia ainda se lhe convinha prolongar a sua missão, foi resolvido que se incluísse no orçamento a verba de 1.000\$000 réis para duas missões de três meses sem indicação dos nomes dos professores. Por último, o vogal Sidónio Pais declarou que não votava as gratificações do bedel pelas razões que tinha explanado na anterior sessão, *embora considerasse merecido esse augmento de ordenado.*⁽³⁸²⁾ Matizava deste modo o tom que usara antes e que podia significar má vontade pessoal contra o bedel...

Ainda na Faculdade não podemos deixar de referir que Sidónio Pais continuou a assegurar a regência de Cálculo Integral e Diferencial, tendo integrado o júri dos exames dessa cadeira nos dias 20 e 24 de Outubro e o do exame da 6.^a cadeira no dia 31.

As aulas tinham sido oficialmente abertas e estavam já a ser leccionadas. No entanto, a Universidade aguardava ainda o momento solene da visita de D. Manuel II, que foi anunciada no Claustro pleno de 7 de Novembro. Na presença da maior parte dos lentes de todas as Faculdades, o Reitor apresentou a carta régia, *em que sua Magestade El-Rei D. Manuel II.º annunciava a proxima vizita a esta Universidade. No dia 9 houve feriado extraordinario, concedido por Sua Magestade El-rei D. Manuel I.º á passagem no dia 8 para o Porto.*⁽³⁸³⁾

No aprezado dia 20 desse mês, o jovem rei teve, segundo o testemunho de António Cabral,⁽³⁸⁴⁾ logo que chegou à Estação de Caminho de Ferro uma calorosa recepção por parte dos estudantes. Nas suas palavras, esse dia de Outono rompeu formoso e o sol brilhou com todo o esplendor, iluminando a cidade e os campos, espalhando-se nas águas mansas do Mondego e sorrindo na folhagem dos arvoredos.

O ponto alto da visita régia foi pelas 14h quando começou a cerimónia da distribuição dos prémios e honras de *accessit* aos estudantes do ano lectivo anterior. No decurso

⁽³⁸¹⁾ *Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910*, fls. 137-137v. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽³⁸²⁾ *Ibidem*, fls. 137-137v. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽³⁸³⁾ *Livro dos Bedeis ou Serviço dos Lentes - Mathematica, 1906-1909*, fls. do ano lectivo 1908-1909. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

da cerimónia uma atitude política ostensiva e embaraçosa perturbou o protocolo e surpreendeu a assistência: os estudantes Bissaia Barreto e Aureliano Mira Fernandes não se levantaram para receber os respectivos prémios.⁽³⁸⁵⁾ É provável que Sidónio Pais tenha observado a cena dos doutorais...

Certa foi a sua presença, sem a esposa, no baile dado na Reitoria, a 8 de Dezembro, em honra dos alunos laureados no ano lectivo de 1907-1908, motivo pelo qual houve feriado extraordinário no dia seguinte — o segundo no mesmo mês, porque o Ministro do Reino havia concedido feriado no 1.º de Dezembro desse ano. Nessa festa Sidónio Pais foi apresentado pelo Reitor ao irmão António Cabral, tendo ficado ambos a conversar durante algum tempo e só em Fevereiro de 1918 é que se voltariam a encontrar, em circunstâncias, aliás, bem diversas.⁽³⁸⁶⁾ O baile terminou às 5h e 30m da manhã, tendo sido fornecido aos convidados um abundante e primoroso serviço a cargo da Pastelaria Aliança.⁽³⁸⁷⁾

Mas antes de virarmos as últimas folhas do calendário de 1908 convém ainda recuar a Outubro, porque nesse mês alguma imprensa local denunciou as instalações acanhadas da Escola Industrial Brotero, impróprias para a importante acção pedagógica e social que ela vinha desenvolvendo sob a «batuta» do seu proficiente Director e com o inestimável contributo do pessoal docente e auxiliar. Nas respectivas oficinas executavam-se trabalhos de grande qualidade, comprovativos do valor artístico dos mestres e, como sublinhou o *Notícias de Coimbra*, do estado de *adeantamento dos alumnos que frequentam as mesmas officinas*, acrescentando que *presentemente trabalham ali na execução dum magnifico altar de castanho, com 5 metros d'altura e 3 de largura, para a capella mór da igreja do Senhor da Serra. É estylo gothico e o risco do sr. Antonio Augusto Gonçalves. Dirige estes trabalhos o nosso querido amigo e distincto esculptor sr. João Machado, mestre da officina de entalhador.*⁽³⁸⁸⁾ E sob a orientação artística dos mesmos professores será, em 1909, executada uma vasta obra de reprodução em gesso *dos trechos de architectura, esculptura e decoração mais interessantes da arte nacional de Coimbra e arredores.*⁽³⁸⁹⁾

A qualidade e o alcance desses e de outros trabalhos deviam ser encarados, como sublinhou a *Resistencia*, à luz da história recente da Escola.⁽³⁹⁰⁾ No entanto, a positiva evolução do ensino aí ministrado e dos seus benéficos efeitos na cidade de Coimbra e região envolvente achava-se seriamente ameaçada pela falta de espaço. Alguns periódicos locais lançaram-se logo numa campanha destinada a mobilizar a opinião pública e a pressionar o Governo através do seu representante no distrito para que não fosse inviabilizado o indispensável projecto de um novo edifício — tema de estudo e de debate restrito com António Arroyo e Madeira Pinto desde 1906.⁽³⁹¹⁾

(384) Ver CABRAL, António — *Alexandre Cabral*, ob. cit., p. 293 e ss.

(385) Ver LAMY, António Sousa — *A Academia de Coimbra*, ob. cit., p. 177-178.

(386) Ver CABRAL, António — *Alexandre Cabral*, ob. cit., p. 302.

(387) Cf. O Baile na Reitoria. *Pátria Nova*, Coimbra, 13 de Dezembro de 1908, p. 2.

(388) Cf. Escola Industrial. *Notícias de Coimbra*, 28 de Novembro de 1908.

(389) Copiador [geral..., 1909-1910], fls. 320-321. (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero).

(390) Cf. Escola Brotero. *Resistencia*, Coimbra, 25 de Outubro de 1908, p. 1.

(391) *Ibidem*, p. 1.

Por trás dessa campanha, manobrando-a, vislumbram-se as silhuetas de Sidónio Pais e do seu antecessor na Direcção da Escola, constante colaborador e notório republicano, mestre António Augusto Gonçalves. Estavam ambos obviamente interessados no reforço da frente comum, já garantida, com o Executivo municipal regenerador, chefiado pelo lente de Direito José Ferreira Marnoco e Sousa. Era imprescindível o apoio da Câmara, mas pouco útil se os governantes, sedeados em Lisboa, não se mostrassem realmente dispostos a resolver o assunto em favor dos interesses do ensino técnico-profissional de Coimbra, contra outros interesses... A prevista venda em haste pública de terrenos sitos no local onde a Câmara Municipal cedera espaço para as novas instalações da Escola era, de facto, um mau presságio para o seu futuro próximo. Daí a pertinência do alerta e da pressão sobre Lisboa. E, em 29 de Outubro, a *Resistencia* voltava ao ataque com alguns dados novos, exercendo pressão sobre as autoridades locais.⁽³⁹²⁾

O ataque republicano à «cidadela» monárquica não se reduzia, afinal, a assestar as baterias, no Palácio das Cortes, contra as bancadas do Governo e às dos seus apoiantes ou contra a Praça do Comércio, sede dos Ministérios, a partir das redacções de *A Lucta*, de *O Mundo*, de *República*, de *Archivo Democratico* de Feio Terenas... A acção «bélica» dos republicanos tinha de explorar o descontentamento popular; todos os erros do adversário, todas as temas chocantes, como, por exemplo, a miséria operária. E pelo resto do país, de norte a sul, de oeste a este, a militância republicana reproduziu, também, a estratégia seguida em Lisboa, aproveitando todos os pretextos para abrir contínuos rombos na velha nau da Monarquia, cada vez mais à deriva, cada vez mais perto do naufrágio...

No caso das almejadas novas instalações da Escola Brotero, o aproveitamento político por parte dos republicanos foi tanto mais óbvio quanto se sabe que o seu núcleo directivo — Sidónio Pais, Silva Pinto e Augusto Gonçalves — professava o republicanismo e estimulou, por certo, a campanha da *Resistencia*.

Uma campanha súbita e eficaz que beneficiou da crescente fraqueza do Governo.

Foi-se perdendo a *acalmação*, a agitação intensificou-se no Parlamento e fora dele e, em Dezembro, Ferreira do Amaral dava por gorada a sua táctica liberal de manter coesas as «facções» monárquicas em torno de um jovem monarca aconselhado a reconquistar — objectivo claro da bem sucedida viagem ao norte em finais de 1908 — as simpatias da Nação para com a Coroa brigantina. O chefe regenerador Júlio de Vilhena retirou-lhe o respectivo apoio partidário, na esperança de formar Ministério no puro estilo rotativista de finais do séc. XIX. Mas a situação política mudara dramaticamente, ao mesmo tempo que José Luciano de Castro subsistia ainda como o último *grande manobrador* do sistema. Resultado: forjou um novo Governo de coligação formado por progressistas e dois regeneradores, sendo a Presidência do Conselho e a pasta do Reino entregue a um deles — Artur Alberto de Campos Henriques, nomeado em 25 de Dezembro. A sua atitude ultrajou o chefe, fraccionou o grupo parlamentar atraindo para o seu lado vinte deputados e exibiu laivos de grave traição merecedora de vingança a qualquer preço.

⁽³⁹²⁾ Cf. Escola Brotero. *Resistencia*, Coimbra, 29 de Outubro de 1908, p. 1.

O Gabinete de Campos Henriques foi exonerado em 11 de Novembro de 1909, sendo substituído por uma composição governamental progressista liderada por Sebastião Custódio de Sousa Teles (11 de Abril a 14 de Maio de 1909), que contava com a presença do Reitor da Universidade de Coimbra, Alexandre Cabral, na pasta do Reino. Seguiu-se-lhe de imediato o regenerador dissidente Wenceslau de Sousa Pereira Lima (14 de Maio a 22 de Dezembro de 1909), apoiado, claro está, numa facção dissidente dos regeneradores. E o velho rotativismo reaparecido, mas mais ténue e muito mais minado pelos dissidentes independentes, prosseguiu com «novo» Ministério do progressista Francisco António da Veiga Beirão (22 de Dezembro de 1909 a 26 de Junho de 1910), rendido pelo regenerador António Teixeira de Sousa (26 de Junho até ao derrube revolucionário de 4/5 de Outubro de 1910), chefe do 61.º e último Governo da Monarquia Constitucional.⁽³⁹³⁾

A par de uma tão vertiginosa sucessão de elencos governativos multiplicaram-se, também, os problemas e os escândalos: a questão dos adiantamentos, repuxada pelos republicanos e empurrada, desesperadamente, pelos monárquicos para o «poço» do esquecimento; a crise vinícola que o tratado comercial com a Alemanha em Novembro de 1908 não conseguiu aplacar; a questão do empréstimo Espregueira, o Ministro das Finanças que negociara uma verba de quatro mil contos com entidades bancárias de cujos corpos sociais fazia parte; a questão Hinton, súbdito inglês e dono de fábricas de açúcar e álcool na Madeira, que por se considerar lesado nos seus interesses exigiu uma indemnização de 650 mil libras (3.300 contos de réis), exigência satisfeita quando o Parlamento se encontrava fechado, descobrindo-se, através de cartas lidas por Afonso Costa nas Cortes, o envolvimento do ajudante do rei, D. Fernando de Serpa Pimentel, nesse e noutros favores concedidos a Harry Hinton; ou ainda a questão do Crédito Predial Português, ou seja, a anunciada falência, em finais de Abril de 1909, dessa importante entidade bancária, à frente da qual os dois chefes rotativos — Hintze Ribeiro e José Luciano de Castro — haviam alternado. A pronta e hábil exploração republicana destas e de outras fraquezas estrangulou a estratégia monárquica pós-franquista, desacreditando em definitivo o regime.

Os monárquicos já não tinham saída: se, como sucedeu a partir de finais de 1909, reprimissem a imprensa e a acção conspirativa, agitavam, de novo, o espectro da odiada ditadura, como explicitamente declarou João de Menezes em artigo publicado n'A *Lucta*, de 24 de Julho de 1908: *Ora o rotativismo não pôde viver sem dictadura e, porque assim é, trata de insinuar no espirito publico o descredito do parlamento para justificar a repetição das violencias e das arbitrariedades que caracterisaram o reinado de D. Carlos;*⁽³⁹⁴⁾ e se pretendessem tirar iniciativa à oposição republicana — tentativa esboçada, fora de horas e já sem qualquer eficácia, por Teixeira de Sousa através de uma série de medidas

⁽³⁹³⁾ Os sucessivos elencos ministeriais, sua estrutura e evolução ao longo de 76 anos de constitucionalismo monárquico pode ver-se com proveito em SANTOS, Manuel Pinto dos — *Monarquia constitucional. Organização e relações do poder governamental com a câmara dos deputados, 1834-1910*. Lisboa: Assembleia da República, 1986.

⁽³⁹⁴⁾ Cf. MENEZES, João de — *Preparando a dictadura. A Lucta*, Lisboa, 24 de Julho de 1908, p. 1.

anticlericais contra as congregações religiosas — confundiam-se com o «inimigo» sem ganharem nada com a imitação.

Enfim, um dilema letal para os monárquicos e um êxito «de dois gumes» para os republicanos. É que a rápida e esfusiante popularidade do republicanismo teve, também, como observou Oliveira Marques, as suas desvantagens e pontos fracos: ao massificar-se, em termos ideológicos e de acção política, o Partido Republicano perdeu em *construtivismo e em coerência, ganhando em destrutivismo e em heterogeneidade. Ser republicano, por 1890, 1900 ou 1910, queria dizer ser contra a Monarquia, contra a Igreja e os Jesuítas, contra a corrupção política e os partidos monárquicos, contra os grupos oligárquicos. Mas a favor de quê? As respostas mostravam-se vagas e variadas. Subsistia, como objectivo preciso, a descentralização. Mas quanto ao resto, e apesar de muitas excepções, a tendência geral era antes para se conceder à palavra «República» algo de carismático e místico, e para acreditar que bastava a sua proclamação para libertar o País de toda a injustiça e de todos os males. É importante acentuar este aspecto para compreender as desilusões e as contradições dos Republicanos quando, por fim, triunfaram, em 1910.*⁽³⁹⁵⁾

Mas até ao 5 de Outubro, momento alto de glorificação política, o imperativo da acção recobriu, facilmente, as pequenas e as grandes inconsistências do discurso. A hora era de ufanismo atacante e não de auto-crítica refundadora...

Cercada por fora e cada vez mais fracturada por dentro, a governação monárquica não podia abraçar projectos reformadores de grande alcance e, pior do que isso, já nem conseguia assegurar continuidade, eficácia e lucidez na administração corrente da *res publica*.

O caso das novas instalações da Escola Brotero ilustra este aspecto: de Outubro de 1908 a Outubro de 1910, Sidónio Pais teve de enfrentar pequenos avanços, várias ameaças de recuos e o arrastar constante de uma situação insustentável, que se haverá de prolongar muito para além da data de implantação da República.

No ofício de 3 de Março de 1909, do Director da Escola ao Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, ressalta a pressão exercida por aquele junto do representante do Governo no distrito, que, por favorável coincidência, era o seu amigo e colega Luciano Pereira da Silva (tomara posse em 20 de Janeiro de 1909): *Tendo o Ex. Governador civil deste districto, — escreve Sidónio Pais — a instancias minhas, solicitado do Governo que seja destinado a uma nova edificação para a Escola industrial Brotero o terreno limitado pela R. d'Entre-muros, rua nova (que liga o Museu ao Largo de D. Luiz), por este largo, R. Oliveira Mattos e terreno municipal, e sendo este ultimo complemento indispensavel, a Camara municipal da illustre presidencia de V. Ex.^a, cuja iniciativa tão fecunda tem sido, prestaria mais um relevante serviço á causa da instrucção e á cidade de Coimbra, cedendo ao Estado essa parcella de terreno para o fim citado.*⁽³⁹⁶⁾ O ofício chegou a tempo da sessão ordinária da Câmara, realizada a 4 desse mês, de cuja acta importa extractar o seguinte: *Inteirada, informando o Presidente que o terreno de que se trata mede a superficie de 361,98 m² e*

⁽³⁹⁵⁾ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — *A Primeira república portuguesa*, ob. cit., p. 64.

⁽³⁹⁶⁾ Copiador [geral, de correspondência expedida], 1908-1909, fl. 456. (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero).

fica situado ao cimo da rua Oliveira Mattos, em frente das Escadas do Lyceu, confinante com terrenos do Estado; que o referido terreno não faz falta ao Municipio e foi sempre intenção da Camara faser delle cedência ao Estado com applicação á construcção de um novo edificio para a Escola Industrial Brotero, visto o actual edificio não corresponder ás exigencias do ensino. Nesta ordem de ideias propunha que se fizesse cedencia do alludido terreno ao Estado, e que nesta parte se considerasse a acta approvada e se submetesse á estação tutellar esta deliberação para os effeitos legaes.⁽³⁹⁷⁾

A deliberada cedência do terreno municipal ao Estado não serviu apenas de prova do conhecido empenhamento da Câmara Municipal, mas foi, sobretudo, um primeiro e significativo impulso do difícil e inglório esforço de concretização de um novo edificio para a Escola. A inércia burocrática e a instabilidade governativa do período agónico da Monarquia tolheram a boa vontade do inspector António Arroyo e do próprio Director-Geral Madeira Pinto, que deixaram expressa, na correspondência trocada com Sidónio Pais, a afirmação inequívoca da sua atenção e interesse pelo grave problema de falta de espaço, estiolador da acção da *Brotero*. Mas se ao longo de 1909 a urgência com que as autoridades de Lisboa solicitaram a apresentação do projecto architectónico sugeria grande celeridade e garantido êxito do processo, não tardaria novo marasmo...

Um Lente quasi republicano...

A entrada em 1909 deu-se sob o signo do agravamento da conflitualidade internacional (a anexação da Bosnia e da Herzegovina pela Áustria acirrou o nacionalismo sérvio) e da tragédia. Um forte abalo sísmico na região da Calabria, Itália, no dia 29 de Dezembro de 1908, provocou cerca de 100.000 vítimas e um desolador montão de ruínas.⁽³⁹⁸⁾ Em solidariedade com o sofrimento do povo italiano e por indicação oficial, o Reitor da Universidade ordenou que houvesse, no dia 11 de Janeiro, tolerância de faltas para os professores e estudantes que quisessem incorporar-se no bando precatório em benefício das vítimas dessa catástrofe, e no dia 3 de Fevereiro voltou a haver tolerância de faltas por se celebrarem, então, as respectivas exéquias.

A ordem do Reitor foi, claro está, extensiva a todas as Faculdades e registada nos respectivos livros de serviço dos lentes, a par da sucessão regular das aulas, feriados normais e data das Congregações ordinárias. Na Faculdade de Matemática o corpo docente reuniu-se a 27 de Janeiro, tendo sido aí aprovada uma proposta do doutor José Bruno de Cabedo *para que a Faculdade nomeasse uma comissão ou ella propria se reunisse para estudar o seu regimen escolar interno, resolvendo-se que nas primeiras sessões a faculdade reunisse toda para assentar os principios geraes.*⁽³⁹⁹⁾ Mas nem nessa, nem na seguinte Congregação de 17 de Fevereiro, foi abordada a questão pendente, desde o final do ano transacto, sobre as missões científicas. Só na de 4 de Março, presidida pelo

⁽³⁹⁷⁾ Copiador [geral, de correspondencia expedida], 1909-1910, fl. 15. (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero).

⁽³⁹⁸⁾ Ver a imprensa da época — *O Século, Diário de Noticias, A Lucta, O Comércio do Porto*, etc.

⁽³⁹⁹⁾ *Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910*, fl. 137v. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

Reitor interino Costa Alemão (por impedimento do conselheiro Alexandre Cabral, Ministro do Reino no Governo progressista de Sebastião de Sousa Teles) e com a presença dos vogais Luís da Costa e Almeida, Sousa Pinto, José Bruno de Cabedo, Henrique de Figueiredo e Sidónio Pais, se voltou a tratar desse assunto e *resolveu-se que se perguntasse aos Drs. Costa Lobo e Luciano da Silva se podiam encarregar-se das missões anteriormente resolvidas n'este anno lectivo e no seguinte, em vista das suas occupações officiaes.*⁽⁴⁰⁰⁾

A pergunta seguiu os seus trâmites e achou resposta na próxima Congregação. Mas, entretimentos, ocorreu uma importante intervenção cívica e política de Sidónio Pais, registada por Belisário Pimenta nas suas memórias. Referimo-nos à homenagem consagrada, na tarde e noite de Domingo, dia 7 de Março, ao poeta operário Adelino Veiga — guarda-soleiro, jornalista de *A Oficina* e grande defensor da emancipação da classe operária. A festa destinava-se ao operariado de Coimbra, tendo havido uma romagem ao cemitério, que incluiu discursos proferidos por um operário e um barbeiro. À noite, houve sessão solene: vários operários apreciaram a figura consagrada, com grande elevação e dando provas de assinalável cultura. A sessão era presidida por Sidónio Pais, cabendo-lhe uma rápida alocação de abertura. Para Belisário, como já atrás frisámos, ele se *mostrou quasi republicano e, sendo militar (2.º capitão de artilharia) teve o arrojo de dizer que a reacção em Portugal apresenta varias formas, porque é ella que pendura á sua cinta uma cajada, como veste uma roupeta ou faz tilintar como ninguem o oiro sedutor.*⁽⁴⁰¹⁾ Pálido resumo de um discurso de teor filantrópico-social e anti-individualista⁽⁴⁰²⁾ que o original manuscrito em duas compridas tiras de papel pautado mostra ter sido mais rico e denso:

Minhas Senhoras e meus Senhores!

Vinte e dois annos, Senhores! N'este longo periodo, quanto trabalho, quantas fadigas, quantas privações. Quanta miseria emfim, soffrida por esta classe a que pertenceu Adelino Veiga; que dôres, sim!, que afflicções e angustias, mas tambem que allucinações, que raivas impotentes, que coleras sagradas, anseios ardentes do dia da justiça e impetos violentos de revolta, que dannos e que tragédias, não tem passado e vivido, sentido e padecido a densa coluna de gente trabalhadora, que uma atroz organização da sociedade deixa criminosamente arrastar-se n'uma tão deprimente escravidão!

Tudo isto o operario de Coimbra terá esquecido, generosamente terá apagado da memoria a lembrança e a consciencia da sua triste situação, da sua propria pena; terá

⁽⁴⁰⁰⁾ Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910, fl. 138. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽⁴⁰¹⁾ PIMENTA, Belisário - *Memórias. Diário a correr da pena III, 1909 Janeiro a Dezembro*, ob. cit., p. 60. (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Sala dos Reservados)

⁽⁴⁰²⁾ O assumido repúdio de Sidónio Pais pelo individualismo, definido por ele como uma «espécie proxima do egoismo, essa herva ruim que tão facilmente cresce no coração humano, e que todos os esforços da nossa vontade devem tender a arrancar pela raiz de nós proprios, e a impedir pela educação que a semente fecunde nas novas gerações», está claramente declarado numa breve alocação que proferiu ao presidir à festa de aniversário da fundação de uma Associação de Socorros Mútuos da classe trabalhadora de Coimbra. [Discursos]. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político. Geral).

heroicamente illudido a fome que o assedia e tortura, supportado resignadamente a doença que o mina, affastado o espinho de justo orgulho offendido que o fere, abafado no amago do peito os impulsos de rebellião que o assaltam, mas a recordação de Adelino Veiga, ineffavel e grata e a tradição gloriosa d'essa vida alagada de generosidade e altruismo conserva-a elle viva, pujante e fresca como uma flôr orvalhada, repassada de saudade e de ternura, como a musica harmoniosa dos seus versos que rapazes e raparigas cantam nas fogueiras ao som de guitarras, pelas noutes de luar, na toada plangente dos fados.

Outros melhores do que eu dirão o que foi o extincto poeta.

Eu não conheci Adelino Veiga e tenho pena, porque a homenagem espontanea, sentida e vibrante, que o povo de Coimbra lhe presta, vinte e dois annos decorridos após a sua morte, tão viva e tão dolorida, como se fosse este o dia do seu enterro, demonstra a luminescencia do seu fulgido espirito, affirma a pureza dos altos ideais por que sempre luctou; e sobretudo a doce affectividade amorosa de seu bello, largo e profundo coração.⁽⁴⁰³⁾

Onde se encontra expressa, ao longo destas linhas, a profissão de fé republicana sugerida por Belisário Pimenta? Explicitamente em nenhures. Mas não há dúvida que os ingredientes retóricos aí empregues pertencem todos à propaganda híbrida, jacobina, moralista e socializante, que os arautos do P.R.P., difundiram intensamente pelo país, num sedutor e inequívoco apelo à libertação do Povo. Um lapidar apelo que circulou em letra de imprensa e soou vibrante pelos comícios: Povo, *reune vontade e intelligencia, e só tu serás governo e senhor dos teus destinos. A ti proprio te governarás. Funda, pois, o governo do povo pelo povo e terás vencido. Sabes qual é esse governo? A Republica!*⁽⁴⁰⁴⁾ Palavras certamente mais usuais na boca do dr. Francisco José Fernandes Costa,⁽⁴⁰⁵⁾ caudilco coimbrão, reputado democrata revolucionário e uma das principais figuras do partido em Coimbra, que falou no fim, sendo recebido com uma salva de palmas de grande entusiasmo.

Esta nota intercalar serve para mostrar, por um lado, até que ponto a vivência de Sidónio Pais no alfofre operário da *Brotero* o ajudou a lançar-se no campo da refrega cívica e política, entretecida na sua simultânea condição de militar e de lente; e, por outro, que o seu populismo, notório sobretudo na fase presidencial, é, em essência, exactamente o mesmo da propaganda e da herança republicanas de raiz jacobina.⁽⁴⁰⁶⁾

⁽⁴⁰³⁾ [Discursos]. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁴⁰⁴⁾ CIVIS — Cartas Abertas. Povo! *Archivo Republicano*, Lisboa, Julho de 1910, p. 56.

⁽⁴⁰⁵⁾ Governador Civil de Coimbra logo após o 5 de Outubro e irmão do lente de Farmácia Manuel José Fernandes da Costa, também republicano e um dos deputados eleitos às Constituintes de 1911.

⁽⁴⁰⁶⁾ Ver TORRES BALLESTEROS, Sagrario — El populismo: un concepto escurridizo, in ALVAREZ JUNCO, Jose (comp.) — *Populismo, caudillaje y discurso demagogico*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociologicas/Siglo XXI de España Editores, 1987, p. 17; e VAYSSIÈRE, Pierre — Deux populismes autoritaires latino-américains: le Brésil de Vargas et l'Argentine de Péron. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Le Portugal et l'Europe Atlantique, Le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro*, Paris, 34, 1995, p. 711.

Missões de estudo e fenómenos naturais

O lente de novo se perfila diante de nós ao evocarmos a Congregação de 22 de Março. Sob a presidência do Reitor interino, Costa Alemão, reuniram-se os vogais Luís da Costa e Almeida, José Bruno de Cabedo, Arzila Fonseca, Henrique de Figueiredo, Sidónio Pais e Souto Rodrigues. Tomou logo a palavra o vogal Henrique de Figueiredo para informar, em nome do colega e amigo, Luciano Pereira da Silva, *que este não pôde encarregar-se das duas missões que lhe tinham sido distribuídas n'este anno e no seguinte. Diz tambem que o Dr. Costa Lobo o encarregou de propor á congregação, que mantendo-se o principio da antiguidade na escolha dos professores para as viagens do estudo, se assentasse em que cada professor teria direito a prolongar a sua missão até 6 mezes seguidos ou não. Foi approved.*⁽⁴⁰⁷⁾ De seguida e em conformidade com os critérios adoptados, os vogais Henrique de Figueiredo e Sidónio Pais foram encarregues da missão de estudo *sobre assumpto das suas cadeiras e quaesquer outros relativos á Faculdade de Mathematica*, em França, pelo prazo de seis meses (três no ano económico de 1909 e outros três meses no de 1910).

Os preparativos começaram de imediato e passavam, entre outras coisas, pela escolha de datas para a partida e para o regresso, pela preparação de credenciais a apresentar às instituições universitárias e científicas francesas inseridas no programa da missão de estudo, pela substituição temporária da regência das cadeiras e de outras funções, pelo processamento contabilístico da verba prevista para os dois lentes, etc. No que concerne às datas, regista-se o cuidado em marcar a partida durante as férias da Páscoa, fixadas entre 4 e 17 de Abril. Partiram seguramente antes do dia 10. E o esquema de substituições ficou assim estabelecido: o lente José Bruno de Cabedo regeria Cálculo Diferencial, enquanto Luís da Costa e Almeida e José Freire de Sousa Pinto se incumbiram, respectivamente, de Física Matemática e de Geometria Descritiva (ambas cadeiras da regência de Henrique de Figueiredo).

O preceituário administrativo aplicado ao funcionalismo público exigia que Sidónio Pais solicitasse a necessária autorização à Direcção Geral do Comércio e Indústria para cumprir a missão de estudo ao estrangeiro, por três meses, em serviço da Universidade. Fê-lo por ofício de 5 de Abril, tendo também o cuidado de propor para Director interino da Escola Industrial Brotero o mestre António Augusto Gonçalves, devidamente apoiado pelo zeloso e inimitável Secretário, o «arquitecto» Augusto Carvalho da Silva Pinto, e para professor substituto de Física e Mecânica Industrial (cadeira VIII) o dr. Fernando da Costa Pessoa. Mestre Gonçalves e Costa Pessoa entraram, de facto, em funções a partir do dia 16 desse mês.

No Colégio S. Pedro as aulas de Matemática foram asseguradas por Aureliano Mira Fernandes, um discípulo predilecto tanto no plano científico, como no ideológico e cívico-político.

Antes da partida para terras gaulesas, impõe-se um relance pela intimidade familiar e pessoal de Sidónio Pais.

⁽⁴⁰⁷⁾ *Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910*, fl. 138v. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

No resguardo do lar, parece ter mantido a mesma postura de marido zeloso, a habitual temura com a mulher e os filhos, o mesmo cuidado no acompanhamento moderno dos seus estudos, sem quebra da rigidez moral e disciplinar a que os habituara, cuidado esse extensivo aos sobrinhos que, dispostos a frequentar a Universidade, se acolheram sob o seu tecto. Foi o caso do Aníbal, filho do cunhado Aníbal Martins Bessa, ou do Júlio Bessa Nogueira Soares (futuro engenheiro no Porto e um dos sete filhos da cunhada D. Palmira Martins Bessa e do malogrado cirurgião-militar Sebastião Nogueira Soares), bom estudante nas Faculdades de Matemática e de Filosofia e que, em virtude disso, beneficiou do empenhado apoio do tio Sidónio, perceptível, por exemplo, neste breve cartão do lente Francisco Sousa Gomes: *16 Janeiro 1909 // Meu presado amigo. O Nogueira Soares de que me fallou, deu hoje uma lição boa, confirmando as informações de bom estudante que o Sidonio me havia dado.*⁽⁴⁰⁸⁾ E para além de todos estes deveres e atenções, prosseguia, normalmente, as visitas a D. Ema Manso Preto e à filha de ambos, Maria Olga.

Sobrar-lhe-ia ainda tempo para conversas amenas com colegas e amigos, para as irresistíveis sessões de jogo de cartas e para alguns bailes-soirée, nomeadamente no Grémio Literário Recreativo? Pela imprensa encontramos apenas registo da sua presença na soirée realizada na 5.^a feira, dia 18 de Março. Segundo o relato disponível dançou-se com verdadeiro entusiasmo até as 4 h da madrugada, destacando-se entre as damas da sociedade elegante de Coimbra, a Condessa de Felgueiras, D. Virginia de Menezes Cabral Paes do Amaral, D. Ermelinda da Costa Alemão, D. Matilde Kopke, D. Isaura de Figueiredo Tavares de Melo e entre os cavalheiros sobressaíam o Conde de Felgueiras, o conselheiro Alexandre Cabral, comendador Fernandes Vaz, doutor Costa Alemão, doutores Souto Rodrigues, José Alberto dos Reis, Sidónio Pais, José Tavares de Melo e ainda, entre os mais moços, Reis Torgal, Eduardo Burnay e Henrique Lepierre (filho de Charles Lepierre).⁽⁴⁰⁹⁾

E de Caminha, que novas havia?

Nos alvares do ano, chegaram-lhe notícias preocupantes. Em 6 de Janeiro de 1909, a irmã Rita escreveu-lhe uma longa carta sobre o agravamento do estado de saúde mental do Aureliano, situação angustiante e penosa que muito assustava e amargurava a mãe, assim como os filhos Rita e Alberto (em serviço no Regimento de Infantaria n.º 3, de Viana do Castelo) que com ela viviam nesse difícil período.⁽⁴¹⁰⁾ A intenção da missiva era avisar Sidónio Pais do estado de grande intranquilidade do Aureliano, que pretendia a todo o custo ir a Coimbra aconselhar-se com o irmão. Não sabemos se chegou a fazer a viagem, mas em Dezembro desse ano, por carta de D. Rita da Silva Pais, temos a confirmação do seu internamento no Hospital Conde Ferreira, no Porto, aí se achando, então, num estado de profunda apatia que muito a inquietava.⁽⁴¹¹⁾ Esta sombra negra foi-se adensando e permanecendo para lá da partida de Sidónio Pais rumo a Paris.⁽⁴¹²⁾

⁽⁴⁰⁸⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁴⁰⁹⁾ Cf. Soirée do Club. *Pátria Nova*, Coimbra, 26 de Março de 1909, p. 1.

⁽⁴¹⁰⁾ Correspondência, cartas da Mãe e Irmãos. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁴¹¹⁾ Correspondência, Cartas da Mãe e dos Irmãos, Carta de D. Rita Cardoso da Silva Pais, Caminha, 10 de Dezembro de 1909. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁴¹²⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da, TRIGUEIROS, António Júlio Limpo — *Sidónio Pais. De Caminha ao Panteão Nacional*, ob. cit., p. 40-41.

O mês de Abril ficou marcado por dois acontecimentos de natureza distinta, mas quase coincidentes: a 23 fez-se sentir pelas 17h 6m,⁽⁴¹³⁾ com especial intensidade na zona de Benavente, Salvaterra de Magos e Samora Correia, um terramoto que provocou alguns mortos e muita destruição, numa região já bastante martirizada pelas calamitosas cheias do Tejo; e em 24 e 25 o Partido Republicano reuniu-se, na cidade de Setúbal, em Congresso, onde, pela primeira vez, teve representação a recém-criada Liga Republicana de Mulheres Portuguesas e onde o predomínio do grupo adepto da acção revolucionária para o derrube da Monarquia determinou a escolha de um novo Directório — Teófilo Braga, Basílio Teles, José Relvas, Eusébio Leão e Cupertino Ribeiro eram os membros efectivos — com o mandato expresso de fazer a revolução. Tarefa ensombrada pelos malogros de 1891 e 1908. Urgia, por isso, prepará-la com toda a minúcia e cautela, tendo sido nomeado um comité revolucionário composto por João Chagas, Afonso Costa, António José de Almeida e Cândido dos Reis. Compreensivelmente, será o abalo de terra e não o Congresso do P.R.P., a aparecer, com maior ou menor destaque, na correspondência trocada entre Coimbra e Paris.

Quando a terra tremeu e os republicanos cerraram fileiras, combinando propaganda «de massas» (imprensa, comícios, expansão da rede de centros políticos e escolares, etc.) com actividade bombista e aliciamento de militares (oficiais, sargentos e praças) e civis (maçons e carbonários) para um definitivo assalto armado ao reduto monárquico, Sidónio Pais e Henrique de Figueiredo já se encontravam em Paris, instalados na rua de *l'Échiquier*, 8, para onde seguiu o bilhete postal de dez réis, datado de Coimbra, 19 de Abril, do colega de Direito, José Alberto dos Reis: *Meu caro amigo. // Tencionamos sair no sud-express de domingo. Devemos, pois, chegar ahi na segunda feira á noite. Se alterarmos a partida avisarei;*⁽⁴¹⁴⁾ e também para lá foi expedido, com carimbo de 28 do mesmo mês, um enternecedor postal ilustrado a cores com a legenda *Buena Pásqua*, escrito pelo filho mais velho — o Si, de 13 anos — nas vésperas do aniversário paterno: *Meu querido Papá acceite mil beijos de parabens pelo dia dos seus annos, do seu filho.*⁽⁴¹⁵⁾

Tal como em 1903, durante a sua primeira e única viagem turística além fronteiras, vamos encontrar Sidónio Pais, de novo, preocupado em enviar e receber notícias dos seus familiares, dos amigos e da Escola Brotero

Mal chegou a Paris, apressou-se a escrever à mulher: Em papel timbrado do *Café Restaurant Cardinal*, situado no Boulevard des Italiens, 1, encadeou, sôfrego de comunicação, perguntas sobre ela e os pequenos, recomendações de ordem prática, e as primeiras impressões de um ambiente desconhecido, confessando a sua crónica dificuldade de inserção imediata em locais e meios estranhos.⁽⁴¹⁶⁾ Insistiu, também, para que a mulher e os filhos lhe escrevessem com regularidade. Este ponto domina o teor das suas mensagens, como sucede na *carte postale* ilustrada⁽⁴¹⁷⁾ de 9 de Junho para o filho Pedro: *Meu*

⁽⁴¹³⁾ Informação colhida em *Carta* de António Augusto Gonçalves para Sidónio Pais, Coimbra, 27 de Abril de 1909; Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Escola Industrial Brotero).

⁽⁴¹⁴⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁴¹⁵⁾ *Ibidem*.

⁽⁴¹⁶⁾ *Ibidem*.

⁽⁴¹⁷⁾ Uma fotografia de um rapazinho fardado e três meninas com vestidos brancos compridos, tendo por legenda *Souvenir du Royaume de Lilliput - Paris*.

querido Pedrinho. Muito obrigado pela tua cartinha. Diz á Mamã que não recebo carta d'ella já ha bastantes dias, e que me escreva na volta do correio. Tens estudado muito? Dá beijos á Mamã e aos Manos e recebe um do teu papá Sidonio.⁽⁴¹⁸⁾ A par da correspondência com a mulher e filhos, manteve, também, contacto epistolográfico com D. Ema.⁽⁴¹⁹⁾

Embora em menor número que a correspondência disponível relativa à segunda missão de estudo de 1910, a troca de cartas durante a missão de Abril a Junho de 1909, em Paris, fornece vários e curiosos elementos não apenas da esfera pessoal ou familiar, mas que cobrem outros planos — as cartas para e dos amigos, e os assuntos pendentes na *Brotero*. Não surpreende, por isso, que se tenha lembrado de António Cândido. Como não surpreende, também, a existência de intercâmbio postal entre Luciano Pereira da Silva e os seus dois colegas em missão. Estranho é ter aparecido unicamente uma missiva sua, pela qual, aliás, ficamos a saber que Sidónio lhe havia escrito um bilhete postal e uma carta e que Luciano escrevera, entretanto, outra ao Henrique de Figueiredo.

Na linha das cartas e dos postais anteriores, já oportunamente evocados, Luciano Pereira da Silva manteve o humor e a minúcia informativa peculiares. Na carta referida, escrita em Coimbra, a 3 de Maio, numa folha de papel timbrado do Governo Civil, aludiu inevitavelmente ao terramoto: *o terramoto passou sem desastres graves em Lisboa, onde eu estava. Agora é que o terramoto começa a ser grave para mim e para muita gente, porque se trata de extorquir dinheiro a todo o mundo para as victimas de Benavente com bandos precatorios, recitas, festivaes, etc..* Um comentário bem ao seu estilo, a que se seguem umas linhas de política: *Agora a noticia de serviço é que o ministerio, que se formou ha 15 dias, parece que vae a terra por causa da maioria que declarou que , quando o Caeiro da Matta fallar, ninguem lhe responde. As minorias protestam, com toda a razão, contra isto, e a Camara não funciona, se tal conflicto se não sanar. Parece pois que estamos nas vespersas de nova crise. Noticias officiaes, não tenho por ora.* E a rematar de novo a ironia e a boa disposição: *E o Henrique como vae? Os meninos estudam e seguem os seus cursos com regularidade, ou Vocês perdem-se nas seducções femininas? Deve ser uma coisa intermediaria. Entre les deux mon coeur balance.*⁽⁴²⁰⁾

De um outro colega, com quem mantinha apenas relações cordiais — Joaquim Mendes dos Remédios, lente de Direito Eclesiástico Comum, na Faculdade de Teologia, Bibliotecário interino da Biblioteca Geral da Universidade e autor de uma vasta bibliografia — recebeu também carta, datada de 19 de Maio. O seu conteúdo gira em torno de uma viagem a Paris, Amsterdam, Bruxelas, Anvert e Hamburgo que esteve periclitante, mas ficou depois assente: *Creio poder marchar a caminho de Madrid lá para 12 do proximo Junho. 3 dias de demora, depois Bordeus — 2 dias.* Destino seguinte: a capital de França. No entanto, Mendes dos Remédios confessa-se intimidado com a sensação de desembarcar num local desconhecido: *Eu não queria incommodá-lo, mas que fazer? Essa chegada á gare deve ser para a cabeça d'um estrangeiro como que um pouco intrigante e embaraçosa. Se me podesse esperar e fornecer depois quaesquer informações era optimo.*

⁽⁴¹⁸⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁴¹⁹⁾ *Autos civeis de acção com processo ordinário (investigação de paternidade ilegítima)*, proc. cit., fl. 11. (Arquivo do Tribunal da Boa Hora).

⁽⁴²⁰⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

Salvo transtorno de maior porque em tal caso hei de arranjar-me, é claro. O Reis escreveu-me hoje recommendando-me o Hotel de Ballen (Boulevard des Italiens) e diz-me que volta a Paris em meados de Junho. Talvez ahi nos encontremos. Não posso demorar em Paris mais que 8 dias.⁽⁴²¹⁾ Pedia, pois, ao seu Ex.^{mo} Amigo Dr. Sidonio se o ajudava a arranjar-se durante esse período... Um imprevisto de última hora obrigou-o a adiar para Agosto a viagem, cujo destino principal era a Sinagoga de Amsterdam, onde pretendia pesquisar elementos para um estudo em preparação, que viria a ser publicado em 1911 com o título *Os Judeus Portugueses em Amsterdam*. Em carta de 14 de Junho explica o adiamento em poucas palavras: *Quando tudo já tinha preparado para sair surge-me uma carta do Secretario da Synagoga de Amsterdam dizendo-me que qualquer consulta que eu quisesse fazer só poderia dar resultados efficazes no mes de Agosto. Fui assim obrigado a retardar a minha partida.*⁽⁴²²⁾

Para a história das Faculdades de Direito e de Teologia, bem como para o estudo biográfico de José Alberto dos Reis ou de Mendes dos Remédios, regista-se o encontro falhado deste último, em Paris, com Sidónio Pais. E para a história da Escola Brotero não pode ficar esquecido o precioso contributo do respectivo Secretário, Augusto da Silva Pinto. Em carta escrita em Coimbra, a 25 de Abril, dá-nos um excelente retrato da Escola por dentro, num momento de grande expectativa quanto ao arranque do projecto do novo edifício e na ausência temporária do seu Director: Junta-lhe ainda referências, por sinal bem curiosas, sobre os efeitos do terramoto em Coimbra. A prosa tem muita ironia e impressionante detalhe:

Meu caro Director

Isto cá vae andando menos mal, mas faltanos a actividade e energia de V.^a Ex.^a. Tenho tardado a responder a V. Ex.^a por varios motivos:

1.^o o meu amanhã..., 2.^o a visita de tres architectos de Lisboa a quem tive de servir de cicerone quatro dias, 3.^o estive de parto dois dias no fim dos quaes coneguei deitar cá para fóra, com relativa felicidade, um projecto para um commendador com brazão e tudo, 4..., 5..., etc, etc.

Dos negocios da Escola aqui vae por ordem uma resenha completa: — os operarios ainda não acabaram os serviços que V.^a Ex.^a deixou determinados, porque o carpinteiro teve de fazer dois tabulados para enxugadoiros da ceramica, um por cima de metade do barracão da anthracite, outro mais pequeno no das lenhas, por ordem do Gonçaves que está afflicto por causa dos azulejos. Conto acabar tudo a semana que vem. - Vasos feitos até agora 149, enxutos 116, que são pouco mais ou menos quantos o forno pode levar, d'aqui resulta que amanhã, vão a toda a força, começar a pintal'os, para serem o mais brève possivel cosidos; os modelos novos, ainda entre mãos do Gonçaves, devem ficar bem bonitos. - Santa Comba seringa Gonçaves para entrar ao serviço, Gonçaves diz que não podendo elle baixar-se não presta para nada, que só com sua ordem o admite, não vindo éssa ordem, ficará de remissa até

⁽⁴²¹⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁴²²⁾ Ibidem.

que V.^o Ex.^o volte.⁽⁴²³⁾ Só á tres dias foram levantadas do correio as capas da arte decorativa, mas o maroto em lugar de mandar com ellas o numero que se lhe pedio que éra o de Setembro de 1907, mandou o de fevereiro d'este anno (126 Galerie de Valois - Palais Royal) — O da arte e decoraçãõ nada de resposta, nem o numero de outubro de 1907 nem as capas de 1907 e 1908 que se lhes pedia (Librairie Centrale des Beaux artes - 13 rue Lafayette) V.^o Ex.^o percebe-me...

Esperamos todos os dias amostras dos lapis.

Do Chauvin & Arnoux recebemos já a factura do concerto na importancia de 16 fr. 85 centimos. Das lampadas de 100 vellas ainda não ha noticias, já se foram mais duas, mas em compensaçãõ o Oliveira encontrou n'uma caixa mais 4. - Officinas-Entalhador - continua o altar, mas vagarosamente.- Serralharia - estufa, pés para a Universidade - Ceramica azulejos, vasos, tintas e barros brancos. - Meira - figura de Santa Cruz e gessos das colleções.

Dr. Pessoa e Tinoco, supponho que atrapalhados, fazem grandes experiencias... a seguir ás aulas.

A respeito do terreno para a Escola já foi concedido o que esteve annuciado para venda a pedido dos meninos do centro talassa, no total de 70 m2, isto só pelo prazo de dois annos, findos os quaes não estando a Escola liliput⁽⁴²⁴⁾ construída passara novamente á posse do estado.⁽⁴²⁵⁾

A propósito do terramoto ocorrido apenas dois dias antes, deparamos com alguns dados sobre o número de mortos, de feridos e os estragos nas zonas afectadas, bem como uma descriçãõ impressiva do terror vivido em Coimbra e, em particular, na Escola Industrial Brotero:

Já deve ter conhecimento do tremor de terra que foi geral no paiz, causando a destruiçãõ completa de Benavente e Samora, e em parte de Salvaterra e Santo Estevãõ, mortes conhecidas até agora 50, feridos passam de 200. Aqui em Coimbra apesar da sua violencia não houve senãõ o grande susto e pequenas coisas, desastres pessoais não me consta nenhum. Na Escola onde me encontrava verificando as folhas, parecia vir tudo a baixo, o Peru (amanuense) apanhou tal susto que se lhe diluiu o resto da mioleira, está parvo de todo, dorme horas seguidas com a cabeça em cima da papelada, e não ha maneira de despertar, vamos a ver se as trovoadas do próximo mez conseguem alguma coisa. Os rapazes nas officinas só soffreram um

⁽⁴²³⁾ Santa Comba era um empregado da Escola, que tinha sido servente na Secretaria e passara depois para as oficinas. Entretanto, adoeceu e foi substituído. Quando voltou a apresentar-se a serviço, o Director interino recusou-se a aceitá-lo.

⁽⁴²⁴⁾ Para além do sentido literário do termo Lilipute (país imaginário aonde aporta Gulliver nas Viagens de Gulliver de Swift e onde os homens só tinham seis polegadas de altura) registe-se, também, a marca de lâmpadas Liliput usadas na instalação da Escola Brotero. Parece, no entanto, que a acepção implícita de Silva Pinto tinha a ver com o país de Gulliver.

⁽⁴²⁵⁾ Correspondência.. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Escola Industrial Brotero).

enorme susto, mas ainda assim sempre houve cabeças, pernas e braços decepados e ferimentos mais ou menos grandes, mas somente na serie de meninos de gesso que estão no armario ao pé da aula do elementar, eu com franqueza não me assustei muito mas não gostei mesmo nada de tal brincadeira.

Todos já refeitos do terror momentaneo que de nós se tinha apossado, vamos para começar as aulas e não havia gaz pobre porque o condensador tinha-se tornado n'um crivo, passamos a gaz de iluminação e tudo correu bem.

Estamos por isso á dois dias a gaz de iluminação, mas na serrallharia trabalha-se a toda a velocidade para acabar o novo condensador que na proxima quarta feira deverá estar assente a funcionar.

Foi hontem desarmado o gerador e viu-se que o vaporizador tinha mais 3 buracos e que em alguns sitios o ferro tem pouco mais do que a grossura do papel.⁽⁴²⁶⁾

Esta longa e curiosa carta de Silva Pinto revela bem a liderança forte, atenta a todos os aspectos da vida escolar — pedagógicos, administrativos, técnicos... — e simpática de Sidónio Pais. Embora estivesse temporariamente afastado das funções directivas, delegadas no colega António Augusto Gonçalves, foi sendo inteirado do que se passava na Escola e fora dela pelos seus colegas e colaboradores próximos.

A atitude registada se, por um lado, denota um bom relacionamento geral e um empenhamento comum no projecto escolar; sugere, por outro, um grande respeito pela ordem hierárquica e uma subsequente desresponsabilização na medida em que todas as questões eram devolvidas ao Director da Escola, como o atestam as seis apressadas cartas de mestre Gonçalves escritas entre 14 de Abril e 6 de Junho. Nelas se misturam informes sucintos, próprios do estilo telegrama, e afirmações de uma nítida contenção em matérias delicadas, sacudidas sem subterfúgios para o «chefe» ou Director: Com efeito, logo na carta de 23 de Abril deu conta que tinha chegado a autorização *para tomar posse dos 700 e tantos metros do terreno de Santa Cruz. Hoje devo ali comparecer, para se proceder ao respectivo auto. A lithurgia official quer que seja no proprio local: lá iremos sob este sol dardejante, canicular.* E na mesma missiva, referindo-se ao caso do persistente Santa Comba, relatado, como vimos, por Silva Pinto, lança esta tirada lapidar: *Respondi-lhe que nada sabia; e que, na ausencia de V.^o Ex.^a, não mudava o lugar d'uma cadeira, quanto mais um empregado. E que, portanto, só o admittiria por deliberação de V.^o Ex.^a⁽⁴²⁷⁾*

Entre o pessoal da Escola Brotero em condições funcionais de receber e de enviar notícias ao Director não pode ser esquecido o professor Charles Lepierre, reconduzido sucessivamente na presidência do respectivo Conselho Administrativo. Pelo menos, expediu, datada de 27 de Abril e manuscrita em meia-folha de papel timbrado da Repartição do Gaz da Câmara Municipal de Coimbra, uma missiva em que alude a alguns trabalhos em curso na Escola e a outros temas, nomeadamente a extensão universitária, a que também estava muito ligado, integrando o «núcleo» organizador:⁽⁴²⁸⁾

⁽⁴²⁶⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁴²⁷⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Escola Industrial Brotero).

⁽⁴²⁸⁾ Ibidem.

Enquanto ocorria toda esta circulação de notícias, os dois lentes da Universidade de Coimbra foram cumprindo um programa de estudos, que pode ser reconstituído em grande parte, quer pelas credenciais emitidas em Coimbra para as instituições científicas francesas que interessava visitar; quer por um caderninho-diário do próprio Sidónio Pais, destinado exclusivamente ao registo de dados relativos à missão.

O Reitor interino Costa Alemão assinou um ofício, em francês, para o Director da Escola Superior de Minas, uma das mais importantes e famosas Escolas Superiores de origem napoleónica, solicitando-lhe autorização para que os dois professores da Universidade de Coimbra pudessem estudar a organização dos serviços de ensino na dita Escola, e pudessem ainda apreciar os progressos realizados no ramo das ciências matemáticas tanto teóricas, como aplicadas; outro ofício para o Administrador do Colégio de França pedindo todas as facilidades para o mesmo fim; e um terceiro dirigido ao Decano da Faculdade de Ciências da Sorbonne com o objectivo expresso *d'apprécier dans le grand centre qu'est la Sorbonne, de Paris, les progrès réalisés dans la branche si importante des connaissances mathématiques, tant pures qu'appliquées.*⁽⁴²⁹⁾ Estas credenciais permitiram-lhes contactos e facilitaram a emissão, *in loco*, de autorizações específicas para outras visitas consideradas oportunas. Assim, o Vice-Reitor da Universidade de Paris passou-lhes, com data de 18 de Maio, um documento oficial destinado a possibilitar uma vista de estudo aos Laboratórios da Escola Normal Superior e da Faculdade de Ciências de Paris. Por seu turno, o Inspector da Academia e Director do Ensino Primário do Departamento de la Seine autorizou-os a visitar *les écoles ci-après: Groupe Scolaire Rue Michel Bizot 83 et Avenue Daumesnil 2/3; Ecole professionnelle Diderot, Boulevard de la Villette, 60; Ecole professionnelle German Pilon, Rue Sainte Elisabeth, 12; Ecole Colbert, Rue Chateaux Landon, 27; l'Ecole Normale d'Instituteurs, Rue d'Auteuil, 11.*⁽⁴³⁰⁾

No caderno de notas redigido a lápis por Sidónio Pais entre 19 de Abril e 4 de Maio de 1909 colhem-se as impressões causadas pelas conferências e pelas lições proferidas em diversos locais da Sorbonne, bem como o registo pontual de alguns conteúdos matemáticos considerados mais pertinentes.

Limitamo-nos, aqui, a chamar a atenção para algumas observações produzidas nas Escolas e nas Faculdades visitadas, nomeadamente a de Direito. Elas revelam os aspectos e os detalhes materiais, pedagógicos e científicos que Sidónio mais valorizou e sintetizou numa redacção apressada e, por vezes, esquemática. A título meramente ilustrativo destaca-se o seguinte:

19 abril 09

Sorbonne 8 1/2

Na faculdade de Ciencias e na de letras de manhã pouca gente. Meia duzia de pessoas. Regular asseio.

Não houve a conferencia de Mr. Gonsart por este estar doente.

Não havendo outra conferencia que me interessava diri-gi-me ao College de France.

⁽⁴²⁹⁾ [Missões científicas no estrangeiro]. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Estudante e Lente).

⁽⁴³⁰⁾ Ibidem.

Deserto a essa hora.

Sigo para a Faculdade de Direito.

Concorrença enorme (centenas). No atrio passeiam inumeros estudantes, que conversam em voz alta.

Muitos dirigem-se á Bibliotheca, cuja entrada é pelo atrio, e onde só podem entrar estudantes.

Poucos estudantes do sexo feminino.

Todos os estudantes trazem grandes carteiras com os seus livros e apontamentos.

Entro n'um amphiteatro — á direita — Sala grande. A luz entra por grandes janellas situadas do lado esquerdo, como convem para a escripta dos estudantes. O mobiliario é composto de pequenas carteiras para 2 alumnos, de madeira e ferro, assentos de madeira, um pouco estreitas. Coxias separando-as d'um e d'outro lado para deixar duas entradas livres. Um rellogio ao fundo da salla. Em baixo a secretaria do professor. Uma pequena balaustrada á volta. (...)

O amphiteatro está já cheio de estudantes que estão á vontade, fumando, lendo jornaes, dispondo as suas cousas para escreverem, conversando, rindo, mas sem fazerem grande ruido.

Poucos minutos depois chega o professor. É Monsieur Capitan dizem-me. Vem com uma espécie de beca de advogado com bandas vermelhas (...). É acompanhado por um homem velho, que se senta ao lado, que vem de casaca? ou sobrecasa? Ostenta um collar no pescoço. Ha grande barulho á entrada. Palmas, pateadas, brouhaha, o ruido prolonga-se por 2 ou 3 minutos. O professor sorri. Enfim, elle começa a fallar. Ás primeiras palavras, que não consigo perceber, ha ainda exclamações, oh! oh! que a pouco e pouco serenam. Depois toda a gente se põe a trabalhar. Puxam dos cadernos e das pennas e tomam-se apontamentos. Uns copiam quasi textualmente a prelecção. Outros fazem resumos. Mas todos estão com a maxima attenção e se ás vezes se ouve fallar em voz baixa é para perguntar alguma palavra que não se ouviu bem.⁽⁴³¹⁾

Em missão de estudo pedagógico-científica, Sidónio Pais praticou, como se verifica por este extracto, uma cuidadosa observação participante do ambiente de uma aula e do respectivo processo didáctico, completada mais adiante com umas impressões e interrogações assaz sugestivas:

(...) *O estudante tem a consciencia do seu papel. Vae alli para apprender, para aproveitar o tempo, e quer que o ensinem bem, mas faz justiça a quem assim o ensina.*

O professor, pelo seu lado, tem uma grande consideração pelo auditorio, está alli para apresentar a sua maneira de vêr; para a submetter á critica do auditorio. Póde ser superior a elle, e é geralmente, mas não procura accentual-o. Não se julga no Olympo.

⁽⁴³¹⁾ [Missões científicas no estrangeiro], [Caderno de apontamentos, fls. 1-2v.]. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Estudante e Lente).

Os estudantes são mais homens que em Portugal, e os professores são menos deuses.

D'esta fôrma a approximação é mais facil entre estudantes e professores.

Existe ella realmente?

E de que forma?

Quaes são os sentimentos dos estudantes para com os professores? Quaes os dos professores para com os alumnos?

São questões a resolver.⁽⁴³²⁾

Questões para posterior reflexão. Entretanto, prosseguiram as conferências e as anotações breves sobre a relação ensino-aprendizagem e o conteúdo das lições.

Depois de assistir à aula de Mons. *Capitan*, na Faculdade de Direito, teve o ensejo de ouvir nesse mesmo dia 19 a famosa Maria Skolodowska, mulher e colaboradora do físico-químico francês Pierre Curie e conhecida internacionalmente por Madame Curie, que dissertou, no Anfiteatro de Física, sobre o *radium* :

Salla escura com janellas cobertas de pannos escuros. Illuminação electrica de cima com reflectores, deficientes. Decoração uma paisagem.

Cerca de 80 assistentes. 8 a 10 mulheres.

Alguns calculos empregados: [seguem-se equações]

Faz a descripção minuciosa de experiencias relativas ao radium. Mostra uma grande erudição. Cita dezenas e dezenas d'experiencias feitas por diversos auctores e descreve-as mais ou menos minuciosamente.

A lição é feita com a maior simplicidade.

Na aula ha só o material necessario, sobre uma longa mesa de lousa, para as experiencias a fazer.

Uma das experiencias é: descarga d'um electroscopo por emanação dissolvida na agoa; projeções sobre um diaphragama.

A conferencia é feita sempre no mesmo tom monotono. Não é brilhante, mas é correcta e feita seguidamente sem repetir, sem hesitar, sem vacillar quasi n'uma palavra, revelando um conhecimento profundo e uma grande memoria. Madame Curie é muito aplaudida no fim.

Depois alguns alumnos cerca de 12, descem e pedem ao preparador que lhes repita uma das experiencias, o que este faz immediatamente, n'um quasi silencio.⁽⁴³³⁾

Das restantes anotações do caderno-diário parece-nos oportuno sublinhar a impressão que Sidónio Pais teve ao frequentar os cursos matemáticos na Faculdade de Ciências e no Colégio de França. Escreveu a dado passo: *a frequencia é diminuta e experimenta-se uma sensação de espanto ao vêr que não ha em Paris senão poucas pessoas que tenham a curiosidade de ouvir os grandes mathematicos. Tal é o horror, ou a difficuldade das*

⁽⁴³²⁾ [Missões científicas no estrangeiro], [Caderno de apontamentos, fls. 4v. -5]. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Estudante e Lente).

⁽⁴³³⁾ *Ibidem* [fls. 6-6v.].

mathematicas.⁽⁴³⁴⁾ Mas apesar da escassez de assistentes não deixou de impressioná-lo a atenção dos alunos: *É o silencio das aulas e a attenção dos alumnos. Elles bebem as palavras dos professores, e em geral escrevem-nas todas. É talvez esta ultima parte até um defeito, de que se resentem até os professores. O alumno vae á aula para fixar a lição, e o professor para a ditar.*⁽⁴³⁵⁾ E sobre a atenção com que as aulas eram seguidas, Sidónio Pais desenvolveu, a propósito de uma conferência dada em 26 de Abril, o seguinte: *Mas a educação do estudante é optima. Elle vae á aula para apprender e por isso não adormece, nem precisa de estimulantes. Ha a maior attenção que resulta, não do respeito do professor, muito menos do mêdo, mas do desejo de saber e de aproveitar o tempo.*⁽⁴³⁶⁾

Globalmente considerada, tendo em conta os dados disponíveis, pode dizer-se que a missão de estudo, no que respeita à perspectiva expressa por Sidónio Pais, foi muito orientada para um exame do ensino superior francês, contraposto implicitamente à realidade universitária portuguesa, que ele tão bem conhecia. E o que pôde observar estava por inteiro sintonizado com algumas das ideias-força expendidas na *oração de sapiencia*, não constituindo, por isso, uma novidade. Serviu-lhe, porém, para consolidar as teses modernas em matéria de didáctica e de pedagogia, bem como a convicção de que um ensino vivo, rigoroso, bem participado por alunos e professores, assente num experimentalismo actualizado era, sem dúvida, uma das alavancas essenciais do progresso civilizacional. Nesta medida foi proveitosa a estada em Paris.

Quanto ao modo como preencheu os momentos livres, as horas de ócio e os fins de semana que intercalaram o programa de visitas de estudo, de conferências e de aulas, nada conseguimos apurar. Um pequeno cartão azul de entrada com data de terça-feira, 25 de Maio de 1909, sugere que Sidónio Pais terá assistido, da Galeria, a uma sessão da Câmara dos Deputados.

Em meados de Julho — a 4 desse mês realizara-se em Lisboa o Congresso Nacional Operário, tendo sido marcado pela ruptura entre os sindicalistas revolucionários ou anarquistas e os socialistas — regressou a Coimbra, tendo à sua espera, entre o correio acumulado na Escola, uma curiosíssima *carte-lettre* do colega Lepierre, redigida em Paris a 7 de Julho, com uma sequência de quatro fotografias do aeroplano Blériot em pleno voo.⁽⁴³⁷⁾

No dia 17 esteve presente e secretariou a Congregação da sua Faculdade, presidida pelo Reitor Alexandre Cabral, na presença dos vogais Luís da Costa e Almeida, Sousa Pinto, José Bruno de Cabedo, Costa Lobo e Henrique de Figueiredo. Do que ficou registado em acta, nem uma palavra sobre os resultados da missão efectuada. Os relatos, certamente feitos, não ultrapassaram, contudo, a informalidade e não conhecemos a existência de um relatório entregue superiormente, o que não significa que ele não tenha sido elaborado por Sidónio Pais ou por Henrique de Figueiredo. Na acta ficou, pois, lavrada apenas a deliberação sobre o modo de repartir a quantia de 2.091\$265 reis,

⁽⁴³⁴⁾ [Missões científicas no estrangeiro]. [Caderno de apontamentos, fl. 12]. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Estudante e Lente).

⁽⁴³⁵⁾ *Ibidem*, [fl. 12v.].

⁽⁴³⁶⁾ *Ibidem*, [fl. 25v.].

⁽⁴³⁷⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Escola Industrial Brotero).

relativa ao ano económico de 1910-1911: 1.º que seja destinada a verba de 1:000\$000 reis a 2 missões d'estudo com a duração de 3 meses cada uma para 2 professores; 2.º outra verba de 700\$000 reis para aquisição de instrumentos para o observatorio astronomico; 3.º outra de 391\$255 reis para compra de livros, assignatura de revistas scientificas e remuneração de trabalhos extraordinarios, approvados pela faculdade.⁽⁴³⁸⁾ E a 29 do mesmo mês, concluídos os exames teóricos da 3.ª cadeira, os práticos e teóricos da 2.ª cadeira e os teóricos da 5.ª, 9.ª e 11.ª cadeiras, a cujos júris Sidónio Pais pertenceu, realizou-se a Congregação final onde foram votados, como de costume, os prémios e os *accessit*, tendo sido votadas também as informações do bacharel formado Aureliano Lopes de Mira Fernandes, com Muito Bom, 20 valores, podendo, assim, habilitar-se ao acto de licenciado, às *conclusões magnas* e ao doutoramento não científico no próximo ano lectivo. Foi ainda aprovado, por unanimidade, que para as aulas e os exames da Faculdade deixasse de ser obrigatório o uso de capa e batina, devendo a resolução ser submetida, nos termos da lei, à aprovação do Governo. Mas ao chegar à Reitoria parece ter ficado lá adormecida, pelo que em Congregação de 28 de Julho de 1910, os vogais presentes resolviam que se instasse com o Reitor para que comunicasse ao Governo a resolução já anteriormente tomada pela faculdade de não ser obrigatorio o uso de capa e batina para professores e alumnos nas aulas e exames.⁽⁴³⁹⁾

Na Escola Industrial aguardava-o uma agenda naturalmente mais carregada. E a par das questões correntes como a do pagamento da encomenda de acumuladores necessários à instalação eléctrica, dentro das despesas previstas para o ano económico de 1908-1909,⁽⁴⁴⁰⁾ lá estava, no grupo das questões pendentes, o projecto do novo edificio e a condução do processo através da tramitação burocrática das Direcções-Gerais do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Mas novidades, ainda que pobres e escassas, só em Fevereiro de 1910.

Até lá a rotina prosseguiu naturalmente...

A 16 de Outubro celebrou-se a habitual cerimónia da abertura do ano lectivo, tendo proferido a *oração de sapiencia* o jovem lente de Filosofia, Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação, que, numa linha moderada e tida até por conservadora, se debruçou sobre a situação de crise vivida no país, opinando que ela resultava, sobretudo, da falta de correspondência entre a natureza da educação científica, cívica e moral, ministrada às gerações sucessivas, e as necessidades práticas da vida moderna, urgindo, por isso, uma reforma da Universidade, aliás, muito reclamada, mas que para Tamagnini não devia ser cumprida em ruptura com as tradições. Distanciava-se a partir deste ponto dos colegas progressistas que se haviam insurgido contra o uso da borla e capelo, da capa e batina. A reforma devia deixar de lado estes aspectos formais e virar-se para todo o sistema educativo português, acentuando-se a tónica no ensino secundário de onde procedem os jovens que se destinam ao ensino superior. As carências de formação que eles traziam

⁽⁴³⁸⁾ *Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910*, fl. 140. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽⁴³⁹⁾ *Ibidem*, fl. 143 v.

⁽⁴⁴⁰⁾ Correspondência. Carta particular do Director-Geral Madeira Pinto de 13 de Maio de 1909. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Escola Industrial Brotero).

impunham, antes de mais, um rigoroso exame de admissão à Universidade. Por outro lado, a melhoria do ensino exigia, também, uma remuneração condigna dos professores: o magro vencimento que auferiam levava muitos deles a dispersar-se por um pluriemprego prejudicial da qualidade do ensino que deviam assegurar em exclusividade.⁽⁴⁴¹⁾

Não sabemos se Sidónio Pais assistiu ao discurso do seu antigo discípulo, com o qual estava de acordo em alguns pontos, mas o certo é ter ficado registada a sua ausência no acto de juramento dos lentes na Real Capela da Universidade. Terá sido por doença, por impedimento oficial surgido na *Brotero* ou por uma irreprimível objecção de consciência?

Nesse mesmo mês de Outubro ocorreu, na vizinha Espanha, um facto trágico, lamentado por todos os livre-pensadores peninsulares e europeus. Era fusilado o professor e laicista convicto Francisco Ferrer Guardia, na sequência dos dramáticos acontecimentos de Barcelona, datados dos últimos dias de Junho, durante os quais foram queimados conventos e escolas dirigidas por religiosos.⁽⁴⁴²⁾

O facto não passou despercebido a Sidónio Pais, tendo em vista a sua sensibilidade e a sua plena adesão ao livre-pensamento, sintetizado por Albert Bayet como uma força em luta contra as dominações religiosas.⁽⁴⁴³⁾

Em 20 de Dezembro de 1909 redigiu o primeiro testamento particular que conhecemos, consagrado por inteiro à sua postura agnóstica e livre-pensadora, que viria a ser retomada na versão mais desenvolvida de 15 de Agosto de 1914. São peremptórias as suas disposições:

Não professo religião alguma. Espero morrer assim. Diz-se, porém, que tem sucedido a alguns livres pensadores acceitarem á hora da morte socorros religiosos. Por isso, mesmo na hypothese da minha rasão desvairar ou da minha vontade enfraquecer, feitos como somos todos d'um barro fragil, em todos os casos disponho que o meu enterro seja civil.

Disponho mais: que o meu enterro seja o mais modesto e economico possivel para não desfalcar os meus herdeiros do pouco que lhes deixo, e porque me repugna toda a pompa ou luxo em funeraes; que me sepultem em campa rasa, sem cruz, nem inscripção de especie alguma; se não houver forno crematorio na terra em que morrer, pois, n'este caso desejo que o meu corpo seja queimado e as cinzas enterradas

⁽⁴⁴¹⁾ Ver resumo desta *oração* em RODRIGUES, Alice Correia Godinho — Ideal republicano e reforma da Universidade de Coimbra, art. cit., p.330-331.

⁽⁴⁴²⁾ Ver TORTELLA CASARES, Gabriel et al. — *Revolución burguesa, oligarquía y constitucionalismo (1834-1923)*, in TUÑÓN DE LARA, Manuel — «Historia de España», vol 8. Madrid, Editorial Labor; 1981, p. 483-485. Sobre o processo de laicização em Espanha a partir da Escola republicana veja-se MILLÁN SÁNCHEZ, Fernando — *La Revolución laica de la institución libre de enseñanza a la escuela de la República*. Valencia, Fernando Torres-Editor; 1983.

⁽⁴⁴³⁾ Cf. BAYET, Albert — *História do livre-pensamento*. Lisboa: Editora Arcádia, 1971, p. 15. Para a compreensão do tema na realidade portuguesa entre finais do séc. XIX e 1.º quartel do XX ver CATROGA, Fernando — *A Militância laica e a descrençatização da morte em Portugal, 1865-1911*, vol. I. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991, p. 281 e ss.

em qualquer parte, sem signal tambem de especie alguma, ou deitadas ao mar; que não me sejam prestadas quaesquer honras funebres a que tenho direito.

Peço tambem a quem tractar do meu funeral que não faça convites. Aos meus parentes peço que não vistam de luto e sobretudo que não mandem dizer missas por minha intenção.⁽⁴⁴⁴⁾

Esta inequívoca expressão do pensamento de Sidónio Pais em matéria religiosa e, mais especificamente, quanto à descristianização da morte,⁽⁴⁴⁵⁾ não sendo inesperada, suscita-nos algumas interrogações. A principal consiste em saber por que é que só em finais de 1909 essa sua postura livre-pensadora teve uma formulação tão taxativa, sendo certa e antiga a sua maturação interior nesse sentido. Não conseguimos, porém, descobrir um motivo directo que a provocasse, embora nos inclinemos a deduzi-la das posições defendidas na sua *oração de sapiência* do ano anterior e da crescente hostilização à matriz clerical prevalecente, por exemplo, na Universidade.⁽⁴⁴⁶⁾ Seja como for, o que importa frisar é que Sidónio Pais se manteve livre-pensador até à hora da sua morte, apesar do que foi julgado, dito e feito pelos seus contemporâneos. As impressionantes exéquias oficiais e religiosas, decorridas entre 18 e 21 de Dezembro de 1918, opõem-se diametralmente às disposições de 1909!...

Mas voltemos à Universidade para referirmos que Sidónio continuou a reger a cadeira de Cálculo Diferencial, tendo ainda regido em substituição, nos dias 4 e 6 de Novembro, a 2.^a turma da 2.^a cadeira do doutor Arzila Fonseca e, no dia 13, a 5.^a cadeira do doutor José Bruno de Cabedo. Faltou à Congregação da Faculdade realizada no dia 18 de Outubro por se achar a dar aula, comparecendo na de 2 de Dezembro, onde ficou marcado para o dia 18 de Janeiro o acto de licenciado do bacharel Aureliano Mira Fernandes e decidida a abertura de concurso para o lugar de demonstrador da cadeira de Geometria Descritiva.

Ainda na Universidade, o ano de 1910 raiou com os preparativos do centenário de Alexandre Herculano, previsto para Junho, numa estreita articulação com o programa da Comissão Central de Lisboa,⁽⁴⁴⁷⁾

Entretanto, na Escola Brotero, Sidónio Pais foi congeminando um conjunto de novas propostas de natureza pedagógica destinadas a responder às necessidades sentidas no meio operário, industrial e comercial conimbricense, e implicadas, ao que parece, numa estratégia de ampliação da função social da Escola e para o definitivo arranque da construção das novas instalações. Esta era, sem dúvida, a grande prioridade que exigia toda a atenção e as máximas energias. Com efeito, a 17 de Fevereiro, António Arroyo escreveu-lhe uma carta confidencial centrada nos meandros do projecto do edifício. Um projecto «entalado» entre a vontade do Inspector e do Director da Escola de que

⁽⁴⁴⁴⁾ Testamentos. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político, geral).

⁽⁴⁴⁵⁾ Cf. CATROGA, Fernando — *A Militância laica e a descristianização da morte em Portugal*, vol. 2, p. 782-783.

⁽⁴⁴⁶⁾ Cf. LAMY, António Sousa — *A Academia de Coimbra*, ob. cit., p. 181.

⁽⁴⁴⁷⁾ Ver CATROGA, Fernando — *As Ritualizações da história*, in TORRAL, Luís Reis, MENDES, José Mendes e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*, ob. cit., p. 652-654.

as coisas, em nome da celeridade, fossem conduzidas pela Direcção Distrital das Obras Públicas de Coimbra e a decisão do respectivo Director Geral de chamar a Lisboa a condução do processo, retardando-o inevitavelmente.⁽⁴⁴⁸⁾

As coisas complicavam-se e enredavam-se, sendo a paciência o único recurso, o único remédio...

Se a vontade de avançar parecia, em geral, inquestionável, o modo de fazer tendia a arrastar-se, arrelhando e impacientando os que ansiavam pela sua rápida concretização. Tanto António Arroyo, como Sidónio Pais, embora incomodados pela contrariedade, estavam ainda longe de imaginarem as frustrações que haveriam ainda de surgir...

Chegadas as férias da Páscoa, os lentes encarregues da segunda missão de estudo no estrangeiro «migraram» por um período de três meses, tal como sucedera no ano anterior. A substituição da regência das respectivas cadeiras não foi sequer discutida na única Congregação realizada desde o começo do ano — a de 12 de Fevereiro — e pelas actas das duas seguintes — a de 17 de Maio e a de 7 de Junho — sabe-se que o secretário interino foi o lente Luciano Pereira da Silva.

Presumimos que Henrique de Figueiredo e Sidónio Pais partiram juntos, mas as informações deste, contidas na dúzia de cartas para a mulher, ainda hoje conservadas, omitem qualquer referência ao colega e companheiro de missão. Por essa fonte,⁽⁴⁴⁹⁾ sabemos que a partida, em Coimbra, foi atribulada — *Que comica que foi a minha partida d'ahi. la perdendo o comboio e nem me despedi regularmente de ti, nem dos pequenos. Que trapalhada. Aquelles senhores dos automoveis!* A chegada a Paris foi no dia 21 de Março, ao cabo de uma viagem sem problemas, mas fustigada por um frio intenso desde Medina del Campo (de onde enviou um postal ao filho mais velho e, em especial, no trajecto Burgos, San Sebastian e Irun até à travessia dos Pirenéus. Muito frio e um manto de neve espesso, encantador... Sidónio Pais conta à mulher que se manteve acordado para se deliciar com a inefável beleza da paisagem.

A primeira carta que escreveu à mulher, e onde conta o que acabamos de referir, data de 22 de Março e a última foi escrita, já não em Paris, mas em Niort — *em pleno campo a descançar um pouco (Não digas isto ahi porque me cahiria tudo em cima)* —, aos 25 de Junho, antes da partida para Bordéus, seguindo daí directamente para Portugal. E entre uma e outra há um leque de dez missivas que revelam o lado íntimo, mais oculto e doméstico, do personagem.

Em destaque temos, logo, a sua típica insistência em receber muitas e longas cartas da família. A par deste tópico recorrente sobressai a ternurenta preocupação pelos incómodos de saúde da mulher — *Peço-te que trates de ti. Não sei como isto é, mas apenas eu saio tu adoeces. Não podes passar sem mim, vejo bem?* — e dos pequenos, atacados pela varicela, doença sobre a qual diz nada saber, mas recomenda, em caso de gravidade, seja chamado o médico da família, o *dr. Daniel*. Os estudos do Si no Colégio S. Pedro mereciam-lhe naturais cuidados, porque embora auspiciosos de início, tornaram-se desanimadores no fim do ano lectivo: *Em relação ao Si entendo que se elle não tem obtido boas notas não deve sujeitar-se ao exame. Vou escrever ao Maximiano n'este sentido*

⁽⁴⁴⁸⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 370.

⁽⁴⁴⁹⁾ Ver *Ibidem*, p. 776-782.

e pedir-lhe a conta, não te parece? As propinas d'exame são elevadas e além d'isso eu não quero que elle se apresente mal. Uma persistente bronquite, acirrada pelo tempo frio, forçou-o a tomar um xarope bastante eficaz — Não te admiras de eu tomar remedios? A falta de dinheiro suficiente para, no fim da estadia, saldar todas as despesas, levou-o a recomendar à mulher que não se esquecesse de passar os recibos do vencimento da Universidade e enviasse uma carta, por ele devidamente preparada, com pedido de empréstimo à Cooperativa de Infancia 23, visto que o dinheiro das Efemérides — 85\$000 réis — era insuficiente para fazer face aos gastos. Para além disto não faltam nas cartas outros detalhes interessantes para a caracterização global do perfil e da domesticidade de Sidónio.

A par do «carteiro» com D. Maria dos Prazeres, enviou e recebeu correspondência dos filhos e de outros familiares. Logo a 26 de Março fez seguir um bilhete postal ilustrado e legendado — *Le Dindon* — com um perú preto que exhibe, abaixo do bico, uma face humana: *Monsieur Affonso Bessa Paes // Abraça-te e beija-te o teu pai Sidonio*. E com data de 29 seguiu outro: *Meu Si // Recebi carta e jornaes. Abraços a todos. Estou bom. Beijos do teu pai*. Mais tarde, a 20 de Abril, uma *carte postale* colorida, representando hussardos a cavalo, casaca azul e calças vermelhas, devidamente equipados e atravessando um rio — *Hussards - Service en campagne* —, era destinada ao Pedro: *Meu Pedrinho. Recebi a tua carta, obrigado. Muitos beijos do teu papá. Sidonio*.⁽⁴⁵⁰⁾ Neste fluxo epistolográfico familiar foi expedido, com data de 7 de Abril, um postal para o irmão António, «ancorado» ainda em Nova Goa, que de lá respondeu, por carta de 12 de Maio, com poucas notícias pessoais, da família ou do ambiente, mas onde não falta o comentário à escaldante situação política do reino: *Os jornaes da ultima mala veem cheios de noticias importantissimas sobre a questão Hinton, principalmente. Estou ancioso pela mala seguinte, para saber se foram addiadas as côrtes, o que aqui consta não se sabe de que origem. Não ha duvida que a situação politica é pessima e que pouco viverá quem não assistir ao estouro da caldeira fervente que é Lisboa, e que uma ligeira camada superficial de tranquillidade não deixa ver a muita gente*.⁽⁴⁵¹⁾

E cartas dos amigos? Algumas.

Do inevitável Luciano Pereira da Silva uma muito apressada, com data de 20 de Abril⁽⁴⁵²⁾ e do mesmo remetente nova missiva, mas para outro destinatário — Henrique de Figueiredo. Mais longa e divertida, como era seu timbre. Desta vez, ocorreu-lhe resumir, explorando os traços cómicos da história, uma conferência do colega de Faculdade Francisco Miranda da Costa Lobo, que atraíra muito público devido à novidade das projecções luminosas (os actuais slides e acetatos).⁽⁴⁵³⁾ Mas o amigo Luciano não esclareceu, nem isso importava muito para o efeito narrativo visado, a que propósito se realizara a conferência do colega Lobo. Iniciativa avulsa da Universidade? Integrada na série de palestras programadas pela Comissão de Extensão Universitária, liderada por Sidónio Pais? Ou relacionada com as que o *Instituto* promoveu no mês de Abril? Fica a

⁽⁴⁵⁰⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁴⁵¹⁾ Correspondência. Cartas da Mãe e Irmãos. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁴⁵²⁾ *Ibidem*.

⁽⁴⁵³⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

dúvida... Mas o certo é que houve várias palestras nesse período: na Sala dos Capelos decorreram as de Léon Duguit, Broek e Cirot da Universidade de Bordéus; e na sede do *Instituto* foi proferida a conferência de Mons. Bertrand sobre o tema da África do Sul e, no dia 16 de Abril, a do oficial da Armada Leote do Rego sobre a *Situação do nosso paiz como potencia maritima*.⁽⁴⁵⁴⁾

Não podia, também, faltar carta do Silva Pinto, da *Brotero*, sob a forma de extenso relatório, repleto de ironia e dos mais diversos detalhes. Como o objectivo era pôr o Director ao corrente do que ia sucedendo, entrelaçam-se, na missiva, datada de 16 de Junho, os grandes temas e os aspectos mais ínfimos. Naquela categoria sobressaía o pertinente *dossier* do novo edifício, que apesar da recente visita do Director Geral das Obras Públicas, Severiano Monteiro, permanecia «congelado»: *vinha hoje, vinha amanhã, e afinal só ante-hontem chegou. Julguei ter grandes novidades a participar a V.ª Ex.ª depois da visita minuciosa que o mesmo Senhor (que parece um golfinho) fez á Escola, mas nada, andou sempre sensaborão e mudo como um peixe, de modo que nada sei das suas intenções e o Dr. Costa Lobo, que o acompanhou na visita, nada disse até agora sobre ellas. A não ser o pedido das plantas da Escola actual e do terreno destinado a nova, para por ellas serem tiradas copias pela direcção do districto, nada mais*.⁽⁴⁵⁵⁾ Sobre o projecto da nova Escola era tudo, mas a carta ia ainda no exórdio...

De enfiada, desabafou que se «vira grego» com o encerramento das contas por causa de umas excedentes 26 libras, convertidas em 10.000 kg de antracite, passando logo à agenda política, em termos muito directos e sugestivos: *Ha grandes crises cá pela piolheira, o Governo esta quasi de pernas ao ar (não deixa saudades o estafermo); o Zé Luciano teve o fim de vida immaculada que merecia, foi a pique de embrulhada com as enormes e imundas roubalheiras havidas no Credito Predial*.⁽⁴⁵⁶⁾ Mas as trapalhadas não se concentravam só nas altas esferas da governação. Problemas surgiram, também, na Câmara Municipal, mais precisamente no sector técnico do assentamento da via para a tracção eléctrica, envolvendo um engenheiro de apelido Sabbo e o experiente Charles Lepierre, «que recebeu vêr tudo encravado no futuro; isto apesar dos seus vastissimos conhecimentos de vias e tracção electrica.» E Silva Pinto, refinando a ironia e uma pontada de malícia, acrescentou sobre o colega: *Disse-me o Lepierre que sendo o seu principal papel, nos serviços a seu cargo, a parte administrativa (director tecnico dos serviços municipalizados), não lhe convem para a direcção dos electricos senão um Gregorio, um Albino!!! e nunca um Sabbo, porque os seus muitos afazeres não lhe permitiriam cuidar das machinas, acumuladores, carros, etc. e acorrer a um qualquer accidente sem que a administração se fosse pela agua abaixo. E deu-me a entender que o seu maior receio, era o Sabbo ter todas as probabilidades de lhe pôr a calva á mostra, apesar da muita competencia technica sobre todos os ramos scientificos e industriaes de que lhe queriam dar a direcção*.⁽⁴⁵⁷⁾ Por fim, uma rápida panorâmica pelo andamento dos trabalhos officinaes e pelo comportamento dos funcionários e dos alunos.

⁽⁴⁵⁴⁾ Nota local. *A Evolução. Quinzenário defensor dos caixeiros*, Coimbra, 12 de Abril de 1910.

⁽⁴⁵⁵⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Escola Industrial Brotero).

⁽⁴⁵⁶⁾ *Ibidem*.

⁽⁴⁵⁷⁾ *Ibidem*.

A situação não estava nada famosa, segundo as suas inimitáveis palavras: *Empregados cada vêz mais zelosos, docéis e bem educados, não pensando senão no cumprimento dos seus deveres com toda a diligencia, uma belleza, elles que V. Ex.^a conhece tão dedicados teem estado n'estes 2 1/2 mezes com uma macaca impossivel; faltam um e dois dias e quando se apresentam ao serviço depois d'estes e outros fracassos é que participam que estiveram gravemente doentes!!! O Antonio Augusto bêrra, barafusta, exalta-se e ameaça-os com o Dr. Sidonio, mas como está por pouco tempo não faz nada. Os rapazes vão-lhes na piugada e o nosso Gonçalves na mesma os ameaça com o Dr. Sidonio. V. Ex.^a é o papão com que o Gonçalves os amedronta, mas como está longe... Emfim tem sido um regabofê a que só a mão forte de V.^a Ex.^a poderá por termo.*⁽⁴⁵⁸⁾ Ressalta desta frase uma indicação clara sobre o modo disciplinador e firme como Sidónio Pais dirigira a Escola Brotero, não dando azo a abusos, a condutas negligentes ou a assomos incontroláveis de rebeldia. A ordem era, assim, uma condição intrínseca ao seu modo de estar, perfeitamente compatível com a defesa e a aplicação das modernas ideias pedagógicas e políticas.

Em *post scriptum*, Silva Pinto pôde ainda resumir o teor de um telegrama recebido pouco antes da carta ser expedida e relativo à questão da nova Escola. O Director Geral, Madeira Pinto, pedia com a maior urgência a elaboração do projecto para o edificio a construir e um esboço da respectiva planta: este *telegramma* — comenta o diligente professor e secretário geral — *deixou-nos devêras abananados, supomos que o Governo nos quer deixar algo em testamento e por isso estas pressas. O Gonçalves está fazendo uma relação das casas para a Escola e officinas, mas, pontos de vista muito diferentes dos de V.^a Ex.^a, faz mil objecções ás indicações que vou dando, emfim não sei o que sahirá de tudo isto, eu é que estou afflicto.*⁽⁴⁵⁹⁾

Contrastam com este minucioso relato as duas cartas de António Augusto Gonçalves e o cartão de Charles Lepierre. De interessante, no que concerne às mensagens do Director substituto, retemos o seu permanente cuidado de enviar junto ou em correio próprio o expediente chegado à Escola, nomeadamente da *Siemens* ou da *Casa Brother*, para que de Paris Sidónio mandasse as suas ordens!... Por seu turno, Lepierre, em 25 de Abril, nada diz sobre o que se estava a passar na Escola, concentrando-se apenas em três tópicos: estando o seu filho Henrique a estudar em Paris, Sidónio foi visitá-lo, *amabilidade* e *massada* que muito lhe agradecia; as festas em honra de Herculano serviram de pretexto para uma semana de férias escolares, quando, segundo ele, bastava um dia ou dois, mas as autoridades *entenderam que só com uma semana quasi é que os meninos ficariam contentes*, acrescentando mais abaixo: *O cortejo hontem, em honra de Herculano, (em Coimbra) foi bom. Fortunato d'Almeida, no Lyceu, ao fazer a conferencia, foi, senão apupado, pelo menos troçado*; e o célebre caso Hinton levou ao rubro o Parlamento: *Ha 70 cartas nas mãos do A. Costa! O Governo addiou as Camaras até 1 de junho e o projecto Hinton não passou. Os reaccionarios andam furiosos, não querendo, apesar de tudo, ligar importancia ao caso.*⁽⁴⁶⁰⁾

⁽⁴⁵⁸⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Escola Industrial Brotero).

⁽⁴⁵⁹⁾ *Ibidem*.

⁽⁴⁶⁰⁾ *Ibidem*.

Na correspondência com os colaboradores da Escola não encontramos nenhuma referência à aprovação, em Assembleia Geral de 8 de Maio de 1909, dos estatutos da Associação dos Alunos do Curso Profissional da Escola Industrial Brotero⁽⁴⁶¹⁾ — entidade criada com o apoio de Sidónio Pais, tendo-lhe sido atribuída a categoria de sócio benemérito e admitido a 12 de Março de 1909, como se vê pelo «diploma» impresso na contra-capa do exemplar dos *Estatutos*, entregue ao próprio e assinado pelo Presidente, Eurico Salez Viana, e pelo Secretário, João de Melo.

Quanto aos pormenores da missão de estudo propriamente dita nada sabemos, porque não encontramos um segundo e precioso caderninho igual ao anterior; que permitisse seguir o programa estabelecido. Um programa, porém, menos intenso, a julgar pelo que Sidónio Pais disse à mulher numa das cartas que lhe enviou.

Passeatas turísticas pelos sítios recomendados no guia da cidade e passagem por espaços mais ou menos famosos de diversão não figuram na documentação disponível, mas cabiam perfeitamente na sua *agenda*. Aliás, a aflitiva falta de dinheiro, na parte final dos três meses, denuncia a existência de gastos extraordinários, para além dos encargos específicos da missão...

Há, por fim, o registo concreto de um acontecimento político vivido, *in loco*, com óbvia curiosidade.

A III.^a República francesa, regime parlamentar dominado por uma Assembleia Nacional eleita por sufrágio universal directo (só para homens com mais de 21 anos), que, juntamente com o Senado, elegia o Presidente da República por um período de sete anos e controlava o Governo (designado pelo Presidente), averbava nessa Primavera de 1910 mais um acto eleitoral. Aristide Briand, socialista independente, sucedera, em 20 de Julho de 1909, a Clemenceau na chefia do Ministério, encarregando-se de preparar as eleições fixadas para 24 de Abril (1.^a volta) e 8 de Maio (2.^a volta de recurso ou o chamado *scrutin de ballotage*) do ano seguinte. O calendário foi cumprido e Sidónio Pais estava lá a assistir.

Por interesse próprio ou por força das circunstâncias, o certo é que se aplicou na observação desse acto eleitoral. Como? Guardando alguma propaganda dos candidatos e dos partidos.⁽⁴⁶²⁾

Reduzida às suas exactas proporções, a vitória da esquerda foi, afinal, modesta. A abstenção subiu aos 22,5% e o número das segundas voltas de recurso passou de 156 para 299, reflectindo o crescimento das vitórias frágeis (sem maioria absoluta), ou seja, 115 radicais eleitos com menos de 500 votos de avanço sobre o seu directo concorrente. No hemiciclo entraram 235 deputados novos e o cômputo geral fixou-se nestes valores: radicais 263; SFIO 75; republicanos socialistas 30; aliança republicana democrática 72,

⁽⁴⁶¹⁾ Ver Associação dos Alunos do Curso Profissional da Escola Industrial Brotero — *Estatutos...*, aprovados em sessão geral de 8 de Maio de 1909. Coimbra: Tip. do Noticias de Coimbra, 1909.

⁽⁴⁶²⁾ [Missões científicas no estrangeiro]. Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 376-377. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político, Subsecção Estudante e Político).

o que perfazia um total de 440 contra 75 progressistas, 34 membros da aliança liberal popular, 19 nacionalistas e 20 conservadores «independentes», num total de 148.⁽⁴⁶³⁾

É, aliás, nítida a complexidade e a vincada fragmentação do quadro partidário da III.ª República, de que não sabemos se Sidónio Pais se apercebeu plenamente. De qualquer modo, colheu impressões e reteve dados seguramente úteis para o seu processo pessoal de maturação cívica e política.

Por volta de 7 de Julho já estava de regresso.

Viera um pouco mais cedo que no ano transacto. Apresentou-se a 8 desse mês na Faculdade, tendo pertencido aos júris da sua cadeira, da 1.ª, 5.ª e 6.ª cadeiras, bem como aos actos do 5.º ano do período transitório. Esteve presente na Congregação de 28, presidida pelo Reitor interino Costa Alemão e na companhia dos vogais Luís da Costa e Almeida, Sousa Pinto, José Bruno de Cabedo, Henrique de Figueiredo, Luciano Pereira da Silva e Souto Rodrigues. A ordem dos trabalhos começou por uma proposta do lente José Bruno, para que se lançasse na acta um voto de louvor pela maneira distinta como o professor António Augusto Gonçalves, da *Brotero*, regeu a cadeira de Desenho Matemático. Proposta aprovada por unanimidade, a que se seguiu a votação dos prémios e *accessit*. Por fim, foi tratado o orçamento para 1911-1912, sendo a verba de 2.175\$445 réis distribuída do seguinte modo: missões a dois professores de três meses cada uma, 1.000\$000 réis; livros, 500\$000 réis; gratificação a um empregado para o serviço de bibliotecário da Faculdade, 150\$000 réis; gratificação ao bedel, 60\$000 réis; para a construção de uma dependência destinada às aulas da Faculdade e Biblioteca, 915\$445. Ficou também decidido encarregar os lentes Luciano Pereira da Silva e Costa Lobo das duas próximas missões. Registe-se apenas, que desta vez, Sidónio Pais não se insurgiu contra as gratificações...

Encerrado o ano lectivo, houve quem ficasse por perto de Coimbra e quem atravessasse a fronteira. Henrique de Figueiredo, volvidas umas escassas semanas após o regresso da pátria de seus avós, para lá voltava em gozo habitual de férias. De *Evianles-Bains*, mandou, a 28 de Agosto, uma *carte postale* com vista a cores dessa estância balnear, dizendo: *Depois dos meus banhos em Aix, ando n'um pequeno passeio pelo lago Lemano e em breves dias regresso a Paris. Dê-me notícias suas para lá: diga-me o que tem feito e todas as novidades que se lhe offerecerem. O Luciano e Barbosa decerto andam pela Escossia.*⁽⁴⁶⁴⁾ A 12 de Setembro, porém, já essa dupla de inveterados turistas se achava em Paris, instalada na *conhecida casa 8, rue de l'Echiquier* — palavras escritas nas costas do bilhete postal ilustrado, reproduzindo *L'Avenue de l'Opera*.⁽⁴⁶⁵⁾

Se Sidónio pôde ir até à beira-mar na busca do balsâmico repouso, o local de rumo terá sido, como de costume, a Figueira da Foz.

⁽⁴⁶³⁾ Seguindo outros critérios pode restringir-se a esquerda à soma dos 105 socialistas com os 150 radicais, ou seja, 255 deputados, valor abaixo da maioria e do bloco de 260 deputados, formado pelos 113 republicanos radicais, 72 de centro esquerda e 75 de centro direita, eventualmente suportado pela direita tradicional. Ver MOLLIER, Jean-Yves e GEORGE, Jocelyne — *La Plus longue des républiques, 1870-1940*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1994, p. 388-389 e ss.

⁽⁴⁶⁴⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁴⁶⁵⁾ *Ibidem*.

Em Setembro, porém, ei-lo frenético no seu posto da Escola Industrial a passar a limpo propostas maduras e prontas a seguirem os trâmites oficiais. Propostas estratégicas que aumentavam a capacidade de resposta da Escola às necessidades do respectivo meio social e tornavam, ao mesmo tempo, inadiável a construção do novo edifício. Uma delas visava promover o aumento da frequência na oficina de Cerâmica. Outra destinava-se a tirar o máximo proveito, sem acréscimo de encargos, dos cursos existentes para o ensino daquela arte e decorria de uma sondagem pessoal e prévia feita junto dos operários das fábricas de cerâmica da cidade. A satisfação desse desiderato passava pela abertura de um curso livre de Cerâmica, análogo ao curso livre de Química, com uma duração diária de duas ou três horas, uma propina de matrícula mensal fixada em 200 réis e mais algumas condições básicas: *Estes alunos frequentariam as aulas de Desenho Elementar ou ornamental e de modelação, quando se reconhecesse que precisaram d'essa preparação e a par ou posteriormente trabalhariam na officina. O director da officina de ceramica lhes destinaria o trabalho conforme o seu estado de adeantamento. Para este curso proponho a fixação d'um limite máximo d'idade, que poderá ser de 20 annos, isto com o fim de não prejudicar a concorrência ao curso profissional regular, pela tendencia que em geral ha para procurar os cursos mais curtos. Num derradeiro golpe argumentativo para convencer o Director Geral, abonou a proposta não só pela influencia que a Escola em pouco tempo poderá exercer por esta forma sobre a industria, melhorando as condições de fabrico, mas ainda pela propria propaganda a favor do ensino profissional que d'esta maneira naturalmente se fará no meio operario das fabricas de ceramica da cidade.*⁽⁴⁶⁶⁾

Mais inovadoras foram as propostas concernentes ao estabelecimento do ensino comercial e à criação do curso de montadores electricistas, sobre as quais auscultou o Inspector Arroyo,⁽⁴⁶⁷⁾ aproveitando a boa cooperação e amizade sedimentadas entre ambos.

Na justificação do primeiro curso, remetida por officio de 1 de Outubro à Direcção Geral, Sidónio Pais começa por dizer que há muito se fazia sentir em Coimbra a necessidade de um curso desse tipo e, constando-lhe que estava a ser pensada superiormente uma reforma das Escolas Industriais, lembrava a conveniência em dotar a cidade com tal melhoramento, fácil, aliás, de organizar a partir das disciplinas existentes e sem muitos acréscimos. Com efeito, era apenas necessário juntar a parte c) *Geografia e história comercial* à disciplina V - (*Corografia e história pátria e Geografia geral*), que podia ser leccionada pelo mesmo professor; e introduzir a disciplina X - *Noções gerais de comércio, escrituração e cálculo comercial* — será criada por decreto de 22 de Junho de 1914, justamente na mesma altura em que a Brotero passou a designar-se Escola Industrial e Comercial. E Sidónio acrescentava: *Para dar, porém, a este curso um caracter mais pratico e maior desenvolvimento, sem sahir do ponto de vista elementar, parecia-me da maior utilidade o acrescentamento de duas disciplinas, uma de lingua ingleza e outra de calligraphia,*

⁽⁴⁶⁶⁾ Copiador [geral, mas...], 1910-1911, fls. 305-306. (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero).

⁽⁴⁶⁷⁾ Correspondência, Cartas de António Arroyo de 14 e 17 de Setembro de 1910. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Escola Industrial Brotero); Ver também MARTINHO, António Manuel Pelicano Matoso – *A Escola Avelar Brotero*, ob. cit., p. 361-364.

dactilographia e stenographia. Estas cadeiras, seriam com certeza muito frequentadas pela sua importancia pratica mesmo até isoladamente.⁽⁴⁶⁸⁾

Quanto ao segundo curso, previsto com uma duração de três anos, é interessante seguir a minuta autógrafa da proposta, remetida oficialmente em 18 de Setembro de 1910 e que só será concretizada em 1918! Sidónio Pais evocou as boas condições técnicas da Escola: *A installação electrica da Escola para a produção de luz e força motriz, completada ultimamente com a aquisição d'uma bateria d'accumuladores, e o material de demonstração e de trabalhos praticos que hoje possui o laboratorio de Physica, constituem condições especiaes relativamente ao ramo — electricidade — de que poderia colher-se um melhor rendimento sob o ponto de vista do ensino industrial.*⁽⁴⁶⁹⁾ O curso era ainda justificado pelo *desenvolvimento actual das installações electricas no paiz, profissão que entre nós é desempenhada quasi exclusivamente por estrangeiros* e podia organizar-se com as disciplinas teóricas da Escola, precisando-se apenas de aprofundar um pouco mais o estudo da Matemática e criar uma cadeira de Electrotecnia. Não escondia, porém, a urgência de alguns investimentos, centrados na criação de duas novas oficinas, a que era forçoso adicionar a contratação de dois mestres: uma de pequena mecânica e outra de montagens eléctricas, *as quaes conjuntamente com a actual officina de serralharia e a installação de electricidade dariam a possibilidade de uma bôa instrucção pratica.*⁽⁴⁷⁰⁾ Culminava, assim, um longo tirocínio no campo eletrotécnico para o qual Sidónio Pais, como ficou dito, se preparou intensamente, tornando-se um especialista e um entusiasta.

Convém, aliás, frisar bem este ponto: a electricidade não se reduzia a uma mera «modernice», impondo-se como factor determinante da segunda vaga mundial de industrialização — estímulo e efeito do trabalho politécnico e científico — e comportando, nessa medida, um posicionamento claro a favor do capitalismo industrialista sem que este fosse, sobretudo em países de economia frágil e periférica como Portugal, de todo incompatível com as políticas de fomento agrário. Pela sua formação, pela experiência adquirida e pela adesão incondicional a um modelo de ensino prático ou não verbalista, Sidónio tendia naturalmente a integrar a vulgata do *corpus* doutrinário republicano e livre-pensador num plano de acção com progressos materiais e civilizacionais palpáveis. A educação era um instrumento indispensável para atingi-los e a moralização da política era outro não menos importante.

Xeque-mate à Monarquia

Atolada em escândalos, frágil e isolada, a Monarquia abismava, sem réstias de salvação. As eleições legislativas de 28 de Agosto, realizadas após sucessivos «arranjos» governativos e um adiamento das Cortes provocado pelo caso Hinton, embora tenham dado a vitória aos regeneradores (87 deputados) — maioria de apoio ao último Governo

⁽⁴⁶⁸⁾ Copiador [geral, mas...], 1910-1911, fl. 358. (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero).

⁽⁴⁶⁹⁾ [Instalação de luz eléctrica, exposição do projecto, orçamento e notas diversas], *Curso de montadores electricos em 3 annos*, [4 fls. avulsas papel almaço], fl. 3. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político, Subsistema Escola Industrial Brotero).

⁽⁴⁷⁰⁾ Copiador [geral, mas...], 1910-1911, fl. 4. (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero).

monárquico chefiado por Teixeira de Sousa — contra vinte e três progressistas, oito regeneradores dissidentes, cinco franquistas, três nacionalistas, três governamentais e catorze republicanos, conferiram a estes últimos o controlo irrefragável de 90% das paróquias de Lisboa. Mas este êxito nos boletins de voto não demoveu os «intransigentes» adeptos da *via revolucionária*, que já tinham marcado o dia 4 de Abril para início do movimento e adiado depois para 19 de Agosto, de porfiarem nos seus intentos. E a partir da 1h da madrugada de 4 de Outubro — cerca de quinze horas após a morte do médico alienista e chefe republicano Miguel Bombarda, assassinado por um doente de Rilhafoles, e em plena visita do Presidente da República do Brasil, marechal Hermes da Fonseca — revoltaram-se a Infantaria 16 e a Artilharia 1. Era o almejado início da Revolução...

Como muito bem observara António da Silva Pais em carta para o irmão Sidónio, não podia tardar muito *o estouro da caldeira fervente que é Lisboa*. Era obviamente aí que a agitação política e social, com destaque para as difíceis condições de vida do operariado urbano e de outros estratos fragéis, como eram o pequeno patronato artesanal, os lojistas e os caixeiros, se intensificava de dia para dia, o que muito facilitou a organização da rede civil (maçons e carbonários) e militar (elementos de baixa patente e praças) urdida para fazer a revolução, ou seja, para cumprir o *remedio heroico* prescrito por Bernardino Machado, num discurso proferido a 27 de Junho de 1908 (festa aniversária da Escola 31 de Janeiro), para a Nação doente: *A frio ou a quente, pela força da opinião, ou, sendo preciso, pela força da revolução, faça-se então resolutamente e corajosamente a proclamação da república. É o remedio heroico. Minhas senhoras e meus senhores, em nome da razão e da sciencia, viva a república!*⁽⁴⁷¹⁾

Lisboa — ao invés do Porto de 1891 — impunha-se, por obra e graça do liberalismo, como espaço de uma hipertrófica centralidade política, naturalmente propícia a uma proclamação armada da República com impacte imediato no resto do país.⁽⁴⁷²⁾

A capital do reino, nos alvares do séc. XX, vivia uma intensa fase de transformação e desenvolvimento urbano.⁽⁴⁷³⁾ O casario despegara-se do rio e entrara pela terra dentro, invadindo zonas «novas» rasgadas para além do Passeio Público, mas ainda dentro de um perímetro urbano confinado pela estrada de circunvalação entre Alcântara a Oeste e Cruz da Pedra a Este e configurado em semicírculo — da beira Tejo seguia pelas alturas de Buenos Aires e Campolide, São Sebastião da Pedreira, Alto de São João e Cruz da Pedra, num área total de 8,5 km, que extravasava um pouco tanto para Este, em Xabregas, Marvila e Beato, como para Oeste, de Belém até Algés.

Às reformas administrativas e urbanísticas, levadas a cabo no final de oitocentos, foi-se somando um forte crescimento demográfico — entre 1900 e 1911 a população da cidade passou de 357.000 para 434.500 habitantes — associado a uma clara fase

⁽⁴⁷¹⁾ Cf. MACHADO, Bernardino — *Só a república é a verdade*. Coimbra: Edição do Autor; s.d., p. 8.

⁽⁴⁷²⁾ Raul BRANDÃO, talentoso ficcionista, celebrou nas suas *Memórias* a afirmação, posta na boca de João Chagas — «E o Porto e a provincia? — pergunto eu ao Chagas — Que me importa a provincia! Que importa mesmo o Porto! A Republica fazemol-a depois pelo telegrapho» (Cf. Idem — *Memórias*, vol. I. Porto: Edição da «Renascença Portuguesa», 1919, p. 268).

⁽⁴⁷³⁾ Seguimos de perto o estudo de GAMA, António — O Espaço na revolução republicana de 1910. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 7, 1985, p. 335-346.

de industrialização, com reflexos inevitáveis numa distribuição e consequente separação sócio-espacial. Nos subúrbios do lado oriental acentuava-se mais o elemento popular, enquanto nos do lado ocidental tendia a concentrar-se a burguesia, apesar de excepções como a de Alcântara. E de um ângulo complementar pode dizer-se ainda que os bairros mais populosos eram, sem dúvida, os da ribeira-rio e das colinas próximas — os famosos bairros do Castelo, Alfama e Bairro Alto —, em contraponto às avenidas novas, zonas centrífugas, onde a burguesia endinheirada se instalara em vistosas e amplas casas com jardins ou em prédios de aluguer de renda cara, articulando a sua nova zona residencial com a Baixa, o Chiado e o Passeio Público, ou seja, com o centro dos serviços, dos negócios e da vida social. Aí se concentravam, pois, as repartições, os bancos, os ministérios, os escritórios, os consultórios e o comércio, que absorvia muita mão-de-obra residente nos subúrbios ribeirinhos e nas colinas confinantes.

Na periferia e a ocidente deste «núcleo», por onde girava a *sociedade elegante* que Raúl Brandão evoca nas suas *Memórias*,⁽⁴⁷⁴⁾ ficavam os palácios reais das Necessidades e da Ajuda, sede do Poder régio. E em seu redor foi-se dispendo e consolidando uma presença militar repartida pela 1.ª Divisão Militar, por unidades da Marinha e por forças policiais. A 1.ª Divisão compreendia, além do Quartel General (em São Domingos) e vários estabelecimentos militares (Escola do Exército, Hospital Permanente, etc.), as tropas de linha de Infantaria 1 (em Belém), 2 (em Alcântara), 5 (na Graça) e 16 (em Campo de Ourique), Caçadores 2 (às Necessidades) e 5 (no Castelo), Artilharia 1 (para os lados de Campolide), baterias de Queluz, regimentos de Cavalaria 4 e Lanceiros 2 (ambos em Belém) e o Campo Entrincheirado. A Marinha contava com o Arsenal, o Quartel de Marinheiros (em Alcântara) e os cruzadores fundeados no Tejo, *D. Carlos*, *São Rafael* e *Adamastor*. E, por último, as forças policiais incluíam a Guarda Municipal (substituída após o 5 de Outubro pela Guarda Republicana), com 1.174 homens e cujo quartel principal estava sediado no Convento do Carmo, a Polícia de Segurança com um efectivo de 1.200, e a Guarda Fiscal que agrupava 1.397.⁽⁴⁷⁵⁾

Salvo a conhecida «apetência» revolucionária dos marinheiros e a difusão da propaganda anti-monárquica entre a pequena oficialidade, sargentos, cabos e soldados de várias unidades do dispositivo militar incumbido da defesa da Pátria e do Poder monárquico-constitucional, a implantação da República foi fundamentalmente obra de civis guiados pela Carbonária, que atingiu cerca de 40.000 membros de 1908 a 1910, decaindo, porém, rapidamente, desde então até desaparecer, apesar dos esforços para a reactivar em 1915. As Forças Armadas, em geral, pautaram-se pela equidistância, alheando-se do confronto, como sugere a análise da vasta bibliografia existente sobre o 5 de Outubro.⁽⁴⁷⁶⁾

⁽⁴⁷⁴⁾ Ver BRANDÃO, Raúl — *Memórias*, vol. 1, ob. cit., p. 271-291.

⁽⁴⁷⁵⁾ Baseamo-nos na reconstituição do dispositivo militar e respectivos comandos nas vésperas da Revolução feita por BAPTISTA, Jacinto — *Um jornal na revolução. «O Mundo» de 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Seara Nova, 1966, p. 93-98.

⁽⁴⁷⁶⁾ Ver MARQUES, A. H. de Oliveira — *Guia de história da 1.ª república portuguesa*, ob. cit., p. 139-143; FERREIRA, José Medeiros — *Mudanças de regime político e forças armadas em Portugal: o trânsito da monarquia para a república. Nova História*, Lisboa (2 - 1.ª República portuguesa) Dez. 1984, p. 3-13; e SANTOS, Fernando Piteira — *Uma análise militar da revolução republicana. História*, Lisboa (48) Out. 1982, p. 2-23.

Se olharmos para o grupo que liderou o processo revolucionário, condensado na chamada Comissão de Resistência, saída de uma magna assembleia de *maçons* reunida, em 14 de Junho, na sede do Grande Oriente Lusitano, e composta por nove membros — José de Castro, grão-mestre adjunto da Maçonaria, e os «irmãos» Miguel Bombarda, Cândido dos Reis, Simões Raposo, José Cordeiro Júnior, Francisco Grandela, António Maria de Azevedo Machado Santos, António Maria da Silva e Martins Cardoso —, sobressai de imediato uma forte presença civil e, no tocante ao elemento militar, as figuras mais proeminentes eram marinheiros — o almirante Cândido dos Reis e o comissário naval de 2.ª classe e líder carbonário António Maria de Azevedo Machado Santos. Figuras essas que, por atitudes diferentes, deixaram gravados os seus nomes nos «anais» da Revolução.⁽⁴⁷⁷⁾

Um acto fortuito e estranho aos beligerantes proporcionou um desfecho favorável aos revolucionários. Pouco depois das 8 h do dia 5, o encarregado de negócios da Alemanha em Portugal pediu um armistício de uma hora, para evacuar os seus compatriotas residentes nas zonas mais afectadas pelo tiroteio. Durante a trégua que se seguiu para as negociações, a mole de apoiantes da Revolução, entre os quais se incluía Alberto da Silva Pais à frente de um grupo de populares,⁽⁴⁷⁸⁾ desceu a Avenida da Liberdade, envolveu os soldados monárquicos e acompanhou Machado Santos. Festejado como o *herói da Rotunda* a par de outros heróicos companheiros — os segundos-tenentes da Armada Tito de Moraes, Mendes Cabeçadas e José Carlos da Maia, e o primeiro-tenente Ladislau Pereira, oficiais que ficaram no seu posto do princípio ao fim —, apresentou-se ao comandante da 1.ª Divisão Militar, general Rafael Gorjão, forçando-o a render-se. O sangue derramado — terá havido 60 mortos e várias centenas de feridos⁽⁴⁷⁹⁾ — foi pouco, segundo a historiografia republicana, desejosa de acentuar a índole generosa e pacífica do novo regime: *Combate pouco cruento* — frisou Raúl Rêgo — e *sem aquela sangueira que se previa. Nem houve sangue real vertido, já que nenhum dele se arriscou.*⁽⁴⁸⁰⁾ Animados, pois, do mais altruístico e sincero patriotismo, os membros do Directório do Partido Republicano Português, como Eusébio Leão, Inocêncio Camacho e José Relvas, dirigiram-se, então, ao edifício da Câmara Municipal, no Largo do Município, ao pé dos Ministérios, para proclamarem a República e desfraldarem uma bandeira verde e rubra, que Machado Santos hasteara na Rotunda. Eram 11 h da manhã, e perante as *massas republicanas* em festa anunciaram a formação do Governo Provisório, presidido pelo ideólogo republicano Teófilo Braga e formado pela nata do Partido: António José de Almeida, na pasta do Interior; Afonso Costa, na Justiça; José Relvas, nas Finanças; António

⁽⁴⁷⁷⁾ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — Portugal. Da Monarquia para a República, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) — *Nova História de Portugal*, vol. 11, ob. cit., p. 698-699.

⁽⁴⁷⁸⁾ Circunstância biográfica divulgada tanto pelo *Notícias de Caminha*, de 9 de Outubro de 1910, p. 3, como pelo *Jornal Caminhense*, de 20 de Outubro. Ver também Alberto da Silva Pais, cx. 3068. (Arquivo Histórico-Militar)

⁽⁴⁷⁹⁾ Ver a análise sócio-profissional das «baixas» entre os revolucionários e a tese subsequente da reduzida participação dos militares em VALENTE, Vasco Pulido — *O Poder e o povo: a revolução de 1910*, ob. cit., p. 137-139.

⁽⁴⁸⁰⁾ Cf. REGO, Raul — *História da república, vol. 2 - A transição da monarquia para a república*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974, p. 186.

Xavier Correia Barreto, na Guerra; Amaro de Azevedo Gomes, na Marinha; Bernardino Luís Machado Guimarães, nos Estrangeiros; e António Luís Gomes (substituído em Dezembro de 1910 pelo médico e jornalista Manuel de Brito Camacho) no Fomento.

Culminava, assim, um processo revolucionário com ramificações por todo o país, havendo *comités* locais encarregues de sublevar as povoações, o que explica a existência de levantamentos nos concelhos mais próximos de Lisboa, como Montijo, Seixal, Barreiro, Almada e Loures, onde já de véspera se consumara o sonho republicano.

Em Coimbra também se viveu intensamente a fase preparatória do movimento revolucionário, como testemunhou o tenente de Infantaria Costa Cabral, citando o nome de vários conspiradores na província.⁽⁴⁸¹⁾ Entre eles não aparece, porém, o nome de Sidónio Pais. Ao contrário do irmão Alberto, propenso a uma exaltação nervosa que o impelia para actos condizentes com o estereótipo da bravura ou da coragem militares, fosse para combater indígenas, fosse para derrubar políticos, Sidónio, como temos tentado mostrar, sendo um emotivo, um arrebatado e um activo, era, em simultâneo, um conciliador; um «jogador» intuitivo e prudente, só arriscando e assumindo posições irreversíveis quando no plano interior e pela força das circunstâncias se tornava inevitável o salto em frente. Só, então, era capaz de arrebatamentos ousados e de atitudes desasombradas. Já atrás o surpreendemos em momentos de quebra da sua habitual, discreta e cautelosa acomodação ao *statu quo* — ao envolver-se, em 1905, com uma senhora casada no acanhado e provinciano meio coimbrão, ao dizer o que pensava, em 1908, na solene e «sacra» Sala dos Capelos ou ao desencadear, de imediato, o movimento da extensão universitária cooperando abertamente com a demopédia republicana.

Sidónio Pais não se envolveu na conspiração republicana, mas desejou-a, viveu-a com emoção e pôde ser prontamente «recrutado» pela República sem qualquer sombra de *adesivagem* no seu *curriculum*.

Servi-la-á como «aprendiz» dócil e circunspecto até se converter, acidental e dramaticamente, num dos corifeus do descontentamento republicano e nacional.

⁽⁴⁸¹⁾ Cf. CABRAL, Cesár Amadeu da Costa — *A Accção republicana militar na provincia. (Região central do paiz)*. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 53-54.

(Página deixada propositadamente em branco)

SEGUNDA PARTE



Ao Serviço da República

*Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal
(...)
Às armas! sobre a terra, sobre o mar,
Pela Pátria lutar
Contra os canhões, marchar*

A Portuguesa, por Lopes de Mendonça

(Página deixada propositadamente em branco)

Capítulo I

O Raiar d'uma aurora ideal⁽⁴⁸²⁾

A «Redenção» numa Europa hostil

Em folha avulsa, manuscrita a tinta em letra miudinha, Sidónio Pais alinhou na brancura do papel umas breves frases que reaparecem em duas versões integrais de um discurso sem data. Através das metáforas mágicas dos poetas e dos «magos» da retórica, fixou aí a emoção de um singular e forte momento histórico: *Nuvens negras que se encastellaram no ar, varreu-as o vento rijo da Revolução. Sol brilhante da Republica. Luminoso dia de redempção da minha Patria, surgiste emfim, e illuminaste de tua luz intensa e inefável o solo de Portugal.* E em data incerta, mas próxima dessa auspiciosa hora de «redenção», escreveu outras frases curtas, mas enfáticas: *Nação que despertas como d'um pesadelo e da falta de sinceridade. É preciso voltar á verdade, á sinceridade.*⁽⁴⁸³⁾

Tal e qual a narrativa de Hesíodo, os novos servidores ou émulos do Titã cumpriam o desiderato secularizador e roubavam o fogo sagrado para o derramarem pelo Povo, essa mole humana convertida em entidade imaculada e onipotente.⁽⁴⁸⁴⁾

Para os ladrões da centelha celestial estava reservado o mais implacável e o mais cruel dos castigos — o da dissimulação que engana e que desfaz as ilusões, transformando-as em horríveis pesadelos. E talvez não exageremos se, descendo ao caso específico de Sidónio Pais e dos seus companheiros de jornada, adiantarmos que eles provaram o

⁽⁴⁸²⁾ O Estado do povo, in CARVALHO, A. Farinha de — *Portugal. O riso e a raiva. Texto, selecção e organização de ... Nota prévia de António Valdemar. Desenhos Leal da Camara, J. Silva, Trindade Correia e Chico Lisboa.* Lisboa: Vega, 1991, p. 32.

⁽⁴⁸³⁾ Discursos. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político, geral).

⁽⁴⁸⁴⁾ Vale, por isso, a pena ter bem presente a temível ousadia de Prometeu. Decidira «iludir o pensamento de Zeus» e dividiu um boi em duas partes: a primeira, composta pelos melhores bocados, foi coberta com o ventre do animal; a segunda, composta pelos ossos descarnados, foi dissimulada por debaixo de uma apetecível e alva banha. Zeus, furioso, recusa-se a conceder o fogo aos homens, protegidos de Prometeu, o «do coração repleto de malícia». E eis que de novo o filho de Jápeto desafia o senhor dos deuses e rouba «da concavidade de uma férula» a centelha celestial, mas desta vez Zeus castiga cruelmente o Titã e a sua cólera abate-se ainda sobre os homens: a seu mando Hefesto modela uma estátua de argila [Pandora], que Atena decora, enviando para a terra «essa armadilha, fictícia e sem entranhas, reservada aos humanos». Ver TROUSSON, Raymond — *Prometeu na literatura.* Porto: Rés-Editora, s.d., p. 18. Para um resumo condensado das versões deste mito ver SCHMIDT, Joël — *Dicionário de mitologia grega e romana.* Lisboa: Edições 70, 1994, p. 228-229.

travo amargo da «redenção» que tarda e não chega; que eles sentiram a vertigem dos visionários, imolando-se como obreiros-redentores!...

Moderno, racionalista, cientista, agnóstico e democrata, Sidónio Pais seguiu, desde moço, os paladinos que preconizavam um fim e um recomeço — um fim escatológico, que comportava a salvação linear da Pátria, e um recomeço cosmogónico, que trazia o fascínio da recriação circular do Cosmos, da Idade do Ouro. Como tantos outros, seguiu empolgado os corifeus do milenarismo, duplamente ousados e desafiadores a ponto de concitarem *a ira e o castigo de Zeus*. Um castigo artiloso e severo, que se ocultava no interior da estátua *ficícia e sem entranhas* da Pandora-República, donde saíram aparentes maravilhas, perigosas perversões — o «elixir» da ciência, a senha regeneradora, o *pathos* nacionalista...

Fora, sem dúvida, grande a ousadia humana e enorme a ousadia política de um pequeno Povo animado da fúria iconoclasta demolidora do Trono e do Altar e guiado pelos exemplos épicos das Repúblicas democráticas da França, da Suíça, do Brasil ou dos Estados Unidos da América. Ousara avançar em condições previsivelmente muito adversas. Não escrevera Teófilo Braga que *a República não pode implantar-se em Portugal, enquanto o regime democrático não triunfar em Espanha? Se a democracia não florescesse em Espanha, o reputado doutrinador previa, em 1880, uma situação hostil à sobrevivência das aspirações republicanas: Ainda que tivéssemos a melhor vontade, e que a maioria da nação fundasse deliberadamente a República portuguesa, as restaurações bragantina e miguelina achariam na monarquia de Espanha as condições para nos perturbarem e desalentarem este povo, até que ele próprio cansado e exausto se deixasse agarrar por um salvador monárquico.*⁽⁴⁸⁵⁾ Os factos confirmariam, em parte, a previsão, confrontando a jovem República com o «perigo» espanhol e com a envolvente hostilidade europeia.

A Europa de 1910 era ainda um continente de cabeças coroadas, onde persistia teimosamente o compromisso histórico entre as ideias liberais e o velho princípio monárquico (de raiz hereditária e teocrática), mas era, também, um continente em mudança no plano económico e social, bem como sujeito a fortes tensões entre o antigo e o moderno nos planos cultural e mental. Uma Europa que constituía, para bem e para mal, a condicionante externa decisiva que urgia integrar em todo e qualquer projecto de mudança na política interna portuguesa.

A lúcida percepção desse aspecto estratégico gerou a proposta aprovada no Congresso do P.R.P., no Porto, em Abril de 1910, acerca do envio de uma missão a Paris e a Londres representativa dos republicanos portugueses, empenhados já numa intransigente opção revolucionária para a conquista do Poder. Essa missão envolveu os drs. Alves da Veiga, residente desde 1891 na Bélgica, Bernardino Machado, que por motivos diversos não aceitou o encargo, José Relvas, que o relatou no seu *Diário*, e Magalhães Lima, jornalista, Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa e intelectual com uma ampla rede de amizades e de relações cordiais no estrangeiro, utilíssimas numa operação de

⁽⁴⁸⁵⁾ Cf. BRAGA, Teófilo — *História das ideias republicanas em Portugal*. Lisboa: Vega, 1983, p. 173. (1.ª edição, 1880).

charme diplomático e propagandístico tão hábil quanto difícil: não bastava atrair diferentes opiniões públicas, era preciso também ganhar alguma receptividade nas principais Chancelarias europeias, colocando-se, nesse caso, numa incómoda situação face ao Governo de Teixeira de Sousa.

Na Europa, com os seus 400 milhões de habitantes, predominavam, de facto, as Monarquias constitucionais — Suécia, Noruega, Dinamarca, Países Baixos, Bélgica, Inglaterra, Espanha, Itália, Sérvia, Roménia e Grécia; seguidas pelos autocráticos Impérios centrais e do médio Oriente — Rússia, Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia; e, por fim, dois principados compunham o ramalhete: o Montenegro e a Bulgária. Repúblicas só havia duas: a francesa e a suíça. Modelo raríssimo nos outros continentes, salvo na América, onde todos os países independentes eram outras tantas Repúblicas. Segundo Trindade Coelho no seu *Manual político do cidadão português*, a Monarquia absoluta só vigorava em países de civilização antiga, mas estática, ou seja, que não evoluía. A Monarquia constitucional era uma forma política mais recente, que visava conciliar, dentro de certos limites, a crescente aspiração dos povos de se governarem a si próprios. Mas era a República a forma mais progressiva: *Todas as republicas existentes, excepto a Suissa, datam de menos de um seculo. Se algumas d'ellas, principalmente na America central, estão ainda mal equilibradas, póde affirmar-se, comtudo, que essa fôrma corresponde em geral a uma educação política muito adiantada, e que os povos que a adoptaram são os mais felizes.*⁽⁴⁸⁶⁾

Olhando para a Ásia e para a África o autor do *Manual político* sublinhou o predomínio do colonialismo europeu, exercido directamente ou sob a forma de protectorado e que a eloquência dos números não desmente: em ambos os continentes, a superfície das colónias e de países de protectorado europeu era de 24.096.000 km², contra os 14.538.000 km² dos países independentes. Expressão parcelar, mas incisiva, do sistema internacional e civilizacional desenvolvido na segunda metade do século XIX e caracterizado, em 1904, por um jovem recém-licenciado da Faculdade de Direito de Coimbra nestes sucintos termos: *Se os principaes sustentaculos do imperialismo são o militarismo e a política, temos que o seu fundo, a sua propria substancia residem na industria e no commercio. É num vertiginoso desenvolvimento, num extraordinario élan dado a estes dois ramos da actividade humana onde está a essencia da vida imperialista d'uma nação, da sua grandeza triumphante.*⁽⁴⁸⁷⁾

Era este o «segredo» do imperialismo europeu, impulsionado, de início, pela Inglaterra, a que se seguiu a França, e convertido num sistema multipolar cada vez mais instável do ponto de vista geoestratégico e económico em virtude da emergência fulgurante da Alemanha, dos Estados Unidos e do Japão. Acresce a isto a debilidade dos velhos Impérios centrais — a Áustria, a Rússia e o Império Otomano — ameaçados pelos interesses das novas potências, pelos ímpetos nacionalistas que se intensificaram a partir

⁽⁴⁸⁶⁾ Cf. COELHO, Trindade — *Manual político do cidadão português*. 2.ª edição actualizada e muito augmentada. Prefácio de Alberto de Oliveira, Ministro de Portugal na Suissa. Porto: Tipografia a Vapor da Empresa Literária e Tipográfica, 1908, p. 30.

⁽⁴⁸⁷⁾ Cf. PEIXOTO, A. Cruz da Rocha — *Os Conflictos internacionaes ao principiar o século XX*. O Instituto. Coimbra, 51 (1904) p. 610.

de 1848 e por graves sintomas de anacronismo político e socio-económico. É fácil ver que o gradual, mas irreversível declínio do Império dos Habsburgos viabilizou, desde o primeiro quartel de oitocentos, a expansão da Prússia, a unificação alemã e a afirmação inequívoca do II.º Reich, enquanto no noroeste asiático o expansionismo nipónico introduziu um reordenamento estratégico na zona, estimulado pela derrota de uma Rússia a braços com graves perturbações internas e prenúncio de um mal-estar profundo na guerra russo-nipónica de 1905. Por outro lado, a agonia do «gigante» otomano, velho rival estratégico da Monarquia dual vienense, precipitou inexoravelmente a desestabilização nacionalista dos Balcãs, considerada a causa próxima da Grande Guerra de 1914-1918. Mas lá iremos...

Em súpula, o estado do Mundo nos alvares de novecentos reflectia-se num *tableau* internacional onde a novíssima *Marianne* portuguesa — essa Mãtria (Mulher/Anima) de peito descoberto, envergando vestes verde rubras, com olhar sereno e barrete frígio na cabeça — voltando-se obrigatoriamente para o delicado flanco europeu, devia seduzir, com os seus inefáveis encantos, e defender-se, com garra e determinação. Sedução e defesa resumiam a prioridade que se impunha. E para tal era imprescindível o concurso de fervorosos e tenazes seguidores.

Na Ribalta política e académica

Nessa revolucionária alvorada de Outubro de 1910, Sidónio Pais estava envolvido nas tarefas atrás descritas e relacionadas com a Escola Industrial Brotero, de que era o Director ordeiro, zeloso e estimado.

Vimo-lo já frenético, durante o mês de Setembro, a preparar ou a ultimar propostas estratégicas para a expansão e o êxito regional do ensino industrial. Enquanto não começavam as aulas na Universidade, com abertura tradicional marcada para o dia 16, era na *Brotero* que passava boa parte do seu tempo. Para o Colégio S. Pedro fazia já tenção de não ir, conforme confessara a seu irmão António. Sentia-se fatigado de uma intensa actividade docente, ansiava e precisava de mudar.. Vimos, aliás, que este profundo desejo de mudança se traduzira, ao longo de 1908, em atitudes públicas inequívocas. Sidónio quebrara o silêncio e saíra da sombra institucional a que habitualmente se remetia, para dizer e fazer o que pensava.

Belisário Pimenta comentara nas suas inéditas e interessantíssimas *Memórias* que, nas vésperas do 5 de Outubro, Sidónio Pais tinha já a fama de republicano. No seio da *Brotero*, na comissão coimbrã da Liga de Educação Nacional e nas suas tertúlias habituais não só assumiu o seu republicanismo, como estreitou contactos com correligionários da *velha guarda* local; e mantivera, também, relações pessoais com Bernardino Machado, Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho, que ao contrário dos anteriores não foi seu conviva e colega em Coimbra. O fundador e director de *A Lucta* cativou a admiração e a estima de Sidónio, que se manteve afeiçoado a esse camarada médico anos a fio, após o efémero convívio em Artilharia 2 de Torres Novas (1893 e 1894), não hesitando mais tarde em seguir a trajectória jornalística e política do amigo através da leitura assídua e atenta dos seus famosos artigos de fundo. Não sabemos exactamente a data em que se voltaram a encontrar, mas em Novembro de 1910 Sidónio recebera a carta de um aluno do 1.º ano de Engenharia Civil da Escola do Exército, que lhe pedia

para interceder junto do então Ministro do Fomento (antigo M.O.P.C.I.) do Governo Provisório e futuro chefe da União Republicana.⁽⁴⁸⁸⁾

No início da tarde do dia 6 de Outubro de 1910 uma multidão concentrara-se em frente dos Paços do Concelho para proclamar a República com brados patrióticos e saudações calorosas. Assim reza o auto da sessão especial realizada na sala das sessões da Câmara Municipal e subscrita por trezentas e sessenta e oito das personalidades presentes. Sidónio Pais era uma delas e assinou em quinquagésimo lugar. A sessão decorrera estando presentes, em representação da Municipalidade reeleita em 7 de Janeiro de 1910, o bacharel Sílvio Pélico Lopes Ferreira Neto, Vice-Presidente a servir de Presidente, na compreensível ausência do lente de Direito, o conselheiro e conceituado constitucionalista doutor Marnoco e Sousa, e ainda o bacharel Joaquim Pereira Gil de Matos, João António da Cunha, Miguel José da Costa Braga, Victor da Silva Feitor e José Henriques de Sousa Secco. A presidir esteve o cidadão Francisco José Fernandes Costa, bacharel, chefe local republicano e recém-nomeado Governador Civil de Coimbra pelo Governo Provisório. A seu lado esteve António Cândido de Almeida Leitão, na qualidade de Administrador do concelho⁽⁴⁸⁹⁾ interino e depois titular até 8 de Dezembro, data em que pediu a exoneração do cargo, sendo substituído transitoriamente por Sidónio Pais, na altura ainda Presidente da Câmara Municipal.

A 13 de Outubro os Paços do Concelho voltavam a engalanar-se, solenes, para a posse da Comissão Administrativa. Dos efectivos constavam Sidónio Pais, António Augusto Gonçalves, Manuel Augusto Rodrigues da Silva, Frederico Pereira da Graça, Francisco Vilaça da Fonseca, Albino Caetano da Silva Pinto, bacharel Júlio Vieira de Figueiredo Fonseca, Adriano Viegas da Cunha Lucas e Floro Henriques. Pela respectiva acta sabe-se que a lista foi aprovada por aclamação *entre delirantes applausos e vivas á Republica Portuguesa, á Patria e á Camara Municipal de Coimbra*, seguindo-se o momento da apresentação pública da Comissão eleita. Houve os habituais discursos, rematados pela eleição do Presidente e do Vice-Presidente.⁽⁴⁹⁰⁾

A indigitação do nome de Sidónio Pais para a lista de Vereadores municipais, assim como para o cargo de Vice-Reitor da Universidade de Coimbra e, em Dezembro, para Administrador do Concelho interino e membro do Conselho de Administração da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, na qualidade de representante do Governo Provisório ficou, certamente, a dever-se a dois tipos de influência: a da rede republicana local e a de figuras cimeiras do P.R.P., membros das proeminentes elites jurídica, médico-cirúrgica e politécnica. Entre essas figuras sobressaiu Brito Camacho, de cuja rede sócio-política Sidónio Pais passou a fazer parte integrante. A instauração da

⁽⁴⁸⁸⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁴⁸⁹⁾ *Livro de actas da Câmara Municipal*. (Arquivo Histórico-Municipal de Coimbra). Documento reproduzido por LOUREIRO, J. Pinto (dir.) — *Anais do município de Coimbra, 1904-1919 no trigésimo ano da organização da Biblioteca Municipal*. Coimbra: Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p. 114; e resumido in *A Proclamação da república em Coimbra. Exposição. Arquivo Histórico Municipal (Torre de Almedina) 5 a 18 de Outubro de 1991*. Coimbra: Câmara Municipal, 1991, p. inum.

⁽⁴⁹⁰⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 395.

República, a par do conhecido e pouco pacífico processo da *adesivagem*, implicou, de facto, um recrutamento em larga escala e uma das vantagens de Sidónio, que tornou, por certo, célere e líquida a sua escolha, foi a de não ser *adesivo* e de reunir apreciáveis qualificações profissionais — artilheiro, lente de Coimbra, bom conhecedor do ensino técnico-profissional e especialista em electricidade.

A nova vereação do Município conimbricense recebera como herança do Executivo anterior vários empreendimentos e projectos modernizadores, inseridos numa política de *melhoramentos locais* desencadeada de 1899 a 1904 pelo dr. Dias da Silva,⁽⁴⁹¹⁾ prosseguida por Marnoco e Sousa e reclamada e perfilhada, sem diferenças significativas, pelos republicanos. Eis alguns deles: a municipalização e instalação da tracção eléctrica em Coimbra que exigira um empréstimo de 150.000\$000 réis, contraído na Caixa Geral de Depósitos, em 13 de Janeiro de 1910; o fornecimento de água por contadores e modernização do Serviço Municipal de Águas; a apreciação do local do Matadouro e resolução das questões relacionadas com os seus serviços, bem como a rescisão do contrato com a Empresa exploradora; a abolição do direito de portagem na ponte da Portela; o apoio claro à representação da Câmara do Porto junto da Câmara de Deputados sobre a substituição do imposto de portagem, pedindo para recair sobre todo o país e não sobre cada distrito como pretendia a Fazenda; o projecto exposto ao Governo da criação e transformação de novas e diferentes escolas do ensino primário, para implementação do qual a Câmara deliberara responsabilizar-se pelas despesas de mobiliário, casa da escola e habitação dos professores para as escolas de Telhadela (masculina e feminina), Pedrulha (mista), São Frutuoso (mista), Ribeira de Frades (mista), Monforte (mista), Chão do Bispo (masculina), Carapinheira da Serra (feminina), Brasfemes (desdobramento da escola mista), Botão (feminina), Souselas (feminina), Sé Nova (feminina, transformada em Central), Santa Cruz (transformada em Central) e São Bartolomeu (feminina transformada em Central); a aprovação de um novo poço de captação de água no rio Mondego; a aprovação, em 22 de Setembro de 1910, do regulamento da circulação dos carros eléctricos; etc.

As primeiras medidas do novo Executivo camarário datam de 20 de Outubro, estando já presente Sidónio Pais, assoberbado e repartido por outros cargos e responsabilidades. Nessa sessão, a nova Câmara começou por aprovar uma moção em que lamentava profundamente os acontecimentos ocorridos no dia inaugural do ano lectivo da Universidade, reprovando por completo os excessos ali praticados e fazendo votos para que a projectada reforma desse estabelecimento científico não viesse ferir os interesses da cidade. Moção assaz interessante por dois motivos: o Presidente da Municipalidade era, em simultâneo, Vice-Reitor da Universidade e associava-se, assim, à reprovação de um acto do qual, para certa opinião pública, fora cúmplice; e a importância da questão universitária para a cidade de Coimbra, bem patente quando for discutida a criação de outras Universidades, em Lisboa e Porto. E, para além dessa curiosa moção, houve ainda a distribuição de pelouros e a inevitável alteração da toponímia urbana em prol da memória republicana, por proposta do Vereador Rodrigues da Silva.

⁽⁴⁹¹⁾ Cf. LOUREIRO, J. Pinto (dir.) — *Anais do município de Coimbra*, ob. cit., p. 112.

Até ao final do ano decorreu um trimestre marcado pela frequente indisponibilidade do Presidente para participar nas sessões ordinárias, pela temporária substituição do Vice-Presidente, mestre Gonçalves, nomeado Superintendente da Administração dos Antigos Paços Reais e por um conjunto de medidas de que destacamos: por proposta do Vereador Albino Caetano da Silva Pinto resolveu-se criar uma Biblioteca Pública Municipal com inclusão no orçamento ordinário para 1911 da respectiva verba de funcionamento e com a aquisição imediata de alguns livros, de preferência através do contacto com escritores e editores; foi nomeada uma Comissão de Vereadores para rever o regulamento da circulação dos carros eléctricos e estudar o plano do preço das carreiras; foi pedida ao Governo Provisório autorização para ser contraído um novo empréstimo com aplicação na ultimação dos encargos resultantes da tracção eléctrica; foi aprovada por aclamação a proposta do Presidente, doutor Sidónio Pais, para que o dia 1.º de Maio de cada ano fosse considerado como *homenagem ao povo trabalhador*; foi tomada em consideração a nota do Director do Laboratório de Higiene sobre as análises dos géneros alimentícios relativas a 1910 com vista a uma maior eficácia e rigor da fiscalização sanitária, devendo para tanto aumentar o número de amostras sujeitas a análise laboratorial; foi requerida à tutela que a vereação de Coimbra continuasse a ser composta de nove vogais e não sete, conforme o disposto no Código Administrativo, devido ao grande desenvolvimento que o Município alcançara nos últimos anos, graças, sobretudo, às municipalizações da água, da luz e da tracção eléctrica, melhoramentos avançados pelos dois Executivos anteriores...⁽⁴⁹²⁾ A amostra sugere, afinal, continuidade, sem sinais de quebra ou de ruptura substancial entre a vereação monárquica e a republicana.

A 20 de Dezembro o Presidente da Câmara comunicou ter sido nomeado pelo Governo Provisório para o cargo de Administrador da CP, lugar incompatível com as funções de Vereador, pelo que pedia a respectiva exoneração. O pedido foi aceite e o Vice-Presidente, António Augusto Gonçalves, que retomara, entretanto, as suas funções, ficou a substituí-lo até se proceder a uma nova eleição para esses dois cargos do Executivo camarário. Antes da data da exoneração de Sidónio Pais já mestre Gonçalves acumulava, na prática, a função presidencial, como se verifica pelo registo da correspondência oficial e das actas das sessões.

Cargos políticos como o de Vereador implicavam a presença em todos os actos públicos, cerimónias, festas e recepções de vincada significação ideológica, cívica e municipal.

Foi, aliás, o caso da passagem por Coimbra, rumo ao norte, dos Ministros da Guerra, coronel António Xavier Correia Barreto, e do Interior, dr. António José de Almeida, marcada para o dia 6 de Novembro de 1910. No dia 4, o presidente da Comissão Republicana de Coimbra, Visconde do Ameal, deslocou-se pessoalmente aos Paços do Conselho para pedir o concurso da Câmara à *manifestação de simpatia e homenagem projectada para*

⁽⁴⁹²⁾ Esta resenha breve e meramente ilustrativa foi composta a partir de LOUREIRO, J. Pinto — *Anais do município de Coimbra*, ob. cit., p. 114-120; e *Livros de registo de correspondência expedida e Livro de actas*. (Arquivo Histórico-Municipal de Coimbra).

o dia 6, à passagem na estação B do caminho de ferro, dos Ministros da Guerra e Interior, devendo formar-se um cortejo cívico para ir cumprimentar o novo comandante do regimento de Infantaria n.º 23, o Governador Civil Dr. Cerqueira Coimbra, e proceder-se à inauguração da lápide da Praça da República.⁽⁴⁹³⁾

A Câmara acedeu participar em todas as manifestações de regozijo cívico e no dia aprazado, de acordo com os relatos da imprensa, o *Povo de Coimbra* protagonizou uma *Grandiosa Consagração por ocasião do 3.º mês decorrido sobre o 5 de Outubro*.⁽⁴⁹⁴⁾

Esta aparatosa demonstração de apoio ao novo regime pelos cidadãos de Coimbra contou obviamente com a presença, em destaque, de Sidónio Pais. Aí esteve como Presidente da Câmara, mas poucos dias depois partiu para Lisboa na qualidade de Vice-Reitor a fim de conferenciar com o Ministro do Interior sobre assuntos da Universidade, regressando de imediato a Coimbra, como informa o *Notícias de Coimbra* de 16 de Novembro, para estar presente na visita oficial do Ministro da Guerra, vindo do Porto, de retorno a Lisboa.

Chegado à Estação B, pelas 22 h. de Sábado, o coronel de Artilharia Correia Barreto foi aclamado pelo povo, recebido com música executada pelas bandas filarmónicas e houve ainda *marche aux flambeaux organizada no quartel de infantaria 23*. As pessoas empunhavam balões com as cores verde e rubra e cantava-se a *Portuguesa*. O Ministro a custo conseguiu chegar ao Hotel junto à Estação e de uma das janelas agradeceu à multidão. Fez uma breve alocução, seguido pelo aspirante do 23 Germano Martins e pelo tenente Hélder Ribeiro, ajudante do Ministro. Cerca do meio dia de domingo, o membro do Governo Provisório, acompanhado pelo Governador Civil, Comissário da Polícia e oficiais da sua comitiva, dirigiu-se para os Paços do Concelho, onde estava marcada a recepção pela Vereação municipal. Ao fundo da ampla escadaria que conduz ao andar nobre foi recebido pelo Presidente da Câmara e mais Vereadores, dirigindo-se de pronto para a sala de entrada, onde tomou assento na cadeira da Presidência, com o Governador Civil à direita e o Presidente do Município à esquerda. Começou este, aliás, por tomar a palavra, erguendo vivas à República e ao Ministro da Guerra, vivas calorosamente correspondidos pela assistência que enchia, por completo, a sala. Sidónio Pais, no seu discurso, fez notar o apoio da Nação ao novo regime, a cooperação do elemento popular em muitos diplomas legislativos e o espírito francamente liberal da cidade de Coimbra, durante muito tempo recalcado pela extinta Monarquia. O Ministro agradeceu as palavras do anfitrião e comunicou que o Governo Provisório iria acabar com as injustiças do recrutamento, tornando o serviço militar obrigatório e pessoal com a duração de apenas alguns meses, precedido por uma instrução preparatória, *que acompanha a creança até entrar no exercito e em que lhe incutirão o espirito do amor patrio e os deveres e os direitos cívicos*.

Terminada a recepção nos Paços do Concelho, o Ministro, acompanhado do General Comandante da Divisão Militar, seguiu de trem para a Universidade.

⁽⁴⁹³⁾ Cf. LOUREIRO, J. Pinto — *Anais do município de Coimbra*, ob. cit., p. 116.

⁽⁴⁹⁴⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 399-400.

Pouco passava das 13 h. quando, com a respectiva comitiva, atravessou a Porta Férrea. Entrou na Sala dos Capelos, em cuja teia se achavam presentes os professores Machado Vilela, Marnoco e Sousa, Guilherme Moreira, Sobral Cid, Silva Ramos, Francisco Martins, Luciano Pereira da Silva, Luís da Costa e Almeida, Bernardo Ayres e ainda os senhores Vicente Rocha, Teles da Gama, Luís Rosete (dirigente local do P.R.P.) e o Secretário da Universidade. Do outro lado da Sala estava uma deputação de oficiais do Regimento de Infantaria 23. O Ministro da Guerra tomou lugar numa mesa colocada a meio da teia, tendo à direita o General Comandante da Divisão e o Governador Civil e à esquerda o Vice-Reitor; doutor Sidónio Pais, em substituição do Reitor, sendo o primeiro a discursar.

O repórter do *Notícias de Coimbra*, num apressado resumo, conta-nos que Sidónio Pais se referiu *á união e solidariedade do povo e do exercito na revolução, á missão alta e nobre dos militares, que, antes de tudo, téem de defender a patria e não o regimen. Só devem defender quando elle resultar da soberania popular. Refere-se á organização social do povo de Lisboa e á do paiz, e diz que é symptomatico o acolhimento que a nação deu ao novo regimen, constituindo uma prova segura de que o espirito democratico existia numa grande maioria e que a pressão da monarchia é que o abafava e calcava ao ponto de elle explodir em Lisboa. Conta com a cooperação de todos os professores e estudantes, para fazer ressurgir a Universidade, levantal-a ao esplendor que por vezes já adquiriu, e pede ao sr. ministro da guerra que junto do governo provisorio transmitta o pedido solemne que lhe vae fazer: Salvar, proteger e elevar a Universidade ao lado das estrangeiras mais illustres.*⁽⁴⁹⁵⁾ E o Ministro da Guerra, como lhe cumpria, agradeceu e declarou que *a intenção do governo, o seu maior ideal, era o progresso da instrucção.*

Concluído o acto, deslocou-se ao Quartel em Santa Ana, passando pela Manutenção Militar e Regimento de Infantaria 23. À noite, pelas 19 h. na Sala Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se um concorrido e sumptuoso banquete, que contou com cerca de duzentas e vinte pessoas. O *Notícias de Coimbra* comentou: *O aspecto da sala era deslumbrante. E acrescentou: A todo o seu cumprimento estendiam-se cinco mesas, cobertas de crystaes e flôres, num belo conjunto. Ao fundo destacava-se a figura da Liberdade, que pertence ao Centro José Falcão e que é obra do sr. Antonio Augusto Gonçalves. No primeiro lanço da escadaria tocava a banda de infantaria 23 e na sala de entrada um quinteto composto do pianista Parra, premio do conservatorio de Madrid e dos srs. Ribeiro Alves, Bernardo d'Assumpção, Jose Elyseu e Patricio. No exterior concentrara-se uma multidão entusiástica que ouviu a banda tocar a Marselheza e irrompeu em ovações à grande republica de França. No interior, o dr. Ângelo da Fonseca leu os telegramas de Bernardino Machado, retido em Lisboa, e de Fernandes Costa, também ausente, seguindo-se os brindes à República. Em nome dos republicanos do distrito o mesmo dirigente republicano discursou, iniciando, assim, o momento alto da retórica em que intervieram Sidónio Pais, o Comandante General da Divisão, coronel Chagas, dr. António Leitão, Álvaro de Castro,*

⁽⁴⁹⁵⁾ Cf. A Consolidação. O Ministro da Guerra aclamado pelo povo de Coimbra [Na Universidade]. *Notícias de Coimbra*, 16 de Novembro de 1910, p. 1; e [Discurso]. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político, Subsecção Estudante e Lente).

dr. Júlio da Fonseca, António Augusto Gonçalves, os aspirantes de Infantaria 23 Augusto Casimiro e Germano Martins, o vereador Floro Henriques, entre outros.

O Ministro deixou Coimbra, que dele se despediu da forma *mais affectuosa possível* e com grande entusiasmo. Mas Coimbra continuou em alvoroço e Sidónio Pais num rodopio entre a Alta e a Baixa da cidade. Até final do mês de Novembro e pelo de Dezembro dentro haveriam de suceder, em catadupa, decisões políticas e manifestações públicas.

Através da *Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra* e da *Associação Comercial* agitou-se a comunidade coimbricense contra a projectada criação da Escola de Direito em Lisboa e a favor da equiparação da Faculdade de Letras ao Curso Superior de Letras de Lisboa, da criação do Tribunal da Relação, de uma Escola Correccional para Menores, de um Hospital de Alienados, de uma Escola Comercial, da mudança do Instituto de Agronomia para a Escola Nacional de Agricultura, etc. As comissões paroquiais mobilizaram-se e pediram à Câmara Municipal que empregasse todos os seus esforços para ser proibido o jogo, considerado *a desgraça e perdição de muita gente*. Num sábado de tarde, dia 26 de Novembro, realizou-se a primeira experiência dos carros eléctricos, que percorreram a linha até meio da rua da Sofia e a Avenida Emídio Navarro até ao Largo das Ameias. No último domingo desse mês realizou-se a ida a Lisboa, em comboio fretado para o efeito, de grande número de cidadãos, cerca de mil pessoas, que se propunham cumprimentar o Governo Provisório e solicitar que na iminente reforma dos estudos não fossem feridos os *legítimos interesses de Coimbra*, concretamente a criação da Faculdade de Direito em Lisboa, e à hora aprazada — 17 h. — os manifestantes reuniram-se em frente à Estação do Rossio (onde tinham chegado pelas 10 h da manhã desse dia) e daí seguiram para o Terreiro do Paço ou Praça do Comércio, concentrando-se junto ao Ministério do Interior onde se achavam os srs. *governador civil de Coimbra e dr. Sidonio Paes, presidente da Camara.*⁽⁴⁹⁶⁾

Na véspera dessa manifestação em prol dos interesses de Coimbra, o Reitor da Universidade de Coimbra, dr. Manuel de Arriaga, reassumira as suas funções e conferenciou com o seu substituto e directo colaborador — o Vice-Reitor Sidónio Pais — sobre a reforma dos estudos do primeiro estabelecimento de ensino superior do país, assunto candente que estava já a ser abordado por várias comissões especiais de lentes das diversas Faculdades e, a título informal, por alguns académicos.

No dia 8 de Dezembro, quinta-feira, realizou-se, no Teatro Avenida, o sarau a favor das famílias das vítimas da revolução republicana,⁽⁴⁹⁷⁾ promovido pelo Coimbra-Club, para cujo êxito concorreu a presença do *grande orador dr. Alexandre Braga e de Machado Santos, o heroe da revolução*, assistindo várias individualidades, nomeadamente Sidónio Pais. A 20 desse mês houve sessão extraordinária da Câmara Municipal para tratar da viação eléctrica (inaugurada no último dia do mês) e *depois de aprovado o orçamento suplementar e dado conhecimento da escusa do presidente, sr. dr. Sidonio Paes, em virtude dos seus muitos afazeres, foi resolvido nomear dois peritos para darem o seu parecer sobre*

⁽⁴⁹⁶⁾ Cf. Na Defeza de Coimbra. Ida a Lisboa. *Notícias de Coimbra*, 30 de Novembro de 1910.

⁽⁴⁹⁷⁾ Ver LOUREIRO, José Pinto — *O Teatro em Coimbra*, ob. cit., p. 207.

as instalações electricas, marcando-se o 1.º de Janeiro proximo para a inauguração deste Serviço. Os peritos são, provavelmente, os srs. Clark e dr. Sidonio Paes. Para as vagas dos srs. dr. Sidonio Paes, Floro Henriques e dr. Julio da Fonseca que nao podem continuar a fazer parte da commissao administrativa municipal, foram chamados substitutos srs. Francisco Alves Madeira Junior, João Augusto Simões Favas e Jose Correia Amado. Fica na presidencia da Camara o sr. Antonio Augusto Gonçalves.⁽⁴⁹⁸⁾ E nessa mesma altura partiu Sidónio Pais, na qualidade de Director da Escola Industrial Brotero, para Lisboa, com vista a solicitar do Governo Provisório a urgente e tão almejada construção do novo edifício para instalação definitiva da Escola...

Como se verifica por esta sinopse ilustrativa, Sidónio Pais teve de desdobrar-se nas várias frentes em que lhe competia servir a República. Para ele era um dever patriótico, mas para os aguerridos jovens que animavam o semanário monárquico académico *Pátria Nova*,⁽⁴⁹⁹⁾ esse frenesim republicano tinha outro nome, muito menos nobre ou elevado — acumulação!... Na sua mira estavam agora os actos e a gula político-administrativa dos novos senhores. E na edição de 30 de Novembro, sob a epígrafe *É prohibido acumular...*, alvejavam quase certos: *Há cá pelos arredores um cidadão que é: official d'engenharia, director da Escola Brotero, professor de duas cadeiras da Universidade, professor da Escola Industrial Brotero, vice-reitor da Universidade, presidente da Camara Municipal, etc. E d'este accumulador não falam os redemptores da Patria!*⁽⁵⁰⁰⁾ Os moços tocaram na «ferida»...

Estava, de facto, em curso e era desenfreado o «assalto» aos mais diversos postos na Administração, desde o nível local até ao aparelho governativo. Embora compreensível, essa atitude parecia certamente mal, tanto mais que uma das cordas afinadas da propaganda republicana vibrava há muito questões de ética suscitadas pela alegada imoralidade e corrupção dos monárquicos.

Não podia, pois, o Ministério do Interior; cujo titular era o orador brilhante e fogoso idealista António José de Almeida, tido, aliás, por republicano convicto e sério, alhear-se do problema. E a 19 de Novembro de 1910 publicou uma portaria que tornava obrigatória a resposta imediata a um questionário distribuído pelos funcionários e responsáveis de cargos públicos. Sidónio Pais preencheu-o na qualidade de lente universitário. À alínea b) *Cargo de que vence ordenado de categoria* respondeu: *Lente de Mathematica da Universidade, cargo que desempenha, sendo Capitão d'artilharia. Com que ordenado? Não recebe ordenado. Recebe como official do exercito o soldo normal de 46\$565 reis. Qual a gratificação? 36\$430 reis mensais.* Declarou ainda que exercia outros cargos remunerados do Estado: *Director e professor da Escola Industrial Brotero. Actualmente não rege cadeira, exerce só as funções de director.* Destas funções recebia por mês 25\$496 réis. Era obrigado

⁽⁴⁹⁸⁾ Cf. O Eterno blandrau. *Notícias de Coimbra*, 21 de Dezembro de 1910, p. 2.

⁽⁴⁹⁹⁾ Sobre o conteúdo programático do periódico ver PRATA, Manuel Alberto Carvalho — *A Academia de Coimbra*, vol. I, ob. cit., p. 766-774; e RAVARA, António Pinto — *Acerca das eleições de 1911*. *Clio*, Lisboa, 3, 1981, p. 145.

⁽⁵⁰⁰⁾ *É prohibido acumular...* *Pátria Nova*, de 30 de Novembro de 1910, p. 1. No número seguinte de 8 de Dezembro o tema foi retomado e ampliado com o título *Accumulações*. *Pátria Nova*, 8 de Dezembro de 1910, p. 1.

a permanecer nas várias Repartições em que servia. *Nas horas d'aula, exames e reuniões de Conselho.* Tinha a *participação d'exercício inerente á regencia de cadeira.* Exercia a comissão de Vice-Reitor da Universidade, que só era renumerada na ausência do Reitor: 1\$460 réis por dia de serviço, sujeitos a descontos. Desempenhava-a, porém, *a toda a hora.* Era também Presidente da Comissão Municipal de Coimbra, sem hora fixa. Não tinha pensão de reforma ou aposentação de cargo do Estado ou do Município. E não recebia honorários de nenhuma empresa por funções de nomeação do Estado. Nem era membro de direcções ou conselhos fiscais de empresas que tivessem contrato com o Estado ou do Estado recebessem subvenção.⁽⁵⁰¹⁾

Era exacta a situação profissional e remuneratória declarada por Sidónio em meados de Novembro. Um mês antes tomara posse como Administrador da CP e um mês depois seria empossado como Vice-Reitor da Universidade.

Para Reitor fora escolhido e nomeado Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, encarregue de, em nome da República e do seu Governo Provisório, restabelecer a calma e de encetar a reforma universitária há muito desejada e várias vezes proclamada...⁽⁵⁰²⁾ Esse causídico e republicano da velha guarda, foi caricaturado por Carlos Malheiro Dias como *um precursor platónico, menos do que um apóstolo, da República. Os seus contemporâneos podiam chamar-lhe um excêntrico. A sua democracia era um pouco no género da de Passos Manuel e menos de feição a atemorizar, professada por um aristocrata, hereditariamente imbuído pelos preconceitos de nobreza.*⁽⁵⁰³⁾ Enfim, esse simpático e respeitável açoreano septuagenário escolheu para seu braço direito o lente Sidónio Pais, com apenas 38 anos. Se a escolha surpreende é por ficar um pouco aquém da pretensão publicamente expressa: em Lisboa, dias antes, um numeroso grupo de bacharéis formados em Coimbra sugerira o nome de Sidónio para Reitor da Universidade. *A oração de sapiencia* proferida em 1908 ainda ecoava nos ouvidos de muitos e o prestígio do orador tornava-o figura grada à nova ordem político-institucional e bem posicionada para uma ascensão rápida e fulgurante no seio da *Alma Mater.*

O Reitor interino, de 13 a 18 de Outubro de 1910, doutor Santos Viegas não hesitou, por isso, em comunicar, por telegrama de 15 de Outubro, ao Director Geral da Instrução Superior, Ministério do Interior, que encarregara o doutor Sidónio Pais de o representar nos funerais de Miguel Bombarda e de Cândido dos Reis. A Congregação da Faculdade de Matemática não foi, porém, tão explícita. Reunida na véspera, a 14, com a presença do Decano, doutor Luís da Costa e Almeida e vogais doutores Sousa Pinto, José Bruno de Cabedo, Costa Lobo, Henrique de Figueiredo, Luciano Pereira da Silva e Sidónio Pais, ainda secretário, começou por aprovar a acta da sessão anterior e após a leitura do ofício do Reitor exonerado, conselheiro Alexandre Cabral, em que agradecia as atenções dos professores e fazia votos pelos progressos do ensino, os doutores

⁽⁵⁰¹⁾ *Processo do Doutor Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes.* (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽⁵⁰²⁾ Ver RODRIGUES, Manuel Augusto — *A Universidade de Coimbra e os seus reitores. Para uma história da instituição.* Coimbra: Arquivo da Universidade, 1990, p. 288-292.

⁽⁵⁰³⁾ Cf. DIAS, Carlos Malheiro — *Do Desafio à debandada, vol. 2 - Cheque ao rei.* Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira e C.ª, 1912, p. 243.

presentes aprovaram por aclamação que se lançasse em acta um voto de louvor pelo modo como o dito senhor exerceu as funções de Reitor. Ficou, também, aprovado que a Faculdade se fizesse representar nos funerais de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis através do Director Geral da Instrução Superior; caso não houvesse nenhum professor que fosse a Lisboa nessa ocasião. Por último, resolveu-se dividir em três turmas a cadeira de Álgebra e em duas a de Geometria Descritiva, sendo distribuída a regência de duas turmas de Álgebra ao doutor Sidónio Pais e a terceira ao doutor Souto Rodrigues, uma de Geometria ao doutor Costa Lobo e outra ao colega Luciano Pereira da Silva.

Frustrando as expectativas da auto-denominada *falange demagógica*, ou seja, de um grupo de estudantes de renovação democrática e com um programa, na opinião de António José de Almeida, semelhante ao dos «intransigentes» da greve de 1907, que considerava inoportuna a abertura das aulas antes da reforma da Universidade, o Governo Provisório autorizara o começo do novo ano escolar na data habitual — 16 de Outubro — sem as cerimónias solenes, e na folhinha académica da Faculdade de Matemática o bedel teve até o cuidado de escrever, à frente do dia, a palavra feriado. O dia decorreu, pois, sem incidentes, mas o ambiente era explosivo e irreversível a exigência de alterações imediatas, justificadas pelo aspecto *fradesco* e anacrónico da *velha Senhora*.

Os jornais republicanos do tempo da propaganda anti-monárquica não pouparam, como era agora recordado pelos novos «intransigentes», catilinárias contra aquela relíquia medieval e os seus arcaicos adereços.⁽⁵⁰⁴⁾

Os «demagógicos» de 1910 sentiam-se, pois, imbuídos de uma missão purificadora e necessária. Cerca das 12 h. do dia 17, quando os lentes monárquicos e franquistas de Direito, José Alberto dos Reis e José Maria Joaquim Tavares — ambos apoiantes do partido regenerador-liberal de João Franco, distinguindo-se o segundo como líder do partido no Parlamento — apareceram nos Gerais, foram logo apupados pelos estudantes, que os forçaram a abandonar o edifício. Visaram, também, o doutor António José Teixeira de Abreu, ex-deputado e ex-Ministro da Justiça durante a ditadura franquista de 1907-1908. Os três lentes constituíam o júri dos primeiros actos realizados após a proclamação da República, o que foi visto como uma *provocação* e *troça*, segundo o articulista do jornal de Ramada Curto, Silva Raposo e de outros jovens republicanos radicais.⁽⁵⁰⁵⁾ Pouco depois, um numeroso grupo de académicos exaltados entrou nas salas dos Gerais, animado pelo lema da destruição redentora e munido de mocas, machados e pistola, arrombou as portas e destruiu por completo todas as cátedras, rasgou as insígnias guardadas no gabinete dos professores, e na Sala dos Capelos partiu a cátedra de pau preto, uma mesa torneada da mesma madeira, bancos, cadeiras e a grade. Houve ainda disparos de pistola contra os retratos dos últimos reis, sendo o de D. Carlos o mais danificado e o de D. Manuel II, da autoria de mestre António Carneiro, ficou esburacado em diversos pontos. O desacato foi enorme e alvoroçou a cidade, exigindo a imediata atenção das autoridades e a reprovação do acto.

⁽⁵⁰⁴⁾ Cf. LAMY, Alberto Sousa — *A Academia de Coimbra*, ob. cit., p. 185-186.

⁽⁵⁰⁵⁾ Cf. MARTINS, Emílio — «Falanje». *A Revolta*, 26 de Julho de 1911, p. 1.

A Vereação municipal presidida por Sidónio Pais apressou-se, como referimos, a fazê-lo. Por seu turno, o Reitor interino telegrafou para o Ministro do Interior pedindo *força para assegurar a ordem, convindo suspender temporariamente trabalhos escolares, que não podem continuar, no estado em que ficaram as aulas*. E o Governador Civil substituto, dr. Eduardo da Silva Vieira, compareceu e conseguiu expulsar os invasores e fechar o edifício. Os estudantes seguiram, então, para o Largo Marquês de Pombal, em frente ao Museu. A calma foi restabelecida, tendo-se realizado alguns actos de Medicina e Filosofia, mas a *falange demagógica* logo redigiu e distribuiu um Manifesto em que justificava os actos praticados e pressionava as autoridades para que não esmorecessem e muito menos esquecessem a sua ingente tarefa: *Fomos violentos e assim continuaríamos, se preciso fosse. É necessário demolir! Reformem! Não podem por enquanto reformar? Pois tem o Governo Provisório dois caminhos a seguir: ou fechar a Universidade e abri-la só depois de reformada, prolongando as aulas até compensar o tempo perdido, ou abri-la agora para frequência facultativa e mandar fazer actos só depois de reformada. Explicamos assim o nosso acto, porque queremos ser homens livres numa Universidade livre e poderemos colaborar na obra grandiosa da nova República.*⁽⁵⁰⁶⁾

A resposta do Governo e do Ministro do Interior consistiu, por um lado, na acalmção e na cedência ao reformismo imediato exigido pelos estudantes, mas, por outro, na afirmação do princípio da ordem e da legalidade.

A escolha de Manuel de Arriaga fez parte desta estratégia, em grande parte falhada pela dinâmica revolucionária, incontrolável e desestabilizadora do *statu quo* que assolou a Academia em particular e a sociedade portuguesa em geral. A tomada de posse decorreu, em 19 de Outubro, na presença do próprio António José de Almeida, que chegara no rápido de Lisboa, em companhia do indigitado Reitor, descendo do comboio no meio de aplausos e de uma multidão efusiva. Dirigiu-se logo para os Paços do Município, onde Sidónio Pais o saudou em nome do concelho. Por fim, teve lugar a cerimónia de posse no Paço das Escolas e em sessão especial do Claustro Pleno, com a presença de trinta e dois professores, entre eles Sidónio Pais, e sob a presidência do Decano mais antigo, doutor António Santos Viegas. O acto revestia-se da máxima pertinência política, como se depreende dos discursos pronunciados. Em jogo estava o apelo veemente à *paz, concórdia e confiança* no novo regime, o anúncio de grandes e urgentes reformas e o intuito de manter aceso o entusiasmo e a esperança entre os estudantes.⁽⁵⁰⁷⁾ O Decano propôs, no final, e foi aceite pelo Claustro, que os três próximos dias se considerassem feriados e se praticassem na Universidade as manifestações de regozijo habituais nessas solenes ocasiões.⁽⁵⁰⁸⁾

Tentavam sossegar os espíritos mais exaltados e repor, dentro da legalidade, o clima propício à promulgação das reformas. A 22 desse efervescente mês de Outubro o Reitor recém-empossado oficiava ao Juiz de Direito de Coimbra nestes termos:

⁽⁵⁰⁶⁾ Cf. LAMY, Alberto Sousa — *A Academia de Coimbra*, ob. cit., p. 187-188. Ver também SOARES, António José — *Saudades de Coimbra, 1901-1916*, ob. cit., p. 249-250.

⁽⁵⁰⁷⁾ Cf. Universidade. *A Apresentação do Reitor: A Tribuna*, 27 de Outubro de 1910.

⁽⁵⁰⁸⁾ Ver GOMES, Joaquim Ferreira — *A Universidade de Coimbra durante a primeira república*, ob. cit., p. 51.

Tendo-se praticado no dia 17 do corrente, n'esta Universidade, actos singularmente anormaes taes como, entre outros, a destruição das cattedras nas faculdades de Direito e de Theologia e da sala dos capellos, cujos vestigios manda a lei se verifiquem nos respectivos corpos de delicto, antes que se alterem, e devendo as aulas reabrir na proxima segunda-feira, e por isso careço de remover os destroços dos referidos desacatos, tenho a honra de recorrer á solicitude de V. Ex.^a para, sem perda de tempo, ordenar que se proceda aos respectivos exames directos, começando por as aulas de Direito e Theologia.⁽⁵⁰⁹⁾

A 23 de Outubro Sidónio Pais tomava posse como Vice-Reitor e nessa mesma data eram publicados três decretos com força de lei: um abolia *para todo o sempre* os juramentos do Reitor, lentes e oficiais da Universidade segundo a forma dos Estatutos; outro anulava as matrículas no 1.º ano da Faculdade de Teologia, segundo o disposto no art.º 15.º do decreto n.º 4 de 24 de Dezembro de 1901 (reforma Hintze), podendo os estudantes dos outros anos continuar os estudos até concluírem o seu curso *nos termos das leis vigentes*, tanto mais que — registre-se o pormenor — não surgirá diploma algum a extinguir oficialmente a Faculdade, apenas extinta *de facto*; outro suprimia o art.º 26.º do decreto n.º 4 de 24 de Dezembro de 1901 sobre a tomada de ponto aos alunos da Universidade para efeito de faltas e todas as cadeiras ficavam a ser cursos livres; e um quarto diploma tornava facultativo o uso da capa e batina, abolia os privilégios do foro académico, consignados no liv. 2, tit. 20 dos *Estatutos Velhos*, passando todos os casos por ele regulados para a justiça ordinária.

No dia seguinte à tomada de posse nesse alto cargo universitário, Sidónio Pais começou a regência das duas turmas da 1.ª cadeira de Álgebra Superior e da 3.ª cadeira de Cálculo Integral e Diferencial, no ano lectivo de 1910-1911, com uma falta em Outubro, quatro em Novembro, três em Dezembro e apenas uma de Janeiro a Junho conforme indica a respectiva *Folhinha Académica*.

Tão notório contraste no número de faltas derivou, por certo, da *acumulação* de cargos e de obrigações oficiais no último trimestre de 1910, sem alteração do seu itinerário habitual. Com efeito, Sidónio Pais continuou, pela manhã, a sair de sua residência na Estrada da Beira ora em direcção à Alta, ora pela Baixa até ao Jardim da Manga, instalações da *Brotero* e traseiras dos Paços do Município. As funções de Director da Escola (exercidas em pleno e já sem o encargo cumulativo da docência) e as de Presidente da Câmara (cumpridas sem horário e calendário fixo, tirando as sessões ordinárias) ficavam, pois, paredes meias. Tinha de se dividir por ambas, dar as aulas na Universidade e por lá se mantinha sempre que necessário a despachar expediente normal, a sossegar os estudantes preocupados com o reaccionarismo de algumas «lentências», sobretudo de Direito,⁽⁵¹⁰⁾ a assistir às Congregações, a estudar e a discutir a inevitável reforma do ensino superior.

⁽⁵⁰⁹⁾ Offícios da Reitoria, 1.ª Repartição, fl. 83v. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽⁵¹⁰⁾ Cf. CAMPOS, A. Sobral de — «O Reitor da Universidade de Coimbra». *A Revolta*, de 12 de Julho de 1911.

Repartido por aulas, discussões em torno da reforma universitária, expediente e gestão da *Brotero*, não sabemos se ainda lhe sobrava tempo para o convívio ameno no Grémio Literário, jogando *bridge*. Não podemos, também, garantir as suas visitas a D. Ema e à pequena Maria Olga, porque desconhecemos se elas já tinham partido para Lisboa ou se o fizeram só no ano seguinte, quando Sidónio Pais, devido, sobretudo, à sua eleição como deputado às Constituintes, a que se seguiu uma efémera carreira de Ministro, começou a ter de residir na capital. Certo é que ambas se instalaram em Lisboa e aí se consumou, algum tempo depois, a ruptura e o desfecho pouco pacífico da tórrida paixão iniciada no Verão de 1905...

Evocando ainda os últimos meses de 1910, vejamos, de relance, a conduta de Sidónio Pais na intimidade do lar, onde continuou a assumir os seus deveres de marido e de pai e onde lhe chegavam as notícias de familiares, de amigos e de conhecidos, mais pródigos em «recomendações» ou pedidos, dado o seu súbito protagonismo político.

De Caminha poucas novas, a mais significativa das quais reportava-se ao Alberto, que em inícios de Dezembro partiria para Angola a fim de exercer as funções de administrador de Libôlo.⁽⁵¹¹⁾

Do cunhado Aníbal Martins Bessa, juiz em Vila Verde, várias missivas, datadas de Outubro e Novembro de 1910, dão conta da sua preocupação face ao disposto num recente decreto do Ministério da Justiça regulador da carreira e da pluriactividade dos juizes no quadro,⁽⁵¹²⁾ que punha em causa o exercício paralelo da advocacia e limitava, assim, as possibilidades de reforçar o exíguo salário de magistrado. Numa dessas missivas, lacónica e sem data, escreveu: *Se o Vasconcellos não recomenda ao Sá Fernandes que concorra, terei de renunciar a um logar que muito me convem. Não se esqueça de pedir ao Affonso Costa que não crie dificuldades.*⁽⁵¹³⁾ E em outra, de 28 de Novembro, não só retoma a possibilidade de melhorar os seus proventos com *um logar de commissão em Mossamedes, ou mesmo em Inhambane ou Lourenço Marques*, desde que *fôsse bem remunerado, para chegar para me sustentar lá, sustentar aqui a família, e fazer, se possível fôsse, um pequeno pé de meia que me ajudasse depois a passar a 3.ª classe. Não quero de modo algum renunciar ao logar de Juiz*, como também comenta a situação política, quase dois meses após o 5 de Outubro, baseado no caso concreto da comarca minhota de Vila Verde. Em ligeiras, breves, mas sugestivas pinceladas, esboçou o retrato do país real, profundo e rústico, que os republicanos tinham de governar: *Isto aqui em Villa Verde, e no resto do districto, segundo ouço, está quasi como nos antigos tempos. Aqui noto eu falta de actividade e energia quer no Administrador, quer na Comissão Municipal, e o meio é em geral hostile á republica. Se o Governo deixasse de pensar na separação da Igreja do Estado, ganharia terreno, não obstante as profundas saudades que esta gente tem dos Jesuítas. D'outro modo, mostram-se submissos e até dedicados, porque é esse o seu feitio, mas se podêrem morder mórderem. São tão estupidos ou estão tão cégos pelo fanatismo, ou tão*

⁽⁵¹¹⁾ Alberto da Silva Pais, cx. 3068. E aí se manteve até ao fim da comissão, em 28 de Fevereiro de 1913. (Arquivo Histórico-Militar).

⁽⁵¹²⁾ Correspondência. Carta de Aníbal Martins Bessa de 20 de Novembro de 1910. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁵¹³⁾ Cartas do cunhado Aníbal Martins Bessa. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

desorientados pela p rda das suas influencias eleitoraes, que não conseguem compreender que da consolida o do novo regimen depende a nossa autonomia. Alguns ha que preferem a escravidão   r pública!. E extrapolando para o plano geral acrescenta: E não admira que isto suceda aqui, v endo-se a falta de educa o cívica manifestada claramente pelas gr ves que têm rebentado no paiz. Estará tudo perdido? Que gente! Que paiz! Nem a revolu o com todos os seus exemplos de heroismo, de dedica o pela patria, conseguiu talvez temperar-lhe o egoismo e a desmoraliza o.⁽⁵¹⁴⁾

Palavras ilustrativas da mentalidade t pica da elite intelectual burguesa e conservadora dos alvares de novecentos, marcada por um idealismo pueril e ing nuo — Portugal era um país de gente ignorante e fanatizada que a Monarquia atolara no loda al da degenerescência moral, da ilegalidade e da perda iminente de independência até soar em Outubro a hora da «reden o»; restava, então, aderir, sem resistências, nem hesita es ao «espírito» civilizador da revolu o republicana, consubstanciado num Governo Provisório soberano e alheio  s pressões da *ralé, da escória da sociedade!*...

Voltemos, entretanto, ao espaço da Universidade e ao curto Reitorado de Manuel de Arriaga, de apenas três meses e meio. Segundo Ferreira Gomes, foi muito activo e apostado em chamar a aten o da Universidade e do Governo Provisório para a necessidade de profundas reformas.⁽⁵¹⁵⁾ Convém, todavia, precisar que o Reitor não agiu sozinho, nem permaneceu sempre em Coimbra por diversos motivos, nomeadamente de doença, e a maior parte das medidas reformistas postas em prática, comunicadas às autoridades competentes e por estas vertidas em legisla o, foram subscritas e tratadas pelo Vice-Reitor; residente na *cidade dos doutores* e disponível para dar execu o a todos os negócios correntes. Daí que lhe sejam atribuídas como iniciativas exclusivamente suas, entre outras, a supressão do toque da *Cabra*, o que   exagerado porquanto faziam parte do «caderno» reivindicativo da Academia e do próprio rol de promessas do P.R.P.⁽⁵¹⁶⁾

A extin o da Capela foi uma das medidas laicisadoras importantes não só para a erradica o da *supersti o* e do espírito religioso que persistia na Universidade, mas também por se ajustar   demopedia republicana. Medida pol mica que a oposi o acad mica monárquica não poupou, queixando-se os moços da *Pátria Nova*, em 16 de Dezembro, do desprezo a que fora votado tão antigo e belo monumento, convertido em *casa de arrecada o de madeira*: «Não haveria, por acaso, — interrogam-se críticos e ir nicos — na Universidade outra casa onde se guardassem madeiras, que não fôsse a Capella? Preferiu-se, porém, proceder assim talvez mesmo para mostrar a todos o desprezo com que as classes dirigentes olham para as cousas sagradas. Mas respeitem, ao menos, a arte! Fallam tanto, tanto, na Arte e afinal, são os primeiros a ridicularis-a e a enlameal-a!»⁽⁵¹⁷⁾ O notório e proclamado interesse artístico da Capela levou Sidónio Pais a contactar pessoalmente o seu colega de Teologia e Director da Capela da Universidade, doutor padre António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, solicitando-lhe ajuda, informa es e um

⁽⁵¹⁴⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁵¹⁵⁾ Ver GOMES, Joaquim Ferreira — *A Universidade de Coimbra durante a primeira república*, ob. cit., p. 55.

⁽⁵¹⁶⁾ Ver LAMY, Alberto Sousa — *A Academia de Coimbra*, ob. cit., p. 212.

⁽⁵¹⁷⁾ Cf. Real Capella da Universidade. *Patria Nova*, 16 de Dezembro de 1910.

relatório decisivo para o destino a dar a esse forte símbolo do serviço de Deus, durante tanto tempo misturado com o de Minerva!...

Com data de 11 de Novembro o Director da Capela dava cumprimento à recomendação verbal do Vice-Reitor e emitia o seu parecer sobre o destino que razoavelmente deverá ser dado à Capella da Universidade, *supprimido nella, como se acha, o culto religioso*. Em sua opinião um *Exemplar bello e interessante de architectura manuelina, não pode, nem por um momento, ventilar-se a hypóthese de este edificio ser transformado e adaptado a aulas, bibliotheca, ou officinas de qualquer natureza. Seria um vandalismo revoltante, improprio do meio e do tempo em que vivemos. Deve pura e simplesmente ser considerado um monumento nacional, e conservado com carinhoso amor e artistica devoção*. A conservação do imóvel não impedia, porém, que nele, como tivera já ocasião de comunicar pessoalmente a Sidónio Pais, se disponham convenientemente, em exposição permanente, as preciosas e ricas alfaias que existem no thesouro da mesma Capella, entre as quais ha exemplares antigos muito interessantes de ourivezaria, tecidos, bordados, etc., que, sob o ponto de vista esthético e educativo, ficam ali muito bem instalados. Seria o núcleo inicial de um Museu de Arte Religiosa, que podia ser bastante ampliado com objectos vindos dos Conventos suprimidos na respectiva província, aí conservados enquanto não fosse criado na cidade um grande Museu de Arte. Quanto à pergunta do Vice-Reitor se o signatário do relatório e também na qualidade de Director do Arquivo da Universidade se prestaria a encarregar-se da superintendência dessa Capela-Museu, declarava que *só tenho que repetir o que logo disse a V. Ex.^a: — que nunca me recuso a zelosa e lealmente prestar ao meu País os serviços que couberem nas minhas fôrças, e para que tiver competencia*. Mais informava, no respeitante à parte económica, que a dotação da Capela no orçamento do Estado era de 705\$100 réis em despesas com o pessoal efectivo, 346\$700 com pessoal variável e 391\$855 com material e gastos diversos, o que perfazia um total de 1.443\$655 réis. De manter seria o encargo de 200\$000 réis com o capelão-tesoureiro, *que foi provido em concurso, sendo por isso de justiça e equidade que, na idade em que se encontra, e com os achaques que soffre e o invalidam, não seja privado deste ordenado e ainda os 300\$000 réis com o professor de música, tambem provido em concurso, e cujos serviços serám necessários, se, como ha muito se pede, houver de se criar uma faculdade de letras, na qual esta cadeira, convenientemente refundida e com programmas novos, tem o seu logar indicado*. No respeitante ao pessoal variável justificava-se a despesa com o moço da Capela, simultaneamente servente da aula de música, que orçava os 138\$800 réis. Tratava-se, em sua opinião, de um empregado zeloso, e cujos serviços de limpeza e guarda continuam a ser necessários. Mas como cessam as suas obrigações cultuais, que até aqui prestam, proponho que em compensação se encarregue da limpeza e guarda do Archivo da Universidade, onde está a ser absolutamente indispensavel que haja quem preste estes serviços regularmente.⁽⁵¹⁸⁾

A aposentação dos professores foi outro tema pendente que aparece, também, nos «papéis» de Sidónio. Em duas tiras de papel ou «linguados» redigiu a justificação e o articulado do projecto, a saber:

⁽⁵¹⁸⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsecção Estudante e Lente).

A renovação, tão necessaria nos quadros das faculdades, não se faz normalmente, porque os professores perdem pela aposentação quasi um terço dos vencimentos que auferem quando regem cadeira.

Não é assim indifferente prescindir de 300\$850 reis de ordenado de exercicio a quem tem mais de 60 annos de idade e 30 de serviço e já não pode com outro trabalho supprir este desfalque.

Seria, pois, conveniente restabelecer aos professores somente depois da aposentação aos 30 annos de serviço e 60 de idade o direito ao terço estabelecido pela carta de lei de 17 d'Agosto de 1853, suspenso pelo art.º 13 § 2.º da lei de 25 de fevereiro de 1892, e ainda tornar a aposentação obrigatória a partir dos 70 annos de idade com o mesmo tempo de serviço.

O accrescimento de despesa que provem d'esta medida é para aposentação obrigatoria aos 70 annos actualmente apenas de 213\$330 reis, attingindo assim 8 professores, attendendo a que todos menos um possuem já o terço; e para a aposentação voluntaria de 639\$990 reis, no caso de todos os professores em numero de 6 que se acham n'estas condições a requererem. Total maximo de despesa 853\$320 reis.

Succedendo que alguns d'esses professores prestam serviço nos estabelecimentos annexos das faculdades com remuneração á parte, podendo haver conveniencia pela sua competencia especial em os não substituir desde já, por isso se propõe que possam somente quando se dêem taes circunstancias continuar, embora jubilados, no exercicio d'esses cargos.

Tenho, pois, a honra de submetter á approvação de V. Ex.^{as} o seguinte projecto de decreto:

Art.º 1.º - É obrigatoria a aposentação de todos os lentes da Universidade quando tenham completado 70 [leia-se 65] annos de idade e 30 de serviço effectivo.

§ 1.º Quando algum lente complete 70 annos dentro do anno civil em que termine um anno lectivo a aposentação será obrigatoria no fim d'esse anno lectivo.

Art.º 2.º - Aos professores d'ora em diante aposentados nos termos do art. 1.º e seu § ou nas condições da aposentação ordinaria, será levantada a suspensão dos terços do art.º 13 § 2.º da lei de 26 de fevereiro de 1892.

Art.º 3.º - Os professores que exercerem quaesquer logares nos estabelecimentos annexos á Universidade aposentados nas condições dos art.^{os} 1.º e 2.º só poderão continuar no exercicio d'esses logares, se o Governo, por conveniencia do serviço, assim, o entender.

Art.º 4.º - Fica revogada legislação em contrario.⁽⁵¹⁹⁾

Numa meia folha de papel liso estão ordenados oito artigos, o primeiro dos quais relativo à supressão de todo o ceremonial que acompanhava a imposição dos graus acade-

⁽⁵¹⁹⁾ [Decretos, projectos de reforma, regulamentos das Faculdades e apontamentos avulsos]. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Estudante e Lente).

micos, os quaes ficam sendo inherentes á aprovação nos respectivos exames. A supressão do exame de licenciatura consta do art.º 2.º e a do exame de conclusão magna do 3.º. Extenso é o art.º 4.º redigido deste modo: *O exame para obter o grau de doutor constará da discussão 1.º d'um trabalho impresso, aprovado pela faculdade, sobre um assumpto importante para a sciencia à escolha do candidato; 2.º d'um ponto proposto pela faculdade. § unico - Para os actuaes licenciados é dispensado o ponto proposto pela faculdade.* O art.º 5.º diz respeito à aposentação dos lentes, o 6.º dispõe que será mantida a legislação vigente sobre a aposentação ordinária e extraordinária e o 7.º reza que os professores aposentados só poderão exercer funções nos estabelecimentos anexos às Faculdades se o Governo o entender por conveniência de serviço. Por fim, o 8.º suprime o cargo de Chanceler da Universidade, ficando o Reitor encarregue de nomear uma comissão para propor a sua substituição.⁽⁵²⁰⁾

Este e outros apontamentos autógrafos e pessoais, que denotam a atenção e o labor de Sidónio Pais enquanto se manteve ao lado de Arriaga a gerir e a preparar o proclamado e muito propagandeado novo rumo para a vetusta Universidade de Coimbra, correspondem, pois, a um debate que envolveu todas as Faculdades, lentes, alunos e funcionários, como Ferreira Gomes teve já o ensejo de mostrar na sua investigação sobre a vida institucional universitária de 1910 a 1926.⁽⁵²¹⁾ Um debate necessariamente amplo, porque se visavam alterações estruturais, como, por exemplo, a fusão das Faculdades de Matemática e de Filosofia na Faculdade de Ciências, criação polémica, à qual Sidónio Pais se opôs, segundo o testemunho de Bissaia Barreto.⁽⁵²²⁾

A referida absorção seria concretizada oficialmente pelo decreto de 12 de Maio de 1911, que definia o plano geral de estudos para as três Faculdades de Ciências — a da Universidade de Coimbra e as outras duas nas recém-criadas Universidades do Porto e de Lisboa. Esse diploma estabelecia uma estrutura escolar dividida em três Secções,⁽⁵²³⁾ regulamentada pelo decreto de 22 de Agosto⁽⁵²⁴⁾ e em cujo quadro de professores ordinários Sidónio ingressará, mantendo-se, até ao fim da vida, nessa categoria e na regência do 1.º Grupo - Análise e Geometria (1.ª Secção, Ciências Matemáticas) com José Bruno de Cabedo e Souto Rodrigues.⁽⁵²⁵⁾ Mas no que concerne especificamente ao contributo e às medidas reclamadas pela Faculdade de Matemática, justifica-se, aqui, um relance pelas Congregações do último trimestre de 1910 e de Janeiro de 1911.

⁽⁵²⁰⁾ [Decretos, projectos de reforma, regulamentos das Faculdades e apontamentos avulsos]. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político, Subsecção Estudante e Lente).

⁽⁵²¹⁾ Ver GOMES, Joaquim Ferreira — *A Universidade de Coimbra durante a primeira república*, ob. cit., p. 52 e ss.

⁽⁵²²⁾ Cf. ROSA, Fernando Baeta Bissaia Barreto — *Subsídios para a história*, vol. 7, ob. cit., p. 224.

⁽⁵²³⁾ Ver *Memoria professorum universitatis conimbricensis*, vol. 2, ob. cit., p. 295-296; e RODRIGUES, Manuel Augusto — *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Ciências, vol. I (1911-1927)*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992, p. 7-11.

⁽⁵²⁴⁾ No Arquivo de Sidónio Pais há um dossiê com cópias impressas e manuscritas de projectos de reforma das Faculdades, exemplares de reformas anteriores e ainda documentação sobre a autonomia universitária.

⁽⁵²⁵⁾ Ver *Anuário da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1917-1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, p. 19.

A Congregação de 28 de Outubro foi presidida pelo Vice-Reitor e assistiram os vogais Luís da Costa e Almeida, Sousa Pinto, José Bruno de Cabedo, Costa Lobo, Henrique de Figueiredo e Luciano Pereira da Silva, que serviu, na circunstância, de secretário. Antes de se ocuparem dos assuntos agendados para essa sessão, o doutor Sidónio Pais disse que, *presidindo pela primeira vez a esta assembleia, com o que muito se honrava, pedia a todos a sua colaboração e que o considerassem também a elle como um simples colaborador que havia de empregar todo o seu esforço para o engrandecimento da Faculdade.* Em resposta a estas palavras, o Decano, doutor Luís da Costa e Almeida, propôs que se lançasse em acta um voto de congratulação pela *elevação do Dr. Sidonio Paes ao alto cargo de Vice-Reitor, exprimindo também a confiança que todos teem em que elle ha de concorrer para o levantamento da Faculdade.* A proposta foi aprovada por aclamação e logo se entrou na agenda prevista, tendo o Vice-Reitor perguntado se havia alguma alteração a fazer no orçamento de 1911-1912 e os presentes responderam que não se justificava nenhum acréscimo ou rectificação. Posto isto, foi pelo mesmo proposto e aceite por unanimidade o seguinte: que fosse representado ao Governo Provisório para ser livre a matrícula em qualquer número de cadeiras, ressaltadas as incompatibilidades de horários e, para o efeito de exames, as dependências das cadeiras; que se solicitasse ao Governo a abolição da compra obrigatória de livros; que se conseguisse do Governo a extensão a todos os cursos da aprovação nos exames com 10 valores; que no programa da 1.^a cadeira fossem associados à Álgebra Superior e à Geometria Analítica elementos de Análise Infinitesimal; que a Faculdade secundasse o pedido de amnistia para os alunos que estavam cumprindo, em todas as Escolas, as penas do extinto foro académico; e que se pedisse a imediata reintegração na Universidade do doutor Bernardino Machado. Foi ainda proposto pelo Vice-Reitor que a Faculdade escolhesse uma comissão, da qual um dos vogais deveria integrar a comissão central representativa da Universidade e encarregar da reforma do ensino superior; tendo ficado resolvido que esse vogal fosse elle, Vice-Reitor dr. Sidonio Paes, sendo os outros membros da comissão da Faculdade os drs. Henrique de Figueiredo e Luciano da Silva, substituindo um d'estes o sr. Vice-Reitor na comissão central, quando elle tiver de funcionar como Reitor.⁽⁵²⁶⁾

Na Congregação de 19 de Dezembro, presidida já pelo Reitor e secretariada, como era costume, pelo vogal Sidónio Pais, independentemente do seu cargo de Vice-Reitor; estiveram presentes os doutores Luís da Costa e Almeida, José Bruno de Cabedo, Costa Lobo, Luciano Pereira da Silva e Souto Rodrigues. Pelo Reitor foi apresentado para debate e parecer da Faculdade de Matemática um projecto de decreto fundamentado no espírito científico e racional dos tempos modernos, formado por dez artigos, reproduzindo os oito primeiros o texto autógrafa de Sidónio Pais atrás focado. No 9.^o dispunha-se que o Reitor ficava autorizado a aplicar em proveito da Academia a vasta esplanada conhecida pela Horta e que *mede mais de 1200m² e que é logradouro da Reitoria, que aliás para nada de util tem servido, a fim de n'ella se instalar um vasto campo para jogos ao ar livre e um gymnasio para exercícos escolares, jogos d'armas brancas e outras, e que sirva ao*

⁽⁵²⁶⁾ Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910, fl.145. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

mesmo tempo de ponto de reunião nos intervallos das aulas e nas horas d'ocio, evitando-se por esta forma a dispersão da Academia por cafés, casas de jogo e outros sitios onde pouco lucrarão a mocidade e os bons costumes da juventude academica. Por seu turno, o art.º 10.º estipulava a transformação do projectado Teatro Académico, em construção, numa Associação Académica com aspecto monumental, onde alem d'um amplo salão para conferencias scientificas, artisticas, concertos, exposições d'arte e assembléas da academia sirva de sêde á Sociedade Philantropica Academica, ao Orpheon, e a qualquer outra instituição tendente a levantar o nivel intellectual e moral dos futuros dirigentes da Sociedade portu-gueza.⁽⁵²⁷⁾ A proposta foi aprovada com uma alteração no artigo 5.º: que as mesmas vantagens pecuniarias fossem concedidas na aposentação ordinaria e porporcionalmente na extraordinaria. Por fim, os vogais presentes aprovaram uma outra proposta, apresentada por Sidónio, para que fosse lançado em acta um voto de louvor ao Reitor pela iniciativa tomada, e que, como vimos, foi preparada pelo proponente Sidónio.

Uma portaria de 24 desse mês (regulamentada por decreto da mesma data) tratou da habilitação dos alunos da Faculdade de Filosofia, bem como dos da Academia Politécnica do Porto, à admissão à Faculdade de Medicina e às Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto. Por decreto de 26, a Academia de Ciências de Portugal era oficializada e por outro diploma do mesmo dia ficava determinado que os dias até agora santificados serão dias úteis e de trabalho para todos os efeitos. A 29 de Outubro o Ministro do Interior emitiu um despacho pelo qual concedia aos professores da Universidade de Coimbra o uso facultativo da capa e batina, e em 1 de Novembro novo despacho aboliu o grau de bacharel, que ficou inerente à aprovação no último exame do curso ordinário de cada Faculdade. De 3 de Novembro é o decreto com força de lei que reorganizava a Escola de Farmácia e, com data de 14 desse mês, o ensino do Direito Eclesiástico Português na Faculdade de Direito, reduzido já pela reforma Hintze de 1901, era finalmente suprimido por decreto, em cujo preâmbulo se lê: *No momento actual, com a manifesta tendência para a laicização de todas as relações jurídicas, não se justifica a conservação da cadeira de Direito Eclesiástico no quadro dos estudos da Faculdade.*⁽⁵²⁸⁾

Um mês depois — a 21 de Janeiro de 1911 — voltou a haver Congregação dos lentes de Matemática, numa fase em que os alunos da respectiva Faculdade e de Filosofia se insurgiram conjuntamente contra alguns aspectos da introdução dos cursos livres, destinados a contrariar a anacrónica presença obrigatória dos alunos às aulas do *magister dixit*, e aprovaram por unanimidade uma proposta crítica em relação ao decreto de 23 de Outubro que abolira as faltas e suprimira as provas de frequência obrigatórias tais como lições, provas escritas, dissertações, etc.⁽⁵²⁹⁾ Na presença dos vogais Luís da Costa e Almeida, Souto Rodrigues, José Bruno de Cabedo, Costa Lobo e Luciano Pereira da Silva, a Congregação foi presidida pelo Reitor e secretariada pelo doutor Luciano,

⁽⁵²⁷⁾ Livro das actas da Faculdade de Matemática, 1899-1910, fl. 146v. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽⁵²⁸⁾ Cf. RODRIGUES, Manuel Augusto — *A Universidade de Coimbra e os seus reitores*, ob. cit., p. 290; ver também GOMES, Joaquim Ferreira — *A Universidade de Coimbra durante a primeira república*, ob. cit., p. 53 e segs.

⁽⁵²⁹⁾ Cf. Cursos livres. *A Tribuna*, 12 de Janeiro de 1911.

na ausência de Sidónio Pais. Depois de lida e aprovada a acta da reunião anterior, o Reitor disse que o assunto a tratar respeitava ao ofício da Direcção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial de 17 de Dezembro de 1910 sobre os cursos livres, e informou o Conselho que o tema já tinha sido exposto a três Faculdades, que haviam decidido o seguinte: *sendo já tarde para alterar o que está legalmente feito, se deixam aos professores o cuidado de, pela sua iniciativa juncto dos alumnos, remediar o melhor possível os inconvenientes resultados do actual estado de coisas.*⁽⁵³⁰⁾ Esta orientação foi aceite pela Faculdade de Matemática e de nada mais se tratou nessa Congregação.

No rescaldo da revolução

Mas enquanto no seio da velha Escola dionisiana se multiplicavam as reuniões e as iniciativas para a ajustar, no meio de uma forte tensão ideológica e política, às apregoadas exigências de um ensino moderno e regenerador da sociedade portuguesa, o país era atravessado por uma avalanche de expectativas, de inquietações e de agitações sociais, particularmente sensíveis nos grandes centros urbanos de Lisboa e do Porto.

Viviam-se as sequelas intensas de uma revolução sócio-política a que a maioria dos cidadãos instruídos e preocupados não podiam ficar alheios. E Sidónio Pais pertencia já, embora ainda na periferia geográfica da sede do Poder; à classe política do novo regime, achando-se, por isso, envolvido, à medida das suas responsabilidades, na condução de um processo confuso e difícil, com múltiplas facetas. De súbito, como temos frisado, viu-se ao mesmo tempo imerso na luta pelos interesses da Municipalidade coimbrã, pelo futuro da sua Universidade e ainda lhe caía em cima a questão social, aguda em certos sectores do proletariado industrial e agrário, que com sucessivas greves «espontâneas» haveriam de dificultar a vida aos novos governantes.

Embora os sectores têxtil, conserveiro (peixe) e metalúrgico fossem os mais numerosos, correspondendo aos ramos industriais mais proeminentes, pode dizer-se que os mais activos politicamente encontravam-se nos transportes (em 1911 ocupava 76.800 pessoas, ou 3% da população⁽⁵³¹⁾) e na construção civil (cerca de 70.000). Ora, como é já sabido, Sidónio Pais fora nomeado, antes de terminar o ano de 1910, para o Conselho de Administração da antiga Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, em representação do Governo e do interesse público.

Num país predominantemente agrícola, em que 56% da população estava fixada na agricultura, pesca e caça, 24,4% na indústria extractiva e transportes e 14% nos serviços e na percepção exclusiva dos rendimentos,⁽⁵³²⁾ em que o número de emigrantes sofrera um aumento súbito — de 39.515 em 1910 subiu para 59.661 em 1911, atingindo em 1912 a cifra recorde de 88.829⁽⁵³³⁾ — e em que o número dos autênticos operários

⁽⁵³⁰⁾ Livro de actas da Faculdade de Matemática, 1890-1910, fl. 147. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽⁵³¹⁾ Cf. TELO, António José — A Busca frustrada do desenvolvimento, in REIS, António (dir.) *Portugal contemporâneo*, vol. 3. Lisboa: Selecções Reader's Digest / Publicações Alfa, 1996, p. 129.

⁽⁵³²⁾ Cf. *Ibidem*, p. 129.

⁽⁵³³⁾ Cf. OLIVEIRA, César de — *O Operariado e a república democrática, (1910-1914)*, 2.^a edição. Lisboa: Seara Nova, 1974, p. 64.

não excedia os 85.600, em 1907, e os 106.396 em 1912, concentrados, sobretudo, em Lisboa e Porto, o intenso surto grevista que flagelou e perturbou a jovem República tem de ser visto, no plano ideológico e doutrinário, associado ao predomínio do anarco-sindicalismo e, no plano da conjuntura histórica, inserido numa efectiva fase de desenvolvimento industrial e numa forte depressão cíclica que agudizou as lutas operárias desde 1907/1908.

A revolução de 5 de Outubro suscitou desmesuradas expectativas quanto à superação das péssimas condições da vida operária e dos principais flagelos que a constriam, nomeadamente o acentuado aumento dos preços básicos. É que a propaganda republicana que a antecederam e prepararam não foi parca em apelos demagógicos. Compreende-se, aliás, a inevitabilidade dessa estratégia, como também não surpreende a mudança táctica dos republicanos quando finalmente assumiram a governação do país. No entanto, é precipitado e injusto afirmar que se esqueceram, então, do Povo. O que sucedeu é que para os republicanos a entidade Povo não se esgotava nas massas trabalhadoras e ia muito mais além, abrangendo o pequeno e médio comércio, o funcionalismo, as profissões liberais, ou seja, a classe média e até os membros da burguesia industrial receptivos à nova fórmula político-institucional. Povo e Nação acabavam, assim, por se confundirem e o confronto com o movimento sindical revolucionário, a nível ideológico-político, era inexorável.

A repressão das greves, que o próprio Governo Provisório justificou em nome do interesse nacional e popular e em nome da legítima defesa face aos pretensos ataques da facção monárquico-clerical, constituía uma das linhas da substancial diferença entre a salvaguarda da integridade do Estado burguês e capitalista e a sua destruição, sonhada pelos anarquistas portugueses, guiados sobretudo por Bakunine, Kropotkine e ainda Proudhon.⁽⁵³⁴⁾ No n.º 11 de *O Protesto*, de 3 de Outubro de 1908, Ângelo Jorge sintetizara, aliás, o programa essencial: *O momento é, porém, de mera transição; transição anárquica; passagem para um estado social mais perfeito, em que o mundo será uma única Pátria Universal, regida pelas leis irrevogáveis da Natureza e pela Razão incoercível. Abaixo o Estado! — eis o grito de guerra, pois que o Estado seja a cristalização do despotismo, o sustentáculo da infanda escravidão moderna! Abaixo a Propriedade! pois que a propriedade seja o roubo, a extorsão de um restrito número, em prejuízo da imensa maioria! Abaixo a Religião! pois que a religião seja a gangrena dos espíritos e o melhor e mais forte esteio da Lei! Nem reis nem trono, nem santos nem altar. Nem mandões num parlamento, nem padres num confessionário. Liberdade! Plena, absoluta, integral. Liberdade sem restrições, sem dísticos, sem fórmulas. A Liberdade do homem livre sobre a terra livre, de Goethe.*⁽⁵³⁵⁾

Em 1908 os republicanos podiam subscrever, sem problemas e até com convicção, este enunciado programático, mas dois anos depois já não era possível a mesma sintonia, porque a transição político-institucional tinha, finalmente, acontecido e com ela vinha a automática concretização da Liberdade e do Progresso. Para os republicanos chegara a Idade do Ouro no regaço da República de barrete frígio, enquanto para os libertários,

⁽⁵³⁴⁾ Ver FREIRE, João — *Anarquistas e operários*, ob. cit., p. 306 e ss.

⁽⁵³⁵⁾ *Ibidem*, p. p. 307.

«barricados» na imprensa e nas oficinas (em larga maioria artesanais), não raiara ainda a *aurora ideal*. Aqueles viram-se subitamente enredados na dificuldade de tornar o *Sol igual para todos*, enquanto estes exigiam, veementes, o impossível, continuando embriagados de Utopia.

Achavam-se, pois, os republicanos no momento da «ressaca». Tinham de despertar e de encarar a dura realidade. E coube forçosamente ao Governo Provisório o ingrato dever de mostrar obra em várias frentes, incluindo no domínio agrário, em que surgirão ensaios de uma titubeante reforma inspirada em projectos mais ou menos bem intencionados (recorde-se a lista de medidas entregue por Basílio Teles ao Presidente do Governo, Teófilo Braga, e o projecto de divisão e venda dos incultos em pequenos lotes, entregue para discussão na Constituinte por Ezequiel de Campos) e no domínio industrial, onde se fará sentir uma confrangedora falta de medidas de fundo. No entanto, a República começou por apoiar, numa primeira fase, o crescimento do movimento reivindicativo, reflectido na melhoria do nível de vida das classes baixas urbanas, adoptando medidas complementares, como a diminuição do imposto sobre o consumo e o relativo controlo sobre os preços agrícolas.

Uma tal postura correspondia a um difícil e inadiável compromisso: combinar, no cadinho de uma cultura da intransigência ético-política, o modelo capitalista com o filantropismo social. Agradar a gregos e a troianos. Os principais dirigentes republicanos e, em especial, Afonso Costa, sensível e atento à mobilização política urbana a partir da questão social, procuraram aplacar a explosão de energias e enquadrar as camadas populares num regime perfeito, conjugado na conciliação dos contrários e não na sua disjunção. Só seriam, por isso, excluídos do novo regime os que se lhe opusessem frontalmente através de incitamentos verbais e escritos ou pegassem em armas. A alternativa era o silêncio que consente ou a *adesivagem* que compromete.

Greves e comboios

Sem ser misericordioso, o Estado Republicano, em estreita cumplicidade com o *espírito maçónico* e com os olhos postos na III.^a República francesa — sua irmã maior... — procurou mostrar-se compreensivo e generoso, mas também vigilante e temeroso face ao eventual descontrolo revolucionário, anarquicante, bem perceptível na prática bombista adquirida, no uso e abuso das greves, enfim, numa considerável panóplia de recursos subversivos...

Em 6 de Dezembro de 1910 saía um decreto do Ministério do Fomento, cujo titular era já Brito Camacho, destinado a legalizar a prática do direito da greve e do *lockout* por parte dos patrões. Medida salomónica, falhada no seu objectivo supremo de harmonização social⁽⁵³⁶⁾ e que traduz bem a espiral de concessões, de recuos e de contradições dos sucessivos Governos republicanos, durante dezasseis atribulados anos...

O mesmo Ministro e a mesma estratégia estiveram implicados na escolha de Manuel Goulart de Medeiros, Tomé José de Barros Queirós e Sidónio Pais como represen-

⁽⁵³⁶⁾ Ver CARVALHO, António Carlos — *Para a história da Maçonaria em Portugal, 1913-1935*, 2.^a ed., Lisboa: Vega, 1993, p. 73.

tes do Governo Provisório no Conselho de Administração da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses (CP), perfazendo, assim, os cinco administradores a nomear por decreto (ou seja pelo Governo), além do Comissário do Governo (antigo Comissário régio), de acordo com os estatutos aprovados em 30 de Novembro de 1894.

A CP era, conforme deixou escrito Jorge Fernando Teixeira, *a mais importante organização industrial do nosso País*.⁽⁵³⁷⁾ De 1894 a 1910 a Companhia conseguiu restabelecer a normalidade administrativa, aumentar as receitas, retomar os trabalhos de construção de linhas e ramais, renovar o material circulante e incrementar uma melhoria no serviço de passageiros e de mercadorias. Segundo Jorge Fernando Teixeira, a situação da empresa nas vésperas da implantação da República era muito positiva. O relatório anual do Conselho de Administração, respeitante ao exercício de 1910, classifica os resultados obtidos como *os melhores que a Companhia tem tido*.⁽⁵³⁸⁾ E o mesmo autor informa que a mudança política ocorrida em 5 de Outubro não trouxe uma sensível quebra de tráfego, mas agravou a efervescência que germinava entre o pessoal operário. Nesta fase, infere-se, portanto, que os principais problemas da Companhia eram de natureza laboral e a isto não era de modo algum alheia a elevada politização e consciência social dos ferroviários, já atrás referida. Note-se a este propósito que no Congresso Sindicalista de 1911, o sector sindical da viação terrestre ferroviária esteve representado pela União Ferroviária do Porto que contava com cerca de 5.800 sindicalizados, o Pessoal da CP (Lisboa) com 1.700 e o Ferro-Electro-Carril (Porto) com 212.⁽⁵³⁹⁾

A recomposição do elenco do Conselho de Administração operada em finais de 1910 correspondeu, em larga medida, a um imperativo político, estimulado pelo agravamento inevitável da instabilidade social. A escolha de Sidónio Pais, de Barros Queiroz (Vereador da Câmara Municipal de Lisboa eleito em 1908⁽⁵⁴⁰⁾ e que permanecerá ligado à CP até 1926) e de Goulart de Medeiros partiu de Brito Camacho, então Ministro do Fomento do Governo Provisório, como ele próprio haveria de confessar mais tarde.

Nomeado oficialmente em 15 de Dezembro de 1910, só no início de Janeiro seguinte é que Sidónio Pais começou a participar, juntamente com Barros Queiroz, nas sessões do Conselho de Administração da Companhia, efectuadas, pelo menos, algumas delas, no Hotel Bragança de Lisboa.

Em 28 Dezembro realizara-se a última reunião ordinária de 1910, na presença do Vice-Presidente Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos (1906-1912), de António de

⁽⁵³⁷⁾ Cf. TEIXEIRA, Jorge Fernando — *Origens, fundação e evolução da CP* Lisboa: Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, 1938, p. 5. Ver também SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 425-429.

⁽⁵³⁸⁾ Cf. TEIXEIRA, Jorge Fernando — *Origens, fundação e evolução da CP*, ob. cit., p. 101.

⁽⁵³⁹⁾ Ver *O Congresso sindicalista de 1911. Tese e discussão sobre: legislação operária, associação de classe, institutos de trabalho e contrato colectivo*. Prefácio, notas e selecção de César Oliveira. Porto: Afrontamento, 1971, p. 37; e COSTA, Ramiro da — *Elementos para a história do movimento operário em Portugal, 1.º volume - 1820-1929*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1979, p. 91-92.

⁽⁵⁴⁰⁾ Ver QUEIROZ, Vasco de Barros — *Episódios da vida do político Thomé José de Barros Queiroz*. Posfácio de João Medina. Lisboa: Editorial Eva Ld.ª, 1985, p. 95-150. Ver ainda a mesma obra (p. 289) sobre a acção desenvolvida na CP de 1910 a 1926, mas a leitura tem de ser feita com muita cautela dado o tom e o propósito francamente apologeticos do autor:

Almeida Vasconcelos Correia⁽⁵⁴¹⁾ (de 1910 em diante, tendo chegado a Presidente do Conselho de Administração em 1933), de Eduardo Ferreira do Amaral (1909-1916), de Ernesto Daehnhardt (1907-1916), de Louis Lhomme (1897-1912), do conselheiro Luís Gonzaga dos Reis Torgal (1892-1912), do doutor Duarte Leite Pereira (1910-1911), de Fausto Cardoso de Figueiredo (de 1910 até à década de quarenta) e de Manuel Goulart de Medeiros (1910-1915). Assistiram ainda à sessão o dr. Manuel Pais de Villasboas (1892-1910) por parte do Conselho Fiscal, o dr. Celestino Pais de Almeida na qualidade de Comissário do Governo, Louis Forquenot que era o Director-Geral, o Secretário-Geral Pedro Diniz e o Chefe da Secretaria-Geral Carlos Lamarão. Detectam-se as ausências do Presidente do Conselho de Administração, Vitorino Vaz Júnior (1892-1913) e o administrador Joseph Kergall (1892-1931), representante do influente *Comité de Paris*. A par do dito Conselho funcionavam ainda a Comissão Executiva, que incluía dois dos Administradores governamentais, e o referido *Comité*, além de Comissões especializadas.

No dia 7 de Janeiro de 1911 realizou-se a primeira reunião do Conselho de Administração do novo ano, e já com uma agenda dominada pelas numerosas reclamações que o pessoal operário havia entretanto apresentado, aguardando impaciente uma resposta satisfatória que tardava.

A gravidade e a urgência do assunto dominaram por completo o início dos trabalhos. O Director-Geral Louis Forquenot começou por apresentar algumas propostas tendentes a satisfazer grande parte das reclamações, enquanto prosseguia o estudo das restantes e deixava em suspenso a Caixa de Reformas e Pensões, objecto de tratamento numa Comissão especial, denominada *Comissão especial para o estudo das reclamações do pessoal sobre a Caixa de Reformas e Pensões*, presidida por Joseph Kergall e composta por Duarte Leite, Sidónio Pais e Reis Torgal.⁽⁵⁴²⁾ Forquenot informou os presentes de que tinha sido já contemplado na proposta de Orçamento para 1911 um elevado número de reivindicações e acrescentou *ter em mente de ha muito ideias em estudo que satisfarão completamente a maioria das restantes reclamações, ideias que serão postas em pratica nos Orçamentos futuros, havendo somente um pequeno numero de reclamações, que são de regulamentação interna dos Serviços e algumas mesmo já consignadas em instrucções anteriores.*⁽⁵⁴³⁾ Posto isto, passou a ler e a comentar uma série de oito reclamações de carácter geral,⁽⁵⁴⁴⁾ lançadas muito para além da cláusula remuneratória. Prosseguiu depois com observações sobre a melhoria já efectuada de pequenos salários, como o dos guardas

⁽⁵⁴¹⁾ Engenheiro e irmão do lente da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia, amigo íntimo de Brito Camacho e diplomata ao serviço da República e do Estado Novo na Sociedade das Nações. Ver OLIVEIRA, Fernando Correia de — O Antecessor de Freitas. *Público Magazine*, 17 de Setembro de 1995, p. 24-33; e SILVA, Armando Malheiro da — Entre regimes, cidadão do mundo, *Ibidem*, p. 26-27.

⁽⁵⁴²⁾ Arquivo da C.P.- St.^a Apolónia — Acta [avulsa e dactiloscrita] da reunião de 24 de Fevereiro 1911 da «Comissão especial para o estudo das reclamações do pessoal sobre a Caixa de Reformas e Pensões».

⁽⁵⁴³⁾ [Edifício das Relações Públicas e Secretaria Geral] — Livro das actas do Conselho de Administração da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses [1910-1911], p. 10. (Arquivo da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses – CP).

⁽⁵⁴⁴⁾ *Ibidem*, p. 10-12.

das passagens de nível, e propunha que fossem incluídos nesse esforço de revalorização salarial os ajudantes de secção e chefes de lanço, todos os chefes e sub-chefes de distrito, os assentadores, os pedreiros e carpinteiros do quadro, os maquinistas (de 1.^a, 2.^a e 3.^a classes e de manobras), os fogueiros (de 1.^a e 2.^a classes), os capatazes (de 1.^a e 2.^a classes, dos Depósitos e Reservas), os acendedores e os limpadores de máquinas do quadro. A satisfação dos aumentos propostos representava, segundo os seus cálculos, uma despesa suplementar de mais de 192.000\$000 réis, a que era ainda necessário juntar *um augmento do quadro, de 30 agentes de trens, ou seja uma despesa suplementar de 5.000\$000*, um acréscimo no vencimento dos telegrafistas de 2.^a classe (subiria de 18\$000 para 20\$000 réis por mês) e de 3.^a classe (de 15\$000 para 16\$000 réis), um aumento no abono por deslocações dos condutores de trens (de 300 para 400 réis), dos guardas-freios (de 100 para 200 réis) e dos carregadores (de 80 para 150 réis), uma alteração no número de dias de licença com vencimento, prescrita pela Instrução 487, que seria elevado de 12 para 20 dias e extensivo a todo o pessoal do quadro da Exploração e os encargos decorrentes da decisão de mudar o uniforme do pessoal das estações e trens (os botões de metal seriam substituídos por botões pretos e os distintivos das diferentes classes funcionais seriam mantidos apenas nos bonés).⁽⁵⁴⁵⁾ Antes de ser dada a palavra aos administradores presentes, louvou a estratégia conciliadora da Companhia expressa na *Ordem da Direcção Geral n.º 77*, redigida em francês e português, contendo todas as propostas que enunciara e destinada à divulgação interna, para conhecimento do pessoal, se assim fosse entendido pela maioria dos presentes.⁽⁵⁴⁶⁾

Na discussão que se seguiu à especiosa exposição do Director-Geral, o Administrador Duarte Leite formulou alguns pedidos de esclarecimento e elogiou o projecto de *Ordem da Direcção Geral*, registando-se também intervenções do Presidente, de Fausto de Figueiredo, de Vasconcelos Correia e de Barros Queiroz. Sidónio Pais interveio numa atitude defensiva, tipicamente sua sempre que iniciava a adaptação a novos ambientes, mas denunciando já aquela que será a sua posição pessoal de fundo face ao problema laboral. Levantou várias dúvidas sobre a situação do Conselho perante as propostas do Director-Geral e teceu as seguintes considerações: parecia-lhe que o Director-Geral pretendia sossegar o pessoal, fazendo-lhe algumas concessões, mas gostava de saber se essas concessões eram finais; entendia que deviam ser definidos princípios e, em sua opinião, era preferível satisfazer o maior número de empregados, especialmente os de condição inferior; e, a terminar, sugeriu que não sendo urgente a aprovação da proposta do Director-Geral devia este, em nome do Conselho de Administração, contactar o pessoal, *assentando as concessões em bases de justiça e equidade*.⁽⁵⁴⁷⁾

No dia 9 realizou-se uma sessão extraordinária nocturna para análise e discussão de mais algumas reclamações. Foi uma sessão curta e pacífica, na qual Sidónio Pais se manteve discreto. A principal decisão aí tomada foi a de remeter para próxima reunião do Conselho de Administração o projecto de *Ordem da Direcção Geral n.º 78*, que incluía o

⁽⁵⁴⁵⁾ Livro das actas do Conselho de Administração da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses [1910-1911], p. 15. (Arquivo da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses – CP).

⁽⁵⁴⁶⁾ *Ibidem*.

⁽⁵⁴⁷⁾ *Ibidem*, p. 16.

novo «pacote» de propostas discutidas nessa sessão. A pertinência do assunto determinou, por certo, que os administradores reunissem no dia seguinte — 10 de Janeiro — e começassem os trabalhos pelas 13 h. 30 m, depois de uma espera de meia-hora pelo Comissário do Governo que continuou ausente. O Presidente começou por dizer que seria adiada a discussão do orçamento para se debaterem, com urgência, os aumentos nos vencimentos do pessoal ultimamente concedidos e para se escutarem as conclusões do estudo do Director-Geral sobre as reclamações levantadas pelos trabalhadores. Sugeriu ainda que fossem discutidas e aprovadas as propostas de aumentos de ordenados incluídos já no Orçamento para 1911, sem prejuízo da inevitável consulta à Comissão Especial do Orçamento. Estiveram presentes todos os membros do Conselho, incluindo Sidónio Pais que assistiu, aparentemente passivo, à sessão, longa e cansativa. Às 16 h. foi suspensa para ser ouvida a comissão de operários da empresa e retomada mais tarde, pelas 18 h. Ficou decidido fazer mais algumas concessões entre as quais: aumentar em 40 réis por dia o salário de 924 operários, em 80 réis o de 479, em 120 réis o de 137, em 150 réis o de seis operários e o de 200 réis por dia de um operário, representando a despesa total 28.500\$000 réis; fixar em nove horas a duração do trabalho nas Oficinas, a partir de 16 de Janeiro; e proceder ao pagamento aos Sábados para os operários de Lisboa, dentro de um mês. No entanto, esta flexibilização do Conselho parece ter sido encarada pelos trabalhadores como sinal de fraqueza, intensificando, por isso, a sua pressão reivindicativa que culminou numa greve de três dias, iniciada a 11.⁽⁵⁴⁸⁾

Nesse mesmo dia voltou a reunir o Conselho, à tarde e à noite, sem a presença de Sidónio Pais, provavelmente retido por alguma das outras obrigações que acumulava, sendo a *agenda* dominada pelo relato e pela discussão sobre a troca de impressões havida com a comissão de grevistas. Da parte dos Administradores presentes era manifesta a vontade política de não afrontar os trabalhadores, mas fazer-lhes ver, ao mesmo tempo, que a gerência da empresa não podia ultrapassar certos limites financeiros. É interessante observar a posição dos Administradores «políticos» como Duarte Leite, que sugeriu que o Comissário do Governo transmitisse ao Ministro do Fomento tudo quanto tinha sido feito para evitar a greve e lhe explicasse a intransigência do pessoal em greve. Quanto ao teor das reclamações não satisfeitas, propunha que se fizesse um estudo público dos recursos da Companhia e do montante total dos aumentos exigidos. Esta tónica no esclarecimento rigoroso das partes envolvidas e da opinião pública foi, também, frisada por Goulart de Medeiros: *diz que se deve estudar melhor o assumpto para podermos esclarecer a opinião pública, os credores e os proprios reclamantes, de que não podemos ir além, e n'esse estudo termos os elementos seguros para provar que a nossa transigência foi reflectida, não havendo a menor ideia de desconfiança na Direcção Geral.*⁽⁵⁴⁹⁾ Outras vozes, como a de Reis Torgal, alertavam para o facto de que qualquer acto que parecesse capitulação prejudicava a imagem do Conselho, mas era importante que

⁽⁵⁴⁸⁾ Ver TEIXEIRA, Jorge Fernando — *Origens, fundação e evolução da CP*, ob. cit., p. 102; e FONSECA, Carlos da — *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal, vol. I – Cronologia*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s.d., p. 131.

⁽⁵⁴⁹⁾ Livro das actas do Conselho de Administração da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses [1910-1911], p. 33. (Arquivo da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses – CP).

este se mantivesse unido até ao fim. Em sintonia com este tipo de avisos, Duarte Leite insistiu não ser possível atender a todas as reclamações e lembrou que o cômputo dos encargos excederia os 508 contos, fora ainda as despesas com a remodelação da Caixa de Reforma e Pensões e de outras difíceis de prever, pelo que propunha um contra-ataque: o Conselho, em vista da intransigência do pessoal em greve, sentia-se forçado a suspender as concessões consignadas nas *Ordens da Direcção Geral* n.ºs 77 e 78, assim como as que envolviam o pessoal jornalheiro no valor de 188 contos e a arbitragem só seria aceite se os trabalhadores terminassem com a paralização. Por seu turno, Fausto de Figueiredo considerava que era preferível persuadir os grevistas a chegarem a acordo. Optava, afinal, pelo prosseguimento das conversações e, por isso mesmo, foi incumbido de conferenciar com a «comissão de resistência».

As propostas de Duarte Leite e de Fausto de Figueiredo transitaram para o dia seguinte e foram analisadas e discutidas em sessão iniciada às 11 h. da manhã, a que presidiu Joseph Kergall a convite do Presidente Vitorino Vaz Júnior. Sidónio Pais esteve presente e não perdeu o ensejo de intervir. Antes disso, porém, Fausto de Figueiredo enumerou o conjunto de reclamações negociadas com os trabalhadores,⁽⁵⁵⁰⁾ perante sinais claros de impaciência de alguns dos seus colegas. Duarte Leite, Reis Torgal e Joseph Kergall achavam a situação insustentável porque, como lembrava o segundo, os grevistas comportavam-se como agressores: *O facto é que estamos desapossados de tudo. Apoderaram-se das nossas estações, dos nossos telegraphos, do nosso material. Chama a atenção dos seus Collegas para o artigo de um jornal de Lisboa, aggressivo para o Conselho. Não podemos tratar com gente armada estando desarmados.*⁽⁵⁵¹⁾

Como observara Barros Queiroz, eram já nítidas as diferentes posições no seio do Conselho de Administração. Reis Torgal propusera que fosse posto de parte o espírito de conciliação e que só se devia voltar a negociar quando os trabalhadores acatassem a ordem e o bom senso. Duarte Leite, Goulart de Medeiros e Kergall achavam que se devia assentar nas concessões já feitas, acrescidas apenas de três novas cedências,⁽⁵⁵²⁾ e remeter a resolução do diferendo para o Governo. Fausto de Figueiredo insistia nas negociações, secundado por Barros Queiroz e por Sidónio Pais, que declarou votar a proposta do colega Figueiredo, fundado nas seguintes razões: *A situação é grave tanto para a Companhia como para o Paiz. Desejamos pôr fim ao conflicto. Novas concessões representam maior sacrificio, ignorando-se ainda em quanto importarão as concessões relativas á Caixa de Reformas. Lembra que talvez pudessemos ser menos largos n'esta parte para satisfazer mais ás outras reclamações. O pessoal disse que não era intransigente e que apenas insistia em tres pontos: 8 horas de trabalho; augmento de 100 reis por dia; e pagamento aos sabbados. Cedemos nas duas ultimas; fica portanto a questão das horas de*

⁽⁵⁵⁰⁾ Livro das actas do Conselho de Administração da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses [1910-1911], p. 44. (Arquivo da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses).

⁽⁵⁵¹⁾ *Ibidem*, p. 45.

⁽⁵⁵²⁾ A saber: 1.ª - Aumento geral de 100 réis ao pessoal jornalheiro das Oficinas Gerais, Depósitos, Reservas, Circunscricções de Material, Oficinas de Ovar e de Telefones; 2.ª - A redução a 9 horas do trabalho nas Oficinas Gerais; e 3.ª - Pagamento semanal em Lisboa. *Ibidem*, p. 47.

trabalho.⁽⁵⁵³⁾ Fez ainda mais algumas considerações e concluiu que se a *Companhia* pode ir além do que já tem concedido, apela para o patriotismo de todos e para a amizade dos estrangeiros.⁽⁵⁵⁴⁾ Era um apelo directo à compreensão e complacência do *Comité de Paris*, ou seja, dos interesses capitalistas estrangeiros, que Kergall não deixou sem resposta, dizendo: desde que elle e os seus *Collegas do Comité* estão na *Administração da Companhia*, teem sido sempre favoráveis ao pessoal: não nasceu em Portugal, mas uma parte do seu coração é portuguez. Estes ultimos sacrificios o provam. A *Companhia* não os poderá fazer maiores, não ha direito para os exigir, porque ella não paga integralmente aos seus credores. O *Conselho* é responsavel, e cada um dos seus membros tem responsabilidade individual. Tudo tem limites e nós attingimos o limite. Affirma de novo a sua *sympathia* pelo Paiz. Os membros do *Comite de Paris*, pode asseveral-o, pensam mais nos interesses da *Companhia* que nos seus proprios interesses.⁽⁵⁵⁵⁾ Em face deste discurso hábil, mas duro, Sidónio Pais manteve-se agarrado à proposta de Fausto de Figueiredo e acrescentou em tom solene de última cartada: entende que o *Conselho* deve resolver sobre as reclamações a que pode acceder. Se acceitarem, muito bem; se não, retira-se tudo.⁽⁵⁵⁶⁾

A greve entrara, entretanto, no terceiro dia e não se vislumbra a desejada solução.

O *Conselho de Administração* prosseguia em sessão permanente, voltando a reunir, pelas 14h. 30m. do dia 13, no Hotel Bragança, sem as presenças dos conselheiros Perestrelo de Vasconcelos e Reis Torgal. O presidente abriu os trabalhos com a leitura de um officio dirigido ao Ministro da tutela em que o *Conselho* se declarava impotente para resolver o conflito e remetia essa responsabilidade ao *Governo*.⁽⁵⁵⁷⁾ Logo de seguida interveio Sidónio Pais sugerindo que se aguardasse mais algum tempo a resposta dos operários. Esta opinião foi aceite por Kergall, que acrescentou: o officio fica feito, e se os operarios acceitarem, facil é annullar-se esta resolução.⁽⁵⁵⁸⁾ A reunião terminou suspensa da decisão final do comité de grevistas, óbvio vencedor do «braço de ferro» em curso. Essa tão almejada decisão acabou por surgir e com ela as tréguas, para alívio da gerência da *Companhia*, que em nova reunião debateu e acertou os pormenores do acordo obtido. É interessante notar que, aí, o *Director-Geral* fez um balanço dos custos comprometidos na satisfação das reclamações aceites, lançando a dúvida se o pessoal suplementar entrava ou não na tabela de aumentos fixados. Este ponto suscitou várias intervenções, nomeadamente a de Sidónio Pais, que manifestou a seguinte posição: o *Conselho* tomou umas certas deliberações e deve cumpril-as. Entendeu que se tratou de todo o pessoal e que os calculos se fizeram para 6.500 agentes. Recorda que o augmento de dias de licença e os 100 reis diarios deram o augmento de 269 contos, sem contar com os 80 a 100 contos para a *Caixa de Reformas e Pensões*. Tem ainda a opinião que se pode tirar

⁽⁵⁵³⁾ Livro das actas do *Conselho de Administração da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses* [1910-1911], p. 39. (Arquivo da *Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses*).

⁽⁵⁵⁴⁾ *Ibidem*, p. 39.

⁽⁵⁵⁵⁾ *Ibidem*, p. 40.

⁽⁵⁵⁶⁾ *Ibidem*, p. 46.

⁽⁵⁵⁷⁾ *Ibidem*, p. 49.

⁽⁵⁵⁸⁾ *Ibidem*, p. 49.

a esta para facilitar outros aumentos. Se a ideia era de fazer o aumento geral, deveremos cumprir aquilo a que nos obrigamos⁽⁵⁵⁹⁾. Defendeu-a em sintonia com Barros Queiroz e Fausto de Figueiredo, declarando, pouco depois, ter ficado satisfeito com as explicações fornecidas pelo Director-Geral Forquenot. Mas o debate em torno dos detalhes da resolução final prosseguiu em Janeiro.

Durante o mês de Fevereiro não houve sessões do Conselho de Administração, pelo que só na reunião de 2 de Março se entrou na discussão do Orçamento para o exercício de 1911 e na apreciação de algumas nomeações pendentes.

A cada um dos Administradores foi fornecido um exemplar impresso do Orçamento do ano de 1911, elaborado por uma comissão composta pelo Presidente do Conselho de Administração, António de Almeida Vasconcelos Correia, Ernst Daehnhardt, Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos, Luís Gonzaga dos Reis Torgal, Louis Lhomme e Fausto Cardoso de Figueiredo (relator), e ultimado em 25 de Fevereiro de 1911. A greve e as subsequentes concessões salariais e regalias sociais obtidas determinaram, em paralelo, a publicação de um *Deuxième Budget pour 1911. Rapport du Directeur-Général*, com data de 23 de Fevereiro, no qual é claro o aumento de despesa para 1911 em quase todas as rubricas (menos na das *despesas gerais*) por comparação com as registadas no ano anterior. E os aumentos maiores incidiram no sector da Exploração (melhoramento das estações, comboios e escritórios) que acusou uma diferença para mais em relação a 1910 de 181.184\$700 réis, num total de despesa de 1.037.045\$300 réis, e no sector do Material e Tracção (inclui os encargos com salários de pessoal maquinista e de linha, a despesa do combustível e a conservação de máquinas, material rolante, etc.) com um aumento de 121.236\$000, num total de 1.124.236\$000 contos de réis.⁽⁵⁶⁰⁾ A soma das verbas afectadas às diversas rubricas do orçamento de 1911 perfez os 3.101.728\$118 contos de réis contra os 2.742.765\$307 aprovados para 1910 — uma diferença considerável para a qual muito contribuiu a satisfação de importantes encargos salariais.

Alvorôco em Coimbra

Durante os primeiros meses de 1911 intensificaram-se os rumores de que a Universidade de Coimbra estava ameaçada pelos novos governantes...

Não obstante a clara preferência dos republicanos pela descentralização administrativa, Lisboa continuou, como se tem visto, o centro imutável das grandes decisões, a sede dos mais diversos poderes, e aí se formara, segundo o depoimento de António de Vasconcelos, à volta do Ministro do Interior, *um baluarte de inimigos da Universidade*,

⁽⁵⁵⁹⁾ Livro das actas do Conselho de Administração da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses [1910-1911], p. 55. (Arquivo da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses – CP).

⁽⁵⁶⁰⁾ Cf. DIRECTEUR GÉNÉRAL — *Deuxième budget des dépenses pour l'année 1911*. Lisbonne: Chemins-de-Fer Portugais, p. 2-3. Ver também o relatório preliminar do DIRECTEUR GÉNÉRAL — *Budget pour 1911. Rapport du...* Lisbonne: Chemins-de-Fer Portugais, [27 de Décembre 1910]; e exemplar do Orçamento apresentado pela Comissão de que foi relator Fausto de FIGUEIREDO. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Sub-Secção Caminhos-de-Ferro Portugueses).

fazendo contra esta uma campanha de descrédito sem tréguas e exigindo pura e simplesmente a sua extinção.⁽⁵⁶¹⁾ António José de Almeida terá, no entanto, sabido resistir a essas manobras e por decreto de 23 de Janeiro de 1911 nomeou o seu amigo e lente catedrático de Medicina, doutor Ângelo Rodrigues da Fonseca, Director-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, tendo-lhe confiado a *missão de salvar da catástrofe iminente a Universidade e de a reformar*.⁽⁵⁶²⁾

Dez dias depois, o mesmo Ministro assinava o decreto de 2 de Fevereiro com a exoneração do dr. Manuel de Arriaga do cargo de Reitor; sendo, na mesma data, nomeado em sua substituição o lente de Medicina, reconhecido republicano e famoso clínico, doutor Daniel de Matos, durante cujo Reitorado o Governo Provisório promulgará a tão exigida e esperada reforma do ensino universitário. No dia anterior reunira o Conselho dos Decanos convocado pelo Reitor cessante, que pediu ficasse consignado em acta o seu agradecimento pela cortesia, generosidade e carinho com que o professorado da Universidade o recebera e o auxiliara nessa espinhosa missão.⁽⁵⁶³⁾

As funções vice-reitorais de Sidónio cessaram com o pedido de demissão de Manuel de Arriaga, porque, ao ter conhecimento do facto, solicitou também a sua exoneração por ofício de 1 de Fevereiro dirigido ao Ministro do Interior.⁽⁵⁶⁴⁾ Este procedimento curial foi noticiado pel'*A Tribuna* de 10 de Fevereiro e o mesmo semanário republicano, na edição do dia 13, publicou uma local com o título irónico *Não desista*, em alusão directa à fama de «acumulador» que já o colega monárquico *Pátria Nova* lhe assacara: *O sr. Sidonio Paes pediu a sua exoneração do logar de vice-reitor. Para a frente e sem desanimo, sr. dr. Não hesite e continue, porque ainda tem muito de que se alliviar. Ande, que até lhe fica bem*. Desta vez eram os próprios correligionários a manifestarem-se incomodados com a concentração de diversos cargos numa só pessoa. Compreende-se: não faltavam republicanos genuínos, nem republicanos *adesivos* à espera da legítima recompensa, e não convinha, por isso, que uns poucos abarcassem tudo!...

Em finais de Dezembro de 1910, como vimos, Sidónio Pais fora nomeado Administrador da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, mas tivera, *ipso facto*, de deixar o Executivo camarário de Coimbra. «Aliviava-se» agora um pouco mais, mas ainda tinha sobre os ombros o destino da *Brotero* numa fase delicada e crucial para o arranque da construção do novo edifício e para a implementação das propostas que remetera à Direcção-Geral do Comércio e Indústria nas vésperas do 5 de Outubro.

Na Escola Industrial Brotero, a instauração do regime republicano não foi só festejada pelo «núcleo» dirigente, mas foi também entendida como a oportunidade propícia à concretização dos mais acrisolados e prementes projectos.

⁽⁵⁶¹⁾ Cf. VASCONCELOS, António de — *Escritos vários relativos à Universidade dionisiana*, vol. I. Coimbra: Coimbra Editora, 1938, p. 146-147. Cit. por GOMES, Joaquim Ferreira — *A Universidade de Coimbra durante a primeira república*, ob. cit., p. 68.

⁽⁵⁶²⁾ Cf. GOMES, Joaquim Ferreira — *A Universidade de Coimbra durante a primeira república*, ob. cit., p. 60.

⁽⁵⁶³⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, vol. I, dissert. cit., p. 438.

⁽⁵⁶⁴⁾ *Processo do Doutor Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes*. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

Pelo exposto atrás, não restam dúvidas sobre a urgência em mudar a Escola para novas e mais amplas instalações, porque o aumento do número de alunos, o desenvolvimento curricular e as exigências oficiais e laboratoriais de um tipo de ensino que fazia do trabalho prático e experimental a sua marca distintiva e inovadora, tornaram insustentável a solução provisória sem fim à vista... Mas, como é óbvio, a gestão da Brotero não podia reduzir-se a esse tópico, por crucial que fosse, aguardando-se da equipe que se mantinha em funções — Madeira Pinto e António Arroyo — na respectiva Direcção-Geral o apoio de sempre, nunca regateado...⁽⁵⁶⁵⁾

Entretanto, a imprensa local, no início de 1911, anunciava ter sido já remetido à Direcção da Escola Industrial Brotero o *projecto do grande e magnifico edificio que vae ser construido na rua Oliveira Mattos, no bairro de Santa Cruz. O risco, que é lindissimo, é do distincto architecto sr. Adões Bermudes. Está o sr. ministro do fomento resolvido a mandar princípio a esta obra o mais breve possível.*⁽⁵⁶⁶⁾ Optimismo infundado ou subitamente defraudado... Volvido pouco mais de um mês rebentava na cidade a notícia «explosiva» e perturbadora da demissão do Director da Escola Brotero. Reagiu prontamente o Ministro do Fomento, pressionado pelos docentes da Escola para que o pedido de exoneração não fosse atendido, o que acabou por suceder.⁽⁵⁶⁷⁾

Na origem do incidente terão estado, certamente, questões internas como as reivindicações salariais do pessoal, a reforma do ensino industrial e suas implicações na organização curricular da Escola e ainda a construção do novo edifício.

Surgiram dificuldades, tensões, resistências e obstruções inesperadas, que não conseguimos determinar com rigor, mas indiscutivelmente graves para suscitarem a reacção de força e de pressão exercida por Sidónio Pais sobre a tutela. A sua atitude é tanto mais curiosa porque envolve também Brito Camacho, sob cuja «protecção» político-partidária o lente coimbrão se acolhera. A resposta do Ministro do Fomento indicia o propósito de se colocar ao lado do Director demissionário, apressando-se a garantir a execução dos projectos pendentes e dissipando a hipótese de que ele próprio tivesse sido a causa do pedido de demissão. O curioso é que Camacho, na evocação das suas relações pessoais e políticas com Sidónio Pais, escrita e publicada em 1919, esqueceu pura e simplesmente este episódio e os assuntos da Escola Brotero, detendo-se antes no carácter geral da visita e referindo-se a Sidónio como se só nessa ocasião tivesse descoberto nele aptidões para uma promissora carreira política, o que contrasta com o facto de já uns meses antes o ter nomeado para Administrador da CP.⁽⁵⁶⁸⁾

Na visita oficial que efectuou a Coimbra, em 20 e 21 de Abril, Brito Camacho teve ocasião de reafirmar o seu empenho na satisfação dos objectivos prioritários da Brotero. Chegou na quinta-feira à noite e logo se dirigiu aos Paços do Concelho, onde foi recebido pelo Presidente da Câmara, António Augusto Gonçalves, que discursou, seguido depois pelo doutor Daniel de Matos, Reitor da Universidade. No dia imediato visitou a Igreja de Santiago, a Sé Velha, a Estação Telégrafo-Postal, a Estação Telefónica, o Jardim Escola

⁽⁵⁶⁵⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Escola Industrial Brotero).

⁽⁵⁶⁶⁾ Cf. Escola Industrial Brotero. *Notícias de Coimbra*, 7 de Janeiro de 1911.

⁽⁵⁶⁷⁾ Cf. Dr. Sidónio Paes. *Notícias de Coimbra*, 15 de Fevereiro de 1911.

⁽⁵⁶⁸⁾ Cf. CAMACHO, Brito — À Margem. *A Lucta*, de 18 de Setembro de 1919, p. 1.

de João de Deus, a Maternidade, os Hospitais da Universidade e a Escola Brotero, onde se demorou mais de três horas e *prometeu fazer uma larga remodelação criando novas cadeiras da Escola Industrial Brotero e mandar proceder á construção do edificio para a mesma Escola.*⁽⁵⁶⁹⁾ Uma promessa solene, assente na estimativa orçamental que não deveria exceder os 80 contos de réis. Na noite de sexta-feira, a rematar o programa oficial, houve, no Hotel Avenida, um grande banquete de cem talheres em honra do ilustre estadista, durante o qual foram feitos muitos brindes pelo Governador-Civil, dr. Eduardo Vieira, doutores Sidónio Pais, Daniel de Matos, Sobral Cid e ainda dr. António Leitão, Albano Coutinho, tenente Nápoles e José Soares Neves, todos uníssonos nas mais elogiosas referências ao visitante.

Quase uma semana depois da visita ministerial, o Governador-Civil de Coimbra sentiu-se na obrigação de convocar para uma reunião extraordinária todos os Presidentes de Câmara do distrito, os Reitores da Universidade e do Liceu, o Director da Escola Brotero, os Presidentes da Associação Comercial, da Associação dos Artistas, da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra, da Federação das Associações, do Grémio dos Empregados do Comércio e os representantes da imprensa. Em debate estava uma decisão governamental controversa, com fortes implicações na vida económica de Coimbra: o desdobramento da Faculdade de Direito, isto é, a sua criação em Lisboa, que a concretizar-se justificava que se reclamassem compensações para a *Lusa Atenas*. O doutor Daniel de Matos interveio para transmitir a mensagem essencial da conversa havida com o Ministro da Justiça: não haveria dúvidas quanto à projectada medida. Face à perspectiva do facto consumado, a discussão brotou acalorada e os presentes acabaram por concordar que convinha mais a Coimbra não criar embaraços ao Governo e pedir-lhe compensações, em vez de se insistir no não ao desdobramento. Mas todos foram, também, unânimes em afirmar *não haver compensações possíveis para Coimbra*. Foi, por isso, nomeada uma comissão para estudar o assunto, considerado da mais alta importância para a cidade.⁽⁵⁷⁰⁾

Enquanto as «forças vivas» de Coimbra se agitavam e mobilizavam num derradeiro e desesperado esforço de defesa dos interesses comerciais da cidade e da zona envolvente, bem como do prestígio multissecular de ser a sede do único estabelecimento de ensino superior do país, o Governo Provisório estava envolvido na tarefa reformadora e legislativa, que se impusera cumprir em ditadura, alegadamente legitimada por um espontâneo e generalizado interesse nacional, ao contrário, portanto, da anterior ditadura franquista.⁽⁵⁷¹⁾

Com data de 18 de Fevereiro de 1911 foi publicado o decreto que instituía o registo civil obrigatório,⁽⁵⁷²⁾ de 20 desse mês é o decreto que confirma e ratifica o *modus vivendi* entre Portugal e a França, num simbólico gesto de reforço da aproximação, da

⁽⁵⁶⁹⁾ Cf. Ministro do Fomento. *Notícias de Coimbra*, 22 de Abril de 1911.

⁽⁵⁷⁰⁾ Cf. Reunião no Governo Civil. *Notícias de Coimbra*, 29 de Abril de 1911.

⁽⁵⁷¹⁾ Ideia expressa por Afonso Costa em entrevista concedida e publicada por LEITÃO, Joaquim — *A Comédia política: entrevistas com os homens dos últimos dias da monarchia e com os dos primeiros dias da republica*. Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1910, p. 291-299.

⁽⁵⁷²⁾ Sobre o sentido e alcance ideológico da legislação civilista ver CATROGA, Fernando — *A Militância laica e a descristianização da morte em Portugal*, vol. 1, ob. cit., p. 281-385.

admiração e da influência do modelo político gaulês; de 22 outro decreto reformava o ensino médico; com data de 1 de Março foi assinado o decreto que organizava o crédito agrícola em Portugal; de 16 é o diploma que aprovava o Código do Processo Criminal Militar e se inseria na urgente reforma da organização militar metropolitana e ultramarina em conformidade com o ideário democrático e a concepção de um *exército de cidadãos-soldados* fixada no decreto de 25 de Maio; de 29 de Março é o decreto da reorganização dos Serviços da Instrução Primária, conhecida como reforma da Instrução Primária;⁽⁵⁷³⁾ e em Abril o *Diário do Governo* publicou um importante pacote de leis a começar pelo decreto de 18 que reformava os estudos jurídicos,⁽⁵⁷⁴⁾ a que se seguiram o de 19 que estabelecia as bases da nova constituição universitária e é considerado o diploma central dessa reforma,⁽⁵⁷⁵⁾ o de 20 designado por Lei de Separação do Estado das Igrejas, réplica da legislação francesa do início do século e objecto de acesa controvérsia,⁽⁵⁷⁶⁾ e o de 27 que organizava o Conselho Superior de Instrução Pública.

Brevíssima amostra da avalanche de decretos publicados, que o republicano Luís da Câmara Reis, no primeiro da série de folhetos *Vida Política* (réplica pós-outubrista às famosas *Cartas Políticas* de João Chagas), criticou com temperada ironia: *em certos dias, nem com oito ou doze horas de leitura atenta se podiam estudar as medidas governamentais. De modo que muitos desses decretos são umas desengonçadas mumias jurídicas, á espera da apreciação da Constituinte, para as enterrar de vez ou tentar vivificá-las em ponderadas e uteis discussões.*⁽⁵⁷⁷⁾

À luz da legislação anterior sobre os rituais e as cerimónias tridentinas da Universidade de Coimbra, foi célere e entusiástica a mudança operada nessas práticas simbólicas. Merece, por isso, destaque, a curiosidade que suscitou o novo acto de doutoramento feito na ainda Faculdade de Matemática pelo licenciado Aureliano Lopes de Mira Fernandes, natural de Beja. Ao contrário da cerimónia de consagração, habitual até então, este tipo de doutoramento aproximava-se mais do actual modelo dito «científico», tendo-se realizado no Observatório Astronómico e não na tradicional Sala dos Capelos. Esteve presente o Reitor, doutor Daniel de Matos, os lentes da respectiva Faculdade e muitos académicos. Os intervenientes não envergavam a capa e batina, abolidas por lei. O candidato apresentara uma dissertação impressa pela Imprensa da Universidade no final do ano transacto e intitulada *Theorias de Galois. Elementos da theoria dos grupos de substituições de ordem finita*,⁽⁵⁷⁸⁾ que foi minuciosamente lida e anotada a lápis pelo mestre e amigo Sidónio Pais, membro do respectivo júri. O colega Henrique de Figueiredo

⁽⁵⁷³⁾ Ver CARVALHO, Rómulo de — *História do ensino em Portugal*, ob. cit., p. 665-666.

⁽⁵⁷⁴⁾ Ver GOMES, Joaquim Ferreira — *A Universidade de Coimbra durante a primeira república*, ob. cit., p. 80-81.

⁽⁵⁷⁵⁾ Sobre o articulado e o alcance deste diploma e da mencionada reforma universitária ver GOMES, Joaquim Ferreira — *A Universidade de Coimbra durante a primeira república*, ob. cit., p. 139-167.

⁽⁵⁷⁶⁾ Insere-se na chamada questão religiosa. Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — *Os Católicos e a «República Nova» (1917-1918): da questão religiosa à mitologia nacional*, art. cit., p. 391-422.

⁽⁵⁷⁷⁾ Cf. REIS, Luís da Câmara — *Vida política*. Lisboa: Edição do Autor, 1913, p. 13.

⁽⁵⁷⁸⁾ FERNANDES, Aureliano Lopes de Mira — *Theorias de galois. Elementos da theoria dos grupos de substituições de ordem finita*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1910. O exemplar existente no Arquivo de Sidónio Pais tem uma dedicatória do Autor: «Ao meu querido Mestre Doutor Sidonio Paes // offerece // Aureliano M. Fernandes».

participou na segunda parte da argumentação. No fim do acto os lentes abraçaram o doutorando, partindo, então, do público uma grande salva de palmas.

Talhado segundo o novo regime, o doutoramento decorreu numa segunda-feira, dia 20 de Março de 1911, quando Sidónio Pais já não era Vice-Reitor, confinando-se, de novo, no seio da Universidade, às funções de lente catedrático.

Fora desse âmbito, manteve-se segurando as rédeas da *Brotero* e sujeito a um exasperante «compasso de espera» porque as tão anunciadas e prometidas novas instalações tardavam a ser construídas. Mantinha-se ainda no Conselho de Administração da C.P. onde, depois da agitação de Janeiro, voltara a reinar a tranquilidade com reuniões muito mais espaçadas e rotineiras.

O Irmão Carlyle

Depois do reboliço dos primeiros quatro meses de regime republicano, Sidónio Pais entrara numa espécie de refluxo, mas temporário... Os seus atributos e as provas dadas auspiciavam-lhe, para breve, novos e mais altos voos pelas cumeadas da jovem República.

Para esse fim era muito útil fazer «profissão de fé» nos novos dogmas e ingressar nas agremiações identificadas com o espírito e a obra da Revolução. Importa lembrar que em finais de 1909 Sidónio sentiu um forte imperativo de consciência que o levou a redigir a primeira versão conhecida do seu testamento particular, em que se declarou livre pensador; traço inscrito no ideário maçónico — filantrópico, cientista, laicista e anticlerical.⁽⁵⁷⁹⁾ Não admira, pois, a sua iniciação na Maçonaria, aos 20 de Fevereiro de 1911, mas podemos-nos interrogar porque foi tão tardia essa adesão formal. Não conseguimos, infelizmente, encontrar uma resposta taxativa dada pelo próprio. Apenas sabemos que de 1911 até ao final da sua vida não há registo, nem vestígios, de uma regular actividade maçónica, a não ser uma leve referência no *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido* de Abril de 1912 divulgada por João Medina.⁽⁵⁸⁰⁾ Oliveira Marques sugere mesmo que nesse ano de 1912, em que seguiu para Berlim, terá abandonado as actividades maçónicas,⁽⁵⁸¹⁾ afirmação que contraria a hipótese formulada por João Medina, segundo a qual a colocação na capital do II.º Reich o *teria afastado progressiva e irremediavelmente do convívio dos irmãos da Ordem maçónica*.⁽⁵⁸²⁾ Hipótese que se nos afigura mais plausível...

Seja como for parece-nos óbvio que o caso do *maçon* Sidónio ilustra a natural politização da Maçonaria e a aproximação utilitária à República, como reconhece Oliveira Marques.⁽⁵⁸³⁾ E essa aproximação, acentuada a partir do 5 de Outubro de 1910, reflectiu

⁽⁵⁷⁹⁾ Ver análise do binómio Maçonaria e laicismo feita por CATROGA, Fernando — *A Militância laica e a descristianização da morte em Portugal*, vol. 1, ob. cit., p. 387-488.

⁽⁵⁸⁰⁾ Ver MEDINA, João — *História de Portugal*, vol. XI, ob. cit., p. 58.

⁽⁵⁸¹⁾ Ver MARQUES, A. H. de Oliveira — Pais, Sidónio Bernardino Cardoso da Silva, in Idem — *Dicionário de Maçonaria portuguesa*, vol. 2. Lisboa: Editorial Delta, 1986, col. 1075-1076.

⁽⁵⁸²⁾ Ver MEDINA, João — *História de Portugal*, vol. XI, ob. cit., p. 58.

⁽⁵⁸³⁾ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — *A Maçonaria portuguesa e o estado novo*, 2.ª edição revista e aumentada. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983, p. 54.

também as dissensões ocorridas no interior do P.R.P.⁽⁵⁸⁴⁾ A politização da Maçonaria evoluiu num sentido claramente divisionista e sectário, acompanhando a fragmentação interna da estrutura partidária republicana e culminando na divisão de 1914, quando parte do Supremo Conselho do Grau 33 se separou do Grande Oriente Lusitano Unido⁽⁵⁸⁵⁾ e constituiu o Grémio Luso-Escocês, com sede na Rua de S. Pedro de Alcântara, em Lisboa. Uma divisão atribuída aparentemente a questões de rito e de formalidade, mas decalcada, segundo Oliveira Marques, na clivagem político-ideológica entre moderados e radicais, com a sua expressão social no conflito entre grupos burgueses, identificando-se um grupo mais à direita com o referido Grémio. Esse grupo terá apoiado Sidónio Pais em 1917-1918, enquanto o Grande Oriente foi perseguido e a sua sede assaltada durante o mesmo.⁽⁵⁸⁶⁾ Destes dados pode ainda inferir-se que o presumível e gradual afastamento de Sidónio da militância maçónica foi influenciado ou muito determinado pela sua ligação ao grupo camachista e pelas profundas conexões dos radicais com o Grande Oriente.

A iniciação maçónica de Sidónio Pais como aprendiz, não obstante o secretismo da respectiva organização, foi sobejamente conhecida pelos seus coevos, alguns dos quais especularam, com à-vontade e ligeireza, sobre os motivos da escolha do filósofo e historiador escocês Thomas Carlyle, discípulo de Schelling, de Fichte e de Hegel, para seu nome simbólico. O interesse fulcral de alguns autores, particularmente notório no opúsculo de Fernando Garcia,⁽⁵⁸⁷⁾ era o de explicar a fase ditatorial e presidencial à luz de uma influência causalista directa exercida pela leitura de Carlyle. Ficou, porém, ignorado um pormenor de capital importância: Sidónio Pais não escolheu esse nome simbólico por uma mera motivação pessoal, mas porque lhe pareceu ajustado ao «espírito» moralizador, humanista e filantrópico da Maçonaria e do novo regime. Carlyleana a 1.ª República?!... Sim, aos olhos de Sidónio, e não foi certamente o único a ter tal visão...

O testamento de iniciação na Loja Estrela d'Alva,⁽⁵⁸⁸⁾ n.º 289 do *Ritual Escocês Antigo Aceite* (REAA)⁽⁵⁸⁹⁾ — ritual predominante na Maçonaria portuguesa desde finais do séc. XIX — fundada em 1908 e extinta em 1912, pertencente ao Vale de Coimbra, com sede na Avenida Sá da Bandeira e de que era Venerável o capitão de Infantaria Alfredo Eduardo da Cruz, foi comentado e publicado por João Medina. Trata-se de um testemunho lacónico, mas assaz revelador da postura moral, filosófica, ideológica e política do lente matemático.

⁽⁵⁸⁴⁾ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — *A Maçonaria portuguesa e o estado novo*, 2.ª edição revista e aumentada. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983, p. 55.

⁽⁵⁸⁵⁾ Antes da fractura interna foi promulgada a *Constituição do Grande Oriente Lusitano Unido. Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Promulgada por decreto de 2 de Janeiro de 1912*. Lisboa: Grande Oriente Lusitano Unido, 1912.

⁽⁵⁸⁶⁾ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — *A Maçonaria portuguesa e o estado novo*, ob. cit., p. 56.

⁽⁵⁸⁷⁾ Ver GARCIA, Fernando — *Sidonio Paes. Um ensaio de psychologia politica*, ob. cit., p. 37-50.

⁽⁵⁸⁸⁾ Sobre a loja *Estrela de Alva* ver MARQUES, A. H. de Oliveira — *Dicionário da Maçonaria portuguesa*, vol. I, col. 534 e sobre a loja n.º 285 Redenção, também do REAA, ver *Ibidem*, vol. 2, col. 1206.

⁽⁵⁸⁹⁾ Ver *Ibidem*, vol. 2, cols. 1238-1241.

Qual é o vosso nome? Sidonio Bernardino Cardoso da Silva Paes
 Idade? 38 annos.
 Estado? Casado.
 Profissão? Professor da Universidade.
 Naturalidade? Caminha.
 Residencia? Coimbra.
 Que religião professais? Nenhuma.
 Que politica tendes? (na acepção mais elevada do termo) A fórma de Governo mais perfeita que conheço actualmente é a republicana. Por isso sou e sempre fui republicano. A politica que preferirei sempre é aquella que tender ao bem da humanidade.
 Qual o dever do homem para consigo mesmo? (sob os pontos de vista physico, intellectual e moral) Sob o ponto de vista physico = o desenvolvimento do seu organismo, pela educação physica, sob o ponto de vista intellectual = o desenvolvimento da sua intelligencia instruindo-se o mais possivel. Sob o ponto de vista da moral = procurar conhecer-se e corrigir-se pela auto-educação.
 Qual o dever do homem para com os seus semehantes? Sacrificar-se pelo bem d'elles. O heroismo, no sentido mais largo do termo, deve ser o seu ideal. (N.B. Este sentido é para mim o do sacrificio pela collectividade na defeza da justiça, da verdade e do Bem).
 Que deve o homem á patria? O seu esforço maximo, até ao ponto de dar por ella a sua vida.
 Que merece o traidor? O desprezo.
 Que nome symbolico desejais adoptar? Carlyle.
 Data Coimbra, 20 de fevereiro de 1911.
 Nome Sidonio Bernardino Cardoso da Silva Paes.⁽⁵⁹⁰⁾

As respostas do candidato seguem a matriz essencial do maçonismo e da exaltação patriótica, ao mesmo tempo que deixam transparecer a reafirmação de alguns tópicos que lhe eram caros: o princípio de que o Homem, sob o ponto de vista moral, deve procurar conhecer-se e corrigir-se pela auto-educação; a simbiose do sacrificio moral, exigido pelos nossos semelhantes, com o sentido mais lato de heroismo, enquanto ideal supremo; a entrega total à defesa da Pátria até ao ponto de se dar a vida por ela; e o culto dos heróis explicado por Carlyle numa série de conferências iniciadas em 22 de Maio de 1840 e reunidas no livro *Hero and the Heroic in History*, cuja primeira edição é de 1841.⁽⁵⁹¹⁾ Note-se a propósito que este autor, grande admirador de Cromwell, de

⁽⁵⁹⁰⁾ Anexados ao testamento estão três meias folhas impressas, a saber: as *Instruções para o Candidato e o Compromisso*, documentos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra — [No Cofre. Fls. dobradas e metidas num envelope]] e transcritos na íntegra por MEDINA, João — *História de Portugal*, vol. XI, ob. cit., p. 56-58. Ver também Idem — Um documento inédito. O Ingresso de Sidónio Pais na Maçonaria. *Diário de Lisboa*, 28 de Janeiro de 1981.

⁽⁵⁹¹⁾ A obra foi divulgada em Portugal pelas traduções francesas: CARLYLE, Thomas — *Les Héros. Le Culte des héros et l'héroïque dans l'histoire. Traduction et introduction par J.-B.-J. Izoulet-Loubatières*. Odin, Mahomet, Dante, Shakespeare, Luther, Knox, Cromwell, Johnson, Rousseau, Burns, Napoléon, 3^{ème} édition avec index. Paris: Armand Colin, Editeur; [1888].

Lutero ou de Napoleão, claro defensor da identificação da História com a história dos grandes homens e conceituado ideólogo do conservadorismo vitoriano, foi visto, nos anos trinta e quarenta do séc. XX, como um desses homens que fizeram muito pela futura *marcha do fascismo*, o que para Ernest Cassirer não passou, porém, de *uma excessiva simplificação do assunto*.⁽⁵⁹²⁾ O insuspeito Cassirer chegou mesmo a uma conclusão importante para percebermos o apego profundo de Sidónio por Carlyle: *Por muito que nos desagrade a teoria de Carlyle sobre o culto do herói, um homem que falou assim nunca pode ser acusado de ser um defensor das ideias contemporâneas de um Nacional-Socialismo. É certo que Carlyle afirmou que «o poder é direito». Mas para ele o «poder» tinha um sentido mais moral do que físico. O culto do herói era para ele o culto de uma força moral. Muitas vezes revela uma profunda descrença na natureza humana. Mas confia em que «o homem nunca ceda totalmente à força bruta, mas sim à grandeza moral». Se ignorarmos este princípio do seu pensamento, destruímos toda a sua concepção de história, de cultura e de vida política e social.*⁽⁵⁹³⁾ Princípio fundamental que Michel Henri Gies desenvolveu e integrou numa dissertação inédita destinada a evidenciar o papel do herói carlyleano e na génese da teoria weberiana do poder carismático.⁽⁵⁹⁴⁾

A cultura militar destilada na Escola do Exército de mistura com um forte moralismo atávico, filantrópico e anti-individualista, uma ínsita sensibilidade estética, uma perceptível influência das focadas fantasias messiânicas de salvação e uma larga dose de positivismo de feição politécnica, ajudam, sem dúvida, a enquadrar a arreigada atracção de Sidónio pelo heroísmo carlyleano. E as noções de ordem ou de disciplina, de trabalho esforçado e honesto, de educação cívica e burguesa, partilhadas, aliás, pelo escol republicano que se propôs «salvar» a Pátria, completam o seu perfil de servidor da República.

⁽⁵⁹²⁾ Cf. CASSIRER, Ernest — *O Mito do estado*. Lisboa: Europa-América, 1961, p. 236-237.

⁽⁵⁹³⁾ Cf. CASSIRER, Ernest — *O Mito do estado*, ob. cit., p. 274-275.

⁽⁵⁹⁴⁾ Cf. GIES, Michel H. — *Aux origines de la théorie du pouvoir charismatique: la conception carlyleenne du héros*. Mémoire présenté à l'Institut d'Études Politiques de l'Université de Paris, préparé sous la direction de Monsieur Girardet. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques/Institut d'Études Politiques, Avril 1974, p. 106 e 109-110.

Capítulo 2

Nas Constituintes por Aveiro

A Fragmentação do P.R.P.

Referimos atrás que a instauração da República ocorreu numa fase da vida de Sidónio Pais marcada pelo desejo profundo e irresistível de mudança e por uma maior auto-confiança não apenas nas suas capacidades, mas sobretudo na sua vocação de concretizador. Acrescia, por isso, ao prestígio do exercício de um elevado cargo público, a possibilidade de fazer e de deixar obra, de agir — um traço forte da sua personalidade, como temos frisado. Mas para quem não andou envolvido na propaganda escrita e verbal em prol da República, nem passou pelas prisões e pelos degredos da Monarquia, como foi, entre outros, o caso de Sidónio, precisava ainda mais de «amigos» para progredir até ao topo do novo regime. Precisava, em suma, de entrar nas redes sócio-políticas republicanas, de acentuado pendor partidário, constituídas no centro mas baseadas nas fortes ramificações da periferia, coberta até então pelas redes clientelares de notáveis dos partidos rotativos do imperfeito sistema político representativo da Monarquia Constitucional. Com a sua queda assistir-se-á, por parte da organização sócio-política e partidária republicana, a um aliciamento eleitoral dessas redes, mas à luz de um discurso ideológico mobilizador que constituía a diferença essencial entre o antigo sistema partidário e a militância anti-dinástica.

Dentro do campo republicano eram notórias e não tardaram a ser efectivas as tensões, as clivagens e as fracturas manifestadas em torno de diversas personalidades marcantes, que seriam, ou poderiam ser, o centro polarizador e dinâmico de um grupo estruturado de pessoas, com fortes laços psicossociais, sócio-profissionais, culturais, ideológico-políticos, etc., motivadas para uma intervenção concertada no processo político, quer mediando o inerente conflito social, isto é, expressando como suas as exigências e as necessidades dos cidadãos em geral, quer controlando, em nome dessa mediação, os mecanismos de resposta e as decisões emanadas do sistema de Poder.

Nas sociedades capitalistas e demoliberais, essas redes, particularmente operantes nas comunidades tribais e cujo funcionamento e densidade internas constituem o objecto central da análise empírica e teórica de, entre outros, J.A. Barnes,⁽⁵⁹⁵⁾ configuram partidos

⁽⁵⁹⁵⁾ Ver BARNES, J.A. — Networks and political process, in SWARTZ, M.J. (ed.) — *Local level politics*, ob. cit., p. 107-130.

de gradual institucionalização e diferenciação, embora convenha lembrar que em toda a Europa liberal a existência de partidos foi ignorada jurídico-constitucionalmente até, pelo menos, 1918.⁽⁵⁹⁶⁾ A sua progressiva estruturação é, pois, inseparável da evolução de um processo político (base social e *regime*, especificado pelo binómio *sistema político* – *sistema de Poder*) tendencialmente amplo, isto é, participado por uma massa eleitoral e elegível cada vez maior e mais integrada na organização partidária, entendida esta como instrumento especializado de mediação (plural/democrática ou monolítica/oligárquica), de luta e de conquista da instância decisória/impositiva que é, em suma, o sistema de Poder: O número e dimensão dos partidos depende, claro está, da natureza e expansão do sistema político.

Figuras como Teófilo Braga, Afonso Costa, Bernardino Machado, Brito Camacho, António José de Almeida, João Chagas, José Relvas, Manuel de Arriaga, entre outros, integraram, dirigiram e representaram, apesar das suas próprias diferenças pessoais, culturais, sócio-profissionais e económicas, o P.R.P., que foi, sem dúvida, o primeiro partido de massas existente em Portugal, mobilizador de um vasto universo social unificado, em grande parte pela dimensão ideológica,⁽⁵⁹⁷⁾ na qual radicou, aliás, a sua importante «cultura da intransigência» moral e político-institucional. No seio dessa vasta, complexa e organizada rede sócio-política (quase diríamos uma «constelação» de múltiplas redes entretecidas e escalonadas verticalmente) eles desenvolveram relações múltiplas entre si e com os militantes de nível intermédio e de base, posicionando-se de diferentes modos na disputa do poder interno.

Numa mescla inextricável de rivalidades pessoais, de choque de interesses e de divergências táticas, alguns deles — Costa, Almeida e Camacho — não tardaram a protagonizar; no imediato pós-5 de Outubro, uma feroz tentativa de controlo hegemónico não apenas do P.R.P., com a sua típica malha de clubes e de centros, mas sobretudo do sistema de Poder a partir do qual seria construído e projectado, num futuro próspero e paradisíaco, o Portugal republicano. Foi um confronto, segundo Marques Guedes, extemporâneo e com algumas consequências negativas para o êxito da República.⁽⁵⁹⁸⁾

A quebra dessa unidade e dessa mística vincou um dilema crucial e originário: ao controlar o sistema de Poder, o P.R.P., tinha de optar entre prolongar a sua postura de «partido frente» e de vanguarda portadora/executora (de cima para baixo) de um projecto utópico e revolucionário ou tornar-se um dos agrupamentos normais em sistemas representativos e parlamentares, reduzindo esse projecto a uma dimensão mais burocrática e político-administrativa, logo menos ideológico-cultural, e perdendo muito da sua antiga capacidade mobilizadora, da sua «chama» populista. A opção feita ficou padronizada na Constituição de 1911 e incluiu um claro reforço do poder legislativo dentro da clássica divisão tripartida dos Poderes. A fórmula aceite era aparentemente

⁽⁵⁹⁶⁾ Ver LEAL, Ernesto Castro — Partidos e grupos políticos na I República, in MEDINA, João — *História de Portugal*, vol. X, ob. cit., p. 299-230.

⁽⁵⁹⁷⁾ *Ibidem*, p. 287.

⁽⁵⁹⁸⁾ Cf. GUEDES, Armando Marques — *Páginas do meu diário*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1957, p. 101.

a mais democrática e antiditatorial,⁽⁵⁹⁹⁾ no entanto, como se sabe, foi muito instável e inconsistente o consenso dos republicanos durante dezasseis anos de vida política (1910-1926).⁽⁶⁰⁰⁾

Apoiados em redes sócio-políticas próprias (hostes de amigos e de seguidores) os três potenciais líderes consumariam a ruptura no Outono de 1911, durante a vigência do 1.º Governo constitucional. Afonso Costa, secundado por O Mundo de França Borges, pelo Grande Oriente Lusitano e pela «rua» (o *Zé Povinho* urbano, identificado pelo ministro alemão em Lisboa, com os habitantes dos bairros típicos, gente barulhenta e desordeira que dormia de dia e vivia de noite⁽⁶⁰¹⁾) conseguiu, no Congresso da rua da Palma, em Lisboa, realizado de 27 a 30 de Outubro de 1911, controlar o novo Directório e todo o aparelho do P.R.P.; e este facto implicou a exclusão de António José de Almeida e de Brito Camacho com os respectivos grupos de amigos.⁽⁶⁰²⁾ «Barricados» no jornal *República* e em *A Lucta*, respectivamente, prolongaram na efémera *União Nacional Republicana* (durou de Novembro de 1911 a Março de 1912) o *bloco*⁽⁶⁰³⁾ originado pela eleição de Manuel de Arriaga (a exercer funções de Procurador Geral) para Presidente da República, na 59.ª sessão da Assembleia Nacional Constituinte de 24 de Agosto de 1911, e tentaram reproduzir, a partir do naipe de velhos amigos e de eventuais novos aderentes, *símiles* do P.R.P., de amplitude mais ou menos nacional.

Na franja socializante e avançada do republicanismo, emergiu, sobretudo em Lisboa e concentrada no Centro Republicano Radical Português, uma rede sócio-política dinamizada por intelectuais de uma nova geração — a de 1907 — e por alguns operários, que se empenharam na campanha eleitoral para as Constituintes, apesar da rejeição inicial das suas listas. Carneiro de Moura, João Bonança e Nobre França, entre outros, subcreveram um programa político que, sob o lema *Ordem e Trabalho*, visava a instauração de uma República unitária, a descentralização política e administrativa, a exclusão do Presidente da República, a consolidação do regime republicano e seu aperfeiçoamento moral e político, a ratificação rigorosa da obra ditatorial, a compensação monetária aos que se sacrificaram pelo ideal republicano, desde o 31 de Janeiro até ao 5 de Outubro, a propaganda intensiva de civismo na província, especialmente no Minho, Douro e Beiras, a taxação dos géneros de primeira necessidade, a supremacia das classes trabalhadoras, únicas em que a República se podia solidamente apoiar, etc., etc.⁽⁶⁰⁴⁾

⁽⁵⁹⁹⁾ Ver CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, vol. 2, ob. cit., p. 276-321; e PAIXÃO, Vitor Braga — *A Constituinte de 1911 (Teófilo, Afonso, Sidónio...)*. Anais da Academia Portuguesa de História, Lisboa, (4 Mar., 1984), p. 20 e ss.

⁽⁶⁰⁰⁾ Marcelo Rebelo de SOUSA definiu a situação partidária prevalecente durante a 1.ª República como a de um multipartidarismo de partido dominante (Ver Idem — *Os Partidos políticos no direito constitucional português*. Braga: 1983, p. 167-178). Ver também SERRA, João Bonifácio — «Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente», in REIS, António — *Portugal contemporâneo*, vol. 3, ob. cit., p. 37.

⁽⁶⁰¹⁾ Cf. ROSEN, Friedrich — *Aus einem diplomatischen wanderleben, 2 - Bukarest-Lissabon*. Berlin: Trasmare Verlag, 1932, p. 108.

⁽⁶⁰²⁾ Ver PIMENTA, Alfredo — *Política portuguesa. Elementos para a solução da crise nacional*. Coimbra: Moura Marques, 1913, p. 125-136.

⁽⁶⁰³⁾ Ver a evolução do xadrez partidário da 1.ª República em LEAL, Ernesto Castro — *Partidos e grupos políticos na 1.ª República*, in MEDINA, João (dir.) — *História de Portugal*, vol. X, ob. cit., p. 291-318.

⁽⁶⁰⁴⁾ Cf. RAVARA, António Pinto — *Àcerca das eleições de 1911*. *Clio*, Lisboa, 3, 1981, p. 140.

Por seu turno, Machado Santos, o herói da Rotunda, preferiu queixar-se amargamente dos políticos, dos «impuros» que se atreviam a conspirar a «sua» República e adoptou uma atitude vigilante e belicosa: formar opinião pela imprensa (*O Intransigente*) e conspirar na rua e nos quartéis, com a sua rede sócio-política, constituída por carbonários, marinheiros, camaradas de luta na Rotunda e velhos amigos pessoais com ideias políticas diversas, como era o caso do publicista monárquico, mas fiel machadista, Francisco da Rocha Martins. Os queixumes de Machado Santos, de José Carlos da Maia e de todos quantos se sentiam ultrapassados pelos arrivistas de última hora, visavam também a conduta do Governo Provisório e do Directório do Partido.

Ministros e dirigentes máximos do P.R.P., baralharam critérios, premiando *velhos militantes* e *adesivos* alegadamente competentes e acentuando as clivagens quanto às táticas, aos interesses político-administrativos e à chamada *questão social*, pelos quais passou, aliás, a substancial diferença entre moderados e radicais. As autoridades republicanas evidenciaram ainda uma notória impotência para impor a *nova e regeneradora* ordem político-institucional às cidades, às vilas e às aldeias de todo o país, apesar de ter sido feito um esforço considerável pelos fervorosos e mais variados activistas para se levar a boa nova às massas *ignorantes* e *boçais* dos montes e dos campos recônditos e isolados, onde o dinheiro do cacique e a cruz do padre impunham a lei, agrilhoavam as consciências⁽⁶⁰⁵⁾ e indignavam os republicanos...

Escolha para deputado

Na imprensa nacional e local fluiu, abundante, a representação polícroma do novo estado de coisas. Grandes e pequenas coisas, todas elas o lastro real e possível da marcha do Portugal republicano. Discursos, manifestações de regozijo, celebrações, homenagens, banquetes e... greves, rusgas contra talassas e a *corja negra* (clero diocesano e jesuítas), bordoadas rijas, algumas mortes... A encimar o quadro sobressaía a obra ditatorial do Governo Provisório e o debate acalorado em torno do seu mérito e alcance, do prazo de validade desse imperativo nacional e da urgência ou inconveniência em instaurar, para breve, nova legitimidade através do lábaro democrático da urna, do voto...

Não faltou por isso, quem, lembrando-se talvez da apologia que o ideólogo republicano Basílio Teles fizera, em pleno franquismo, da *ditadura revolucionária*,⁽⁶⁰⁶⁾ apelasse à prossecução ditatorial da obra patriótica e reformista do Governo Provisório,⁽⁶⁰⁷⁾ mas, em contrapartida, abundavam, sobretudo na geração de 90, os receios e os complexos em relação ao purgante ditatorial. Eram, de facto, muitos os que temiam conjugar, na sua memória de anti-franquistas e à luz da sua *vulgata* de ciência política, *ditadura revolucionária* e soberania popular, mais ou menos espartilhada.

⁽⁶⁰⁵⁾ Ver VALENTE, Vasco Pulido — *O Poder e o povo*, ob. cit., p. 156 e ss.

⁽⁶⁰⁶⁾ Ver TELES, Basílio — *I - As Dictaduras. II - O Regimen revolucionario*. Famacião: Tipografia Minerva, 1911, p. 5-47.

⁽⁶⁰⁷⁾ Segundo António Pinto RAVARA foram os sectores republicanos «radicais» que se opuseram a uma próxima consulta às urnas, como era o caso dos grupos representados na imprensa por *O Mundo* e *A República Portuguesa* (Cf. Idem — *Ácerca das eleições de 1911*, art. cit., p. 127).

As grossas falanges da novíssima República encaminhavam-se, pois, para a ara do sufrágio, que não será universal mas capacitário, por desconfiança em relação à mole imensa de analfabetos e de ignorantes, presa alegadamente fácil da reacção. Ao mesmo tempo redobravam os «golpes de rins» e os truques para se obterem as melhores posições na corrida aos órgãos de soberania da nova páolis.

Por decreto de 14 de Março, um tanto remodelado a 5 de Abril, entrava em vigor uma lei eleitoral, que concedia o direito de voto aos cidadãos maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever ou que fossem chefes de família há mais de um ano; dividia o território do Continente e Ilhas em círculos plurinominais, com representação das minorias, conservando, assim, o sistema de lista incompleta aplicado no regime anterior;⁽⁶⁰⁸⁾ aplicava aos círculos de Lisboa e Porto, as duas maiores cidades e, sem dúvida, os principais baluartes do republicanismo, o processo de representação pelo processo de Hondt; e dispunha as colónias em círculos uninominais. O diploma esteve longe de concitar amplo consenso,⁽⁶⁰⁹⁾ embora não tenha sido dos mais controversos. Regulação posterior, datada de 21 de Abril e definida de acordo com as indicações dos Governadores Cívicos, fixou os círculos eleitorais em 51 no território do país (47 no Continente e quatro nas Ilhas) e em 10 (alterados depois para 14) nas colónias.⁽⁶¹⁰⁾

Eram estas as regras gerais que passavam a nortear as diferentes instâncias da estrutura partidária republicana. No vértice, o Directório assumia naturalmente a escolha e a confecção de listas, convergindo e colidindo com os díspares interesses das comissões distritais, concelhias e paroquiais dispersas pelo país. Elas serão, aliás, chamadas a desempenhar um papel importante na elaboração do indispensável recenseamento, mobilizando os potenciais eleitores a inscreverem-se em novos cadernos, podendo até fazê-lo, como sucedeu em Lisboa e Porto, nas próprias comissões paroquianas republicanas! Este expediente terá sido aproveitado também pela única oposição e única alternativa de classe ao P.R.P., consubstanciada no Partido Socialista,⁽⁶¹¹⁾ nomeadamente no Porto. Mas o trabalho competia oficialmente às comissões recenseadoras, formadas por elementos das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais, que conseguirão obter o registo de um eleitorado de 850.000 pessoas, num país de quase 6 milhões de habitantes.⁽⁶¹²⁾ Para tão flagrante desproporção contribuiu, de algum modo, a recusa política dos monárquicos e de alguns anarquistas em recensearem-se, bem como a indiferença de muitos camponeses, operários e artífices face ao acto eleitoral, para além ainda da ocorrência, em diversos pontos do país, de práticas ilegais, como a de riscar dos cadernos eleitores monárquicos, socialistas e republicanos opositores às listas sancionadas pelo Directório.

⁽⁶⁰⁸⁾ Consistia numa lista de três nomes para a eleição de quatro deputados em cada círculo, salvo os de Horta e Angra do Heroísmo, em que a lista era apenas de dois nomes para a eleição de três deputados, ficando sempre um deputado a eleger pelas minorias.

⁽⁶⁰⁹⁾ Sobre as reacções em torno desta lei ver RAVARA, António Pinto — *Àcerca das eleições de 1911*, art.º cit., p. 127-130.

⁽⁶¹⁰⁾ Ver *Ibidem*, p. 130-131.

⁽⁶¹¹⁾ Ver *Ibidem*, p. 138-139.

⁽⁶¹²⁾ Cf. RAVARA, António Pinto — *Àcerca das eleições de 1911*, art. cit., p. 131.

Do meio de Abril a 18 de Maio, data limite da apresentação de candidaturas nas sedes dos respectivos círculos, intensificou-se não apenas a organização do acto eleitoral, mas também o arranque da, há muito reclamada, propaganda oficial, que, curiosamente, coincidiu com duas medidas, duas «jogadas», algo paradoxais e contraditórias entre si: a 16 de Abril era publicado um *Manifesto*, onde se condenava duramente o regime deposto e se anunciava a obra do futuro, num tom cordato e conciliatório, porque *a República tem de ser um regime de conciliação entre todos os portugueses patriotas e desinteressados*;⁽⁶¹³⁾ e a 21 de Abril saía impressa no *Diário de Governo* e com a chancela do Ministério da Justiça, a Lei da Separação das Igrejas do Estado, celebrada pelos afonsistas como a *intangível*, que agravou o enfrentamento com a Igreja Católica e seus fiéis, gerando um coro de protestos e uma série de aplicações grosseiras e abusivas tanto por parte das entidades governamentais, como dos executores do diploma a nível local.⁽⁶¹⁴⁾ Enfim, dois modos diferentes de atingir o mesmo objectivo essencial: a republicanização do país.

A par desta ofensiva propagandística, feita, como se vê, a dois andamentos táticos, multiplicaram-se, na capital e na província, as iniciativas republicanas de oposição às listas do Directório, para disputar as maiorias e as minorias.

Em Coimbra a comissão distrital do P.R.P., era presidida pelo dr. Ângelo Rodrigues da Fonseca, futuro Director-Geral da Instrução Pública e agente natural da estratégia oficial do Partido para a escolha dos representantes do respectivo círculo eleitoral (n.º 24) nas Constituintes. Uma estratégia que incluía a recusa de certos nomes como o de Ramada Curto. Este jovem «intransigente» e de tendências socialistas esteve na origem de uma aguda agitação das bases concelhias de Coimbra ocorrida em Dezembro de 1910.

No dia 14 desse mês reuniu a estrutura republicana distrital no Centro Fernandes Costa, onde só podiam entrar os republicanos anteriores a 5 de Outubro, munidos de bilhetes de identidade passados pelas comissões paroquiais, e aí foi claro o conflito que opôs as bases do partido, apoiantes da candidatura de Ramada Curto, ao Directório, que rejeitara liminarmente a eleição desse candidato feita pelas comissões municipais. Em sinal de repúdio por tal atitude, o dr. Júlio da Fonseca, da Comissão Política local, pediu *também a sua demissão e declara não aceitar jámais cargo algum de eleição do povo de Coimbra*,⁽⁶¹⁵⁾ solidário com os seus correligionários, o médico Luís Rosete (Presidente da Comissão Municipal de Coimbra), Floro Henriques, Adriano do Nascimento e outros. E parece ter mantido a sua palavra, enquanto alguns deles se reconciliaram com a Direcção Nacional: o Presidente da Comissão Municipal, Luís Rosete, veio a ser eleito deputado pelo círculo de Coimbra, juntamente com Ângelo da Fonseca, António Leitão e António Pires de Carvalho.⁽⁶¹⁶⁾ Estes membros da rede republicana local impuseram-se, por razões internas e externas que desconhecemos, a outros militantes, ainda que

⁽⁶¹³⁾ Cf. RAVARA, António Pinto — Àcerca das eleições de 1911, art. cit., p. 135.

⁽⁶¹⁴⁾ Sobre este assunto ver SILVA, Armando B. Malheiro da — Os Católicos e a «República Nova» (1917-1918): da «questão religiosa» à mitologia nacional, art. cit., p. 400-422.

⁽⁶¹⁵⁾ Cf. O Partido Republicano de Coimbra. *A Tribuna*, de 15 de Dezembro de 1910, p. 1.

⁽⁶¹⁶⁾ Ver [PIMENTEL, Alberto] — *As Constituintes e os seus deputados: obra compilada e dirigida por um antigo official da Secretaria do Parlamento*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1911., p. 257-268.

colocados em importantes lugares político-administrativos, como era o caso de Sidónio Pais, que não conseguiu também entrar nas listas dos círculos 25 (Figueira da Foz) e 26 (Arganil).⁽⁶¹⁷⁾

Barrado o acesso à lista de candidatos a deputados por Coimbra, o Directório (pressionado, talvez, por Brito Camacho) e o Governador Civil de Aveiro ofereceram-lhe a possibilidade de concorrer pelo respectivo círculo eleitoral, mas em circunstâncias algo adversas.

O Governador Civil desse distrito era o dr. Rodrigo Rodrigues, médico e, nesse período, muito próximo ainda de Brito Camacho,⁽⁶¹⁸⁾ embora passe pouco depois para o grupo democrático, vindo a ser Ministro no 1.º Governo de Afonso Costa, de 9 de Janeiro de 1913 a 9 de Fevereiro de 1914. No âmbito das suas funções, convocou para o dia 30 de Abril de 1911 uma reunião das comissões políticas republicanas do distrito no Centro Escolar Republicano de Aveiro, precedida de *um delicado copo d'agua* oferecido aos representantes distritais do P.R.P., num dos salões do Governo Civil. Uns dias antes Rodrigo Rodrigues conferenciara com Eusébio Leão, membro do Directório, que se deslocara a Aveiro em missão partidária e não faltou logo quem visse nisso uma manobra para impôr de cima certos candidatos contra outros indicados pelas bases. A reunião fora convocada para fixar o elenco das candidaturas pelos círculos n.º 17 de Oliveira de Azeméis e n.º 15 de Aveiro, que incluía ainda Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia, Mealhada, Ílhavo e Vagos. O repórter do jornal *A Liberdade* confessou que essa reunião, presidida pelo dr. Marques da Costa e secretariada pelos drs. Alberto Tavares da Silva, de Ovar, e Figueiredo Sobrinho, de Arouca, *não deixou boa impressão pela forma tumultuaria por que decorreu*⁽⁶¹⁹⁾ e acrescentou estarem definidos os candidatos para o círculo n.º 17, enquanto para Aveiro subsistiam certas indefinições. No fim da referida reunião ficou por completar a lista de Aveiro, em que eram certos Albano Coutinho e Manuel Alegre, mas pairavam ainda suspensos, entre outros, Sidónio Pais e Jaime dos Santos Pato, ambos militares — aquele capitão de Artilharia e este 2.º tenente da Armada.

A escolha esteve longe de satisfazer as bases locais. À excepção de Jaime Pato, nenhum dos outros candidatos era natural da cidade ou concelho de Aveiro,⁽⁶²⁰⁾ servindo esse facto de pretexto para opor reservas e resistência. Por outro lado, surgiram pressões para afastar o oficial da Marinha Jaime Pato da corrida eleitoral, porque ele representava localmente a rede sócio-política centrada em Machado Santos. Em carta enviada para publicação na imprensa de Aveiro, o visado declinou categoricamente o

⁽⁶¹⁷⁾ Ver *A Tribuna*, de 29 de Maio de 1911.

⁽⁶¹⁸⁾ Ver MADUREIRA, Joaquim — *Na «Fermosa estrivaria». (Notas d'um diário subversivo). 1911*. Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & C.ª, 1912, p. 320-321. Este dado reforça a hipótese de ter havido uma «palavrinha» de Brito Camacho a favor do seu protegido Sidónio Pais, para além da pressão exercida no seio do Directório.

⁽⁶¹⁹⁾ Cf. A Escolha dos Candidatos. *A Liberdade*, de 4 de Maio de 1911, p. 2.

⁽⁶²⁰⁾ Sobre Albano Coutinho, viticultor e jornalista, de Mogofores, Anadia, ver ROSMANINHO, Nuno — *Anadia durante a primeira república (1910-1926). O Poder local*. Anadia: Edição da Casa Rodrigues Lapa, 1993, p. 35 e ss. Por seu turno, Manuel Alegre, advogado e conservador do Registo Predial, era de Águeda.

convite que Marques da Costa lhe fizera, alegando que tinha de cumprir serviço na Madeira, denunciou as intrigas e mentiras urdidas contra o seu *bom nome e dignidade*, assumiu claramente a amizade com o herói da Rotunda e pediu *que o seu nome fosse substituído pelo oficial revolucionário Mariano Martins*.⁽⁶²¹⁾

A 6 de Maio, o jornal *O Campeão das Províncias* publicitava uma lista dos candidatos por Aveiro, que compreendia José Soares da Cunha e Costa, Manuel Alegre, Albano Coutinho e Alberto Souto, director do jornal *A Liberdade*. O primeiro nome era uma provocação das bases à escolha do Directório e, em particular, ao papel desempenhado por Eusébio Leão, que há muito não simpatizava e desconfiava mesmo das convicções republicanas de Cunha e Costa.⁽⁶²²⁾ Agitaram-se e reuniram, de novo, as Comissões municipais e paroquiais a 12 de Maio sob a presidência do dr. Júlio Sampaio, secretariado pelos drs. Samuel Maia e Abílio Napoles, tendo o Presidente da Comissão distrital, dr. Marques da Costa,⁽⁶²³⁾ informado os presentes que *em vista do dr. Cunha e Costa ter enviado um telegrama ao sr. Alberto Souto em que declarava só aceitar uma candidatura extra-partidaria e absolutamente independente, tinha convocado aquela reunião para ser votada uma nova lista*.⁽⁶²⁴⁾ E Cunha e Costa justificara esta posição para não opôr o *directorio ás comissões proponentes*. Houve reacções vivas e directas: o correligionário e proprietário do jornal republicano *A Liberdade*, Rui da Cunha e Costa acusou o dr. Eusébio Leão de *fazer imposições de candidatos*. No meio de indignados protestos votou-se uma nova lista: o advogado Manuel Ribeiro Alegre, o proprietário e jornalista Alberto Souto, o escritor Basílio Teles⁽⁶²⁵⁾ e o viticultor e jornalista Albano Coutinho foram os mais votados, seguindo-se-lhes Júlio Sampaio, Samuel Maia,⁽⁶²⁶⁾ Paulo Falcão e Sidónio Pais. Basílio Teles e Albano Coutinho receberam o mesmo número de votos, pelo que se procedeu a desempate, ficando o segundo a ocupar a minoria. Quanto a Cunha e Costa podia, enfim, agir como independente. Note-se, a propósito, que este controverso advogado e publicista, regressado do Brasil onde chegou a colaborar no jornal a *Imprensa*, do Rio de Janeiro, dirigido pelo insigne orador e político republicano Rui Barbosa, entrou em ruptura com o P.R.P., ainda nesse ano de 1911, transferindo-se de seguida para o campo católico. Aí se achará quando Sidónio Pais ascender a 4.º Presidente da República, apoiando-o com entusiasmo. Após a trágica ocorrência de 14 de Dezembro de 1918, terçou a pena em defesa da memória d'O *Grande Presidente*.⁽⁶²⁷⁾

Enquanto decorria este incidente no círculo de Aveiro, outro parecido passava-se no círculo vizinho de Estarreja (n.º 16 — Estarreja, Espinho, Ovar e Vila Nova da Feira), opondo o Directório às Comissões municipais e paroquiais por causa da candidatura

⁽⁶²¹⁾ Cf. [Carta do 2.º Tenente da Armada Jaime dos Santos Pato. *A Liberdade*, de 11 de Maio, p. 3.

⁽⁶²²⁾ Cf. RELVAS, José — *Memórias políticas*. Prefácio de João Medina. Apresentação e notas de Carlos Ferrão. Lisboa: Terra Livre, vol. I, 1977, p. 75-76 e 101.

⁽⁶²³⁾ Era inelegível.

⁽⁶²⁴⁾ Cf. *Candidatos por Aveiro*. *A Liberdade*, 18 de Maio de 1911, p. 1.

⁽⁶²⁵⁾ Antes de ser proposto para a lista de Aveiro havia sido indigitado para o do círculo n.º 17 de Oliveira de Azeméis.

⁽⁶²⁶⁾ Era inelegível, embora fosse o chefe do P.R.P., em Ílhavo

⁽⁶²⁷⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — Os Católicos e a «República Nova» (1917-1918): da «questão religiosa» à mitologia nacional, art. cit., p. 422-423.

do médico Egas Moniz. Em dado momento do processo, o Governador Civil Rodrigo Rodrigues perguntou a este ex-dissidente progressista e amigo próximo de José d'Alpoim se desistia e se aceitava que Sidónio Pais o substituísse. A resposta que ele terá dado ao interpelante contou-a o seu primo António d'Abreu Freire, de Avanca, em carta para o antigo condiscípulo e amigo Sidónio, com data de 20 de Maio: *O Dr. Egas respondeu que não desistia, já que a sua escôlha fôra das comissões, estas que resolvessem. Isto foi verdade; dahi a minha carta. Depois de tudo isto o Directorio reconsiderou aceitar o Dr. Egas e vejo o teu nome incluído na lista dos candidatos por Aveiro com o que folgo muito e pelo que te dou sinceros parabens. Agora já não houvera alteração na lista publicada que não poucas se têm dado desde a reunião das comissões.*⁽⁶²⁸⁾

Quando estas palavras foram escritas já a questão de Aveiro estava equacionada. A resposta do Directório foi afirmativa em relação à candidatura do proprietário e jornalista Alberto do Souto, um antifranquista que Eusébio Leão encarou também com alguma desconfiança, interrogando-se se ele era um republicano histórico ou um *adesivo*.⁽⁶²⁹⁾ Quanto a Basílio Teles não surpreende a recusa — mais uma entre várias... — do austero pensador político portuense. A vaga foi preenchida, em definitivo, por Sidónio Pais, muito apoiado por correligionários da Mealhada, interessados num representante não só capaz de contrariar a tendência de Albano Coutinho para só beneficiar a Anadia, tal como fizera José Luciano de Castro durante o rotativismo monárquico, mas também ligado ao vizinho distrito de Coimbra, ao qual a Mealhada há muito ansiava pertencer. Esta curiosa preocupação foi-lhe expressa em carta de Jaime de Andrade Vilares, datada de 22 de Maio, a par de um veemente apelo para que fosse à Mealhada defender a sua candidatura, que Albano Coutinho e os seus adeptos *contrariam por todas as fôrmas*.⁽⁶³⁰⁾ Como era seu timbre apressou-se, diligente e afável, a honrar a confiança que nele depositavam os correligionários da Mealhada, conseguindo obter aí um bom resultado eleitoral.

Em 18 desse mesmo mês, data limite para a apresentação formal das candidaturas nas sedes dos respectivos círculos, esteve em Aveiro: *Chegou hontem [4.ª feira, dia 17] a Aveiro, onde veio apresentar a sua candidatura, o snr. dr. Sidonio Paes, lente da faculdade de mathematica na Universidade de Coimbra.*⁽⁶³¹⁾ Reagira, de pronto, ao telegrama que o Governador Civil no próprio dia 17 lhe remetera: *É urgente enviar me V. Ex.ª a declaração acceitando candidatura praso acaba amanhã seria bom vir hoje mesmo. // Rodrigues Governador Civil.*⁽⁶³²⁾ Conforme o estipulado pela lei eleitoral entregou uma declaração, datada de 17 de Maio e seguida de quarenta e duas assinaturas.⁽⁶³³⁾

⁽⁶²⁸⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Deputado à Assembleia Constituinte).

⁽⁶²⁹⁾ Ver *A Liberdade*, de 11 de Maio de 1911.

⁽⁶³⁰⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Deputado à Assembleia Constituinte).

⁽⁶³¹⁾ Cf. *A Liberdade*, de 18 de Maio de 1911.

⁽⁶³²⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Deputado à Assembleia Constituinte).

⁽⁶³³⁾ Eleições 1911, Círculo n.º 15 - Aveiro, Acta eleitoral.. (Arquivo Histórico-Parlamentar).

A entrega da declaração encerrava a fase agitada de aprovação das listas, mas não significava o repouso dos guerreiros. Antes pelo contrário: a propaganda intensificou-se até às vésperas das eleições em 28 de Maio. Período politicamente intenso, marcado por comícios e conferências políticas em Aveiro e em outras localidades do círculo.

Pela imprensa de Aveiro sabemos que participou na apresentação conjunta dos quatro candidatos oficiais realizada a 19 de Maio. No dia 25 houve uma conferência no Teatro Aveirense que suscitou enorme entusiasmo e muitos aplausos da assistência que enchia a sala e corredores, de acordo com o relato d'O *Democrata*,⁽⁶³⁴⁾ muito menos rico em detalhes sobre a intervenção de Sidónio que a notícia do colega *Campeão das Províncias*. Este periódico dedicou-lhe umas linhas que denotam, por um lado, certa resistência local a candidatos à partida desconhecidos e, por outro, algum desagrado relativamente a tribunos de recursos oratórios pobres ou medianos, sem o brilho e o calor de um António José de Almeida: *Reconhece-se a primeira vista o homem de ciência. A ciência dos números, denota-se-lhes, porém, rebelde a oratória. Sua Ex.^a falou durante uns compridos quartos de hora, em que expôs o que entende sobre as Colónias, sobre a Instrução (...) e ao de leve (...) trata as coisas locais. A assistência acolhe-o bem, mas não aquece. A nossa terra é essencialmente hospitaleira.*⁽⁶³⁵⁾ O facto de Sidónio não ser conhecido em Aveiro (nem pelos próprios jornalistas, que lhe trocavam o local de naturalidade) foi, aliás, lembrado pel'O *Aveirense* no próprio dia das eleições, num texto favorável a todos os candidatos.⁽⁶³⁶⁾

Sidónio Pais teve de conciliar a campanha eleitoral, que lhe exigia uma certa mobilidade, com a docência universitária, quase sem faltas desde Fevereiro, a direcção da *Brotero* e as reuniões do Conselho de Administração da CP, em Lisboa. No mês de Maio houve, aliás, duas sessões — a 9 e a 22.

Na primeira estiveram presentes vários membros do Conselho, do *Comité de Paris* e do Conselho Fiscal, cujo representante habitual, dr. António Centeno, por motivo de saúde, foi substituído pelo sr. Oliveira Soares. Por seu turno, o Presidente disse ter procuração de Marins Bô e Génébrias de Fredaigne; Joseph Kergall disse tê-la por Alexis Rostand, Paul Leroy-Beaulieu e Ernst Dachnhardt; Louis Lhomme representava Paul Desvaux e Perestrelo de Vasconcelos; e, por fim, Fausto de Figueiredo apresentou procurações do Marquês de Vale Flor e de Reis Torgal.⁽⁶³⁷⁾ A ordem do dia era dominada pela apresentação e discussão do *Relatório do Exercício de 1910*, que seria levado à Assembleia Geral Ordinária dos Accionistas no final do mês — 31 de Maio — e incluía, também, a discussão de uma proposta apresentada pelo Presidente sobre a aplicação de 124.330\$188 réis, verba excedente, de modo a amortizar o saldo devedor da conta Ganho e Perdas da Caixa de Reformas e Pensões (53.382\$269 réis) e passá-la a crédito de conta nova para o exercício de 1911 (70.947\$919 réis). O representante dos

⁽⁶³⁴⁾ Cf. *O Democrata*, de 26 de Maio de 1911.

⁽⁶³⁵⁾ Cf. *O Campeão das Províncias*, de 27 de Maio de 1911.

⁽⁶³⁶⁾ Cf. *O Aveirense*, de 28 de Maio de 1911.

⁽⁶³⁷⁾ Livro das actas do Conselho de Administração da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses [1910-1911], p. 73. (Arquivo da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses).

accionistas, Fausto de Figueiredo, discordou, alegando que não havia *deficit* na Caixa de Reformas e Pensões⁽⁶³⁸⁾ e, portanto, não se justificava a aplicação proposta. Por sua vez Duarte Leite, considerando secundária a discussão do *deficit* da Caixa, propôs que o excesso, *resultante da aplicação do § 1.º do art.º 61 dos Estatutos, e previsto na alínea h), passe integralmente a conta nova.*⁽⁶³⁹⁾ Proposta apoiada por Sidónio Pais pelas seguintes razões: *sobre tudo porque a gréve augmentou as nossas despesas, e receia que outras causas possam affectar as receitas. Em sua opinião não convem á Companhia, nem deve convir aos accionistas, que este anno se distribua um dividendo, e que no anno proximo não se possa pagar integralmente os juros das obrigações do 2.º grau. O mais importante é a consolidação do credito da Companhia.*⁽⁶⁴⁰⁾ No final, as propostas foram votadas, sendo rejeitada a primeira que o Presidente Vitorino Vaz Júnior apresentara com os votos de, entre outros, Sidónio Pais, Barros Queirós e Duarte Leite; e foi aprovada por catorze votos a proposta deste Administrador.

A sessão de 22 de Maio começou pelas 14 h. e 15 m., com a ausência de alguns membros, nomeadamente do Dr. António Centeno do Conselho Fiscal, que continuava impossibilitado por doença e era, de novo, substituído por Oliveira Soares. Fausto de Figueiredo pediu a palavra para dizer que não ouvira ler na acta da sessão anterior a declaração feita pelo doutor Sidónio Pais sobre os encargos resultantes da Caixa de Reformas e pedia, por isso, que ela ficasse consignada na acta como esclarecimento à anterior. Posto isto, entrou-se na ordem do dia, tendo sido discutida a apresentação de uma proposta de treze accionistas para ser presente à Assembleia Geral Ordinária e o respectivo parecer; exigido pelo art.º 55.º dos Estatutos, e, por fim, foram eleitos os representantes do Conselho de Administração na Assembleia Geral dos Obrigacionistas.

Eleição para as Constituintes

Sete dias após esta reunião em Lisboa realizavam-se as eleições de 28 de Maio, que confirmaram Sidónio Pais como um dos 229 deputados reunidos numa legislatura especial, cuja primeira tarefa consistia em dotar o país de uma nova Constituição e que haveria de se prolongar como Congresso (Câmara de Deputados e Senado) até 1915.⁽⁶⁴¹⁾

A probabilidade de eleição das listas republicanas era máxima, porque o P.R.P., concorria praticamente sem opositor à altura. Os partidos do rotativismo monárquico-constitucional dissolveram-se em 5 de Outubro de 1910 e não tinham condições para se apresentarem ao sufrágio, tanto mais que em 21 dos 51 círculos eleitorais do Continente e Ilhas não chegou a haver eleições!... E quer o Partido Socialista, quer as

⁽⁶³⁸⁾ Livro das actas do Conselho de Administração da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses [1910-1911], p. 74. (Arquivo da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses).

⁽⁶³⁹⁾ *Ibidem*, p. 74.

⁽⁶⁴⁰⁾ *Ibidem*, p. 75.

⁽⁶⁴¹⁾ Ver BRANDÃO, Fernando de Castro — *A 1.ª República portuguesa. Uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 65 e 83; MARQUES, A. H. de Oliveira — *História da 1.ª república portuguesa. As Estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s.d., p. 598-644; e LOPES, Fernando Farelo — *Poder político e caciquismo na 1.ª república portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974, p. 99 e ss.

candidaturas de independentes e de republicanos radicais, mostraram-se demasiado débeis e circunscritas a um número reduzido de círculos, não esboçando sequer uma ameaça mínima à esmagadora preponderância do P.R.P. Bastará dizer que só os socialistas conseguiram eleger dois deputados, entrando todos os restantes pelas listas oficiais republicanas!...

As eleições de 28 de Maio, realizadas em condições sem dúvida deficientes em matéria de liberdade de expressão concedida às oposições, permitiram legitimar a República pelas urnas, o que era fundamental no plano interno e no plano internacional — à fase de *ditadura revolucionária* sucedia a institucionalização constitucional de um regime, sancionado pela vontade popular e, assim sendo, passível de ser reconhecido pelos mais diversos países.⁽⁶⁴²⁾

No que respeita aos resultados eleitorais, interessa-nos apenas destacar a votação nos candidatos pelo círculo n.º 15, Aveiro, contida num quadro elaborado apenas com dados oficiais. É curioso notar o contraste com os números da votação publicados pelo jornal *A Liberdade* de Alberto Souto: este candidato aparece com 3294 votos contra os 3263 registados na acta geral de apuramento; a votação em Sidónio Pais foi superior — 2702 — à divulgada pelo jornal; e nas duas fontes só coincidem os resultados atribuídos a Albano Coutinho, Cunha e Costa e Manuel Alegre, embora este apresente a ligeira diferença de um voto — 3553 na acta eleitoral e 3552 segundo *A Liberdade*.⁽⁶⁴³⁾ Seja como for, as discrepâncias apontadas não alteram a conclusão final que é a da eleição dos quatro candidatos mais votados, ficando excluído Cunha e Costa, candidato independente.

Eleição de Deputados pelo Círculo n.º 15

| Cândidatos | AVEIRO | ÍLHAVO | ÀGUEDA | ANADIA | MEALHADA | VAGOS | OLIVEIRA DO BAIRO | Total |
|---------------------|------------|-----------|-------------|-----------|------------|------------|-------------------|-------------|
| A. Coutinho | 189 | 20 | 640 | 1547 | 258 | 354 | 255 | 3263 |
| M. Alegre | 689 | 57 | 1647 | 43 | 236 | 338 | 543 | 3553 |
| A. Souto | 991 | 169 | 905 | 28 | 282 | 352 | 536 | 3263 |
| Sidónio Pais | 381 | 99 | 1070 | 35 | 440 | 105 | 572 | 2702 |
| Cunha e Costa | 752 | 204 | 599 | 29 | 250 | 389 | 2 | 2225 |

FONTE: A.H.P. — Eleições 1911, Círculo n.º 15 - Aveiro, Acta eleitoral

Entre os cinco candidatos Sidónio Pais ficou em quarto lugar, tendo obtido o maior número de votos nos concelhos da Mealhada e de Oliveira do Bairro. A votação em Águeda, em Ílhavo e em Anadia pode considerar-se muito satisfatória, obtendo o segundo e terceiro lugares, respectivamente. A sua prestação eleitoral, em termos globais, foi positiva dado que, por um lado, não pertencia às velhas redes clientelares locais,

⁽⁶⁴²⁾ Cf. RAVARA, António Pinto — Acerca das eleições de 1911, art. cit., p. 144.

⁽⁶⁴³⁾ Cf. *A Liberdade*, de 1 de Junho de 1911.

conseguindo, por exemplo, na Anadia, a larga distância de Albano Coutinho, *abastado viticultor de Mogofores, um dos dez maiores contribuintes prediais do concelho de Anadia em 1904, republicano desde a década de 1870*,⁽⁶⁴⁴⁾ um difícil terceiro lugar, nove votos abaixo de Manuel Alegre, de Águeda; e, por outro, parece ter sintonizado bem com as zonas eleitorais desprotegidas, isto é, sem candidatos autóctones, como era o caso óbvio da Mealhada (centrífuga em relação a Aveiro e centrípeta em relação a Coimbra), ao mesmo tempo que fez valer, em todo o círculo, os seus atributos simbólicos de lente da Universidade de Coimbra e de militar.

O facto de integrar uma lista oficial do P.R.P., serviu para dar o empurrão decisivo, que faria a diferença de 477 votos a mais sobre José Soares da Cunha e Costa, advogado, publicista e político ligado a Aveiro, que concorreu em confronto com o Directório do Partido.

A previsível, ainda que difícil, eleição de Sidónio Pais para a Assembleia Nacional Constituinte teve, em termos pessoais, consequências quer a nível da carreira política, desenhada e preparada a partir de Outubro de 1910, quer a nível familiar.

As funções de deputado e a gravitação na esfera do Poder central traziam contactos e possibilidades de acção que — repetimo-lo — não só ambicionava, como lhe eram até cruciais nesta fase da sua existência. Podemos mesmo adiantar que Sidónio Pais irá ficar impressionado positiva e negativamente pela curta experiência parlamentar e ministerial, sendo, por isso, esta fase da sua carreira crucial para se compreender o seu pensamento político, que até 1918 manterá uma nítida e forte linha de continuidade, não obstante algumas alterações pontuais.

No que concerne à sua trajectória de cidadão, de marido e de pai, de irmão mais velho e amparo do núcleo materno fixado em Caminha, e de pessoa propensa a relações extra-conjugais intensas, como a que manteve com D. Ema Manso Preto, as circunstâncias propiciarão um maior afastamento, há muito potenciado e irreversível. E afasta-lo-ão do que lhe era cada vez mais secundário, embora afectiva e moralmente importante. Nessa dinâmica cresceu a possibilidade de associar e projectar a sua *fantasia messiânica de salvação* num destino nacional idealizado e impregnado de categorias supremas — o belo, o bom, o bem...

A exaltação nacionalista e patriótica correspondeu, assim, a esse processo inconsciente, tendo sido, no seu caso concreto e histórico-biográfico, muito condicionado por uma permanente instabilidade afectiva e pela fortíssima tensão mítico-simbólica vivida, então, em Portugal e no respectivo contexto civilizacional. Com efeito, podemos dizer que desde finais do séc. XIX há claros e abundantes sinais de confronto, no âmbito do imaginário, entre as imagens e estruturas de recorte prometeico e milenarista/cosmogónico (retorno à Idade do Ouro, regeneração, recriação de Portugal numa dimensão humana) e a simbólica messiânica de Ourique⁽⁶⁴⁵⁾ (mito da criação, da fundação de

⁽⁶⁴⁴⁾ Cf. ROSMANINHO, Nuno — *Anadia durante a primeira república (1910-1926)*, ob. cit., p. 35.

⁽⁶⁴⁵⁾ Subsumido no milagre de Fátima a partir de 1917. Ver ARAÚJO, Alberto e SILVA, Armando Malheiro da — Afonso Henriques, o mito fundador e a recorrência mítica: para uma mitanálise do processo histórico português, in 2.º Congresso histórico de Guimarães, 1996 - Actas, vol. 3 - D. Afonso Henriques na história e na arte. Guimarães: Câmara Municipal, 1997, p. 389-402.

Portugal numa dimensão exclusivamente divina, providencial), tendo aquela imagética sido «traduzida» sócio-politicamente como um salto positivo, galvanizador das energias individuais e colectivas.

O patriotismo de Sidónio Pais, como o dos seus contemporâneos, remete, pois, para a oposição Decadência-Esperança, em termos culturalistas, e para a oposição Ourique-Prometeu, em termos mitanalíticos. Os monárquicos e os católicos fizeram, na conjuntura a que nos reportamos, o discurso ideológico da Pátria que se perde (a queda, o pecado adâmico) afastando-se de Deus (do milagre de Ourique e do Messias, cujo *reino não é deste Mundo*), enquanto os republicanos se projectavam num discurso ideológico em que só havia salvação da Pátria se ela rompesse/cortasse com o «velho» Deus e aderisse ao *novo* ideal social e humanista, à luz da Razão e à força criadora da Ciência e do Progresso (regenerar o Cosmos e o nosso Mundo).⁽⁶⁴⁶⁾

Sem deixar de cuidar e de atender à sobrevivência e bem estar da sua família nuclear, da sua *boa amiga* Maria dos Prazeres (resignada, carinhosa e dedicada ao seu *querido Sidónio* até ao fim) e dos filhos em pleno processo formativo — Sidónio, o mais velho, com quinze anos de idade prosseguia estudos liceais, António com catorze fazia o mesmo, Maria Sidónia com doze concluíra o curso primário, enquanto Afonso e Pedro com dez e nove anos respectivamente, estavam ainda nessa fase elementar de aprendizagem — irá tornar-se um ausente, justificando, a si mesmo e aos seus familiares, essa condição como um irrecusável sacrifício pela Pátria, que tudo pode e tudo merece. Honroso sacrifício também para os irmãos António e Alberto, imbuídos ambos do mesmo espírito patriótico e ocupados em diferentes missões no Ultramar — o primeiro era então 2.º tenente da Armada e fôra nomeado Intendente do Chinde, antiga feitoria britânica e braço do Zambeze, em Moçambique; e o segundo estava como Administrador do Libôlo, em Angola. Por seu turno, a mãe e a irmã, mas sobretudo aquela, não se cansarão de repetir, ao longo da epistolografia trocada até 1916, que gostava e sentia-se orgulhosa por vê-lo servir o país, mas fora do *inferno da política*. É que D. Rita, como vimos, tinha as suas recordações, impressivas todas e algumas bem amargas...

Quanto à relação com Ema Manso Preto, terá prosseguido em Lisboa, embora não saibamos com rigor quando é que ela se transferiu para a capital com, pelo menos, um filho do seu casamento e a pequena Maria Olga de quatro anos de idade. Terá sido antes da morte de seu pai, o comendador Artur Manso Preto, alto funcionário do Governo Civil de Coimbra, falecido a 17 de Junho de 1911, pela 1 h. da madrugada?⁽⁶⁴⁷⁾ Terá sido depois? Fica a dúvida. Parece-nos, no entanto, que a sua fixação em Lisboa coincidiu com o imperativo de Sidónio aí residir toda a semana, pelo menos a partir de 19 de Junho,

⁽⁶⁴⁶⁾ Ver CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal*, vol. 2, p. 441-464; COELHO, Maria Teresa Pinto — *Apocalipse e regeneração*, ob. cit., p. ; ARAÚJO, Alberto e SILVA, Armando Malheiro da — Afonso Henriques, o mito fundador e a recorrência mítica, in 2.º Congresso histórico de Guimarães, ob. cit., p. 325 e ss.; SIRONNEAU, Jean-Pierre — *Figures de l'imaginaire religieux et dérive idéologique*. Paris: L'Harmattan, 1993, p. 123-232; Idem — Retour du mythe et imaginaire socio-politique, in *Le Retour du mythe*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1980, p. 9-28; e ALVAREZ JUNCO, Jose — Magia y etica en la retorica política, in Idem (comp.) — *Populismo, caudillaje y discurso demagógico*, ob. cit., p. 221-222.

⁽⁶⁴⁷⁾ Cf. Dr. Artur Manso Preto. *Notícias de Coimbra*, de 17 de Junho de 1911.

data do início dos trabalhos da Constituinte, instalando-se na rua Barata Salgueiro, n.º 37, 3.º eq., após algum tempo de hospedagem no Hotel Europa. Por outro lado, há indícios fortes de que a relação se deteriorou bastante antes da partida para Berlim.⁽⁶⁴⁸⁾ D. Ema, flagelada pelo ciúme e pela saudade pungente, tentou ainda evitar o inevitável, mas desfeitas as últimas résteas de ilusão, suspirou queixumes e ameaças, consumando a ruptura.

Em trânsito afectivo, Sidónio Pais ia objectivamente mudar de vida e isso obrigou-o a tomar um conjunto de providências administrativas, a fim de se entregar em pleno, como era seu feitio, às novas tarefas e obrigações.

Terminar as aulas e assegurar os exames na nova Faculdade de Ciências, bem como garantir a gestão corrente da *Brotero* na linha há muito seguida, constituíram os desafios prioritários. Cumpriu uns e teve de adiar até Agosto os que se prendiam com os actos de alunos.⁽⁶⁴⁹⁾ Andavam revoltos os tempos e era intensa a agitação revolucionária e reivindicativa entre os estudantes.⁽⁶⁵⁰⁾

A nível burocrático preencheu, a 12 de Junho, e remeteu pela Secretaria da Universidade para a respectiva tutela, o impresso do *Cadastro do Pessoal*, indicando o nome, a filiação (paterna e materna), a naturalidade, a data do nascimento, o estado (casado), o cargo que ocupava (*Lente cathedratico da faculdade de Mathematica da Universidade de Coimbra. É capitão de Artilharia graduado*), comissões que acumulava (*director da Escola Industrial «Brotero» e administrador da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses*) e cargos que exerceu antes (*Official de artilharia. Vice-Reitor da Universidade*).⁽⁶⁵¹⁾

Quanto às suas funções na Escola Industrial Brotero não era, como temos visto, difícil arranjar um Director substituto, porque Mestre Gonçalves dispunha-se a exercer o cargo embora assoberbado de trabalho. Por ofício de 18 de Junho comunicou superiormente que tendo de exercer as funções de deputado à Assembleia Nacional Constituinte, cuja abertura estava marcada para 19 do corrente e na impossibilidade de assegurar a Direcção da Escola, propunha o professor António Augusto Gonçalves.⁽⁶⁵²⁾

Em Lisboa, na forja constituinte...

Muito típico da sua maneira de ser foi o cuidado posto na recolha de informação considerada fundamental para o desempenho do exigente papel de deputado da Nação. Encomendou à Livraria H. Dunod & E. Pinat, situada no *Quai des Grands-Agustins*, n.ºs 47 e 49, de Paris, cinco livros, entregues em Coimbra: os dois volumes das *Constitutions modernes* de F. R. Dareste;⁽⁶⁵³⁾ *Droit Constitutionnel* de León Duguit; *Le Procés de la*

⁽⁶⁴⁸⁾ Correspondência, Carta de Ema Manso Preto, datada possivelmente entre finais de 1911 e meados de 1912. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁶⁴⁹⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁶⁵⁰⁾ Cf. SOARES, António José — *Saudades de Coimbra*, vol. 1, ob. cit., p. inum.

⁽⁶⁵¹⁾ *Processo de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais*. (Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽⁶⁵²⁾ Copiador [geral, mas...], 1911-1912, fl. 164. (Arquivo da Escola Secundária Avelar Brotero).

⁽⁶⁵³⁾ Ver DARESTE, F.R. et DARESTE, Paul — *Les Constitutions modernes. Recueil des constitutions en vigueur dans les divers États d'Europe, d'Amérique et du monde civilisé. Traduites sur les textes et accompagnées de notices historiques et de notes explicatives par ...*, tome 1 et 2. Paris: Augustin Challamel Editeur, 1910.

Democratie de Guy; Société a Solitude e La Conduite de la vie de Emerson. Dispendeu 46 Francos e 40. A aquisição dos volumes de Dareste e, sobretudo, da obra de Léon Duguit, identificado com o positivismo jurídico de inspiração durkheimiana e autor que, então, exercia forte influência em Portugal,⁽⁶⁵⁴⁾ merece ser sublinhada, porque nelas Sidónio procurou elementos que o ajudassem a guiar o seu contributo para o trabalho constitucional e a aprofundar a sua concepção político-institucional. No que concerne concretamente à teoria jurídico-política de Duguit, importa destacar o princípio de solidariedade social, a que Sidónio, por índole e por assumida convicção, se mostrou muito sensível, e o postulado de que a sociedade precedia o indivíduo na determinação das normas jurídicas, sendo as regras individuais uma aplicação particular das normas sociais onde se subsumiam.⁽⁶⁵⁵⁾ Veremos, também, que na discussão sobre a composição da segunda Câmara — o Senado — se acentuou a aproximação às teses de Duguit sobre a necessidade da sindicalização de todas as profissões e da correlativa representação profissional numa Câmara que servisse de contrapeso à *la puissance d'une chambre représentant les individus*.⁽⁶⁵⁶⁾

Esmiuçando um pouco mais a fase preparatória e de estudo intensivo a que se remeteu, antes e depois do início dos trabalhos da Assembleia, podemos garantir o seu cuidado em reler alguns «clássicos» como Oliveira Martins, Eça de Queirós, Ramalho, Teófilo Braga, as obras que há muito adquirira sobre a história da Revolução Francesa e do processo político subsequente, além, claro está, de todo o material (o *regimento provisório* da Assembleia e a série de projectos de Constituição apresentados por vários deputados) fornecido aos ilustres representantes da Nação, embora não se lhe conheça, no exercício desta sua nova função, nenhum pedido de documentos oficiais produzidos nas mais diversas instâncias públicas. Redobrou, obviamente, a leitura da imprensa, não apenas para estar actualizado dos factos, mas também para colher a opinião emitida pelos principais periódicos políticos. Leitor habitual de *A Lucta*, percorrerá as páginas mais pertinentes do leque disponível das folhas nacionais, incluindo o órgão do Partido Socialista-Reformista *A Reforma Social*.⁽⁶⁵⁷⁾

Era, sem dúvida, da maior pertinência optar — e optar bem... — por uma República presidencial ou por uma República parlamentar. No jornal *A Lucta*, Brito Camacho dedicou alguns artigos, irónicos e práticos, ao assunto, defendendo, em síntese, um Presidente da República, eleito pela Assembleia Nacional, que exercesse o Poder Executivo por meio dos Ministros e que representasse interna e externamente, com modéstia e dignidade, uma Nação pobre, mas honrada, e um *bicamarismo* fundado no sufrágio directo e pensado com conta e medida, não se devendo meter nas duas Câmaras to-

⁽⁶⁵⁴⁾ Cf. CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, vol. 2, ob. cit., p. 273.

⁽⁶⁵⁵⁾ Ver síntese crítica do pensamento de Léon Duguit em CUNHA, Norberto — *Génese e evolução do ideário de Abel Salazar*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 437-445.

⁽⁶⁵⁶⁾ Cf. CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, vol. 2, ob. cit., p. 273.

⁽⁶⁵⁷⁾ Esta resenha de opiniões sobre a problemática constitucional da jovem República portuguesa é baseada nos números avulsos de jornal e nos recortes existentes no Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral - Publicações.

dos os patriotas habilitados com o exame das primeiras letras ou qualquer curso superior, porque um Parlamento não é uma multidão e *ahi está justamente um dos seus grandes defeitos*. Desenhou, assim, um cenário intermédio entre o parlamentarismo, limitado nos seus vícios, o presidencialismo, travado nas suas eventuais perversões de poder pessoal autocrático e despótico, e o princípio democrático, ajustado à índole e à instrução do povo português.

Sem hesitações quanto às virtualidades do presidencialismo, Armando Marques Guedes advogou, no bi-semanário de Coimbra *Defeza*, a solução presidencialista como corolário lógico do seu anti-parlamentarismo.⁽⁶⁵⁸⁾

Os males da solução parlamentar foram torneados por Machado Santos e os seus amigos através de um modelo orgânico de cariz municipalista e corporativo, em que a Assembleia Nacional, composta por todas as «forças vivas» da Nação, constituía a sede legitimadora do novo sistema de Poder, de onde emanava a legitimidade do Governo e da Presidência do República. Não estamos diante de um modelo disfarçadamente parlamentarista, mas de um concepção diversa que exclui a lógica partidária, introduz o primado da participação directa dos cidadãos, mediatizada pelo Município para a 1.^a Secção da Assembleia Nacional (cada Município elegeria um representante) e por uma panóplia de associações para a 2.^a Secção (representantes dos estabelecimentos do ensino superior; dos institutos científicos, das associações de profissões liberais, das associações de terra e mar, das associações operárias e das federações com sede em Lisboa e Porto), e, por fim, rejeita a figura do Presidente da República.⁽⁶⁵⁹⁾ Uma tal concepção não significava, porém, a assunção implícita da anarquia, porque, como escreveu Cunha Leal, *n'uma sociedade ha-de haver sempre a classe dos que pensam, orientam e dirigem superiormente, e a classe dos que executam e tem por missão saber reconhecer as correntes que os primeiros conseguiram crear na vida nacional*,⁽⁶⁶⁰⁾ além de que se achava legitimada pela ciência. Ufanou-se *O Intransigente* de apresentar umas bases constitucionais quase coincidentes com a opinião do conceituado sociólogo francês Leon Poincard.⁽⁶⁶¹⁾

A questão, como se vê, prestava-se a elocubrações díspares e, nesse sentido, não seria excessivo recensá-las através do inquérito de opinião. Assim procedeu Hermano Neves com as entrevistas que publicou n'*O Mundo* e, em especial, as que saíram nos números de 12 e de 13 de Junho de 1911, conservados ainda no Arquivo Pessoal de Sidónio Pais.

Face ao problema posto, Magalhães Lima, relator do projecto de Constituição feito para servir de base aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, respondeu que o sistema americano, adaptado aos costumes e às necessidades do povo português, era *o mais útil e o mais racional*, o único que evitaria *as crises políticas permanentes que se dão no sistema parlamentar*,⁽⁶⁶²⁾ afirmações surpreendentes de um ilustre maçom e figura

⁽⁶⁵⁸⁾ Cf. GUEDES, Armando Marques — Parlamentarismo e parlamentarismo I. *Defeza*, Junho de 1911, p. 1.

⁽⁶⁵⁹⁾ Cf. A Presidência e a opinião. *O Intransigente*, de 9 de Junho de 1911, p. 1; recorte no Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral - Publicações.

⁽⁶⁶⁰⁾ Cf. LEAL, Cunha — Política nova com idéias velhas. *O Intransigente*, de 2 de Agosto de 1911, p. 1.

⁽⁶⁶¹⁾ Ver Mr. Léon Poincard e as nossas «bases». *O Intransigente*, de 11 de Junho de 1911, p. 1; e Processos e princípios. *O Intransigente*, de 13 de Junho de 1911, p. 1.

próxima do grupo democrático de Afonso Costa. A mesma posição presidencialista foi defendida pelo Ministro da Marinha do Governo Provisório, o capitão-de-mar-e-guerra Amaro de Azevedo Gomes, que insistiu na necessidade de um país pequeno como Portugal ter *um chefe de Estado que dignamente nos represente perante o estrangeiro, onde porventura terá que ir algumas vezes no intuito de estreitar os laços que nos unem a outras potencias* e esse Chefe do Estado seria talhado, com as devidas adaptações, segundo o sistema presidencial, que *seria o melhor a estabelecer entre nós.*⁽⁶⁶³⁾ Perspectiva diversa aparece, no mesmo texto, sustentada pelo Ministro da Guerra, coronel Correia Barreto, um afonsista para quem não era preciso eleger Presidente da República, podendo perfeitamente o Presidente da Câmara dos Deputados desempenhar essas funções.⁽⁶⁶⁴⁾

Várias cabeças, várias sentenças e algumas diametralmente opostas... Nítido reflexo de uma profunda e grave diversidade prática: em nome da mesma moral burguesa e laica e do mesmo *slogan* — a República democrática e popular — a elite republicana partiu à deriva em busca de modelos de institucionalização política e revelou, afinal, uma falta óbvia de projecto comum sobre a natureza e os objectivos concretos do novo regime.

Aprendiz de deputado e de estadista, Sidónio Pais procurou assimilar os diferentes modelos e sistematizar as ideias, sem poder fugir à superficialidade e à equivocidade dos termos e dos conceitos estruturantes do discurso político republicano. Fez como pôde o seu «trabalho de casa»: redigiu apontamentos e notas de leitura em pequenas tiras de papel,⁽⁶⁶⁵⁾ prática habitual e recorrente ao longo da sua carreira de estudante e de professor, sem a qual não se sentia à vontade para intervir. Remeteu-se a uma prudência natural e pôs-se à sombra do seu claro mentor — Brito Camacho — por quem nutria uma sincera admiração.

Em 22 de Junho, cerca de quatro dias após a 1.^a sessão (Junta Preparatória) da Assembleia Nacional Constituinte,⁽⁶⁶⁶⁾ o jornal *A Liberdade* de Aveiro publicou um breve inquérito sobre *O que será a Constituição — República Presidencial, Democrática ou Parlamentar?* e entrevistou Cunha e Costa⁽⁶⁶⁷⁾ e Sidónio Pais, de visita à sede do círculo para agradecer a sua eleição.⁽⁶⁶⁸⁾ Nas respostas que deu percebe-se claramente, por um lado, uma certa insegurança e necessidade — exigida, aliás, pela falta de preparação jurídica

⁽⁶⁶²⁾ Cf. NEVES, Hermano — «No limiar da Constituinte. República presidencial ou parlamentar?. O sr. dr. Magalhães Lima pronuncia-se pela adopção do nosso país do sistema americano». *O Mundo*, de 12 de Junho de 1911, p. 1.

⁽⁶⁶³⁾ Cf. Idem — «No limiar da Constituinte. República presidencial ou parlamentar? O sr. ministro da marinha opta pelo sistema presidencial; o sr. ministro da guerra prefere que o presidente da câmara ocupe a primeira magistratura do país». *O Mundo*, de 13 de Junho de 1911, p. 1.

⁽⁶⁶⁴⁾ Cf. *Ibidem*, p. 1.

⁽⁶⁶⁵⁾ [Apontamentos, propostas, etc.]. Arquivo de Sidónio Pais – Militar; Lente e Político, Subsecção Deputado à Assembleia Constituinte).

⁽⁶⁶⁶⁾ Para um conhecimento pormenorizado dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte ver: [PIMENTEL, Alberto] — *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, ob. cit.; e *Actas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911 (De 15 de Junho a 25 de Agosto)*. Lisboa: Assembleia da República, 1986.

⁽⁶⁶⁷⁾ Cf. «O que será a Constituição». *A Liberdade*, de 22 de Junho de 1911.

⁽⁶⁶⁸⁾ Ver «Deputados por Aveiro». *O Aveirense*, de 21 de Junho de 1911.

e pela sua natural prudência — de estudar e de meditar mais sobre essa matéria nova e complexa, mas, por outro, a assunção de um núcleo de princípios básicos da «sua» República, sobressaindo, entre eles, a defesa da soberania popular; a pouca credibilidade do modelo parlamentar face à experiência de um passado próximo e o receio, natural em 1911, do presidencialismo americano, passível de degenerar; em países latinos, numa forma grotesca e retrógrada de poder pessoal, autocrático e despótico:

O dr. Sidonio Paes, deputado por este circulo, opta pelo systema democratico com algumas modificações.

Todos os projectos, à excepção do de Machado Santos, consignam os principios d'uma Republica parlamentar, baseada na cooperação dos poderes Legislativo, Executivo e Judicial.

(...) O snr. dr. Sidonio Paes confiou-nos as suas impressões sobre a Constituição numa rapida palestra.

Não tenho, diz-nos o dr. Sidonio Paes, uma opinião formada sobre o assumpto.

É certo que dediquei a este estudo algumas horas de extraordinario labôr; mas não são essas horas de trabalho que me poderao fazer defender á outrance as bases em que me parece deverá assentar a nova Constituição. Crime seria ir para o parlamento com o proposito inabalavel de fazer vingar o meu modesto parecer, desde que em contrario me apresentassem argumentos convincentes. De resto, nenhum dos trez typos conhecidos me parece adaptavel ao nosso paiz. O systema parlamentar seria o regresso ao passado. Temo o regime presidencial americano que a breve trecho transformaria, entre nós, o presidente n'um despota. O ideal seria uma Republica democratica. Entendo todavia que nem n'isso devemos pensar.

As condições de atrazo em que ainda nos encontramos não nos permitem copiar do estrangeiro aquillo que só seria adaptavel ao nosso paiz se possuíssemos uma educação rudimentar. No entanto, talvez pudéssemos aproveitar alguma coisa da Constituição; e o nosso interlocutor expõe-nos novamente a doutrina esboçada na sua conferência.

(...) Reservo-me para ouvir o parecer dos jurisconsultos que devem tomar parte na discussão d'esse importantissimo diploma, para depois dar conscienciosamente o meu voto a um determinado projecto.

Até que em contrario me apresentem argumentos valiosos, sou de parecer que o presidente da Republica deve ser nomeado pela camara dos deputados ou pelo congresso no caso da existencia de um senado que deveria entao ser eleito por suffragio popular. A este presidente seria concedido o direito de escolher os membros do Governo.

O presidente da Republica Portuguesa exerceria o seu cargo durante uma legislatura e não poderia ser reeleito pelo menos em periodos sucessivos.

Eis em breves palavras o que tenho a dizer-lhes sobre constituição.⁽⁶⁶⁹⁾

⁽⁶⁶⁹⁾ Cf. O que será a Constituição. *A Liberdade*, de 22 de Junho de 1911.

A preferência pela democracia directa e por um Executivo forte e coeso são dois tópicos que havemos de ver glosados de maneira mais ou menos explícita nos discursos proferidos de Dezembro de 1917 a Dezembro de 1918. Aparecem também subsumidos no projecto inédito de Constituição Política da República Portuguesa ultimado em Dezembro de 1918 por uma comissão de deputados, cujo relator foi Francisco Xavier Esteves, e redigido em sintonia com a Presidência da República.

Embora assaz lacónico e pragmativamente rendido à solução semi-parlamentar, podemos dizer que Sidónio Pais, em 1911 e apesar da equivocidade conceptual deste tipo de terminologia, entendeu por *Republica democratica* o *regimen politico em que o povo exerce por si, e não por meio de delegados, uma parte das funções do governo e da legislatura*,⁽⁶⁷⁰⁾ tal como foi definido pelo seu colega Marnoco e Sousa. Mas na linha de uma opinião, aliás, muito generalizada entre os republicanos, reconhecia que o povo português não estava ainda preparado para seguir o exemplo suíço.

Em 1911 acreditou que uma República parlamentar, contrabalançada por um Executivo forte, ajudaria a atingir a perfeição democrática; em 1918, imbuído de um *desvairo messiânico*,⁽⁶⁷¹⁾ segundo o diagnóstico de Egas Moniz, e diante do *perigo anarquista* (a revolução social e o fim do Estado) transferiu para um presidencialismo de feição populista esse arreigado e íntimo objectivo.

Não resistimos a antecipar este esboço interpretativo que difere dos habituais estereótipos cerzidos em torno do perfil ideológico e político de Sidónio Pais, sem pretendermos, contudo, alterar o curso natural do seu trajecto histórico-biográfico. Impõe-se, por isso, o retorno a 1911 para seguirmos com algum detalhe o conjunto de intervenções — em rigor, pouco extenso... — que produziu até à aprovação do texto final da *Constituição Política da República Portuguesa*, na 55.ª sessão (nocturna) de 18 de Agosto.⁽⁶⁷²⁾

Antes, porém, é oportuno referir uma coincidência: em 15 de Junho, dia da sessão de verificação de poderes exigida pelo disposto no artigo 97.º da lei eleitoral de 5 de Abril, houve também uma sessão do Conselho de Administração da CP na qual Sidónio Pais interveio apenas para, em nome dos Administradores da Companhia que representavam o Governo, saudar *o nosso administrador representante dos accionistas, o sr. João Arroyo cujas brilhantes qualidades são bem conhecidas em todo o paiz e afirma os sentimentos de boa camaradagem de que se acham inspirados, para com o novo collega, esperando da sua alta intelligencia grandes serviços á Companhia*.⁽⁶⁷³⁾

Em São Bento a ocasião era, também, de boas vindas, mas a todos os deputados... Reunida pelas 12h. e 40m. *a maioria dos Deputados proclamados nas assembleias de apuramento geral, o Sr. Eusébio Leão, em harmonia com o que dispõe o artigo 97.º da lei*

⁽⁶⁷⁰⁾ Cf. SOUSA, José Marnoco e — *Constituição politica da republica portugueza. Comentário*. Coimbra: F. França Amado Editor, 1913, p. 10-11.

⁽⁶⁷¹⁾ Cf. MONIZ, Egas — *Um ano de política*. Lisboa: Portugal-Brasil, 1919, p. 156.

⁽⁶⁷²⁾ Ver [PIMENTEL, Alberto] — *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, ob. cit., p. 469-490.

⁽⁶⁷³⁾ Livro das actas do Conselho de Administração da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses [1910-1911], p. 85. (Arquivo da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses).

eleitoral vigente, propôs para presidir a esta assembleia o Sr. Anselmo Braamcamp Freire, para secretario o Sr. José Miranda do Valle e para escrutinador o Sr. Carlos Antonio Calixto, o que a assembleia approvou por aclamação.⁽⁶⁷⁴⁾ Sob a presidência desse *Espirito lucidissimo de escriptor, figura nobilissima de democrata*,⁽⁶⁷⁵⁾ na opinião benévola do cronista minucioso e satírico Braz Burity, foram eleitas as três comissões de verificação dos poderes, com cinco membros cada, tendo Sidónio Pais recebido apenas um voto no escrutínio da primeira comissão. Cabia-lhes a burocrática tarefa de verificar as actas eleitorais de todas as assembleias eleitorais a fim de ser proclamada e confirmada a sua legalidade, bem como a legitimidade dos representantes eleitos.

No total de 229 deputados com assento na nova Assembleia só 14 transitavam das abolidas Côrtes, o que deixa entender uma renovação clara da elite política que deveria servir o novo regime. Uma elite composta por 80% de militantes anteriores a 1910⁽⁶⁷⁶⁾ e dominada em 63% por médicos, juristas e militares profissionais, em grande parte de patente elevada e ligados à escrita. Os clínicos constituíam o grupo mais numeroso (22%), facto relacionado com a predominância do cientismo no movimento republicano português. Mas se a estas três categorias sócio-profissionais mais destacadas somarmos os professores, os engenheiros, os estudantes, os jornalistas e os escritores atinge-se a elevada cifra de 58% dos eleitos, o que confirma a forte presença da componente intelectual dentro da elite política republicana. E este valor pode ser mais aumentado se tivermos em conta os funcionários públicos, muitos dos quais provinham dos escalões cimeiros da Administração com diploma de bacharel, havendo ainda, entre os trabalhadores por conta de outrem, uma alta percentagem de farmacêuticos eleitos (diplomados pela Escola de Farmácia e com provas dadas nos periódicos nacionais e locais). Em franca minoria, alcançando menos de 6%, estava o pequeno comércio, o operariado industrial e os trabalhadores dos serviços. Por fim e quanto à sua proveniência geográfica e morada regular, verifica-se que 23,5% pertenciam à região dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, seguidos de 19,2% do norte e de 16,5% do centro litoral, enquanto o norte interior deu apenas 5,6% de naturais. Mas muitos dos deputados já não residiam nos locais de naturalidade, concentrando-se a sua actividade profissional e residência habitual em Lisboa e Porto. Este dado é, aliás, elucidativo: só 36 deputados eleitos eram naturais de Lisboa, mas declararam residir na capital 113, quase 50%!... Expressão eloquente de um êxodo para o litoral e para os seus grandes centros urbanos de gente oriunda de uma periferia distante e isolada — os Açores, a Madeira, o Alentejo, o Algarve, o norte e o centro interiores. E uma última nota prende-se com o facto de mais de metade dos deputados originários das regiões indicadas ter sido eleita em locais diferentes da

⁽⁶⁷⁴⁾ *Actas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911 (De 15 de Junho a 25 de Agosto)*, ob. cit., p. 11.

⁽⁶⁷⁵⁾ Cf. MADUREIRA, Joaquim (Braz Burity) — *A Forja da lei. Assembleia constituinte em notas a lápis. Com ilustrações de Correia Dias. Sobre a nudez compromettedora da Verdade, o manto faceto do Humorismo*. Coimbra: F. França Amado Editor; 1915, p. [5].

⁽⁶⁷⁶⁾ Cf. RAMOS, Rui — *A Segunda fundação (1890-1926)*, in MATTOSO, José — *História de Portugal*, vol. 6, ob. cit., p. 475-476.

respectiva morada, tendência contrariada apenas nos distritos do Porto, Braga e Viana do Castelo, onde se registava um equilíbrio entre nascidos e residentes eleitos.⁽⁶⁷⁷⁾

Referimos o peso percentual dos militares na Assembleia Nacional Constituinte e este facto reconduz-nos a Sidónio Pais, que, tal como os seus camaradas de armas, posou fardado para a fotografia do *Album* dos parlamentares.⁽⁶⁷⁸⁾ Mas podia comparecer à paisana no hemiciclo...

É omissis em tais detalhes quer o *Regimento Interno Provisório da Assembleia Nacional Constituinte de 1911*, quer a versão definitiva aprovada na sessão de 7 de Julho.⁽⁶⁷⁹⁾ Num dos seus exemplares do regimento provisório,⁽⁶⁸⁰⁾ Sidónio aproveitou as margens para assinalar a lápis um ou outro artigo e para introduzir alterações. Na página do capítulo X — *Da Inscrição, concessão e uso da palavra* anotou algumas ligeiras correcções formais e no concernente ao articulado das comissões — capítulo XIII — criadas para o *exame dos negocios, elaboração de pareceres e projectos de lei*, podendo ser permanentes e especiais, subdividiu três daquelas, a saber: a 4.^a era desdobrada em *Legislação civil e em Legislação criminal*; a 5.^a em *Instrução superior e especial*, em *Instrução secundária* e em *Instrução primária*; e a 17.^a em *Assistência pública* e em *Higiene pública*.⁽⁶⁸¹⁾ Manteve todas as outras sem qualquer tipo de divisão ou emenda, incluindo as de Finanças e de Obras Públicas, para as quais veio a ser eleito em 26 e 27 de Junho.

Em regra, cada comissão era composta de nove deputados eleitos *pela assembleia por escrutínio de listas* e cada deputado podia participar em duas comissões. Foi o que sucedeu com Sidónio Pais, que entrou para a Comissão de Finanças por 63 votos, ao lado de Francisco Xavier Esteves (154), de Tomé Barros Queiroz (141), de Eduardo Abreu (144), de Inocêncio Camacho (125), de Manuel Jorge Forbes Bessa (121), de Vitorino Guimarães (103), de Tomás Cabreira (100), de José Maria Pereira (95), de Mariano Martins (78) e de Manuel Martins Cardoso (33). Para a Comissão de Obras Públicas, sobre cujos trabalhos não encontramos nenhum registo, obteve cento e oito votos, sendo eleito juntamente com António Maria da Silva (123), Xavier Esteves (119), Tomás Cabreira (115), Ezequiel de Campos (112), Aureliano de Mira Fernandes (102), Cupertino Ribeiro (98), Peres Rodrigues (87) e Goulart de Medeiros (79). Entre conhecidos e desconhecidos lá estava o amigo dedicado e discípulo dilecto, Mira Fernandes, que tal como o mestre aderirá às hostes unionistas...

⁽⁶⁷⁷⁾ Cf. SERRA, João Bonifácio — Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente, in REIS, António (dir.) — *Portugal contemporâneo*, vol. 3, ob.cit., p. 29-31. Ver também RAMOS, Rui — A Segunda fundação (1890-1926), in MATTOSO, José — *História de Portugal*, vol. 6, ob. cit., p. 476.

⁽⁶⁷⁸⁾ [PIMENTEL, Alberto] — *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, ob. cit., p. 247. Esta obra foi editada pela casa Ferreira Lima de Lisboa que contactou por circular cada um dos deputados eleitos, solicitando-lhe todos os elementos indispensáveis. Docs. Avulsos [em organização]. (Arquivo Relvas – Sistema José Relvas, Proprietário e Político).

⁽⁶⁷⁹⁾ *Ibidem*, p. 395-429.

⁽⁶⁸⁰⁾ [Regimento e actas das sessões]. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Deputado à Assembleia Constituinte).

⁽⁶⁸¹⁾ Ver [PIMENTEL, Alberto] — *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, ob. cit., p. 412-413.

Um dos primeiros actos da Comissão de Finanças, presidida por Barros Queiroz, consitiu em emitir parecer favorável, em 29 de Junho, à proposta de lei apresentada pelo Ministro das Finanças José Relvas, o que levantou celeuma entre os deputados porque um dos seus artigos preceituava que o Governo, para ocorrer às despesas públicas no ano económico de 1911-1912 e até à aprovação do novo Orçamento Geral do Estado, poderia dispender por cada Ministério o duodécimo das importâncias inscritas no Orçamento do ano económico de 1910-1911. Era, segundo as vozes críticas ouvidas na sala (França Borges, Egas Moniz, Manuel de Arriaga, entre outros), o velho e vicioso método usado pela governação monárquica. A Comissão entendeu, porém, face às explicações dadas pelo titular da pasta, aprovar o projecto, adicionando-lhe um artigo — o 5.º — redigido nestes termos: *A contar da data da aprovação d'este decreto, e até a aprovação do Orçamento Geral do Estado, nenhum individuo, estranho ao actual quadro do funcionalismo, poderá ser nomeado para qualquer cargo publico remunerado pelo Thesouro, mesmo em virtude dos decretos com força de lei ainda não sancionados pela Assembleia Constituinte.*⁽⁶⁸²⁾

Seguiram-se outros pareceres,⁽⁶⁸³⁾ todos assinados pelos membros da Comissão sem a indicação da atitude de cada um durante a apreciação dos respectivos projectos de lei. Não sabemos, por isso, qual o teor concreto das eventuais intervenções de Sidónio ao longo desses trabalhos, mas não há dúvida que a Comissão de Finanças pôs em contacto directo com aspectos e temas da administração financeira do país, a que, por formação e curiosidade natural era particularmente sensível, sem esquecer que a temática das Obras Públicas girava, também, em torno das suas preferências pessoais, embora desconheçamos se esta Comissão foi tão activa e estimulante como aquela.

A primeira sessão da magna Assembleia, aberta com solenidade e emoção, ficou marcada para o dia 19 de Junho e teve início às 11 h. e 35m. da manhã. Depois da chamada dos deputados presentes — 176, de acordo com a contagem registada por Braz Burity ou Joaquim Madureira⁽⁶⁸⁴⁾ — o Presidente propôs que pudessem ingressar no hemiciclo os representantes de muitas Câmaras Municipais que se encontravam concentrados no corredor dos *Passos Perdidos* e que de longe tinham vindo para assistir à proclamação da República. Acorreu em peso a imprensa acomodada em galeria própria. A Assembleia votou e aprovou por aclamação a proposta, houve o natural burburinho da entrada e as Comissões Municipais acomodaram-se a um lado e a outro da mesa. De seguida os presidentes das Comissões de Verificação de Poderes apresentaram os seus pareceres, procedendo-se de imediato à distribuição dos diplomas ou *cartas de deputado*.⁽⁶⁸⁵⁾ Este acto encerrava a vigência da mesa eleita no passado dia 15, mas o deputado Inocêncio Camacho propôs que a mesma prolongasse a sua função até eleição definitiva, o que

⁽⁶⁸²⁾ Assembleia Nacional Constituinte, Comissão de Finanças, Parecer n.º 1/proposta de lei I-K. (Arquivo Histórico-Parlamentar).

⁽⁶⁸³⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 477-479.

⁽⁶⁸⁴⁾ Cf. MADUREIRA, Joaquim — *A Forja da lei*, ob. cit., p. 16.

⁽⁶⁸⁵⁾ [Carta de Deputado]. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Deputado à Assembleia Constituinte).

foi aprovado. Então, o Presidente Anselmo Braamcamp Freire agradeceu a confiança depositada e convidou os deputados para o momento mais elevado e vibrante da sessão. De pé, todos assistiram à leitura do decreto que abolia a Monarquia, bania a dinastia de Bragança, estabelecia a República Democrática e declarava beneméritos da Pátria os combatentes em prol da instauração da República. O voto foi unânime e por aclamação. Breve pausa e leitura de outro decreto: estabelecia o formato e as cores da Bandeira Nacional e consagrava a *Portuguesa* como Hino Nacional.

Era chegado o instante certo para o Presidente da Assembleia ir à varanda do edifício anunciar a proclamação da República, perante uma multidão que se apinhara em frente e aguardava a oportunidade festiva de gritar, com os seus representantes postados à janela, *as aclamações, os vivas á Republica, á Patria, aos homens da Revolução, aos homens do Governo.*⁽⁶⁸⁶⁾ As bandas tocaram, troou a artilharia e a carga simbólica e emocional desse singular evento levou ao rubro os circunstantes. De regresso à sala, a sessão foi reaberta, o Presidente do Governo Provisório tomou a palavra para entregar à Assembleia, em nome dos seus colegas, os poderes que haviam recebido em 5 de Outubro e anunciou para a sessão seguinte um relatório-síntese⁽⁶⁸⁷⁾ da acção desenvolvida desde essa data. Na sequência desta intervenção, o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte propôs, e foi aprovada, a confirmação das funções do Poder Executivo ao Governo Provisório, até ulterior deliberação. Últimas palavras. Encerrava-se a sessão e irrompiam dentro e fora os mais estridentes vivas, as mais ardentes aclamações...⁽⁶⁸⁸⁾

Das sessenta sessões efectuadas, entre 19 de Junho e 25 de Agosto, Sidónio faltou apenas à nocturna de 24 de Julho e chegou atrasado a três.⁽⁶⁸⁹⁾

Não teve, porém, pressa em intervir, redobrando-se antes em contactos dentro e fora da Assembleia e colhendo o máximo de informação que lhe era possível, lendo atentamente os vários projectos apresentados. Podemos adiantar que foi nesta fase que se aproximou do grupo ou rede sócio-política de Machado Santos, os puristas da Revolução, que Brito Camacho e os seus amigos d'A *Luta* (intelectuais, *snoobs* e bem pensantes⁽⁶⁹⁰⁾) se apressaram a elogiar e a proteger.

Por razões que já pusemos em evidência, Sidónio viu no combatente da Rotunda uma figura heróica e uma reserva moral da República, que, em virtude do seu idealismo e da coragem revelada na hora grave de todas as incertezas, deveria ser posta a resguardo de intrigas malévolas, de humilhações mesquinhas e de manobras politiqueras. Não surpreende, pois, que se tenha tornado um leitor atento do jornal *O Intransigente*,⁽⁶⁹¹⁾ tenha estreitado relações com o ilustre correligionário e tenha ainda votado a favor

⁽⁶⁸⁶⁾ Cf. MADUREIRA, Joaquim — *A Forja da lei*, ob. cit., p. 20.

⁽⁶⁸⁷⁾ Reproduzido na íntegra por MADUREIRA, Joaquim — *A Forja da lei*, ob. cit., p. 38-46.

⁽⁶⁸⁸⁾ Cf. *Ibidem*, p. 21-22.

⁽⁶⁸⁹⁾ *Livro de registo do pessoal politico da Assembleia Nacional Constituinte e Câmara dos Deputados, 1911-1915.* (Arquivo Histórico-Parlamentar).

⁽⁶⁹⁰⁾ Ver RAMOS, Rui — *A Segunda fundação (1890-1926)*, in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*, vol. 6, p. 444-445.

⁽⁶⁹¹⁾ Publicações. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, geral).

da sua promoção de 2.º tenente naval a capitão de mar-e-guerra, promoção aprovada na sessão de 13 de Julho por 149 votos e 14 contra.⁽⁶⁹²⁾ A aproximação a Machado Santos envolveu também alguns dos seus amigos íntimos, nomeadamente o indignado e ofendido José Carlos da Maia, e implicou algumas afinidades profundas que passavam pela veneração do heroísmo moral (Carlyle) consubstanciado numa certa idealização de República, pelo aprofundamento da componente populista, pela atenção filantrópica à questão social (os trabalhadores, os mais fracos e todos os desprotegidos que aguardavam pelos raios igualitários de uma República Solar) traduzida numa voluntarista, equívoca e efémera aliança operário-burguesa, pelo primado da acção e da estabilidade governativas contra os excessos retóricos e a instabilidade parlamentar..

Numa apreciação global pode dizer-se que Sidónio foi discreto e igual a si mesmo. Não faltou, talvez, quem o tenha visto como *uma mosquinha morta* — expressão pitoresca de Alfredo Casanova.⁽⁶⁹³⁾ E é curioso notar que o seu comportamento, ao longo de mais de dois meses de intensos, contínuos e extenuantes trabalhos no Palácio de São Bento, não arrancou muitos chistes ao talento mordaz de Braz Burity. A este atento cronista parlamentar não passaram despercebidas as suas intervenções, mas das duas uma: ou foi generoso, antecipando a grande admiração testemunhada anos mais tarde, poupando-lhe eventuais tiques, a pose hierática, a voz algo nasalada com laivos de sotaque nortenho e outros contornos de caricatura, ou não conseguiu espremer muito sumo de humor e de sátira a partir daquilo que via.

A postura contida e sóbria do deputado Sidónio não dava nas vistas. Inibido e observador das regras e dos procedimentos aprendidos com os mais experientes e os mais desenvolvidos, cingiu-se bastante ao debate em torno do articulado da Constituição, num claro crescendo de empenhamento, notório a partir de Agosto e através do uso da palavra e do envio para a mesa de algumas propostas e emendas.

Em contrapartida, e tanto quanto nos foi possível apurar, apagou-se nas abundantes e variadas discussões reservadas para o período de *antes da ordem do dia*, sobrecarregado por um caudal de correspondência (em especial telegramas), de exposições, de reclamações, de lancinantes pedidos de ajuda, de promoção e de emprego, de moções e de propostas,⁽⁶⁹⁴⁾ somado à regulamentar discussão de projectos-lei (do Governo e da Assembleia) e de pareceres das Comissões permanentes. Sobrecarga fatigante para os deputados, que se viam entre dois fogos: os clamores de uma mole de cidadãos desperta para a nova situação política e a urgência em dotar o país de uma nova Lei Fundamental.

⁽⁶⁹²⁾ Cf. MADUREIRA, Joaquim — *Caras lavadas. I - Machado Santos (Depoimento de um cúmplice recente)*. Lisboa: Lamas & Franklin, 1911, p. 16. Ver também sobre o jantar de homenagem a Machado Santos pela sua promoção a capitão de mar e guerra, organizado em 15 de Julho de 1911. Uma sincera homenagem a Machado Santos. *O Intransigente*, de 16 de Julho de 1911.

⁽⁶⁹³⁾ Diplomata e amigo de Augusto de Vasconcelos. Correspondência, Carta de Alfredo Casanova, Legação de Portugal em Bangkok, de 17 de Abril de 1918. (Arquivo de Augusto de Vasconcelos – Ministro em Londres).

⁽⁶⁹⁴⁾ Assembleia Nacional Constituinte, caixas 1 a 5. (Arquivo Histórico-Parlamentar).

Na 21.^a sessão, em 14 de Julho, o período de *antes da ordem do dia* e ainda a parte final da mesma — pelo meio prosseguiu o debate do projecto lei n.º 3 (Constituição) — foram dominados pelos acontecimentos de Coimbra atrás referidos. O deputado Carneiro Franco, um «intransigente» da greve académica, no calor da discussão travada a propósito dos desacetos dos estudantes, dos insultos ao Reitor, doutor Daniel de Matos, e das explicações exigidas ao Ministro do Interior; outro antigo estudante em conflito com a *Velha Senhora*, afirmou que a atitude daquele senhor não o surpreendia, porque já durante a greve de 1907 alinhara contra os estudantes.⁽⁶⁹⁵⁾ Sidónio Pais bruscamente interrompeu-o exclamando: *É falso!* A pedido do Presidente da Assembleia, o Ministro dr. António José de Almeida corroborou ser exacto o indignado protesto desse seu antigo discípulo.

No respeitante ao debate constitucional apareceram várias propostas. A principal partiu, sob a forma de projecto-lei n.º 3, da Comissão permanente incumbida da tarefa e presidida por Correia Lemos, secretariado por José Barbosa, José de Castro e João de Menezes. Foi lida, na 12.^a sessão de 3 de Julho, pelo relator Sebastião de Magalhães Lima,⁽⁶⁹⁶⁾ que leu ainda o projecto-lei n.º 4 sobre o montante dos honorários anuais e despesas de representação do Presidente da República, discutido nas últimas sessões.

Sobre as orientações dominantes do projecto oficial de Constituição, que servirá de base a todas as propostas alternativas e emendas dos deputados, convém notar, com Fernando Catroga, que o seu pendor presidencialista (o Presidente da República era aí apresentado como *chefe do Poder Executivo*, eleito por maioria de 2/3 em sessão especial do Congresso), municipalista (o Poder Legislativo era exercido pelo Congresso da República, dividido em duas secções: o Conselho Nacional com os seus *Deputados do Povo* e o Conselho dos Municípios com os *Deputados dos Municípios*) e demoliberal, claramente influenciado pelo figurino da Constituição da República do Brasil (aprovada em 24 de Fevereiro de 1891), foi, em certa medida, contradito e modificado pela corrente maioritária, regida por deputados com boa formação jurídica, que se formou ao longo das sessentas sessões e conseguiu sobrevalorizar a matriz parlamentarista, dentro da aparentemente equilibrada divisão tripartida de Poderes.⁽⁶⁹⁷⁾

A par do projecto sancionado pela Assembleia Nacional Constituinte houve, como referimos, várias propostas de Constituição, individuais e colectivas.⁽⁶⁹⁸⁾

Face à grande variedade de figurinos constitucionais apresentados, a larga maioria de deputados que não se atreveu a avançar com propostas próprias, reflectiu, aprofundou o estudo dos textos e concebeu, no fim, uma certa e aparente consensualidade. Sidónio Pais exemplifica bem, aliás, esta atitude geral. Ligado ao grupo de Brito Camacho, d'*A Lucta* e de José Barbosa, não surpreende que tenha aceite a concepção geral por estes defendida, sem rejeitar, porém, as contribuições avulsas e pontuais de outros projectos,

⁽⁶⁹⁵⁾ Ver o relato divertido da discussão em MADUREIRA, Joaquim — *A Forja da lei*, ob. cit., p. 262-264.

⁽⁶⁹⁶⁾ Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911*, ob. cit., p. 28-35.

⁽⁶⁹⁷⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 485-487.

⁽⁶⁹⁸⁾ Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, ob. cit., p. 545-551. No Arquivo de Sidónio Pais há um exemplar aberto, mas sem qualquer anotação ou sublinhado.

sobretudo as que respondiam melhor às suas reservas acerca do parlamentarismo e às suas premissas éticas e filantrópico-sociais.

Pelo diário das sessões verifica-se que a primeira intervenção de Sidónio Pais no espaço semi-circular da Assembleia ocorreu durante a 30.^a sessão, em 25 de Julho. Estavam em discussão as emendas ao art.º 54⁽⁶⁹⁹⁾ do capítulo *Dos direitos e garantias individuais*, n.º 3.º — *A Republica Portuguesa (...) extingue os titulos nobiliarchicos e de conselho e bem assim as ordens honoríficas* — e o deputado pelo círculo n.º 15 pediu a palavra para exprimir a sua perspectiva moral sobre o assunto em causa: exhibir medalhas e condecorações era um acto gratuito de vaidade de todo reprovável, que importava não confundir com o mérito de cada um e o dever público de tal ser premiado ou reconhecido. Em conformidade com o exposto mandou para Mesa uma curta emenda, admitida sem dificuldade pelos presentes.⁽⁷⁰⁰⁾

Durante as vinte e nove sessões precedentes foi assíduo, mas esteve calado. Seguiu certamente com muita atenção um primeiro e importante debate nas sessões de 10 a 13 de Julho sobre a opção entre o parlamentarismo e o presidencialismo, que constituiu, sem dúvida, uma das questões mais marcantes do debate constitucional, e que revelou, para além da fraca resistência dos adversários da admissibilidade da figura do Presidente da República,⁽⁷⁰¹⁾ um profundo desacordo táctico sobre o melhor modo de levar por diante a gigantesca obra reformista e transformadora da República: se através de um Executivo independente e forte, se por intermédio de um Congresso onipotente e tendencialmente monolítico, capaz de condicionar e, em última instância, determinar a acção governativa. A maioria dos deputados foi sensível, como se sabe, à argumentação dos que lembraram os perigos do presidencialismo, consubstanciados em *soluções despóticas e cesaristas, como os exemplos de Luís Napoleão Bonaparte e de Mac-Mahon mostravam*⁽⁷⁰²⁾ e levou longe esse pavor, rejeitando, na sessão de 14 de Agosto, que o Presidente tivesse o direito de dissolução do Parlamento. Longe demais, se atendermos a que a elite republicana estava dividida sobre as virtudes do parlamentarismo, não faltando juristas, cientistas e militares convencidos de que a República não podia voltar aos erros da Monarquia... Mas, curiosamente, havia também entre estes quem lembrasse que uma parte importante da Nação se lançara *nos braços d'esse aventureiro de João Franco [...] Elle quasi precipitou a Nação na guerra civil e na ruina, e apesar d'isso tanta gente o acompanhou cegamente* — palavras proferidas na Assembleia Constituinte pelo militar Goulart de Medeiros, grande admirador do sistema presidencialista americano, como se auto-definia, mas incapaz de propor tal modelo para Portugal, país onde os grandes homens facilmente se convertiam em detestáveis tiranos.⁽⁷⁰³⁾

⁽⁶⁹⁹⁾ Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, ob. cit., p. 32.

⁽⁷⁰⁰⁾ Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, ob. cit., p. 196.

⁽⁷⁰¹⁾ Ver sobre este tópico PAIXÃO, Vítor Braga — *A Constituinte de 1911 (Teófilo, Afonso, Sidónio...)*, ob. cit., p. 24-28.

⁽⁷⁰²⁾ Cf. CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, vol. 2, ob. cit., p. 301.

⁽⁷⁰³⁾ Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, ob. cit., p. 111. Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., p. 488.

O início de tão decisivo debate ocorreu cerca de oito dias depois de Sidónio Pais ter participado pela última vez nas sessões do Conselho de Administração da CP. A sua exoneração correspondeu, estranhamente, a uma fase em que denotava algum protagonismo, aparecendo como «porta-voz» dos colegas Administradores representantes do Governo. Na sessão de 3 de Julho de 1911 coube-lhe, de facto, saudar o sr. Alain Kergall, filho do Presidente do *Comité de Paris* e novo Administrador na Companhia. E interveio com várias perguntas acerca da situação do engenheiro Vasconcelos Porto, acusado de ser um conspirador e de se aproveitar de uma comissão de serviço em nome da CP para praticar, a partir de Espanha, actos subversivos contra a jovem República portuguesa. Exigia, por imperativo moral e político, um esclarecimento rápido e rigoroso acerca da actividade desse alto funcionário⁽⁷⁰⁴⁾.

Por coincidência, na sessão de 10 de Julho, o director do *Mundo*, França Borges, zeloso guardião de uma certa pureza revolucionária e republicana (diversa, como temos visto, dos purismos de Machado Santos e companheiros, mas ínsita à mesma *cultura da intransigência*), enviou para a Mesa da Assembleia *dois modelos de autos da Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes — um modelo distribuido antes da proclamação da Republica, outro destinado a posteriormente substituir aquelle*; comparando-os notou com surpresa que «*no recente modelo suprimiu-se a corôa mas ainda se adopta a denominação — Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portuguezes*; inquieto, perguntava: *houve erro typographico ou se a Companhia continua a adoptar para uso interno o titulo de real.*⁽⁷⁰⁵⁾ Desconhecemos um eventual esclarecimento de Sidónio Pais ou dos outros seus colegas Administradores, que eram também deputados, mas por mais ínfimo que pareça hoje o detalhe, naqueles tempos de euforia e de vigilância revolucionárias tinha enorme relevo e era um bom pretexto para alimentar o rol interminável de depurações exigidas pelo êxito e perenidade da República vencedora.

Liberto de responsabilidades na C.P., Sidónio Pais concentrou-se mais na função de deputado e na sessão 31.^a de 26 de Julho, prosseguindo ainda a discussão em torno do extenso articulado sobre os direitos e garantias individuais, propôs que fosse garantido o direito de petição.⁽⁷⁰⁶⁾ Acheга mínima... Mas em 2 de Agosto, na 36.^a sessão, cuja ordem do dia foi marcada, logo de início, pelas intervenções de Teófilo Braga e, sobretudo, de Manuel de Arriaga a dissertar sobre a necessidade de se vivificarem pela ciência positiva os *principios methaphysicos da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, havidos como base do direito moderno pela Revolução franceza de 1789*,⁽⁷⁰⁷⁾ Sidónio lançava uma contribuição mais desenvolvida e reveladora da sua maneira de pensar. Propunha que fosse suprimido o segundo parágrafo do art.º 8 sobre a duração por três anos de cada legislatura do Congresso da República. E argumentava em tom prático, captado e resumido por Braz

⁽⁷⁰⁴⁾ Correspondência, Ofício de 7 de Julho de 1911. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Caminhos-de-Ferro Portuguezes).

⁽⁷⁰⁵⁾ Assembleia Nacional Constituinte, Documentos para a Mesa (caixa 4). (Arquivo Histórico-Parlamentar).

⁽⁷⁰⁶⁾ *Ibidem*, Acta 54; cf. MADUREIRA, Joaquim — *A Forja da lei*, ob. cit., p. 436.

⁽⁷⁰⁷⁾ Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, ob. cit., p. 277.

⁽⁷⁰⁸⁾ Cf. MADUREIRA, Joaquim — *A Forja da lei*, ob. cit., p. 468.

Burity: *Armem-se primeiro os rodízios em que hão de girar os poderes e depois se dirá como elles funcionam.*⁽⁷⁰⁸⁾ Simplificação exacta de um curto discurso no qual Sidónio mostra que consultara, pelo menos, os seus dois volumes das *Constitutions Modernes* de Dareste, espécie de guia prático para qualquer aprendiz de constitucionalista:

Ainda não fixámos a forma da nossa Republica, e se a independencia dos poderes é um principio fundamental nas constituições presidenciaes, como a dos Estados-Unidos da América do Norte, e outras, o mesmo não succede quer nas Republicas parlamentares, quer mesmo na constituição da Republica Democratica Suissa.

E emquanto á harmonia dos poderes eu não sei, Sr. Presidente, se é pela completa harmonia ou acordo d'esses poderes que se garante a effectividade da Constituição. A este proposito eu aponto á Camara dois factos da nossa historia, bem recentes, onde o acordo dos poderes não serviu senão para calcar aos pés as poucas garantias constitucionaes que havia.

A ditadura franquista não podia ter a acção que teve se não fosse o assentimento do poder judicial; e o simulacro de parlamento a que se chamou solar dos barrigas, é um exemplo de como a demasiada harmonia dos órgãos do poder legislativo e do poder executivo pode servir para o exercicio de uma ditadura disfarçada.

Mas é principalmente pela sua inutilidade que este periodo do artigo em discussão deve ser eliminado.

É, com effeito, inutil afirmar que é pela independencia e harmonia dos poderes do Estado que se garante a effectividade da Constituição.

O que é necessário é fixar as condições do exercicio d'esses poderes e as relações que devem existir entre elles, mas esse é o objecto das secções seguintes e não desta.⁽⁷⁰⁹⁾

Tratou-se, como se vê, de um exercicio de lógica.

Na sessão seguinte, a 3 de Agosto, o desafio colocava-se mais ao nível da conveniência política. Em apreciação estava a existência de um Senado e como deveria compor-se. Ao unicameralismo opunha-se a solução bicameral, por razões que Fernando Catroga já escalpelizou.⁽⁷¹⁰⁾ E dentro dessa solução, a novidade lançada por Egas Moniz consistia em reservar para a segunda Câmara ou Câmara Alta a representação *dos aggregados sociaes*, pois não lhe parecia nem útil, nem correcto, duplicar um órgão para o mesmo tipo de representatividade. Longa exposição fundada em exemplos do direito constitucional internacional e na perspectiva sociologista de que a cada Câmara devia corresponder uma das duas partes integrantes da vida social — os indivíduos e os agregados sociais — porque *uns e outros possuem uma relativa independência; uns e outros são forças a considerar e a integrar na vida da nação.*⁽⁷¹¹⁾ Sidónio interrompeu para perguntar: *Como é que V. Ex.^a dá representação á maior autoridade, que é o aggregado familiar?* O orador

⁽⁷⁰⁹⁾ Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, ob. cit., p. 281.

⁽⁷¹⁰⁾ Ver CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, vol. 2, ob. cit., p. 269 e ss.

⁽⁷¹¹⁾ Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, ob. cit., p. 304.

respondeu dizendo que não tinha a pretensão de englobar todos os agregados, mas tão só os que, considerados politicamente, possuíam maior importância social, rematando: *A observação do Sr. Sidonio Paes está já prejudicada na nossa Constituição. O que é a família? Quem a constitui? E tendo-se recusado o voto á mulher, e não havendo o suffragio universal, não tendo representação os menores de 21 annos, como é que V. Ex.^a quer que a família tenha representação como aggregado social? Sidónio ainda esboçou uma réplica: O aggregado familiar é hoje o mais forte.*⁽⁷¹²⁾

Curtas achegas que hoje podemos ver como mero intróito a uma tomada de posição de fôlego sobre o assunto. Com efeito, na sessão imediata — 38.^a de 4 de Agosto — Sidónio pedirá a palavra para apresentar uma moção e rebater a proposta de teor corporativista do seu condiscípulo e colega lente. Uma moção e umas emendas breves e incisivas:

A Assembleia Nacional Constituinte considera:

1.º Que o corpo legislativo é destinado a dar, pela confecção da lei, satisfação ás necessidades moraes e materiaes do povo;

2.º Que os interesses communs á Nação inteira devem preferir aos profissionaes ou da classe. Reconhece que o suffragio directo é, neste momento, a maneira mais democratica e mais adequada á actual organização social do país, de eleger as duas camaras, consigna esse principio na Constituição e passa á ordem do dia.

(...) Artigo 10.º As duas camaras são eleitas por suffragio directo.⁽⁷¹³⁾

Rebatia, assim, a doutrina de Egas Moniz, não porque discordasse do princípio moderno de dar voz aos agregados sociais e, numa palavra, ao associativismo, mas pela situação concreta do país no momento em que se debatia a eventual aplicação de tal princípio.

Havia, também, a suspeição do cariz antidemocrático da proposta, na medida em que dava pluralidade de votos aos indivíduos que exerciam mais do que uma profissão, para além de outras debilidades como a tendência dos senadores para defenderem os interesses socio-profissionais que representavam, o carácter reaccionário e conservador desse tipo de assembleias e o atraso do associativismo em Portugal. Este ponto foi evocado por Sidónio Pais, que se declarou adepto das duas Câmaras, por razões históricas, mas também porque tinha a certeza de que todo o *poder sem limitação tem uma tendência a abusar* e receava a *ditadura de uma multidão, tão perigosa ou mais do que a ditadura de um déspota*. Via, por isso, no modelo de duas Câmaras com idêntica legitimidade democrática o modo de esconjurar tais perigos: limitando-se uma à outra nos seus poderes pelo simples facto de serem duas, prescindiam de qualquer diferenciação. Parecia-lhe o modo mais simples e testado, ao passo que o novo sistema proposto por Egas Moniz *nunca foi experimentado, e que se alguns tratadistas de direito*

⁽⁷¹²⁾ Cf. *Ibidem*, p. 304. Uma breve referência a este diálogo circunstancial travado entre Egas Moniz e Sidónio Pais em MADUREIRA, Joaquim — *A Forja da lei*, ob. cit., p. 485-486.

⁽⁷¹³⁾ Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, ob. cit., p. 310.

constitucional o defendem em *theoria*, embora alguns só indiquem a vantagem de constituir d'esta maneira uma Assembleia consultiva e não deliberativa, eu supponho que todos refulariam a sua adaptabilidade ao nosso país, desde que conhecessem bem as condições em que se encontra organizada a sociedade portuguesa no actual momento.⁽⁷¹⁴⁾ Mas voltava a bater no ponto: o atraso do país e o atraso do associativismo eram sérios entraves à iniciativa. Parecia-lhe, pois, necessário que esses *agregados* se *formem*, e que *abranjam largamente as classes populares, o proletariado, antes de ensaiar um modo de eleição que irá forçosamente dar a preponderancia ás classes mais abastadas, e agravar as condições de resolução da mais grave questão que hoje se ventila em todo o mundo civilizado, a questão social*. E acrescentava que mesmo nos países onde o sindicalismo se desenvolveu mais largamente ainda não se tinha estabelecido esse modelo. Mais ainda: só admitia que ele pudesse ser *verdadeiramente democratico e util ao povo quando não redundar em proveito das classes conservadoras, como em Portugal nesta epoca necessariamente succederia*. Esse o *grande perigo*, a tremenda ameaça que levaria a um *desastre enorme para a democracia, porventura á destruição da nossa Republica*.⁽⁷¹⁵⁾

Opinião registada por Braz Burity com um comentário ligeiro: *A Camara escuta-o com visível attenção e agrado. Camacho faz-lhe olhos ternos e Vasconcellos e Sá, na carteira, solfeja embevecido, os heroes do mar da Portugueza, enquanto Maia, cofiando as barbas negras junto do Machado Santos, ensaia poses decorativas de senador*.⁽⁷¹⁶⁾ Opinião, sem dúvida, relevante se a compararmos com as opções constitucionais adoptadas em 1918 sob a *República Nova* sidonista. Será, então, defendido um Senado de feição corporativa e susceptível de ser dominado pelas *classes conservadoras* e até *reaccionárias*, o que tem sido encarado como uma alteração significativa em relação aos argumentos expendidos por Sidónio em 1911. Veremos adiante que ele, afinal, não alterou a sua perspectiva democrática de base, limitando-se a ceder às novas circunstâncias políticas que condicionavam o desenrolar da situação criada em 8 de Dezembro de 1917 e a aceitar contribuições/pressões diversas, nomeadamente de Machado Santos, de Egas Moniz e do respectivo «bloco» político-partidário.

Através das poucas peças de oratória política do lente matemático na Constituinte de 1911, pretendemos definir melhor os contornos do seu pensamento. Apesar de muitas sombras e lacunas é nítida a silhueta de uma República democrática, liberal e individualista, mas com vincada preocupação social. Daí um cariz populista, reforçado pela adesão plena ao sufrágio universal. E há que reter ainda as críticas ao parlamentarismo herdado dos tempos da Monarquia.

Na sessão 40.^a de 8 de Agosto Sidónio fez a intervenção mais madura e esclarecedora quanto aos parâmetros de eficácia e de rigor que deviam balizar os Poderes Executivo e Legislativo. Interveio para justificar uma emenda ao art.º 20 acerca das atribuições

⁽⁷¹⁴⁾ No *Diário das actas...* lê-se *inadaptabilidade*, o que contraria o sentido expresso pelo orador (Cf. *Ibidem*, p. 311).

⁽⁷¹⁵⁾ Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, ob. cit., p. 310-311; e CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, vol. 2, ob. cit., p. 272-273.

⁽⁷¹⁶⁾ Cf. MADUREIRA, Joaquim — *A Forja da lei*, ob. cit., p. 495.

do Congresso da República, na qual incluía um § 4.º redigido nestes precisos termos: *Nenhuma disposição que importe criação de despesa pode ser adoptada contra a opinião do Governo, sem que a votem dois terços, pelo menos, da Camara.*⁽⁷¹⁷⁾ As implicações práticas desta máxima normativa soube-as Braz Burity trabalhar com humor e finura: *Barbosa tambem diz coisas e Sidonio Paes, para não enxotar os ouvintes, promette não fazer dissertação. Isto das iniciativas dos impostos pertencerem ao parlamento é muito bonito para inglez ver, mas é um reverendissimo canudo para quem quizer, tomando as cousas ao pé da letra, tomar a sério o papel de parlamentar. Para propôr é preciso estudar como burro e para estudar é preciso ter elementos. Ora esses elementos quem os tem é o governo. E, desde que no governo haja cabeças que pensem e não paspalhos que se governem, elles que estudem, que proponham e que façam obra que se veja, porque a obrigação do parlamento não é criar despesas... é reduzi-las. Olhar pelos cobres da nação e não jogar ao pim-pam-pum com os ministros para deitar abaixo maus e pôr lá peores. E n'estes termos manda emenda.*⁽⁷¹⁸⁾ Num tom diferente — memorialístico e apoloético — Vitor Braga Paixão interpretou a emenda de Sidónio Pais como uma *primeira das chamadas «leis-travão»* que antecipou, em filosofia e objectivos, a que Afonso Costa aplicará para o Orçamento Geral de 1913-1914.⁽⁷¹⁹⁾

Em rigor pode ser entendida como tal, porque o equilíbrio do Orçamento, além de ser um ponto de honra do programa republicano, impunha-se como objectivo incontornável para uma pessoa com a formação e o carácter de Sidónio Pais. Teve, aliás, ensejo de confirmá-lo na fugaz passagem pelo Ministério das Finanças. Mas quando o expressou em S. Bento, fê-lo articulando o problema financeiro com o correlato problema político e em termos que denunciam uma opção clara e firme quanto aos papéis do Executivo e do Legislativo em tão delicada matéria:

O parlamentarismo tem sido muito criticado, e as criticas mais justas que lhe teem sido dirigidas são sobre o abuso do direito de iniciativa.

O direito de iniciativa é hoje um dos pontos mais importantes de direito constitucional. Embora eu seja leigo no assunto, vou apresentar á Assembleia o resultado dos meus estudos, chamando para elle a sua attenção.

É necessário, a meu ver, estabelecer no projecto da Constituição quaes as condições em que se ha de exercer a iniciativa parlamentar e a iniciativa governamental.

A questão é extremamente complicada.

No que diz respeito aos impostos está reconhecido que se não pode excluir a iniciativa governamental. Na fixação das despesas também a iniciativa governamental deve preponderar sobre a iniciativa parlamentar. A revisão da Constituição é um assunto que tem de ser objecto do concurso de duas iniciativas: parlamentar e governamental.

Quanto á iniciativa das varias propostas é claro que os governos, compostos de pessoas competentes, estão mais nos casos de poder avaliar as necessidades do

⁽⁷¹⁷⁾ Cf. Actas da Assembleia Nacional Constituinte, ob. cit., p. 334.

⁽⁷¹⁸⁾ Cf. MADUREIRA, Joaquim — *A Forja da lei*, ob. cit., p. 523-527.

⁽⁷¹⁹⁾ Cf. PAIXÃO, Vitor Braga — *A Constituinte de 1911* (Teófilo, Afonso, Sidónio...), ob. cit., p. 40-41.

país, que os membros do poder legislativo, que lutam com dificuldades para colher elementos de estudo com que possam formar o seu juízo acerca das reclamações dos povos. Ao poder legislativo o que compete é exercer a fiscalização dos actos do poder executivo.

Em questões financeiras estão todos de acordo em que a iniciativa parlamentar deve ser restringida, bem como na criação de novas despesas.

Na distribuição dos impostos e sua criação, a iniciativa parlamentar tem de restringir-se muito, porquanto a alteração de qualquer d'estas leis é ponto importantissimo para o equilibrio orçamental.

Se os governos são os responsaveis pela boa administração do país, ao Parlamento cumpre nunca aumentar as despesas e simplesmente contribuir para as diminuir.

No estrangeiro ha hoje uma grande tendencia para restringir a iniciativa parlamentar. Em França existe até uma corrente neste sentido, tendo-se introduzido no Regimento da camara uma disposição para limitar a iniciativa parlamentar.

Nos Estados Unidos da America do Norte existe a preponderancia da iniciativa parlamentar, mas as propostas, apresentadas nas camaras, vão a um comité para serem apreciadas e elle é que resolve se deve vir á discussão.

Na Suissa, onde existe a constituição mais democratica, na pratica, quem tem maior iniciativa é o Governo, pois os projectos dos Deputados passam pela mão dos Governos, que dão a sua opinião, para depois voltarem á Camara.

Por tudo isto entendo que se deve introduzir na Constituição um principio tendente a restringir a iniciativa parlamentar, medida esta que está de harmonia com a teoria, experiencia historica, e a necessidade urgente que temos de fazer entrar a ordem nas finanças, e fazendo com que o equilibrio orçamental se mantenha, através de todas as difficuldades.

Nesta Assembleia todos desejam remediar o mais possivel as desgraças que affligem a Patria, pois a primeira condição fundamental, culminante, para que a Patria possa progredir, é estabelecer o equilibrio orçamental.⁽⁷²⁰⁾

Citação longa, mas justificada, porque nos permite captar como Sidónio Pais assimilou, em 1911, os preceitos constitucionais condensados na mais actualizada tratadística. Assimilou-os e revestiu-os da sua lógica de matemático e de politécnico e do seu apurado sentido moral — uma constante em todos os actos profissionais e públicos que podemos visitar ao longo da sua vida. Não exageramos, portanto, ao atribuímos enorme importância à proposta em foco, que chegou a ser admitida pela Assembleia e depois rejeitada em nome de um entendimento maioritário expresso de forma lapidar pelo deputado Goulart de Medeiros: *É contrario á proposta apresentada pelo Sr. Sidonio Paes, pois não pode concordar que se restrinja a iniciativa parlamentar, o que no tempo da monarchia nunca nenhum Governo conseguiu.*⁽⁷²¹⁾

⁽⁷²⁰⁾ Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, ob. cit., p. 335.

⁽⁷²¹⁾ Cf. *Ibidem*.

Decorria a 40.^a sessão — convém lembrá-lo. Sidónio Pais justificou a sua proposta e acomodou-se no seu lugar: Assistiu, por isso, à discussão de imediato provocada pelo articulado, respeitante ao direito de dissolução do Congresso por iniciativa do Presidente da República. O deputado João de Freitas bateu-se com vigor pela defesa de uma prerrogativa que reputava de indispensável para dirimir graves e irredutíveis conflitos entre os poderes Legislativo e Executivo. Na eventualidade de tais conflitos surgirem perguntava-se: como serão resolvidos? E respondeu célere: *Ou pela revolução, desencadeada pelo poder legislativo contra o executivo, ou pelo golpe de Estado do executivo contra o legislativo, o que em qualquer dos casos é uma solução violenta e perigosa, uma violação constitucional que pode conduzir, e naquellas republicas hispano-americanas frequentemente conduz, á guerra civil.* Burburinho na sala e vozes que em uníssonos ecoam: *Antes a revolução.* O orador, perplexo, exclama: *Antes a revolução?! Isso será funesto, porque pode levar-nos em Portugal á perda da Republica e até á perda da independencia. Antes a Constituição forneça meios extraordinarios, dos quaes se não possa abusar, mas somente usar, quando isso fôr legitimo, em certas e determinadas circunstancias. O facto de se não cumprir este preceito pode occasionar excessos de toda a ordem, por parte do poder legislativo, e ainda reduzirá á completa impotencia o poder executivo.*⁽⁷²²⁾ Egas Moniz estava em plena sintonia com o orador: Qual Cassandra no meio de obstinados optimistas, João de Freitas sombreou o hipotético cenário de bloqueio e de obstrução sistemática do Poder Legislativo ao Executivo, antevendo catástrofes de efeitos imprevisíveis — a instabilidade governativa e a paralisação da vida administrativa. Só lhe faltou prever e garantir em tom apocalíptico que nos próximos dezasseis anos (até 1926) se sucederiam sete eleições gerais para deputados, oito Presidentes da República e 45 Governos!...

A reacção maioritária da Assembleia evidenciou pouca apetência por esse tipo de agoiros e de angústias premonitórias. Note-se, porém, que a subsequente instabilidade governativa não foi um mero efeito da inexistência do direito de dissolução, tendo ela prosseguido infrene para além da consagração de tal mecanismo jurídico-constitucional em 1919. As causas eram, afinal, múltiplas e muito mais profundas...

E Sidónio? Não conhecemos registo das suas impressões.

As actas das sessões sugerem que se remeteu a uma silenciosa circunspecção até 15 de Agosto (48.^a sessão). Logo a abrir o período da *ordem do dia* Sidónio Pais anunciou uma proposta de aditamento ao art.º 44.º (*Das atribuições do Poder Executivo — Ministros*) para que ficasse explícito na Constituição quem é que presidia ao Conselho de Ministros, se o Presidente da República ou se um Ministro. A proposta foi admitida e o deputado Machado de Serpa manifestou-se de acordo com o seu teor, mas achava que ela podia ser mais completa se dissesse quem é que nomeava o Presidente de Ministros. Sidónio Pais respondeu peremptório: *O Presidente da República, nomeia os seus Ministros.* Serpa retorquiu: *Os Ministros é que escolhem o seu Presidente, ou é o Presidente da República que escolhe o chefe do Governo?* De pronto, devolveu o esclarecimento desejado sob proposta de emenda: *Artigo 44.º De entre os Ministros nomeados pelo Presidente da Republica, um d'elles nomeado tambem pelo Presidente, será Presidente do Ministerio, e responderá não*

⁽⁷²²⁾ Cf. Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, ob. cit., p. 339.

só pelos negocios da sua pasta, mas tambem pelos de politica geral.⁽⁷²³⁾ Proposta aceite e aprovada. Para Vitor Braga Paixão foi uma sugestão pioneira nas *nossas letras constitucionais* e de fino e longo alcance: *O presidente do Ministério teria ainda outra função: «responder, não só pelos negócios da sua pasta, mas também pela política geral».* (Era de sentido profundo esta redacção pois que podia até significar que o chefe dos ministros desse contas da acção do próprio Presidente da República, mas... não desenvolveremos agora este ponto...) *O que se tinha de concluir é que o presidente do Ministério nunca podia ser ministro sem pasta.*⁽⁷²⁴⁾

A propósito do debate do artigo referente aos corpos administrativos, que incluía a outorga de autonomia financeira aos Municípios de Lisboa e Porto, exposta em nome da Comissão pelo deputado José de Castro, limitou-se Sidónio Pais a acrescentar sem mais comentários: *E Coimbra.* Ao que o orador anuiu prontamente dizendo que *A Republica, declarando a autonomia financeira dos municipios de Lisboa, Porto e Coimbra, daria satisfação ás necessidades e aos desejos d'essas cidades, que tanto teem collaborado para o desenvolvimento da nação e para o derramamento da ideia republicana.*⁽⁷²⁵⁾

O proverbial laconismo, em público, de Sidónio Pais atingira, então, um «mínimo» difícil de repetir. Com efeito, na 54.^a sessão de 18 de Agosto (diurna), precisou de mais algum tempo para interferir na redacção do art. 71.º sobre a eventual revisão da Constituição. Entendia que devia ser feita em casos extraordinários (para evitar, por exemplo, *um golpe de Estado ou um movimento popular*) e desde que fosse aceite por uma maioria de dois terços (2/3). A emenda foi admitida, mas o artigo ficou aprovado com correcção de Carneiro Franco.

Mais extensa e debatida foi a proposta apresentada na sessão nocturna desse mesmo 18 de Agosto — sessão histórica porquanto seriam aí aprovados os últimos artigos da Constituição. Era a propósito do art. 73.º ou mais precisamente da revisão da obra legislativa do Governo Provisório e do processo de eleição e composição do Senado:

Artigo 73.º Na sessão immediata áquella em que tiver logar a eleição do Presidente da Republica proceder-se-ha á eleição do Senado.

O primeiro Congresso da Republica elaborará as seguintes leis:

- a) Leis sobre o crime de responsabilidade;*
- b) Código administrativo;*
- c) Lei eleitoral;*
- d) Lei de organização judiciaria;*
- e) Lei sobre incompatibilidades politicas;*
- f) Lei sobre acumulações de empregos publicos.*

⁽⁷²³⁾ Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, ob. cit., p. 436. Ver a «pincelada» da troca de perguntas e respostas entre os dois deputados em MADUREIRA, Joaquim — *A Forja da lei*, ob. cit., p. 602; [Apontamentos, propostas, etc.]. (Arquivo de Sidónio Pais – Militar, Lente e Político, Subsecção Deputado à Assembleia Constituinte).

⁽⁷²⁴⁾ Cf. PAIXÃO, Vitor Braga — *A Constituinte de 1911* (Teófilo, Afonso, Sidónio...), ob. cit., p. 36.

⁽⁷²⁵⁾ Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, ob. cit., p. 461.

Paralelamente e em sessões alternadas proceder-se-ha á revisão da obra legislativa do Governo Provisorio da Republica e á discussão do orçamento e de quaesquer medidas urgentes.

§ 1.º Os primeiros Senadores serão eleitos de entre os Deputados á Assembleia Nacional Constituinte maiores de trinta annos. Serão em numero de 71, e os restantes membros da Assembleia Nacional Constituinte formarão a primeira Camara dos Deputados da Republica.

§ 2.º O mandato dos membros das duas Camaras, assim formadas, expira quando, finda a sessão legislativa de 1914, se houver constituido o novo Congresso, nos termos prescritos pela presente Constituição. = O Deputado, Sidonio Paes.

Como esclarecimento, Sr. Presidente, devo acrescentar que o § 2.º abrange a doutrina do artigo 74.º Portanto, a substituição que nelle se propõe é pequena, consiste essencialmente no seguinte:

É que em vez de se fazer discussão, antes de estar eleito o Senado, e antes de eleito o Presidente da Republica, se eleja immediatamente o Senado, depois, é claro, da eleição do Presidente da Republica.

O motivo da minha emenda é a ordem dos principaes artigos a discutir, por isso eu respeito a ordem que está no projecto.

Finalmente, como este Governo prometteu que seria revista toda a sua obra legislativa, eu insisto aqui tambem o seguinte, que parallelamente, e em sessões alternadas, numa parte da sessão, se reveja a obra legislativa do Governo Provisorio.

O § 1.º é a justificação da emenda proposta pelo Sr. José Barbosa.

Sr. Presidente, supponho que estas emendas não terão grande discussão, mas se por acaso a tiverem pedirei novamente a palavra para responder ás considerações que forem feitas.⁽⁷²⁶⁾

Enganara-se, julgando a matéria demasiado pacífica...

Afinal, as suas sugestões desagradaram de imediato a Vitorino Godinho e a Alexandre Braga. Este foi buscar, de acordo com o relato humorado de Braz Burity, a emenda de Sidonio e de partitura na mão começa a sua aria de tenor sobre senado, senadores e coisas senatoriaes. Passa a dueto com Sidonio e estoiram os coros, n'um serrabulho wagneriano de ensurdecer. José Barbosa ensaia as primeiras notas de um terceto explicativo. Os coros redobram de intensidade e violencia. Vem a casa abaixo. (...) Sidonio, em dueto, dá a Alexandre uma lição d'algebra aplicada ás maiorias absolutas e relativas. Os coros intervêm desaustinados.⁽⁷²⁷⁾

A música, assim tocada, desafinara nos seguintes acordes: o deputado Vitorino Godinho, que votara contra a existência do Presidente da República e do Senado, achava que a eleição deste órgão devia efectuar-se através de eleições parciais, por distritos; o deputado Alexandre Braga embirrou com a frase *discussão de quaesquer medidas urgentes* que lhe parecia coisa tão vaga que não contenta absolutamente ninguem e

⁽⁷²⁶⁾ Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, ob. cit., p. 461.

⁽⁷²⁷⁾ Cf. MADUREIRA, Joaquim — *A Forja da lei*, ob. cit., p. 645.

mostrava-se adepto, em nome de uma indispensável unidade republicana, de que no Senado estivessem representadas proporcionalmente as correntes de opinião que lógica e legitimamente existissem na Câmara dos Deputados, desiderato atingível por meio da distribuição por distritos.

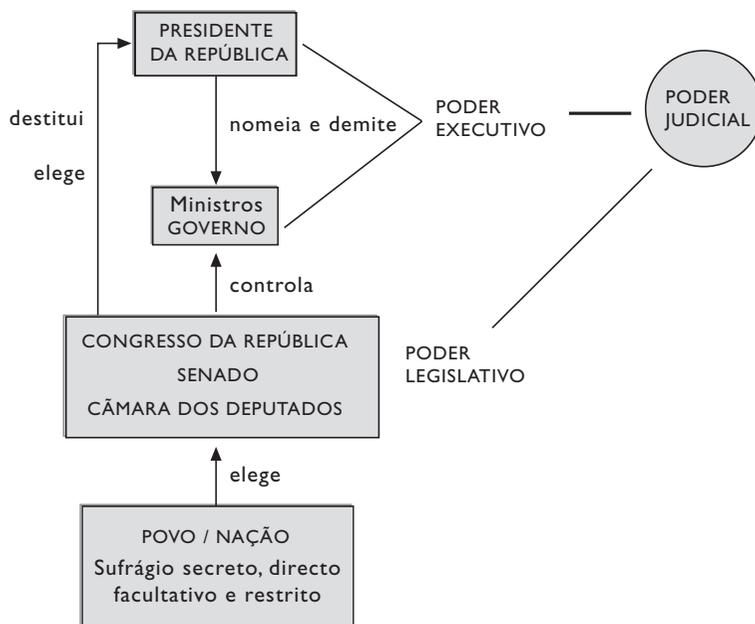
Egas Moniz saiu a terreiro para proclamar que o Senado devia representar a opinião pública portuguesa e defender a proposta de Sidónio Pais da crítica que o colega Alexandre Braga acabara de formular: Para o representante de Estarreja não havia contradição no texto de Sidónio, porque se limitava a ser um esclarecimento necessário que marcava apenas quando se devia fazer a eleição do Presidente e quando se devia efectuar a eleição do próximo Senado (tido por provisório até à realização das eleições legislativas previstas para 1914). Braga retorquiu e o «dueto» continuou, entrando depois Carneiro Franco na liça por não concordar com nenhuma das propostas em confronto (a de Vitorino Godinho, a de Alexandre Braga e a de Sidónio Pais) e deu as suas razões. Sugeriu, em alternativa, a eleição do Senado por escrutínio secreto de lista incompleta de 25 nomes, ficando eleitos os 71 mais votados. Sucederam-se as intervenções e os esclarecimentos. Ia adiantada e revolta a sessão. Sidónio Pais pediu a palavra e disse: a sua proposta era uma tentativa de conciliação, mas não sendo aceite pedia para retirá-la; considerava impossível um princípio de eleição em que todas as regiões do país ficassem representadas e o problema agravava-se se Lisboa e Porto ficassem sem representantes no Senado, porque tal eventualidade daria uma péssima impressão — *É preciso que a Assembleia medite no alcance da sua decisão, sobretudo neste momento em que ha toda a necessidade de mostrar ao país que não estamos divididos*; sugeriu que não se levasse para o Senado uma parte de deputados que garantisse a qualquer partido, no futuro, o ensejo de impor a sua vontade; e terminava insistindo em que o Senado fosse eleito proporcionalmente por distritos de modo a ser respeitado o princípio da proporcionalidade da representação consubstanciado na própria Assembleia Constituinte. Assunto arrumado? Nem pensar!...

Alexandre Braga tomou o uso da palavra. Cresceram os sussurros na sala e alguns deputados protestaram contra certas afirmações do orador que visavam directamente João de Menezes. Antes de se calar alertou ainda para a *gravidade do aspecto que pode revestir para o país a adopção* das propostas contrárias. João de Menezes estava inscrito, teceu considerandos preliminares, reconheceu que a eleição por distritos não era prática e tentou evitar o fulcro da celeuma gerada: *A Assembleia vae escolher de entre todos os seus membros um certo numero para constituirem o Senado provisório. Não será prudente falar em maiorias e minorias, porque todos foram eleitos com a mesma orientação*. Mandava, por isso, para a Mesa, uma proposta que consagrava a escolha dos senadores em quatro eleições, as três primeiras por listas de 21 nomes e a ultima por lista de 20 nomes, havendo nas três primeiras representação de todos os distritos desde que os respectivos deputados estivessem nas condições exigíveis pelo artigo em causa. O orador seguinte foi António Macieira que se justificou longamente, sofreu algumas interrupções e concluiu dizendo: *Sr. Presidente: não posso votar a proposta do Sr. Sidonio Paes, porque a julgo anti-democratica, pelo que respeita á forma de constituir o Senado*. Propunha, em alternativa, que a eleição dos senadores fosse feita em relação do Continente e Ilhas pelos deputados de cada distrito, em proporção do número desses deputados. Mais intervenções e entre elas surgiu a de Sidónio Pais para retirar, em definitivo, a proposta

e declarar que votava a do correligionário João de Menezes, que, aliás, saiu vencedora. No que lhe dizia respeito ficava encerrada a sessão!...⁽⁷²⁸⁾

O edifício jurídico-constitucional da 1.^a República Portuguesa estava, pois, erguido e colocadas as últimas pedras.

Agitadíssima essa histórica 55.^a sessão de 18 de Agosto. Seguiram-se-lhe dois balsâmicos dias de descanso fora ou longe do hemiciclo... Mas a 21 de Agosto, na 56.^a sessão, a Assembleia reunia em peso e não faltou certamente quem se sentisse fator de grande História por participar na aprovação solene e final da primeira Constituição republicana após tantos séculos de Monarquia. Ficara, assim, consagrado um dispositivo constitucional que o diagrama seguinte permite «visualizar»:



Entretanto, havia ainda uns últimos projectos para debate e votação. Na sessão de 22 de Agosto, Sidónio Pais interveio para se opor à concessão aos deputados de um subsídio superior a 100\$000 réis e declarou-se contrário à atribuição de passes para todas as linhas do caminho de ferro, porque bastava um simples bilhete de ida e volta. Pela pena de Braz Burity ficou assente: *Sidonio Paes acha que ficam muito bem pagos e que não vale levantarem-se com o santo e a esmola*. Adriano Pimenta achava que era pouco.

⁽⁷²⁸⁾ Cf. *Actas da Assembleia Nacional Constituinte*, ob. cit., p. 506-513.

João de Freitas achava muito, achava demais e era contra. França Borges e Monjardino não queriam generalidades: subsídio para *quem meter requerimento e apresentar attestado de pobreza passado pelo prior da freguezia*.⁽⁷²⁹⁾ Uma voz exclamou que isso era uma vergonha! França Borges retorquiu que não era vergonha ser pobre. Júlio Martins exigiu subsídio para todos — não se vivia do ar e não era decente viver de expedientes. Silva Barreto concordou. Adriano Pimenta repetia que cem mil era pouca massa. Sidónio replicava: *Nem pouca nem muita. É a que é. Quem acha pouco, que não volte cá, e quem acha muito, que a dê aos pobres. Quem acha bem, que a guarde*.⁽⁷³⁰⁾ Assunto encerrado.

Na 59.^a sessão de 24 de Agosto procedeu-se à eleição do Presidente da República e na sessão seguinte foi eleito o Senado, a rematar uma maratona ao longo de sessenta sessões, diurnas e nocturnas muitas delas. Mas os representantes da Nação, divididos agora pelas duas Câmaras, tinham ainda de cumprir uma primeira legislatura com início a 26 de Agosto e termo a 30 de Setembro. Excesso de zelo ou de entusiasmo, razões de Estado e de República... o certo é que a maioria rejeitou a compreensível proposta de Aresta Branco, justificada pelo próprio por se tornar *necessario, e quasi indispensavel, um periodo de descanso para os deputados constituintes, cujo trabalho intenso é merecedor de repouso, periodo de que resultará, ao mesmo tempo, por motivo d'apaziguamento de paixões, a tranquillidade publica, dando tempo a um sereno estudo para quem occupar as cadeiras do poder, no seguimento da obra intelligentemente traçada pelos ministros do governo provisorio*. Propunha, em concreto, que o Congresso da República Portuguesa adiasse os seus trabalhos, reabrindo exactamente no dia do primeiro aniversário da República, data que convinha comemorar o mais condignamente possível.⁽⁷³¹⁾ A proposta foi recusada e o frenesim parlamentar teve de prosseguir, dando assim continuidade a uma legislatura, que Raimundo Alves, um dos deputados eleitos em 1911, condenará em 1914, de forma categórica.⁽⁷³²⁾

Nova legislatura

Sem quebras de continuidade, os deputados agarraram-se bem ao leme da República, num frémito de mais e mais obra...

No meio desses «obreiros» Sidónio Pais não deu mostras de fadiga e mostrou-se particularmente activo numa das primeiras sessões da nova legislatura, intervindo também nas três restantes que antecederam a sua tomada de posse como Ministro do Fomento.

Em 31 de Agosto interveio na discussão sobre o modo de eleger as comissões permanentes da Câmara dos Deputados, discussão tensa que reflectia as fortes clivagens

⁽⁷²⁹⁾ Cf. MADUREIRA, Joaquim — *A Forja da lei*, ob. cit., p. 661.

⁽⁷³⁰⁾ Cf. *Ibidem*, p. 661-662.

⁽⁷³¹⁾ Assembleia Nacional Constituinte, Documentos dirigidos à Mesa – acta 60. (Arquivo Histórico-Parlamentar); Ver também MADUREIRA, Joaquim — *A Forja da lei*, ob. cit., p. 675.

⁽⁷³²⁾ Ver ALVES, Raimundo — *O Parlamento, 1911-1914. Balanço político*. Lisboa: Tipografia d'A Moderna, 1914, p. 3-4.

que irremediavelmente estavam já a fraccionar o campo republicano. Uns pretendiam que a escolha fosse feita por listas incompletas, outros por representação proporcional. Em jogo estava a possibilidade, ou não, de manter o equilíbrio entre maioria e minorias nas diversas comissões. Objectivo que o novo Presidente da Câmara dos Deputados, Manuel Jorge Forbes de Bessa, denunciou de pronto: *Direi a V. Ex.^o e á Camara que a representação de minorias presuppõe existência e formação de partidos politicos, e essa hypoyhese não se dá. O que me parecia razoavel, era que a Camara, se tem realmente vontade de trabalhar devotadamente, como creio, para a prosperidade e interesse do país, deveria, quando a sessão se interrompesse para a formação das listas para a eleição, escolher de commum acordo, entre todos os Srs. Deputados, os que deveriam compor a comissão. A não ser assim, uma outra forma pratica consistiria em votar uma commissão composta de cinco membros, em lista incompleta de tres.*⁽⁷³³⁾

Um sensato, mas inútil, apelo à unidade republicana contra a perspectiva negada, embora iminente, de divisionismos político-partidários. Barbosa de Magalhães, Egas Moniz, João de Menezes e outros declararam-se adeptos do sistema proporcional, alegando que se tratava apenas de *adoptar o mesmo princípio que já está na lei eleitoral, em que ha representação de minorias*. Por seu turno, Sidónio Pais propôs o sistema de lista incompleta, em sintonia com a sugestão do Presidente da Câmara dos Deputados. Antes, porém, de explicitar a sua opção, tentou disciplinar um pouco o debate: *Parece-me — disse ele — que a primeira cousa que a Camara deve resolver, é: se o Regimento que foi votado para a Assembleia Constituinte deve continuar a dirigir os trabalhos d'esta Camara*. A resposta foi-lhe dada em unísono: *Já ha uma proposta*. E voltou tudo ao ponto «quente», sobre o qual Sidónio evidenciou uma postura já esboçada em debate anterior: o interesse nacional devia prevalecer sobre as manobras de protagonismo partidário.

Ao nível do discurso este tópico era, sem dúvida, comum, recorrente e mobilizador. Mas na prática, a conduta dos agentes implicados no processo político apontava na direcção contrária, embora protestando ao mesmo tempo o seu interesse e a sua adesão sincera à harmonia e à concórdia da «família republicana», certos de que a união fazia a força contra os inimigos da República. Paradoxo genuíno e dramático que acompanha de início ao fim a turbulenta vida do regime.

Os coevos e particularmente a imprensa viam o problema como choque de personalidades, fogueira de paixões pessoais e mesquinhas, feira de vaidades... Mas uma análise distante e fina conduz-nos à essência ideológica do republicanismo, à combinação híbrida e frágil de valores, de princípios e de ideias não só diferentes, mas até antagónicas, com efeitos frustrantes na dimensão concretizadora da área político-institucional. E tais diferenças acentuaram-se imenso e tornaram-se explosivas no momento em que redes informais, constituídas em torno de figuras republicanas algo carismáticas, prestigiadas ou apelativas, assumiram a luta pelo Poder, se organizaram nesse sentido e disputaram o apoio da «rua», a «arraia miúda» da capital — lojistas, caixeiros, artesãos por conta própria, operários, taberneiros, delinquentes, vagabundos, boémios... — disponível e motivada para fazer barulho e intimidar os poderosos.

⁽⁷³³⁾ Cf. *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, 1911.

Afonso Costa e a sua rede sócio-política veio, como se sabe, a conquistar o controlo do velho P.R.P. e foi logo conotado e criticado por se apoiar demasiado na «canalha», liderando assim um «bloco» radical. No entanto, é bom esclarecer que o líder do Partido Democrático era um republicano sincero, um nacionalista veemente, um causídico brilhante com prática parlamentar (confundiu, talvez, as duas áreas), um burguês moderno, um membro por inteiro da geração de 90 e, nesta medida, avêssimo, como qualquer outro dos seus parceiros, mesmo dos supostos moderados ou conservadores, à amoralidade, à anarquia social e à morte do Estado. Era, em nossa opinião, um cabal representante da *cultura da intransigência* moral e política condensada no republicanismo português. É certo que jogou com a «rua» e apostou numa retórica intransigente contra as forças reaccionárias para levar por diante a obra do Governo Provisório, mas o seu alegado radicalismo,⁽⁷³⁴⁾ reduzido, afinal, a uma tática frentista de conversão da *massa inerte e ignorante* do Portugal profundo pelo castigo exemplar infligido ao jesuíta e ao cacique monárquico, seus putativos *algozes*, diferia substancialmente do grupo radical de Ramada Curto, de Carneiro de Moura, de João Bonança e de outros, mais impregnado de socialismo e da influência anarco-sindicalista, e um pouco mais homogéneo no plano ideológico e doutrinário.

À sua maneira e secundado pela sua gente, em que importa incluir os *juvens turcos*,⁽⁷³⁵⁾ Costa procurou afirmar-se como um estadista preocupado com a unidade dos republicanos (a falta dessa unidade pode explicar o seu exílio voluntário a partir de 1919) e crente na Ordem e no Progresso, ainda que os seus adversários — e teve-os em largo número — com destaque especial para os católicos, em pé de guerra por causa da *intangível* (lei da separação das Igrejas do Estado), tenham conseguido pintá-lo e gravá-lo numa certa memória social como *politiqueiro* sem escrúpulos. Não cabe aqui aprofundar a sua personalidade nem o seu perfil de líder partidário,⁽⁷³⁶⁾ mas sublinhar apenas que o seu *credo* era o mesmo de António José de Almeida e de Brito Camacho.

Almeida e Camacho foram, como se sabe, parceiros do «bloco» que ajudou a escolher, na sessão de 24 de Agosto, um dos três candidatos elegíveis — Anselmo Braamcamp Freire, Bernardino Machado e Manuel de Arriaga. Este idoso advogado açoreano era, aliás, o único dos três com um passado de militância republicana antiga e sem mácula, defensor, no domínio dos princípios teóricos, de uma democracia pura (síntese de equivalência e harmonia sociais) que o Governo Provisório devia ter edificado até ao

⁽⁷³⁴⁾ Ver VALENTE, Vasco Pulido — *O Poder e o povo: a revolução de 1910*, ob. cit.; Idem — Moderados e radicais na I.ª República: da conciliação ao terror (Outubro de 1910 - Agosto de 1911). *Análise Social*. Lisboa. 11:42/43 (1975) 232-265; Idem — Revolução: a «república velha» (1910-1917): ensaio de interpretação política. *Análise Social*. Lisboa. 27:115 (1992) 7-63.

⁽⁷³⁵⁾ Entre os seus mais destacados membros sobressaíram Álvaro de Castro, Leote do Rego, Sá Cardoso... Figuras que se distinguirão no golpe de 14 de Maio de 1915, que derrubou o Governo Pimenta de Castro e reconduziu ao Poder os «democráticos» de Afonso Costa. Ver COSTA, Afonso — *Discursos parlamentares, 1911-1914*, Compilação, prefácio e notas A. H. de Oliveira Marques. Amadora: Livraria Bertrand, 1976, p. 115.

⁽⁷³⁶⁾ Ver MARQUES, A. H. de Oliveira — *Afonso Costa*, ob. cit.; BARROS, Júlia Leitão de - Afonso Costa. In VIEIRA, Joaquim — *Fotobiografias século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002; e RAMOS, Rui — *A Segunda fundação* (1890-1926), in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*, vol. 6, ob. cit., p. 466 e ss.

fim, fazendo ele próprio a nova Constituição da República,⁽⁷³⁷⁾ e laicista convicto que concitou a simpatia de almeidistas e camachistas.

O ribatejano Braamcamp Freire, aristocrata, católico, historiador e militante desde 1908, era, à partida, o candidato mais forte, mas em carta pública renunciou ao cargo alegando não desejar contribuir para dividir o Partido.

Ficaram, pois, frente a frente os dois restantes candidatos e a questão impõe-se: em que diferia Arriaga de Bernardino Machado, ex-regenerador que se batera, a partir de Coimbra, pelo livre-pensamento, pela filantropia social e pela regeneração educativa, numa palavra, pela República? Díficil questão se atendermos ao conteúdo dos programas políticos que os apoiavam: o candidato dos afonsistas advogava a unidade do P.R.P., a conservação da principal legislação do Governo Provisório e a continuidade na luta contra os inimigos da República; o candidato rival tornou-se baluarte de um purismo republicano (idêntico ao dos pretensos radicais) travestido de conciliação nacional, respeito pela legalidade, imposição da ordem pública e tolerância religiosa.⁽⁷³⁸⁾ Tópicos associados à tática dos moderados, que, na opinião de Vasco Pulido Valente, se consideravam, pelo seu *saber, inteligência e aptidão* predestinados a pastorear a Pátria e constituíam *um grupo heterogéneo de antijacobinos, que metia no mesmo saco as tropas de A.J. de Almeida, Camacho e Machado Santos e até uns tantos «independentes»*.⁽⁷³⁹⁾ Diferenças táticas, sem dúvida, mas tendo o almejado reconhecimento diplomático estrangeiro como objectivo de fundo, crucial e unânime. Quem ignorava que a legitimidade constitucional da República era um trunfo decisivo no plano formal e que era necessário tranquilizar as Chancelarias sobre os objectivos políticos do novo regime? Ninguém!...

A votação no hemiciclo distribuiu-se da seguinte maneira: Manuel de Arriaga obteve 121 votos; Bernardino Machado 86; Duarte Leite 4; Magalhães Lima e Alves da Veiga 1 cada, mais 4 brancos. O «bloco» conseguira, como os números mostram, um ascendente claro sobre os afonsistas e derrotara as antigas e arreigadas expectativas presidenciais de Bernardino Machado, agora aliado de Afonso Costa, enterrando, assim, antigas e episódicas desavenças.

O «bloco» era, aos olhos de um analista lúcido e algo distante,⁽⁷⁴⁰⁾ o encontro/desencontro, acidental e passageiro, de personalidades muito diversas, unidas pela negativa e preocupadas com o futuro imediato do partido comum — o P.R.P. Controlá-lo significaria, em definitivo, assegurar o papel histórico da consolidação e da consumação da República. Momento único e decisivo em que o destino de um partido se confundia com a felicidade da Pátria.

⁽⁷³⁷⁾ Ver ARRIAGA, Manuel de — *A Proclamação da república em 5 de Outubro e o projecto da sua constituição na Assembleia Constituinte. Discurso proferido na sessão de 11 de Julho de 1911*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, p. 6 e ss.; e Idem — *Na primeira presidência da república portuguesa. Um rápido relatório*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1916, p. 11 e ss.

⁽⁷³⁸⁾ Ver SERRA, João Bonifácio — *Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente*, in REIS, António (dir.) — *Portugal contemporâneo*, vol. 3, ob. cit., p. 32.

⁽⁷³⁹⁾ Ver VALENTE, Vasco Pulido — *O Poder e o povo: a revolução de 1910*, ob. cit., p. 241-242.

⁽⁷⁴⁰⁾ Cf. REIS, Luís da Câmara — *Vida política*, ob. cit., p. 40-41. Nota: no A.P.S.P., há uns quatro números avulsos desta publicação saída inicialmente como periódico.

Passava, pois, pelo interior do P.R.P., a República possível. Para o melhor ou para o pior, ela estava nas mãos dos seus paladinos e genuínos modeladores. E o próximo Congresso do partido — o primeiro em regime republicano — marcado para finais de Outubro, reduziria a desejada unidade a um projecto tão vital quanto quimérico. Restava a alternativa, que se revelará menos viável, da formação de um grande partido de centro-direita capaz de disputar ao centro-esquerda as eleições e a alternância no Poder; de acordo com um bipartidarismo porventura mais geométrico que o ensaiado na Monarquia. Até 1926 será várias vezes tentada e falhará sempre, prevalecendo um multipartidarismo de partido dominante.

(Página deixada propositadamente em branco)

Capítulo 3

A Sombra de Brito Camacho no Fomento

Perigos internos e externos

Até ao primeiro trimestre de 1912, mais precisamente de 24 a 26 de Fevereiro, o espectro partidário, derivado do campo republicano, haveria de ficar plenamente definido e formalizado,⁽⁷⁴¹⁾ desfazendo-se, então, o *bloco*, sob o estandarte da *União Nacional Republicana* (não era a fusão de dois grupos, mas a associação com autonomia de ambos), que desde a eleição de Manuel de Arriaga se comportara de maneira ambígua: os *blocards*, observou Câmara Reis, eram uma força no Parlamento, mas uma força receosa, sentiam que o momento era de perigo, que era conveniente uma conciliação imediata, que se devia evitar irremediáveis cisões, rejeitavam, por isso, a tentação de um Ministério partidário e não arriscavam governar *não só sem a colaboração de Afonso Costa mas com a sua terrível opposição*. Tanto mais que, em finais de Agosto de 1911, *ainda a Inglaterra não reconheceu o novo regimen; ainda os conspiradores se não abalançaram á incursão que tem de terminar pelo seu inevitavel e necessario aniquilamento, e ainda a Republica, com dez mezes de existencia, não dispensa o biberon de uma cordealidade unanime*.⁽⁷⁴²⁾ Sentiam-se, além de tudo, manietados, porque a situação interna do P.R.P. não se achava ainda resolvida e um assalto bloquista ao Executivo criava-lhes o odioso porque contribuía para uma imediata e inexorável fractura do partido.

De 25 de Agosto a 4 de Setembro, data da tomada de posse do 1.º Governo constitucional, houve uma intensa e infrutífera actividade na «alta roda» republicana para aproximar o líder do grupo parlamentar democrático, já claramente escolhido em finais de Agosto, com as figuras de proa do *bloco*. A imprensa deu conta, por exemplo, de um repasto pacificador entre Afonso Costa e Brito Camacho, preparado pelo lente cirurgião e diplomata Augusto de Vasconcelos, durante o qual — da sopa até ao café... — seriam distribuídas as pastas por membros de ambas as parcialidades, cabendo, sem quaisquer reservas, a dos Negócios Estrangeiros àquele Ministro de Portugal em Madrid, condiscípulo e amigo íntimo do fundador de *A Lucta*. Parecia um bom prenúncio de entendimento, mas Afonso Costa recusou compromissos com o novo Governo em

⁽⁷⁴¹⁾ Ver LEAL, Ernesto Castro — Partidos e grupos políticos na I República, in MEDINA, João (dir.) — *História de Portugal*, vol. X, ob. cit., p. 291 e ss.

⁽⁷⁴²⁾ Cf. REIS, Luís da Câmara — *Vida política*. Lisboa: Tipografia Mendonça, 1913, p. 43.

formação, empurrando Camacho e Almeida para um arranjo monocromático, que não lhes convinha. Na prática, acabou por ser essa a saída encontrada, apesar do «patriarca» da República Manuel de Arriaga, num gesto hábil de aparentar a unidade impossível e de garantir a credibilidade do regime para consumo externo, ter conseguido que João Pinheiro Chagas, Ministro em Paris, aceitasse chefiar o Governo.

Chagas era um *snob*, que se sentia perfeitamente bem na capital europeia da Modernidade política e cultural, mantendo estreito convívio com as altas figuras da política, com intelectuais, artistas, magnatas da finança, indústria e comércio, aristocratas e jornalistas, aos quais transmitia a imagem de uma República concebida à escala e à grandeza ideológica da émula francesa; mas a sua finura de espírito e as elegantes maneiras de civilizado não escondiam um passado indelével de revolucionário subversivo e de panfletário virulento que não poupava esforços no derrube da Monarquia.⁽⁷⁴³⁾ Tranquilizava os moderados, rendidos à sua faceta de intelectual, de esteta e de cosmopolita, e merecia, ao mesmo tempo, o respeito d'*O Mundo* e dos afonsistas pelo seu *curriculum* de luta anti-dinástica. Pretendia servir, além do mais, de aval suplementar para as Chancelarias que ainda não tinham reconhecido o novo regime. Aliás, o processo estava a decorrer por fases: a primeira foi quase imediata à proclamação da República e proveio das repúblicas sul-americanas, como o Brasil, por solidariedade ideológico-política, mas também pelo princípio do reconhecimento dos governos de facto, inspirado na doutrina Monroe americana; e entre Junho e Agosto de 1911 foi a vez da França e dos Estados Unidos, menos céleres do que os republicanos portugueses desejariam, pesando nesse atraso a postura manifestamente hostil à República por parte da Inglaterra, a velha aliada de Portugal.⁽⁷⁴⁴⁾ E enquanto este processo se ia arrastando era seguido com natural expectativa o apoio da Espanha aos realistas portugueses.

O «perigo espanhol» não era, aliás, uma eventualidade, mas uma questão vital há muito reconhecida. Convém, aliás, lembrar que Teófilo Braga considerara inviável uma República em Portugal sem que idêntico regime existisse na vizinha e poderosa Espanha... Uma questão que o Governo Provisório, sob pena de inépcia fatal, tratou com o máximo empenho.

Viu-se, atrás, que a Comissão de Finanças aprovara sem emendas e com urgência, em Julho, um projecto de lei que reforçava a verba do Ministério da Guerra para municiar e suportar uma força militar, secundada por reservistas, concentrada no Alto Minho e em Trás-os-Montes e dirigida por militares de inquestionável «fé» republicana. Foi o caso do tenente-coronel José Augusto Simas Machado,⁽⁷⁴⁵⁾ de Caçadores 5, deputado às Constituintes, que justificou, várias vezes, a sua ausência alegando ser mais útil no terreno, junto dos seus soldados, que em S. Bento ao lado dos oradores da Nação... Houve ainda um reforço nas verbas do Ministério dos Negócios Estrangeiros para ac-

⁽⁷⁴³⁾ Cf. Câmara REIS, Luís Câmara — *Vida política*, ob. cit., p. 550-53.

⁽⁷⁴⁴⁾ Ver TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Poder e a guerra, 1914-1918: objetivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na grande guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 89-92.

⁽⁷⁴⁵⁾ Ver GOMES, José Cândido — *Bracarenses ilustres. Notas biográficas de alguns filhos da cidade de Braga que se notabilisaram. Compilação de ... Iniciada no ano de 1888*. Braga, 1895, fls. 135-136; ms. da Biblioteca Pública de Braga.

tividades de espionagem, de vigilância e de contra-propaganda através dos Consulados portugueses, da Galiza ao sul de França.⁽⁷⁴⁶⁾

Até surtir efeito duradouro, por acção e mérito, entre outros, de João Chagas, de Augusto de Vasconcelos e de José Relvas,⁽⁷⁴⁷⁾ a estratégia governamental lançada junto das autoridades espanholas contra os conspiradores monárquicos, pode afirmar-se, com Hipólito de la Torre Gómez, que Paiva Couceiro ao «acampar» em terras galegas encontrou, de imediato, nos corredores do Palácio de Oriente a melhor boa vontade para pôr em marcha as suas manobras.⁽⁷⁴⁸⁾ Diga-se ainda que o *Capitão Fantasma* não descurou outras frentes, contando para isso com a preciosa ajuda de seu sogro, o Conde de Paraty, diplomata que servira a Monarquia.⁽⁷⁴⁹⁾ Face a tão flagrante e incómodo apoio concedido aos conspiradores, os governantes e diplomatas republicanos viram-se obrigados a participar num jogo difícil, que envolvia diligências diplomáticas junto do Gabinete de Canalejas para a tomada, por parte deste, de uma posição hostil aos rebeldes portugueses que actuavam no seu território e ainda a obtenção de apoios e a colaboração activa de republicanos galegos e de conspiradores arrependidos (e/ou aliciados) a fim de, actuando num esquema de espionagem, ajudarem as autoridades de Lisboa a conhecerem bem a composição, a estrutura e os planos da Conspiração. Entrou-se, assim, num processo em que todos os meios justificavam o objectivo de aniquilar os planos restauracionistas, incluindo a *mobilização* do apoio das colónias espanholas de Lisboa e do Porto ao novo regime instaurado em 5 de Outubro de 1910, tentando pressionar Canalejas no sentido do reconhecimento diplomático e do fim da protecção aos realistas.

A acção conspirativa de Couceiro não punha apenas em risco a sobrevivência da República, mas estimulava a tendência centrípeta do Estado espanhol, disposto a liderar, caso se tornassem favoráveis as circunstâncias, uma nova unificação ibérica. Perspectiva que nem os monárquicos portugueses podiam aceitar de bom grado, mas a informação recolhida no terreno, os subentendidos e os eufemismos da linguagem diplomática e a sensação exacerbada, desde finais de oitocentos, de um cerco temível e indefinido à independência nacional, davam fácil consistência ao alarme. Pode, por isso, dizer-se que ao tomar posse, em 4 de Setembro, o 1.º Governo constitucional da República tinha de envidar todos os esforços e todas as atenções na fronteira norte, onde residia o seu principal e prioritário problema — a incursão dos monárquicos.

⁽⁷⁴⁶⁾ Correspondência. (Arquivo de Augusto de Vasconcelos, 1.º e 2.º Governos Constitucionais).

⁽⁷⁴⁷⁾ No Arquivo da Família Relvas, Sistema José Relvas, há importante informação produzida/recebida pela Legação de Portugal em Madrid (1911-1914), que esclarece a acção diplomática e de forte influência política em sectores decisivos da classe política espanhola levada a cabo, com êxito, pelo Ministro português.

⁽⁷⁴⁸⁾ TORRE GÓMEZ, Hipólito de la — *Antagonismo y fractura peninsular*, ob. cit., p. 29 e p. 40-167. Ver ainda: Idem — *Conspiração contra Portugal, 1910-1912: as relações políticas entre Portugal e Espanha*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978, p. 33-174; e Idem — *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha, 1913-1919*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980, p. 55-94.

⁽⁷⁴⁹⁾ No *Politisches Archiv des Auswärtigen Amts, Bonn, Deutschland* [P.A.A.A.] consultámos uma carta manuscrita do Conde de Paraty e endereçada a alguém do Departamento dos Negócios Estrangeiros alemão, acompanhada por uma longa exposição política intitulada *La Situation de Portugal. L'Avenir*, datada de 1 de Novembro de 1911. Acten, 8 November 1911 – 15 Daysamber 1912, lettre 8-11-1911. (Politisches Archiv des Auswärtigen Amt, Portugal).

Um dos novos Ministros, Melo Leote, deu uma ajuda ao recém-empossado chefe do Governo e reafirmou ao jornal *República* as linhas de orientação que tinham sido expressas nas duas Câmaras do Congresso da República. Da leitura do programa sobressaía a defesa da linha traçada pelo Governo Provisório, nomeadamente nas leis anti-congreganistas e de separação do Estado e das Igrejas,⁽⁷⁵⁰⁾ para tranquilidade dos livre-pensadores assustadiços que já julgavam sentir a temida presença da *hidra da reacção*; o equilíbrio orçamental, fundado numa prática administrativa austera e hábil;⁽⁷⁵¹⁾ a satisfação das expectativas das classes trabalhadoras, sempre naturalmente esperançosas que as revoluções se traduzam no aumento do seu bem-estar; o respeito pela aliança luso-inglesa; e a insistência numa unidade suprapartidária.⁽⁷⁵²⁾ No *bouquet* das intenções programáticas tinha de surgir bem visível a tarefa da *pacificação, da união*. E ali perto, atrás da porta, o grande perigo...

Assumindo a Presidência do Ministério, Interior e os Negócios Estrangeiros, João Chagas percebeu o desafio e fez diligências imediatas, entrevistando-se, a 13 de Setembro, com o marquês de Villalobar, o *monarquíssimo* e *intransigente* ministro espanhol em Lisboa, que ficou muito bem impressionado com as palavras insinuantes e a perspicácia do governante português, sem superar, contudo, a força de preconceitos intransponíveis: *Não pude fiar-me nele [Chagas] um só momento. Os seus antecedentes impediam-no...*⁽⁷⁵³⁾ No entanto, a entrevista foi agradável e João Chagas, jogando na ofensiva, pôs as condições de um diálogo construtivo: a República gozava, nas suas palavras, de uma sincera adesão popular; pelo que seriam inofensivas as manobras conspirativas dos monárquicos; mas para o bom relacionamento dos dois Estados vizinhos havia toda a conveniência em que do lado espanhol fossem tomadas medidas eficazes contra tais manobras e do lado português acabariam, de seguida, as operações de vigilância adoptadas por uma legítima reacção de defesa, que compreensivelmente tanto incomodavam as autoridades de Madrid. Um bom acordo implicava contrapartidas e Portugal estava disposto a negociar em novas bases. Estas derivavam, aliás, de uma estratégia diferente partilhada por Chagas e por Vasconcelos, que em 12 de Outubro se encarregará da pasta dos Estrangeiros. Eram ambos contrários ao esquema de vigilância que Bernardino Machado apoiara, contratando espões e agentes à margem do funcionalismo diplomático, o que acabava por se revelar dispendioso e pernicioso para um clima de confiança e de entendimento efectivo. A solução não se apresentava fácil, mas acabaria por se impôr como a mais aconselhável.⁽⁷⁵⁴⁾

Havia, pois, um esboço claro de política externa, favorecido ao longo do mês de Setembro pela catadupa de reconhecimentos, então verificados, e que vinham somar-se aos anteriores obtidos ainda durante a vigência do Governo Provisório: no dia 11 a Grã-Bretanha reconhecia *de jure* a República portuguesa, sendo de imediato acompanhada

(750) Cf. *Diário das Sessões do Senado*, 4 de Setembro de 1911.

(751) Cf. *Ibidem*.

(752) Cf. *Ibidem*.

(753) Cf. TORRE GÓMEZ, Hipólito de la — *Conspiração contra Portugal, 1910-1912*, ob. cit., p. 101.

(754) Ver *Ibidem*, p. 102 e ss.

pela Espanha, pela Itália e pelo Império Austro-Húngaro; no dia seguinte foi a vez da Holanda e da Bélgica; e de 13 a 30 sucederam-se os da Suécia, Noruega, China, Grécia, Japão e Rússia.⁽⁷⁵⁵⁾ A situação, como se vê, desanuviara um pouco, mantendo-se, porém, complicada no plano interno.

A oposição do grupo democrático reflectiu-se na composição do Governo, quase todo recrutado no *bloco*. O Ministro da Justiça, Diogo Tavares de Melo Leote, era um desconhecido da vida política, embora com uma conceituada carreira de magistrado. Para as Finanças foi convidado Duarte Leite Pereira da Silva, professor, investigador e figura imprescindível como governante ou diplomata. Na pasta da Guerra ficou o general de brigada e engenheiro Joaquim Pereira Pimenta de Castro, velho amigo do Presidente da República Manuel de Arriaga e personagem controverso, que será criticado por *agir de maneira autónoma, sem se entender com os colegas* e demitido na sequência da primeira incursão couceirista.⁽⁷⁵⁶⁾ Na Marinha ficou o jornalista e antigo revolucionário João de Menezes, um camachista que Câmara Reis classificou como *o typo modelar do bom republicano*.⁽⁷⁵⁷⁾ O médico Celestino Germano Pais de Almeida foi para a pasta das Colónias. E no Fomento outro camachista e um estreante nas lides governativas — o artilheiro e matemático Sidónio Pais, saudado festivamente pela imprensa de Aveiro porque fora eleito pelo respectivo círculo e era, portanto, um natural defensor dos interesses aveirenses infiltrado na «cidadela» do Poder.⁽⁷⁵⁸⁾

A indicação dos nomes para a Marinha, Estrangeiros e Fomento foi confessada mais tarde pelo próprio Brito Camacho. Mas o que ele não disse é que, como tinha sido titular do Fomento — pasta importante que englobava os sectores económicos da indústria, do comércio e da agricultura — no Governo Provisório, preferiu entregá-la a alguém de sua absoluta confiança. Este facto mereceu, aliás, a Afonso Costa, na sessão da Câmara dos Deputados de 8 de Setembro, uma alusão irónica: insinuou, de passagem, que Brito Camacho tinha muito poder no Ministério do Fomento. Sidónio estava presente, ouviu e não gostou, ripostando logo que pôde: *Eu creio que s. ex.^a quis apenas significar que eu tenho muito respeito, muita consideração e muita estima pelo sr. Brito Camacho. Se assim foi, afirmo que não exagerou, mas desejaria, e teria nisso muito prazer, ouvir da boca do sr. deputado Afonso Costa a declaração de que era esta a interpretação a dar às suas palavras, e não seria uma outra com desprimor para a minha inteligência ou até ofensa para o meu carácter. Tenho dito*.⁽⁷⁵⁹⁾ Mestre nas lides parlamentares e nas manhas da oratória política, Costa deu uma «pirueta» rápida e disse com candura: *A pergunta do sr. Ministro*

⁽⁷⁵⁵⁾ Ver BRANDÃO, Fernando de Castro — *A 1.ª República portuguesa. Uma cronologia*, ob. cit., p. 27-30. Ver também TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Poder e a guerra, 1914-1918*, ob. cit., p. 97-99.

⁽⁷⁵⁶⁾ Ver Cf. CASTRO, Joaquim Pimenta de — *O Dictador e a affrontosa dictadura pelo proprio general...* Weimar: Imp. Wagner G. Humboldt, 1915, p. 5-8; e também CHAGAS, João — *A Ultima crise. Comentarios à situação da republica portuguesa*. Porto: Editor João Chagas, 1915, p. 29-32.

⁽⁷⁵⁷⁾ Cf. REIS, Luís da Câmara — *Vida política*, ob. cit., p. 54.

⁽⁷⁵⁸⁾ O jornal *A Liberdade*, de 7 de Setembro publicou, na página 2, o texto intitulado *O Novo Ministério. Fomento — Dr. Sidonio Paes*.

⁽⁷⁵⁹⁾ Cf. *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, 8 de Setembro de 1911.

do Fomento era desnecessária. A minha frase não teve nada de desprimorosa para s. ex^a, constituiu apenas uma resposta rápida a uma ironia do sr. Brito Camacho.⁽⁷⁶⁰⁾ Resposta hábil e certa...

Na verdade, as escolhas de Camacho, que seria em 21 de Novembro reintegrado no Exército como cirurgião militar,⁽⁷⁶¹⁾ revelam à sociedade o seu enorme talento de «manobrador», de «encenador» por detrás da cortina e de profundo conhecedor do «xadrez» republicano.

O recém-criado Ministério da Marinha precisava de alguém com talento organizativo e com conhecimento da estrutura administrativa — fez, por isso, avançar uma «torre» sólida chamada João de Menezes. Para os Estrangeiros tinha um peça-chave — Augusto de Vasconcelos, um amigo íntimo, um braço direito, um *gentleman* muito estimado à direita e à esquerda, que Braz Burity caricaturou no seu jeito peculiar: *Obstetricia, musica e diplomacia. Republicano do tempo e da marca Hygino, assistindo aos partos da alta roda e ás recitas de S. Carlos, era como que o attaché diplomatico da Republica junto aos governos e governantes da monarchia.*⁽⁷⁶²⁾ Finalmente, para a vistosa pasta do Fomento um operacional discreto, mas fiel.

Brito Camacho apercebeu-se da dedicação que Sidónio Pais lhe votava, embora insinuasse mais tarde, com a sua natural verrina, tratar-se sobretudo de uma ambição a aproveitar. Aliás, no mesmo texto memorialístico que citamos, disse mais: *A indicação de Sidonio Paes foi mal aceite a tal ponto que, para a fazer vingar, eu precisei dizer a João Chagas que ou ele levava o Sidonio para o Fomento, ou eu me escusava a ter amigos meus no ministerio.*⁽⁷⁶³⁾ Segundo ele, as razões de tão forte resistência não tinham a ver com qualquer dúvida sobre a inteligência ou o republicanismo de Sidónio, mas *porque ele não andara nas luctas da propaganda, e a sua rapida ascensão parecia uma afronta aos combatentes de largos anos, aos sacrificados de sempre.*⁽⁷⁶⁴⁾ Houve, de facto, essa objecção, como se verá, mas se o futuro chefe unionista pôs tanto empenho na aceitação do nome proposto é porque sabia com quem podia contar, porque não lhe convinha que um adversário fosse para o Fomento vasculhar eventuais falhas, apoucando-lhe a obra e diminuindo-o junto da opinião pública e, enfim, porque, a par das Finanças e do Interior, esse era um dos sectores do aparelho estatal onde as redes sócio-políticas e respectivas formações partidárias podiam gerir uma maior oferta de apetecíveis empregos públicos.

Note-se ainda que Chagas ao ridicularizar Sidónio no seu *Diário*⁽⁷⁶⁵⁾ passou em branco a fase em que ele colaborou no seu Governo. Será que não tinha nada de interessante para contar?!...

⁽⁷⁶⁰⁾ Cf. *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, 8 de Setembro de 1911.

⁽⁷⁶¹⁾ Cf. BRANDÃO, Fernando de Castro — *A 1.ª República portuguesa. Uma cronologia*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.ª, 1912, p. 33.

⁽⁷⁶²⁾ Cf. MADUREIRA, Joaquim — *Na «Fermosa estrivaria»*. (*Notas d'um diario subversivo*). Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.ª, 1912, p. 269-270.

⁽⁷⁶³⁾ Cf. CAMACHO, Brito — *À Margem. A Lucta*, de 18 de Setembro de 1919, p. 1.

⁽⁷⁶⁴⁾ Cf. *Ibidem*.

⁽⁷⁶⁵⁾ Cf. CHAGAS, João — *Diário de ... 1918*, p. 411-412.

Governação «relâmpago»...

A actuação de Brito Camacho como Ministro do Fomento suscitara críticas,⁽⁷⁶⁶⁾ pelo menos no respeitante à questão social. Recorde-se, também, o modo confuso como tratou o dossier das novas instalações da Escola Industrial Brotero, que, apesar de todas as promessas, não tinham, em Setembro de 1911, passado ainda do papel. No entanto, as impressões negativas a seu respeito passaram, de facto, pela lei da greve e pela forma como se terá relacionado com a classe trabalhadora.

Joaquim Madureira registou a ocorrência dos misteriosos incêndios de Almada, na véspera da eleição do Presidente da República, dizendo que Brito Camacho não hesitara em atribuir a sua causa a elementos operários, porque fora procurado, no dia anterior, por uma comissão de operários, em solidariedade para com setenta e tal companheiros despedidos da fábrica do conde de Silves, à qual respondeu *como um velho bonzo insensível: — Não póde ser: governem-se. Tambem a Biblia conta que houve um diluvio e nem todos morreram... No outro dia estalaram os incendios.*⁽⁷⁶⁷⁾

Quem conta um conto tende sempre a acrescentar um ou mais pontos, mas as palavras de Braz Burity parecem ir de encontro ao vivo protesto formulado pela *Comissão Mista de Mestres e Operários das Classes de Construção Civil do Porto* em exposição dirigida aos *ilustres Cidadãos Deputados á Assembleia Nacional Constituinte* de 26 de Julho de 1911: *porém não podemos nem devemos deixar de protestar contra a resposta do cidadão Ministro do Fomento que, insidiosamente quiz fazer crer aos ilustres Deputados, que se até hoje não tem sido posto em pratica o projecto elaborado pelas classes de construcção civil, é devido a haver reclamações contradictorias e que até recebeu uma representação contrariando o referido projecto. É realmente admiravel a resposta de S. Ex.^o, pois que até hoje, que nos conste, ainda não soubemos que alguém reclamasse em contrario, e se acaso isso fosse verdadeiro, tinha o snr. Brito Camacho, uma boa maneira de responder ás representações, officios e telegrammas que sobre o assumpto lhe foram enviados, sem que S. Ex.^o se dignasse dar uma simples resposta.*⁽⁷⁶⁸⁾ Em contrapartida, foi-lhe abonatória, por exemplo, a criação, por decreto de 23 de Maio de 1911, do *Instituto Superior Técnico*⁽⁷⁶⁹⁾ e o interesse dispensado ainda ao *Instituto Superior de Agronomia* e à *Escola de Medicina Veterinária*.

Pelo teor de uma intervenção pública na Assembleia Nacional Constituinte, pelo que deixou escrito e pela vivência na *Brotero*, Sidónio Pais parecia dotado, à partida, de muita mais paciência para lidar com a turbulência operária, desafiadora da harmonia social tão do agrado dos burgueses jacobinos. A duração relâmpago do Governo Chagas não lhe permitiu confirmar ou negar tais créditos.

⁽⁷⁶⁶⁾ Cf. MADUREIRA, Joaquim — *Na «Fermosa estrivaria»*. (Notas d'um diario subversivo), ob. cit., p. 332.

⁽⁷⁶⁷⁾ Cf. *Ibidem*, p. 161.

⁽⁷⁶⁸⁾ Assembleia Nacional Constituinte, [Projectos, Pareceres, etc.]. (Arquivo Histórico-Parlamentar).

⁽⁷⁶⁹⁾ Quase dois meses depois foram publicadas as *Bases regulamentares do Instituto Superior Técnico*. Decreto de 14 de Julho de 1911 (Diario do Governo n.º 163, de 15 de julho de 1911). Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

Ao longo de pouco mais de dois meses Sidónio Pais comportou-se como um delegado político de Brito Camacho, respeitando toda a estrutura orgânica e mantendo até como seu Chefe de Gabinete, Carlos Calisto, amigo de infância do chefe unionista.

No Ministério do Fomento a Secretaria-Geral era dirigida, desde 8 de Dezembro de 1910, pelo engenheiro e conhecido carbonário António Maria da Silva. À frente da Direcção-Geral das Obras-Públicas e Minas estava Francisco Silva Ribeiro e o Director Geral da Agricultura era Joaquim Rasteiro, engenheiro agrónomo, professor catedrático e especialista em política agrícola. Na Direcção-Geral do Comércio e Indústria, que Sidónio conhecia bem graças ao seu tirocínio na *Brotero*, mantinha-se a dirigi-la, desde os tempos da Monarquia Constitucional, Ernesto Madeira Pinto. Na Direcção-Geral dos Trabalhos e Serviços Geodésicos estava o general Fernando Carlos Costa. Ao titular da pasta do Fomento cabia ainda a tutela mais ou menos restrita sobre Serviços de carácter público como eram os Caminhos de Ferro, as Matas Nacionais, o Porto de Lisboa e a Administração Geral dos Correios e Telégrafos, da qual era administrador o mesmo António Maria da Silva, desde 6 de Dezembro de 1906, acumulando com o cargo de Secretário Geral do Ministério. Sob a sua dependência directa estavam largas centenas de funcionários,⁽⁷⁷⁰⁾ cujo movimento (promoções, transferências e admissões) não carecia da aprovação do Ministro.

Mas, para além da estrutura ministerial e do pessoal superior que a controlava, convém conhecer um pouco mais acerca do eventual conjunto de ideias e de projectos que Sidónio Pais teria preparados para expôr no Congresso da República e para executar, sem delongas, no respectivo Ministério.

Logo a 4 de Setembro, aquando da apresentação do programa do Governo, o senador José Estevão de Vasconcelos, médico e colaborador d'*O Mundo*, aludiu expressamente à adesão recente (só com o 5 de Outubro) de Sidónio Pais ao republicanismo.⁽⁷⁷¹⁾ O novo Ministro do Fomento pediu logo a palavra para lembrar solenemente os dados biográficos que redigira para a obra *As Constituintes de 1911*,⁽⁷⁷²⁾ reafirmando uma adesão aos ideais republicanos desde os seus quinze anos. Na mesma resposta incluiu os esclarecimentos que lhe haviam sido solicitados acerca *dos seus planos e orientações na pasta*, começando logo por dizer que aceitou a nomeação (por decreto de 3 de Setembro de 1911)⁽⁷⁷³⁾ porque lhe pareceu *não haver incompatibilidade em associar-me com nenhum dos meus colegas, visto que as ideias do bloco são de apoio ao Governo. Não deve, portanto, a Camara estranhar que eu, sendo membro do bloco, esteja do lado dos que não faziam parte d'elle*. E sobre a política a desenvolver no seu Ministério Sidónio foi directo e franco, reconhecendo explicitamente o intuito de continuar a obra deixada pelo seu antecessor e mentor.⁽⁷⁷⁴⁾

⁽⁷⁷⁰⁾ No *Diário do Governo* foram publicadas as respectivas listas. Ver 1.º trimestre de 1912.

⁽⁷⁷¹⁾ Cf. *Diário das Sessões do Senado*, de 4 de Setembro de 1911.

⁽⁷⁷²⁾ [PIMENTEL, Alberto] — *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, ob. cit., p. 247.

⁽⁷⁷³⁾ Suplemento ao *Diário do Governo* n.º 205, impresso em folha de formato grande e avulsa (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro do Fomento e Finanças, 1911-1912).

⁽⁷⁷⁴⁾ Cf. *Diário das Sessões do Senado*, de 4 de Setembro de 1911.

Viriam a faltar-lhe, porém, as condições para um trabalho sereno e profundo, em grande parte devido à inevitável incursão dos couceiristas. Aliás, para os monárquicos era crucial desencadear uma acção subversiva que anulasse o efeito positivo obtido pelo regime republicano com a última vaga de reconhecimentos oficiais, que incluía o da Inglaterra, após meses de uma hostilidade para a qual muito contribuíra a acção diplomática de D. Manuel e da sua corte, instalados em Londres.

O plano de Paiva Couceiro, Jorge Camacho, Álvaro Pinheiro Chagas, Anibal Soares e outros reconhecidos chefes da insurreição monárquica, assentava, como é sabido, no pressuposto de um apoio imediato e generalizado das populações e das forças militares aquarteladas no país. Daí que, antes da primeira incursão, tenha ocorrido, em Santo Tirso e Felgueiras, a 28 de Setembro de 1911, uma tentativa efémera de insurreição militar, que motivou a suspensão de garantias individuais. E a 5 de Outubro era, finalmente, concretizada a referida incursão: uma coluna de três companhias e 950 homens, armada, apenas, com 240 espingardas e pistolas, entrou, sob o comando directo de Paiva Couceiro, em território nacional, por Cova da Lua, Espinhosela e Vinhais — povoações do distrito de Bragança— e após um recontro com tropas republicanas junto daquela vila, a coluna, enfraquecida pela falta de armas e temendo um ataque de cavalaria e artilharia, retrocedeu, via Salgueiros, internando-se na Galiza, durante a madrugada do dia 7, para, rumando a Ocidente, reentrar em Portugal, no dia 8, por Pinheiro Velho, saindo pouco depois totalmente desorganizada e ensaiando a 16 nova investida junto à Portela do Homem, no Gerês.

O ataque não só redundou num completo fracasso, como também revelou a profunda debilidade das forças monárquicas. Mas apesar de serem poucos, mal armados e, na prática, inofensivos, perturbaram o Governo, fragilizando-o aos olhos dos opositores afonsistas e radicais, e forçaram uma situação de emergência que levou à convocatória para 16 de Outubro (prolongando-se por 17, 18 e 21) de uma sessão extraordinária do Congresso a fim de se promover o julgamento rápido e exemplar dos cerca de 55 conspiradores entretanto presos. Estranhamente, o Ministro da Guerra, general Pimenta de Castro, velho militar de prestígio e experiente, desvalorizou a acção conspirativa e recusou-se a assinar o decreto de convocação. Esta atitude sucedia, aliás, a outra mais bizarra suscitada pela tentativa restauracionista.

As forças republicanas, na véspera do 5 de Outubro de 1911, não estavam de prevenção e nem havia instruções precisas do Ministério da Guerra que acautelassem a eventualidade de uma ameaça externa, embora se encontrassem, há muito, disponíveis para uma reacção pronta, entre outros, os regimentos de Caçadores 5 e de Cavalaria 2.

Os festejos comemorativos da implantação da República dominavam as atenções⁽⁷⁷⁵⁾ e requeriam a presença das autoridades, pelo que o Ministro do Fomento, Sidónio Pais, no próprio dia 5 de Outubro, estava no Porto para assistir às cerimónias programadas

⁽⁷⁷⁵⁾ Por um convite da *Câmara Municipal de Lisboa* dirigido ao Ministro do Fomento sabe-se que no dia 3 de Outubro, pelas 15h, junto à entrada principal do Parque Eduardo VII estava previsto o lançamento da pedra inaugural do monumento da República, seguindo-se a inauguração dos trabalhos para a abertura da *Espanhada dos Heróis da Revolução* (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro do Fomento e das Finanças).

nessa cidade. E foi aí que soube do ataque levado a cabo pelos homens de Paiva Couceiro. Como de Lisboa não vinham indicações e muito menos sinais de ajuda, Sidónio em combinação com o seu colega das Finanças, Duarte Leite, assumiu a adopção das medidas necessárias.⁽⁷⁷⁶⁾ Em telegrama expedido para o Presidente do Ministério fez um relato sumário da situação: *É averiguado que uma incursão de algumas centenas de couceiristas avança sobre Bragança, estando cortadas as comunicações. Nada se sabe no Pôrto das forças que ali há porque o ministro Pimenta de Castro não presta esclarecimentos, não toma providências, nem proporciona recursos. Até agora não respondeu às nossas instâncias senão para censurar o general da divisão pelas medidas tomadas, chegando a proibir minhas legítimas ordens para formar combóios. Este procedimento é de um doido ou de um traidor à República. Requerem-se providências.*⁽⁷⁷⁷⁾ A resposta de João Chagas foi pronta: *Sendo graves as acusações de V. Ex^a ao ministro da Guerra, que até agora também não respondeu aos meus avisos, digne-se vir a Lisboa para se proceder ao Conselho de Ministros que o caso requer.*⁽⁷⁷⁸⁾ O velho general não só fez ouvidos moucos, como terá respondido a um Chagas atónito: *Nada de alarme... Deixe-os entrar e depois cá dentro se lhes fazem as contas.*⁽⁷⁷⁹⁾ A 8 de Outubro foi exonerado e substituído imediatamente pelo tenente-coronel Alberto da Silveira. Este incidente marcou a ruptura entre dois homens — Sidónio Pais e Pimenta de Castro, ambos alto-minhotos, militares e matemáticos, mas de díspares personalidades e gerações — que virão a protagonizar experiências políticas vulgarmente tidas por idênticas ou próximas nos seus contornos ditatoriais e defectistas. Não obstante algumas semelhanças, os seus papéis históricos divergirão, uma vez mais, no estilo e até no projecto.

Vencidos os monárquicos, após um primeiro e tímido ataque, havia que pacificar os próprios republicanos. E a verdade é que se adensavam os sinais de instabilidade social e política: em 19 de Outubro um grupo de carbonários manifestou-se, em Lisboa, contra os jornais *O Intransigente*, *a República* e *A Lucta*, identificados com o *bloco*; e no dia seguinte, à noite, vários militantes *anti-blocards* atacaram, no Rossio, o famoso tribuno António José de Almeida, obrigando-o a fugir, sovado e humilhado.⁽⁷⁸⁰⁾

Desde a primeira hora, o Governo não teve a vida facilitada, sendo-lhe movida uma oposição quase sistemática pelo grupo democrático. As «tibiezas» de Pimenta de Castro e as facilidades concedidas, a ponto de os conspiradores terem mesmo entrado em território nacional, deram um óptimo pretexto para que engrossassem as críticas e alastrasse o mal-estar. Foi, no entanto, do próprio *bloco* que, a muito breve trecho, saiu o dardo mortal...

Entalado à direita e à esquerda, o 1.º Governo constitucional da República sobrevivia mal e, na opinião ácida de Camacho, *volidos dois mezes de vida política estagnada, sem*

⁽⁷⁷⁶⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro do Fomento e Finanças).

⁽⁷⁷⁷⁾ Cf. [MARTINS, Rocha] — Sidónio Pais contra Pimenta de Castro. Evocação histórica no aniversário da carta escrita pelo presidente Arriaga ao chamado ditador Castro. *Arquivo Nacional*, Lisboa, ano 7 (315) 19 de Janeiro de 1938, p. 40. Ver também CHAGAS, João — *A Última crise*, ob. cit., p. 29-31

⁽⁷⁷⁸⁾ Cf. *Ibidem*, p. 40.

⁽⁷⁷⁹⁾ Cf. *Ibidem*, p. 40.

⁽⁷⁸⁰⁾ Cf. VALENTE, Vasco Pulido — *O Poder e o povo: a revolução de 1910*, ob. cit., p. 256.

movimento e sem relevo, o sr. João Chagas dava a demissão colectiva do governo, regressando ás suas diplomacias da Avenida Kleber.⁽⁷⁸¹⁾ Balanço pouco simpático que, em larga medida, corresponde aos sinais efectivos de inoperância global que o Executivo emitia, sinais esses confirmados também por Alfredo Pimenta de forma vaga: *Foi essa União que apoiou o gabinete João Chagas. Sabe-se como este ministerio falhou, tornando nulas todas as esperanças que nele se depositava e tornando irrisorio todo o apoio que se lhe estava prestando.*⁽⁷⁸²⁾ Num quadro destes reduz-se naturalmente a pouco o desempenho ministerial de Sidónio Pais.

Através de uma sondagem lacunar e breve aos poucos vestígios arquivísticos pessoais e institucionais (Gabinete do Ministro) disponíveis, tentámos, sem grande êxito, desvendar as suas prioridades, os processos pendentes e as coisas mais inesperadas, avulsas e curiosas. Sob esta designação ocorre-nos, de pronto, incluir uma circular impressa expedida pela Loja Lusitânia n.º 258 do Grande Oriente Lusitano com a moção política favorável a uma ampla autonomia administrativa para Angola.⁽⁷⁸³⁾ Recebeu, também, vários telegramas de felicitações pela nomeação no cargo: do presidente da Junta Paroquial de Oliveirinha, Aveiro; da Direcção da Associação Comercial de Coimbra, que além de felicitar ousou *lembrar esta malfadada Coimbra defendida por v. ex.^{cia}, e tao prejudicada ultimos onze mezes*; dos empregados e professores da Universidade de Coimbra; de *um grupo de republicanos de Águeda que apoiou candidatura v. ex.^{cia}*; de João Perdigão pela Loja Estrela d'Alva, onde Sidónio Pais se iniciara em Fevereiro desse mesmo ano de 1911; dos professores da Escola Industrial Bernardino Machado de Lisboa; da Associação Comercial e Industrial de Aveiro; do presidente da Comissão Municipal da Mealhada; do presidente da Comissão Municipal de Aveiro; da Escola Industrial da Covilhã... São mais que meras mensagens de cortesia, constituindo um exemplo cabal de como as periferias se habituaram (o hábito era antigo e medrara muito durante a Monarquia Constitucional) a pressionar o centro!...

No *portefolio* oficial ficaram pendentes alguns «papéis»⁽⁷⁸⁴⁾ e quanto aos projectos que terão merecido o seu empenho pessoal é de referir apenas o arrastado caso das novas instalações da Escola Industrial Brotero. Sabemos que procurou dar um empurrão decisivo, ao contrário da atitude do seu antecessor,⁽⁷⁸⁵⁾ e é por isso que o jornal *A Tribuna*, de 23 de Outubro, noticiou o seguinte: *O sr. Sidonio Paes tenciona incluir no*

⁽⁷⁸¹⁾ Cf. CAMACHO, Brito — À Margem. *A Lucta*, de 18 de Setembro de 1919, p. 1.

⁽⁷⁸²⁾ Cf. PIMENTA, Alfredo — *Política portuguesa. Elementos para a solução da crise nacional*, ob. cit., p. 160.

⁽⁷⁸³⁾ Circular subscrita pelo Venerável Agostinho Borges da Cunha, pelo Orador Manoel do Nascimento Pires e pelo Secretário Antonio Nunes Pereira da Mota, colonos angolanos. Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsistema Ministro do Fomento).

⁽⁷⁸⁴⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 523-524.

⁽⁷⁸⁵⁾ No capítulo 4.º — *Direcção Geral do Comércio e Industria da Nota explicativa das diferenças do projecto de orçamento para o anno economico de 1911-1912, comparada com a autorização orçamental para 1909-1910, em vigor no de 1910-1911*, elaborada pelo Ministério do Fomento, sendo titular Brito Camacho, não se encontra atribuída verba para as instalações da Brotero e sobressai, entre outras rubricas, a organização do Instituto Superior Técnico, que foi a «menina dos olhos» daquele Ministro. (Dossier Fomento. *Diferença*. Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsistema Ministro das Finanças).

proximo orçamento a verba de 3.000\$000 reis para que as obras comecem o mais brevemente possível. O edificio deve ficar construido dentro do praso de 3 anos.⁽⁷⁸⁶⁾ A revelação antecedeu uma visita rápida à cidade e à família...⁽⁷⁸⁷⁾

A nível legislativo há a registar alguns decretos e portarias, a saber: foram publicados no *Diário do Governo* de 16 de Setembro os estatutos da *Câmara Portuguesa do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro*; para obviar à escassez de azeite foi autorizada a importação livre de direitos pelo decreto-lei de 23 de Setembro; um diploma de 27 autorizava a colocação do pessoal do Instituto Superior de Agronomia e da Escola de Medicina Veterinária; por decreto de 30 desse mesmo mês o Parque da Pena de Sintra, excepto o Palácio, ficou sob jurisdição do Ministério do Fomento; a construção de pequenos troços de estrada e as expropriações necessárias foram reguladas pelo decreto de 24 de Outubro; foi alterado por decreto de 31 de Outubro o regulamento sobre venda de pão, medida atribuída a Brito Camacho e que poderá ter estado na origem da greve dos trabalhadores da panificação ocorrida já depois da queda do 1.º Governo constitucionar;⁽⁷⁸⁸⁾ foram promulgadas várias concessões para exploração de minas, na sua maioria a firmas estrangeiras, o mesmo sucedendo com a concessão de patentes de invenção — de cinquenta e três registadas em Outubro, apenas quatro respeitavam a concessionários nacionais; assinala-se ainda a aprovação oficial de estatutos de sindicatos e associações de socorros mútuos; e, por último, tem interesse registar a nomeação, por convite pessoal de Sidónio Pais, do seu antigo discípulo e fiel amigo Aureliano Lopes de Mira Fernandes, como professor catedrático do Instituto Superior Técnico, onde viria a leccionar, ininterruptamente, Cálculo e Mecânica e, de início, Matemáticas Gerais.⁽⁷⁸⁹⁾

Trabalhador metódico e esforçado, nem que para isso tivesse de espantar o sono dando largas à sua precoce tendência de fumador compulsivo (consumia os célebres *baunilhas* uns atrás dos outros), Sidónio Pais, desde esse último trimestre de 1911, passou a viver absorvido pelas tarefas da governação, apartado da família que ficara em Coimbra, mas sempre no seu pensamento, dos irmãos e da mãe, que de Caminha seguia preocupada o desassossego das lides políticas, e acompanhado provavelmente por D. Ema e a filha de ambos Maria Olga, residentes na rua Barata Salgueiro, n.º 37 -3.º. Para aí o seu velho amigo, colega e inveterado turista Luciano Pereira da Silva remeteu a carta postal ilustrada — uma vista da praia de Biarritz — escrita, em 20 de Outubro, com um abraço seu e do inseparável Henrique de Figueiredo e ligeira referência a uma passagem friorenta por Berlim.⁽⁷⁹⁰⁾ Volvido um ano, será a vez de Sidónio enviar daí as suas novas à família e aos amigos, cheio de frio e de saudade...

⁽⁷⁸⁶⁾ Cf. Escola Industrial Brotero. *A Tribuna*, de 23 de Outubro de 1911.

⁽⁷⁸⁷⁾ Cf. Visita do Ministro do Fomento. *A Tribuna*, de 26 de Outubro de 1911.

⁽⁷⁸⁸⁾ Ver OLIVEIRA, César de — *O Operariado e a república democrática*, ob. cit., p. 124-129.

⁽⁷⁸⁹⁾ Ver GONÇALVES, José Vicente — Aureliano de Mira Fernandes, Investigador e ensaísta in FERNANDES, Aureliano de Mira — *Obras completas*, vol. I. Lisboa: 1971, p. v-xxv; OLIVEIRA, J. Tiago de — «*Obras*», vol. 2. Évora: Pendor, p. 463-473; e SILVA, Jaime Carvalho e — Vicente Gonçalves e a história da matemática em Portugal. Texto de conferência proferida na sessão de homenagem a José Vicente Gonçalves que teve lugar no Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra no dia 4 de Dezembro de 1996 (pré-publicação).

⁽⁷⁹⁰⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral).

A Demissão de João Chagas

Nos primeiros dias de Novembro efectuou uma visita oficial ao distrito de Aveiro, aguardada com expectativa, mas decepcionante para as «forças vivas» da cidade de Aveiro, onde s. ex.^a *demorou-se pouco mais de uma hora.*⁽⁷⁹¹⁾

Esta visita coincidiu com o desenrolar dos factos que tornariam inevitável a queda do Governo.

No dia 2 de Novembro Afonso Costa e António José de Almeida deslocaram-se ao Porto, ambos em viagem de propaganda, sendo aguardados em Campanhã por um número considerável de adeptos. Sucedeu, porém, que na estação de Gaia o Governador Civil do Porto, dr. Rodrigo Rodrigues aconselhou o futuro chefe evolucionista a prosseguir incógnito para evitar manifestações hostis. O garboso político recusou, avançou para o centro da tempestade e desembocou no meio de um furioso tumulto, sofrendo insultos e vexames difíceis de calar. E ao tentar justificar-se da janela do *Hotel Francfort*, abafaram-lhe o discurso com gritos de *morra o Bloco e morra António José de Almeida*. Ferido no seu orgulho e indignado queixou-se logo ao jornal *A Montanha* dessa cidade e dois dias depois regressava a Lisboa, no mesmo comboio de Afonso Costa. Ao chegar ao Rossio, enquanto este era saudado e aclamado por centenas de pessoas, aquele tinha de escapulir-se pelas traseiras da estação.⁽⁷⁹²⁾ Para um republicano histórico que se considerara, desde os tempos da militância estudantil, um abnegado defensor do Povo, da República e da Pátria... era demais! Não tardou, por isso, a enviar para o prelo do seu jornal uma nota de agravo, em que elegeu o Presidente do Governo como bode expiatório da sua revolta: João Chagas *tinha que sair e devia sair* por manifesta falta de qualidades para o desempenho das funções do seu alto cargo e para estabelecer a ordem. A República e com ela a Nação inteira estariam perdidas se a «canalha» não fosse domada como tinha de ser num país civilizado.

O susceptível João Chagas não gostou do desabafo, reuniu os parceiros de governação e a 7 desse mês pediu formalmente a demissão colectiva do Gabinete. Rebentara, assim, de forma algo prosaica, a primeira das muitas crises com que a 1ª República se foi contorcendo, cada vez mais desfalecida...

Nesse mesmo dia o cunhado Abel Nogueira Soares, do Regimento de Infantaria n.º 6, escreveu a Sidónio uma carta particular, expedida do Porto, lamentando a crise aberta e a interrupção de um excelente trabalho à frente da pasta do Fomento: *uma grande parte do Paiz acaba de fazer a mais alta justiça á sua reconhecida competencia e boa vontade*. Estava, porém, optimista: *Ainda creio que tudo se arranjará em bem, e que comece a haver manifestações de juizo.*⁽⁷⁹³⁾ Faltando o juízo, a crise teria de seguir o seu curso normal...

⁽⁷⁹¹⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 526.

⁽⁷⁹²⁾ Cf. VALENTE, Vasco Pulido — *O Poder e o povo: a revolução de 1910*, ob. cit., p. 257.

⁽⁷⁹³⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro do Fomento e das Finanças).

Mais optimista parecia estar o autor anónimo de *A Crise*, artigo de primeira página, publicado n' *O Século* de 9 de Novembro, porque para ele o transitório desequilíbrio das forças republicanas decorria apenas do início de uma nova época e do fim da falsa paz e ordem artificialmente vividas *nos tempos recuados do rotativismo*; e era certo *que os excessos de entusiasmo, como de susceptibilidades, hão de passar; que todos se esforçarão, radicaes e conservadores — porque é preciso que existam estas duas forças, sem as quaes não ha progresso — por ceder, na justa medida das suas opiniões. E então estes desequilíbrios, que tanto apavoram actualmente certos espiritos e enchem de gaudio os reaccionarios, se resolverão n'um equilibrio definitivo e salutar. É o que esperamos, sem desalento algum.*⁽⁷⁹⁴⁾ Uma boa dose de optimismo na primeira coluna e relato minucioso da situação política na sexta e sétima colunas da mesma página — *Qual será o novo governo? Ao que parece, de concentração, sendo provavel que a presidencia seja confiada ao sr. dr. Augusto de Vasconcelos.*⁽⁷⁹⁵⁾ Situação complicada, que originou intensas negociações dentro do *bloco*, reacções vigorosas dos democráticos e uma catadupa de boatos despejados a rodos nas redacções dos jornais.

A dúvida maior voltou a ser inevitavelmente a mesma — governo bloquista ou de concentração?

Os afonsistas mostraram-se favoráveis, salvo Alfredo de Magalhães, proponente de uma solução retintamente partidária, a um Ministério de unidade ou de concentração do inteiro agrado do Presidente da República. Este incumbira, de facto, Augusto de Vasconcelos, camachista bem relacionado com toda a «família» republicana, de formar um Governo no qual entrassem os amigos de Afonso Costa, de Brito Camacho e de António José de Almeida. A fórmula vingou e, por decreto de 12 de Novembro, Manuel de Arriaga nomeou o 2.º Governo constitucional, presidido pelo anterior Ministro dos Estrangeiros e com os seguintes membros: o médico Silvestre Falcão, um bloquista, no Ministério do Interior; o advogado António Macieira, democrático, na pasta da Justiça, onde poderia prosseguir a obra iniciada por Afonso Costa; para as Finanças transitava Sidónio Pais; o coronel Alberto da Silveira mantinha-se no Ministério da Guerra; o médico Celestino de Almeida, um indefectível almeidista, transitava para a Marinha; e dois afonsistas — José Estevão de Vasconcelos e capitão de fragata José de Freitas Ribeiro — entravam para o Fomento e as Colónias.

Incomodado pela tácita aliança entre os amigos de Camacho e os de Afonso Costa — o ídolo da «canalha» que o enxovalhara — António José de Almeida viu-se forçado a questionar a viabilidade do *bloco* e em Fevereiro de 1912, como já referimos, a *União Nacional Republicana* será enterrada para que o *Partido Republicano Evolucionista*⁽⁷⁹⁶⁾ e a *União Republicana*⁽⁷⁹⁷⁾ pudessem livremente disputar a hegemonia dos democráticos.

⁽⁷⁹⁴⁾ Cf. *A Crise. O Século*, de 9 de Novembro de 1911, p. 1.

⁽⁷⁹⁵⁾ Cf. A Situação política. Qual será o novo governo? Ao que parece, de concentração, sendo provável que a presidência seja confiada ao sr. dr. Augusto de Vasconcelos. *O Século*, de 9 de Setembro de 1911, p. 1-2.

⁽⁷⁹⁶⁾ Ver LEAL, Ernesto Castro — Partidos e grupos políticos na 1.ª República, in MEDINA, João (dir.) — *História de Portugal*, vol. X, ob. cit., p. 293-294.

⁽⁷⁹⁷⁾ Ver *Ibidem*, p. 295.

O velho Partido Republicano Português saiu do Congresso de 30 de Outubro com o epíteto de *Democrático*. Saiu, também, uma nova cúpula directiva dominada pela rede sócio-política de Afonso Costa e com a antiga máquina político-organizativa intacta, acrescida de importantes sectores da elite dirigente dos partidos monárquicos e de algumas das suas redes locais e regionais influentes. Impunha-se, assim, como a formação partidária mais consistente e hegemónica no desequilibrado sistema multipartidário emergente. O seu programa será fixado no Congresso de Braga de 27 a 29 de Abril de 1912 e desenvolvia-se em torno de um conjunto de ideias, algumas de cariz socializante, e de princípios distribuídos por vários capítulos ou grandes núcleos temáticos — direitos e garantias dos cidadãos, educação e instrução, poder judicial, economia nacional, a administração local, as finanças, a administração e fomento colonial, a força pública e a higiene e assistência públicas. Oliveira Marques considerou-o um programa-padrão para todos os outros programas de partidos republicanos, à excepção dos socialistas e comunistas.⁽⁷⁹⁸⁾

Os programas evolucionista e unionista reproduziram, de facto, quanto ao essencial, as linhas traçadas no anterior, embora com uma ou outra divergência e explicitando melhor alguns pontos específicos. São de salientar, no que toca ao Partido Evolucionista, os seguintes tópicos: a recusa de uma transformação política violenta, em alusão directa, por exemplo, à tática afonsista de um anti-clericalismo agressivo; a revisão da controversa lei da separação;⁽⁷⁹⁹⁾ a defesa explícita dos sindicatos operários; a tónica no municipalismo e na descentralização administrativa; e a reforma urgente e profunda da Constituição de 1911.⁽⁸⁰⁰⁾ Por seu turno, os unionistas enfatizaram a união de todos os republicanos, a promoção da educação política do povo, a reforma do sistema judicial, a defesa do direito de propriedade, a reforma da instrução pública, a reforma administrativa, a reforma da assistência pública, a reorganização do sistema de finanças públicas, a melhoria da condição operária e contratos de trabalho, a revisão do sistema da função pública, a reforma do sistema de defesa nacional, a descentralização administrativa das colónias e uma nova legislação eleitoral para os corpos administrativos.⁽⁸⁰¹⁾

Foram estas as directrizes programáticas que Sidónio Pais começou por assimilar, sem exclusão das dos outros dois grupos partidários, muito semelhantes entre si — todos insistiam, afinal, na Ordem, na Paz e no Progresso...

Não lhe foram também estranhas as propostas do grupo de Machado Santos, que, apesar de não ter existência partidária formal, ficou conhecido como Partido Reformista, sobretudo a partir de 1914, pautando-se por uma constante oscilação entre a acção capaz de fazer regressar legalmente a República à pureza do 5 de Outubro e a acção ilegal (golpe militar) praticada com o mesmo fim.

⁽⁷⁹⁸⁾ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*, ob. cit., p. 545-551.

⁽⁷⁹⁹⁾ Sobre a conveniência de tratar a Igreja Católica com *menos aspereza e rigor do que os empregados no tempo do governo provisório*. Ver ARRIAGA, Manuel de — *Na primeira presidência da república portuguesa*, ob. cit., p. 25 e ss.

⁽⁸⁰⁰⁾ Cf. PIMENTA, Alfredo — *Política portuguesa. Elementos para a solução da crise nacional*, ob. cit., p. 283-290.

⁽⁸⁰¹⁾ Ver LEAL, Ernesto Castro — *Partidos e grupos políticos na 1.ª República*, in MEDINA, João (dir.) — *História de Portugal*, vol. X, ob. cit., p. 295.

(Página deixada propositadamente em branco)

Capítulo 4

Segue Sidónio Paes que na finança...⁽⁸⁰²⁾

A Impossibilidade de governar bem

O 2.º Governo constitucional propunha-se seguir uma política supra-partidária no meio da «guerra surda» entre os três principais partidos republicanos, o que, à partida, era contraditório e pouco animador:

Mas no plano dos princípios programáticos enunciados por Augusto de Vasconcelos no Congresso da República, em 17 de Novembro de 1911, o Governo era apresentado como *um verdadeiro Ministério de defesa republicana*.

Um Ministério repleto de fortes intenções: ansioso por vibrar um golpe definitivo na agitação artificial e estéril *dos mais sinistros elementos reaccionários*; fiel à sua tradicional política externa, encimada pela secular aliança com a Inglaterra; apostado na *mais decidida política anti-clerical, com o respeito devido a todas as crenças e confissões religiosas, executando estritamente as leis republicanas*; convicto da importância da obra reformista na instrução, propondo nesse sentido a criação do Ministério de Instrução Pública e Belas Artes; promotor de um importante pacote legislativo sobre responsabilidade ministerial e eleitoral, sobre acumulações, o Código Administrativo, as leis orgânicas das províncias ultramarinas, a organização judiciária e sobre incompatibilidades políticas (artigo 85.º da Constituição); corajoso na apresentação do Orçamento Geral do Estado, que ficaria aquém do desejável nivelamento das receitas e despesas (*desde já inatingível*), mas representaria, *sem artifícios nem habilidades, toda a verdade sobre as finanças públicas, honrada e desassombradamente exposta*; devotado ao estudo e execução de uma nova organização do Exército a fim de que a força armada se tornasse *no instrumento de defesa de que iniludivelmente carecemos*, bem como à imperiosa renovação do material naval; e comprometido com a reparação definitiva do criminoso e intolerável desleixo com que se encarou durante tanto tempo *êste vasto império ultramarino que é já hoje certamente segura garantia de um futuro de melhores prosperidades para a nossa Pátria*.⁽⁸⁰³⁾ Intenções bonançosas, içadas num mar revolto, em maré de tempestade...

⁽⁸⁰²⁾ Primeiro verso de uma estrofe do poema épico-cómico de ANTÓNIO, Marco — *Republicaniadas*. Lisboa: Jaime Marques Editor, 1913, p. 19.

⁽⁸⁰³⁾ Cf. *Diário das Sessões do Senado*, de 17 de Novembro de 1911.

Com efeito, adensara-se uma generalizada tensão social e política e houve até a ocorrência de calamidades públicas como a epidemia de febre tifóide em Lisboa.⁽⁸⁰⁴⁾

O enfrentamento entre as autoridades republicanas e a Igreja Católica, cujo paroxismo surgiu com a lei da separação de 21 de Abril de 1911, assentou, como se sabe, num vasto pacote legislativo e numa prática de actos excessivos e provocatórios ocorridos um pouco por todo o país.⁽⁸⁰⁵⁾ Aliás, o primeiro decreto promulgado sobre a matéria data de 8 de Outubro de 1910 e destinou-se a manter em vigor as leis de 3 de Setembro de 1759 e de 28 de Agosto de 1767 sobre a expulsão dos Jesuítas e a de 28 de Maio de 1834 sobre a exclausuração, além de anular o controverso decreto de Hintze Ribeiro, de 18 de Abril de 1901, que permitira o restabelecimento das congregações religiosas. Após esta disposição assaz significativa intensificou-se, com a colaboração da Associação do Registo Civil e outras entidades empenhadas na defesa do laicismo, a aplicação de um programa erradicador da influência do clericalismo no território continental e ultramarino e nas esferas político-institucional, instructo-educativa, social e moral, que suscitou, na véspera do Natal de 1910, uma pastoral colectiva dos Bispos portugueses condenatória da política religiosa do Governo Provisório. O acto foi logo entendido como provocação e proibida a leitura do documento em todas as dioceses, incluindo a do Porto, onde o Bispo D. António Barroso se ergueu contra a censura governamental, sendo destituído pelo Ministro da Justiça Afonso Costa e forçado a exilar-se na sua terra natal, Remelhe (concelho de Barcelos). Esta e outras medidas do Ministério da Justiça correspondiam à estratégia deliberada de laicização integral do país. E nesta linha se enquadrou naturalmente a actuação, no «Gabinete» Vasconcelos, do novo Ministro António Macieira, um democrático ou afonsista, que deu mostras de um acentuado excesso de zelo em relação ao cumprimento da «intangível» e das leis da família, do divórcio e do registo civil.⁽⁸⁰⁶⁾

A par da tensão religiosa, o agravamento da questão social marcou também a vigência do 2.º Governo e o agitado processo de consolidação da 1.ª República.

De Outubro de 1911 a Junho de 1912 sucederam-se e multiplicaram-se as greves — concebidas segundo o modelo revolucionário, ou seja, iniciadas de surpresa, tão breves quanto possível, apostadas na recusa de toda a espécie de arbitragem e dos contratos de trabalho, colectivos ou individuais, que limitassem a liberdade do grevista, etc.⁽⁸⁰⁷⁾ — nos mais diversos sectores da actividade económica, bem como a respectiva repressão policial: greve dos ardinas em Outubro; movimento grevista dos manipuladores, brutalmente reprimido em Novembro; greve dos operários das moagens de Almada, pouco depois convertida em greve geral do sector; greve ferroviária em Dezembro; greve dos empregados no comércio; em Setúbal cerca de cinco mil trabalhadores marítimos

⁽⁸⁰⁴⁾ Ver BRANDÃO, Fernando de Castro — *A 1.ª República portuguesa. Uma cronologia*, ob. cit., p. 35-52.

⁽⁸⁰⁵⁾ Ver sobre as diferentes fases da *questão religiosa*. SILVA, Armando B. Malheiro — Os Católicos e a «república nova» (1917-1918): da *questão religiosa* à mitologia nacional, art. cit., p. 399 e ss.

⁽⁸⁰⁶⁾ Cf. MADUREIRA, Joaquim — *Na «Fermosa estrivaria»*. (*Notas d'um diário subversivo*), ob. cit., p. 273. Para uma resenha biográfica ver COELHO, António Macieira — António Macieira — Uma figura singular da 1.ª república, in *A Vida da república portuguesa, 1890-1990*, vol. 1. Lisboa: Cooperativa de Estudos e Documentação / Universitária Editora, 1991, p. 707-715.

⁽⁸⁰⁷⁾ Cf. CABRAL, Manuel Villaverde — *Portugal na alvorada do século XX*, ob. cit., p. 317 e ss.

paralisaram a sua actividade; greve dos operários da CUF no Barreiro, registando-se, no mesmo mês de Dezembro, as greves dos *chauffeurs*, dos carroceiros, dos operários têxteis e dos estudantes de Lisboa, além da greve dos operários agrícolas da Moita e da greve geral dos trabalhadores de Portimão; em 29 de Janeiro de 1912 mais de dez mil trabalhadores agrícolas alentejanos entraram em greve, logo reprimida com violência, o que motivou de seguida uma greve geral de solidariedade; greve dos condutores dos eléctricos de Lisboa; em Março nova greve dos operários do têxtil de Lisboa e nova greve dos trabalhadores da Carris; e em Junho os ferroviários reiniciaram um movimento grevista.⁽⁸⁰⁸⁾

Toda esta intensa agitação social tem de ser associada à expansão do sindicalismo revolucionário, em detrimento da posição sustentada pelos socialistas, contrários à ofensiva grevista e adeptos do fortalecimento das Associações de Classe. De um lado estavam as Uniões revolucionárias (União Geral dos Trabalhadores – U.G.T.) e do outro as federações reformistas ou socialistas reunidas na Federação Geral de Trabalhadores (F.G.T.), com predomínio acentuado daquelas até ao compromisso ensaiado no Congresso de 15 a 17 de Março de 1914, em Tomar; com a criação da União Operária Nacional (U.O.N.).⁽⁸⁰⁹⁾ Aspecto interessante do crescimento do movimento sindical, em 1911 e 1912, prende-se com a sua penetração nos campos e, em especial, no Alentejo, onde uma intensa propaganda sindical começava a dar os seus frutos.

Como pano de fundo de uma agitação orientada, na maioria dos casos, por reivindicações salariais, estava a situação económica geral do país,⁽⁸¹⁰⁾ que a República, de início, procurou gerir; animada por generosos propósitos reformistas nos mais diversos sectores. Muitos deles, como o primário, o produtivo, o comercial, os serviços e o desenvolvimento colonial, foram geridos, ainda que de forma intermitente e débil, através de políticas fomentistas baseadas na descentralização administrativa das decisões e na introdução de novos métodos científicos e tecnológicos que operassem o «milagre» da superação do crónico atraso português. E dentro ainda deste impulso voluntarista convém destacar as reformas monetária, fiscal e financeira lançadas pelo Governo Provisório.

No respeitante à introdução de uma nova unidade monetária refira-se que o velho real português foi substituído pelo escudo, equivalente a 1000 réis e definido de acordo com as regras do padrão-ouro, como 1,625 g de ouro, mas isto não significou, obviamente, o retorno à convertibilidade. Além do uso de uma unidade monetária mais prática, que equivalia mais ou menos a um dólar americano, pode dizer-se que a novidade essencial consistiu na substituição de moedas subsidiárias com a efigie dos monarcas por novas moedas de troco com efigies republicanas. Significativa foi também a reforma que incidiu no campo fiscal, seguindo uma orientação geral que tendia a tributar mais pesadamente os grupos abastados e a parte rural, vistos como tradicionais apoiantes do regime

⁽⁸⁰⁸⁾ Cf. FONSECA, Carlos da — *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. I - Cronologia*, ob. cit., p. 132-136.

⁽⁸⁰⁹⁾ Cf. COSTA, Ramiro da — *Elementos para a história do movimento operário em Portugal, 1820-1975*, vol. I, ob. cit., p. 93 e ss.

⁽⁸¹⁰⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 532-533.

monárquico, e congelar ou até aligeirar a carga fiscal das classes médias urbanas, que constituíam a base social de apoio do novo regime. As principais medidas consistiram, pois, na integração como permanentes dos adicionais temporários criados nos últimos anos da Monarquia; na revisão das regras da contribuição predial, com um agravamento significativo das taxas, em particular no ramo rústico, não afectado pela revisão das regras em 1899; na alteração dos impostos indirectos, que incluiu a abolição da contribuição de rendas de casa e a redução das taxas dos impostos de consumo; e na extensão da contribuição de registo às heranças para descendentes, tornando-se progressiva. Estas duas reformas articulavam-se com o principal «cavalo de batalha» dos republicanos durante a propaganda anti-dinástica — o equilíbrio orçamental e a obtenção do desejado *superavit*. Pretendia-se, em síntese, atingir saldos positivos sistemáticos nas contas públicas, proeza facilmente capitalizável em termos políticos, tanto mais que os padrões clássicos do equilíbrio das finanças públicas não eram restabelecidos desde 1790!...

O regresso efectivo ao regime monetário do padrão-ouro e aos mercados internacionais de capitais favoreciam, conjuntamente, esse desiderato, mas será em breve liquidado pela eclosão da Grande Guerra.⁽⁸¹¹⁾ De qualquer forma constituiu uma meta importante e Afonso Costa, no seu 1.º Governo (o 4.º depois de aprovada a Constituição de 1911 e que durou de 9 de Janeiro de 1913 a 9 de Fevereiro de 1914), acumulando a presidência e a «pasta» das Finanças, congratulou-se por ser o único a apresentar um *superavit* de um milhão de libras como saldo das contas de 1913-1914. A chave do triunfo esteve na aprovação pelo Parlamento da famosa *lei-travão*, pela qual nenhum deputado nem senador podia propor lei que implicasse diminuição de receita ou aumento de despesa durante o período de discussão do orçamento. Esta lei e a compressão drástica das despesas públicas eram os ingredientes essenciais da receita «milagrosa».⁽⁸¹²⁾

Uma receita que Sidónio Pais enunciara já numa das suas intervenções na Assembleia Constituinte e voltará a recomendá-la com insistência nos debates a que compareceu como Ministro das Finanças para aprovação do Orçamento Geral de 1912-1913. A sua formação matemática e politécnica tornava-o naturalmente sensível e apto para a percepção do problema e para gerir uma estrutura dominada pelas operações do cálculo e da previsão.

A «máquina» do Ministério das Finanças, cuja grande maioria do pessoal, incluindo os próprios Directores Gerais, tinha já servido o regime monárquico, compunha-se dos seguintes serviços:⁽⁸¹³⁾ o Gabinete do Ministro; a Secretaria-Geral; a Direcção-Geral da Contabilidade Pública, onde pontificava André Navarro; a Direcção-Geral da Fazenda Pública, à frente da qual estava Manuel Maria Brushy; a Direcção-Geral da Contribuições e Impostos chefiada por Júlio Maria Baptista; e a Direcção-Geral das Alfândegas, onde

⁽⁸¹¹⁾ Ver MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno — *História económica de Portugal. Uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 170-178.

⁽⁸¹²⁾ Ver MARQUES, A. H. de Oliveira — *A Primeira república portuguesa: alguns aspectos estruturais*, 3.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1980, p. 35.

⁽⁸¹³⁾ Sobre a estrutura orgânico-funcional do Ministério das Finanças para o período da 1.ª República ver SUBTIL, José — *O Ministério das Finanças (1801-1996). Estudo orgânico e funcional*. Lisboa: Ministério das Finanças/Gabinete do Ministro, 1996, p. 43-56.

Manuel dos Santos, funcionário superior desde a Monarquia Constitucional (e reformado em 1937!...), mal visto por alguns carbonários e maçons, sobressairá como um caso notável de longevidade e de maleabilidade política. Do Ministro dependiam ainda a Junta de Crédito Público, a Casa da Moeda, a Caixa Geral dos Depósitos e a Guarda Fiscal, composta por mais de cinco mil homens.⁽⁸¹⁴⁾ Era uma «máquina» pesada, servida por uma legião de funcionários, e de difícil gestão, para o que não bastava saber fazer contas...

Sidónio Pais possuía alguns atributos necessários, mas não sabemos se eles pesaram na escolha de Brito Camacho.

Uma «Pasta» pesada

A transferência de Sidónio da «pasta» do Fomento para a das Finanças do Governo presidido por Augusto de Vasconcelos não está bem esclarecida e ficará envolta em alguma névoa até surgirem eventualmente dados novos.

Em 1919 Brito Camacho confessou não ter dispensado a recondução ministerial de Sidónio, apesar da má vontade geral existente contra ele, mas condescendeu que *fôsse para o ministério das Finanças, indo para o Fomento um ministro democrático.*⁽⁸¹⁵⁾ Na sessão parlamentar de 16 de Novembro de 1911 justificou a escolha do amigo em resposta à insinuação de que a presença de Sidónio Pais no Fomento se devera apenas à força da amizade: *Unicamente por ser meu amigo? Não; mas porque sendo s. exa. uma inteligência superior e superiormente culta, e ao mesmo tempo um nobre carácter, tinha a certeza de que ele havia de adoptar do que eu fizera, aquilo que achasse bom, e havia de corrigir com superiores vantagens aquilo que achasse de mau. Doe-me muito, doe-me profundamente, não ver continuada a obra modesta, mas honrada que iniciei no ministério do Fomento, e também isso deve doer ao sr. Sidónio Pais, que, todavia, e de boa mente, se impôs ao sacrificio de ir para as Finanças logo que lhe fizeram ver que esse sacrificio era necessário.*⁽⁸¹⁶⁾

Estas palavras destoam das anteriores, mas também os respectivos contextos são diferentes e sabemos quanto isso pesava numa personalidade como a de Brito Camacho. O que interessa, porém, salientar é que o chefe unionista não adiantou as razões dessa escolha, nem tão pouco esclareceu se antes disso convidara Barros Queiroz, como conta o filho deste: *Com a maior naturalidade se exclui do número de candidatos ao alto lugar e Brito Camacho, então, recomenda ao seu amigo Augusto de Vasconcelos o nome de outro correligionário seu em quem «ainda» acredita — Sidónio Pais.*⁽⁸¹⁷⁾

Fosse por razões político-partidárias ou fosse por um inverosímil capricho afectivo de Brito Camacho (impor o seu amigo contra tudo e contra todos!), o certo é que

⁽⁸¹⁴⁾ Tratava-se de um efectivo importante ao qual Brito Camacho se referiu em sessão do Senado de 22 de Março de 1912 no seu habitual estilo trocista: *A força pública deixou de ser um braço, é um estômago.*

⁽⁸¹⁵⁾ Cf. CAMACHO, Brito — À Margem. *A Lucta*, de 18 de Setembro de 1919, p. 1.

⁽⁸¹⁶⁾ Cf. *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, de 16 de Novembro de 1911.

⁽⁸¹⁷⁾ Cf. QUEIROZ, Vasco de Barros — *Episódios da vida do político Thomé José de Barros Queiroz*, ob. cit., p. 206.

Sidónio Pais aceitou um encargo difícil e complexo, na medida em que seria obrigado a tratar das «jóias» da República — o Orçamento de 1911, preparado por Relvas e apenas continuado por Duarte Leite,⁽⁸¹⁸⁾ e o de 1912-1913. Portanto, dois e não um como erradamente tem sido reproduzido pela historiografia mais recente.⁽⁸¹⁹⁾

Enfim, um sacrifício... Termo usado, como se viu, por Camacho em S. Bento e pelo próprio irmão António da Silva Pais em carta remetida de Chinde, Moçambique:

Não te escrevi ainda depois que soube por telegramma official vindo de Lourenço Marques da recomposição ministerial e da tua nomeação para a pasta das Finanças. Nada sabendo do que se passou senão pelos jornaes, parece-me contudo que não foi sem sacrificio que acceitaste a pasta das Finanças, na occasião em que menos pesado te seria continuar na do Fomento em que já muito trabalho tinhas dispendido em pouco tempo, todos reconhecendo que farias obra util e depressa, ao passo que do sucessor nada se sabe ainda. Agora, oxalá a Nação comprehenda os sacrificios feitos pelos homens que a dirigem e os deixem trabalhar com socego. É o que o Paiz precisa para prosperar.⁽⁸²⁰⁾

Não há dúvida que os cerca de sete meses nas Finanças foram absorventes e desgastantes. Sidónio Pais não hesitou em confessar na Câmara dos Deputados e à imprensa não ter tempo para descansar; para se distrair e muito menos para se abstrair dos negócios públicos. Descontada a teatralidade e os assomos místico-patrióticos que lhe eram peculiares, compreende-se tanta preocupação e cansaço, porque nas Finanças é onde a porca sempre torce o rabo, como reconheceu irónico Braz Burity.⁽⁸²¹⁾

Numa das suas intervenções no Senado, em 27 de Dezembro de 1911, Sidónio Pais respondeu às observações que o senador Goulart de Medeiros tecera a propósito do Orçamento de 1911 e do respectivo *deficit* cifrado em mil novecentos e sessenta e seis contos de réis. No seu estilo didáctico e, por vezes, cru, enquadrou-o na história recente, na deformação estrutural da administração pública portuguesa, nos novos encargos criados pelo Governo Provisório, numa aplicação das suas reformas que devia ter sido gradual — e não de um só fôlego como se fez — e nas já bem visíveis capacidades saneadoras da gestão republicana:

Sr. Presidente: o illustre Senador que acaba de falar, fazendo a crítica do Orçamento, começou por acentuar que as duas cousas principais da administração pública são a questão financeira e a questão da instrução.

Estou adbsolutamente de acôrdo com S. Ex.ª

⁽⁸¹⁸⁾ Cf. *Diário das Sessões do Senado*, de 27 de Dezembro de 1911.

⁽⁸¹⁹⁾ No capítulo VII - *As Finanças públicas* do vol. XI da *Nova História de Portugal lê-se: Os dois primeiros orçamentos do novo regime, respectivamente para 1911-1912 (firmado por Sidónio Pais) e para 1912-1913 (Vicente Ferreira), foram superiores, é facto, àquele número (p. 243).*

⁽⁸²⁰⁾ Correspondência, Cartas da mãe e irmãos — Carta datada de 12 de Janeiro de 1912. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral).

⁽⁸²¹⁾ Cf. MADUREIRA, Joaquim — *Na «Fermosa estrivaria»*. (Notas d'um diário subversivo), ob. cit., p. 334.

Acho que a questão financeira é fundamental para o desenvolvimento da instrução pública; mas a questão financeira tem dificuldades muito grandes entre nós, pela herança que nos coube da monarquia.

Todos sabem que a nossa dívida, flutuante ou consolidada, é importantíssima.

A soma das duas dá-nos encargos muitíssimo grandes, que constam do Orçamento.

É só por si razão suficiente para que nós reformemos os nossos costumes e a nossa maneira de administrar (Apoiados).

Sr. Presidente: na ocasião de apresentar este Orçamento à Câmara dos Deputados, disse claramente a minha opinião a esse respeito.

Disse a traços ligeiros qual a nossa situação financeira, e os perigos que havia em não prover de remédio a essa situação difícil.

Que me parecia que haveria vantagem, embora o Governo não julgasse essa questão essencial para a sua vida administrativa, em discutir minuciosamente este Orçamento.

Não era um pedido de duodécimos que vinha aqui trazer.

Não tenho responsabilidade da oportunidade da apresentação deste Orçamento.

O Governo tomou conta das finanças do Estado apenas há um mês.

Não podia em menos tempo ter feito a revisão rápida do Orçamento, de maneira a apresentar o mais conscienciosamente possível este diploma à Câmara.

Daí resulta que não tem responsabilidade no retardamento que houve na apresentação do Orçamento.

O Governo não ousou pedir duodécimos. Apresentou a questão como estava.

Há vantagem em que este Orçamento se discuta? Sim.

Durante o tempo que decorreu de 5 de Outubro até à abertura das Constituintes, o Governo Provisório fez largas reformas, muitas das quais, nos seus traços fundamentais, terão de permanecer, mas sem dúvida nenhuma, e creio que todos estarão de acôrdo comigo, nesta parte, muitas trouxeram aumento de despesa. (Apoiados)

Disse o Sr. Senador Goulart de Medeiros que o Governo Provisório não apresentou às Constituintes o Orçamento porque, dizia-se nessa ocasião, uma das razões fundamentais era esse Orçamento trazer um deficit muito grande.

Disse-se também que havia desaparecido o deficit da monarquia e apparecera o deficit da República.

O Governo Provisório aumentou algumas despesas, é certo, mas é também certo que fez obras de beneficio para todos os serviços públicos; fez uma obra de reforma muito produtiva, e é claro que essa reforma não podia deixar de vir acompanhada de aumento de despesa. Isto não significa de forma nenhuma crítica aos actos do Governo Provisório; isto significa simplesmente a verdade.

É certo que o Governo Provisório cortou despesas improduttivas da monarquia; mas sem dúvida os novos serviços que criou trouxeram também encargos novos.

Acabou-se o deficit da monarquia, mas criou-se o deficit da República.

Eu disse na Câmara dos Deputados que me parecia conveniente a discussão deste Orçamento; mas nunca combati fundamentalmente as reformas do Governo Provisório. O que combati foi a oportunidade de as executar duma só vez.

Eu entendia que êsses decretos, essas leis se deviam ir executando lentamente, de maneira que os encargos que traziam para o Estado fôsem compensados pelos recursos do Tesouro.

Esta era a minha opinião a êste respeito, e creio que nesse momento era também a opinião do Govêrno.⁽⁸²²⁾

Andava, pois, às voltas com o deficit da República, quando foi apanhado também por outro tipo de imbróglis...

O mais saliente ficou conhecido pela questão de Ambaca⁽⁸²³⁾ e envolveu directamente o Ministro das Colónias, Freitas Ribeiro, um afonsista.

O deputado por Angola Caetano Gonçalves resumiu o caso num livro que publicou em 1914:⁽⁸²⁴⁾ por portaria de 16 de Dezembro de 1911 o Ministério das Colónias nomeava um tribunal arbitral para resolver o contencioso financeiro existente entre o Estado e a Companhia dos Caminhos-de-Ferro Através de África, sem obter a prévia autorização parlamentar e até sem a anuência do Conselho de Ministros e do Ministro das Finanças, que superintendia a escrituração das contas entre o Estado e a dita Companhia; e no mesmo diploma era proposto um ajustamento de contas em que exigindo o Estado um crédito não inferior a 5.000 contos e possuindo a Companhia outro, no montante de 12.000 contos, viria a diferença a ser paga por aquele, tornando-se para esse efeito arrendatário da linha no período restante da concessão (73 anos) e como tal obrigado a repor aos concessionários, nesse período e sob a forma de anuidades decrescentes, o equivalente a 35% do rendimento bruto avaliado na altura.⁽⁸²⁵⁾ Em suma, o Estado saldava, através dessa proposta de acordo, uma concessão deficitária, dando novo fôlego financeiro à Companhia para prosseguir o contrato de exploração.

A solução suscitou polémica no Parlamento e no seio do próprio Governo, que, a pedido de Sidónio Pais, reuniu na noite de 24 para 25 de Janeiro e considerou a portaria de Freitas Ribeiro ilegal.⁽⁸²⁶⁾

Na sequência dessa decisão colectiva o Ministro demitiu-se, propondo no dia seguinte um inquérito parlamentar às negociações feitas (a comissão foi nomeada a 27 de Janeiro, mas só a 8 de Fevereiro ficou definido o seu plano de trabalhos⁽⁸²⁷⁾) e a crise ministerial foi nesse mesmo dia 25 discutida no Parlamento.

⁽⁸²²⁾ Cf. *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, de 27 de Dezembro de 1911.

⁽⁸²³⁾ A *Ambaca* voltará, mais tarde, a ser notícia quando se atravessar nos horizontes próximos de Alves Reis, em Novembro de 1923. Perante a falta de resultados dos seus negócios coloniais em Moçâmedes foi obrigado a procurar saídas milagrosas...Ver MOTA, Francisco Teixeira da — *Alves Reis. Uma história portuguesa. Acto I — A Paixão por Angola*, ob. cit., p. 28-33.

⁽⁸²⁴⁾ Cf. GONÇALVES, Caetano — *A Primeira legislatura da republica portuguesa, 1911-1914. I — Idéas & factos. II — Discursos & conferencias*. Lisboa: Tipografia da Livraria Ferin Torres & C.ª, 1914, p. 59-74.

⁽⁸²⁵⁾ Ver *Ibidem*, I, p. 61.

⁽⁸²⁶⁾ No *Diário do Governo* foi publicada portaria conjunta dos Ministros das Finanças, Sidónio Bernardino Cardozo da Silva Paes, e da Justiça e Colónias, António Caetano Macieira Júnior; que declarava nulos os diplomas em discussão.

⁽⁸²⁷⁾ Nessa data Egas Moniz declinou o encargo de pertencer à comissão sendo substituído por Caetano Gonçalves (ver *Idem* — *A Primeira legislatura da república portuguesa, 1911-1914*, ob. cit., p. 64 e ss.).

O deputado Egas Moniz⁽⁸²⁸⁾ estranhou que o Governo desconhecesse as portarias do Ministério das Colónias e solicitou um esclarecimento categórico, ao que o Ministro das Finanças retorquiu de imediato: *S. ex.^a dá-me licença? É simplesmente para garantir solenemente, em meu nome, e, creio que o posso fazer, em nome de todos os meus colegas (apoiado do Sr. Presidente do Ministério) que nenhum dos membros do actual Govêrno teve conhecimento de qualquer das portarias senão antes de ontem, à noite, numa sessão do Conselho de Ministros, que foi impossível terminar nesse dia. E faço esta afirmação, solenemente, para que s. ex.^a, cuja lealdade eu folguei de conhecer todas as vezes que tratei com s. ex.^a, não parta mais, nas suas considerações, do princípio falso, de julgar que o Govêrno, ao publicar essa portaria, faltou aos seus solenes compromissos. Eu não tive conhecimento de nenhuma das portarias, nem da de 9 nem da de 15 do corrente mês, senão antes de ontem.*⁽⁸²⁹⁾

Estas palavras não dissuadiram Egas Moniz de insistir na ideia de que a portaria de 16 de Dezembro devia ser obrigatoriamente conhecida pelo Ministro das Finanças e se o fosse evitava-se resolver a questão como está sendo agora resolvida, acrescentando: *o orador diz que o Govêrno não soube, porque não quis saber, porque não cumpriu o dever indeclinável de ler, todos os dias, a Fôlha Oficial do próprio Govêrno, para conhecer dos assuntos importantes da conjunta acção ministerial.* Sidónio Pais comentou, célere, que *Não se julga na obrigação de ler portarias, decretos e diplomas que correm pelas outras pastas, em vista dum artigo da Constituição que diz que à responsabilidade de cada Ministro só a êle pertence.*⁽⁸³⁰⁾ A esta justificação hábil — parecida com a que dera ao Reitor da Universidade de Coimbra em 1907 a propósito da greve académica... — Egas Moniz reagiu dizendo *Não está — permita-se lhe o termo — deitando bolas para pegarem* e insistiu que a leitura do *Diário do Governo* era obrigatória para todo o cidadão português e principalmente para os Ministros da Nação.

Nesta fase do debate interveio o Presidente do Ministério para rebater as acusações do deputado pelo círculo de Estarreja e alegou em defesa sua e dos seus colegas que era *absolutamente impossível* a quem tem a seu cargo responsabilidades governativas controlar tudo o que saía na folha oficial. E o debate prosseguiu em torno desta falha governamental — o desconhecimento da portaria governamental — juntando António Granjo o seu protesto aos de Egas Moniz. Repisadas as suas razões, Sidónio Pais voltou a pedir a palavra e, substituindo-se ao Presidente do Governo, fez uma intervenção longa num visível esforço de clarificação. Fê-lo à sua maneira cortês, mas simples, franca e objectiva,⁽⁸³¹⁾ tendo no final suscitado o seguinte comentário do deputado Santos Moita: *Diz que se podia escusar de falar do brilhantissimo discurso do Sr. Ministro das*

⁽⁸²⁸⁾ Na sessão de 14 de Fevereiro de 1912 Egas Moniz voltou à carga e proferiu um discurso na Câmara dos Deputados em que, sob a rubrica *A Acta da Arbitragem* agravou a honra de Norton de Matos. O incidente provocou um duelo à espada francesa efectuado a 19 de Abril de 1912 pelas 13 h. na Estrada Militar, dossier *A Questão de Ambaca*. (Arquivo de Norton de Matos — Militar, Colonialista, Mação e Político).

⁽⁸²⁹⁾ Cf. *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, 25 de Janeiro de 1912.

⁽⁸³⁰⁾ Cf. *Ibidem*.

⁽⁸³¹⁾ Cf. *Ibidem*.

Finanças. Até parecia que S. Ex.^o, por êsse discurso, fôra quem levantara a questão política. Felicitava-o, mas pergunta por que foi que no espaço duma noite se subverteu um Ministro, o das Colónias, e a propósito sustenta os direitos do regime parlamentar, em que se está, devendo ser respeitadas todas as suas garantias. A questão é fundamental; é mesmo de honestidade política.⁽⁸³²⁾

Era uma questão abrasiva que haveria ainda de fazer correr muita tinta e de prolongar a celeuma... Note-se que ela larvou e explodiu nos meses de Dezembro e de Janeiro, período crítico de trabalhos e de discussões orçamentais.

Sidónio Pais na longa intervenção sobre a *questão Ambaca* proferida na sessão de 25 de Janeiro de 1912, na Câmara dos Deputados, aludiu às questões urgentíssimas que tinha entre mãos, desculpando-se de algum modo por não ter, de início, acompanhado o caso com a atenção necessária. Entre essas questões avultava a resolução urgente sobre a cobrança da contribuição predial, que o antecessor deixara em suspenso. Teve, por isso, de expôr na Câmara dos Deputados, presidida pelo camachista António Aresta Branco, e no Senado, presidido por Anselmo Braacamp Freire, a sua posição sobre esse e sobre outros assuntos, indo ao Congresso com frequência, mas sem conseguir satisfazer todas as chamadas.⁽⁸³³⁾

Num constante rodopio, Sidónio Pais compareceu, em 22 de Novembro, na Câmara dos Deputados, para se pronunciar com base nos elementos disponíveis — e que reconheceu serem poucos, dado o antigo descuido posto nas estatísticas industriais — sobre os encargos implicados num projecto relativo a acidentes de trabalho.

Cerca de doze dias mais tarde, na mesma Câmara, enfrentou as reacções suscitadas pelo seu projecto-lei n.º 18, dividido em quatro artigos que fixavam o lançamento e cobrança da contribuição predial do ano de 1911 por percentagens equivalentes às de repartição e demais taxas aplicadas nos lançamentos de 1910, sendo mantidas as isenções dispostas pelo artigo 2.º do decreto de 4 de Maio de 1911.

Na prática, o projecto consistia em aplicar para o primeiro semestre o processo antigo de repartição na cobrança e para o segundo o moderno princípio da cotidade progressiva, estipulado pelo citado decreto do Governo Provisório e considerado politicamente mais justo. Barros Queiroz afirmou-o plenamente: *é a base para a reforma das finanças do nosso paiz e assenta num principio moral e justo*, porquanto penalizava, como já referimos atrás, os grandes proprietários rurais em favor das classes médias urbanas. Na discussão que se seguiu participaram alguns deputados, nomeadamente França Borges, céptico quanto à exequibilidade do projecto ministerial. O director d'*O Mundo* estava preocupado apenas com os efeitos políticos da medida e os créditos da República entre as camadas sociais que a apoiavam. Lembrou, como exemplo negativo para o novo regime, a contribuição de rendas de casa,⁽⁸³⁴⁾ em que a *Direcção das Contribuições*

⁽⁸³²⁾ Cf. *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, 25 de Janeiro de 1912.

⁽⁸³³⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — Sidónio e sidonismo. *História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 544.

⁽⁸³⁴⁾ Cf. *Diário das Sessões do Senado*, de 29 de Fevereiro de 1912, p. 6, dossier *Contribuição de rendas de casa*. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Ministério das Finanças).

Directas tem procedido por forma tal, que bem parece que o seu fim é criar inimizades à Republica, o que de resto não é muito para estranhar, sabendo que há ali empregados que declaravam, a quem os queria ouvir, pouco antes da proclamação da República, que se ela um dia viesse a Portugal seria necessário emigrar.⁽⁸³⁵⁾

Chamado à liça, Sidónio Pais defendeu o pessoal do seu Ministério e prestou mais alguns esclarecimentos a França Borges, insistindo que concordava com a filosofia do decreto de 4 de Maio, mas não estava disposto a arcar com a responsabilidade de não ser feita a tempo a cobrança da 1.^a prestação, eventualidade que os seus funcionários consideravam um *grande prejuízo para o Estado*. Não hesitou, por isso, em endurecer o discurso, ameaçando com a demissão: *Ele é que, como Ministro das Finanças, declara que, se não for aprovado este projecto ou outro que dê os mesmos resultados, abandonará imediatamente o seu lugar, pois não quer incorrer na responsabilidade de se poder perder uma receita de 3.000.000\$000 réis, que a tanto monta, aproximadamente, a importância da primeira prestação. E deve dizer, que já alguma se tem perdido, porque muitos cofres não poderão abrir no dia 1 de Janeiro, e alguns até só abrirão em Fevereiro.*⁽⁸³⁶⁾ Pelo meio do debate sobram referências e explicações ao estado dos trabalhos necessários para a cobrança, problema complicado dada a diferença do novo sistema em relação ao anterior. Para o Ministro, a Direcção Geral das Contribuições Directas estava empenhada e bem preparada para a execução da tarefa, embora reconhecesse que isso implicava um acréscimo considerável de horas de trabalho, que viriam, aliás, a ser compensadas através de gratificações e horas extraordinárias, como se verifica pelas ordens de pagamento publicadas no jornal oficial.

Iniciada na Câmara dos Deputados nos alvares de Dezembro a discussão de um projecto tão controverso, por ferir os interesses dos proprietários de prédios rústicos e pela sua forte carga política, arrastou-se por várias sessões da Câmara e do Senado a ponto de Sidónio Pais não esconder perante os senadores, na sessão de 15 de Abril, uma profunda impaciência pelo enorme atraso na indispensável aprovação da proposta.⁽⁸³⁷⁾

Paralelamente a esta delicada questão correu, em duas fases, o processo orçamental, com uma primeira apresentação das contas de 1911 e, dentro do previsto constitucionalmente, uma segunda para as verbas do exercício de 1912-1913.

O artigo 54 da Constituição de 1911 estipulava que o Ministro das Finanças apresentasse o Orçamento Geral do Estado na Câmara dos Deputados durante a primeira quinzena de Janeiro de cada ano, tendo Sidónio Pais conseguido fazê-lo no último dia do prazo fixado por lei.⁽⁸³⁸⁾

Para o estudo e confecção das propostas orçamentais Sidónio Pais pediu ajuda, logo que tomou posse da «pasta» das Finanças, aos seus dois velhos amigos e colegas

⁽⁸³⁵⁾ Cf. *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, de 2 de Dezembro de 1911.

⁽⁸³⁶⁾ Cf. *Ibidem*.

⁽⁸³⁷⁾ Cf. *Diário das Sessões do Senado*, de 15 de Abril de 1912, p. 9.

⁽⁸³⁸⁾ Cf. *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, de 15 de Janeiro de 1912; e ver *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, de 27 de Dezembro, p. 18.

de Faculdade, Henrique de Figueiredo e Luciano Pereira da Silva. Este não tardou na resposta através de carta com informes úteis.⁽⁸³⁹⁾

Uma carta duplamente interessante: por um lado, confirma o modo habitual como Sidónio Pais se preparava para o desempenho das tarefas e dos compromissos que assumia; e, por outro, introduz uma perspectiva inovadora em Portugal que era a de fundar a orçamentologia em bases de cálculo matemático e probabilístico, aplicado, aliás, de forma pioneira por Luciano Pereira da Silva aos seguros. As questões financeiras eram, assim, abordadas por um prisma diverso daquele *em que é mestre o Leroy-Beaulieu do nosso Assis*⁽⁸⁴⁰⁾ da Faculdade de Direito de Coimbra, pelo qual Afonso Costa aprendera, aliás, a fazer os seus cálculos e deduções.

Aproveitando os ensinamentos que colheu na bibliografia fornecida e recomendada, Sidónio Pais criou rubricas novas e explicitou melhor certas matérias, além, evidentemente, do registo das novas receitas e das novas despesas. As verbas das receitas ficariam distribuídas por dez grandes rubricas: (a) contribuições e impostos directos; (b) registo e selo; (c) impostos indirectos; (d) impostos para barras e portos artificiais (a que depois se juntou a farolagem); (e) exclusivos, rendas fixas e participação nos lucros; (f) bens próprios nacionais e diversos rendimentos; (g) juros e dividendos de capitais, acções e obrigações de bancos e companhias; (h) reembolsos e reposições; e (i) serviços com rendimentos próprios, e explorações por conta do estado (serviços autónomos).⁽⁸⁴¹⁾ Definida a estrutura restava, porém, o mais intrincado: o acerto de contas por forma a debelar o crónico *deficit*. Pelo método financeiro de Sidónio Pais o Orçamento de 1912-1913 aparecia com um *deficit* de 3.499.114\$491 réis. Estava lançado o debate no Congresso da República e, através da imprensa, na opinião pública.

Na Câmara dos Deputados o Ministro das Finanças, após o discurso preliminar e a leitura do relatório da proposta orçamental em debate, deteve-se a explicar, de forma técnica e também didáctica, como aumentara as receitas e conseguira diminuir as despesas. Na sua longa exposição começou por esclarecer críticas surgidas a propósito do anterior Orçamento pela inclusão de uma verba de dois e tantos contos de réis procedentes da amoedação da prata, inclusão criticada não só por ser pretensamente ilegítima, mas também não susceptível de realizar-se durante o respectivo ano económico. Considerou tais críticas exageradas e defendeu-se dizendo que a inclusão da dita verba decorria simplesmente do cumprimento da lei da amoedação da prata decretada pelo Governo Provisório. Mas não cingiu a este ponto a sua defesa do Orçamento anterior; refutando outro reparo feito sobre a maneira como teriam sido calculadas as receitas. A refutação incidiu sobre aspectos técnicos do cálculo para a contribuição de registo em comparação com o sistema de outros países.

⁽⁸³⁹⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro do Fomento e das Finanças). Carta de 13 de Novembro de 1911. Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 547.

⁽⁸⁴⁰⁾ Doutor António de Assis Teixeira Magalhães (1850-1914). Ver RODRIGUES, Manuel Augusto — *Memoria professorum universitatis conimbragensis, 1772-1937*, ob. cit., p. 159.

⁽⁸⁴¹⁾ Cf. MARQUES, A.H. de Oliveira (coord.) — Portugal da monarquia para a república, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira — *Nova história de Portugal*, vol. XI, ob. cit., p. 247.

Uma desenvolvida lição rematada pelo reconhecimento de que o cálculo adoptado pode falhar; mas só depois de dois ou três anos de cobrança é que seria possível *ter elementos para saber quanto é que se há-de inscrever para contribuição de registo, por título gratuito*. Garantiu, de seguida, que tivera todo o *escrúpulo nos cálculos das receitas do orçamento anterior*. *Suponho que eles não falharão, pelo menos em diferenças importantes*. E, entre as considerações com que prosseguiu esta longa exposição, assumem particular interesse as que dedicou ao problema da revisão das leis orçamentais, fundamental para que o combate ao *deficit* pudesse resultar eficaz. Foi muito claro quanto a este ponto e antecipou o alerta para um imperativo que Afonso Costa conseguirá resolver — a aprovação da *lei travão* e a contensão de despesas públicas — declarando que não se devia continuar a cobrir os *deficits* pelos processos seguidos até então (palavras que suscitaram alguns *apoiados*): em vez do processo da venda de títulos ou de empréstimos para que esses títulos servissem de caução (empregue ainda no Orçamento de 1911), o Governo defendia a cobertura do *deficit* através da apresentação de propostas fazendárias destinadas a criar receitas, e pelos diversos Ministérios propostas destinadas a reduzir despesas *a fim de que, pelos dois meios combinados, o da criação de novas receitas e o de diminuição de despesas, alterando convenientemente as leis, chegarmos ao equilíbrio do orçamento ou a muito próximo disso, porque é claro que o meio a que se tem recorrido em Portugal para extinguir o deficit não é legítimo*. Quando se trata de grossas quantias, *poderá admitir-se ainda por algum tempo, enquanto não conseguirmos refazer a nossa vida nacional completamente*. E em jeito de conclusão insistiu que o Governo não fechava o debate orçamental, pretendia-o até uma *questão aberta* para que a meta essencial viesse a ser atingida: *reduzir o deficit a uma pequena soma, ou porventura mesmo conseguir o equilíbrio do orçamento; está nisso disposto a colaborar com a Câmara, considerando esta questão do orçamento como questão aberta (Apoiados) e esperando que a Câmara lhe revelará as faltas que possa haver neste documento, que não apresenta como definitivo, éle próprio durante a discussão proporá modificações constantemente e aceitará todas as idéias que a Câmara lhe apresentar a êsse respeito*.⁽⁸⁴²⁾

A Câmara através da sua Comissão de Finanças apresentou um parecer de que foi relator o especialista na matéria e destacado membro unionista, Thomé de Barros Queiroz.⁽⁸⁴³⁾

Nesse interessante documento, os deputados subscritores começaram por lamentar não ter sido possível encerrar o exercício de 1912-1913, *com um défice inferior a réis 3.500 contos*, porque tal proeza seria *um grande passo dado para a nossa regeneração financeira*. É que havia um princípio político e ético a ter sempre presente: *Os Orçamentos elaborados pelos Governos da República devem diferenciar-se dos que, quási normalmente eram aprovados pela monarquia com a certeza de que não seriam cumpridos*.⁽⁸⁴⁴⁾ Acabavam, no entanto, por concordar com as intenções das Finanças e do Governo quanto a

⁽⁸⁴²⁾ Cf. *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, de 15 de Janeiro de 1912.

⁽⁸⁴³⁾ Além deste deputado compunham a Comissão Inocêncio Camacho Rodrigues, Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães, Álvaro de Castro, José Barbosa e Tito Augusto de Moraes.

⁽⁸⁴⁴⁾ Cf. QUEIROZ, Vasco de Barros — *A República de 5 de Outubro de 1910 a Maio de 1926 e a acção política de Thomé José de Barros Queiroz*, ob. cit., p. 223-224.

um método rigoroso e legítimo de cobrir o *deficit*, lembrando que *É preciso radicar no espírito dos funcionários do Estado que as verbas votadas são apenas previsões de despesa e não verbas para integralmente se gastarem.*⁽⁸⁴⁵⁾

À volta de um parecer pacífico, a discussão na Câmara decorreu globalmente amena. O mesmo, porém, não se passou no Senado, cuja Comissão de Finanças, liderada pelo senador Tomás Cabreira, propôs que o *deficit* inscrito fosse de 5.010 contos e não 3.499 como constava da proposta governamental. E a Comissão foi mais longe ao acusar o Ministro das Finanças de ter avolumado as receitas para diminuir o *deficit*, ao que Sidónio respondeu de frente: *não lhe fez a justiça de acreditar que, não só nesta verba como em muitas outras, podia ter marcado as receitas aumentadas, para que o deficit aparecesse reduzido a 2.500 contos de réis ou menos, o que seria facilimo, se eu seguisse os processos usados pelos orçamentólogos no tempo da monarquia. Se eu seguisse estes processos ou os que mais ou menos se usam em toda a parte, poderia ter ido a muitas das verbas de receita, sem que pudesse ser acusado de as ter avolumado, e aumentá-las, reduzindo o deficit. Mas não o quis fazer, porque entendo que a primeira qualidade que deve ter um Orçamento é a sinceridade e este Orçamento, Sr. Presidente, se peca, desejo dizê-lo aqui com toda a energia, é pela sinceridade com que foi feito.*⁽⁸⁴⁶⁾ Era a sua palavra e o seu modo de estar na *res publica*, que temos vindo a conhecer e a confirmar ao longo deste trabalho, contra as suspeições da Comissão e, em concreto, as dúvidas postas por Tomás Cabreira, que sugeriu mesmo a eliminação e a diminuição de diferentes verbas de receita. Sugestão que Sidónio Pais se apressou a rotular de inconveniente: *isso seria lançar um pânico no país que nos podia ser inteiramente prejudicial, e está absolutamente fora de tudo que é razoavel e racional e de tudo que é indicado como forma de calcular orçamentos.*⁽⁸⁴⁷⁾ Fragmentos de uma discussão ainda acesa em finais de Maio, espinhosa e difícil de tornear...

Sem sair da arena do Congresso teve ainda Sidónio Pais, ao longo do exercício das suas funções ministeriais, de se pronunciar sobre outras matérias, para além das atrás referidas.

Numa sessão do Senado, em 22 de Janeiro 1912, coube-lhe dar resposta à interpelação de Artur Costa, irmão de Afonso Costa, aludindo no final a uma outra questão, para a qual aquele deputado dera de passagem um breve contributo. Referiu-se, então, ao processo de inquérito aos adiantamentos à Casa Real, questão escaldante nos últimos anos da Monarquia Constitucional e sobre a qual, no seu Ministério, lhe disseram que *não existia lá nenhum relatório acerca dos adiantamentos à extinta casa real, e, informando-me depois, foi-me dito que esse relatório tinha ido para a Assembleia Nacional Constituinte. Vejo, agora, pela informação do Sr. Artur Costa, que ele está já no Conselho Superior da Administração Financeira do Estado e, portanto, muito bem entregue.*⁽⁸⁴⁸⁾

Um mês e meio depois, também no Senado, pedia urgência na aprovação de um projecto-lei pelo qual o Governo pretendia autorização parlamentar para a abertura de

⁽⁸⁴⁵⁾ Cf. QUEIROZ, Vasco de Barros — *A República de 5 de Outubro de 1910 a Maio de 1926 e a acção política de Thomé José de Barros Queiroz*, ob. cit., p. 224. Ver também p. 224 e ss.

⁽⁸⁴⁶⁾ Cf. *Diário das Sessões do Senado*, de 20 de Maio de 1912.

⁽⁸⁴⁷⁾ Cf. *Ibidem*.

⁽⁸⁴⁸⁾ Cf. *Ibidem*, de 22 de Janeiro de 1912.

um crédito especial para a compra de carvão até oitenta mil réis. A greve dos mineiros, em curso na Inglaterra, obrigava a tomar precauções no sentido do reforço da grande reserva de carvão que através de diversos Ministérios tinha sido já assegurada.

Em sessão de 15 de Fevereiro de 1911, na Câmara dos Deputados, afirmou que a *liberdade dada aos capitais, tem originado terríveis kraks*, partilhando, assim, as reservas crescentes, no seio do republicanismo português e na maioria dos países capitalistas dos alvares do séc. XX, contra o clássico e aparente não intervencionismo económico do Estado liberal. Como observou Jean Hilaire, o liberalismo nunca fez desaparecer totalmente a intervenção estatal na economia, antes orientou a acção estatal em certas direcções bem determinadas de acompanhamento ou de protecção, de estímulo ou mesmo de acção directa no incremento das infraestruturas essenciais. Percebe-se, pois, que as bases gerais de um novo intervencionismo permaneceram latentes, bastando, para que se tornassem efectivas e predominantes, a eclosão de conflitos mundiais e crises económicas, como as ocorridas na primeira metade deste século, propícias à adopção de políticas dirigistas e de meios administrativos e regulamentares correspondentes.

Em 1 de Junho, na Câmara dos Deputados, apareceu a defender um projecto-lei que permitia ao Presidente da República o arrendamento de um anexo ao Palácio de Belém para sua residência. Aos que diziam ser essa proposta inconstitucional contrapôs o argumento de que *a Constituição não permite é que se dê algum palácio para cómodo pessoal, ao Presidente da República, mas de maneira nenhuma se opõe ao arrendamento*. E interrogou a Câmara em tom incisivo: *Eu pergunto porque é que nós havemos de ir restringir ao Sr. Presidente da República um direito que a Constituição dá a todos os cidadãos*. E numa rápida inflexão retrospectiva, salvaguardando o flanco de algum ataque inesperado, acrescentou: *Lembro-me dessa discussão, e aproveito a ocasião para dizer que votei, como o Sr. Afonso Costa, contra a cedência do palácio real ao Presidente da República, mas não votei contra o arrendamento de qualquer edificio do Estado para habitação do Presidente da República. Seria coartar a um cidadão um direito, que pertence a todos. A Constituição não diz isso.*⁽⁸⁴⁹⁾

A presença, sempre apressada, no Congresso constituiu apenas uma das facetas visíveis da actividade de Sidónio Pais como Ministro das Finanças. Muito do seu tempo, como teve o cuidado de confessar aos deputados e senadores e à própria imprensa, foi consumido na Praça do Comércio, sede, ainda hoje, do Ministério, em contacto regular com os Directores-Gerais e mais pessoal superior, dando despacho e atenção a todas as matérias que lhe iam sendo apresentadas ou que ele próprio, por qualquer motivo, tomava a iniciativa de avocar a si. Além disso havia ainda os convites para cerimónias públicas e privadas e os inúmeros pedidos de audiência por parte das mais distintas pessoas⁽⁸⁵⁰⁾ e entidades, entre as quais há a referir uma delegação maçónica da Loja Madrugada que reclamava justiça para um Irmão (António Santos, empresário do Co-

⁽⁸⁴⁹⁾ Cf. *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, de 1 de Junho de 1912.

⁽⁸⁵⁰⁾ Pelos cartões de visita deduz-se ter-se entrevistado com André Joucla, da Casa Joucla & C.^a de Bourdésus (16, Cours du Chapeau Rouge) e Edmond J. Frewen, associado àquele e à empresa Inglesa *Cocoa Estates and Products Syndicate, Limited*, que propôs as condições para fazer um empréstimo ao Governo português tendo por garantia as colónias; e ainda James R. Gilman (Vila Ralph, Mont'Estoril).

liseu de Lisboa), alegada vítima do iníquo critério do Director-Geral das Contribuições e Impostos.⁽⁸⁵¹⁾ Uma agenda cheia...

Como o próprio dizia, não tinha tempo sequer para repousar: O *Século*, de 19 de Maio de 1912, registou o desabafo, que foi logo lido em Caminha por uma mãe angustiada. Sem demora, escreveu umas linhas recheadas de conselhos e de cuidados:

Meu querido filho

Como estás? Causou-me profunda sensação o que li hontem no Seculo e que tu respondeste nas camaras a um deputado, que nem comes, nem dormias, nem passeavas, por causa do grande trabalho e deveres do teu cargo. Não imaginas meo querido filho a afflicção que isto me causa, e peço-te por tudo que mais presas n'esta vida, que logo que possas, não se prejudicando a tua dignidade, deixes esse inferno pois nunca encontrarás quem te agradeça o estares n'esse lugar, só unicamente para servir o paiz, podendo da mesma forma servi-lo fora d'elle, mas sem as responsabilidades que presentemente tens.

Deixa isso para os ambiciosos de grandesas e do poder, pois tenho absoluta certesa que esse logar só te dará trabalho e desgostos porque todos aquelles que querem ser rétos encontrao sempre muitas deficuldades na vida, porque o mundo é maol!

O que te recomendo é que tenhas cuidado com a saude, pois sem ela, nada tem valor para os viventes. Aceita um abraço e mil saudades de tua mai muito amiga

Logo que possas espero duas linhas tuas que muito aprecio.⁽⁸⁵²⁾

No Gabinete do Ministro entrou e circulou, de facto, muita informação, mas de que nos restam, hoje, escassos fragmentos na forma de dossiers, de documentos avulsos e até de recortes de imprensa preparados pela conhecida empresa *O Argus da Imprensa. Escriptorio da Agencia Nacional*. Convém ainda referir que na qualidade de cidadão a desempenhar funções governativas Sidónio Pais recebeu documentação diversificada, como foi o caso da carta de Luciano Pereira da Silva atrás citada, duas cartas do camarada de armas Álvaro Ferreira Viegas interessado em conseguir do Ministro da Guerra colocação em Aveiro ou o de uma brochura sobre uma apelação crime em que o apelante era um ex-capitão de Artilharia Luís Augusto e apelado o Ministério Público.⁽⁸⁵³⁾ Merece também destaque uma carta do cunhado Aníbal Martins Bessa, sempre preocupado em melhorar a sua situação profissional e sobretudo remuneratória, em que alude à

⁽⁸⁵¹⁾ Correspondência, Ofício de 6 de Março de 1912. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsistema Ministério das Finanças).

⁽⁸⁵²⁾ Correspondência, cartas da Mãe e Irmãos. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral). Tem interesse referir que a carta foi logo respondida, como se infere pelo R a lápis escrito na primeira página.

⁽⁸⁵³⁾ FERNANDES, Francisco — *Tribunal da Relação de Lisboa. Appelação crime. Apellante Luiz Augusto Ferreira, ex-capitão d'Artilharia. Appelado O Ministerio Publico. Um julgamento(?)... nas Trinas! Minuta feita pelo advogado...* S.l.: s.n., [1912]. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro do Fomento e das Finanças).

possibilidade de ser nomeado interinamente juiz de investigação e de assumir funções de Comissário junto da Companhia dos Caminhos-de-Ferro através de África (Ambaca) por nomeação de Sidónio Pais, Ministro das Finanças.⁽⁸⁵⁴⁾

Entre a documentação oficial encontramos um dossier sobre a *Companhia dos Phosphoros. Exportação*, organizado ainda quando José Relvas era Ministro das Finanças e que ficou esquecido nalguma gaveta ou estante, não indo, por isso, com várias dezenas de processos para a Casa dos Patudos, em Alpiarça, onde ainda se conserva o acervo arquivístico produzido por aquele político durante a vigência do Governo Provisório da República. Igual procedimento deve ter tido Duarte Leite, levando para casa o Arquivo do Gabinete do Ministro. E Sidónio seguiu a regra... Não surpreende, pois, que o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças não possua documentação ministerial do período da 1.ª República!...

Desmembrado, mas de fácil reconstituição, estava o dossier dos *Empréstimos*, composto por diferentes propostas de potenciais investidores — capitalistas e banqueiros — e umas notas avulsas sobre as disposições contratuais de uma proposta ou projecto- -lei a apresentar no Parlamento. A operação de dois empréstimos — um de dois mil e quatrocentos contos e o outro de quatro mil contos de réis — era pouco original e visava alcançar um equilíbrio orçamental definitivo, articulada com propostas fazendárias a apresentar oportunamente ao Congresso. Entre as sociedades interessadas contam-se *The Cocoa Estates and Products Syndicate, Limited*, Paulo Alves da Cunha, Carlos Alves da Cunha & C.^a da Fábrica Vulcano e um grupo representado pelo Barão de Inhaca, com o qual decorreram negociações directas. Na proposta de Mr. Edmond J. Frewen e André Joucla (representantes da firma *The Cocoa Estates*) era claramente assumido o interesse pelo desenvolvimento comercial das colónias portuguesas,⁽⁸⁵⁵⁾ num sentido inverso ao das bases contratuais acordadas com o grupo do Barão d'Inhaca.⁽⁸⁵⁶⁾ As negociações pareciam bem encaminhadas e assentavam no estudo para um contrato definitivo⁽⁸⁵⁷⁾ elaborado pelo Ministério, mas a queda do Governo em inícios de Junho significou também a queda do negócio...

Refira-se ainda que do Ministério do Fomento transitou para o das Finanças, devido a óbvias implicações fiscais, uma minuciosa exposição do engenheiro Daniel Gomes d'Almeida, da Direcção das Obras da Barra e Ria de Aveiro, com data de 19 de Outubro de 1911, em que traçava o historial do processo desde o início, referia os estragos e as reparações indispensáveis e propunha como forma de se obter as verbas necessárias para que fosse corrigida e melhorada a cobrança do imposto do real de água (o velho imposto tributado sobre a carne e vinho) e da barra ou real da barra, sujeita, desde 1887, a uma prática fraudulenta que provocara a diminuição da receita e era devida ao

⁽⁸⁵⁴⁾ Correspondência, Carta de 1 de Junho de 1912. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsecção Ministro do Fomento e das Finanças).

⁽⁸⁵⁵⁾ Dossier [Empréstimos], Ofício assinado por André Joucla de 25 de Março de 1912. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsistema Ministério das Finanças).

⁽⁸⁵⁶⁾ Dossier [Empréstimos], Carta de 13 de Março de 1912. (*Ibidem*).

⁽⁸⁵⁷⁾ Cf. *Ibidem*.

sistema das avenças, que deixava ao vendedor a liberdade de declarar o quantitativo dos géneros sobre que incidia esse imposto.

Na sequência da acção executiva que esboçamos foi produzido um rol de medidas legislativas, lavradas no *Diário do Governo*, das quais podemos destacar algumas que melhor ilustram as preocupações técnicas e políticas de Sidónio Pais.

Dando continuidade à reforma monetária decretada por José Relvas (decreto de 22 de Maio de 1911) emitiu a portaria de 29 de Novembro de 1911, que ordenava a amoedação em moedas de 50 centavos até vinte toneladas de prata, disposição reforçada pela portaria de 30 de Dezembro e por um novo diploma, em 10 de Janeiro, que abria concurso para a apresentação dos modelos das novas moedas. Mas estas demorariam ainda muito tempo a entrar em circulação. No que respeita às moedas em prata, as providências tomadas na sua maioria pelo 2.º Governo constitucional possibilitaram o começo da cunhagem, iniciada pelas moedas de 50 centavos, com utilização para isso da prata existente na Casa da Moeda e de outra mandada adquirir; bem como da prata das antigas moedas recolhidas para o efeito.⁽⁸⁵⁸⁾ Por diploma de 27 de Dezembro de 1911 mandou elaborar um relatório sobre os serviços agrícolas em Itália, a fim de servir de base às estatísticas agrícolas portuguesas.

Empenhou-se, também, num projecto-lei controverso sobre o aumento da pauta aduaneira, que se destinava a corrigir a instabilidade cambial e a própria pauta de 1892, tida por proteccionista, mas que só o era em alguns casos. O projecto preparado⁽⁸⁵⁹⁾ e apresentado por Sidónio Pais ia claramente de encontro aos interesses da Associação Industrial de Lisboa e hostilizava os interesses da Associação Comercial, cuja Secção especializada em Finanças elaborou um parecer confidencial que evoca os motivos negativos expendidos em 1904 contra o regime de excepção para o pagamento dos direitos de importação. Num longo ofício de 8 de Abril de 1912 dirigido ao Ministro das Finanças, a Associação Industrial não hesitou em pôr-se ao lado do Governo porque entendia que *d'ella beneficos effeitos podem resultar para a economia geral do paiz, vem declarar-se ao lado de V. Ex.ª incitando-o a que o Governo empregue os seus esforços para que ainda na presente sessão legislativa ella se converta em lei do paiz. Havendo no nosso regimen pautal direitos ad valorem e direitos específicos já aquelles effectivamente estão sendo pagos em ouro visto que incidem sobre os valores das mercadorias que em ouro são estabelecidos, emquanto que os direitos especificos são cobrados em moeda portuguesa. Ha portanto um regimen de desigualdade a que o pagamento dos direitos em ouro vem pôr cobro.*⁽⁸⁶⁰⁾ Pela imprensa correu a sensação de um generalizado apoio à iniciativa do pagamento em ouro dos direitos alfandegários, que reflectia sobretudo a antiga e forte vaga proteccionista à produção industrial portuguesa com que certos fomentistas da

⁽⁸⁵⁸⁾ Ver sobre o assunto PERES, Damião — *História de Portugal. Suplemento*. Porto: Portucalense Editora, 1954, p. 506. Sobre a atenção que Sidónio Pais dispensou a este assunto é muito elucidativo o dossier *Prata* existente no Arquivo de Sidónio Pais – Subsistema Ministério das Finanças.

⁽⁸⁵⁹⁾ Dossier [Projecto-lei sobre o pagamento em ouro dos direitos de importação]. *Ibidem*.

⁽⁸⁶⁰⁾ *Ibidem*. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsistema Ministério das Finanças).

República se achavam comprometidos, embora tenha sido necessário esperar por 1925 para que, então, o Governo do engenheiro António Maria da Silva publicasse a pauta de 1923, mais *proteccionista do que qualquer das anteriores e que, sem dúvida alguma, favoreceu a expansão industrial portuguesa a partir dos finais da década de Vinte.*⁽⁸⁶¹⁾

Na sequência da atenção prestada às reclamações do sector industrial inclui-se ainda a nomeação, como consta do *Diário do Governo* de 15 de Março, de uma comissão para estudar as alterações necessárias ao regime de fiscalização das sociedades anónimas e composta, entre outros, por Tomé de Barros Queiroz e Alfredo da Silva, da CUF, então presidente da Associação Industrial de Lisboa. E, por último, refira-se o louvor aos oficiais e praças da Guarda Fiscal, pela acção repressiva das greves de 29, 30 e 31 de Janeiro de 1912, lavrado na portaria de 12 de Fevereiro de 1912.

Enfim, amostras díspares do desempenho ministerial de Sidónio Pais, que confirmam muitos dos seus traços de personalidade e do seu comportamento político. Mas o juízo crítico do desempenho concreto nas Finanças foi feito pelo ex-presidente do 2.º Governo e recém-empossado Ministro dos Negócios Estrangeiros do 3.º Governo em carta para o seu amigo João Chagas e há muito publicada. Vasconcelos toca aí vários temas e um deles é o balanço impressionante de sete meses de governação: *Tive um Ministério péssimo, você bem o sabe. Não tinha senão um Ministro da Guerra a trabalhar bem e o da Marinha a não fazer mal, porque... não há Marinha! Dos outros, os melhores, Macieira e Sidónio, estenderam-se, um porque fez de mais, outro porque fez de menos. De modo que eu estive sete meses a trabalhar e a saltar por cima de complicações e de crises temíveis, dando a toda a gente a impressão de que não fazia nada!*

De Lisboa para Berlim

Na mesma missiva Vasconcelos comentou que *O Sidónio quer ir para Berlim. Não tenho remédio senão deixá-lo ir. Mas é uma má aquisição, porque lhe faltam os dotes indispensáveis, sobretudo a maleabilidade indispensável. E eu não tenho outro para lá pôr,*⁽⁸⁶²⁾ *Faltavam-lhe os dotes indispensáveis e a maleabilidade indispensável?!... Dotes intelectuais e culturais ou mais propriamente certos truques e manhas do métier? E que tipo de maleabilidade? A nível do trato pessoal e/ou da performance ideológico-política?*

É possível que Augusto de Vasconcelos receasse a inexperiência e a ingenuidade do capitão artilheiro e lente catedrático que se candidatava a diplomata, e deu-lhe instruções precisas para causar a melhor impressão na difícil Côrte do Kaiser Guilherme II e da Chancelaria do II Reich. Sidónio não só se dispôs a seguir disciplinadamente, como era seu timbre, a orientação dada, como se manterá apegado à linha programática gizada por Brito Camacho na banca de *A Lucta*,⁽⁸⁶³⁾ no Palácio Azambuja, ao Largo do Calhariz.

⁽⁸⁶¹⁾ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) — Portugal da monarquia para a república, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) — *Nova história de Portugal*, vol. XI, ob. cit., p. 120.

⁽⁸⁶²⁾ Cf. *Correspondência literária e política com João Chagas*, vol. 2. Lisboa: Editorial Notícias / Empresa Nacional de Publicidade, 1957, p. 130-131.

⁽⁸⁶³⁾ Cf. CAMACHO, Brito — À Margem. *A Lucta*, de 18 de Setembro de 1919, p. 1.

Se tomássemos à letra o desabafo do melómano Augusto de Vasconcelos, concluiríamos, porventura, que ele foi o maestro de uma orquestra desafinada e farto de tantas fífias pediu a demissão em 5 de Junho!⁽⁸⁶⁴⁾ Mas o certo é que nos registos do Congresso da República e na letra redonda da imprensa, ficou a valer o lacónico e ambíguo argumento da falta de apoio parlamentar: Pelo meio caíram esquecidas as mil e uma razões da política...

Com o Governo demissionário surgiram ainda certos compromissos a que os governantes não podiam faltar: Encontrava-se em Lisboa a Comissão extraordinária enviada à Europa pelo Presidente dos Estados Unidos da América, William Howard Taft (1909-1913), a fim de confirmar aos Governos europeus os convites para a *Exposição Internacional Panamá-Pacífico* prevista para 1915 por ocasião da abertura do Canal do Panamá. No dia 7, a Comissão foi recebida na Sociedade de Geografia de Lisboa e no Palácio de Belém. Por seu turno, a Associação Comercial de Lisboa tomou a iniciativa de convidar as autoridades, nomeadamente o Ministro das Finanças, para um passeio pelo porto de Lisboa e *lunch* a bordo do *Aviso 5 de Outubro* em honra da dita Comissão, com embarque no Posto de Desinfecção às 11 horas de Sábado, dia 8.

No dia 16 de Junho de 1912 tomava finalmente posse o 3.º Governo, ainda e sempre de concentração, presidido por Duarte Leite, que parecia mais propenso para se instalar na legação de Portugal no Rio de Janeiro (lá se manterá, como ministro, de 1914 a 1931) deixada vaga por Bernardino Machado (trazido a Lisboa pela eleição presidencial). Na Justiça ficou o juiz de direito Francisco Correia de Lemos. Para as Finanças foi indicado por Camacho outro militar e politécnico que chegou a servir o salazarismo em vários cargos oficiais, o coronel de Engenharia e professor do Instituto Superior Técnico António Vicente Ferreira. À Guerra voltou um democrático, o coronel Correia Barreto, titular dessa «pasta» no Governo Provisório. Na Marinha (se *a houvesse...* como diria Augusto de Vasconcelos) aparecia um republicano histórico de Coimbra, o dr. Francisco José Fernandes Costa. Nos Negócios Estrangeiros mantinha-se o anterior titular. No Ministério do Fomento entrava António Aurélio da Costa Ferreira, um cientista e pedagogo, ligado à Casa Pia de Lisboa. E nas Colónias outro coronel de Engenharia — Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro.

Sem se repetir, a História parecia voltar ao mesmo... A República tornava a estar em perigo e a fronteira norte era outra vez o palco de uma perigosa incursão. Augusto de Vasconcelos, bom conhecedor da política espanhola e do dossier da conspiração couceirista, andava, há uns meses, visivelmente preocupado com o assunto e não se terá surpreendido quando a Lisboa chegaram as notícias de um novo ataque. Era a segunda incursão...

Na sua génese há a assinalar a presença de adeptos do ramo dos Braganças banido em 1834, nomeadamente do activo caudilho miguelista D. João de Almeida, conseguida através da celebração do efémero Pacto de Dover, assinado a 30 de Janeiro de 1912 e segundo o qual os dois ramos da Casa de Bragança se comprometiam a lutar em conjunto pela restauração monárquica, aceitando D. Miguel II reconhecer, em troca da

⁽⁸⁶⁴⁾ O elenco ministerial só foi exonerado em 16 de Junho.

abolição do banimento do ramo miguelista, o direito ao trono de D. Manuel II, ao qual sucederia, no caso de não ter descendência, o herdeiro daquele, D. Duarte Nuno. E tal como sucedera com a incursão anterior, também esta seria precedida de algumas intonadas — em Barcelos (a 29 de Junho de 1912), Azoia, Fafe e Caldelas.

De 6 a 8 de Julho três colunas, comandadas pelo tenente da Marinha Vítor Sepúlveda e pelos capitães Mário de Sousa Dias e Paiva Couceiro, penetraram em território português, cada uma delas por pontos diferentes: a primeira, composta de 142 homens, dispôs-se a atacar Valença, mas foi repelida pelas metralhadoras republicanas; a segunda, mais numerosa (187 homens), entrou no dia 7 por Vila Frade e Vila Verde da Raia, concelho de Chaves, e fez uma tentativa inicial, rechaçada pelos republicanos, voltando a insistir no dia 8, mas igualmente sem êxito; e a terceira — a maior de todas (com 500 homens, duas peças de artilharia e algumas metralhadoras) — fez a entrada por Sindim e Soutelinho da Raia, concelho de Chaves, no dia 7, seguindo para Sanjurge, de onde atacou Chaves, a 8 de Julho, mas a defesa republicana da cidade foi forte e eficaz, pelo que Paiva Couceiro retirou para a fronteira, deixando atrás de si vários mortos e feridos.

Este desaire, por um lado, favoreceu as diligências diplomáticas do Governo da República junto das autoridades espanholas, que acabaram por colaborar no internamento dos exilados políticos longe da fronteira e na posterior saída de muitos deles para o Brasil, e, por outro, forçou Paiva Couceiro a abandonar, pelo menos nos anos imediatos, os seus planos incursionistas, para tristeza dos seus apoiantes, que se queixariam das traições e da cobardia de muitos que *falharam no seu prometido apoio*. Seja como for, uma coisa parece certa: essas tentativas frustradas de restauracionismo tiveram um efeito negativo, ainda hoje mal calculado, na organização e na estratégia do movimento monárquico português.

A concludente vitória republicana ocorreu quando Sidónio Pais se achava novamente no seu lugar de deputado, mas com o pensamento numa missão diplomática. Servir a República nos frios *landes* da *Mittle Europe* ou na tropicália brasileira⁽⁸⁶⁵⁾ proporcionava-lhe, em ambos os casos, o mesmo ensejo de vincar ainda mais os ímpetos interiores de mudança que há muito sentia, avivados, agora, pelo factor passional — a ruptura com D. Ema Manso Preto e novas paixões.

No Parlamento e apesar do seu empenho na ida para Berlim, cedo manifestado ao titular dos Estrangeiros, Sidónio não cruzou os braços, nem se remeteu ao silêncio. A partir de 17 de Junho voltou a marcar presença no hemiciclo de S. Bento, embora, durante essa segunda quinzena, tenha chegado sempre com algum atraso, quer de tarde, quer à noite.

Na sessão de 19 de Junho votou, juntamente com sessenta e quatro deputados, uma proposta de França Borges para que fosse suprimida a pensão dada aos familiares de Eça de Queiroz, devido à presença do filho António entre os conspiradores monárquicos. Alguns dias depois, na sessão do dia 28, pediu a palavra para contestar uma afirmação

⁽⁸⁶⁵⁾ Esta é tese sustentada pela Família de Sidónio Pais, mais precisamente pelo seu filho Afonso Bessa Pais, surgida a propósito das suas notas de leitura crítica do opúsculo de GARCIA, Fernando — *Sidónio Paes. Um ensaio de psychologia politica*, ob. cit., p. 34.

do deputado Jacinto Nunes de que o Governo anterior manifestara medo dos operários empregues em obras públicas financiadas através das verbas do Fomento.⁽⁸⁶⁶⁾

Mas será em torno de questões financeiras que o vemos intervir com notório empenho, discutindo diversos aspectos, como empréstimos, impostos e contribuições, relativos ao Orçamento que apresentara nessa mesma Câmara na qualidade de Ministro. Este natural interesse levou-o, por exemplo, a manifestar reservas sobre um projecto-lei de empréstimo contraído para financiar a defesa nacional, apenas por desconhecer se havia condições de suportar um encargo anual de 3.500 contos.

Essa breve intervenção de Sidónio foi feita numa sessão agitada, em que o deputado Celorico Gil teceu comentários ásperos contra as explicações que o Ministro dos Negócios Estrangeiros fornecera à Câmara, e em que o respectivo Presidente pediu ao orador o favor de *interromper as suas considerações, porque o Sr. Presidente do Ministério e o Sr. Ministro da Guerra iriam fazer várias considerações urgentes à Câmara*. Com efeito, Duarte Leite e o coronel Correia Barreto pretendiam informar os deputados àcerca dos acontecimentos militares da véspera ocorridos em Chaves.

Era óbvia a prioridade destas comunicações, mas na sessão do dia seguinte Sidónio Pais subscreveu um projecto da Câmara Municipal para a construção do ramal de caminho-de-ferro de Portimão até Lagos, que suscitou objecções a Afonso Costa, o qual, por meio de uma intervenção de fundo, procurou demonstrar a deficiência das bases técnico-financeiras do dito projecto, esgrimindo números e cálculos. Em dado momento, porém, Sidónio, do seu lugar, fez sinal de desaprovação com a cabeça, o que motivou uma rápida pirueta do orador que se lhe dirigiu directamente dizendo: *Está o Sr. Sidónio Pais a abanar a cabeça. Se assim não é, S. Ex.ª, que já foi Ministro das Finanças, queira ter a bondade de dizer-me em que companhia de caminhos de ferro não se diminui o seu líquido quando se aumenta a conta da despesa?* O colega visado respondeu: *Hei-de demonstrar que não é nada disso!* E Costa, mestre a farpear com insinuações mortíferas, disse logo: *Mas isto é da aritmética elementar. Se S. Ex.ª fôsse Ministro e quisesse fazer monobras com números, eu não lho consentia, mas, como S. Ex.ª é Deputado, não faz diferença*. Com estas palavras avivou de chofre algumas críticas feitas a eventuais artifícios de cálculo na confecção do Orçamento Geral do Estado de 1912-1913. Sidónio Pais sentiu-se logo tocado e reagiu: *Perdão. Eu nunca fiz manobras com números!* E o orador prosseguiu, comprazendo-se, talvez, com o efeito causado: *Bem sabemos isso. Não se zangue, que não vale a pena. Mas continuemos*. E continuou, de facto, sendo ainda interrompido duas vezes por Sidónio e apresentando no fim uma moção em que propunha o retorno do projecto às comissões especializadas.⁽⁸⁶⁷⁾

Esta curiosa alteração parlamentar entre Afonso Costa e Sidónio Pais, antigos parceiros de tertúlia e de jogo de cartas nas tranquilas noites coimbrãs, ocorreu precisamente na véspera do encerramento da sessão legislativa.

⁽⁸⁶⁶⁾ Cf. *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, de 28 de Junho de 1912.

⁽⁸⁶⁷⁾ Ver *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*, de 9 de Julho de 1912. Ver transcrição integral do discurso em COSTA, Afonso — *Discursos parlamentares, 1911-1914*, vol. 12. Compilação, prefácio e notas de A. H. Oliveira Marques. Mem-Martins: Publicações Europa-América; Lisboa: Livraria Bertrand, 1973, p. 227-234.

Os legisladores entravam oficialmente de férias e o período estival convidava ao repouso.

Sidónio Pais regressou a Coimbra e é provável que tenha passado alguns dias com a família na Figueira da Foz, costume antigo e regular. No entanto, essas férias foram especiais e agitadas pela iminente partida para Berlim, decorrendo, em paralelo, os habituais trâmites burocráticos.

O Ministro Augusto de Vasconcelos oficiou ao Encarregado de Negócios da Legação de Portugal em Berlim para que diligenciasse junto da Corte imperial se a escolha de Sidónio Pais como representante da República seria ou não do agrado das autoridades alemãs. Em Berlim, António Dias e Sousa da Costa Cabral (antigo condiscípulo de Sidónio no Seminário Episcopal e na Universidade de Coimbra) enviava com data de 29 de Julho para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros alemã uma breve nota com os dados biográficos resumidos do indigitado diplomata. No dia seguinte era a vez de Schubert da Legação da Alemanha em Lisboa informar o *Auswärtigen Amt* que para além das funções governativas que o mesmo acabara de assumir e da sua ligação a um partido moderado, mostrava competência para o cargo em vista, embora sem experiência: *era trabalhador e aplicado nas funções a desempenhar. Sempre simpático, mas não muito hábil, um pouco acanhado, mas com maneiras. Inteligente, mas aparentemente nada prático e talentoso. Neste último gozou de boa fama. A mulher com quem casou não se encontra em Lisboa.*⁽⁸⁶⁸⁾ A resposta do Governo imperial seria comunicada ao respectivo Ministro em Lisboa, Friedrich Rosen, que por ofício de 9 de Agosto transmitia a Augusto de Vasconcelos *que l'agrément demandé a été donné*. E por telegrama do dia anterior Costa Cabral confirmava esse *agrément*, reservando para um ofício posterior, com data de 14 de Agosto,⁽⁸⁶⁹⁾ o desenvolvimento desse assunto. Pelo decreto de 17 de Agosto publicado no *Diário do Governo* de 22 desse mês era finalmente nomeado Chefe de Missão de 1.ª Classe, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal em Berlim,⁽⁸⁷⁰⁾ perdendo, contudo, o lugar de deputado por ter aceite o cargo sem licença da Câmara.⁽⁸⁷¹⁾

A legação em Berlim chefiada entre 1893 e 1910 pelo Visconde de Pindela era, na opinião de Alfredo Pimenta, uma das seis mais importantes para a República, a par de Londres, Paris, Washington, Rio de Janeiro e Madrid,⁽⁸⁷²⁾ mas só as três primeiras mantinham nos seus postos os respectivos Ministros — Teixeira Gomes, João Chagas e Visconde de Alte — encontrando-se as outras vagas ou com os titulares ausentes.

⁽⁸⁶⁸⁾ Portugal, Acten I October 1907- 31 Dezember 1912, 30-7-1912. (Politisches Archiv des Auswärtigen Amts, Portugal).

⁽⁸⁶⁹⁾ Legação de Portugal em Berlim, série A, n.º 19, 14-8-1912. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁸⁷⁰⁾ Cf. Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, in *Anuário diplomático e consular português, 1916-1917*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1918, p. 121.

⁽⁸⁷¹⁾ A nomeação deu-se entre duas legislaturas pelo que só na sessão de 26 de Novembro foi aprovada por parecer n.º 408. (Arquivo Histórico Parlamentar — *Livro de registo do pessoal político da Assembleia Nacional Constituinte*).

⁽⁸⁷²⁾ Cf. PIMENTA, Alfredo — *Política portuguesa. Elementos para a solução da crise nacional*. Coimbra: Moura Marques, 1913, p. 56.

As férias decorreram, pois, de permeio com os preparativos para uma ausência sem termo certo, que trazia vários problemas familiares.

Desde logo, conjugais: D. Maria dos Prazeres resignou-se, mas pela correspondência trocada até 1916 percebe-se, sob as expressões de carinho, de adoração e de respeito, o peso de tão dura e longa separação. O peso das saudades e da ingrata obrigação de ficar sozinha a cuidar da casa, da espinhosa economia doméstica (os vencimentos da Universidade e da *Brotero* atrasavam-se e o dinheiro vindo de Berlim era incerto) e dos filhos, com as suas doenças, os seus estudos e os seus feitios. A partir, sobretudo de 1914, abundam as queixas e os suspiros: *não posso mais tomar conta deles* (referia-se aos quatro filhos rapazes), *Deus nos de socego e saude a todos, não sei como hei-de passar sem ti...* Não encontramos, porém, o mínimo vestígio de ciúme ou de mágoa pelas infidelidades do marido, o que, à primeira vista, dá até a impressão que as desconhecia por completo!... E depois os filhos, em especial o Sidónio, o António e o Afonso, para os quais Sidónio terá aventado a possibilidade de prosseguirem estudos em Berlim. A eclosão da Grande Guerra fulminou, porém, essa hipótese.

Tempo de despedida — dos colegas, dos amigos, de D. Rita Júlia e dos irmãos. A angustiada mãe terá respirado de alívio quando soube da demissão do Governo de Augusto de Vasconcelos, mas o seu filho Sidónio parecia cumprir a sina de certas errâncias familiares e, num sopro, lá seguia rumo ao desconhecido, para mal dos seus cuidados...

Capítulo 5

Missão de *charme* em Berlim agreste...⁽⁸⁷³⁾

Rumo ao desconhecido

Chegar, partir...

Em Julho desse ano de 1912, vindo de Bucareste, capital da Roménia, onde representara com agrado o Governo imperial alemão, o dr. Friedrich Rosen instalava-se em Lisboa e as primeiras impressões que colheu foram pouco animadoras.

Esta sua nova missão, embora desagradável porque o obrigara a trocar os encantos da capital romena por uma cidade diferente, polvilhada de habitantes estranhos, como deixou escrito nas suas memórias,⁽⁸⁷⁴⁾ não era, porém, um castigo, mas antes uma promoção e uma prova de confiança do Governo imperial nas suas qualidades de diplomata que já prestara serviço numa zona crítica — Marrocos — do sistema de tensão bipolar para que evoluíra nos últimos anos a política europeia. Chefiar a Legação alemã em Lisboa, em tais circunstâncias diplomáticas e num país que derrubara um trono por meio de uma revolução avançada e anticlerical, não era, de facto, tarefa para amadores, mas para um enviado especial. E Rosen cumpriu esse papel durante os cerca de quatro anos que esteve no centro da turbulenta vida política portuguesa, embora discordando, a crermos no seu depoimento memorialístico, da política adoptada pelo seu Governo quer no respeitante às relações anglo-alemãs de novo falhadas em torno do tratado

⁽⁸⁷³⁾ Esta fase da vida de Sidónio Pais foi, entretanto, objecto dos seguintes estudos: SILVA, Armando B. Malheiro da — A Alemanha no princípio do século XX à luz da correspondência consular portuguesa, in LOPES, Marília dos Santos, KNEFELKAMP, Ulrich e HANENBERG, Peter (hg.) — *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa*, ob. cit., p. 47-67; FARINHA, Luís — Sidónio Pais em Berlim. *História*, Lisboa, nova série, 16, 2 (Nov. 1994) p. 28-37; e RAMALHO, Miguel Nunes — *Sidónio Pais: diplomata e conspirador (1912-1917)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

⁽⁸⁷⁴⁾ Cf. ROSEN, Friedrich — *Aus Einem diplomatischen wanderleben, vol. 2 - Bukarest-Lissabon*. Berlin: Transmare Verlag, 1932, p. 108-109. Sobre este diplomata alemão e as suas desconhecidas memórias ver SILVA, Armando B. Malheiro da; MATOS, Mário — *Aus Einem diplomatischen wanderleben: relações luso-alemãs e impressões de um diplomata alemão em Portugal (1912-1916)*. In *Portugal, Indien und Deutschland: Portugal, Índia e Alemanha. Acten der V deutsch-portugiesischen arbeitsgesprache: actas do V encontro luso-alemão (Koln/Colónia - 1998)*. Koln/Lisboa: Zentrum Portugiesischsprachige Welt, Universitat zu Koln/Centro de Estudos Históricas, Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 447-483.

de 1913, quer quanto à declaração de guerra a Portugal em 1916, que ele preferira ver substituída por um mero corte de relações.

A recepção oficial que teve nas Necessidades e em Belém foi positiva, embora retrate Manuel de Arriaga como *um velhote seguido por monárquicos, pessoa digna, apartada do mundo, politicamente nulo*. Mas foi com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Duarte Leite que estabeleceu as melhores relações pessoais. Pode mesmo dizer-se que houve uma grande empatia entre eles, tendo Rosen apreciado muito as elegantes maneiras, a sensibilidade e a cultura de Augusto de Vasconcelos, cuja mulher era, nas suas palavras, uma *monárquica devota*. Visitou Sintra na sua companhia e foi por ele presenteado com uma edição encadernada d'*Os Lusíadas*, que leu de permeio com algumas obras de afamados escritores contemporâneos como Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Júlio Dinis...

Instalado no Palácio do Marquês de Pombal, sito na antiga rua Formosa, convertida em rua do Século e sede da Legação da Alemanha, Friedrich Rosen desenvolveu a partir daí as observações e as acções necessárias comunicadas regular e exaustivamente ao *Auswärtiges Amt*. Será severo nos juízos emitidos sobre a República portuguesa e respectiva classe política, confirmando a imagem negativa trabalhada pelos seus compatriotas que representavam em Lisboa os periódicos alemães, por cujas páginas perpassam o *caos*, a *instabilidade* e a *política de Afonso Costa, um ambicioso e sem escrúpulos*. Traços fortes de uma perspectiva para consumo da opinião pública germânica, que o seu homólogo em Berlim tinha de refutar e de corrigir com grande dificuldade, porque, por um lado, a agitada situação política em Portugal propiciava e alimentava, obviamente, as notas mais sensacionalistas e negativas, e, por outro, achava-se isolado, recebendo com atraso as imprescindíveis instruções e os esclarecimentos do Governo em Lisboa.

O Ministro alemão colaborou ainda empenhadamente nas negociações do tratado com a Inglaterra, em 1913, para a partilha das colónias portuguesas. A missão de Rosen consistia, assim, em informar e contribuir para uma política que tratava Portugal como peão periférico manobrado tradicionalmente pelos ingleses, mas que detinha importantes possessões ultramarinas, mal administradas e exploradas, o que servia, sem dúvida, para atrair a Grã-Bretanha a um entendimento bilateral com a Alemanha, capaz de afectar a *Triple Entente*.

Era naturalmente diversa a missão do seu homólogo em Berlim, aconselhado expressamente pelo Ministro Augusto de Vasconcelos, que, como vimos, acolhera muito bem Friedrich Rosen em Lisboa, a ser maleável e inspirador da máxima confiança e credibilidade por forma a que o *II Reich* aceitasse e integrasse o Portugal republicano como parceiro moderado, tolerante e vivamente interessado em consolidar e reforçar as relações comerciais, que desde 1910 e da assinatura do novo tratado de comércio e navegação, tendiam para um maior fluxo dos produtos portugueses (o vinho do Porto e o cacau de S. Tomé) e se anunciavam muito promissoras.

Duas missões diametralmente opostas do ponto de vista político.

Sidónio Pais partiu de Lisboa no dia 4 Setembro,⁽⁸⁷⁵⁾ uma terça-feira, embora desconheçamos os pormenores da partida e os detalhes de um trajecto com paragem em

⁽⁸⁷⁵⁾ *Processo individual de Sidónio Pais*, proc. 309. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

Paris, referida ligeiramente por João Chagas no seu *Diário*⁽⁸⁷⁶⁾ e comunicada pelo dr. Rosen para *Sua Excelência o Chanceler Bethmann Hollweg* à guisa de telegrama.⁽⁸⁷⁷⁾ De Paris seguiu para Berlim, possivelmente, na companhia de *mademoiselle Céline Chatry*, que se manterá a seu lado quer aí, quer depois em Lisboa e sobre a qual pouco sabemos.⁽⁸⁷⁸⁾ Onde e como a conheceu é ainda uma incógnita...

A chegada a Berlim foi a 16 de Setembro — um domingo — vésperas da participação oficial da sua presença na capital do *II Reich*. Saiu na Estação de Potsdam, junto à *Potsdam Platz*, mesmo no «coração» da cidade, e seguiu para o *Adlon Hotel*,⁽⁸⁷⁹⁾ onde se instalou temporariamente e daí expediu logo uma carta à mulher e postais aos filhos. Na volta do correio recebeu, pelo menos, um postal ilustrado de Coimbra, para matar saudades, escrito pelo filho mais velho em 27 desse mês: *Meu querido Papá. Agradeço penhoradissimo o bilhete que o Papá me fez favor de escrever. A Mamã e os manos enviam-lhe muitos abraços. Adeus meu querido Papá, aceite muitos abraços e beijos do seu querido filho Sidonio Bessa Paes.*⁽⁸⁸⁰⁾

Teve de se instalar nesse hotel durante um longo período, porque o edifício da Legação de Portugal não possuía ainda as condições necessárias para lhe servir de residência com o indispensável conforto. A casa pertencia a Hugo Ehrlich que a alugara ao Governo português, tinha quatro pisos e estava situada na *Hohenzollernstrasse*, 121D — a actual *Hiroshimastrasse* com dois prédios apenas — não muito distante do *Reichstag* ou do *Reichskanzler* (Palácio do Chanceler) na *Wilhelmstrasse*, e perpendicular ao *Thiergarten*, esse original parque que serpenteia o rio *Spree*, ramificado por alguns canais, desde a *Königgrätzer Strasse* até a *Charlottenburger*.

Sabemos pelo testamento de 15 de Agosto de 1914, que uma das suas primeiras e urgentes tarefas consistiu em adquirir à sua custa diverso recheio e aproveitar também alguns móveis arrumados numa dependência dessa casa, tornando, assim, habitável o 4.º piso: *Sómente pertencem ao Estado os moveis que se encontram na Chancellaria da Legação n'um pequeno quarto da mesma casa, assim como os que estão no 4.º andar n'um outro quarto, dependencia da casa que habito. Ha além d'isso uma estante de mogno com livros no meu escriptorio que pertence ao Estado e bem assim um sophá e dois fauteuils, que estão no meu quarto de dormir, forrados a tecido de lã vermelho. Fôram mandados forrar por mim, por se acharem n'um estado deploravel, mas pertencem ao Estado. Tudo o mais me pertence, inclusivamente os lustres e accessorios d'illuminação electrica. Gobelins, quadros, gravuras, pinturas, bibelots, talheres, baixellas, objectos de cosinha, toilette, camas, roupas, moveis, entre muitos outros; um salão aubusson, uma cadeira antiga aubusson, 18 cadeiras da*

⁽⁸⁷⁶⁾ Cf. CHAGAS, João — *Diário*, 1918-1921, ob. cit., p. 413.

⁽⁸⁷⁷⁾ Portugal, Acten I. October 1907- 31 Dezember 1912. (Politisches Archiv des Auswärtigen Amts, Portugal).

⁽⁸⁷⁸⁾ Uma informação policial enviada para o *Auswärtiges Amt*, com data de 10 de Novembro refere que até 15 de Agosto desse ano Sidónio viveu com uma senhora chamada Marie (leia-se Céline) Chatry, belga (leia-se francesa) nascida em 7 de Dezembro de 1882 em Arantone Pacher: — Portugal, Acten 4 April 1886 - 1 Nov. 1919, Abschrift 10-11-1914. (Politisches Archiv des Auswärtigen Amts, Portugal).

⁽⁸⁷⁹⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 573-574.

⁽⁸⁸⁰⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

sala do jantar renascença (cópias), a mobília renascença da minha sala, a mobília de mogno do escriptorio, um *sophá* e dois *fauteuils* de couro etc, etc.⁽⁸⁸¹⁾ Esta mobília ter-lhe-á custado cerca de sessenta mil marcos e investiu em objectos de arte, que supôs valerem muito mais do que custaram — referia-se sobretudo a quadros (pinturas em tela e madeira), *gobelins*, o *fauteuil aubusson* antigo, entre outros.

As suas primeiras impressões de Berlim, «retocadas» para a opinião pública alemã, foram logo reveladas pelo *Berliner Tageblatt* e a elas voltaremos com o devido detalhe. Adiantamos, apenas, que espelham admiração cortês: *Que ordem, que asseio nas ruas e que vida intensa! Que quantidade de palácios, centros de um trabalho continuo e d'imensa actividade.*⁽⁸⁸²⁾

Berlim, cidade plana, de uma monumentalidade equilibrada e classicizante, rasgada por longas e amplas avenidas, mas sombria, taciturna, algo agreste nos compridos meses de Inverno. Metrópole de três milhões de habitantes e de 878,35 km², bastante diferenciada de Paris, como notou o capitão Correia dos Santos, professor assistente da Universidade de Lisboa e do Colégio Militar.⁽⁸⁸³⁾ Faltava a Berlim uma marca especial, talvez uma certa *patine* e uma fisionomia vincada, na opinião do espanhol Julio Camba, que viveu na Alemanha durante o mesmo período: tal como os berlinenses, Berlim não tinha fisionomia, os seus edifícios eram grandes, pesados, limpos e com bom aspecto, mas demasiado novos.

Chegado no fim do Verão, contemplou ainda uma paleta de vivas tonalidades e, nessas soalheiras tardes e suaves noites de fim de estação, sentiu, por certo, uma ambiência buliçosa e concorrida pelas principais artérias, praças, esplanadas e lugares de passeio e de convívio... Perto do hotel Adlon ficava um desses passeios públicos muito frequentados — a *Mittelpromenade* no fim da *Unter den Linden*. Mas quando rompia o bom tempo da Primavera e Verão, a preferência maior dos berlinenses, sobretudo aos domingos, era a fuga para os arredores — a cidadezinha periférica de Postdam, *habitat* predilecto dos reis da Prússia desde os tempos de Frederico, o Grande, impunha-se como um local de eleição... — e para os bosques, sendo comum ver-se variados vapores, apinhados de gente, sulcando as bacias do Spree, ao som das bandas de bordo.

Sidónio Pais não estava no mesmo papel do seu camarada de armas Gomes de Sousa,⁽⁸⁸⁴⁾ enviado, alguns anos antes, a Berlim como membro de uma Comissão de recepção ou escolha de arma (espingardas *Mauser* para Infantaria) e que frequentou, durante quatro anos (provavelmente entre 1904 e 1908), fábricas de munições, quartéis, estabelecimentos de ensino e instrução militar, os casinos ou *restaurant club*, em suma, todo o meio castrense prussiano. Mas apesar destas diferenças de prisma, Sidónio

⁽⁸⁸¹⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 574.

⁽⁸⁸²⁾ Legação de Portugal, série A, «Interview» com jornalistas alemãs, 10-10-1912. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁸⁸³⁾ Cf. SANTOS, João António Correia dos — *Impressões de uma viagem de estudo. A instrução, a vida militar e as grandes industrias na França e Alemanha*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1914, p. 116.

⁽⁸⁸⁴⁾ Cf. SOUSA, Gomes de — *Meio século de vida militar, 1888-1938*. Coimbra: Coimbra Editora, 1938, p. 84-89.

deparou-se com um quadro urbano e civilizacional idêntico ao que Gomes de Sousa pôde observar e registar nas suas curiosas memórias.⁽⁸⁸⁵⁾

É muito provável que no próprio momento ou pouco depois da sua chegada a Berlim se tenha reencontrado com o antigo condiscípulo António da Costa Cabral, alegadamente monárquico,⁽⁸⁸⁶⁾ funcionário desde 1906 na Legação de Portugal, onde serviu como 1.º Secretário e, a partir de Outubro de 1910, com o regresso a Portugal, por motivos políticos, do Ministro Visconde de Pindela, passou a Encarregado de Negócios. Promovido, entretanto, a Conselheiro de Legação trabalhou, em 1912 e 1913, com Sidónio Pais, vindo a ser nomeado para o lugar de Chefe do Protocolo do M.N.E., após o golpe de 5/8 de Dezembro de 1917.⁽⁸⁸⁷⁾

A Legação de Portugal, de acordo com o elenco oficial inserto nas brochuras alemãs do corpo diplomático⁽⁸⁸⁸⁾ e outras fontes, possuía, além do Ministro, o Conselheiro de Legação ou *Legationsrat* (Costa Cabral já não aparece referido na brochura de 1914, porque, entretanto, fora colocado na 2.ª Repartição da Direcção-Geral dos Negócios Políticos do M.N.E.), o 2.º Secretário Vasco Francisco Caetano de Quevedo Pessanha (vulgo Vasco de Quevedo) e os *Attaché* (Adidos) J. B. de Rego Botelho e Anuplio de Lemos (desde 1914). Após a extinção, pela lei de 10 de Julho de 1913, do antigo Consulado Geral em Berlim,⁽⁸⁸⁹⁾ com escritório na *Müllenstrasse 6/7*, o respectivo conteúdo funcional foi anexado à Legação e assumido por um Cônsul de carreira instalado no mesmo escritório. Durante o ano de 1914, Fialho Ferro Lopes Tavares preencheu o cargo (em 15 de Novembro desse ano seguiu como 2.º Secretário para a Legação de Portugal na Suíça⁽⁸⁹⁰⁾), interinamente assegurado pelo Cônsul-Geral honorário Samuel Félix Eisenmann⁽⁸⁹¹⁾ e pelo Cônsul-Geral cessante, o jurista e poeta Alberto de Oliveira,⁽⁸⁹²⁾ outro condiscípulo de Sidónio Pais em Coimbra. Surge ainda neste sector Paul Friedlaender (Secretário do Consulado), que tomará conta do edifício e do recheio da Legação a partir de Março de 1916. À *Secção consular da chancellaria da Legação*, designação proposta por Sidónio Pais no despacho de 11 de Agosto de 1913 para o Ministro António Macieira,⁽⁸⁹³⁾ ficava ligada a rede consular existente, o que traduzia, de algum modo, o incremento das relações comerciais luso-alemãs dos últimos anos.

⁽⁸⁸⁵⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 575-576.

⁽⁸⁸⁶⁾ Cf. CHAGAS, João — *Diário, 1915, 1916 e 1917*, vol. 2, ob. cit., p. 223.

⁽⁸⁸⁷⁾ Sobre a carreira deste diploma ver RAMALHO, Miguel Nunes — *Sidónio Pais diplomata e conspirador*, ob. cit., p. 117.

⁽⁸⁸⁸⁾ *Verzeichnis der mitglieder des diplomatischen korps in Berlin. Dezember 1914*. [Berlin]: s.n., [1914]; e *Verzeichnis der mitglieder des diplomatischen korps in Berlin. November 1915*. [Berlin]: s.n., [1915].

⁽⁸⁸⁹⁾ *Processo de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais*, n.º 309; SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, vol. 1, dissert. cit., p. 578-579. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁸⁹⁰⁾ Legação de Portugal, série B, n.º 117, 17-11-1914. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁸⁹¹⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — *A Alemanha no princípio do século XX à luz da correspondência consular portuguesa*, in LOPES, Marília dos Santos, KNEFELKAMP, Ulrich e HANENBERG, Peter (hg.) — *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa*, ob. cit., p. 61.

⁽⁸⁹²⁾ Legação em Berlim, série B, 13/9/1913. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁸⁹³⁾ Cf. *Ibidem*.

Pela documentação da Legação conseguimos identificar cônsules⁽⁸⁹⁴⁾ em *Leipzig* (Victor von Klemperer e depois M. Krammer), em *Munich* (Frederico de Abecassis e depois dr. José de Seixas Palma), *Sonneberg* (Ricardo Spenyler), em *Bremen* (António Patrício), em *Hamburgo* (Gonçalo de Vasconcelos), em *Düsseldorf* (Carl Barop), em *Braunschweig* (Carl Singelmann) e em Colónia (Hugo Roeder). Cobia-lhes enviar relatórios preceituados pelo artigo 121 do *Regulamento Consular Portuguez* e que na sua maioria se acham repletos de considerações interessantes tanto sobre a situação económica global da Alemanha como sobre cada circunscrição consular representada. Este interessante material consular foi já objecto de um estudo monográfico, pelo que nos dispensamos, aqui, de lhe fazer larga referência.⁽⁸⁹⁵⁾

Com data de 17 de Setembro, o novo Ministro Plenipotenciário tratou imediatamente de expedir um telegrama para o Ministro doutor Augusto de Vasconcelos, em que dizia *Assumi a gerencia da Legação n'esta data. Agradeço a V. Ex.ª cumprimentos despedida e*, em papel timbrado da *Légation de Portugal en Allemagne*, um officio dactiloscrito na língua francesa para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Kiderlen-Wächter, comunicando-lhe que cuidara de pedir ao Conselheiro da Legação António Costa Cabral para informar o Governo alemão da sua chegada, tendo-lhe este funcionário dito que seria recebido na Secretaria de Estado no dia seguinte pelo meio-dia. Aproveitava o ensejo para juntar em anexo cópia da carta que o acreditava junto do Imperador da Alemanha e Rei da Prússia na qualidade de Enviado Extraordinário e de Ministro Plenipotenciário de Portugal.⁽⁸⁹⁶⁾

Este simples acto protocolar pode ser visto como um rito de entrada num Estado tosco e ilógico do ponto de vista constitucional. Com efeito, a Constituição do Império Alemão consagrava um Governo imperial, mas sem os suficientes departamentos administrativos que lhe confeririam pleno sentido, um Estado federal imperfeito, atendendo à posição predominante da Prússia sobre os restantes parceiros, e um parlamentarismo fundado no sufrágio que se tornou, porém, ineficaz pelas limitações impostas à sua responsabilidade. Um naípe de aparências...

Aparentemente, o *Bundesrat*, a Câmara alta legislativa, cujas delegações eram designadas e controladas pelos governantes dos vinte e cinco Estados que formavam o Império, era o corpo governativo de matriz federal, mas na prática quem dominava nessa instância era exclusivamente a Prússia: detinha um efectivo direito de veto sobre várias questões; o seu rei, da Casa Hohenzollern, era o Imperador do *Reich*; e o seu Primeiro-Ministro era geralmente o Chanceler alemão. Por seu turno, o *Reichstag*, a Câmara baixa do Parlamento imperial, onde tomava assento o espectro partidário existente — o

⁽⁸⁹⁴⁾ Cf. MARTINS, Armando — *Regulamento consular português. Actualizado e anotado, vol. I*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1949, p. 19.

⁽⁸⁹⁵⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — *A Alemanha no princípio do século XX à luz da correspondência consular portuguesa*, in LOPES, Marília dos Santos, KNEFELKAMP, Ulrich e HANENBERG, Peter (hg.) — *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa*, ob. cit., p. 61-66.

⁽⁸⁹⁶⁾ Portugal, Acten I. October 1907 – 31 Dezember 1912. (Politisches Archiv des Auswärtigen Amts, Portugal).

Centro Católico, os Liberais, os Sociais Democratas e outros de menor expressão⁽⁸⁹⁷⁾ — era eleita por sufrágio universal dos homens com mais de vinte e cinco anos e representativa do povo em geral, mas dispunha de menos poder que a Câmara alta. Na maioria dos casos cingia-se apenas aos assuntos que lhe eram submetidos pelo *Bundesrat* ou pelo Governo. Era o *Kaiser* quem designava o Chanceler, só responsável perante aquele e embora pudesse ser criticado ou ser-lhe retirada confiança pelo *Reichstag*, a sua demissão cabia exclusivamente ao *Kaiser*. Ao Chanceler competia a demissão dos seus Secretários de Estado. A formulação da política externa ou dos seus instrumentos militares e diplomáticos escapavam por completo ao *Bundesrat* e ao *Reichstag*, ficando concentrada numa única figura — o Imperador; que acumulava o comando supremo das forças armadas, a definição da política externa e o privilégio de decidir acerca da guerra e da paz. Um Estado assim constituído mereceu já a certa classificação de *monarquia autocrática com alguns ornamentos parlamentares*.⁽⁸⁹⁸⁾

A importância política do *Kaiser* era, pois, incontornável e sob o reinado de Guilherme II a componente *monárquica* do Estado alemão, segundo o historiador John Röhl, tornara-se essencial: o *Kaiser*, o seu círculo de amigos, a Família Real e a Côrte formavam o «coração» de um sistema em que os altos funcionários do *Reich* e a burocracia estatal, bem como os chefes do Exército e da Marinha, estavam psicológica e politicamente dependentes. Após a demissão de Bismarck e o fim da chamada *ditadura do Chanceler* houve uma alteração do sistema, sem o recurso a uma revisão formal do texto da Constituição, porque mesmo durante a era bismarckiana era assumido e proclamado *que na Prússia o Rei dá as ordens e os ministros obedecem*.⁽⁸⁹⁹⁾ O *Kaiser* Guilherme II limitou-se, por isso, a pôr em prática esse princípio, retornando, porém, no plano político a um regime monárquico da era pré-bismarckiana implantado numa sociedade bastante industrializada.⁽⁹⁰⁰⁾

Um sério e grave paradoxo político, que o citado John Röhl analisou com rigor e detalhe, interessando-nos apenas destacar aqui, de passagem, o papel desempenhado nesse anacrónico sistema pelo Serviço Diplomático, cuja cúpula institucional era o *Auswärtiges Amt* e a que alguns autores atribuíram uma quota de responsabilidade nas catástrofes que, num futuro próximo, haveriam de abalar a Alemanha e o Mundo. Tratava-se, segundo Röhl, do principal grupo ou corpo do serviço público alemão, quer pela sua superior extracção social, quer pelo nível intelectual e cultural dos seus membros, mas apesar disso nunca assumiu a condução efectiva da política externa, pautando-se por uma estrita obediência, conforme com a essência da diplomacia e da função do diplomata, definida, aliás, magistralmente por um inglês cínico: o diplomata é *um homem contratado pelo seu país para mentir no estrangeiro*.

⁽⁸⁹⁷⁾ Ver BERGHAIN, Volker R. — *Imperial Germany, 1871-1914. Economy, society, culture and politics*. Providence/Oxford: Berghahn Books, 1994, p. 270-276.

⁽⁸⁹⁸⁾ Cf. KAGAN, Donald — *A Primeira guerra mundial (1914-1918)*, in Idem — *Sobre as origens da guerra e a preservação da paz*, vol. I. Lisboa: Edições Temas da Actualidade, 1995, p. 94-95; ver também BERGHAIN, Volker R. — *Imperial Germany, 1871-1914*, ob. cit., p. 190-281.

⁽⁸⁹⁹⁾ Ver RÖHL, John C. G. — *The Kaiser and his court. Wilhelm II and the government of Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 3-8.

⁽⁹⁰⁰⁾ Sobre o *paradoxo germânico*, ver MAYER, Arno J. — *A Força da tradição. A Persistência do antigo regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 317.

Os diplomatas alemães aprendiam, pois, a mentir no corpo fechado e auto-reproduzido a que pertenciam, o qual estava inteiramente subordinado ao Executivo. Dentro deste esquema estrutural e estruturante, desenvolveram-se vícios de comportamento agravados, mais tarde, na era hitleriana. Sob Guilherme II acentuou-se a subserviência do corpo diplomático a ponto de, frequentemente, o *Kaiser* nomear embaixadores contra o conselho do Chanceler e do *Auswärtiges Amt*, tendo mesmo perguntado uma vez: *Consultar os Negócios Estrangeiros? Porquê? Eu sou os Negócios Estrangeiros*. Outro vício era a cultura de intriga. A intriga era, sem dúvida, uma parte essencial da política e um dos aspectos que distinguem esta da mera administração. Neste sentido, e após a demissão de Bismarck, intensificaram-se as manobras intestinas do *Auswärtiges Amt* contra os sectores rivais — os indefectíveis bismarckianos, o Exército, os Ministros prussianos, o Gabinete secreto do *Kaiser*, o Governo, etc.— e, dentro do próprio corpo diplomático, contra embaixadores, ministros e secretários onde quer que estivessem!... Este tipo de procedimento não afectava substancialmente a natureza das decisões de política externa, desenhadas e assumidas pelo *Kaiser*, mas enfraquecia e comprometia a qualidade global dessa política porquanto a deixava à mercê de um só homem e de conselheiros pouco ou mal preparados, além de diminuir profundamente a unidade e a capacidade indispensáveis ao corpo diplomático para impor a sua mais valia, o seu potencial sócio-político e cultural junto do(s) centro(s) de decisão. Virava-se, assim, o feitiço contra o feiticeiro...⁽⁹⁰¹⁾

Eis, em traços ligeiros, o ambiente mental e político-institucional a que Sidónio Pais se teve de adaptar na sua missão de *charme*.

Não era, como se vê, um quadro de facilidades e, em particular, a teia de intriga e de dissimulação aí tecida neutralizou facilmente o enviado português. Este, para escapar aos engodos, além de muita desconfiança e manha tinha de se mexer bem nos bastidores do *Auswärtiges Amt*, com o fito de chegar até ao *Kaiser*. Mas parra esse fim a melhor via era a esfera militar e para entrar nela precisava de explorar bem o estatuto de soldado, incompatível com o de político. Ora Sidónio Pais não estava em Berlim como artilheiro, mas como professor da Universidade de Coimbra (estatuto a que a imprensa e as entidades oficiais alemãs prestaram toda a atenção e vénia) e republicano, por duas vezes ex-Ministro em dois Governos do novo regime. Estava como político e com duas desvantagens suplementares. Uma de cariz pessoal — para diplomata mentia mal ou pouco e aceitava por boas todas as desculpas. E outra mais ideológico-política — representava a sanha republicana contra os Braganças e o seu património. A interessante carta de D. Manuel II, noivo de uma princesa alemã, ao primo Guilherme II⁽⁹⁰²⁾ e seu acolhedor anfitrião em Dezembro de 1912, queixosa e severa para com o Governo de Lisboa — um Governo, nas suas palavras, de ladrões, hábeis em inventarem desculpas para ficarem com o que não lhes pertencia — ajuda a compreender para que lado pendiam as preferências e as obrigações do *Kaiser*. Se, como insinuou João Chagas, a Corte Imperial foi indiferente e até hostil ao Ministro português é, no mínimo, pueril

⁽⁹⁰¹⁾ Ver RÖHL, John C. G. — *The Kaiser and his court*, ob. cit., p. 150-161.

⁽⁹⁰²⁾ Portugal, Acten, 1 Januar 1912 bis 20 Februar 1914. (Politisches Archiv des Auswärtigen Amts, Portugal).

acusar do facto a pretensamente desordenada vida amorosa de Sidónio... A(s) causa(s) eram obviamente de outro tipo.

O difícil acesso ao Imperador será compensado, de acordo com a opinião de Rosen expressa nas suas memórias, por um bom relacionamento conseguido junto de altos funcionários do *Auswärtiges Amt*, amáveis convivas e bons parceiros de *bridge*. Agradar, seduzir em animadas conversas de salão ou ao redor de uma mesa de jogo, era para Sidónio Pais um trunfo natural, apesar de insuficiente para conquistar a «alma» prussiana...

A audiência com o Secretário Kiderlen-Wächter, marcada, como referimos, para o dia 18 de Setembro foi, na comunicação desse mesmo dia para Lisboa, *puramente de cumprimentos e foi muito amavel*, no entanto a entrega das credenciais só poderia ser em finais de Outubro, *visto o Imperador estar até então ausente d'esta capital, afim de tomar parte nas caçadas que a Côrte organisa n'esta epocha do anno.*⁽⁹⁰³⁾ Não sabia ainda a data certa, marcada posteriormente para 28 de Outubro. Será, então, recebido pelo Imperador e pela Imperatriz, no aprazível ambiente italianizante de *Potsdam* e do Grande Palácio Novo, residência da Família Imperial,⁽⁹⁰⁴⁾ às 12h. 1/4. E às 12h. 1/4 desse mesmo dia Suas Majestades tinham agendada, também, a audiência com o novo Ministro dinamarquês Hergermann-Lindencrone. O rígido protocolo imperial estipulara que o Ministro português partisse da estação de *Posdamer*, Berlim, no comboio rápido das 11h. 15m. até *Wildpark*, onde uma viatura real o esperava, e que o dinamarquês seguisse no comboio das 11h. 55m.⁽⁹⁰⁵⁾ A cerimónia da entrega das credenciais do representante da República portuguesa não excedeu, de acordo com o horário estabelecido, mais de quinze minutos.

A pequena e recatada cidade de *Potsdam* era um óptimo e repousante refúgio, um útil exemplo a reter por governantes e Chefes de Estado. Pode até ter inspirado Sidónio, mais tarde quando Presidente da República, nas suas fugas para a atmosfera cavaleiresca, neo-medieval e romântica do Palácio da Pena, em Sintra.

Por uma carta do futuro Ministro em S. Petersburgo Jaime Batalha Reis, este membro da geração de 70 e companheiro de Eça de Queiroz, de Antero ou de Ramalho reafirmou a sua *abstenção de partidos, que tem-me trasido bem sei, graves consequencias (...) os Governos portugueses, tem me quasi sempre afastado, esquecido ou deliberadamente substituido por zelosos partidarios*, e indicou ter passado em inícios de Novembro de 1912 pela Alemanha com a filha, dispensando-lhes Sidónio Pais uma *amabilissima hospitalidade, em Berlim e em Potsdam.*⁽⁹⁰⁶⁾ Vem a propósito notar que Batalha Reis foi um dos nomes falados, antes da escolha definitiva de Sidónio, para chefiar a Legação em Berlim.

⁽⁹⁰³⁾ *Processo individual de Sidónio Pais*, proc. 309. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹⁰⁴⁾ Recepção comunicada por telegrama: *28 de Outubro de 1912 // Hoje á tarde fui recebido em audiencia particular no Paço (?) real de Potsdam por Sua Majestade o Imperador para entregar carta credencial sendo em seguida recebido por Sua Majestade a Imperatriz // Sidonio Paes — Processo individual de Sidónio Pais*, proc. 309. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹⁰⁵⁾ Portugal, Acten, 1 Mai 1905 - 31 Dazamber 1912, B-604, 20-10-1912. (Politisches Archiv des Auswärtigen Amts, Portugal).

⁽⁹⁰⁶⁾ Jaime Batalha Reis — Correspondência, carta para o Presidente da República, de 12-11-1918, caixa 40. (Biblioteca Nacional-Espólio).

O Início da missão

Ao iniciar estas novas e delicadas funções, Sidónio Pais deixou-se levar pelo seu temperamento, pelos seus interesses culturais, técnico-científicos e económicos, pela orientação geral que se comprometera seguir e pela rotina burocrática normal de uma Legação. E acabou naturalmente por traçar uma conduta assim escalonada:

- a) controlar com redobrada atenção e minúcia as comunicações da imprensa alemã, amiúde coberta de imagens negativas sobre a República e Portugal, forjadas pelos correspondentes em Lisboa;
- b) reagir pelo protesto formal junto do Governo alemão e pela propaganda junto dos principais periódicos — o *Berliner Lokal Anzeiger*, o *Berliner Tageblatt*, o *National Zeitung*, o *Hamburger Nachrichten* e o *Frankfurter Zeitung* —, contrapondo-lhe imagens favoráveis;
- c) assegurar a defesa e prestar auxílio aos portugueses residentes ou em trânsito pela Alemanha;
- d) promover, em articulação com os Cônsules, a divulgação dos produtos portugueses e coloniais, assim como as belezas naturais e culturais de Portugal e colónias para um número crescente de turistas alemães;⁽⁹⁰⁷⁾
- e) insistir com o Governo de Lisboa na activa participação portuguesa em grandes certames de divulgação cultural e económica (a exposição do Livro e das artes gráficas em *Leipzig* e a Grande Exposição de *Dusseldorf* — Cem anos de Cultura e de Arte, ambas em 1915) e na assimilação dos aspectos positivos/progressivos do «milagre alemão»; e
- f) agir face aos eventuais incidentes políticos com extrema prudência e um excessivo cuidado táctico, de modo a minorar as consequências desagradáveis para as relações luso-alemãs.

Foi, porventura, este compreensível excesso de zelo conciliatório e, após 1914, neutralista à exacta medida do seu chefe e amigo Brito Camacho,⁽⁹⁰⁸⁾ que estimulou as infundadas deduções de David Ferreira.⁽⁹⁰⁹⁾

O plano de acção de Sidónio Pais, cumprido também segundo as ondulações da vida mundana e dos contactos informais inerentes ao *métier* diplomático, transparece genericamente nas despesas regulares da representação portuguesa: dos 24,60 marcos gastos num trimestre pela Legação, 11 marcos tinham sido para bibliografia sobre Portugal editada em alemão e 11,8 dispendidos com a assinatura de jornais e o pagamento à *Cook & C.^a para informações*; e a Chancelaria gastara nesse mesmo trimestre 23,95

⁽⁹⁰⁷⁾ Legação de Portugal, série B, Relatório anual do Consul de Bremen, 17-12-1912 e série B, 22-7-1913. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹⁰⁸⁾ Ver CAMACHO, Brito — *Portugal na guerra*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.^a, [1936].

⁽⁹⁰⁹⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — *Sidónio e sidonismo entre a história e a literatura*, art. cit., p. 360-361.

marcos, dos quais 15,05 em despesas de correio e papel destinado à regular troca de informação com os diferentes Consulados.⁽⁹¹⁰⁾

Grandes recepções, bailes, festas e jantares oficiais constituíam também o terreno fértil do relacionamento do corpo diplomático entre si e deste com as autoridades e a principal sociedade do país anfitrião. Em 8 de Janeiro de 1913 o Chanceler do *Reich* ofereceu um grande jantar a uma parte dos representantes acreditados na Alemanha, nomeadamente os da Espanha, da Grã-Bretanha e de Portugal, além de um grande número das mais altas personalidades da Côrte, do Exército e da Diplomacia alemãs, referenciadas em artigo do *Berliner Lokal Anzeiger*.⁽⁹¹¹⁾

A questão da imprensa foi, sem dúvida, elevada à categoria de objectivo prioritário. E não admira, por isso, o empenho posto nas entrevistas que concedeu ao *Berliner Lokal-Anzeiger*, órgão oficioso da Chancelaria alemã e, segundo Sidónio Pais, tido por imparcial, assim como ao *Berliner Tageblatt*, conotado com o radicalismo liberal e talvez — também nas suas palavras — o jornal de maior circulação não só em Berlim como no *Imperio e no estrangeiro*.⁽⁹¹²⁾ Ambos os periódicos reproduziram com rigor as declarações colhidas, tendo o primeiro destacado um perfil do novo Ministro, exacto nos detalhes biográficos e bastante favorável:

Á semelhança do que sucede nos Estados Unidos da America, que nomeiam para póstos importantes sabios (homens de sciencia) e não diplomatas de carreira ou homens politicos, o governo de Lisboa escolheu agora tambem para ministro na Corte de Berlim um sabio, o Sr. Sidonio Paes. O novo membro do corpo diplomatico é professor de mathematica. Leccionava na Universidade de Coimbra, tendo feito por algum tempo as veses de Reitor. A revolução fez do sabio um politico pratico e quando se formou o primeiro ministerio da Republica sobraçou a pasta das Obras Publicas e mais tarde a das Finanças. Agora foi chamado a representar a sua patria em Berlim. Paes dá mais a impressão d'um poeta que d'um Professor, cuja intelligencia se tivesse exclusivamente applicado a assumptos prosaicos, como os que trata a mathematica. O seu corpo é esbelto e delgado e as suas feições pallidas e delicadas mas animam-n'as dois olhos onde brilha a intelligencia, e o seu nariz aquilino denuncia n'aquella figura uma grande força de vontade.

Por seu turno, o *Berliner Tageblatt* registou sob a forma de entrevista formal as respostas cuidadas, precisas e, ao mesmo tempo, sinceras de Sidónio Pais. O texto abre com uma resenha biográfica do Ministro português seguida das suas impressões sobre a Alemanha: *É a primeira vez que visito o seu paiz, mas conheço a Alemanha pela sua literatura e não preciso dizer que sou um admirador da sua cultura intellectual e das suas celebridades; com orgulho reconheço ser um discipulo de Gauss, e tenho a maior estima pelo*

⁽⁹¹⁰⁾ Dossier *Mr. Vasco de Quevedo*. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽⁹¹¹⁾ Legação de Portugal, n.º 1, Jantar diplomatico na Chancellaria do Imperio, 9-1-1913. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹¹²⁾ Legação de Portugal, série A, «Interview» com jornalistas alemãs, 10-10-1912. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

meu collega desta Universidade Prof. Schwarz. Podia, a propósito, ter acrescentado que nos seus estudos em Coimbra tentou aprender alemão pelo francês, essencialmente por causa da obra desse mestre alemão. Passa depois à pergunta sobre o que pensava do futuro de Portugal, dizendo: *Estou convencido que as novas instituições estão agora consolidadas. Não ha que receiar qualquer modificação. A convenção ha pouco estabelecida entre Espanha e Portugal, com que se determinou que durante um espaço de 3 annos nenhum chefe do partido realista ou ninguem que abertamente pronunciasse pela monarchia pudesse permanecer em Hespanha, hade contribuir para esta consolidação.* E desdramatizou a turbulência ideológico-política que ainda se notava: *Como em todas as nações onde se agitam ideas politicas, não faltarão entre nós luctas politicas. Mas logo que as nossas instituições republicanas forem atacadas, todas as desavenças cessam e a nação junta-se para repellar o ataque. Isto ficou bem patente pela occasião das incursões realistas do anno passado e deste anno. Outra cousa se evidenciou: a fidelidade do exercito á Republica, pois as tropas que se opposeram aos realistas não hesitaram um momento. O povo tambem confia na nova forma de Governo. O commercio resurge e Portugal promette voltar a ser um importante factor nos paises civilizados.*⁽⁹¹³⁾ Um trecho de propaganda elementar que veicula a República como situação política consumada, assente na vontade popular e na adesão do Exército, bases de um Portugal novo e moderno.

Competia-lhe passar este tipo de discurso, embora os receptores fossem poucos e, no mínimo, cépticos. Para a generalidade da opinião pública alemã, contava a versão dos factos expedida de Portugal pelos compatriotas correspondentes dos grandes jornais. E essa versão não coincidia com o retrato cor-de-rosa do Ministro português. Óbvia e grave dissonância, que procurou equacionar nos primeiros meses da sua missão de *charme*.

Um período caracterizado a nível internacional pela explosão no paiol dos Balcãs, com o deflagrar das duas guerras balcânicas.⁽⁹¹⁴⁾

Em Portugal, o 3.º Governo aguentou-se um semestre, sucumbindo em Janeiro de 1913 com a prostração nervosa do Presidente do Conselho Duarte Leite, que se demite. Esgotadas as possibilidades dos moderados e da fórmula concentracionista, o Presidente Arriaga chama a formar Gabinete o líder dos democráticos, Afonso Costa, com um elenco monopartidário. Na pasta dos Estrangeiros, António Macieira substitui Augusto de Vasconcelos.

Neste contexto histórico-político, Sidónio leu jornais como nunca até então houvera feito e o que lia, tirando os domésticos editoriais de *A Lucta* e o noticiário de outras eventuais «folhas» portuguesas, pouco tinha de agradável. Logo a 26 de Setembro era forçado a enviar para Lisboa a tradução da notícia publicada no número do dia 17 do *National Zeitung*, órgão nacional-liberal, e marcada pela censura à forma como eram tratados os presos políticos em Portugal — as prisões estavam cheias de presos, suspeitos de realistas e de conspiradores — e pela atitude das novas autoridades para com o Povo *inculto e indiferente: Os chefes de hoje, maltratam o povo tendo sempre na boca a*

⁽⁹¹³⁾ Legação de Portugal, série A, «Interview» com jornalistas alemães, 10-10-1912. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹¹⁴⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 588.

Egualdade e a Fraternidade com que o ludribiam. Assim, seis milhões de portugueses são governados por alguns milhares de revolucionarios, publicistas, oradores de comicio e outros taes que não teem a menor noção dos negocios publicos.⁽⁹¹⁵⁾ Portugal aparecia, assim, governado por incompetentes, de quem Sidónio Pais era o rosto e a voz na Alemanha! Contradição afrontosa face às entrevistas que concedera na véspera. E muito significativa — a hostilidade era implacável. Pediu, por isso, elementos sobre o que se estava a passar nas prisões portuguesas a fim de *contradictar para levantamento do prestigio da Republica*.

Estava a poucos dias da data comemorativa de 5 de Outubro, que, pela primeira vez, iria festejar longe da Pátria. Decidiu, por isso, como relatou depois em despacho de 15 de Outubro, convidar os seus compatriotas que nessa data se encontravam em Berlim para celebrarem com ele a Festa Nacional.⁽⁹¹⁶⁾

Cerca de um mês mais tarde, em novo despacho para o Ministro Vasconcelos, chamava a atenção para o artigo do correspondente em Lisboa do *Hamburger Nachrichten*, um dos mais lidos na grande cidade hanseatica, artigo esse em que se apreciavam *desfavoravelmente alguns actos do Governo da Republica, desde a sua proclamação em 5 de Outubro de 1910*. No mesmo despacho Sidónio informava que procurou saber, através do Cônsul-Geral em Hamburgo, quem era o autor de tão severo e áspero texto para com os políticos republicanos — *excellentes propagandistas e demolidores e agora incapazes de um trabalho positivo de governo e reconstrucção* —, intitulado *Um Golpe de vista retrospectivo*. Aquele diligente funcionário apurara que o correspondente do *citado jornal hamburguez era, se não é ainda, o Snr. Bruno Buchenbacher, ahi bem conhecido.*⁽⁹¹⁷⁾ A intenção da pesquisa não carecia de ser explicitada, por tão óbvia que era: chamasse o Governo o jornalista em causa e desse-lhe a sua versão dos factos, transmitisse-lhe a sua confiança na força redentora da República, nas maravilhas que podiam tardar um pouco, mas que chegariam pródigas e fartas...

Em despacho de 5 de Dezembro depunha, finalmente, nas mãos do Ministro e do seu Governo uma primeira arma de contra-ataque, para ajudar a desintoxicar a opinião pública alemã à custa dos franceses. O *grande jornal francez Le Temps* acabava de publicar um suplemento ilustrado consagrado à República portuguesa, trabalho *brilhante e eficaz de propaganda do nosso bello paiz*. Parecia-lhe útil aproveitar essa peça original e oportuna que mostrava Portugal através das suas belezas naturais e dos seus interessantes monumentos architectónicos: *Na verdade* — esclarece de imediato — *os grandes quotidianos allemães inserem, uma ou outra vez, cartas dos seus correspondentes que os informam do que de mais notavel ha a registrar na vida da nação que lhes dá hospitalidade. Mas essas cartas tratam quasi exclusivamente de assumptos politicos ou de questões economicas e financeiras, raro é o correspondente que se ocupa da nossa terra sob o ponto de*

⁽⁹¹⁵⁾ Legação de Portugal, série A, Presos políticos, 26-9-1912. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹¹⁶⁾ Legação de Portugal, Festa Nacional Portuguesa, 15-10-1912. Junto anexou recorte do *Norddeutsche Allgemeine Zeitung* de 8-10-1912. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros). Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 589.

⁽⁹¹⁷⁾ Legação de Portugal, *Hamburger Nachrichten*, 26-11-1912. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

vista pittoresco, descrevendo as suas alcantiladas serranias ou a risonha graça da paisagem de alguma das suas provincias.⁽⁹¹⁸⁾

Era chegada a ocasião de inverter essa monótona e corrosiva tendência, desviando os olhares dos alemães para as paisagens e os monumentos de uma terra que não podia continuar a ser visita como coutada de revolucionários e de gente boçal. Propunha, por isso, que fossem adquiridos mil a dois mil exemplares do suplemento do *Le Temps* para serem distribuídos na Alemanha gratuitamente, com incidência no *comercio, agencias de viagens, corporações de industriaes e commerciantes, pessôas de distinção, etc.* O estratagem servia para um primeiro ensaio terapêutico, enquanto não conseguia *que uma das grandes empresas editoras de Berlim ou de outra cidade allemã, se preste a publicar tambem um numero especial d'uma das duas revistas de reconhecida seriedade e larga tiragem, dedicado a Portugal.* E acrescentou: *Este projecto parece-me viavel, e para a sua execução, vou empregar todos os meus esforços, combinando-os com o apoio que espero encontrar no Governo da Republica e na benemerita Sociedade de Propaganda de Portugal, que supponho não ser extranha á publicação do supplemento illustrado de Le Temps.*⁽⁹¹⁹⁾ Adiante-se, desde já, que a ajuda dos Governos, em sucessão rápida e imprópria para projectos de continuidade, será pouca, porque os meios eram escassos e quase ausente uma estratégia promocional nos grandes centros do Mundo civilizado.

Estava, assim, Sidónio entregue à sua cruzada e a 14 de Dezembro enviava mais um despacho apendiculado à tradução da carta do correspondente em Lisboa do *Hamburger Nachrichten*, o tal senhor Bruno Buchenbacher, que voltava a atacar, tendo intitulado a sua prosa de *A Verdade sobre a Republica Portuguesa* e usado, entre outros expedientes, *phrases e dados do relatorio de fazenda ultimamente presente á Camara dos Deputados pelo Snr. Ministro das Finanças, para condemnar d'uma maneira formal a administração republicana.* Era uma reincidência incómoda e, por isso, solicitava atenção da tutela *para estas continuas aggressões á Republica por parte do correspondente do citado jornal hamburguez em Lisbôa, afim de se tomarem sobre este factio as medidas que forem julgadas convenientes.*⁽⁹²⁰⁾

Nesse mês de Dezembro, D. Manuel II visitou o seu primo e amigo Guilherme II tendo, então, conhecido a princesa Augusta Vitória de Hohenzollern. Aproveitou o ensejo para contar ao Kaiser a pendência que mantinha com as autoridades republicanas, renitentes na devolução dos seus bens pessoais. O ex-monarca pretendia ajuda do seu poderoso parente, mas este lado da visita não transpareceu na imprensa e muito menos nos bastidores da Chancelaria. O *Berliner Lokal Anzeiger* limitara-se a umas duas linhas e tratara-o por ex-rei.⁽⁹²¹⁾ Este laconismo bastou para que Sidónio desvalorizasse o factio, sendo-lhe de todo impossível saber o que se passava no círculo fechado do Imperador: Uma barreira intransponível que limitou bastante o seu desempenho político-diplomático.

⁽⁹¹⁸⁾ Legação de Portugal, série B, Propaganda de Portugal, 5-12-1912. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹¹⁹⁾ *Ibidem.*

⁽⁹²⁰⁾ Legação de Portugal, série A, *Hamburger Nachrichten*, 14-12-1912. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹²¹⁾ *Ibidem*, 14-2-1913.

Atento e exaustivo quanto ao respigo do noticiário sobre Portugal, disperso por toda a imprensa alemã (da dos grandes centros urbanos à da província), Sidónio pôde, também, verificar que a campanha intoxicadora não era rigorosamente sistemática, entremeando com alguma matéria mais estritamente informativa, exemplificada, aliás, pelos vários recortes que em 25 de Janeiro de 1913 se apressou a remeter ao novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, António Macieira, relativos à apresentação do novo Ministério no Congresso da República. E nesse mesmo dia elaborou em francês um ofício-circular para todos os Cônsules, que acompanhava cópia da declaração lida por Afonso Costa no Congresso. Pedia-lhes o seu contributo para que a imprensa alemã desse a maior publicidade a tão importante documento, onde se encontravam claramente expostas as medidas que o Governo da República se propunha adoptar com vista ao desenvolvimento político, económico e financeiro do país: *Je vous prie donc de tâcher obtenir que les plus importants journaux de votre circonscription reproduisent, du moins en résumé, la déclaration ci-incluse.* Aproveitava a ocasião para lhes lembrar o espírito hostil relativamente à situação portuguesa de que muitas vezes uma grande parte da imprensa do Império dava provas, sendo abundantes os artigos em que os factos apareciam alterados ou mal interpretados ou ainda os menores incidentes explorados de forma malévola e pouco imparcial. Esperava, por isso, que *sans intervenir officiellement, vous employerez discrètement votre influence et vos relations personnelles de façon a modifier, peu a peu, cet état de choses. Je désire seulement qu'on dise la vérité et qu'on fasse justice á mon pays. Vous jugerez vous-même dans quelle mesure il vous sera possible d'agir auprès des journaux importants pour les persuader a être plus équitables et modérés dans leurs critiques. Vous vous adresserez aussi au besoin a cette Légation pour obtenir les renseignements et les rectifications nécessaires.*⁽⁹²²⁾ Era a mobilização geral das energias disponíveis para o combate em prol de uma *política de verdade* — expressão que lhe era muito cara.

Entretanto, não havia só trabalho. Havia também o irresistível apelo da vida cosmopolita e mundana em companhia de Céline Chatry. E havia ainda a presença da família, longe e sempre perto, num intercâmbio regular de cartas e de postais.⁽⁹²³⁾

Na sua maioria as notícias procediam de Coimbra, mas também da Figueira da Foz e de Amarante, onde D. Maria dos Prazeres Martins Bessa e os filhos se hospedavam em casa da sua irmã Emília e do cunhado Abel Nogueira Soares⁽⁹²⁴⁾ e da irmã Palmira, mãe, entre outros, do Júlio e do Sebastião,⁽⁹²⁵⁾ muito chegados aos tios Sidónio e Prazeres. À beira Tâmega, eram ainda visita obrigatória da irmã Laura e cunhadas Coimbra, do Dr. Monteiro e de outros velhos amigos.

⁽⁹²²⁾ Legação de Portugal, doc. n.º 1, 25-1-1913. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹²³⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 592-593.

⁽⁹²⁴⁾ Era bom o relacionamento entre eles e isso mesmo é confirmado pelo acervo epistolográfico. Correspondência, Cartas do cunhado Aníbal Martins Bessa. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

⁽⁹²⁵⁾ Correspondência, várias cartas desde 14-11-1912 a 20-12-1914. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

Da troca epistolar com a mãe, D. Rita Júlia, há várias cartas desta entre Setembro de 1912 e Julho de 1913. Numas começa por agradecer a cartinha do filho e noutras formula o desejo de *saber notícias tuas. Como tens passado?*. Tópico regular e infalível era dar notícias dos de casa — da Ritinha, do Alberto (em Julho de 1912 estava ainda em Luanda, mas em Março de 1913 já tinha chegado à Metrópole e no início de 1914 será promovido a capitão), do António (regressado de Chinde, como pretendia, e de malas feitas para Leça da Palmeira)⁽⁹²⁶⁾ e do Aureliano, de quem havia infelizmente pouco a dizer; salvo alguns recados do Hospital do Conde Ferreira sobre a sua incurável demência e o pagamento das respectivas mensalidades. Os seus rapazes não se esqueciam de enviar dinheiro para sustento da mãe e da irmã solteira e por causa daquele pesado encargo hospitalar:⁽⁹²⁷⁾ Ajuda financeira que ela dignamente sempre agradecia e que, por vezes, em situações de aperto, até solicitava com *mil desculpas: Custa-me a pedir-te isto porque bem sei que tens muitas despesas (...)* Mas não te aflijas, e isto é se poderes, pois de contrario não quero que te sacrifiques. Conselhos de mãe calejada e desconfiada de em todo o lado *comerem a gente*, ou seja, explorarem nas rendas de casa e nos negócios em geral: *Lembra-me dizer-te que te não metas em grandes despesas de pôr casa, pensando n'isto com vagar, pois como esse lugar é temporario, podes ter um grande prejuizo n'isso e por isso pensa bem e fás aquilo que te convier melhor, e muito cuidado com a exploração, por que em todos os países é a mesma coisa com relação a comerem a gente, e conforme é a posição do individuo, mais tratam de explorar-nos. Emfim tu lá sabes, mas acautela-te.*⁽⁹²⁸⁾ Referências também à nora e aos netos: *Oxalá que ella [a Prazares] socegue e se vá conformando com estas cousas da vida;* e à respectiva vida doméstica: *De Coimbra tivemos há tempo notícias pela Missi, na ocasião do fallecimento da criada Maria, depois d'isso não tornamos a ter de lá noticias apesar de ter enviado uma carta tua para a Prases, mas que vinha subscripta para mim e enviada para a Estrada da Beira, enviando-a a Praseres logo para cá.* Interessantes são ainda os comentários sobre a política do país e os eventuais precalços ou dificuldades criadas à carreira do filho por inveja ou interesse. A ida para Berlim não foi pacífica e nas Câmaras levantaram-se vozes, que os jornais reproduziram: *Pelos jornais que tenho lido vejo a questão que houve nas Camaras por causa da tua licença, incomodou-me isto bastante porque reconheço o preposito de fazerem guerra áquelles que bem querem servir o paiz, mas não vale a pena fazer sacrificios por que isto é um paiz condenado, aonde me parece só reina a enveja e o interesse, calcando tudo mais aos pés. Penso sempre n'estas coisas porque sempre desejei o bem do meu paiz, mas infelismente vejo que não há meio de se levantar. O que te peço é que te não aflijas com coisa alguma, por que os envejosos tambem um dia serão pagos do seo trabalho.*⁽⁹²⁹⁾

Na sequência dos esforços desenvolvidos junto da imprensa alemã, Sidónio Pais abordou o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros português com um longo despacho

⁽⁹²⁶⁾ Correspondência, Carta de 27-3-1913. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

⁽⁹²⁷⁾ Correspondência, Carta de 26-7-1913.

⁽⁹²⁸⁾ *Ibidem*, Carta de 27-1-1914.

⁽⁹²⁹⁾ *Ibidem*, Carta de 28-11-1912.

confidencial, datado de 14 de Fevereiro, e dedicado a esse candente tema. Segundo ele, a hostilidade da imprensa, em doses variáveis e diferenciadas, era destilada desde os *jornaes clericaes ou ferrenhamente conservadores* aos mais avançados. Todos defendiam as suas ideias e crenças, mas ao mesmo tempo não eram vendáveis como noutros países e uniam-se em torno de um sentimento comum — a defesa patriótica do interesse nacional. Esta característica impressionara-o favoravelmente e sugeria-lhe uma evidência: *temos de contar sempre com a hostilidade viva dos jornaes clericaes, e que por outro lado nunca podemos pensar em levar as gazetas de tendencias liberaes ou avançadas a defender o que seja que possa estar em desarmonia com o que ellas supponham ser o interesse da Allemanha, muito embora este possa estar por vezes em conflicto com o nosso direito.* Na impossibilidade de vergar a irredutível imprensa católica e conservadora, reduzida a dois periódicos principais — a *Germania* de Berlim e o *Kölnische Volkszeitung* de Colónia, ambos apostados na *mais acerba campanha e inutil é esperar d'elles graça* — e remetendo-se a restante imprensa protestante ou judaica, conservadora ou liberal, não católica, a uma posição algo passiva, confessava a António Macieira haver só um meio de modificar este estado de coisas, e é ganhar as *simpathias da restante imprensa, tentando a aproximação dos seus redactores e correspondentes, e conquistando a sua colaboração. É isso o que tenho pretendido fazer. E é assim que, como ha dias tive a honra de communicar a V. Ex.^a, consegui do redactor-chefe do «Berliner Tageblatt», o jornal de mais importancia em Berlim, a promessa de publicação d'um grande artigo em que se descrevesse a obra da Republica n'estes dois annos e meio, para o qual aguardo os elementos que tambem por essa occasião pedi a V. Ex.^a e fiquei de dar áquelle jornalista.* A linha a seguir devia, pois, ser a de fornecer aos grandes periódicos mais permeáveis à causa portuguesa artigos importantes sobre a boa obra da República, mas sem entrar em discussão ou polemica com os jornaes que nos guerreiam. Entendia que assim se atenuariam os efeitos produzidos pelos artigos desfavoráveis entretanto publicados. Mas propunha mais e esse alvitre revela as proverbiais perseverança, prudência e afabilidade de Sidónio Pais:

Não pode evidentemente esta Legação, porque perderia toda a autoridade, estar a intervir a cada momento e a proposito de incidentes de pouco valor com desmentidos officaes, de resto tardios necessariamente. Mas o que pôde, se estiver informada a tempo pelo Governo, é indagar das redacções d'alguns jornaes qual é a noticia que elles vão dar sobre um determinado acontecimento e obter a modificação de harmonia com a informação official, evitando assim que se altere a verdade.

Para esse fim era indispensavel que a Legação tivesse a communicação telegrafica immediata de todos os acontecimentos de certa importancia que se produzam no país. Este serviço custaria algum dinheiro, mas o resultado seria optimo. Muitas vezes poderíamos nós dar ás redacções em primeira mão as noticias, o que ajudaria a manter as boas relações com ellas.

Por outro lado, sendo certo que o principal mal está nas correspondencias que d'ahi chegam á imprensa allemã, conviria tratar de ver se é possível remover a má vontade dos correspondentes, que parecem ser ainda os mesmos do tempo da monarchia. Aqui não se tolera que um estrangeiro residente na Allemanha envie para fóra artigos mesmo ligeiramente desagradaveis para o país. Não poderemos por varias circunstancias e não queremos nós n'um regimen republicano ser tão intole-

rantes. Não sou mesmo partidário d'essa forma de procedimento, mas julgo que bom resultado se poderá tirar por um processo opposto, procurando uma aproximação desses correspondentes e indagando em todo o caso dos motivos por que elles nos são desfavoráveis.⁽⁹³⁰⁾

O que Sidónio pretendia era organizar uma espécie de serviço de imprensa e de contra-propaganda, pautado por critérios pedagógicos, ou seja, proporcionar sem violência ou actos ilícitos que fosse divulgada e descoberta a verdade sobre Portugal.

Foi de tal modo forte o seu investimento na resolução deste problema que não admira ter havido algum efeito positivo, apesar da escassez de meios, da limitada ajuda de Lisboa e dos particularismos apontados à imprensa alemã. A campanha contra a República portuguesa começou a abrandar e a amolecer pouco a pouco. Isto mesmo se congratulou de poder comunicar, em 18 de Março, ao seu superior hierárquico a propósito de dois artigos, anexos ao despacho com as respectivas traduções, do *Hamburger Nachrichten* e do *Neue Preussische (Kreuz) Zeitung* de Berlim: *Supponho que algumas providencias foram tomadas pelo Governo, e é um facto que as correspondencias para o «Hamburger Nachriten» são ha algum tempo menos hostis a Portugal. Nas que agora envio, como V. Ex.^a poderá ver, de mistura com muito veneno, veem algumas considerações que nos são favoráveis. Parece-me que alguma mudança se produziu na maneira habitual que elle tinha de nos tratar, em todo o caso não deixarei de ler todas as correspondencias que elle continuar a enviar pois julgo necessario não o perder de vista.*⁽⁹³¹⁾ E Sidónio Pais não perdeu de vista muitos outros temas, tratados ao longo de uma volumosa e regular correspondência diplomática, com natural incidência nos económicos geralmente suscitados pelos relatórios consulares.⁽⁹³²⁾

O *Auswärtiges Amt* podia ser um «barril» de intriga e era seguramente um sepulcro fechado em obediência cega a ordens superiores e em torno de *dossiers* confidenciais e delicadíssimos de política externa, que, como já sublinhámos, nasciam e morriam muitas vezes no Gabinete privado do *Kaiser*. Seria precisa muita astúcia e uma desconfiança quase obsessiva para de um tal «poço» arrancar revelações importantes. Ignoramos se num ambiente destes João Chagas, que se considerava o modelo, o decano, o príncipe dos diplomatas da República — acima de Teixeira-Gomes, de Augusto de Vasconcelos, de José Relvas (em Madrid), de Eusébio Leão (em Roma), de Bernardino Machado (de novo no Rio de Janeiro em 1913), enfim, de todos os seus antigos correligionários da propaganda anti-dinástica agora convertidos em diplomatas — conseguiria ser perspicaz e hábil a ponto de sondar o insondável. Mas o que sabemos, pela informação disponível, é que Sidónio Pais, tal como Teixeira-Gomes em Londres, esteve sempre suspenso das versões filtradas oficialmente.

⁽⁹³⁰⁾ Legação de Portugal, série A, Sobre a imprensa alemã, 14-2-1913. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹³¹⁾ *Ibidem*. Os artigos traduzidos em anexo tinham, respectivamente, os títulos *Portugal. Alemanha e Inglaterra* e *Duas interpeleções e uma declaração*.

⁽⁹³²⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — *A Alemanha no princípio do século XX à luz da correspondência consular portuguesa*, in LOPES, Marília dos Santos, KNEFELKAMP, Ulrich e HANENBERG, Peter (hg.) — *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa*, ob. cit., p. 61-66.

Que não ficou inactivo, nem distraído, prova-o a conferência com o Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Zimmermann antes de 21 de Fevereiro, data do anúncio público de que a Inglaterra e a Alemanha mantinham, entre si, negociações sobre a remodelação do tratado de 1898, sem quaisquer detalhes sobre o respectivo texto. Desse encontro obteve a garantia de que nada havia que pudesse justificar qualquer receio para a soberania de Portugal nos seus territórios ultramarinos, porque não havia nenhum acordo anglo-alemão!... Mais ainda: Zimmerman confidenciara-lhe que a Alemanha desejava alargar o seu comércio por acordo com a Inglaterra e Portugal. As palavras do seu interlocutor não lhe afastaram de todo a suspeita de que alguma coisa se estaria a passar: *Das suas palavras que minuciosamente envio pelo correio depreendi que algumas negociações havia.*⁽⁹³³⁾

O reconhecimento formal de um acordo que ameaçava a integridade colonial portuguesa alvoroçou a opinião pública, forçando o Ministro António Macieira a comparecer em S. Bento e a declarar que não havia acordo, nem negociações pendentes entre as duas grandes potências que pudessem ameaçar a integridade da soberania ou dos interesses de Portugal, *nem se trata neste momento de qualquer conferência internacional para resolução de questões africanas.*⁽⁹³⁴⁾

Esta declaração tranquilizadora escondia as dúvidas expressas pelo Ministro de Berlim, que voltará a insistir junto do *Auswärtiges Amt*, ao mais alto nível, em busca de um novo desmentido que pudesse ser encarado como categórico e definitivo. O Secretário dos Negócios Estrangeiros alemão, em audiência, reafirmou-lhe serem infundados os boatos publicados nos jornais sobre acordo ou negociações existentes entre Alemanha e Inglaterra relativamente a domínios portugueses em África e tranquilizou o Ministro português garantindo-lhe que se um dia fosse tratado qualquer assunto relativo às colónias seria logo informado. Após este acto magistral de dissimulação, Sidónio Pais julgou a «tempestade» ultrapassada e comunicou, por isso, ao M.N.E. que a audiência decorrera na maior cordialidade e que as relações com a Alemanha nunca tinham sido melhores. Ao contrário do afirmado por David Ferreira⁽⁹³⁵⁾ Sidónio não só esteve a par do processo, mas até reflectiu maduramente sobre ele, como mostra em carta particular e confidencial de 2 de Maio de 1914 para o seu «chefe» Brito Camacho, a que adiante se faz a devida referência.

Em Lisboa o seu homologado alemão não se deitava a pensar na imprensa portuguesa e nas suas ferroadas anti-germânicas, que apesar de incómodas não eram prioritárias. Também não o absorvia muito a rotineira e minuciosa descrição dos episódios relativos à animada vida parlamentar e política portuguesas. O que, então, o preocupava realmente, como se vê pela correspondência enviada para Berlim e pelo que registou nas suas memórias, era o acordo anglo-alemão.

⁽⁹³³⁾ Legação de Portugal, série D, Telegrama n.º 22, 18-2-1913. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros). Ver sobre este assunto RAMALHO, Miguel Nunes — *Sidónio Pais diplomata e conspirador*, ob. cit., p. 40 e ss.

⁽⁹³⁴⁾ Cit. por TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Poder e a guerra, 1914-1918*, ob. cit., p. 129-130.

⁽⁹³⁵⁾ Cf. FERREIRA, David — Pais, Sidónio Bernardino Cardoso da Silva (1872-1918), in SERRÃO, Joel (dir.) — *Dicionário de História de Portugal*, vol. 3. Porto: Iniciativas Editoriais / Livraria Figueirinhas, 1971, p. 281.

Friedrich Rosen orgulhou-se da colaboração prestada a esse segundo ensaio de acordo de partilha colonial. Esmerou-se na tarefa, porque, a cremos nas suas palavras, era-lhe de todo favorável. Durante o segundo semestre de 1912 estudou aplicadamente a situação económica portuguesa e o estado particular das respectivas colónias — de Angola a Timor.⁽⁹³⁶⁾ Em Janeiro estava já em condições de fornecer ao seu Governo relatórios financeiros muito completos e o seu parecer sobre o atraso das colónias portuguesas, além de uma análise do tratado falhado em 1898.

As negociações avançaram e a 13 de Agosto de 1913 o acordo era rubricado para posterior assinatura e ratificação. Nas suas linhas mestras estabelecia uma nova partilha territorial e alargava a base da intervenção nos territórios ultramarinos de Portugal: a Grã-Bretanha ocupava quase exclusivamente Moçambique, cedendo à Alemanha a região do Niassa, que ficava também com Angola e Cabinda, deixando apenas aos ingleses uma pequena faixa a leste do meridiano 20 de longitude W.; e os alemães prescindiam de Timor para não susceptibilizarem a Holanda, nem a Austrália, ganhando S. Tomé e Príncipe. A justificação para uma ocupação efectiva nos moldes traçados já não se cingia, como em 1898, ao critério financeiro, à bancarrota de Portugal e a subsequente necessidade de entregar colónias para pagamento do serviço da dívida externa, mas também a um critério político de intervenção para defesa de vidas e bens dos nacionais ingleses e alemães, sempre que as autoridades coloniais portuguesas não estivessem em condições de os garantir.⁽⁹³⁷⁾ Olhando para as cláusulas do novo texto, Rosen não hesitou em considerá-las globalmente favoráveis à Alemanha, que aumentara a área de influência, calculada em 1.600.000 km². Tratava-se, pois, de um bom acordo que os ingleses deviam assumir em pleno.

As Colónias portuguesas na mira anglo-germânica

Ao longo de 1913 e na sequência do fracasso, no ano anterior, da missão de Lord Haldane (rotulado por Manuel Teixeira-Gomes o *mais alemão de todos os alemães*⁽⁹³⁸⁾) sobre um acordo de redução naval com os alemães, o Governo liberal inglês de Herbert Henri Asquith apostara numa aproximação ao *II Reich* nem que tivesse para isso de sacrificar os territórios do seu velho aliado peninsular. Era uma manobra de grande risco, como já salientámos, e a extrema ambiguidade da diplomacia inglesa neste caso mostrou isso mesmo.

Pelos despachos de Teixeira-Gomes para Lisboa sobre os contactos havidos no *Foreign Office* com o Ministro Edward Grey e o Subsecretário Sir Eyre Crowe os ziguezages são notórios: de início afiançaram-lhe não haver em perspectiva qualquer conferência internacional sobre assunto colonial, mensagem comunicada para Lisboa em telegrama de 19 de Fevereiro; mas a 21 desse mês a comunicação feita com autorização de Lon-

⁽⁹³⁶⁾ ROSEN, Friedrich — *Aus einem diplomatischen wanderleben*, vol. 2, ob. cit., p. 113 e ss.

⁽⁹³⁷⁾ Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Poder e a guerra, 1914-1918*, ob. cit., p. 133.

⁽⁹³⁸⁾ Cf. TEIXEIRA-GOMES, Manuel — *Uma fácil vitória diplomática. Seara Nova*, Lisboa, Lisboa (267), 15 de Outubro de 1931, p. 35-41.

dres ia no sentido do reconhecimento de *negociação pendente para remodelar o tratado anglo-alemão de 1898, mas sem alterar o carácter primitivo. Duma forma geral, Sir Edward Grey julga conveniente a publicação deste género de tratados e buscar a oportunidade de o fazer prometendo ao Governo Português que quando chegar nos dará de ante mão, conhecimento do seu texto;*⁽⁹³⁹⁾ a partir dessa data as notas oficiais inglesas passaram a insistir na reafirmação de que o assunto se encontrava exactamente no ponto divulgado; e pelo que transparece da correspondência diplomática entre o Ministro em Lisboa e o *Foreign Office* conclui-se que os ingleses estavam decididos a concretizar acordos com os alemães tendo por base as colónias portuguesas, embora de forma gradual e prudente.

Começariam por um acordo de esferas de influência aceite por Portugal e em que este pequeno país periférico acabaria por seguir o conselho do Sir Edward Grey, encorajando o capital britânico e germânico a desenvolver Moçambique e Angola nos termos do acordo de 1898. Visavam, assim, entreter as autoridades de Lisboa e não admira que Sir Lancelot Carnegie e Sir Edward Grey tenham dissuadido Afonso Costa de visitar Londres com o fito de aclarar o processo, alegando-lhe não ser esse o momento mais oportuno, dada a situação política na Europa de Leste, para discutir assuntos anglo-lusos tão exaustivamente quanto ele desejaria. Para além do mais Costa continuava a ser uma *persona non grata* em território de Sua Majestade, por efeito da forte campanha anti-republicana dos monárquicos e do ex-rei D. Manuel II aí exilado. Destas hábeis manobras diplomáticas resultou, na prática, que o Governo de Afonso Costa decidiu, sobretudo para consumo interno, proclamar a ideia de que as tão temidas negociações anglo-alemãs não passavam de boatos espalhados pelos inimigos da República no estrangeiro. Esta a tese defendida pelo Ministro António Macieira na conferência sobre *Portugal e as Nações Estrangeiras* proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, a 24 de Novembro, perante a presença de vários diplomatas estrangeiros e na ausência do inglês, por impedimento pessoal.

Se esta era a versão oficialmente aceite em Lisboa pelo Governo, Sidónio Pais podia permanecer tranquilo em Berlim quanto ao dossier do eventual acordo anglo-alemão. Mas não tardou a ser alertado pela comunicação que o seu colega de Londres enviara ao M.N.E. confirmando que as negociações com a Alemanha tinham chegado ao seu termo e deram lugar à rubrica de um tratado secreto, apenas, segundo Teixeira-Gomes, com pequenas modificações. Consegue, então, obter idêntica confirmação da *Wilhelmstrasse* e acrescenta: *ao contrário do que se insinuara... é de uma grande vastidão.*⁽⁹⁴⁰⁾ Entrava-se numa nova fase: em Londres Teixeira-Gomes bate-se no sentido da publicação do tratado, considerando inadmissível que se conservasse secreta a matéria versada, posição assumida pelo Governo inglês junto das autoridades alemãs. Mas a Alemanha só acederá a assinar o acordo após publicação prévia em 28 de Julho de 1914, à beira da deflagração da Grande Guerra. O acordo que tanto entusiasmara Friedrich Rosen falhava abruptamente graças, de novo, ao troar dos canhões.

⁽⁹³⁹⁾ Cf. RAMALHO, Miguel Nunes — *Sidónio Pais diplomata e conspirador*, ob. cit., p. 57 e ss.

⁽⁹⁴⁰⁾ Acordo Anglo-Alemão, 3.º piso, arm. 12, maço 164 (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros); cit. por TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Poder e a guerra, 1914-1918*, ob. cit., p. 133.

A indiscutível importância destas sigilosas e complicadas negociações feitas à revelia dos interesses portugueses não ofusca, porém, outros casos de incidência colonial que prenderam a atenção do nosso Ministro durante a fase do seu tirocínio em Berlim.

O decreto de 17 de Novembro de 1913, conhecido pela designação de «porta aberta», sobre as mercadorias em trânsito através de Angola para as colónias vizinhas, suscitou as mais profundas reservas do então Governador-Geral, major José Mendes Ribeiro Norton de Matos, um colonialista apaixonado, anglófilo e anti-germânico ferrenho, que, nas suas memórias, atribui esse diploma às exigências da Alemanha e às sugestões de Inglaterra, considerando-o uma benesse à Alemanha, empenhada antes e depois da Grande Guerra na *formação de um enorme império colonial na África central, que se estendesse de mar a mar e onde se incorporariam Angola, parte importante de Moçambique, quasi todo o Congo Belga e grandes regiões africanas francesas.*⁽⁹⁴¹⁾ Considerações animadas por um notório e vincado *preconceito* político-colonial contra a Alemanha que Sidónio Pais não partilhou publicamente, embora considerasse que as colónias portuguesas tinham de ser alvo de uma gigantesca obra de fomento com capitais nacionais e estrangeiros em proporções aceitáveis, ou seja, que não pusessem em causa a soberania portuguesa. E neste ponto comungava da perspectiva de Norton de Matos, bem como, aliás, da generalidade da classe política metropolitana e ultramarina da época.⁽⁹⁴²⁾ Mas ao contrário daquele camarada de armas e por força das suas funções diplomáticas em Berlim, mostrou-se, em princípio, favorável às pretensões alemãs desde que não pusessem em risco os interesses de Portugal.

Esta postura ficará bem evidenciada a propósito do incidente de Naulila, em Outubro de 1914, mas já antes, em finais de 1913, na sequência de campanha veiculada pela imprensa alemã em relação ao engajamento de indígenas de Angola para a África alemã — os respectivos colonos mostraram-se interessados em obter mão-de-obra entre os Ovambos controlados pelas autoridades portuguesas e aparentemente desocupados pela quebra das obras de fomento colonial — Sidónio não viu, à partida, nenhum inconveniente nessa pretensão e auscultou Lisboa sobre se consentiria na *exportação de serviços*. A resposta tardava a chegar, prolongando-se pelo ano seguinte e Sidónio insistiu, sem supôr que o silêncio do M.N.E. derivava de um minucioso relatório elaborado pela Direcção-Geral das Colónias em colaboração com o Governador-Geral de Angola, em que a proposta alemã era interpretada como uma campanha de descrédito da política colonial portuguesa.⁽⁹⁴³⁾ E esta significativa dissonância de prismas repetiu-se a propósito da comissão mista luso-alemã criada com o objectivo de estudar as alterações a introduzir no caminho-de-ferro de Moçâmedes a fim de ligá-lo o mais rapidamente possível ao Sudoeste alemão: a permanência em Angola desta comissão era inaceitável para Norton de Matos que a considerou uma missão de espionagem militar,⁽⁹⁴⁴⁾ enquanto

⁽⁹⁴¹⁾ Ver MATOS, Norton de — *Memórias e trabalhos da minha vida*, vol. 3, ob. cit., p. 15.

⁽⁹⁴²⁾ Ver, entre outros, CLARENCE-SMITH, Gervase — *O Terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985, p. 119 e ss.; e TORRES, Adelino — *O Império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991, p. 265-284.

⁽⁹⁴³⁾ Engajamento de indígenas de Angola para África Sudoeste Alemã (1913-1914), maço 150. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros); e cf. FARINHA, Luís — Sidónio Pais em Berlim, art. cit., p. 32.

⁽⁹⁴⁴⁾ Cf. MATOS, Norton — *Memórias e trabalhos da minha vida*, vol. 3, ob. cit., p. 45-46.

para Sidónio Pais ela devia ser constituída sem demora porque entendia o projecto como uma importante obra de fomento colonial.⁽⁹⁴⁵⁾

Esta divergência em relação às iniciativas alemãs, que prenuncia duas atitudes diferentes face à Guerra, uma acirradamente beligerante e outra pragmaticamente neutralista, ocorreu em finais de 1914 e coincidiu com os incidentes de Naulila e de Cuangar, mas antes de vermos como Sidónio Pais tentou lidar com essa delicada questão, convém ainda explorar mais alguns aspectos da sua actividade diplomática relativa a 1913 e sondar, na medida do possível, a esfera privada — notícias da família e impressões da sua vivência em Berlim.

Outros tópicos relativos a 1913

A par da leitura atenta da imprensa alemã e da prossecução de diligências eficazes para adoçá-la relativamente à situação interna de Portugal, Sidónio não deixou de acolher com a maior solicitude a sugestão do Secretário-Geral da Associação Internacional contra a Tuberculose *para que esta Legação faça interessar o Governo português pela XI Conferencia Internacional contra a Tuberculose, que deve reunir nesta capital de 22 a 26 de outubro do corrente ano, presidida pelo snr. Léon Bourgeois.*⁽⁹⁴⁶⁾

Prestou, também, particular atenção ao anunciado casamento de D. Manuel II com sua prima Augusta Vitória, neta da infanta portuguesa Maria Antónia e descendente da linha não reinante da Casa Hohenzollern. A cerimónia efectuar-se-ia em Sigmaringen a 4 de Setembro,⁽⁹⁴⁷⁾ mas em Abril Sidónio Pais enviava um despacho confidencial para o M.N.E., informando que acabara de ser feito o *ajuste do casamento do ex-rei Manuel*. Mostra-se surpreendido com o acontecimento porque *quando no ano passado o ex-rei esteve em Munich, tinha feito por essa ocasião conhecimento com a princeza que é hoje sua noiva* e esclarece que a projectada união carecia do consentimento do Kaiser, chefe do ramo reinante da mesma Casa: *De resto esse consentimento foi noticiado no «Berliner Lokal Anzeigen», jornal officioso, como V. Ex.^a sabe, e é também confirmado pela noticia do telegramma de felicitações enviado pelo Kaiser á ex-rainha Amelia de Portugal*. Sobre o perfil do ex-monarca na Alemanha refere que *Não tinha o ex-rei Manuel grande cotação na Allemanha, a cujos costumes guerreiros não agradou decerto a sua passividade e defecção por ocasião do 5 de Outubro de 1910*, e quanto às implicações políticas da aliança de um Bragança com uma Hohenzollern confessa que a sua primeira impressão não foi boa: *Vi por um lado a importancia do ex-rei nas côrtes europeias, e especialmente na Allemanha, accrescida, o que, para o prosseguimento da conspiração não seria decerto indifferente. Por outro lado pensei no encorajamento que este facto pode representar para os partidarios ainda existentes da monarchia. Reccei ainda que a situação que lhe cria o casamento, na alta sociedade allemã, podesse alienar-nos sympathias e crear-nos alguns attritos*. Ponderando melhor os prós e os contras conclui que *se não é decerto de effeito favoravel para nós*,

⁽⁹⁴⁵⁾ Cf. FARINHA, Luís — Sidónio Pais em Berlim, art. cit., p. 32.

⁽⁹⁴⁶⁾ Legação de Portugal, série A Conferencia Internacional contra a Tuberculose, 12-2-1913. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹⁴⁷⁾ Ver SANCHES, José Dias — *O Rei saudade. Prefacio do ex.mo professor Dr. Thomaz de Mello Breyner, Conde de Maфра*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1932, p. 33-39.

não terá provavelmente consequências graves. Animava-o ainda o tratamento dado pela imprensa: a notícia reproduzida em todos os jornais e tendo dado lugar a alguns artigos mais ou menos extensos, não foi acompanhada, até agora, de comentários desagradáveis para nós. Ao contrário ella foi recebida sem entusiasmo, friamente mesmo, e, o que é mais, sem que nenhum jornal a considerasse como um acontecimento de importancia.⁽⁹⁴⁸⁾

Também neste caso Sidónio Pais só pôde guiar-se pelos sinais da imprensa, não suspeitando, por isso, da pressão particular, já atrás aludida, que, por essa altura, D. Manuel ensaiou junto de Guilherme II para que este, em colaboração com a diplomacia inglesa, forçasse a República portuguesa à devolução dos seus bens pessoais.⁽⁹⁴⁹⁾

Sempre com os olhos postos na imprensa apressou-se a confidenciar ao Ministro António Macieira que o Director da importante revista *Nord und Sud*, Dr. Ludwig Stein, oferecera os seus serviços para publicações favoráveis a Portugal e recentemente viera pedir-lhe artigos para o número de Junho ou de Julho. Tratava-se de um periódico de grande qualidade e prestígio, com artigos firmados pelas personalidades mais em evidencia no mundo. No numero que envio a V. Ex.^a, encontra-se um artigo de Wilson, o actual Presidente dos Estados Unidos da America do Norte. N'outros numeros appareceram artigos de Lord Balfour, etc.. O Director da publicação tinha em vista três artigos sobre qualquer tema político, histórico ou literário de Portugal, um do Presidente da República, outro do Presidente do Conselho de Ministros e outro do Ministro dos Negócios Estrangeiros: A situação de Portugal, a necessidade da Revolução, a obra da Republica, a importancia da litteratura portuguesa, a obra historica da civilização de Portugal, qualquer assumpto enfim em artigos curtos que tomariam duas ou tres paginas. Era uma excelente oportunidade de divulgar uma imagem favorável de Portugal entre um círculo escolhido e todavia muito numeroso de leitores⁽⁹⁵⁰⁾ e podia ser vista como um resultado palpável e muito satisfatório da campanha de sedução da imprensa alemã, a que não deve ter sido estranha Madame Blanche Henri-Marteau, uma francesa culta e elegante, bem relacionada com os círculos culturais e jornalísticos da capital prussiana e colaboradora da revista ilustrada *Paris-Berlin*,⁽⁹⁵¹⁾ que num dos retratos de pose que ofereceu ao Ministro português escreveu esta calorosa dedicatória: *Au charmant ami Monsieur Paes avec les souvenirs affectueux de Blanche Marteau*.⁽⁹⁵²⁾

Foi imediata a aceitação da ideia pelo Governo de Lisboa, apesar da morosidade da tradução dos textos para alemão⁽⁹⁵³⁾ e em Julho já Sidónio Pais podia enviar para o

⁽⁹⁴⁸⁾ Legação de Portugal, série A, confidencial Casamento do ex-rei Manuel, 25-4-1913. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹⁴⁹⁾ No Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes há, pelo menos, um pequeno «dossier» com despachos de Rosen e de von Jagow sobre D. Manuel e suas pretensões (Portugal, Acten, 21 Februar 1914 - Febr. 1919).

⁽⁹⁵⁰⁾ Legação de Portugal, n.º 50 Confidencial, 19-4-1913. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹⁵¹⁾ No Arquivo de Sidónio Pais há dois fragmentos do n.º 1, Dimanche 7 Septembre 1913 que correspondem ao artigo de Blanche Henri-Marteau publicado na secção *Les Arts* e intitulado *La musique et les rapports franco-allemands*. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim, Publicações).

⁽⁹⁵²⁾ Fotos. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

⁽⁹⁵³⁾ Legação de Portugal, n.º 133, Confidencial, 15-10-1913; e *Nord und Süd*, 29-12-1913. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

M.N.E. um recorte da *Zeitung des Vereins Deutscher Eisenbahn-Verwaltungen* de Berlim com extracto da carta-aberta de António Macieira saída na *Nord und Süd*.⁽⁹⁵⁴⁾

Não podia, contudo, baixar os braços, porque a qualquer momento irrompiam notícias falsas, infundadas ou alarmistas, como as que circularam em Julho desse mesmo ano sobre uma pretendida revolução em Portugal e um atentado contra Afonso Costa. Em despacho confidencial para Lisboa informava que se apressara a declarar *inteiramente improváveis essas notícias, visto não haver na Legação comunicação alguma telegraphica do Governo e attendendo também á origem suspeita da primeira, que vinha de Madrid*. Procedentes também de Paris esses relatos sensacionalistas pareciam architectados por forma a dar a impressão de que Lisboa se encontra n'um estado de *anarchia, provocado pelos proprios republicanos, tirando aos monarchicos toda a responsabilidade e desligando-se inteiramente dos tumultos havidos, dizendo todavia que elles se preparam e trabalham calorosamente para a restauração, provavelmente com o fim de animar as suas hostes, e de agravar ainda o quadro da situação em que descreve o paiz. Segundo esta santa gente a Republica estaria seriamente ameaçada pelas luctas intestinas entre os proprios republicanos e pela força do movimento monarchico da restauração, cada vez mais poderoso*.⁽⁹⁵⁵⁾ De concreto, tinha havido apenas, em 20 de Julho, uma tentativa de assalto a vários quartéis de Lisboa por elementos affectos à Monarquia e, em 24, outra tentativa dirigida ao castelo de S. Jorge, onde se encontrava aquartelado o Regimento de Infantaria 16 e a Casa de Reclusão. Em Outubro houve nova tentativa falhada de monárquicos, chefiados por João de Azevedo Coutinho.⁽⁹⁵⁶⁾

Incidentes ampliados pela correspondência noticiosa de Lisboa, que na persistente opinião de Sidónio era a mais nociva.⁽⁹⁵⁷⁾

A solução para esse insistente mal continuava a ser uma só — intensificar a propaganda a favor de Portugal. O que tinha sido feito nesse sentido representava um esforço considerável e, segundo Sidónio Pais, revelara-se também muito positiva a colaboração do Ministro António Macieira, *enviando constantemente notas impressas em varias linguas. Para aqui é, porem, indispensavel que o sejam em allemão, senão poucos as leem e os jornaes não as publicam*.⁽⁹⁵⁸⁾

Percorrendo o sentido geral dos recortes da imprensa alemã referentes a Portugal, que a Legação em Berlim diligentemente foi enviando para o M.N.E. até ao fim de 1913, sobressai uma crescente receptividade à publicação de desmentidos, notas explicativas fornecidas pela Legação de Portugal e artigos de fundo baseados em dados oficiais

⁽⁹⁵⁴⁾ Legação de Portugal, n.º 97 *Nord und Süd*, 21-7-1913. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹⁵⁵⁾ Legação de Portugal, série A, Confidencial, 30-7-1913. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹⁵⁶⁾ O irmão António referiu-se numa das suas cartas a esse movimento prontamente abafado. Correspondência, Carta de António da Silva Pais, 15-11-1913). (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

⁽⁹⁵⁷⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 606.

⁽⁹⁵⁸⁾ Legação de Portugal, série A, Confidencial, 30-7-1913. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

colhidos na mesma fonte. Uma tendência interessante e gratificante para o Ministro português, coroada, por exemplo, pelo interesse que a *Frankfurt Zeitung* manifestou em obter uma análise objectiva da situação portuguesa e incumbiu da tarefa um seu enviado especial. E nos princípios de Novembro saía um primeiro artigo muito moderado sob a epígrafe *A Situação em Portugal. I - A República e os seus adversários*,⁽⁹⁵⁹⁾ a que se seguiram, pelo menos, mais cinco versando outros aspectos como as finanças sob o novo regime ou a atitude dos defensores da República face ao clero.⁽⁹⁶⁰⁾

A actuação de Sidónio Pais como representante de Portugal no florescente Estado-Nação germânico-prussiano reflecte-se, pois, na multiplicidade de temas e de problemas assinalados, mas não se esgota neles, nem pode prender em exclusivo o nosso olhar: Por detrás dos afazeres burocráticos, sociais e políticos da missão de Sidónio vislumbram-se, como já atrás mostrámos, as horas de ócio, de prazer e de angústia, a emoção proporcionada regularmente pela comunicação epistolar com a família.

Expedia e recebia palavras de carinho e de profunda saudade, extensivas aos irmãos e, em especial, à mãe, que em Caminha, na companhia permanente da filha Rita, seguia orgulhosa e inquieta a carreira do primogénito, ascensional, muito promissora e, por isso, alvo da inveja e da maldade humanas. D. Rita Júlia temia as armadilhas da política, desejava ver o filho afastado das malhas do Poder; mas lá no íntimo sentia um irresistível impulso para ler e para reflectir sobre a situação política do seu país e do Mundo. Um impulso de todo irreprimível no filho António...

No seu estilo pausado, sério, crítico e minucioso, o 1.º tenente da Marinha António da Silva Pais manteve com o irmão uma correspondência regular e variada na temática, que inclui ainda pequenos favores pessoais e pontuais devidos às pretensões profissionais de um ou outro amigo, ou à eventual passagem por Berlim de algum camarada.

Colocado na Escola de Alunos Marinheiros do Norte, em Leixões, partiu para o seu novo posto em 14 de Dezembro de 1912 como teve ensejo de, nesse mesmo dia, dizer por carta ao irmão, na qual o informava de que acabara de expedir, a seu pedido, um caixote de livros que viera de Coimbra e que a Agência Martins e Galla se encarregou da remessa por via marítima até Hamburgo e aí o seu representante A. Hartrodt assegurava o transporte até à Legação de Portugal em Berlim. O comentário inevitável às dificuldades da missão diplomática do irmão e à vida política nacional não podia faltar nas suas cartas. Era habitual...

Em 8 de Maio de 1913 referiu-se, com algum detalhe, à revolta falhada de 27 de Abril, que adiante ressurge no seu contexto próprio.⁽⁹⁶¹⁾ E em 6 de Junho voltou a escrever ao irmão para lhe apresentar e recomendar o camarada e seu particular amigo, o capitão de Fragata João do Canto e Castro Silva Antunes, que chegará, como é sabido, a almirante, a Ministro da Marinha no último Governo sidonista e a Presidente da República após as dramáticas circunstâncias da morte de Sidónio Pais.⁽⁹⁶²⁾ A sua amizade com António

⁽⁹⁵⁹⁾ Legação de Portugal, série A, 3-12-1913. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹⁶⁰⁾ *Ibidem*, série A, 10-12-1913 e 11-12-1913.

⁽⁹⁶¹⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim). Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 607-608.

⁽⁹⁶²⁾ Ver OLIVEIRA, Maurício de — *O Drama de Canto e Castro. Um monárquico presidente da república. Com prefácio do general Freitas Soares* (Lisboa: Editora Marítimo-Colonial, Ld.ª, 1944, p. 44-45).

Pais aproximá-lo-á da República Nova cheio de atributos. Era digno de respeito pela sua ilustração, pela sua superior competência para comandar e pelo seu primoroso carácter, bem como pela sua adesão ao novo regime:

Parte de Lisboa no sud-express de domingo 8 para Moscow via Paris e Berlin, para tomar o transiberiano com destino ao Extremo Oriente o meu camarada e particular amigo João do Canto e Castro Silva Antunes, capitão de fragata, o qual vai assumir o comando do cruzador «Adamastor» que está em Hong-Kong. Este oficial estava aqui comandando a Escola de alunos marinheiros onde estou, é muito considerado na Corporação pela sua ilustração pela sua superior competência para comandar e pelo seu primoroso carácter. Deixa sempre um amigo em cada oficial que serve com ele. Logo que foi proclamada a Republica foi-lhe oferecida a comissão onde estava agora, embora tivesse sido deputado no tempo da monarquia. Desde que aderiu foi sendo um oficial com que a República pode contar em virtude do seu carácter sem macula. É extremamente delicado e muito modesto. Foi nomeado para o comando do «Adamastor» sem mesmo ser consultado; o ministro procedeu assim com receio de que ele recusasse porque ele merece inteira confiança, e teria agora dificuldades para nomear outro.

Vem todo este preambulo para te dizer que ele vai demorar-se aí 2 dias e como o seu estado de saude não é muito satisfatorio e eu sou muito amigo dele, lembrei-me de te escrever sem que ele me pedisse coisa alguma para querendo tu aí obsequia-lo ou prestar-lhe qualquer serviço de que ele necessite, ele é digno de tudo. Ele sofre muito dos intestinos e vai bastante abatido. Caso possas informar-me do estado de saude dele quando aí chegar muito te agradeço. A familia dele fica aqui em Leça. É muito das nossas relações e muito da nossa amizade.⁽⁹⁶³⁾

Como sempre, Sidónio não só satisfez o pedido, como caprichou, investindo toda a sua gentileza e simpatia: *Recebi o telegrama participando-me a chegada sem novidade do comandante Canto e Castro, o qual muito te agradeço bem como a atenção e obsequios que aí dispensaste ao mesmo, que ficou reconhecidissimo pela forma como o recebeste, escrevendo-me logo no dia seguinte ao da chegada aí uma carta em que bem traduz todo o seu reconhecimento dizendo que não podia haver maior requinte de amabilidade nem melhor hospitalidade do que a que ele aí recebera, etc. A familia que esta aqui em Leça tambem nos declarou que ele ficara muito grato e que tinha mandado dizer que tu foste para ele de extrema amabilidade. Depois destes efusivos elogios veio a triste notícia da morte do bom republicano Carlos Calisto, amigo de infância de Brito Camacho, de quem foi chefe de Gabinete no Fomento, funções que prestou junto de Sidónio. E o comentário: Os bons republicanos são relativamente poucos de modo que quando algum desaparece para sempre, tenho uma mágoa enorme.⁽⁹⁶⁴⁾*

⁽⁹⁶³⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

⁽⁹⁶⁴⁾ *Ibidem*. Correspondência, carta de 24-6-1913.

Ao ritmo próprio da vida de diplomata, numa metrópole como Berlim, Sidónio retornou à escrita diarística e aos tentames literários e ensaísticos, o que, no seu caso pessoal, é bastante significativo.

Antes e depois da ocorrência do tremendo conflito que haveria de subverter a ordem geo-política internacional, Sidónio voltou a confiar os íntimos pensamentos, anseios e indignações ao quadriculado de pequenos cadernos ou às tiras compridas de alçaço rabiscadas na letra miúda e tensa de certos momentos. E em dois anos diferentes — 1913 e 1915 — e com motivações também muito diferenciadas soltou a pena... Com data de 10 e 13 de Março de 1913 lemos aí uma crónica ligeira e graciosa de um especial render da guarda na *Unter den Linden* — a cerimónia celebrava o aniversário da Libertação da Prússia. É um exercício diletante de observação e de alguma ironia. E é sobretudo um retracto psicológico de quem o praticou de jacto e com poucas rasuras.

Nesse caderninho não há, porém, registo, nem a mais leve menção ao acidente, sem graves consequências físicas, de que foi vítima no dia 1 de Setembro e imediatamente noticiado, via Paris, pela imprensa portuguesa — *Primeiro de Janeiro, Jornal de Notícias, A Lucta*.... Mas a notícia mais completa e exacta foi veiculada pela edição de 2 de Setembro do *Primeiro de Janeiro*, jornal do Porto:

Berlim, 1. O Ministro de Portugal em Berlim Sr. Dr. Sidónio Paes ao passar hoje numa das ruas mais concorridas, pretendeu livrar-se a certa altura dum eléctrico que vinha em sinto contrário e que estava prestes a alcançá-lo. Vendo o perigo, deu um salto mas foi de encontro a uma coluna afixadora de cartazes, caindo e sofrendo na queda fortes contusões na cara e no corpo. Foi conduzido ao Palácio da Legação.⁽⁹⁶⁵⁾

Antes da célebre queda de Afonso Costa quando se lançou de um eléctrico em Lisboa, Sidónio Pais caiu e feriu-se ao evitar ser atropelado por um eléctrico berlinense!

A família ficou logo em alvoroço. A aflição da mulher perpassa numa carta remetida, de imediato, para Berlim e condensa-se em expressões fortes de desespero e de algum alívio após telegramas tranquilizadores: *Já estás milhorsinho? Era 1 hora da tarde quando o soube pelo jornal, não imaginas como fiquei, parecia que tinha perdido o juízo, nunca tive uma afelição assim, cria-me deitar ao mar, estava doida. O telegrama que fizeste o favor de me mandar foi para Coimbra e eu já estava aqui, só o recebi a noite e agora recebi outro e fiquei um bocadinho mais descansada, mas ainda não estou bem sem saber que estás restabelecido de todo. Os vilhetes da lutaria não tinham nada estão brancos, é pena... Se tivesse sahido alguma continha tinha partido logo para Berlin, que saudades que tenho de ti nem tu imaginas. Isto assim não pode continuar, tão longe e tanto, tanto tempo sem te ver não posso meu querido Sidonio.* Por sua vez, a mãe no próprio dia 2 de Setembro, logo que recebeu a notícia por telegrama do filho, escreveu uma carta breve, mas muito expressiva:

⁽⁹⁶⁵⁾ Cf. Dr. Sidonio Pais. Um acidente. *Primeiro de Janeiro*, 2 de Setembro de 1913, p. 2 e 3 de Setembro de 1913, p. 2.

Meu querido filho

Acabo de receber o teu telegrama e na mesma ocasião é que soube do desastre que tiveste, o que me penalisa até ao íntimo do coração. Não estou socegada e se estivesse em Lisboa, iria lá ver-te mas tão longe, mais cresce a minha ansiedade por saber notícias. Deus permita que os ferimentos que recebeste não tenham gravidade alguma. Adeus meu querido filho, se poderes dá-me notícias.

Tua mãe muito aflita

Rita.⁽⁹⁶⁶⁾

O irmão António escreveu-lhe com data de 5 num tom tranquilo,⁽⁹⁶⁷⁾ porque lera a notícia do *Primeiro de Janeiro* e obtivera no jornal *A Lucta*⁽⁹⁶⁸⁾ a confirmação dada pelo próprio Sidónio de que o acidente não tivera importância, ao contrário do propalado pelo *Jornal de Notícias*.⁽⁹⁶⁹⁾

O Natal de 1913 foi o segundo passado longe da Pátria acrisolada. Recompuesto do acidente, viveu e festejou a quadra natalícia na companhia da amiga Céline e de um círculo variado de novos convivas, conhecidos e amigos. Permanecia, obviamente, em Berlim apesar do boato de que seria substituído por Martens Ferrão, regressado de Tanger, a fim de se dedicar por inteiro à vida política e ao ensino em Coimbra. Boatos diplomáticos...⁽⁹⁷⁰⁾

Ano novo, esperança incerta...

O ano novo parecia entrar bonançoso por aquelas paragens.

No entanto, em Portugal, a situação político-partidária fervia de novo. O Governo de Afonso Costa conseguira a proeza rara de uma sobrevivência de doze meses apesar de alguns sobressaltos, entre os quais avultou a revolta falhada de 27 de Abril, chefiada pelo capitão Lima Dias. Fora a primeira que envolvera republicanos e monárquicos.

Um ano de política intransigente, rotulada também de jacobina ou radical, condenada por monárquicos e católicos, por sindicalistas e por republicanos agastados com o estilo *autoritário e demagógico* do Presidente do Conselho. Um desses republicanos ditos moderados e elitistas, José Relvas, saberá, aliás, formular bem esse agastamento em finais do ano que agora começava, não poupando na ênfase: *que a psicologia d'esse senhor torna inviável a existência de qualquer governo, que não transija com as suas tendências e com o seu feitio político*.⁽⁹⁷¹⁾

⁽⁹⁶⁶⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

⁽⁹⁶⁷⁾ *Ibidem*, carta de 5 de Setembro de 1913.

⁽⁹⁶⁸⁾ Cf. Dr. Sidónio Paes. *A Lucta*, de 2 de Setembro de 1913, p. 1; e 3 de Setembro de 1913, p. 1.

⁽⁹⁶⁹⁾ Mera transcrição do telegrama de Berlim para o jornal francês *Debat: Paris (1)*. *Telegram de Berlim ao Debat que o ministro português Sidónio Paes, caindo acidentalmente na rua, feriu-se gravemente na cabeça*. (Cf. Ministro de Portugal em Berlim, desastre. *Jornal de Notícias*, de 2 de Setembro de 1913).

⁽⁹⁷⁰⁾ Portugal, Acten, 1 Januar 1906 ..., Tanger, 26-7-1913. (Politisches Archiv des Auswärtigen Amts, Portugal).

⁽⁹⁷¹⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 2, p. 802-803.

Afonso Costa e o seu P.R.P. seguira em frente rodeado por indefectíveis e apupado por número crescente de adversários, porque assim determinava o sentido da sua tática e do programa que anunciara ao Congresso da República e ao país: aplicação rigorosa da lei da separação⁽⁹⁷²⁾ em cumprimento da obra iniciada pelo Governo Provisório; promulgação de uma lei eleitoral restritiva do universo eleitoral e do corpo de elegíveis que proporcionará aos democráticos, dentro do novo processo político republicano, um efectivo controlo do sistema de Poder; ilustrado pelas eleições parciais de Novembro;⁽⁹⁷³⁾ repressão severa da agitação social e grevista; perseguição implacável aos conspiradores através das leis de defesa da República e das milícias de activistas armados (os *Batalhões de Voluntários* e a *Formiga Branca*), que se, por um lado, intimidava e enchia as cadeias, por outro tornava premente e convertia em questão nacional a querela cada vez mais sonora da amnistia; e a proeza mais festejada, porquanto representava a vitória moral da República sobre o regime derrotado em 5 de Outubro de 1910, consistia no equilíbrio das contas públicas, no célebre *superavit* orçamental. Este programa, cumprido com notório empenho, correspondeu por inteiro a uma certa maneira de quebrar resistências e de estender a Luz radiosa da República ao país inteiro. Sujeita, porém, a interrupções e a obstruções gerava efeitos contrários, provocava a generalização do desagrado por diversos sectores.

Na rua os trabalhadores solidarizaram-se com os ferroviários em greve, populares confrontavam-se com a polícia e os distúrbios anti-governamentais subiam de tom. Um clima de agitação que os moderados tinham de explorar, embora dispusessem de pouca margem de manobra no terreno institucional. Restava-lhes o Senado e a Presidência da República. Foi aí mesmo que tiveram de agir: os senadores anti-democráticos paralisaram a actividade legislativa e o venerando Arriaga convidou Afonso Costa a sair de cena e exonerou-o a 9 de Fevereiro de 1914.

Três anos volvidos sobre o raiar de uma *aurora ideal* crescera a impressão de que os perigos maiores para a sobrevivência do novo regime, podendo ainda vir de fora, prefiguravam-se mais no seio da família republicana, dilacerada culturalmente por fundas tensões, e na extensa paisagem de *analfabetos*, de *catholicos* e de *reaccionarios* que tardava a republicanizar-se. Uma resistência sofrida e silenciosa, porventura bem mais temível que a ofensiva da hierarquia da Igreja Católica, de grupos de leigos esclarecidos e de jovens estudantes, como os do Centro Académico de Democracia Cristã de Coimbra (C.A.D.C.).⁽⁹⁷⁴⁾ Mais temível que as investidas restauracionistas dos amigos de Paiva Couceiro e do recém-nascido Integralismo Lusitano (sob o lema do Pelicano de D. João II, *pola lei e pola grei*) formado por moços monárquicos nacionalistas, inspirados na

⁽⁹⁷²⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — Os Católicos e a «República Nova» (1917-1918): da «questão religiosa» à mitologia nacional, art. cit., p. 401-410.

⁽⁹⁷³⁾ Ver LOPES, Fernando Farelo — *Poder político e caciquismo na 1.ª república portuguesa*, ob. cit., p. 104 e ss.

⁽⁹⁷⁴⁾ Ver, entre outros, CRUZ, Manuel Braga da — *As Origens da democracia cristã e o salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1918, p. 251 e ss.; SEABRA, Jorge, AMARO, António Rafael e NUNES, João Paulo Avelãs — *O C.A.D.C. de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado (1905-1934). Uma abordagem a partir dos Estudos Sociaes (1905-1911), Imparcial (1912-1919) e Estudos (1922-1934)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993; e SILVA, Armando B. Malheiro da — Os Católicos e a «República Nova» (1917-1918): da questão religiosa à mitologia nacional, art. cit., p. 403-422.

Action Française de Charles Maurras, reunidos em torno da revista *Nação Portuguesa* e apostados num combate de ideias conspirativo contra o iluminismo, o demo-liberalismo, o republicanismo, o maçonismo e todas as tendências *desnacionalizadoras* e *degeneradoras da Raça*.⁽⁹⁷⁵⁾

O novo Governo nomeado a 9 de Fevereiro de 1914 era pretensamente extra-partidário, mas na prática incluía três democráticos e personalidades independentes. Era chefiado pelo «eterno» candidato à Presidência da República Bernardino Machado e apoiado na Câmara dos Deputados pelo partido de Afonso Costa. Na «pasta» dos Estrangeiros começou por ficar o Presidente do Ministério até Março, tomando depois posse o coronel de Engenharia Alfredo Augusto Freire de Andrade, Governador-Geral de Moçambique durante a Monarquia, onde realizara uma importante obra de colonialismo moderno. A orientação preconizada pautar-se-á pela «acalmação», numa ligeira mudança táctica: em vez da intransigência e da exaltação pura e simples ousava-se aflo- rar a questão religiosa com vista à revisão reclamada pelos moderados e a questão da amnistia exigida pelos democráticos, isto é, sem contemplar os dirigentes monárquicos (desterrados por dez anos) e os trabalhadores condenados por violência e sabotagem. A projectada revisão da «intangível» esbarrou no Congresso e não passou de projecto; e a lei da amnistia foi aprovada pelos votos de democráticos e unionistas, tendo sido libertados cerca de dois mil prisioneiros políticos, mas ainda assim com o vivo repúdio de monárquicos, sindicalistas e até de membros dos grupos de vigilância militante por temerem o fim da sua actividade. Durante cinco meses o Governo e o seu chefe desli- zaram ao ritmo da conciliação e da ambiguidade. O resultado de tal trajectória foi o de desagradar a gregos e a troianos. *In extremis* foi reanimado por uma remodelação, em 23 de Junho.⁽⁹⁷⁶⁾

O Acordo fracassado

Até ocorrer esse «ressurgimento», o primeiro Governo Bernardino Machado, com Freire de Andrade nos Estrangeiros, procurou gerir da melhor forma os *dossiers* que vinham de trás, o principal dos quais era, sem sombra de dúvida, o do acordo anglo- -alemão que os ingleses aceitavam divulgar antes da assinatura e perante a contínua resistência dos alemães, fundada, afinal, numa recusa mais profunda e séria: *este acordo falha porque a Alemanha se recusa a reduzir o ritmo das construções navais, única contra- partida que interessa á Inglaterra*.⁽⁹⁷⁷⁾

Mas como já referimos havia ainda outros temas de incidência colonial que puseram em evidência a diferença de perspectivas entre o Ministro português na Alemanha e o Governador-Geral de Angola.

⁽⁹⁷⁵⁾ Ver, entre outros, CRUZ, Manuel Braga da — *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986, p. 14-59; e SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — Leonardo Coimbra e o Integralismo Lusitano. *Bracara Augusta*, Braga, 36 (81-82) Jan.-Dez. 1981, p. 433-489.

⁽⁹⁷⁶⁾ Machado SANTOS refere que a queda deste 1.º Governo Bernardino Machado ficou a dever-se à questão das «Portas do Tejo» em Vila Velha do Rodão. Ver Idem — *A Ordem publica e o 14 de Maio*. Lisboa: Papelaria e Tipografia Liberty, 1916, p. 40.

⁽⁹⁷⁷⁾ Cf. TELLO, António José — *Os Açores e o controlo do Atlântico (1898-1948)*. Porto: Edições Asa, 1993, p. 88.

Um desses temas prendia-se com a constituição da comissão mista luso-alemã, que suscitou a Norton de Matos, como atrás referimos, a maior reserva e desconfiança. Por despacho confidencial de 27 de Maio para o Ministro dos Negócios Estrangeiros interino, Sidónio Pais confirmava a notícia da *Frankfurter Zeitung* a que se reportara na nota do dia 15, a saber: *É effectivamente certo ter-se fundado um syndicato constituido por differentes Bancos e Companhias, entre as ques está a «Deutsche Bank» e a «Hamburg-Amerika-Linie», com o fim de proceder a estudos no Sul de Angola, relativamente ao caminho de ferro de Mossamedes e ás linhas ferreas que possam ligar a nossa colonia com a colonia allemã do Sudoeste de Africa. A este syndicato pertencem tambem dois portuguezes, cujos nomes não pude averiguar. A iniciativa partiu de Hamburgo. Cada membro do syndicato concorre com alguns milhares de marcos. Apercebia-se agora de um puzzle com peças soltas que encaixavam perfeitamente: a construção da linha-férrea de Moçamedes era um negócio em perspectiva e os investidores interessados mexiam-se, dispondo-se a financiar em cerca de cem mil marcos os estudos preliminares; e estes estudos ligavam-se, afinal, com a constituição de uma comissão mixta de allemães e portuguezes para estudos de caminhos-de-ferro no Sul de Angola, de que teem fallado jornaes portuguezes e estrangeiros, d'estes ultimos, por exemplo, a «Kölnische Zeitung», órgão officioso, no artigo que tive a honra de enviar a V. Ex.^a com o officio n.º 47 A, de 23 de Maio corrente.⁽⁹⁷⁸⁾*

O assunto merecia ser aprofundado e nesse sentido Sidónio Pais voltara a provocar um encontro com o seu homólogo alemão em Lisboa, tendo-o convidado, a ele e à esposa, para um almoço — no dia 26 de Maio — *de vinte e oito talheres, a que assistiram alguns membros do Corpo Diplomático aqui accreditado, funcionarios superiores, e outros, do Departamento Imperial dos Negocios Estrangeiros e da Chancelaria do Imperio, e algumas personalidades da sociedade d'esta capital.*⁽⁹⁷⁹⁾ Rosen, geralmente bem informado, comunicou-lhe o que pensava e sabia, não apenas sobre a constituição recente do referido sindicato, mas também sobre a comissão mista e a missão de estudos criada por portaria de 30 de Abril de 1914 do Ministério das Colónias (inspirada pelo Governador-Geral de Angola).

O resumo da conversa havida justificou o officio de 28 de Maio e por aí se vê que o Ministro alemão não viu com bons olhos a criação da dita missão portuguesa de estudos e deixou entender que o recente sindicato de Hamburgo representava interesses opostos e concorrenciais ao de um outro grupo financeiro de que fazia parte a Casa Burnay, empenhada na construção da linha de Moçamedes.⁽⁹⁸⁰⁾ À guisa de conclusão Sidónio afirmou que a conversa *foi muito longa e muito ilucidativa das ideias do Governo Allemão ou, pelo menos, do seu Ministro, e penso que seria da maxima conveniencia que eu podesse exprimir verbalmente a V. Ex.^a todas as impressões que ella me deixou, assim como receber de V. Ex.^a as suas instrucções sobre a orientação que o Governo Portuguez*

⁽⁹⁷⁸⁾ Legação de Portugal, série A, confidencial Sindicato para estudos de caminhos-de-ferro no Sul de Angola, 27-5-1914. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹⁷⁹⁾ *Ibidem*, série A, Dr. Rosen, 27-5-1914.

⁽⁹⁸⁰⁾ *Ibidem*, série A, confidencial-reservado Colónias – Caminhos-de-ferro do Sul de Angola – Conferência com o Dr. Rosen, 28-5-1914.

entende dever dar a este assumpto. Na sequência desta sugestão e a 16 de Junho, o M.N.E. perguntou-lhe por telegrama quando contava estar em Lisboa e a 30 desse mês, no rescaldo do assassinato do Arquiduque Francisco Fernando, autorizava a viagem nos termos do art. 3.º da lei de 30 de Junho de 1912.

Quanto à magna questão do acordo anglo-alemão, Sidónio Pais manteve-se atento, e o compasso de espera provocado pela resistência dos alemães à divulgação do texto definitivo permitiu-lhe meditar sobre qual devia ser a estratégia da política externa portuguesa.

Em uma longa carta confidencial, de 2 de Maio, para o seu amigo e mentor político Brito Camacho, deteve-se a expôr as últimas considerações acerca de matéria tão delicada e crucial: Portugal, em sua opinião, tinha de agir. As negociações anglo-alemãs estavam em ponto morto, *Mas ainda que seja assim* — apressou-se a acrescentar — *a diplomacia do Príncipe de Lichnowski ha-de conseguir reatal-as, e nós o que temos a fazer é aproveitar este momento de repouso para fixar um plano e agir.* Um plano de acção era, sem dúvida, indispensável e urgente: *A acção diplomatica pelo nosso lado é principalmente por agora em Londres, mas quer aqui quer lá ella reduz-se a pouco mais de zero desde que não seja definida pelo Governo Portuguez a sua attitude em face do problema de que se tracta, e eu supponho que isto só poderá resolver-se por uma renovação e um fortalecimento da alliança anglo-portuguesa. N'essa renovação seria preciso conseguir a clausula d'oposição absoluta á partilha em espheras de influencia das nossas colonias, sem o que todas as affirmações de respeito pela integridade territorial são vãs. Em troca nós tomaríamos obrigações dignas d'uma nação independente que tirassem á alliança o character d'um protectorado, não sómente indecoroso mas incerto. Eis a questão para que todas as grandes cabeças de Portugal se deviam actualmente voltar, em que todos os chefes de partido deviam pôr-se d'accordo e actuar immediatamente sem perda d'um instante, pois a cada hora que passa o perigo cresce. Impunha-se, pois, uma clarificação definitiva: Alliemo-nos verdadeiramente com a Inglaterra em termos dignos, rompamos o gelo que parece separar-nos actualmente... ou tomemos outro rumo se o vento é mau d'este lado, mas não hesitemos um momento. Actuemos!* Em vez das atitudes expectantes e ambíguas, Sidónio Pais propunha actuação clara num ou noutro sentido e subscrevia, por isso, o conselho de Camacho nas páginas d'*A Lucta: A Allemanha conversa com a Inglaterra sobre as nossas colonias. Pois entremos na conversa. Concordava em pleno: É justo. Mas entrar na conversa não é certamente pedir alguns esclarecimentos sobre a conversa, os quaes se dão ou se negam conforme convém e até ao ponto que convém. Entrar na conversa neste caso é ir com um plano definido de propôr o quer que seja, que possa justamente evitar um entendimento que, se se fizer sem nós, se fará certamente contra nós. É tempo de definir d'uma maneira clara a nossa politica externa, que não pôde continuar a viver au jour le jour, e fazer acompanhar esta orientação firme d'uma politica de fomento colonial adequada, procurando interessar por uma larga propaganda colonos e capitais portuguezes, sem dispensar os capitais estrangeiros que se offereçam sem perigos.*⁽⁹⁸¹⁾

⁽⁹⁸¹⁾ Arquivo de Brito Camacho [A.P.B.C., parte na posse do Sr. João Canijo, Porto] — Correspondência.

Escritas com clareza e sinceridade, estas considerações revelam o pensamento de Sidónio em torno de uma matéria que, por desconhecimento ou por conveniência, tem sido muito mal tratada, complicando-se bastante uma posição simples na sua raiz e na sua lógica. A matriz moral e nacionalista de Sidónio, membro por inteiro da geração de 90, fixou-lhe os parâmetros essenciais da acção política interna ou externa. Não surpreende, por isso, que encarasse a velha aliança luso-britânica sob o efeito do trauma do *Ultimatum*: Portugal não podia agir como se fosse um protectorado da Grã-Bretanha, mas devia estreitar e renovar profundamente as vantajosas relações com aquela grande potência económica e colonial. Em suma, Portugal tinha de tomar a iniciativa, assumir escolhas e preferências claras, apresentar as suas condições e exigir a defesa dos seus legítimos interesses e direitos. Apenas isto...

Não foi certamente outro o sentido da exposição que uns dias depois entendeu dever enviar ao seu Ministro, o qual parece ter apreciado muito. Entre Freire de Andrade e Sidónio Pais gerou-se, aliás, um notório e efectivo entendimento, como se verá, em torno, sobretudo, da, por ambos desejada, neutralidade de Portugal face à Grande Guerra iminente.

Últimos meses de paz «pôdre»

Antes, porém, de entrarmos na fase difícil e atribulada da missão de Sidónio Pais no II Reich, importa destacar da correspondência trocada com Lisboa, desde o início de 1914, o predomínio de despachos sobre notícias de vários tipos transmitidas pela imprensa alemã, de permeio com os habituais relatórios consulares precedidos de oportunas chamadas de atenção e de reparos tendentes a um franco desenvolvimento das relações comerciais luso-alemãs e de permeio ainda com algumas curiosidades.⁽⁹⁸²⁾ Mas, de facto, o caudal maior de mensagens enviadas para Lisboa procedeu do respigo sistemático da imprensa alemã ou de eventuais queixas de ataques da imprensa portuguesa.⁽⁹⁸³⁾

Era cada vez mais visível a mudança de atitude da imprensa moderada em relação à República portuguesa. Em 20 de Abril enviava com agrado a tradução do último artigo do dr. Fabian Philip, inserto no *Hamburger Freudenblatt* de 16 desse mês, favorável ao novo regime português. Esse correspondente alemão era o mesmo a que se referira na citada carta para Brito Camacho: *Agora já ahi temos um novo correspondente Dr. Fabian Filipp, do Berliner Lokal Anzeiger e d'outros jornaes, que eu apresentei ao Presidente do Ministerio, e cujas primeiras correspondencias favoraveis á Republica fôram classificadas pelo orgão dos catholicos que mais nos maltracta, o Kolnisch Volkszeitung, como um verdadeiro escandalo. Se elle ahi se lhe dirigir peço-lhe que o receba com attenção, pois, além de ser um homem bastante illustrado (foi privat-docent em Génève) parece-me bem intencionado e bom é que captemos as suas sympathias.* E o mesmo dr. Philip continuou a dar provas da sua simpatia para com as autoridades portuguesas, entrevistando o Presidente da

⁽⁹⁸²⁾ Legação de Portugal, série A Colónias, 15-5-1914. Despacho de 15 de Junho de 1914. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹⁸³⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 618-619.

República, entrevista publicada sob a forma de artigo no *Hamburger Fremdenblatt* de 17 de Junho, e onde se podem ler palavras de apreço e de cortesia de Manuel de Arriaga pela Alemanha: *Eu tenho, disse-me êle, uma grande admiração pelo país, especialmente pelos seus grandes poetas e filósofos. Schiller e Fichte entusiasmaram também a nossa juventude e tiveram uma grande influencia sobre elab». Depois a conversa recaiu sobre os tempos modernos. Falou-me de Haeckel, que êle especialmente admira, também de Lange e da sua «Historia do Materialismo». Não sentia nenhum entusiasmo por Schopenhauer, porque «via o mundo muito negro!». Tudo o que êle conhece dos nossos poetas e filosofos, só o poudes ler em traduções, visto não conhecer infelizmente a lingua Alemã. «Mas eu gosto muito do timbre da sua lingua», acrescentou êle, «e o que eu mais gosto, a sua mais bella lingua, a musica alemã e o seu maior genio, o imortal Beethoven. E o modo como me disse, com uma voz quasi tremula, mostrou que estas palavras lhe vinham da alma.»⁽⁹⁸⁴⁾ Mais do que um retrato pessoal e íntimo da cultura e da sensibilidade de Arriaga, este excerto testemunha o perfil de uma corrente histórica do republicanismo português — evolucionista, materialista, romântica, optimista...*

Provavelmente este último ofício com a tradução da entrevista do Presidente da República chegou às mãos do mesmo Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas integrado já noutro Governo — o segundo de Bernardino Machado, que, tal como o primeiro, Douglas Wheeler baptizou de *Governos de coalizão coxos*.⁽⁹⁸⁵⁾

Nomeado oficialmente a 23 de Junho, aguentar-se-á somente até 12 de Dezembro do mesmo ano. E enquanto a governação republicana se arrastava periclitante, Sidónio recebia em Berlim, por carta da irmã Rita, a informação de que os conspiradores e talassas de Caminha e arredores estavam calmos, apesar de correr o boato de nova conspiração restauracionista: *A respeito de conspirações, tem-se efetivamente falado ultimamente n'isso, mas parece que não passa de boatos. Por aqui está tudo muito calmo. Os conspiradores amnistiados que regressaram aqui, andam muito socegados e parece que sem vontade de se meterem em mais danças, pois andam a tratar da sua vida, como por exemplo, o Domingos [Fezas] Vital que era um dos mais acirrados, já foi para Coimbra tratar de concluir a carreira. Agora, a respeito de talassasia continua na mesma, aqui é quasi tudo talassa. Deves ter lido nos jornaes o caso do jesuita Pestana, que chegou a vir aqui e esteve detido pela guarda fiscal, dois dias, pois as senhoras talassas foram visital-o! Mas é aqui, porque se fosse n'outra parte sujeitavam-se a levar uma apupada em forma, e era o que ellas precisavam.*⁽⁹⁸⁶⁾ Significativa amostra da situação política no Alto Minho, quase quatro anos após a implantação da República — clericais, beatas e talassas abundavam ainda nesse Portugal profundo e nortenho.

O Verão de 1914 chegou com os habituais dias longos de lazer, de passeio, de surtidas a banhos ou de animados piqueniques nos bucólicos recantos do campo. Repetiam-se os hábitos civilizados e os requintes da *belle époque* muito naturalmente... Ritmo,

⁽⁹⁸⁴⁾ Legação de Portugal, série A Imprensa, 22-6-1914. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹⁸⁵⁾ Cf. WHEELER, Douglas L. — *História política de Portugal, 1910-1926*, ob. cit., p. 121 e ss. Ver também SANTOS, Machado — *A Ordem publica e o 14 de Maio*, ob. cit., p. 41 e ss.

⁽⁹⁸⁶⁾ Correspondência, carta 9-5-1914. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

cor, elegância, trabalho organizado, prazeres variados — traços vivos de um ambiente de paz tão intenso quanto aparente. Sobre a normalidade de um Mundo moderno e deslumbrante pairavam, contudo, cada vez mais densas e ameaçadoras as nuvens procelosas da... guerra, bárbara e grotesca! Da guerra temível e ao mesmo tempo científica e tecnicamente preparada. Paradoxalmente, tão esperada e inevitável que o estratega prussiano F. von Bernhardi, sem surpresa, pôde publicar em 1911 a chocante antevisão de um amanhã cruelmente realista.⁽⁹⁸⁷⁾ A prosa é de um militar e não de um inofensivo Júlio Verne. O quadro integra plenamente o trágico soar dos canhões, o silvar das balas e a infinita extensão de corpos ensanguentados e trucidados num cenário de devastação e de dor. Realidade crua e dura a que faltava sómente um detalhe — acontecer...

E se Bernhardi podia, em 1911, antecipar o futuro (afinal, muito próximo), em 27 de Junho de 1914, portas adentro desse futuro, o Ministro português em Berlim despachava para Lisboa o relato «fantástico» de uma longa e amena conversa sobre *política internacional* havida com Alfred Zimmermann, Subsecretário do *Auswärtiges Amt*.⁽⁹⁸⁸⁾

O Snr. Zimmermann disse-me que todas as probabilidades eram de que a Grecia chegasse a entender-se pacificamente com a Turquia. Enquanto á Albania não era intenção das grandes Potencias intervirem, parecendo que o Principe será deixado á sua sorte, a qual não parece ser, em vista da falta de dinheiro e de exercito, das mais sorridentes.

Como quer que seja, o snr. Zimmermann manifesta-se optimista sobre a situação geral da Europa, affigurando-se-lhe que não haverá guerra «pelo menos n'este verão». Vamo-nos contentando com estas pequenas ferias de tres mezes que de resto outras informações confirmam não sendo possivel fazer previsões politicas a longo prazo.

Sobre o conflicto do Mexico disse-me o Snr. Zimmermann que os Estados Unidos teem affirmado sempre a firme intenção de não se apossarem de quaesquer territorios d'aquelle paiz, sendo o seu unico desejo que a ordem se estabeleça. É muito incerto o resultado da mediação, parecendo mais provavel que, em vista do avanço dos constitucionalistas, não se possa chegar a alguma solução conciliadora. Por outro lado chegam-me informações de que o Ministro do México em Berlim julga muito perigosa a situação de Huerta em vista das últimas victorias dos partidos contrarios, e pensa que terá de deixar brevemente o seu posto aqui.⁽⁹⁸⁹⁾

Emquanto ás relações da Allemanha com a Inglaterra tendo ha pouco ainda fallado sobre ellas com o Secretario de Estado, não julguei opportuno voltar ao assumpto. O Secretario de Estado tinha-me dito que o accordo sobre a Africa Central não estava feito, mas que as relações tinham melhorado sensivelmente e eram muito

⁽⁹⁸⁷⁾ Cit. por NOUSHI, Marc — *O Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, p. 64.

⁽⁹⁸⁸⁾ Legação de Portugal, série A, confidencial Conferencia com o Subsecretário de Estado, 27-6-1914. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹⁸⁹⁾ Estava em marcha no México a guerra civil que opunha o Presidente da República Huerta, que derubara no ano anterior Madero, contra Villa e Zapata. Ver sobre isto WOMACK JUNIOR, John — *Zapata e a revolução mexicana*. Lisboa: Edições 70, 1980.

cordiaes, não desejando a Inglaterra e a Alemanha embarçar-se uma á outra no seu desenvolvimento. «Nous ne voulons pas nous gêner», eis a phrase textual.⁽⁹⁹⁰⁾

No dia seguinte — 28 de Junho — as telegrafias espalharam por toda a parte uma notícia brutal e trágica: na explosiva região balcânica, onde se receava o confronto de gregos contra turcos, três radicais bósnio-sérvios conseguiram clandestinamente introduzir-se em Sarajevo, a principal cidade da Bósnia, e atearam o rastilho da guerra moderna de von Bernhardt.⁽⁹⁹¹⁾ O acto foi concretizado por um deles, Gravilo Prinzip, membro da sociedade secreta *Mão Negra*, que disparou certo e matou o Arquiduque herdeiro Francisco Fernando e sua mulher Sofia de Hohenberg. As autoridades austríacas não hesitaram logo em associar o crime a um plano urdido pelo Estado sérvio e animado pelo pan-eslavismo russo, mas a opção de uma imediata resposta armada é deixada entre parêntesis na expectativa da reacção alemã.

A 5 de Julho Guilherme II almoçou, em *Potsdam*, com o conde Ladislau Szögyény-Marich, Ministro austríaco em Berlim, portador de dois documentos — um *memorando* e uma carta pessoal do Imperador Francisco José — que o conde Alexander Hoyos, chefe de Gabinete do Chanceler Berchtold, trouxera de Viena para Berlim. O *Kaiser* leu os documentos e começou por reagir cautelosamente, mas, impetuoso e emotivo, revoltado pelo assassinio de personagem real das suas melhores relações e inflamado pela vaga anti-sérvia que grassava na opinião pública alemã, acabou por mudar de tom e reafirmou que a *Áustria podia, neste caso, como em todos os outros, contar com o total apoio da Alemanha*, mas sublinhou também que a *acção não deve ser retardada. (...) Se realmente reconhecemos — lia-se no telegrama de Szögyény — a necessidade de uma acção bélica contra a Sérvia, ele [o Kaiser Guilherme] lamentaria que não aproveitássemos o momento presente, que é completamente a nosso favor.*⁽⁹⁹²⁾

O compromisso estava tomado e a partir daí a Monarquia dual podia ameaçar a Sérvia, que se viraria naturalmente para a Rússia, sua aliada e protectora. E a Rússia por sua vez... O dispositivo automático das alianças tinha sido activado, restando nesses dias imediatos a ténue esperança que alguma das potências directamente convocadas pela lógica de guerra do sistema bipolar europeu — a *Tríplice* e a *Triple Entente* — não respondesse à chamada.

A esperança esfumou-se depressa: a 23 de Julho, dia da partida de Poincaré em visita oficial a Sampetersburgo, o Governo austríaco enviou a Belgrado um ultimato inaceitável para os Sérvios, que o rejeitam formalmente a 28 desse mesmo mês; a 30 a Rússia decreta a mobilização geral; a 1 de Agosto a Alemanha declara guerra à Rússia, mas a Itália, sob o pretexto de que os seus aliados não

⁽⁹⁹⁰⁾ Legação de Portugal, série A, confidencial Política Internacional, 27-6-1914. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽⁹⁹¹⁾ *Ibidem*. Falecimento do Arquiduque de Áustria, 4-7-1914.

⁽⁹⁹²⁾ Cf. KAGAN, Donald — A Primeira guerra mundial (1914-1918), in *Idem* — *Sobre as origens da guerra e da preservação da paz*, vol. 1, ob. cit., p. 230.

tenham sido atacados, permanece neutra e a *Tríplice* fica *Dúplice*; a 4 o Reino-Unido declara guerra à Alemanha, que acabava de violar a integridade da Bélgica; e a 23 de Agosto o Japão coloca-se ao lado da *Entente* contra os Impérios centrais com o duplo objectivo de ocupar o lugar dos alemães no Extremo-Oriente e aproveitar o vazio deixado pelos europeus para reforçar as suas posições numa China pós-imperial e convulsionada pela luta social e política. *É a Guerra!* — podia, enfim, exclamar Aquilino Ribeiro de regresso à terra natal.⁽⁹⁹³⁾

Enquanto se despoletava nas Chancelarias um amplo conflito armado, Sidónio Pais tinha entregue os negócios da Legação ao 2.º Secretário e seu amigo Vasco de Quevedo e partira para Lisboa a fim de conferenciar com o Governo. A morte do Arquiduque surpreendeu-o nos preparativos da viagem de ida e a declaração de guerra da Alemanha à Rússia aguardava-o à chegada na Estação de Potsdamer.

Pouco sabemos dos seus contactos em terra portuguesa, mas é certo que não conferenciou apenas com Freire de Andrade e Bernardino Machado, tendo ainda discutido a situação com Brito Camacho e visitado a família em Coimbra. Uma visita rápida. A maior parte do tempo passou-a em Lisboa e daí escreveu à mulher, que na resposta não pôde deixar de lamentar que embora estando tão perto não pudesse passar o fim de semana com ela e os filhos: *Recebi a tua cartinha que te agradeço do coração. Tive muita pena de tu não vires cá passar o domingo, estás tão pertinho. Eu sei lá quando nos tornaremos a abraçar? Tenho tantas, tantas saudades tuas que não sei como hei-de passar sem ti.*⁽⁹⁹⁴⁾ Só se voltarão a ver e a abraçar em Março de 1916..

⁽⁹⁹³⁾ Ver RIBEIRO, Aquilino — *É a guerra (Diário)*. Lisboa: Bertrand, 1934.

⁽⁹⁹⁴⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

Capítulo 6

Tempos difíceis

Enfim, a guerra!...

Não poucas vezes deve ter vindo à mente de Sidónio Pais a conversa com Zimmermann e a arrepiante certeza de que já não era preciso fazer previsões! A Guerra aí estava a assolar a Europa em duas frentes: a franco-belga e a polaco-rússia-balcânica. Concebida para ser rápida e fulminante, ela começou fértil em surpresas e reviravoltas.⁽⁹⁹⁵⁾

Angústia, incerteza e expectativa foram, talvez, os traços mais fortes do estado de espírito de Sidónio Pais nesse sombrio Agosto e, por isso, decidiu redigir, com data de 15, uma longa versão testamentária que confirmava as disposições de 1909, desenvolvia-as sobretudo no tocante aos bens temporais e evocava os familiares mais queridos, alguns velhos e bons amigos, nomeadamente Brito Camacho, o que é revelador da grande afeição de Sidónio pelo chefe unionista: *Despeço-me da minha bôa Esposa, que foi sempre grande amiga, de meus filhos, da minha bôa Mãe, santa Mãe, que entrego á protecção da minha mulher e dos meus filhos, dos meus bons irmãos e da minha querida irmã Ritinha, dos meus amigos Luciano, Henrique, Camacho, Julio, e outros muitos...*

Em contrapartida, o seu colega Ministro em Paris, João Chagas, não tinha dúvidas, nem hesitações, apenas a inflamada expectativa de que Portugal declarasse urgentemente a beligerância contra os Impérios centrais. Segundo o depoimento do neutralista Aquilino Ribeiro, que com ele se entrevistara a 3 de Agosto no edifício da Legação de Portugal, na Avenida Kléber, Chagas terá mesmo proclamado solene e categórico: *De hoje em diante tomo a peito levar o meu país à guerra.*⁽⁹⁹⁶⁾

Sentimentos contraditórios germinavam, entretanto, no seio do Governo de Lisboa. A gravidade da situação levava Bernardino Machado a convocar o Congresso da República em sessão extraordinária, realizada a 7 de Agosto, e aí, em nome do Chefe do Estado, do Parlamento e do Povo português, leu uma declaração oficial que exprimia o respeito e o cumprimento das tradicionais obrigações para com a aliada, a Inglaterra. Só isto, o que era pouco ou, pelo menos, não era o que João Chagas aguardava na Avenida

⁽⁹⁹⁵⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, ob. cit., p. 624-625.

⁽⁹⁹⁶⁾ Cf. RIBEIRO, Aquilino — *É a guerra (Diário)*, ob. cit., p. 69.

Kléber de Paris — uma declaração clara de beligerância ao lado dos britânicos contra os alemães. Mas apesar de muito ambígua, a declaração oficial foi aprovada nas duas Câmaras, que votaram ainda a proposta de lei que conferia plenos poderes ao Governo a fim de salvaguardar o interesse nacional na extraordinária conjuntura da guerra europeia. Gerou-se um clima de apoteose dentro e fora de S. Bento, defronte do qual uma multidão se apinhara ansiosa à espera da decisão final dos máximos representantes da Nação. Os partidos através dos seus líderes foram igualmente unânimes no seu voto de apoio e de unidade, mas as dúvidas e as interrogações larvavam fundo no espectro partidário e na própria sociedade.

A posição governamental portuguesa produziu logo os efeitos naturais da ambiguidade em que assentava. Surpreendeu, ao que parece, os ingleses, tendo Sir Eyre Crowe declarado a Teixeira Gomes que o *Foreign Office* não esperava que os acontecimentos se precipitassem tão depressa e atribuía a resolução de Lisboa a alguma manobra provocatória do Ministro alemão Friedrich Rosen. Note-se que aos objectivos britânicos servia por inteiro uma postura ambígua e discreta, além de que sendo a aliança unicamente defensiva e tendo sido a Inglaterra a declarar guerra à Alemanha, sem consulta ou aviso prévio a Portugal, este não ficava obrigado a qualquer compromisso para com a sua aliada.⁽⁹⁹⁷⁾

Não admira, pois, que o Governo e a própria sociedade portuguesa tenham acolhido motivações e tácticas não só diferentes, mas até antagónicas. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, marcou bem a sua posição no telegrama de 18 de Agosto para o intervencionista exaltado João Chagas: *Nossa atitude concertada com Inglaterra, com a qual estamos perfeito acôrdo. Não estamos hostilidade país algum, portanto neutros, mas neutralidade condicional.*⁽⁹⁹⁸⁾ Repetiu-a ao Ministro em Londres: *a maioria da nação, pronta a cumprir os deveres da aliança inglesa, não tem desejo algum da beligerância, como que antevendo os sacrifícios enormíssimos que ela trará a um país como o nosso, pobre de recursos financeiros, com o seu exército em via de organização, e sabendo que dessa beligerância nenhum proveito provável se antevê.*⁽⁹⁹⁹⁾ E desabafou, em 9 de Setembro, a Sidónio Pais: *nosso dever é mantermo-nos estranhos ao conflito.*⁽¹⁰⁰⁰⁾

Uma perspectiva de neutralidade ao abrigo de uma aliança anglo-lusa defensiva tal como ousadamente a preconizou o seu chefe e amigo Brito Camacho. Oficialmente Portugal não era neutral, mas também não entrava em guerra. Refugiava-se em fórmulas vagas — a neutralidade condicional de Freire de Andrade ou a neutralidade beligerante, que acabou por desagradar a gregos e a troianos.⁽¹⁰⁰¹⁾ E assim permanecerá até a famosa equipa de guerra, uma vez no Poder, conseguir levar o país para a *front*, seguindo

⁽⁹⁹⁷⁾ Sobre este aspecto e a natureza da Aliança Inglesa ver TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Poder e a guerra, 1914-1918*, ob. cit., p. 211-216.

⁽⁹⁹⁸⁾ *Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Portugal no conflito europeu, 1.ª parte, Negociações até à Declaração de Guerra [Livro Branco]*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920, doc. 58, p. 18.

⁽⁹⁹⁹⁾ Cf. RAMALHO, Miguel Nunes — *Sidónio Pais diplomata e conspirador*, ob. cit., p. 68.

⁽¹⁰⁰⁰⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 [Livro Branco]*, ob. cit., p. 36.

⁽¹⁰⁰¹⁾ Ver ARAÚJO, José Botelho Carvalho de — *Portugal e a guerra europeia. Verdades amargas II. O problema da neutralidade portuguesa. A Revolta*, de 8 de Janeiro de 1916, p. 1.

móviles diferentes consoante o perfil de cada um dos protagonistas — para Norton de Matos o principal motivo era, sem dúvida, a defesa da integridade colonial, para Afonso Costa era o pretexto ideal de impor, sob a égide da unidade das forças republicanas e da consagração da gesta dos portugueses na memória heróica da Guerra do século, a republicanização integral do país,⁽¹⁰⁰²⁾ para João Chagas a oportunidade de mostrarmos à França e ao Mundo a nossa vocação, finalmente assumida, de Nação moderna, civilizada e animada pelos supremos critérios da Razão e da Moral laica.⁽¹⁰⁰³⁾

A dúvida e hesitante posição oficial das autoridades portuguesas não evitou que até final de 1914 muitos compatriotas residentes na Alemanha regressassem à Pátria, desempregados uns, receosos outros e nesse retorno sentiram o apoio e a presença do seu representante diplomático. Um regresso dificultado pelo Governo alemão e de tal forma que Sidónio Pais teve de insistir com firmeza para que os vistos de passaporte fossem concedidos, admitindo mesmo a hipótese de ruptura de relações se o assunto não fosse resolvido: *considero este assunto gravíssimo, podendo dar lugar a ruptura de relações; e mais: Se o governo alemão recusar o visto, não vejo neste momento outro caminho senão pedir o salvo-conduto, visto a impossibilidade de exercer as minhas funções.*⁽¹⁰⁰⁴⁾ A atitude do Governo alemão era, por certo, um teste provocatório e sintonizava com o discurso especulativo surgido em alguns periódicos, os mais resistentes à contrapropaganda da Legação em Berlim, em torno da entrada ou não de Portugal no conflito, sendo certo que a hipótese afirmativa permitia, no fim da guerra e face a uma vitória alemã, agarrar algum pedaço do nosso património colonial.

Inscrita na garantia dada pelos ingleses em 4 de Agosto — se a Alemanha atacasse alguma possessão portuguesa, a Inglaterra interviria ajudando a defendê-la, o Governo português não proclamaria a neutralidade e se o Governo inglês precisasse de ajuda, qualquer coisa incompatível com a neutralidade, invocaria a aliança — e acentuada por um curioso despacho de Sir Lancelot Carnegie, de 19 de Novembro, para o Ministro Freire de Andrade⁽¹⁰⁰⁵⁾ quando estava já tomada a atitude beligerante do envio de artilharia solicitada pela França, a neutralidade beligerante será, de início, entendida por Sidónio Pais como sinónimo de beligerância efectiva a curto prazo. Com o volver do tempo entendê-la-á ou, melhor dito, tudo fará para ser uma neutralidade condicional, como a baptizara Freire de Andrade, no quadro da garantia inglesa. Mas tal entendimento causar-lhe-á, até ao corte das relações luso-alemãs em 9 de Março de 1916, embaraçosas e frequentes explicações a propósito de campanhas da imprensa anti-germânicas e, sobretudo, de actos na África austral que os alemães considerariam impróprios de um país neutral.

⁽¹⁰⁰²⁾ Ver TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Poder e a guerra, 1914-1918*, ob. cit., p. 380-381.

⁽¹⁰⁰³⁾ Ver, por exemplo, *A Águia. Seleção, prefácio e notas de Marieta Dá Mesquita*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 230 e ss.

⁽¹⁰⁰⁴⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 113, 22-10-1914, p. 63 e doc. 114, 23-10-1914, p. 64.

⁽¹⁰⁰⁵⁾ Protestos da Alemanha contra atitude de Portugal perante a guerra, tradução, 19-11-1914. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

Por seu turno, em Lisboa, Friedrich Rosen, fracassado o acordo de partilha colonial tão do seu agrado, sentir-se-á não só isolado, mas num ambiente cada vez mais hostil, vendo-se, por isso, sujeito a multiplicar as queixas para o *Auswärtiges Amt* e os protestos no M.N.E. num tom duro e frontal, que contrasta com o estilo conciliatório de Sidónio em Berlim.⁽¹⁰⁰⁶⁾

Mas apesar deste clima e da dureza dos protestos, Friedrich Rosen, conforme deixou escrito em suas memórias, entendia que o seu Governo devia manter a neutralidade com Portugal e parecia-lhe que essa orientação predominava nos centros de decisão alemães, embora houvesse correntes adversas bem posicionadas. Em Agosto de 1914 recebeu um telegrama do *Auswärtiges Amt* onde se dizia que *para desfecho favorável alemão da guerra era útil que Portugal estivesse do lado dos opositores*, mas o colega e amigo conde de Luxembourg aconselhou-o, porém, a ignorar essa inquietante mensagem.⁽¹⁰⁰⁷⁾

Em Berlim Sidónio Pais ficou isolado, sem comunicações, e quase só na Legação. Vasco de Quevedo foi chamado a Lisboa e partiu depressa, sem tempo para levar todos os seus objectos pessoais, deixados na casa alugada do médico Belarmino de Almeida e, por isso, tentará recuperá-los com a ajuda de Sidónio no primeiro trimestre de 1915.⁽¹⁰⁰⁸⁾ Por seu turno, Lopes Tavares foi dispensado em Novembro porque o serviço de apoio aos portugueses residentes na Alemanha diminuíra bastante. Apenas o Adido Anúplio de Lemos e o secretário da secção consular Paul Friedlaender ficariam a seu lado. Este reduzido corpo diplomático passou também a ser vigiado pela polícia secreta do II Reich, sem se alterar, contudo, o clima geral de cordialidade com o *Auswärtiges Amt* e a Chancelaria.

Num relatório de 10 de Novembro aparece descrita a vida íntima de Sidónio Pais, que até 15 de Agosto vivera na companhia da francesa Céline Chatry, nomeada por equívoco Marie e tida erradamente por belga. Saíra naquela data da Alemanha e residia no Boulevard James Fazy, 18, em Genebra. Vivera maritalmente com ela, satisfazia-lhe todas as vontades e caprichos, davam juntos longos passeios de cabriolé e frequentavam diversos locais, exibindo publicamente o seu relacionamento amoroso. Segundo informações colhidas junto da criada Marie Nowak, uma moça de 21 anos, Sidónio *gastava muito dinheiro com mulheres* e após o início da guerra andava desconfiado, dormia tendo sempre à beira um revólver, levantava-se, por vezes, a meio da noite e vistoriava os quartos com receio de que tivesse entrado alguém e dera indicações à criada para que fosse muito discreta com o porteiro e a mulher. O espião apurou ainda que o Ministro português falava pessimamente o alemão, mas lia todas as noites o jornal vespertino e o *Deutsche Kriegszeitungs* (suplemento do *Berliner Lokal-Anzeiger*) e rodeara-se de um amplo círculo de senhoras. Terá mesmo recebido em sua casa mulheres de reputação duvidosa e em 8 de Novembro visitou Frau Khäte Walh, Brandenburg de solteira, nas-

⁽¹⁰⁰⁶⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 628-629.

⁽¹⁰⁰⁷⁾ Cf. ROSEN, Friedrich — *Aus einem diplomatischen wanderleben*, vol. 2, ob. cit., p. 228.

⁽¹⁰⁰⁸⁾ Dossier *Mr. Vasco de Quevedo*. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsistema Legação de Portugal em Berlim). Segundo o relatório policial, a sua partida para Portugal deu-se em meados de Agosto e na véspera esteve com o Ministro português até às 2h. da madrugada a fazer as malas, reservando muito do espaço disponível para documentos da Legação que não convinha deixar na Alemanha.

cida em Berlim a 17 de Outubro de 1879 e moradora na *Alvenslebenerstrasse*, 20. Esta senhora, divorciada, alta, bonita, de aparência vistosa e de vida solta, sabia fazer massagens e vivera, em tempos, dessa actividade. E num outro relatório de 8 de Dezembro é dito que, enquanto não decidia o regresso ao seu país, Sidónio Pais continuava aparentemente muito pouco ocupado, dormia muito, dava longos passeios pela cidade e visitava Frau Walh!...(1009)

Vivendo nessa relaxante desocupação, Sidónio podia bem entreter-se a escrever cartas apaixonadas para Céline (epistolografia vigiada pela Polícia) e preocupar-se com a família. Em carta postal de 8 de Novembro dirigida à mulher condensou a preocupação em estilo telegrama: *As ultimas noticias que recebi vossas fôram por carta da Mãe datada de 22 de outubro. Estou com cuidado. Escrevam. Eu estou bom. Abraços para toda a Familia. Teu S. Paes.* Mandara também um retrato que a mulher agradeceu assim: *Recebi o retrato e o telegrama que agradeço do coração, não podias mandar coisa que eu gosta-se mais, mil vezes obrigada, estás muitissimo bem, um lindo rapaz.*(1010)

D. Maria dos Prazeres e os filhos podiam ter quebras no seu ritmo epistolográfico, mas não perdiam intensidade: as cartinhas e os bilhetes enchiam-se de felicitações, de agradecimentos, de muitos abraços e beijos, de imensas saudades. Enchiam-se de ternura e também de queixas... Ternura patente até num usual *como tens passado?* ou num simples *escreve-me sempre, meu Sidonio, sim?* Queixas de uma esposa e de uma mãe, dócil, nervosa e insegura, recatada e protegida no lar por um marido protector que nunca abdicara do seu papel de chefe de família, mas agora estava ausente. E essa ausência obrigava-a a sair do seu papel doméstico habitual e a enfrentar diversos problemas, especialmente os financeiros, frequentes e desgastantes. As canseiras com os estudos, a saúde e o comportamento dos filhos redobraram tanto que não faltam lamentos nas cartas: *Estou muito desgostosa por causa dos rapazes, não imaginas o que tenho sofrido e desde já te digo que não posso mais tomar conta d'eles. Custa-me muito dizer estas coisas, mas é preciso que tu saibas tudo; os rapazes continuam a estudar pouco, eles bem sabem que me incomodam, mas não fazem caso, está tudo assim. Só Deus sabe o que eu tenho passado; e podíamos continuar...*

Sobrava ainda a Sidónio tempo para, via Berne e contando sempre com a disponibilidade do seu colega e amigo António Bandeira,(1011) exprimir ao Governo e, em particular, ao afável Freire de Andrade as suas apreensões quanto à eventualidade de os portugueses marcharem para a fronteira norte da França. No telegrama de 22 de Outubro, após resumo da situação militar nas duas frentes e sintomas gerais da crise económica geral, infere que *Todo êste conjunto bem observado parece dar probabilidade de vitória à Alemanha* e acrescenta que *Jornais publicam todos os dias noticias Portugal hoje trazem telegramas de Viena dizendo Congresso vai ser convocado próxima semana para decidir envio tropas França. (...)* Se Portugal resolve entrar parece-me deverá declaração ser entregue aqui, como fizeram outras nações. À última jornais publicam telegramas Londres

(1009) Portugal, Acten, 4 April 1886 - 1 Nob. 1919, 8-12-1914 e 10-11-1914. (Politisches Archiv des Auswärtigen Amts, Portugal).

(1010) Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

(1011) Ver sobre este diplomata hábil e «irreverente» MOTA, Francisco Teixeira da — *Alves Reis. Uma história portuguesa. Acto 1: A Paixão por Angola*. Lisboa: Público; Contexto Editora, 1997, p. 34 e ss. e p. 52-53.

Ministro da Alemanha em Lisboa e colónia se preparam para partir.⁽¹⁰¹²⁾ E a 23 disse o que pensava:

Relativamente primeiro ponto, é minha obrigação dizer minha opinião que, embora nenhum péso represente, é a de uma pessoa que se encontra no pósto especial observação. Julgo que, se Portugal entrar, será necessário que o faça dispondo-se desde princípio para máximos sacrifícios e não apenas para um pequeno auxílio. Propaganda a fazer parece-me dever ser esta: entramos, devemos vencer. Inimigo é fortíssimo e está disposto a sacrificar últimos homens e última libra. Foi esta campanha que aqui se fez, e calou profundamente em todas as classes sem excepção. Não se deve partir do princípio inteiramente falso que inimigo é fácil de vencer. Minha observação diz exactamente o contrário. Creio mesmo que países beligerantes contra a Alemanha alguns erros já praticaram derivados desta errónea convicção. Pela minha parte, pessoalmente, logo que tenha de sair daqui, ponho-me inteiramente à disposição Governo Português para o posto mais arriscado com que me quiserem honrar e onde de alma e coração procurarei servir País como tenho feito até aqui. Aconselharei dois filhos em idade alistar-se, a fazê-lo, e aos mais novos direi que prestem País os serviços que possam prestar. Caso Portugal entre na guerra, espero V. Ex.^a mandará ordem pedir meu passaporte antes que Governo me mande embora, o que julgo deprimente para o nosso País.⁽¹⁰¹³⁾

Descontados os excessos retóricos de pai patriota,⁽¹⁰¹⁴⁾ estas palavras reflectem com rigor, uma vez mais ao longo da sua vida, a intuição, a prudência e a contenção, particularmente agudas nos momentos críticos que antecedem as decisões irreversíveis e inelutáveis.

Uma guerra e especialmente essa que estava em curso era coisa muito séria e grave para um pequeno e periférico país como Portugal, comprometido apenas no conflito através da aliança com a Inglaterra. Sidónio pediu até autorização para transmitir esta ideia ao Secretário de Estado alemão von Jagow: *Temos um tratado de aliança com a Inglaterra, que nos obriga, caso esta nos peça auxílio. Se essa eventualidade se der, cumpriremos o nosso dever. Nenhum outro móbil nos determina.*⁽¹⁰¹⁵⁾ E não era, aliás, outro o sentido impresso por Camacho nas páginas d'*A Lucta*.⁽¹⁰¹⁶⁾ Como ele, também Sidónio se agarrara a esse argumento para ganhar tempo e para se afastar a si e aos seus compatriotas das planuras fumegantes da Flandres. É que a Grande Guerra seria previsivelmente rápida e breve. Mas em tempos difíceis as previsões podiam falhar..

⁽¹⁰¹²⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da Republica [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 113, 22-10-1914, p. 64.

⁽¹⁰¹³⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 114, p. 64.

⁽¹⁰¹⁴⁾ Correspondência, 1916-1917, Carta do filho Sidónio de Agosto de 1916, em que se queixa a dado passo: «*Só tenho péna de o Papá não ter accedido ao meu pedido de acentar praça que lhe envie para a Alemanha*». (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, geral).

⁽¹⁰¹⁵⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 97, 16-10-1914, p. 53.

⁽¹⁰¹⁶⁾ Ver CAMACHO, Brito — *Portugal na guerra*, ob. cit., p. 91-95.

A Insustentável neutralidade

Nos primeiros meses de guerra ficamos, pois, a saber que Sidónio pendia pessoalmente para a neutralidade condicional no quadro da velha aliança, mas também o vimos preparado para um corte de relações por causa da coarctação alemã do direito de regresso dos seus compatriotas. E enquanto se contorcia no meio de toda esta tensão vamos vê-lo surpreendido pelas súbitas e vagas notícias de uns incidentes no Sul de Angola provocados por unidades militares alemãs.

Numa espécie de *memorandum* que decidi escrever sumariando todo esse processo, desde finais de 1914, admitiu logo nas primeiras linhas que das *questões que, desde o início da guerra, surgiram entre o Governo Portuguez e o alemão, e que por esta Legação tem corrido, é, sem duvida, a dos incidentes coloniais a mais importante e actualmente a unica grave.*⁽¹⁰¹⁷⁾ E mais adiante acrescentou: *Foi pelos jornaes allemães de principios de novembro que me chegou o primeiro boato de uma escaramuça entre tropas portuguezas e allemãs, na fronteira sul d'Angola. Como não viesse comunicação alguma do Governo, telegraphei-lhe em 7 de novembro, por intermedio da Legação de Portugal em Berne, dando conta do boato. É este o primeiro documento do processo.* Boatos e escaramuças que assinalam a participação militar de Portugal na frente africana, polvilhada de expedições e de refregas até ao final da Grande Guerra.⁽¹⁰¹⁸⁾

Já em Setembro, para fazer face a todas as eventualidades e não deixar indefesas as fronteiras mais sensíveis das duas maiores colónias, tinha seguido para o sul de Angola uma expedição sob o comando do tenente coronel Alves Roçadas, experiente africanista, e outra sob o comando do coronel Massano de Amorim para o norte de Moçambique, onde a pressão germânica se fará sentir até Novembro de 1917.

Os incidentes referidos por Sidónio Pais no seu *memorandum* são descritos por Gomes da Costa como o ataque, em 24 de Agosto,⁽¹⁰¹⁹⁾ ao porto de Maziua na África Oriental (incidente de Ugassa, Moçambique), o *1.º incidente de Naulila, 18 de outubro de 1914,*⁽¹⁰²⁰⁾ *Cuangar, 31 de outubro de 1914* e organização das forças em operações no Sul d'Angola a 31 de Outubro, que precedeu o chamado combate de Naulila de 18 de Dezembro desse mesmo ano. A descrição de Gomes da Costa contrasta pelo rigor factual e pela precisão técnico-militar com a versão lacunar de Sidónio. Desprovido de elementos seguros e suficientes, baseado na imprensa alemã e nas notas oficiais via Berne, o nosso Ministro em Berlim procurou, apesar de tudo, cumprir o seu dever que podia ir até à apresentação de um protesto formal pelo incidente de Cuangar, embora Freire de Andrade fosse abertamente contrário à reclamação, tendo-a votado em Conselho

⁽¹⁰¹⁷⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 2, p. 812-814.

⁽¹⁰¹⁸⁾ Ver COSTA, General Gomes da — *Portugal na guerra. A Guerra nas colónias, 1914-1918*. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora, 1922.

⁽¹⁰¹⁹⁾ O general Gomes da COSTA refere inícios de Setembro, mas num despacho de Augusto Soares lê-se 24 de Agosto (Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 220, 19-1-1914, p. 137).

⁽¹⁰²⁰⁾ Cf. COSTA, Gomes da — *Portugal na guerra. A Guerra nas colónias*, ob. cit., p. 56.

de Ministros, quando o Ministério estava já demissionário. De acordo com as instruções recebidas⁽¹⁰²¹⁾ e com a sua opinião pessoal (alinhada pelos artigos de *A Lucta*) Sidónio dispôs-se a evitar que tão melindroso assunto fosse levado até ao ponto de *Casus belli*, pois que — são estas as suas exactas palavras — *alias se corria o risco de entrar na guerra por uma porta diferente da que convinha aos nossos interesses, e além d'isso antes de terminar a nossa preparação.*⁽¹⁰²²⁾

Entretanto, na madrugada de 18 de Dezembro tropas alemãs comandadas pelo major Frank e com apoio na Unda e no Qualade atacam a esquerda das forças do coronel Roçadas, em Naulila. Ao cabo de quatro horas Roçadas admitia estar numa posição vulnerável, enquanto a sua artilharia do destacamento de Calueque bombardeia o acampamento alemão. Várias falhas e vicissitudes acabaram por forçar a retirada dos portugueses para Naulila, com um rol de pesadas baixas — sessenta e nove mortos, setenta e seis feridos e trinta e sete prisioneiros.⁽¹⁰²³⁾ Eis, em sùmula, mais um incidente numa série de expedições, de ocupações e de combates fronteiriços nas colónias até à fase final da guerra.

Quando ocorreu este segundo incidente de Naulila já havia em Lisboa, desde o dia 12, um novo Governo e um novo Ministro dos Negócios Estrangeiros — o democrático e pró-intervencionista Augusto Soares. Incumbido, no plano interno, da realização das eleições legislativas para um novo quadriénio, o executivo de Bernardino Machado esbarrou nos desentendimentos dos três partidos republicanos sobre qual deles deveria presidir a essas eleições e como haviam de ser conduzidas.

Face a uma nova crise, o Presidente Arriaga, na opinião crítica de Machado Santos, *ouviu toda a gente, consultou todos os políticos e acabou por tomar a resolução peor.* Machado Santos mostra bem, em 1916, o seu ódio de estimação pelos democráticos e não esquece a piada, famosa na época, de que o novo Governo do capitão-tenente Vitor Hugo de Azevedo Coutinho era a segunda edição dos Miseráveis.⁽¹⁰²⁴⁾ Mas na sua apreciação subjectiva omite o facto de unionistas e evolucionistas não disporem de maioria no Congresso e de recusarem coligações com os democráticos. Nessas circunstâncias, Arriaga, muito a contragosto, porque entendia preferíveis os executivos extrapartidários,⁽¹⁰²⁵⁾ cedeu a preparação das eleições a um Ministério democrático, que jurou, é claro, a mais estrita imparcialidade. A oposição conhecia bem o valor de tais juras e reagiu. Vinte deputados unionistas abandonaram a Câmara, Machado Santos renunciou ao mandato e todos no seu conjunto procuraram derrubar Víctor Hugo e os seus Miseráveis através da opinião pública e da cumplicidade presidencial, num crescendo de tensão com os afonsistas.

⁽¹⁰²¹⁾ Ver *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 151, 19-11-1914, p. 93; n.º 165, 1-12-1914, p. 101.

⁽¹⁰²²⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 2, p. 814.

⁽¹⁰²³⁾ Cf. GOMES, general Costa — *Portugal na guerra. A Guerra nas colónias*, ob. cit., p. 63-65.

⁽¹⁰²⁴⁾ Cf. SANTOS, Machado — *A Ordem pública e o 14 de Maio*, ob. cit., p. 52.

⁽¹⁰²⁵⁾ Sobre as suas ideias nesta matéria ver ARRIAGA, Manuel de — *Na primeira presidencia da república portuguesa: um rápido relatório*. Lisboa: Tip. «A Editora Lda», 1916, p. 89-131.

Lançando o seu olhar de analista ou de comentador à última crise política, António Pais, em carta para o irmão, escreveu o seguinte: *A respeito de política interna está uma grande embrulhada desde que foi solucionada a crise com um ministerio democratico sem o menor apoio nem mesmo expectativa benevola dos outros partidos. Parece-me ser esta a phase mais prigosa da politica portugueza desde a proclamação da Republica. Vamos a vêr em que dá tudo isto e bom seria que passassemos a viver em regimen de maior estabilidade, isto é, que o equilibrio do actual regimen de Portugal, que até aqui tem sido instavel, possa definitivamente a ter estabilidade que garanta socego a toda a gente. Eu não creio ainda assim que o actual governo teime em conservar-se no poder contra a vontade dos outros partidos e da grande maioria do paiz.*⁽¹⁰²⁶⁾ E na mesma ocasião o sobrinho Júlio não deixou, também, de contar ao tio a sua versão da política nacional face à Grande Guerra: *A situação politica parece grave: é voz corrente que este ministerio não dura muito. Por um artigo na «Lucta» do Brito Camacho vê-se que os unionistas tem já declaradamente a opinião que não deve ir nenhuma força para a guerra em França. Para Angola dizem agora os jornaes que vão mais 8.000 homens. Convem agora ... [termo ilegível] sobre combates na Africa em que fôrmos victoriosos; não ha noticias officiaes. Por aqui está tudo socegado, tudo normal. Há talvez impaciencia pela duração da guerra; desejos de que comece breve o principio do fim.*⁽¹⁰²⁷⁾

Um movimento militar sintomático veio, porém, travar a corrente intervencionista ou guerrista e desferir um primeiro golpe, ainda que efémero e inconsequente, no P.R.P. e na sua função hegemónica e bloqueadora do sistema político.

Já em 20 de Outubro estalara em Mafra uma revolta, cujos mentores se confessaram monárquicos e os insurrectos, que haviam ocupado momentaneamente a Escola Prática de Infantaria, declararam-se contra a ida à guerra. Quase três meses depois, a 17 de Dezembro, um grupo de oficiais exigiu violentamente a supressão, em certa peça exibida no teatro da Rua dos Condes, em Lisboa, de uma cena que constituía uma *estúpida farsada em que a corporação militar era, não só metida a ridículo, mas cruelmente injuriada.*⁽¹⁰²⁸⁾ Sintomas breves e avulsos de um mal-estar que afectava as Forças Armadas e as indispunha profundamente contra um certo tipo de governação republicana, e que transbordou, entre 20 e 22 de Janeiro, no chamado *Movimento das Espadas.*⁽¹⁰²⁹⁾

Uma grande parte da oficialidade da guarnição de Lisboa, com adesões noutras pontas do país, desencadeou, após preparação sem grande segredo, uma acção colectiva de protesto perante o Presidente da República, contra recentes transferências de oficiais, tidas por perseguições políticas do Governo. Este ainda conseguiu prender os oficiais insubordinados e enviá-los para bordo dos navios da Armada, mas a 22 desse

⁽¹⁰²⁶⁾ Correspondência, carta de 19-12-1914. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

⁽¹⁰²⁷⁾ *Ibidem*, carta, 20-12-1914.

⁽¹⁰²⁸⁾ Cf. PERES, Damião — *História de Portugal, Suplemento*, ob. cit., p. 78.

⁽¹⁰²⁹⁾ Ver sob a epígrafe *Trunfo é espadas* o episódio que deu origem ao protesto generalizado da oficialidade, em Lisboa e em diversos pontos do país, in *O 14 de Maio. Imparcial bosquejo histórico dos acontecimentos ocorridos em Portugal no dia 14 de Maio de 1915 e seguintes. Queda do governo Pimenta de Castro, por um contemporâneo*. Porto: Tipografia Lusitânia, 1915, p. 5-7.

mês Machado Santos entregou a sua espada a Manuel de Arriaga como testemunho de solidariedade para com os oficiais detidos. No dia seguinte, o Presidente da República endereçou uma carta ao general Pimenta de Castro, um dos raros oficiais envolvidos na movimentação republicana de 31 de Janeiro de 1891, a qual fora essencialmente obra de sargentos à revelia do P.R.P., ou seja, ilustrativa de uma linha republicana militar e não derivada apenas da organização militar do partido.⁽¹⁰³⁰⁾ Nessa carta informou-o de que precisava de um Governo extrapartidário que preparasse as eleições, achando-se já as Câmaras encerradas desde 12 de Janeiro até 4 de Março — *O teu austero e belo nome servirá para garantir a genuidade do sufrágio, a conciliação e a paz na República e no Exército.*⁽¹⁰³¹⁾

Surgiu, assim, não só um novo Governo nomeado em período de interregno legislativo (daí o epíteto de ditadura) a 28 de Janeiro e composto por sete militares e dois civis, mas sobretudo uma experiência inserida no contexto da crise de intervenção (a expressão é de Villaverde Cabral) de Portugal na guerra e controlada, durante os seus três meses e meio de vida, pela facção mais conservadora e tradicionalista da hierarquia militar profissional em sintonia com unionistas e evolucionistas, adversários habituais do partido democrático, e com alguns críticos do parlamentarismo liberal.⁽¹⁰³²⁾ A «pasta» dos Estrangeiros foi assumida até 4 de Fevereiro pelo Presidente do Ministério, sendo nessa data empossado o coronel de Engenharia José Jerónimo Rodrigues Monteiro. Em Paris, João Chagas reagiu vigorosamente contra a nova ordem de coisas e foi substituído na chefia da Legação pelo médico Bethencourt Rodrigues, demitido depois em Maio e reempossado no cargo na fase dezembrista/sidonista.

Por algum tempo Pimenta de Castro ficou a tratar a política externa com o seu ex-colega no 1.º Governo constitucional, de quem guardara, aliás, vivo ressentimento. Não conhecemos nenhuma reacção de Sidónio Pais aos acontecimentos descritos, nem às notícias dos jornais ou aos comentários epistolográficos de familiares, de amigos e de colegas. O ambiente vivido na estremecida Pátria aparece ligeiramente referido em duas cartas do seu 2.º Secretário e amigo Vasco de Quevedo, uma de 19 de Fevereiro e outra de 12 Abril de 1915: *Por aqui um tempo horrível. A política agora serena e parece que mais reflectida. Vamos a ver,*⁽¹⁰³³⁾ e *Por aqui vae-se soffrendo bastante. Estou observando uma larga derivação de elementos que até agora não hostilizavam a Republica para os meios monarchicos. Mesmo de alguns republicanos de valor como Alfredo Pimenta, Camillo Rodrigues e outros que, se não se declararam ainda monarchicos... pouco lhes falta. Não sei o resultado que advirá de tudo isto.*⁽¹⁰³⁴⁾ Noutra missiva, esta de 21 de Abril, comunicava-lhe a impressão muito favorável que no M.N.E. se generalizara a seu respeito: *Aqui teem-se*

⁽¹⁰³⁰⁾ Cf. FERREIRA, José Medeiros — *O Comportamento político dos militares*, ob. cit., p. 54.

⁽¹⁰³¹⁾ Cf. CASTRO, Joaquim Pimenta de — *O Dictador e a affrontosa dictadura*, ob. cit., p. 14; e ARRIAGA, Manuel de — *Na primeira presidencia da republica portugueza*, ob. cit., p. 132-140.

⁽¹⁰³²⁾ Cf. SERRA, João Bonifácio — Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente, in REIS, António (dir.) — *Portugal contemporânea*, vol. 3, ob. cit., p. 48; e ver FERREIRA, José Medeiros — *O Comportamento político dos militares*, ob. cit., p. 55 e ss.

⁽¹⁰³³⁾ Dossier Mr. Vasco de Quevedo..., 19-2-1915. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹⁰³⁴⁾ *Ibidem*, 12-4-1915.

recebido bastantes officios de V. Ex.^a. Não sei, naturalmente, porem, se algum se terá perdido. Toda a gente aprecia aqui, como nunca, a attitude correctissima e inteligentissima que V. Ex.^a tem tomado nas circunstancias por que atravessamos. Não fazem mais do que absoluta justiça.⁽¹⁰³⁵⁾

Nessa apreciável correspondência diplomática sobressaiem os telegramas e as notas oficiais sobre os referidos incidentes de Angola, que importa retomar no ponto onde suspendemos a narrativa para uma rápida panorâmica da situação política em Lisboa.

No dia 14 de Dezembro de 1914 Sidónio Pais recebeu, segundo ele próprio refere no seu *memorandum*, ordem do cessante Governo de Bernardino Machado para apresentar imediatamente a reclamação, sendo lhe expressamente recomendado que *não deve ser levado até ao ponto de o assumpto ser considerado Casus belli*.⁽¹⁰³⁶⁾ Assunto em extremo melindroso, não deveria — interrogou-se então — *ser ponderado pelo novo Ministerio?* E nessa mesma data enviou telegrama ao Ministro Augusto Soares a comunicar que *Como na primeira comunicação de V. Ex.^a a êste respeito me era recomendado não fazer qualquer reclamação sôbre o caso, nada farei sem mais instruções* e a resumir os últimos boletins da guerra.⁽¹⁰³⁷⁾ No dia 16 por outro telegrama via Haia solicitava esclarecimentos: *Não me foi comunicada data em que teve lugar incidente parece que necessário para a reclamação. Quanto a lugar supponho tratar-se do forte Cuangar perto do Rio Cubango e da povoação Chicango, posto que no despacho de V. Ex.^a vem Cuangari e não Cungar*.⁽¹⁰³⁸⁾

Tentativa clara de ganhar tempo, justificada pela óbvia falta de elementos sólidos para uma reclamação afirmativa, mas suficientemente hábil por forma a evitar desfecho desagradável. Era, porém, outro o entendimento de Augusto Soares. A sua reacção inseria-se no estilo do «partido da guerra» que se imporá após o 14 de Maio de 1915 e que, ao contrário de Freire de Andrade ou de Sidónio Pais, verá nos actos dos alemães graves provocações e óptimos pretextos para se entrar na guerra ao lado dos ingleses. Não hesitou, pois, o M.N.E. em insistir de forma definitiva na apresentação de um protesto, mas antes disso enviou à Legação em Haia, chefiada por António Maria Bartolomeu-Ferreira, o pedido de comunicação para Berlim sobre o caso de portugueses (homens e mulheres) que as autoridades militares alemãs não deixavam entrar nesse país ocupado.⁽¹⁰³⁹⁾ Pela mesma via e a 23, Sidónio informava não haver, de momento, atitudes hostis do Governo alemão para com a repatriação de portugueses e solicitava a fim de obter resultados favoráveis e *até para fundamentar reclamação na peor das hypotheses (...) me sejam enviados nomes e moradas portuguezes que foram impedidos de sahir afim de promover aqui sahida*. Concluía com uma breve referência aos incidentes coloniais: *Quanto acontecimentos Africa cumpre-me informar V. Ex.^a ser quasi certo não ter*

⁽¹⁰³⁵⁾ Dossier Mr. Vasco de Quevedo..., 21-4-1915. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹⁰³⁶⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 2, p. 814.

⁽¹⁰³⁷⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 182, 14-12-1914, p. 110.

⁽¹⁰³⁸⁾ Cf. *Ibidem*, doc. n.º 184, 17-12-1914, p. 111.

⁽¹⁰³⁹⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 640.

Governo alemão comunicações com colônias sendo por isso crível que ataques não sejam ordenados pelo Governo central. Nesta Legação não foi recebida declaração do Governo ao Parlamento.⁽¹⁰⁴⁰⁾ Nova e subtil tentativa de esfriar a disposição reclamante do Governo. Mas sem qualquer efeito prático. O Ministro Augusto Soares, por telegrama de 28 de Dezembro, via Haia e Legação do Brasil em Berlim, expedia as suas ordens no sentido de um protesto enérgico e firme, que não excluía a ruptura de relações.⁽¹⁰⁴¹⁾

As ordens eram para se cumprir; princípio de obediência que Sidónio Pais se habituara desde muito cedo a respeitar; e, por isso, no mesmo dia 28 redigiu em francês a reclamação formal nos moldes impostos por Lisboa⁽¹⁰⁴²⁾ e de que discordava, tendo-a entregue pessoalmente às 20 h. da noite ao Subsecretário de Estado, Alfred Zimmermann, na ausência do Secretário de Estado von Jagow. Foi-lhe prometida uma resposta e aquele alto responsável pelo *Auswärtiges Amt* aproveitou a conversa para se queixar, com base nos protestos e despachos expedidos por Rosen,⁽¹⁰⁴³⁾ da linguagem da imprensa e do Parlamento portugueses contra o povo alemão e o Imperador da Alemanha, declarando ainda em termos duros que a reclamação entregue era pretexto para entrada na guerra, *na qual segundo lhe consta nós já resolvemos e declaramos entrar e diz que se queremos guerra a façamos que a responsabilidade é nossa e garantir, mais serenamente depois*, que o Governo alemão não tinha comunicações com colónia do Sudoeste desde o princípio da guerra *estando assim na completa ignorância factos expostos*. Sidónio Pais retorquiu-lhe em termos que explicitam bem a sua postura oficial e pessoal:

Respondi estar certo de que reclamação Governo Português era sincera e de forma alguma pretexto para romper e que se viéssemos a entrar na guerra seria para cumprir dever de aliança e não por ambição. Mas que sendo atacados teríamos de defender nosso território; expectativa julgava situação grave em Angola se Governo Alemão não podia providenciar fazendo retirar tropas e dando instruções para cessarem hostilidades. Se não havia da parte do Governo Alemão propósito de fazer guerra, julgando interpretar sinceridade intenção Governo Português tentaria ver se este poderia facilitar-lhe comunicações para o fim de evitar guerra. Respondeu que Governo Alemão aceitaria que Governo Português pusesse à sua disposição meios de comunicação com o governador da colónia sudoeste para poder informar e julgar justiça reclamação.⁽¹⁰⁴⁴⁾

⁽¹⁰⁴⁰⁾ Dossier *Mr. Vasco de Quevedo...*, 23-12-1914. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹⁰⁴¹⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., n.º 190, 24-12-1914, p. 114-115; e série A, processo K *Questões coloniais*, 28-12-1914. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹⁰⁴²⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 206, 2-1-1915, p. 127; e série A, processo K *Questões coloniais*, 28-12-1914. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹⁰⁴³⁾ Portugal, Acten [vários dossiers ou «cadernos», contendo despachos intercalados em diferentes grupos cronológicos]. (Politisches Archiv des Auswärtigen Amts, Portugal).

⁽¹⁰⁴⁴⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 215, 12-1-1915, p. 133; série A, processo K *Questões coloniais*, 1-1-1914. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

Na resposta oficial do *Auswärtiges Amt*, registada com data de 31 de Dezembro e dactiloscrita em francês, Zimmermann limitou-se a reafirmar que o Governo alemão não tinha contacto com a sua colónia na África austral e que para responder à reclamação portuguesa precisava de se inteirar dos factos: *nous aurions besoin de la libre faculté d'échanger des télégrammes chiffrés sur les événements en question avec le Gouverneur de la Colonie allemande susindiqués.*⁽¹⁰⁴⁵⁾ A pretensão alemã foi comunicada para Lisboa, logo a 1 de Janeiro, mais uma vez através da Holanda e não da Suíça.⁽¹⁰⁴⁶⁾

Nesse telegrama Sidónio Pais aproveitou para insistir na sua tese de que o Governo alemão preferia ver Portugal fora do conflito, cenário que nos seria também vantajoso, enquanto não fosse accionado o dispositivo militar da aliança anglo-lusa.⁽¹⁰⁴⁷⁾

O Governo português, em sintonia com o Governador-Geral de Angola, não estava disposto a conceder facilidades a um país que encarava como inimigo, optando, assim, pela estratégia do confronto e não do apaziguamento com a Alemanha. Em consequência disso, Augusto Soares intimou Sidónio Pais a contestar energicamente a nota do *Auswärtiges Amt* e a alegar que a responsabilidade na suspensão das comunicações com a colónia alemã não cabia a Portugal, tanto mais que a Legação em Berlim se achava privada de comunicar com Lisboa sem que tal situação fosse objecto de reclamação e sendo certo que ao Ministro Rosen nenhum entrave tinha sido colocado para receber os telegramas cifrados.

Era manifesta a divergência táctica com o M.N.E., mas apesar disso Sidónio não deixará de apostar numa solução pacífica para o conflito e por telegrama de 22 de Janeiro volta à carga com o ponto polémico da facilidade de comunicações: *Para me habilitar porém a bem interpretar intenção do Governo e dar ás negociações a melhor orientação possível muito agradeceria a V. Ex.^a dizer-me se Governo Português facultaria ao Governo Alemão, para o fim da liquidação dos incidentes, troca de comunicações através da nossa colonia Angola com Governador sudoeste alemão. Comunicações far-se-hiam por exemplo pelo telegrafo até Mossamedes e d'ahi pelos meios possíveis até á fronteira. D'esta maneira teria Governo allemão possibilidade material de nos dar satisfação, que supponho não negaria. Mesmo na hypothese d'uma recusa teriamos mostrado claramente sinceridade nossa reclamação visto não pedirmos o impossivel e ninguem teria direito de a considerar como um pretexto para entrar na guerra.*⁽¹⁰⁴⁸⁾ Por detrás destas palavras revela-se o Sidónio de sempre, dotado de um agudo e rígido sentido moral e da agilidade mental própria para tornear situações dilemáticas, não hesitando em fazer-se de desentendido.

⁽¹⁰⁴⁵⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 206, anexo 2; e série A, processo K *Questões coloniais*, 30-12-1914. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹⁰⁴⁶⁾ Série A, processo K *Questões coloniais*, 15-1-1915. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹⁰⁴⁷⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 207, 4-1-1915, p. 129. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹⁰⁴⁸⁾ Série A, processo K *Questões coloniais*, 22-1-1915. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

Escudado na sua proverbial prudência, persistiu em fornecer ao seu Governo elementos que travassem os ímpetus belicistas: em 23 de Janeiro enviou tradução de uma notícia do *Kolnische Zeitung* do dia 19 com a versão alemã a respeito do primeiro incidente de Naulila e na qual se dizia que a morte dos dois alemães *causou, naturalmente, a maior excitação na colonia alemã e foi, certamente, a causa dos conhecidos posteriores acontecimentos, tanto mais que foi simplesmente recusada, pelo comandante de Angola, a proposta do Consul alemão em Loanda, de se fazer um inquerito e comunicar-se sobre isso por meio da telegrafia sem fios ao Governador de Windhuk.*⁽¹⁰⁴⁹⁾ Os alemães vitimizavam-se, lançavam o odioso sobre os portugueses e justificavam iniciativas posteriores como manifestações naturais de indignação e de legítima defesa — técnica argumentativa que para Sidónio confirmava o empenho alemão em evitar uma declaração de guerra, devolvendo a Portugal a plena responsabilidade por um acto desses. Mas os seus esforços esbarravam na determinação de Augusto Soares em reagir com firmeza e dureza às provocações alemãs. O Governo de Víctor Hugo seguia, pois, no sentido de uma beligerância efectiva, mas a sua queda e substituição pelo Ministério de Pimenta de Castro,⁽¹⁰⁵⁰⁾ apoiado numa facção militar conservadora, tecnicista e apartidária e nos grupos moderados e declaradamente anti-afonsistas representava, de novo, um regresso ao alinhamento da neutralidade.

A mudança de postura regista-se em Lisboa e não em Berlim, continuando Sidónio a insistir junto das novas autoridades que o Governo alemão nada sabia do que se estava a passar na colónia africana e que seria possível a negociação pacífica do conflito. E não se ficou só por repisar estes tópicos. Continuou a enviar as informações disponíveis colhidas na imprensa alemã na expectativa de proporcionarem um melhor entendimento sobre as intenções de Governo alemão.

Tem, por isso, particular interesse o despacho confidencial de 16 de Fevereiro de 1915 dirigido ao Presidente do Ministério, Ministro da Guerra e interino dos Estrangeiros a preceder tradução integral da entrevista que o Secretário de Estado das Colónias, Dr. Solf (de quem, aliás, Norton de Matos não gostava porque representava o colonialismo alemão) concedera à *Stampa* de Turim e fora publicada no *Berliner Tageblatt* de 5 de Fevereiro. Ao contrário de Norton de Matos, Sidónio declara que *tenho o Dr. Solf na conta de um homem sincero e bom, qualidades que transparecem na sua expressão por vezes ingenua*. E prossegue dizendo: *Suppoz sempre que os estadistas allemães não deixariam de ajuntar aos argumentos que teem adusido para libertar a Allemanha das responsabilidades da guerra europeia, o facto de que se ella a desejasse e a previsse para já, deveria ter provido á defeza das suas colonias, para as pôr ao abrigo pelo menos dos primeiros golpes de mão. Ao contrario disso o Dr. Solf diz porém que a Allemanha não preveniu a defeza nos seus dominios coloniaes, simplesmente porque não podia esperar que elles fôsem atacados, tal era a sua confiança em que os outros paizes coloniaes não queriam diminuir o prestígio*

⁽¹⁰⁴⁹⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 222, 23-1-1915, p. 139; e série A, processo K *Questões coloniais*, 23-1-1915. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹⁰⁵⁰⁾ Para um conhecimento detalhado e ilustrado da vigência deste Governo ver MARTINS, Rocha — *Pimenta de Castro*. Lisboa: Edição do Autor, s.d.

da raça branca, dando ás outras raças o espectáculo selvagem de uma guerra, que além de pôr a claro a fraqueza da falta de entendimento, renegava o proprio principio civilizador pelo qual apenas pôde ser justificada a dominação das raças atrasadas. A declaração de Solf exhibia, neste ponto, um flagrante etnocentrismo justificador de racismo, que Sidónio tomou por sincero e deduziu a partir daí: se a Alemanha nunca pensou num ataque às suas colónias, não poderia ter começado a guerra em África e, por consequência, os Governadores coloniais (ideia implícita, segundo Sidónio, nas palavras de Solf) teriam ordem para adoptar uma atitude meramente defensiva (argumento posto a circular pelos círculos oficiais alemães e que Sidónio se apressara a transmitir para Lisboa), embora pudesse ter havido excepções à regra e se tal sucedesse o próprio Secretário de Estado admitia a possibilidade de ser reparado lealmente pelos respectivos Estados. Chegava, assim, à parte da entrevista que mais interessava a Portugal: *Ella dá a esperança — escreve Sidónio — de que possamos obter justa reparação das aggressões que nos tenham sido feitas. Ali se affirma mais uma vez tambem o córte de communicações e a impossibilidade em que elle colloca o Governo allemão de poder verificar como os factos se passaram. É provavel que esta parte da entrevista nos vise, embora o Secretario d'Estado das colonias tenha tido todo o cuidado de evitar qualquer referencia a Portugal em toda ella.*⁽¹⁰⁵¹⁾

Mantendo a mesma conduta, Sidónio continuou a recolha de artigos sobre o assunto na imprensa alemã, o seu envio para Lisboa e a expressão dos comentários que se afiguravam mais oportunos. Impunha-se até uma reflexão crítica e foi o que fez num extenso telegrama dirigido ao novo Ministro dos Negócios Estrangeiros Rodrigues Monteiro, que começa com o apanhado de artigos publicados no *Berliner Lokal Azeiger* e no *Kölnische Zeitung*, seguindo-se a evocação das principais peças do processo e uma apreciação pessoal estribada num juízo apaziguador e imparcial: *Temos nós inteiro direito em todos os incidentes que lamentavelmente se produziram nas nossas colónias? A verdade há-de prevalecer acima de tudo. Conseguida que seja uma suspensão de hostilidades de parte a parte, para o que deveríamos empregar todos os esforços, os dois Governos procederiam a um inquérito e procurariam ver lialmente de que lado está a razão. Quem não a tiver que a dê ao seu contendor. Se houve excessos de ambos os lados procure-se compensá-los. Esta a expressão da justiça. E se dum e doutro lado houver boa fé e desejo firme de paz com honra para ambos, forçosamente se chegará ao resultado desejado.* Termina com uma crítica directa à reclamação entregue em 28 de Dezembro e contra a qual sempre estivera.

O Governo alemão desde o início denunciara a atitude de dureza de Lisboa como pretexto para intervenção na guerra, perspectiva que, na opinião de Sidónio, devia ser afastada liminarmente e para isso só se deveria reclamar após o apuramento de toda a verdade.⁽¹⁰⁵²⁾

⁽¹⁰⁵¹⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 237, 16-2-1915, p. 153-154; série A, processo K *Questões coloniais*, 16-2-1915. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹⁰⁵²⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 231, 6-2-1915, p. 149. Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 645-646.

A reacção de Rodrigues Monteiro a esta pressão de Sidónio Pais surge bem desenhada no telegrama expedido, via Haia, com data de 26 de Fevereiro: mantinha instruções de Augusto Soares sobre reclamação a propósito de incidentes de Angola, louvava a prudência do Ministro em Berlim, mas *prestarmo-nos transmissão telegramas cifrados* *Governo Alemão por via de autoridades Angola equivaleria admitir desde já que Governo Alemão não tem responsabilidade acontecimentos. Recomendação Governo Inglês e interesse Governo da República é ganhar tempo para nos prepararmos. Acção militar imediata tem agora de ser pacificação gentio. Não julgo conveniente pormenorizar primeiros incidentes, dos quais não há neste Ministerio relatório oficial. Combate Naulila foi efectivamente Dezembro e não Novembro. Às reclamações que Ministro Alemanha Lisboa tem apresentado responderei que mais grave é invasão nosso território sobre que temos reclamação pendente.*⁽¹⁰⁵³⁾ Estas directrizes de Lisboa significavam um meio passo atrás por sugestão do Governo inglês.⁽¹⁰⁵⁴⁾ Sidónio Pais era de novo incumbido de reclamar, mas só a 25 de Março é que comunicava ao Ministro das Colónias e Estrangeiros Teófilo José da Trindade⁽¹⁰⁵⁵⁾ que tinha a nota preparada. Sugeriu, porém, uma conversa prévia com o Secretário de Estado e julgou oportuno adiar por algum tempo a entrega da dita nota.

A audiência decorreu no dia 24 de Março à noite e incidiu sobre os acontecimentos em Angola: von Jagow reafirmou a falta de contacto com a colónia, garantiu que não pretendia de forma alguma isentar as autoridades alemãs da responsabilidade dos actos praticados, mas para isso precisava de as ouvir; adiantou que as notícias não oficiais que lhe iam chegando eram desfavoráveis a Portugal e mostrou-se ainda bem disposto *relativamente auxílio indispensável que pedi verbalmente sôbre dificuldade minhas comunicações.*⁽¹⁰⁵⁶⁾ A nota foi entregue a 26.⁽¹⁰⁵⁷⁾

A prioridade voltava a ser a de ganhar tempo e sustentar a pressão que Friedrich Rosen ia desenvolvendo em todas as direcções: o Ministro alemão, já antes dos incidentes coloniais, adoptara o protesto sistemático desde a campanha anti-germânica intensificada pela imprensa portuguesa até todos os actos que significassem quebra da neutralidade. A leitura das suas notas entregues regularmente no M.N.E.,⁽¹⁰⁵⁸⁾ bem como das respostas deste, permite um apanhado esclarecedor sobre o que foi a neutralidade beligerante de Portugal em geral e da atitude anti-germânica de algumas autoridades coloniais, nomeadamente o Governador-Geral de Angola.⁽¹⁰⁵⁹⁾

⁽¹⁰⁵³⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 240, 26-2-1915, p. 157-158.

⁽¹⁰⁵⁴⁾ É inequívoco a este respeito o despacho de Rodrigues Monteiro para Teixeira Gomes de 26 de Fevereiro de 1915 e interessante a resposta deste a 10 de Março. Ver *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 239, 26-2-1915, p. 157; e n.º 243, p. 159-160.

⁽¹⁰⁵⁵⁾ Ver PEREIRA, António Manuel — *Governantes de Portugal desde 1810 até ao Dr. Salazar*. Porto: Manuel Barreira, [19..], p. 52. Segundo o elenco publicado nesta obra, o coronel de Engenharia Teófilo José da Trindade aparece só como titular das Colónias e não dos Negócios Estrangeiros, «pasta» que exerceu interinamente.

⁽¹⁰⁵⁶⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, doc. n.º 250, 27-3-1915, p. 164.

⁽¹⁰⁵⁷⁾ Cf. *Ibidem*, doc. n.º 249, 25-3-1915, p. 162.

⁽¹⁰⁵⁸⁾ Protestos da Alemanha contra a atitude de Portugal perante a guerra, 3.º piso, armário 7, maço 36. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽¹⁰⁵⁹⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da, MATOS, Mário — *Aus einem diplomatischen wanderleben de Friedrich Rosen*, in ob. cit., p. 464-469.

Tão intensa actividade reclamante do Ministro alemão em Lisboa tem de ser vista em articulação estreita com o *Auswärtiges Amt*, confirmada, aliás, pelos numerosos despachos remetidos de/para Berlim, e relacionada com o clima intenso, mas não hostil, de pressão alemã que envolvia o Ministro português. Afinal, a tensão nas relações luso-alemãs não diminuíra com o recuo tático da «ditadura» pimentista e tendeu mesmo a crescer ou a agravar-se dentro do quadro da neutralidade beligerante.

No seu posto de Berlim, Sidónio sentiu, obviamente, as variações de atitude — ora mais neutral, ora mais beligerante — dos diferentes Governos que iam passando pela Praça do Comércio, mas isso não alterou o seu posicionamento de fundo, nem a gestão dos seus contactos regulares com as autoridades alemãs, embora representasse um desgaste psicológico considerável. A 9 de Junho, por exemplo, apressou-se a remeter, por telegrama, um resumo da conversa havida com Secretário de Estado interino, a pedido deste, sobre incidente colonial *dizendo que Governo allemão não tinha ainda noticia official mas somente por emquanto noticias particulares que nos attribuiam origem de aquellas incidentes. Sua intenção pareceu ser dar-nos uma satisfação por não ter havido ainda resposta à nota 25 de Março. Alludiu tambem de novo ao facto de não lhe facilitarmos comunicação para resolução incidente. Queixou-se ainda de que Governo allemão tinha apresentado varias reclamações em Lisboa e que nenhuma tinha sido respondida.*⁽¹⁰⁶⁰⁾ Silêncio deliberado do Governo português. É que responder às reclamações conteria, segundo Augusto Soares, *implicitamente a aceitação por nossa parte da qualidade de neutros, reconhecendo assim aos protestos alemães a base cuja falta nos habilita a deixá-los sem réplica.*⁽¹⁰⁶¹⁾

Augusto Soares regressara ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, pasta que ocupara durante o Governo democrático de Azevedo Coutinho. Este retorno de um correligionário de Afonso Costa à esfera da governação resultou, como é sabido, do volte-face de 14 de Maio.⁽¹⁰⁶²⁾

No dia anterior os unionistas tinham retirado o apoio ao Governo de Pimenta de Castro e os evolucionistas já se haviam declarado adversários de uma política acusada cada vez mais de favorecer os monárquicos, incluindo o pequeno e recente, mas aguerrido grupo de integralistas. A 20 de Abril o Governo decretou que os monárquicos podiam organizar centros políticos ou partidos e os seus dirigentes, como Paiva Couceiro e outros incursionistas, eram abrangidos por uma amnistia, que lhes possibilitava o regresso e o gozo pleno dos seus direitos cívicos. O alarme entre as hostes republicanas cresceu e espalhou-se com incidência no sector moderado, que via, assim, com grande desconfiança a próxima organização do acto eleitoral por autoridades conotadas ou cúmplices da corrente monárquica. Através da respectiva imprensa tanto a esquerda, como a direita republicanas convergiram na denúncia e no ataque directo à acção governamental.

⁽¹⁰⁶⁰⁾ Protestos da Alemanha contra a atitude de Portugal perante a guerra, 3.º piso, armário 7, maço 36. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽¹⁰⁶¹⁾ *Ibidem*.

⁽¹⁰⁶²⁾ Segundo o autor de *O 14 de Maio*, ob. cit., este movimento revolucionário nasceu quando *ainda o general Pimenta de Castro não tinha organizado ministério* (p. 12 e ss.).

Demarcou-se das críticas duras Machado Santos com a sua rede sócio-política: para o fundador e director do *Intransigente* o Governo pecara por grande desequilíbrio na acção ministerial e por um *cumulo de tolerancia e de bondade que tocava as raías da insensatez politica*,⁽¹⁰⁶³⁾ bem evidenciado na proibição da reabertura do Parlamento a 4 de Março e alteração por decreto da lei eleitoral.

Os democráticos reagiram e à revelia das ordens do Governo a maioria do Congresso da República reuniu no Palácio da Mitra, em São João do Tojal, aprovando uma moção contra a «ditadura» que legitimava a desobediência civil. O clima criado agudizara-se a ponto de ser generalizada a convicção de que a República estava em perigo, o que implicava, portanto, a unidade dos seus defensores e o recurso a todos os meios legais, ou não, para esse fim. Os partidários de Afonso Costa, desde o início em oposição aberta à dupla Arriaga e Pimenta de Castro, conceberam uma conspiração armada, graças ao contributo de carbonários e dos seus vigilantes civis (a *formiga branca*). A partir de 4 de Março foi criada secretamente uma junta revolucionária que incluía os chamados *juvens turcos* e conhecidos colonialistas, firmes partidários da intervenção na Grande Guerra: quatro militares — José de Freitas Ribeiro, Álvaro de Castro, Norton de Matos e Sá Cardoso — e um civil, o engenheiro e alto funcionário público António Maria da Silva, dirigente da Carbonária. Uma preparação subversiva que fez lembrar a génese do 5 de Outubro e que culminou numa revolta armada e civil que se saldou por centenas de mortos e feridos.

A vitória dos revoltosos contou com a importante participação da Marinha bombardeando massivamente a capital,⁽¹⁰⁶⁴⁾ enquanto ao largo da barra do Tejo se mantinham expectantes navios espanhóis para alegadamente proteger os seus nacionais.⁽¹⁰⁶⁵⁾ Contou também com a passividade de muitos oficiais da guarnição de Lisboa. Os combates, sobretudo no Porto e em Santarém, arrastaram-se até ao dia 18. Foi, então, que Pimenta de Castro se rendeu no Quartel-General da G.N.R., no Convento do Carmo, com um punhado de ministros e apoiantes, entre os quais se contava o infatigável Machado Santos. Sob prisão seguiram para o Ministério da Guerra e daí apenas quatro — o referido Machado Santos, o general Pimenta de Castro, o vice-almirante Xavier de Brito e o coronel Goulart de Medeiros — foram discretamente embarcados no *Adamastor*, rumando depois para o cativo em S. Miguel.

O *triumphador da Rotunda*, o celebrado fundador da República era preso por republicanos em nome da suprema defesa do regime. A crise moral, como se dizia então, adquiria contornos muito preocupantes e para o venerando e desiludido Presidente Arriaga a explicação era simples e crua: *Proclamada a Republica parecia que vencido este óbice da politica mundial, a substituição da soberania do direito divino pela do direito popular: só nos restava a todos nós, sem discriminação de partidos, tratar de arrotear as nossas almas, e os nossos campos, valorisar o que somos, o que possuímos, isto é, tratar*

⁽¹⁰⁶³⁾ Cf. SANTOS, Machado — *A Ordem publica e o 14 de Maio*, ob. cit., p. 62 e ss.

⁽¹⁰⁶⁴⁾ A participação da Marinha é minuciosamente descrita em *O 14 de Maio*, ob. cit., p. 69 e ss.

⁽¹⁰⁶⁵⁾ Ver sobre a presença da armada espanhola TORRE GÓMEZ, Hipólito de la — *Na Encruzilhada da grande guerra: Portugal-Espanha, 1913-1919*, ob. cit., p. 157-158.

de medidas de instrução, de fomento e não de política. (...) Infelizmente para todos, não sucedeu assim.⁽¹⁰⁶⁶⁾ E o drama desta asserção é que ela era facilmente partilhada, ao nível da doutrina, dos princípios e da grande estratégia, por moderados e radicais, ou seja, por todo o campo republicano, mas vivida, no plano tático, de modo bem diverso — auto-destrutivo!...

A queda do Governo impulsionou os assaltos de vigilantes civis às sedes dos jornais que apoiaram a «ditadura», esquadras, casas particulares e clubes. Manuel de Arriaga não teve alternativa e substituiu, em 15 de Maio, o velho general pelo seu ex-colega e ex-chefe no 1.º Governo constitucional João Chagas, novamente chamado do seu posto em Paris. Era a ideia de recomeço, de renovação e de correcção salvífica da trajectória do regime republicano. Ideia-força de fundas implicações mítico-simbólicas que reaparecerá em 13 de Dezembro e, sobretudo, em 5/8 de Dezembro de 1917.

O Presidente Manuel de Arriaga, doente e agastado com o rumo dos acontecimentos políticos desde que tomara posse, resignou, em 29 de Maio, perante o velho Congresso, ainda reunido em sessão extraordinária cerca de um ano após o termo do respectivo quadriénio. No seu último discurso, Arriaga reavivou graves questões de fundo, como os poderes presidenciais ou a supervisão imparcial de eleições, que as Constituintes de 1911 debateram, mas não tinham, afinal, equacionado da melhor forma.⁽¹⁰⁶⁷⁾ Era a despedida do velho idealista, que se via cercado de muita violência e de muita paixão política.

Uns dias antes, ao chegar a Lisboa, vindo do Porto, para tomar posse como Presidente do novo Ministério, João Chagas foi alvejado a tiro pelo senador João de Freitas⁽¹⁰⁶⁸⁾ e perdeu um olho. Em Junho Afonso Costa ficou gravemente ferido, quando se lançou de um eléctrico em movimento por ter suspeitado erradamente que ia explodir uma bomba.⁽¹⁰⁶⁹⁾

No plano institucional deu-se a inevitável substituição, a 19 de Maio, de João Chagas pelo Grão-Mestre da Maçonaria José de Castro, que formou um Gabinete maioritariamente de democráticos com um unionista e um evolucionista desvinculado do partido. É neste elenco que reaparece na pasta dos Negócios Estrangeiros o mencionado Augusto Soares. O Congresso da República antes de cessar de vez as suas funções extraordinárias ainda elegeu Teófilo Braga, primeiro Presidente do Governo Provisório, para substituto de Arriaga, ratificou a lei eleitoral e marcou a data das eleições para 13 de Junho. O Governo de José de Castro durou apenas um mês. A 19 de Junho tomou posse um novo Ministério saído da vitória eleitoral dos democráticos: estes ficaram com cento e

⁽¹⁰⁶⁶⁾ Cf. ARRIAGA, Manuel de — *Na primeira presidencia da republica portugueza*, ob. cit., p. 87.

⁽¹⁰⁶⁷⁾ Ver *Ibidem*, p. 155-171.

⁽¹⁰⁶⁸⁾ Machado SANTOS traçou o perfil e elogiou o carácter de João de Freitas no seu livro *A Ordem publica e o 14 de Maio*, ob. cit., p. 98-100.

⁽¹⁰⁶⁹⁾ Parece que Sidónio Pais em Berlim não leu só *A Lucta* como quis fazer crer João Chagas (Cf. *Idem* — *Diária*, 1915, 1916 e 1917, vol. 2, ob. cit., p. 223-224). No Arquivo de Sidónio Pais encontramos um número avulso de *O Mundo* de 10 de Julho de 1915, que traz na primeira página em letras gordas a notícia *Dr. Affonso Costa. O illustre estadista manteve-se ontem em estado animador, acentuando-se ligeiras melhoras* - Publicações. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

seis deputados contra vinte e seis evolucionistas, quinze unionistas, cinco independentes, dois socialistas e um católico. Maioria na Câmara dos Deputados e maioria absoluta no Senado. A 6 de Agosto o novo Congresso elegerá um novo Presidente da República, investido a 5 de Outubro — finalmente Bernardino Machado conseguia, ajudado, mais uma vez, pelos democráticos, a chefatura do Estado, que quatro anos antes Manuel de Arriaga lhe arrebatara com o apoio dos *blocards* ou moderados.

Agravamento da crise nacional e internacional

Os contornos destes eventos políticos e o alarmante custo de vida chegaram a Berlim pela imprensa e pela correspondência familiar. Ao contrário do que João Chagas deixou escrito no seu *Diário*, Sidónio Pais recebeu informações do país por várias fontes e não apenas pel'*A Lucta*. Os comentários do irmão e da mãe constituíram, sem dúvida, um óptimo complemento ao material jornalístico. Sobre o 14 de Maio convém ter ainda presente que o irmão Alberto, promovido a capitão, foi convidado pelo primeiro Governo de José de Castro para Governador Civil de Viseu, o que é curioso porque em 13 de Dezembro de 1916 estará ao lado de Machado Santos.⁽¹⁰⁷⁰⁾

O segundo Governo de José de Castro, além de Catanho de Meneses, de Vitorino Guimarães, de Rodrigues Monteiro (anterior Ministro de Pimenta de Castro que abraçava agora um elenco dominado pelos democráticos) e de João Lopes da Silva Martins Júnior, integrava Norton de Matos na pasta da Guerra (transferido das Colónias), Alfredo Rodrigues Gaspar nas Colónias e Augusto Soares fixo no M.N.E. Como sublinhou e bem Medeiros Ferreira, a partir desta fase é o «*partido da guerra*» quem toma o poder, e uma violenta campanha contra os militares que não querem a participação portuguesa no teatro europeu é desencadeada. Um dos tribunos do Partido Democrático que mais se salientará nos seus ataques aos militares que não querem fazer a guerra será Alexandre Braga. Quem lhe irá responder do lado dos militares é um nome que ainda terá uma palavra a dizer no comportamento das Forças Armadas face ao poder político: trata-se do coronel Gomes da Costa. Gomes da Costa que, no dia 14 de maio de 1915, ficara significativamente ao lado de Pimenta de Castro.⁽¹⁰⁷¹⁾

Em 29 de Novembro Afonso Costa assumiu as responsabilidades da governação e formou o seu segundo Ministério com uma missão histórica: colaborar na grande ofensiva que, em finais do Outono, o Comando Aliado decidira preparar para a Primavera seguinte, ou seja, levar, após um *humilhante atraso de meses*, Portugal para o *front*. E esperava envolver os outros partidos no facto consumado. As coisas não se passarão tal e qual o previsto e a verdade é que o campo republicano evidencia já sinais óbvios de exclusão e de ruptura. Exclusão e ruptura superáveis pelo recurso crescente à acção subversiva, ilegal ou armada. Uma realidade que há-de envolver profundamente Sidónio Pais...

⁽¹⁰⁷⁰⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 652-653.

⁽¹⁰⁷¹⁾ Cf. FERREIRA, José Medeiros — *O Comportamento político dos militares*, ob. cit., p. 56-57.

Mas por agora ele está em Berlim, apreensivo, angustiado e meditativo. Em 23 de Fevereiro voltara a pegar no caderninho vermelho, escrito pela última vez em 1913. Abra-o com os olhos fitos nessa estranha Guerra quotidianamente noticiada, que se imobilizara na frente Oeste. Uma estranha Guerra em que o movimento das tropas se ia convertendo em escavação intensiva de quilómetros de trincheiras, da Flandres aos Vosgos, em que a cavalaria era dizimada por peças de artilharia de uma precisão mortífera, infernal, e em que a metralhadora se tornara um flagelo. Milhares de mortos cobriam terras que deram fruto e pão e agora só searas de sangue e de ferro!...

Estranha guerra que obrigava, afinal, ao abandono dos planos iniciais e seguia o seu curso natural, imprevisível...

Abri o caderninho envolto na névoa de fumo dos seus cigarros, obcecado por um tema de trágica pertinência — *O problema da vida humana*.⁽¹⁰⁷²⁾ Título de um livro em projecto — *Materiaes por desbastar para um livro*. Escolhera para epígrafe os versos de um livro de estimação, do seu *guia sentimental* desde os tempos juvenis de estudante e de artilheiro — *Les Fleures du Mal* de Charles Baudelaire. Significativo... Numeradas ao centro sucedem-se as proposições dedicadas aos aspectos formais da obra de arte. O livro deve ter indicação de autor? Não, porque nenhum indivíduo detém o conhecimento universal. Não há obra individual, apenas colectiva: *todo o mundo é o autor*. Até à proposição quinze detém-se neste tipo de considerações e a décima sexta inclui uma regra de conduta moral que entra já no miolo da obra concebida. Mas a proposição dezassete parece desviar-se desse desiderato e introduz o género de conto sob a forma de carta em francês e diálogos em português. Da proposição dezoito à vinte e duas encadeiam-se as notas de guerra e as reflexões atinentes. Depois uma pausa. A 7 de Março retoma a projecção dolorosa da sua perplexidade ideológica e moral. Pausa. A 20 de Abril última proposição. Porquê a Guerra em vez da Paz? Porque não conseguiram os Estados evitar a Guerra? Porque não foi auscultada a vontade do Povo? E *Mais uma vez a aspiração forte de «ser bom» renascia n'aquella alma...*:

21

Outros factos analogos se têm dado e se produzirão por toda a parte. Havemos de colleccional-os.

Nenhuma critica queremos fazer, tiraremos sómente as conclusões. Por agora notemos só que 10 Estados se acham em guerra, sem que a vontade do povo fosse auscultada em nenhum d'elles, nem directa, nem indirectamente pelos seus órgãos constitucionaes.

Mas os parlamentos approvaram?

Sim, é certo, quando postos em presença de factos consumados, já nada mais tinham a fazer, senão reconhecer... a sua inutilidade para casos tão somenos como a guerra!

⁽¹⁰⁷²⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 2, p. 805-811.

22

(7 de Março de 1915)

Quando terminará a guerra?

Eis a pergunta que afflora a todos os labios, sem que ninguem possa responder.

E todavia parece que toda a gente aneia pela paz.

Tout casse, tout lasse, tout passe. Mesmo a guerra a mais sensacional, a mais extensa e intensa que tem havido desde que o mundo é mundo, não é um espectáculo capaz de conservar perpetuamente interessado sem fadiga os que são simples espectadores.

Como uma tragedia deve acabar logo que morre um dos personagens, para que a emoção do auditorio não se transforme em irritação, assim uma guerra, se infelizmente tem de haver guerras, só seria toleravel se terminasse com a primeira batalha.

A dôr seria grande sem duvida, mas duraria pouco.

23

(20-IV-15)

Ao despertar, n'aquella manhã de primavera, em que a luz do sol forçara o reposteiro e illuminara já semi-victoriosa o quarto, correu a dar-lhe livre entrada, como um laçao que abre a porta ao seu Senhor. Como ao crente em sabbado d'alleluia.

Corridas as cortinas negras do templo, as ondas de luz que entram, a chilreada dos passarinhos, o ar fresco da manhã, povoaram-lhe o cerebro d'idéas alegres, sãs, e o coração d'um grande amor da vida, que para ser feliz devia ser vivida por todos os seres.

Ser bom, eis a aspiração que brotara de novo forte e soberana n'aquelle espirito, tormentado de remorsos, consciente do tempo perdido, malbaratado, e vergado ao peso da lembrança dolorosa das myriades de acções indignas, más ou d'uma bondade indecisa, dubia ou casual.

«Nos péchés sont têtus,

nos repentirs sont lâches»

estes versos de Baudelaire vinham-lhe subito á memoria, e n'um rapido, instantaneo exame de consciencia, julgou-se o maior criminoso d'este mundo.

Mais uma vez a aspiração forte de «ser bom» renascia n'aquella alma, d'esta vez consolidada n'um arrependimento sincero e profundo.

Em tiras de papel avulsas plasmou melhor o pensamento e a indignação. Indignação e revolta porque o acto mais grave de todos — fazer a guerra e destruir a vida humana — fora assumido à revelia da *soberania popular* pelos Estados modernos, que na sua maioria se reclamavam arautos desse sagrado princípio:

Eis aqui a prova crucial da impotencia da organização estadual para corrigir as formas ancestraes do progresso, para produzir a selecção dos homens e das raças por processos menos cruéis do que os usados pela cega natureza, para substituir á *lucta sangrenta e animal* pela vida, que trouxe finalmente o homem á superficie da

terra, alguma expressão superior, divina, d'um espirito que nasceu para dominar as forças naturais.

O Estado é impotente para impedir a guerra, isto é, para evitar o regresso á barbarie, para manter a civilização e para conservar as suas proprias conquistas. Ao contrario d'isso a organização do Estado provoca as guerras, torna-as mesmo inevitaveis, com a criação, manutenção e engrandecimento dos exercitos, e das armadas, seus orgãos de coação (fl. 4) interna e externa.

A falsidade da maxima romana = *sivis pacem, parat bellum* = é hoje d'uma escancarada evidencia.

Em presença dos factos brutaes, repetidos, multiplicados, não ha já senão a tirar conclusões. A prova está patente.

Os Estados são não somente incapazes de manter a paz, mas a sua impotencia torna necessaria a guerra.

A guerra actual mostra além d'isso o absurdo da organização estadual.

Com effeito, um Estado é a associação d'um povo e o principio da soberania popular é aceite em todos ou quasi todos elles.

Pois bem, o acto mais importante, mais grave, mais compromettedor decide-se e leva-se a effeito contra a vontade do povo, talvez contra a vontade d'elle.

Pobre soberania popular!

Em nome dessa *Pobre soberania popular* era imperioso evitar o regresso à barbarie, escapar às garras do Mal, restabelecer o primado dos sãos princípios e dos belos ideais (a Liberdade, a Justiça, a Igualdade) e superar a absurda organização estadual que, por impotência, gerara a guerra. Sentia sinceramente esse impulso extremo e irresistível para a vida, para a felicidade e para um futuro próspero. E, por isso, não o reprimiu ao ultimar a nota confidencial de 21 de Setembro para o M.N.E.: *A guerra é uma questão absorvente para os povos beligerantes, porque é o presente, mas para quem não tiver de intervir o au delà da guerra é talvez mais interessante ainda, porque é o futuro.*⁽¹⁰⁷³⁾ Estes são, de facto, os últimos parágrafos de um longo officio redigido para acompanhar a carta datada de 11 de Setembro e remetida pelo Cônsul de Braunschweig, Carl Singelmann.⁽¹⁰⁷⁴⁾

Nessa carta, Singelmann começa por transmitir o conteúdo do apelo que uma sua compatriota, D. Frida Rübke, residente em *Birnbaum an der Warthe*, província de Posen, lhe fizera a respeito de três cidadãos alemães que tinham sido presos no Sul de Angola, que se achavam no forte de S. Miguel de Luanda e que sofriam de malária. Quando perguntavam — prossegue o Cônsul — *porque, contra as disposições da convenção de Haag, foram detidos em uma casa de correcção apezar de serem prisioneiros de guerra, lhes foi dito, que não sejam prisioneiros de guerra, senão ladrões e que seriam julgados depois*

⁽¹⁰⁷³⁾ Série A, processo k *Questões coloniais*, 21-9-1915. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹⁰⁷⁴⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — *A Alemanha no principio do século XX à luz da correspondência consular portuguesa*, in LOPES, Marília dos Santos, KNEFELKAMP, Ulrich e HANENBERG, Peter (hg.) — *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa*, ob. cit., p. 61-63.

da guerra. Estavam desanimados e sem esperança de sobreviverem. Era uma situação conflagradora que merecia ser atendida.⁽¹⁰⁷⁵⁾

Para tornar irrecusável a sua diligência, Singelmann proclamou-se talvez o único alemão na Alemanha que negava a versão do Reichskolonial Amt sobre os incidentes de Outubro do ano anterior, a qual atribuía responsabilidade a oficiais portugueses. Ele era talvez o único alemão na Alemanha que elogiara os portugueses no *Deutsche Kolonialzeitung* de 20 de Março, 20 de Junho e 20 de Setembro e no *Jungdeutschlands Flotten und Kolonialkalender* para 1916. No entanto, seria contra o meu coração defender que inteligentes alemães ficam detidos na fortaleza de Loanda junto com degredados etc. e que ficam no mau clima de Loanda, embora reconheça que aquela fortaleza é um dos sítios mais salubres da em geral insalubre Loanda.⁽¹⁰⁷⁶⁾

Diante de tanta veemência Sidónio não só chamou a atenção para o conteúdo do documento, mas também aproveitou o ensejo para insistir na ideia de que a verdade sobre o primeiro incidente de Naulila devia ser estabelecida para nela se basear uma justa e serena apreciação das responsabilidades, e sobre o tratamento dos prisioneiros sentenciou a dado passo: lembrava os mais elementares preceitos de moralidade e do direito internacional, além de que os dois casos recentes de prisioneiros portugueses, tratados por ele em vários officios da série B, tinham merecido um tratamento correcto por parte das autoridades alemãs, pelo que devíamos fazer o mesmo.⁽¹⁰⁷⁷⁾

A 21 de Setembro o Cônsul de Braunschweig pressionava novamente por causa dos prisioneiros alemães e, em particular, do negociante Koester que residia em Huambo e que fora preso pelo suposto envio de víveres às tropas alemãs em Setembro, embora estivesse inocente. Decorriam, então, combates entre forças alemãs e inglesas, que terminaram com a capitulação alemã no Sudoeste Africano. O Cônsul concluiu a carta dizendo: *Infelizmente não se pode prever o fim d'esta terrível guerra, ao contrario, a guerra se alarga mais e mais. Espero que não haverá necessidade para Portugal tomar parte na guerra em consequencia da sua allianza, e por isso, tanto mais desejo vivamente poder contribuir em remover casos isolados que possam irritar a opinião publica, se chegassem á luz.*⁽¹⁰⁷⁸⁾

Singelmann preocupou-se bastante com a situação dos seus compatriotas na África austral, especialmente dos que, ao longo de 1915, foram apanhados pelo clima de tensão luso-alemã agudizada em Angola e Moçambique depois dos primeiros incidentes de 1914, bem assim com a eventualidade de confrontos nessa zona que despoletassem a guerra entre Portugal e Alemanha. Por isso, numa carta confidencial de 9 de Junho, escrita na sequência de alarmantes notícias que davam como certa a entrada de Portugal

⁽¹⁰⁷⁵⁾ Série A, processo K *Questões coloniais*, 11-9-1915. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsistema Legação de Portugal em Berlim); Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 657-658.

⁽¹⁰⁷⁶⁾ Série A, processo K *Questões coloniais*, 11-9-1915. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹⁰⁷⁷⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da Republica [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 302, 21-9-1915, p. 201.

⁽¹⁰⁷⁸⁾ Série A, processo K *Questões coloniais*, 21-9-1915. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

na guerra e de início em cooperação com as tropas inglesas contra a África alemã do Sudoeste, manifestou a Sidónio Pais o desejo de despedir-se dele pessoalmente antes da sua saída forçada de Berlim.⁽¹⁰⁷⁹⁾

Em outra carta confidencial de 5 de Maio, acompanhada por um pequeno relatório sobre o antigo Depósito de Berlim da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, aconselhava Portugal a preparar-se para aproveitar, logo que findasse a guerra, as necessidades do mercado alemão em vinhos, cortiça, cacau, borracha, etc. e aludia às notícias da imprensa sobre a responsabilidade de portugueses no segundo incidente de Naulila e nos incidentes anteriores, tendo os Ovampos por instigação portuguesa atacado forças alemãs. Face à gravidade dessas notícias sugeria um esclarecimento cabal de Lisboa e oferecia-se até para ir a Angola investigar os factos: *Portugal falla de um modo, a Allemanha do outro modo. Se os dois Governos desejam fazer luz sobre o que correu por aquellas paragens, o que pode ser de grande alcance para o tempo de guerra e para o que ocorrerá depois da guerra, estou á disposição, se querem mandar me a Lisboa ou a Angola para escrever um Relatorio.*⁽¹⁰⁸⁰⁾ Incidentes e expulsão de alemães de Angola constituem matéria de mais três cartas suas: uma de 29 de Julho, outra de 31 de Agosto e a última de 3 de Setembro.

Em Lisboa, a atitude dos Governos democráticos e particularmente a dos titulares dos Negócios Estrangeiros e das Colónias modificara-se no sentido da reacção firme junto das autoridades alemãs ainda por causa dos incidentes de Moçambique e de Angola, pela situação dos prisioneiros, que será objecto de um protesto formal entregue pessoalmente no *Auswärtiges Amt* a 27 de Dezembro,⁽¹⁰⁸¹⁾ e pelo aprisionamento e posterior afundamento, no Mar do Norte, dos navios *Douro* e *Cisne*, carregando o primeiro carvão e o segundo toros de madeira. Sidónio Pais foi incumbido de protestar⁽¹⁰⁸²⁾ com veemência junto do Governo alemão, mas este escudou-se na legislação internacional e, concretamente, nas deliberações da Conferência Internacional de Londres de 1909, alegando tratar-se de contrabando absoluto entre portos de país inimigo. Aceitou, porém, submeter o caso ao Tribunal de Presas e acatar a decisão que viesse a ser tomada. Perante esta resposta Sidónio entendeu não serem defensáveis reclamações do Governo português com bases políticas, ou seja, pelo recurso à neutralidade. A opinião do Ministro em Berlim não demoveu o M.N.E., que voltou a exigir a apresentação de um segundo protesto formal: Portugal socorria-se do pretexto da defesa do comércio livre entre países não beligerantes, estatuto confirmado pela existência de representantes diplomáticos nos dois países.⁽¹⁰⁸³⁾

⁽¹⁰⁷⁹⁾ Série A, processo K *Questões coloniais*, 9-6-1915. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹⁰⁸⁰⁾ Série A, processo K *Questões coloniais*, 5-5-1915. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹⁰⁸¹⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 320, 28-12-1915, p. 215-216. Resposta alemã in *Ibidem*, doc. n.º 327, 25-1-1916, p. 229-230.

⁽¹⁰⁸²⁾ *Livro de registo de despachos da Direcção Política para a Legação em Berlim*, n.º 2, 1909-1920, n.º 30 - 13-11-1915. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽¹⁰⁸³⁾ Ver *Afundamento dos navios portugueses «Douro» e «Cisne» por submarinos alemães, antes da entrada de Portugal na Guerra*, 120 (2), maço 45, 8-12-1915 (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros); e FARINHA, Luís — Sidónio Pais em Berlim, art. cit., p. 35.

Estes casos mais salientes foram sendo objecto de esclarecimentos sucessivos e de protestos formais de permeio com outras solicitações e funções de rotina que a Legação, embora reduzida a um mínimo de três efectivos e condicionada por dificuldades de comunicação, procurou satisfazer o melhor possível.⁽¹⁰⁸⁴⁾

Aproximava-se, entretanto, mais uma festa natalícia e uma passagem de ano em condições psicológicas e materiais marcadas pelos efeitos de uma Guerra devastadora, sem fim à vista, diante da qual crescia o ensejo de Portugal vir a juntar-se aos Aliados na frente de combate.

Em Lisboa os democráticos dispunham de condições políticas para concretizar essa arreigada aspiração da primeira hora e havia ainda a seu favor a atracagem, forçada pela guerra, de navios alemães nos portos portugueses. Este facto foi observado, em Setembro de 1915, pelo embaixador francês em Lisboa para o seu Governo, tendo sugerido a possibilidade de Portugal os apresar. O *Quai d'Orsay* estabeleceu logo contacto com o *Foreign Office*, no entanto a resposta inglesa arrefeceu os ânimos franceses: *Edward Grey afirmava que a questão preocupava, igualmente, o Governo inglês, que tinha, de resto, sobre o assunto, negociações pendentes com o Governo português. E adiantava que, se apesar das dificuldades crescentes não tinha incitado Lisboa a tomar os navios, era porque isso implicava um alto «risco de guerra entre Portugal e a Alemanha». Estava a estudar o problema, mas mostrava-se inclinado a correr o risco. E, em caso afirmativo, fazia, desde já, saber a Paris que a Inglaterra fretaria, só para si, todos os navios alemães nos portos portugueses.*⁽¹⁰⁸⁵⁾ A posição inglesa acabaria por prevalecer e o assunto dos navios tornou-se matéria exclusiva de negociações anglo-lusas.

Enquanto o fim da falsa neutralidade portuguesa ia sendo urdido nos bastidores, Sidónio Pais acalentava a esperança de que Portugal talvez pudesse escapar ao conflito nos campos da Flandres. Sabia, porém, que os sinais emitidos de Lisboa eram agora claros e apontavam para um intervencionismo irreversível a muito curto prazo.⁽¹⁰⁸⁶⁾ Uma tal possibilidade, cada vez menos hipotética e mais verosímil, preocupava-o e constrangia-o. A sua missão em Berlim convertia-se num degredo e num fracasso, porque, para cúmulo, continuava a ser bem tratado pelas autoridades alemãs, visivelmente interessadas em preservar as relações com Portugal, ao passo que estava a ser isolado e contrariado pelas intenções beligerantes do seu Governo, e, para rematar, via perderem-se irremediavelmente os esforços desenvolvidos no sentido de melhorar a imagem da República e da Pátria, de incrementar as relações comerciais e de garantir novos horizontes de cooperação — objectivos que justificaram a sua vinda e validavam a sua presença no território dos *Landes*. Imaginara o seu tirocínio de diplomata no estrito cumprimento da missão de *charme* que a República lhe confiara. E diante da hecatombe bélica que alastrava imaginara a Pátria sã e salva no au delà *da guerra*, ou seja, num futuro certamente promissor.

⁽¹⁰⁸⁴⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 660-661.

⁽¹⁰⁸⁵⁾ Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Poder e a guerra, 1914-1918*, ob. cit., p. 359-360.

⁽¹⁰⁸⁶⁾ Cf. *O Segundo governo de Afonso Costa (1915-1916)*. *Actas dos Conselhos de Ministros*. Organização, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1974, p. 68.

O presente e o futuro da Pátria, bem como a incerteza da sua vida e a situação dos seus familiares e amigos angustiavam-no. A intranquilidade geral desgastava-o psicologicamente e avivava-lhe imenso as saudades.

De Coimbra as notícias eram más. Primeiro, as maleitas da mulher, muito sujeita a dores de cabeça de origem nervosa. Um furúnculo numa perna exigira a intervenção cirúrgica do doutor Daniel de Matos, que *veio cá e deu-lhe um golpe que primeiro que cicatrize leva bastante tempo.*⁽¹⁰⁸⁷⁾ Algum tempo depois o filho António adoeceu gravemente. Em Novembro inspirava ainda muitos cuidados. Era esta a mensagem da *carte postale* manuscrita pelo filho Pedro: *Meu querido papá // O Antonio está um bocadinho melhor, mas a doença que tem é muito séria. O tio António esteve cá dois dias. Veio ver o Antonio e falar com o Dr. Daniel a respeito da doença do Antonio. A mamã anda muito encomodada por causa da doença do António. A mamã recebeu o dinheiro que agradece muito. Abraços de todos e do seu filho muito amigo // Pedro Bessa Paes.*⁽¹⁰⁸⁸⁾ Havia fortes suspeitas de tuberculose... Em carta para o seu *querido Sidónio* D. Maria dos Prazeres não escondeu a aflição imensa que a atormentava, a *cruz em que vivia*: *O Antonio esteve uns 4 dias melhorsinho, agora está pior há 3 dias que deita escarros de sangue. O Daniel receitou-lhe um remedio de 2 em 2 horas. O Dr. Daniel diz que ele está muito mal, mas enquanto comer esta bem, logo que deixe de comer esta perdido, felizmente come muito bem. (...) Querido Sidonio fazes-me ca muita falta, não imaginas como estou velha com a doença do Antonio, tenho sofrido tanto, tanto, que não sei como ando em pé, não é so o trabalho é a grande aflição em que se está. O Daniel tem-se desleixado muito, se fosse para a Serra quando o Dr. Geraldino o mandou, como sabes, o Daniel disse que não, lembras-te? O Daniel é a causa da morte do nosso querido filho, não me posso lembrar disso parece que endoideço.*⁽¹⁰⁸⁹⁾ E não bastava a doença do António: o Pedro estava a precisar de ir para um colégio, porque não estudava nada e comportava-se muito mal.

Nestas tormentosas circunstâncias apareceu, entretanto, a mão da família com a ajuda imprescindível. O cunhado António e a sogra D. Rita acorreram solícitos. Sobre tudo o António, que se prontificou a levar o sobrinho Pedro para Caminha, onde podia frequentar no Colégio local o 1.º ano dos liceus. Quanto à saúde do António referiu o seguinte: *Já provavelmente saberás que estive em Coimbra em Novembro onde fui ver o Toneca, que estava na ocasião bastante doente. Procurei falar com o Dr. Daniel de Matos para me informar sobre o estado d'êle, o que consegui, dizendo-me ele que o estado do Toneca era melindroso e que estava muito fraco em consequencia das hemoptizes que tinha tido. Arrisquei-me a perguntar-lhe se seria conveniente que o pequeno fosse tratar-se para um sanatorio, por exemplo, o da Guarda que vai adquirindo fama de ser bom. Declarou-me que não se podia pensar nisso naquela ocasião por não permitir o estado de fraqueza do pequeno qualquer deslocamento, mas que mais tarde se o doente fortalecesse que haveria mais vantagens, pois que Coimbra não é clima para se poderem tratar doentes com a do-*

⁽¹⁰⁸⁷⁾ Correspondência, carta de António Bessa Paes, 20-6-1915. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsecção Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹⁰⁸⁸⁾ Correspondência. (Arquivo de Sidónio Pais — Dr. Antonio Paes Cardoso).

⁽¹⁰⁸⁹⁾ Correspondência, carta s.d. [1915]. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

ença do Toneca.⁽¹⁰⁹⁰⁾ D. Rita em carta de 2 de Dezembro repetiu o mesmo por outras palavras...⁽¹⁰⁹¹⁾

No primeiro dia de 1916, antes de prosseguir a sua rotina burocrática, formulou ao Ministro Augusto Soares os votos de um bom ano novo, extensivos ao Presidente da República Bernardino Machado e a todo o Governo presidido por Afonso Costa. Gesto de trivial cortesia que marca o início dos seus dois últimos meses em solo alemão.

De Berlim foi enviando os boletins de guerra, sempre atrasados e crivados pela censura dos estados maiores da *Dúplice aliança*. Pelo meio seguiam esclarecimentos e respostas aos despachos procedentes de Lisboa.⁽¹⁰⁹²⁾ E a 7 de Fevereiro remetia telegrama com um rápido olhar pelo estado da guerra e das condições de sobrevivência na capital do Reich: *Sobre a guerra nada ha de importante ultimamente. A carestia da vida tem-se acentuado bastante. Todavia todos os generos de primeira necessidade se encontram em abundancia, com excepção da manteiga, azeite e gorduras para adubo, que são bastante difficeis de obter. O cambio do marco com o franco suizo está sujeito a fluctuações diarias. Chegou já a 108 marcos por 100 francos suissos. Ultimamente teve uma subida a 105.50.*⁽¹⁰⁹³⁾ Mas mais interessante é o teor do telegrama de 12 que confirmava um outro expedido, via Legação em Berna, sobre o mesmo assunto no dia anterior e através do qual comunicava a recepção de uma nota verbal do Governo alemão, datada de 10, bem como as conclusões da memória anexa relativa ao tratamento de navios mercantes armados das potências em guerra contra a Alemanha pelas forças navais deste país.⁽¹⁰⁹⁴⁾ Augusto Soares recebia este tipo de informação na fase crucial das negociações com a Inglaterra para o apresamento dos navios alemães imobilizados desde o início da guerra nos portos portugueses.

Os respectivos trâmites diplomáticos são conhecidos, mas convém sumariá-los.

A 2 de Fevereiro Sir Lancelot Carnegie entregou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros um extenso *aide-mémoire* sobre a questão dos navios, que se prendia com a do empréstimo inicialmente proposto por Afonso Costa no montante de três milhões de libras, dos quais dois milhões seriam disponibilizados de imediato e sem condições, mas o terceiro milhão ficava dependente da requisição dos navios. E sobre esta operação o Governo britânico insinuava uma ameaça de bloqueio, na medida em que admitia ser compelido a rever as facilidades de navegação a navios empregues no comércio com países nos portos dos quais havia navios desaproveitados e acrescentava que a *Espanha, e muitos outros Países neutrais, estão considerando a questão de requisitar os navios que se encontram nos seus portos.*⁽¹⁰⁹⁵⁾

⁽¹⁰⁹⁰⁾ Correspondência, carta de António Pais, 27-12-1915. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

⁽¹⁰⁹¹⁾ *Ibidem*.

⁽¹⁰⁹²⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 663.

⁽¹⁰⁹³⁾ *Livro de registo de correspondência (fragmento enviado da Embaixada de Portugal em Bona)*, fl. 100v. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽¹⁰⁹⁴⁾ *Ibidem*, fl. 100v.

⁽¹⁰⁹⁵⁾ Cit. por TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Poder e a guerra, 1914-1918*, ob. cit., p. 364.

A reacção de Afonso Costa foi de indignação, porque o documento inglês fazia pairar uma séria ameaça ao comércio externo português, punha Portugal em pé de igualdade com os países neutros, nomeadamente a vizinha Espanha e, sobretudo, não incluía a requisição dos navios no âmbito da aliança, o que implicava, em caso de declaração de guerra por parte da Alemanha, a entrada unilateral de Portugal no conflito. Vindo da velha e fiel Aliada era, no mínimo, *uma humilhação* e *uma ignomínia*. Pelas actas dos Conselhos de Ministros deste período depreende-se muito bem que a posição de Afonso Costa face à Inglaterra era comum à da sua *geração activa*, ou seja, parecia-lhe inaceitável que Portugal adoptasse uma situação de subserviência relativamente à Inglaterra: éramos aliados e não subordinados. No dia 5 de Fevereiro, em Conselho de Ministros extraordinário e após consulta aos líderes da oposição republicana, introduziu a discussão acerca do *aide-mémoire* em termos dramáticos: declarar unilateralmente guerra às potências centrais era um verdadeiro *acto de loucura*. Era um acto de *consequências terríveis para o Governo e para a República*. *À primeira contrariedade que desse acto nos advenha cai sobre o Governo e, o que pior é, sobre a República, indignação geral*. Nestas últimas vinte e quatro horas tem quase exclusivamente pensado neste assunto. *Confessa que o preocupa excessivamente*.⁽¹⁰⁹⁶⁾ Mas não havia alternativa a essa *loucura nobre e generosa que, se não for compreendida na Inglaterra, o será na França, na Itália, na Bélgica, nos países que têm sofrido as grandes amarguras da guerra*. Se a Inglaterra persistisse em não invocar a aliança restava mandar *vir o nosso representante em Berlim, enviamos-lhes o Dr. Rosen e tomamos depois militarmente os navios*. (...) *Comete-se um acto de loucura, mas não de loucura criminosa*.⁽¹⁰⁹⁷⁾ Bernardino Machado procurou desdramatizar um pouco a decisão final, insistindo que uma declaração de beligerância só deveria ser feita em sintonia com a Inglaterra. Esta precisava tanto dos navios que acabou por flexibilizar a sua posição inicial.

A 10 de Fevereiro o *Foreign Office* dá indicações ao seu representante para saber em que termos o Governo português gostaria de ver redigido o pedido de requisição, se carecia de autorização do Parlamento para esse efeito e qual era a posição dos líderes moderados. O Ministério de Afonso Costa não necessitava, constitucionalmente, de autorização parlamentar, o Ministro Augusto Soares precisou os termos adequados para o pedido inglês de requisição dos navios e quanto aos líderes partidários o evolucionista António José de Almeida estava com a decisão governamental e o unionista Brito Camacho não via modo de recusar porque era activado o dispositivo da aliança anglo-lusa. A 17 de Fevereiro era entregue, em Lisboa, um memorando, que dizia a dado passo: *o Governo de Sua Majestade pedia ao Governo da República em nome da aliança a requisição urgente de todos os navios inimigos estacionados em portos portugueses*.⁽¹⁰⁹⁸⁾

la começar a contagem decrescente para o fim da neutralidade condicional ou beligerante e para a beligerância efectiva ao lado da Grã-Bretanha. Na tarde do dia 23,

⁽¹⁰⁹⁶⁾ Cf. *O Segundo governo de Afonso Costa (1915-1916)*. Actas dos Conselhos de Ministros, ob. cit., p. 123.

⁽¹⁰⁹⁷⁾ Cf. *Ibidem*, p. 124.

⁽¹⁰⁹⁸⁾ Cit. por TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Poder e a guerra, 1914-1915*, ob. cit., p. 368.

com grande aparato militar; que incluiu o disparo de vinte e uma salva de canhões, a Marinha de guerra portuguesa assaltou os navios alemães surtos no Tejo, hasteando neles a bandeira nacional. Tudo isto foi feito sem negociações prévias com os armadores alemães e de surpresa. No dia seguinte saía em *Diário do Governo* o decreto n.º 2 229 que autorizava o Governo a proceder à requisição já efectuada.

Em Berlim, Sidónio Pais foi alertado para a situação em curso uns dias antes dos factos descritos e a 21 enviou um telegrama em que comunicava constar já na Alemanha a intenção do Governo português requisitar os navios surtos nos seus portos. Esta notícia antecipada partira da Embaixada de Espanha, conforme pôde apurar e comunicar confidencialmente: *Estranho bastante que Espanha se tenha interessado tanto pelo caso. Tenho apreensão também sobre entendimento possível da Alemanha com a Espanha caso Portugal entre em guerra com a Alemanha. Do que não posso ter duvidas é de que ruptura de relações será seguida de ordem imediata á marinha alemã para dar caça aos navios portugueses. Com uma base de operações para submarinos em Espanha de que se fallou por varias vezes poderiam fazer-nos muito mal.*⁽¹⁰⁹⁹⁾ Estas palavras rematam o telegrama cifrado do dia 26, expedido via Haia e baseado na audiência do dia anterior (confirmada nessa noite por telegrama para Lisboa) com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros sobre a requisição dos navios alemães. Pediu autorização *para ir conferenciar com V. Ex.ª em vista da gravidade situação*⁽¹¹⁰⁰⁾ e resumiu a reacção do seu interlocutor:

Secretario d'Estado considera acto praticado como muito grave, sem precedentes na historia e sem justificação em direito internacional, d'um character não amigavel, hostil ou quasi hostil. Não comprehende quais possam ser motivos determinaram Govêrno Português. Diz que se o Govêrno Português precisava dos navios, devia ter tratado a sua compra com Govêrno Alemão, com quem se achava em boas relações; considera absolutamente estranho que sem a menor prevenção ao Govêrno Alemão se tenha publicado um decreto ordenando a apreensão dos navios, se faça esta no mesmo dia, segundo um telegrama que recebeu, e se tenha arreado a bandeira alemã e içado a bandeira portuguesa, facto que representa uma ofensa à nação alemã. Declara o facto tam grave que não pode dar-me, por emquanto, uma resposta. E pede para transmitir telegráficamente ao Govêrno Português que julga necessária a revogação do decreto e que espera uma resposta no mais curto prazo. Se a revogação não se fizer, diz reservar expressamente resposta e medidas que entender tomar.⁽¹¹⁰¹⁾

⁽¹⁰⁹⁹⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 343, 27-2-1916, p. 242-243; e processo *S Requisição de navios alemães surtos em portos portugueses*, 26-2-1916. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsistema Legação Portugal em Berlim). A cópia existente no pr. S está mais completa que o texto reproduzido no [Livro Branco].

⁽¹¹⁰⁰⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 341, 26-2-1916, p. 241.

⁽¹¹⁰¹⁾ Cf. *Ibidem*, doc. n.º 343, 27-2-1916, p. 242.

Sidónio Pais tentará, então, fazer mais pela neutralidade condicional em Berlim do que o seu chefe Brito Camacho em Lisboa, rendido à política do facto consumado e ao argumento convincente da invocação da velha Aliança.

Apesar de obedecer a ordens superiores e sem quebra da disciplina a que estava obrigado, Sidónio aproveitou todos os expedientes legítimos para travar a ruptura das relações luso-alemãs. Procurou, de facto, ganhar tempo e amarrar os dois Governos a um compromisso honroso para ambas as partes. Conhecia certamente as intenções beligerantes dos democráticos, mas isso não o impediu de solicitar autorização para ir a Lisboa conferenciar e receber instruções. Ao tom duro e provocatório de Augusto Soares contrapôs a conciliação e a busca, *in extremis*, de um acordo. E se procedeu desta forma não foi, obviamente, por germanofilia, no sentido pejorativo que o termo adquiriu na época, mas por republicanismo e por convicção sincera de que Portugal perdia mais do que ganhava se participasse no teatro europeu da guerra. Certo ou errado, era assim que via as coisas. Tal como Afonso Costa, também ele defendia que devíamos ser parceiros da Grã-Bretanha e não seus subordinados e que o sentimento nacional não podia ser ultrajado por situações de humilhante subserviência, mas ao contrário do líder democrático não conseguiu ver na política interna, externa e colonial ganhos estratégicos a prazo que permitissem arriscar a sorte da Pátria e da República numa guerra imprevisível e arrasadora.

Receava uma vitória da Alemanha? Sim. No posto de observação onde se encontrava desde 1912 pôde aperceber-se, em toda a sua extensão e magnitude, do poderio militar alemão e da tendência geral da opinião pública, que da esquerda à direita se mobilizara para o conflito. Tinha preferências pessoais, ideológicas e políticas pela vitória da Alemanha? Não. De maneira nenhuma e as proposições escritas no caderninho vermelho atrás citado mostram bem o que sentia e pensava sobre a vida, a felicidade humanas, os deveres da organização estadual e o princípio da soberania popular. O amor à vida e as fragilidades sócio-económicas de Portugal constituíram, aliás, dois dos seus melhores argumentos para se agarrar à paz dentro dos limites impostos pelo patriotismo e pelos compromissos da aliança com a Inglaterra.

Missão (in)cumprida

De 25 de Fevereiro a 9 de Março Sidónio Pais e Anuplio de Lemos viveram numa azáfama constante, quase sem dormirem e mal se alimentando, conforme referiu, no seu relatório de 14 de Março para o Comandante-Geral do Corpo da Guarda Imperial, o Conde von Frankenberg, oficial encarregue de acompanhar os diplomatas portugueses até à povoação de Singen, na fronteira com a Suíça, perto do Lago Constança. Von Frankenberg confirma, também, que Sidónio tentou até ao último momento manter as relações luso-alemãs.⁽¹¹⁰²⁾

⁽¹¹⁰²⁾ Portugal. Acten, 1 Januar 1913 - 1919, Bericht über die Begleitung Seiner Excellenz des Gesandten der Republik Portugal Herrn Dr. Sidonio Paes von Berlin nach Singen, 14-3-1916. (Politisches Archiv des Auswärtigen Amts, Portugal).

Em Lisboa, o homólogo Dr. Rosen não teve, também, um minuto de sossego e de acordo com a evocação amarga lavrada nas suas memórias, sentiu alguma inveja do colega português em Berlim, que manteve sempre boas relações com altos funcionários dos Negócios Estrangeiros, enquanto ele, desde o início da guerra, era tratado como inimigo por todos os círculos próximos do Governo. A posição de Rosen era algo contraditória: reconhecia, por um lado, que os altos interesses alemães em Portugal estavam todos os dias sujeitos a um perigo crescente, mas, por outro, preferia que as relações luso-alemãs se mantivessem no quadro da neutralidade possível ou da *inimizade pacífica*.⁽¹¹⁰³⁾ Cumpriu, porém, sem resistência e com a veemência habitual, as instruções recebidas: a 27 de Fevereiro entregou um protesto diplomático e reclamou a revogação imediata da requisição dos navios. Não recebeu resposta imediata do M.N.E., porque entretanto decorreram os necessários contactos entre Lisboa e Londres para se fixar o teor e a letra da resposta a dar ao Governo imperial. E só a 3 de Março foi comunicado a Friedrich Rosen que a requisição dos navios era justificada pelos argumentos já utilizados em nota anterior e seriam garantidas as indemnizações aos proprietários dos navios, mas, politicamente, ficava tudo na mesma: a requisição não revogável, nem suspensa.⁽¹¹⁰⁴⁾ Tratava-se de uma provocação e só faltava saber se a Alemanha conseguiria resistir-lhe...

Em Berlim, Sidónio Pais tentou que isso sucedesse.

Entre 28 de Fevereiro e 4 de Março sucederam-se os telegramas expedidos, a maioria por Haia, ao cuidado do Encarregado de Negócios Joaquim Maria Travassos Valdez na ausência do Ministro, e daí para Lisboa.

No telegrama de 28 dizia, em certo passo, supor que sem a revogação do diploma da requisição *ruptura relações será quasi certa e seguida de guerra marítima contra os nossos navios. Governo Alemão pede resposta no mais curto prazo e diz que reserva sua resposta e medidas a tomar no caso de não se reconsiderar na medida. Julgo que seria útil minha ida aí para informar e receber instruções*.⁽¹¹⁰⁵⁾ De Lisboa Augusto Soares comunicou-lhe secamente: *Considere-se oficialmente como esperando a resposta. Particularmente recomendo-lhe previna portugueses aí para hipótese retirada que poderá resultar meus próximos telegramas oficiais*.⁽¹¹⁰⁶⁾ Funcionando num outro registo táctico, Sidónio expediu novo telegrama com o resumo das notícias da imprensa alemã respeitantes ao envio do Governo Alemão de uma nota *com vivo protesto contra requisição de navios em que acto é classificado de não amigável e se pede a anulação da medida porque, em virtude do tratado de comércio, a requisição só poderia ter lugar de entendimento com os interessados alemães. (...) Parece, em todo o caso, pela última parte que Governo Alemão deixa uma porta de saída possível que seria o entendimento com as companhias proprietárias dos navios*.⁽¹¹⁰⁷⁾ Por telegrama

⁽¹¹⁰³⁾ Cf. ROSEN, Friedrich — *Aus einem diplomatischen wanderleben*, vol. 2, ob. cit., p. 237.

⁽¹¹⁰⁴⁾ Seguimos a resenha de TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Poder e a guerra, 1914-1918*, ob. cit., p. 370-371.

⁽¹¹⁰⁵⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 344, 28-2-1916, p. 243.

⁽¹¹⁰⁶⁾ Cf. *Ibidem*, doc. n.º 345, 28-2-1914, p. 243.

⁽¹¹⁰⁷⁾ Cf. *Ibidem*, doc. n.º 346, 29-2-1916, p. 244.

de 2 de Março informava o M.N.E. que já mandara prevenir particularmente portugueses para hipótese retirada e acrescentava que sondara a opinião pública sobre o caso pendente: *Jornais há dois dias que não dizem palavra. Parece que opinião pública não se excitou nada com requisição. O que se espera é que questão se comporá caso navios não sejam para uso inimigos. Em vista disto minha impressão actual é menos pessimista que no primeiro momento, e não estou longe de crer que Govêrno Alemão se acomodará se nossa resposta fôr moderada na forma, explicar acto como necessidade do país, cuja urgência não permitia conversa prévia e afirmar que navios são para uso do país.*⁽¹¹⁰⁸⁾ Nesse mesmo dia o M.N.E. por telegrama, via Haia, mandava transmitir ao Governo alemão a justificação da medida tomada em nome do princípio geral do domínio eminente que abrangia a situação dos navios alemães há mais de dezoito meses surtos em águas territoriais portuguesas (metrópole e colónias); assegurava as indemnizações aos proprietários dos navios; negava que o tratado de comércio e navegação entre Portugal e Alemanha se applicasse ao aproveitamento de navios imobilizados, porque só se referia à retenção de navios em trânsito; e rematava que o *Govêrno, tendo exercido o direito, que lhe assistia, de prever a instantes necessidades da economia pública, não pode modificar o seu acto.*⁽¹¹⁰⁹⁾ Entre parêntesis, ou seja, para uso do Ministro lembrava que, logo no começo da guerra, o Governo português com o apoio unânime do Parlamento, declarou *que em circunstância alguma faltariamos aos deveres da aliança que livremente contraímos com a Inglaterra. E os Governos estrangeiros, incluindo o Alemão, acataram tanto os sentimentos de pura lealdade que nos ditavam esta attitude, que todos mantiveram aqui os seus representantes.*⁽¹¹¹⁰⁾

De Berlim, a 3 de Março, Sidónio informou que o Secretário de Estado recebeu muito mal a resposta portuguesa, censurou asperamente o procedimento e a argumentação empregues pelo Governo português desde o início de tão grave incidente e terminou bruscamente a conversa, de nada valendo as tentativas do Ministro português para *chamar a discussão ao terreno do direito.*⁽¹¹¹¹⁾ Nesse mesmo dia ainda fez seguir uma longa resenha dos boletins oficiais de guerra sobre a tomada de *Evzerum* pelos russos, a ocupação de *Duvazzo* pelos austríacos e a ofensiva alemã a Oeste.⁽¹¹¹²⁾ No dia seguinte conseguiu ainda comunicar ao seu Ministro o seguinte: *Informações de várias fontes e entre elas de pessoa idónea de Hamburgo são unânimes em considerar como ponto capital para solução pacífica ser assegurado que navios não se destinam a inimigos da Alemanha. Afastado êste receio creio que proprietários dos navios não poriam embaraços. Há quem diga, não sei com que fundamento, que protesto tem por fim obter maior indemnização.*⁽¹¹¹³⁾

⁽¹¹⁰⁸⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 348, 2-3-1916, p. 245-246.

⁽¹¹⁰⁹⁾ Cf. *Ibidem*, doc. n.º 349, 2-3-1916, p. 247.

⁽¹¹¹⁰⁾ Cf. *Ibidem*, doc. n.º 349, 2-3-1916, p. 247.

⁽¹¹¹¹⁾ Cf. *Ibidem*, doc. n.º 352, 3-1916, p. 249-250.

⁽¹¹¹²⁾ *Livro de registo de correspondência (enviado da Embaixada de Portugal em Bona)*, fls. 101-103. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽¹¹¹³⁾ Cf. *Documentos apresentados ao Congresso da República [Livro Branco]*, ob. cit., doc. n.º 353, 4-3-1916, p. 250.

Data de 4 de Março a nota formal, em francês, entregue ao Secretário de Estado na sequência das instruções de Augusto Soares, remetidas no dia 2. Essas instruções e a atitude subsequente do M.N.E. eram inequívocas quanto à intenção de beligerância e Sidónio entendeu-a perfeitamente. Excluída, pois, a hipótese de não ter percebido o alcance das mensagens de Augusto Soares, resta aceitar a afirmação de que fingiu *não perceber a estratégia diplomática do seu Governo, [e] tentou até ao fim uma solução pacífica para o conflito.*⁽¹¹¹⁴⁾

O memorando entregue pelo seu homólogo Dr. Rosen, a 9 de Março, pôs um ponto final no processo e significou o fim abrupto da sua missão. Era a declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Contra muitas vontades o Governo democrático de Afonso Costa conseguira a beligerância e João Chagas podia, nesse mesmo dia, suspirar de alívio em Paris: *Aleluia! A Agencia Wolf anuncia o rompimento das relações diplomaticas da Alemanha com Portugal.*⁽¹¹¹⁵⁾ Estado de espírito oposto ao do Ministro em Berlim, que após um porfiado exercício de persistência em favor da neutralidade, ilustrativo do seu carácter (obstinação, rigidez moral e coragem em momentos limites), teve de preparar à pressa as bagagens e pedir ao Cônsul Paul Friedlaender que zelasse pela Legação até ao fim das hostilidades.

Os dados disponíveis mostram que, a partir de 29 de Fevereiro, a Legação começou a prevenir confidencialmente alguns compatriotas⁽¹¹¹⁶⁾ e a aconselhar os Consulados a prepararem a retirada. Há telegramas cifrados dessa data para o Encarregado do Consulado Geral de Hamburgo, Gonçalo de Vasconcelos, e para o Cônsul de Bremen, o médico e poeta António Patrício, com recomendações precisas sobre vencimentos e outros assuntos administrativos urgentes. Por circular de 5 de Março foram avisados todos os Cônsules de que deveriam entregar a documentação, o selo e os objectos dos seus Consulados aos Cônsules do Brasil ou seus representantes na respectiva cidade ou na que se situasse mais próximo.⁽¹¹¹⁷⁾ Ofícios posteriores confirmam o cuidado de Sidónio Pais em cumprir as disposições aplicáveis do regulamento consular. No entanto, para Artur Leitão ou Bourbon e Meneses a má sorte dos Cônsules ficou a dever-se a um motivo diferente, ou seja, a uma *gaffe* de Sidónio Pais: *Declarada a guerra pela Alemanha foi Sidonio Pais convidado a assinar um acôrdo segundo o qual os consules portugueses na Alemanha só sairiam do Imperio quando os funcionarios alemães existentes nas colonias portuguesas tivessem partido para país neutro. Em virtude desse convenio o pessoal dos consulados portugueses na Alemanha muito difficilmente conseguiu sair da Alemanha. Foi uma «gaffe» que não nobilitou o ministro português em Berlim.*⁽¹¹¹⁸⁾ Qual o fundamento desta versão?

⁽¹¹¹⁴⁾ Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Poder e a guerra, 1914-1918*, ob. cit., p. 370.

⁽¹¹¹⁵⁾ Cf. CHAGAS, João — *Diário, 1915, 1916 e 1917*, vol. 2, ob. cit., p. 217.

⁽¹¹¹⁶⁾ Processo S *Requisição de navios alemães surtos em portos portugueses*, 29-2-1916. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹¹¹⁷⁾ *Ibidem*, 8-3-1916.

⁽¹¹¹⁸⁾ Espólio de Bourbon e Meneses, cx. 4 - *Dezembrismo, Sidónio Paes*. (Biblioteca Nacional, Espólios). Ver também LEITÃO, Artur — *Situação política. Cartas a um conselheiro da república e resposta de sua excelência*, ob. cit., p. 11.

Não encontramos referências ao pretense acordo. A explicação que Sidónio Pais forneceu, quando, em 14 de Março, de passagem por Paris, foi entrevistado pelo correspondente local do *Século* confirma a existência de portugueses retidos na Alemanha — em número reduzido — ao contrário do que sucedera aos súbditos alemães residentes em Portugal, e esclarece que o impedimento era extensivo aos Cônsules, mas difere, sem dúvida, da versão citada, porque evoca outro motivo: os alemães exigiram que as autoridades de Lisboa se responsabilizassem pela chegada dos seus compatriotas indemnes à Suíça. Não conseguimos comprovar tal motivo e os casos de que temos notícia indicam as autoridades militares alemãs, sobretudo as da fronteira com a Confederação Helvética, como a causa principal desses obstáculos.

O tom agressivo da carta de António Mário Esteves para Sidónio Pais, em 8 de Março, escrita em Nuremberg, sugere, à primeira vista, ter havido grave negligência da Legação e do Consulado de Leipzig: *Não foi para me divertir que eu lhe mandei os papeis para Berlin, rogando-lhe o obsequio de se informar no quartel general d'ahi se estavam conformes para poder transpôr a fronteira. V. Ex.^o entendeu que não era necessario, os homensinhos de Leipzig parece que tambem estavam brincando comigo, o resultado foi que, como V. Ex.^o poderá vêr por dois telegramas que meu irmão me mandou para aqui, as autoridades militares já não deixam passar ninguém.*⁽¹¹¹⁹⁾ Mas por outros documentos existentes vê-se que Sidónio Pais perguntara, em 5 de Março, ao Cônsul de Leipzig, Kraemer, por que razão não podiam sair em paz os seus dois compatriotas se tinham os passaportes em ordem⁽¹¹²⁰⁾ e ele respondeu, no dia 7, de forma confiante e tranquilizadora: *Par suite de votre honorée lettre du 5 cour. je me suis mis en rapport avec les autorités militaires de Leipzig, et on m'a assuré de leur côté, qu'en ce qui concerne le départ de Monsieur Esteves en Suisse, on ne lui oppose nullement de difficultés. Mais, Monsieur Esteves faisant aullusion à ce qu'il désirerait de reprendre plus tard la place qu'il occupe actuellement, on a appelé son attention à ce qu'il se peut qu'à son retour des difficultés viendraient à surgir à la frontière. Hier, je lui ai engagé à se mettre à nouveau en rapport avec les autorités militaires, pour éclairer l'affaire. Monsieur Esteves m'a promis de s'adresser ce matin aux ressorts compétants et de me communiquer le résultat. Mais, jusqu'à présent après - midi - il ne s'est présenté chez moi, et je ne veux pas manquer, Monsieur, de vous communiquer ce qui précède. Je ne doute pas que Monsieur Esteves et son frère puissent faire leur voyage en Suisse.*⁽¹¹²¹⁾

No mencionado dia 8 o Sr. Esteves queixou-se, como vimos, que andavam a brincar com ele porque continuava impedido pelas autoridades militares de passar com o irmão a fronteira e exigiu que Sidónio Pais escrevesse para Leipzig de maneira a que o problema fosse resolvido, pois já não dispunha de meios para novas despesa numa permanência forçada em solo alemão. Não sabemos se conseguiu os seus intentos e se Sidónio Pais diligenciou no sentido desejado, mas é evidente que a barreira levantada pelos militares ultrapassava o poder de intervenção dos Consulados e da Legação de Portugal.

⁽¹¹¹⁹⁾ Processo S Requisição de navios alemães surtos em portos portugueses, 8-3-1916. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹¹²⁰⁾ *Ibidem*, 5-3-1916.

⁽¹¹²¹⁾ *Ibidem*, 7-3-1916.

No dia da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, o dia 9 de Março, Sidónio Pais expediu um ofício para o Encarregado do Consulado Geral em Hamburgo, Gonçalo de Vasconcelos, destinado a confirmar o telegrama que enviara pouco antes: *Governo alemão declarou estado de guerra com Portugal queira entregar arquivos e protecção interesses portugueses consul do Brasil que para isso vae receber auctorisação sua Legação. Peça passaportes e parta para Portugal. Parto d'aqui ámanhã 10 - 8 horas da noite via Suissa. Andando depressa talvez possa vir comigo.*⁽¹¹²²⁾ E exactamente nos mesmos termos foi redigido o ofício para o Cônsul em Bremen, António Patrício, que aí ficou retido até 1917. Desconhecemos os motivos que o impediram de acompanhar Sidónio Pais no regresso à Pátria, mas parece-nos que não foi a *gaffe* referida por Bourbon e Meneses. É provável, face ao exposto, que tenham surgido dificuldades inesperadas com os vistos das autoridades militares, que a Legação não pôde ou não soube ultrapassar.⁽¹¹²³⁾

No seu último dia de estada em Berlim, Sidónio cuidou ainda, por iniciativa própria, de redigir, em francês, uma reacção formal a uma passagem da declaração de guerra da Alemanha, de que guardou cópia dactiloscrita em alemão, onde se dizia que o Governo português pelo seu procedimento mostrava ser um vassalo da Inglaterra. Ferroada certa nos brios nacionais e daí este parágrafo incisivo: *Il déclare que le Portugal a toujours agi comme Nation libre et indépendante, bien que fidele aux obligations qu'elle a librement contracté et dont l'accomplissement éventuel a été publiquement annoncé au commencement de la guerre le 8 Août 1914, et communiqué a tous les Gouvernements.*⁽¹¹²⁴⁾ Consumada a ruptura impunham-se os preparativos da viagem de retorno a Portugal, marcada e estudada meticulosamente através do *Auswärtiges Amt*, cujo Subsecretário Alfred Zimmermann se incumbiu de assinar o indispensável passaporte ou visto de saída com o n.º 236 e data de 9 de Março.

Sidónio Pais empacotou o que pôde, desde documentação diversa e livros a objectos pessoais e de arte, adquiridos, como atrás referimos, para mobilar e decorar o apartamento que habitou no edifício da Legação, na Hohenzollernstrasse, 12, alguns dos quais, sobretudo os quadros, virão a ser leiloados depois da sua morte em Lisboa.⁽¹¹²⁵⁾ Não se esqueceu, naturalmente, de adquirir todos os jornais desse dia e do seguinte para apreciar a forma como o corte de relações estava a ser tratado pela imprensa alemã. Essa imprensa que tanto o preocupara no início da sua missão e que se gabará a Teixeira-Gomes de ter domado pela persuasão.⁽¹¹²⁶⁾

⁽¹¹²²⁾ Processo S *Requisição de navios alemães surtos em portos portugueses*, 9-3-1916. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹¹²³⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 672-673.

⁽¹¹²⁴⁾ Processo S *Requisição de navios alemães surtos em portos portugueses*, 9-3-1916. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

⁽¹¹²⁵⁾ Ver O Espólio de um presidente. O leilão dos quadros e objectos de arte de Sidónio Pais por vontade da família. *Diário de Lisboa*, 23 de Maio de 1923, p. 5.

⁽¹¹²⁶⁾ Cf. TEIXEIRA-GOMES, Manuel — *Londres maravilhosa e outras páginas dispersas. Colectânea, notas e prefácio de Castelo Branco Chaves*. Lisboa: Portugália Editora, [19..], p. 132.

Terminou a sua missão de *charme* em terras prussianas com os olhos fitos num punhado de periódicos dos mais variados tamanhos e feitios.⁽¹¹²⁷⁾ E comprara, também, o suplemento humorístico *ULK* do *Berliner Tageblatt*, de 10 de Março, recheado de caricaturas agressivas para os inimigos da guerra e em especial a da primeira página que exhibe um Poincaré a suar de medo em curto diálogo com Napoleão Bonaparte e a da última página intitulada *Die Deutschen Plagen (As Pragas alemãs)*, em que John Bull pragueja contra os produtos alemães quando está a ser atacado por um *zeppelin*, um couraçado e um submarino.

A partida ficou prevista para as 20 h e 30 m do dia 10, na Estação de Amhalter (paralela e junta à Estação de Potsdam, mas de que hoje apenas restam dois arcos), segundo o citado relatório do Conde von Frankenberg. Horário diverso do indicado por Sidónio Pais nos telegramas e ofícios que expediu para Hamburgo e Bremen. Segundo von Frankenberg, foi reservada uma carruagem-*vagon* e atrelada no meio do comboio expresso por razões de segurança. O Ministro português e o seu Adido chegaram à zona de embarque e as bagagens foram revistadas com excessivo pormenor, tendo mesmo sido abertos pacotes de cigarros e remexido o tabaco. Sidónio manifestou logo a sua perplexidade por esse injustificado procedimento. Não obteve resposta e apenas os cortesies cumprimentos e simpáticas palavras do seu acompanhante, que recebera, aliás, instruções para não se alargar em grandes conversas e abordar temas banais que envolvessem política. O tenente Von Frankenberg esclarece que, com ele, seguiu um discretíssimo polícia disfarçado de mordomo para que a sua presença na carruagem não fosse detectada pelos ilustres passageiros. Tanto Sidónio Pais como Anuplio de Lemos estavam visivelmente fatigados e esfomeados e, por isso, o conde alemão ofereceu-lhes um óptimo jantar, a conversa decorreu banal sobre a paisagem que ia sendo contemplada, sobre cidades e regiões da Alemanha que Sidónio Pais teve ensejo de conhecer e sobre História de Arte. A temática militar e política foi habilmente evitada por todos. Pela manhã do dia 11⁽¹¹²⁸⁾ chegaram a Estugarda e o autor do relatório oficial observou que os dois portugueses só se levantaram por volta das 9 h. Em Singen, Sidónio Pais agradeceu cordialmente o acompanhamento e transmitiu às autoridades alemãs os agradecimentos pelas cortesias concedidas.⁽¹¹²⁹⁾

De Singen seguiram, nesse dia 11, para Berne e Genebra. À sua espera estava solidário, acolhedor e disponível para ajudar a resolver alguns problemas pendentes com a bagagem e com o aluguer da casa da Legação de Berlim através da Legação de Espanha,⁽¹¹³⁰⁾ o Ministro António Bandeira. Por carta particular de 23 de Março reme-

⁽¹¹²⁷⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 674.

⁽¹¹²⁸⁾ Correspondência, 1916-1918, telegrama. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral).

⁽¹¹²⁹⁾ Portugal. Acten, 1 Januar 1913 - 1919, Bericht über die Begleitung Seiner Excellenz des Gesandten der Republik Portugal Herrn Dr. Sidonio Paes von Berlin nach Singen, 14-3-1916. (Politisches Archiv des Auswärtigen Amts, Portugal).

⁽¹¹³⁰⁾ *Processo individual de Sidónio Pais*, proc. 309. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros) e Recibos, 1-4-1916. (Arquivo de Sidónio Pais — Subsistema Legação de Portugal em Berlim).

tida para o endereço do M.N.E. fica-se a saber como resolveu o depósito dos quadros: Segundo o seu desejo depositei aqui, na Banque Nationale, os quatro caixotes com quadros, e no depósito deste hotel a moldura. Foi uma coisa difícil de obter porque os caixotes não estão fechados de uma forma que corresponda a objectos de valor, isto é, qualquer os pôde abrir facilmente. Como, porém, conheço o Director do Banco, passámos uma tarde nos subterrâneos do Banco a envolvê-los em fios com selos de chumbo e a lacrar os fios com o meu timbre. Puz-lhes além d'isso letreiros com o cachet desta Legação e o nome de V. Ex.^a e lá ficaram bem guardados num dos depósitos blindados do banco. Estão absolutamente em lugar seguro. Pode ficar tranquillo. Tenho em meu poder o recibo respectivo. Pelo serviço de depósito pagaria por ano 150 francos. E Bandeira rematou a missiva referindo-se a uma pretensa entrevista ao *Berner-Tagblatt*. Compreensivelmente o Ministro português foi instado pelos jornalistas, tanto na Suíça, como em França, para prestar declarações, mas, ao contrário do registo diarístico de João Chagas, comportou-se com bastante reserva: Recebi o seu telegrama acerca da entrevista do *Berner-Tagblatt*. Escrevi-lhes a dizer que V. Ex.^a não lhes tinha dado autorização para fazer declarações nem concedido entrevista alguma. Fizeram ouvidos de mercador. Infelizmente aqui a imprensa é soberana; o governo diz que não pôde exigir della coisa alguma. Têm feito mil coisas desse genero ás legações. Eu para obter a rectificação de phrases graves que o mesmo jornal me attribuia noutra entrevista tive de ameaçar o Governo suizo de um escandalo em forma. Só assim os convenci a intervir e isso mesmo particularmente! Felizmente a sua entrevista era de 10 ou 12 linhas e apenas tinha de grave o só dizer bem dos bóches... Não sei onde é que elles foram buscar isso. Espero que V. Ex.^a tenha feito bem a sua viagem e encontrado todos os seus de saude.⁽¹¹³¹⁾

Sabemos também que em Berne teve o ensejo de conversar com J. Allard de Châteauneuf, 1.º Secretário da Embaixada de França na Suíça, que considerou as informações do Ministro português *fort instructives*. Em Genebra, onde terá passado a noite de 12 para 13, ficou instalado no Hotel Beaurivage e é provável que se tenha encontrado com Céline Chatry, mas não consta que, desta vez, a tenha trazido para Portugal.

No dia 14 já estava em Paris, onde terá adquirido o opúsculo de Émile Durkheim *L'Allemagne au-dessus de tout. La Mentalité allemande et la guerre*⁽¹¹³²⁾ e onde concedeu algumas entrevistas. João Chagas escreveu no diário que lhe recomendara laconismo e discrição, mas Sidónio teria feito exactamente o contrário.⁽¹¹³³⁾ O resto é conhecido e bastante citado...

Durante a sua breve estada em Paris instalou-se no Hotel Ritz, onde pernitoou apenas de 14 para 15 de Março,⁽¹¹³⁴⁾ e deslocou-se à Embaixada de Espanha em Paris a fim de

⁽¹¹³¹⁾ Correspondência, Subsérie 1916-1917. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral).

⁽¹¹³²⁾ Editado pela Livraria Armand Colin e incluído numa série intitulada *Études et Documents sur la Guerre*. Publicações - (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral).

⁽¹¹³³⁾ Cf. CHAGAS, João — *Diário, 1915, 1916 e 1917*, vol. 2, ob. cit., p. 222 e ss. Opinião diametralmente oposta da expressa por CAMPOS, Agostinho de — *Pombos-Correios. Jornal do Commercio*, 2 de Maio de 1916, p. 1.

⁽¹¹³⁴⁾ Pagou 29 francos e 75 centimos. Recibos, 15-3-1916. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

solicitar uma recomendação firmada pelo próprio Embaixador, D. Fernando de Leon y Castillo, Marquês de Muni, para o Administrador da Alfândega de Irún, para *disponer que por los empleados de esa Aduana se le guarden cuantas atenciones sean compatibles con las exigencias del servicio, en el registro de su equipaje.*⁽¹¹³⁵⁾ Prevenir incómodos desagradáveis e frequentes nos postos alfandegários fronteiriços e assegurar o tratamento condizente com o seu estatuto especial foram os intuitos notórios dessa *démarche*.

Na Legação de Portugal em Paris, para além de conversar com João Chagas, aproveitou o ensejo para expedir telegrama muito breve anunciando a chegada a Lisboa, dia seguinte, sexta-feira, à 1 h. da manhã. Mas de Irún rectificou mensagem: *Chego sabado 1 hora manhã e não 6.ª feira como por equivoco telegrafei. (a) Paes.*⁽¹¹³⁶⁾

Regressava, enfim, à Pátria. Vinha igual e diferente.

Envelhecera, conhecera outros espaços físicos e culturais e vivera numa atmosfera de guerra, que o impressionou e abanou por dentro. Para que não haja dúvidas: não foi a Alemanha ou o famigerado militarismo prussiano, mas a Guerra e o consumado arrasamento de Portugal para o redemoinho dos horrores e das incertezas da beligerância que o perturbaram e o predisuseram a agir quando tivesse de ser, quando já não fosse possível viver descontraidamente no regaço da Pátria e da República sonhadas, quando o pesadelo aguilhoasse o sonho...

⁽¹¹³⁵⁾ Correspondência e outros docs., 15-3-1916. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

⁽¹¹³⁶⁾ *Processo de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes*, n.º 309. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

(Página deixada propositadamente em branco)

Capítulo 7

Dá vontade de morrer...⁽¹¹³⁷⁾

A Falsa unanimidade guerrista

Uma poderosa campanha dirigida pela imprensa republicana «radical» ou, melhor dito, sintonizada com o objectivo estratégico do Governo democrático a favor da participação na Grande Guerra ao lado da Inglaterra e dos *valores elevados e generosos* da *Entente*, criara um clima emocional de excitação guerreira e heróica a lembrar os acordes de *A Portuguesa* e as estrofes épicas de *Os Lusíadas*.

As vozes que se erguiam, poucas e já bem conhecidas, sobretudo para as bandas do Calhariz, a lembrar os inconvenientes de uma campanha militar difícil e problemática, eram apontadas como dissonâncias graves na unidade nacional e republicana, além de explícita ou implicitamente associadas aos malévolos e sanguinolentos planos dos *boches*. Não havia escolha: ou se era pela guerra ou contra ela e neste caso favorecia-se directa ou indirectamente a Alemanha. Aliás, a hipótese assaz plausível de os alemães, através da sua rede de espionagem e dos seus agentes económicos, terem fomentado em Portugal uma corrente anti-guerrista não é de excluir, mas até agora não foi devidamente comprovada, como muito bem observou Douglas Wheeler.⁽¹¹³⁸⁾ E da pesquisa que efectuámos tendo por base alguma documentação diplomática alemã e as memórias do dr. Friedrich Rosen⁽¹¹³⁹⁾ nada resultou de significativo quanto a tão delicado e obscuro assunto.

Seja como for, para uma parte da classe política republicana existiu a ameaça alemã e para a vencer o grande lema era, mais uma vez, o da unidade a todo o custo. E a unidade estava a romper; cada vez mais, pelas costuras...

O regresso de Sidónio Pais foi publicitado pela imprensa e celebrado de forma efusiva pelos amigos.⁽¹¹⁴⁰⁾ Apresentou-se no Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo-lhe aí passada ordem, com data de 18 de Março — a mesma do decreto que o promoveu a major graduado —, para ficar *demorado em serviço, nos termos do Artigo 3.º*

⁽¹¹³⁷⁾ Expressão extraída de carta de Alberto da Silva Pais para o irmão Sidónio — Correspondência, 1916-1917. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral).

⁽¹¹³⁸⁾ Cf. WHEELER, Douglas — *História política de Portugal, 1910-1926*, ob. cit., p. 146.

⁽¹¹³⁹⁾ Também John Vincent SMITH compulsou o interessante testemunho memorialístico do diplomata alemão: Idem — *As Relações políticas luso-britânicas, 1910-1916*. Lisboa: [s.n.], 1975.

⁽¹¹⁴⁰⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 679.

da lei de 30 de Junho de 1921 e artigo 7.º da lei n.º 418 (Orçamental) de 31 de Agosto de 1915,⁽¹¹⁴¹⁾ isto é, sem funções definidas. O Ministro permanecia o mesmo — o jurista e ex-administrador da Companhia de Moçambique, Augusto Luís Vieira Soares — mas o país tinha outro Governo desde o dia 16.

A mudança fora motivada pela declaração de guerra da Alemanha, bem como pelo subsequente corte de relações com o Império Austro-húngaro e justificada em termos unitários e patrióticos por Afonso Costa em sessão do Congresso do dia 10. Propôs, com a solene gravidade que o momento exigia, a organização de um Gabinete que incluísse todos os partidos e todas as forças da República com vista a uma melhor defesa dos interesses da Pátria. E editou-lhe esta expressiva declaração: *O partido a que tenho a honra de pertencer nunca, desde a primeira hora, deixou de pedir e deixou de se comprometer a uma política nacional. Seja qual for o tempo que demorar esta guerra, sejam quais forem as nossas obrigações e trabalhos, o Partido Republicano Português não hesitará perante nenhuns sacrifícios, não quererá que ninguém se encontre em desigualdades para acamaradar com ele, a fim de trabalhar e viver e, se for preciso, de morrer pela Pátria.*⁽¹¹⁴²⁾

Essa política nacional enfaticamente proclamada era uma réplica, tal como a legislação laicizadora do Governo Provisório, da *Union Sacrée* da émula III República francesa.⁽¹¹⁴³⁾ Uma réplica à portuguesa que lhe ficou também com o nome, mas não conseguiu absorver-lhe completamente o espírito. Os democráticos atraíram para a fórmula proposta a minoria evolucionista de António José de Almeida, a quem habilmente cederam a presidência do novo Ministério e a «pasta» das Colónias, no entanto a adesão dos almeidistas esteve longe de ser sincera e consensual. Em contrapartida, não lograram prender os unionistas e os socialistas a esse compromisso governativo previsivelmente muito impopular. Tanto uns como outros concederam o seu apoio, mas não quiseram «pastas», devolvendo a iniciativa ao P.R.P. que deteve, de facto, a hegemonia.

Afonso Costa ficou nas Finanças e assegurou o controlo dos Negócios Estrangeiros (Augusto Soares), da Guerra (Norton de Matos), da Marinha (Vitor Hugo de Azevedo Coutinho), do Trabalho (António Maria da Silva)... Posições de relevo numa estrutura que apresentava algumas inovações e maior complexidade: fez-se o desdobramento do Ministério do Fomento, sendo instituído o Ministério do Trabalho e Previdência Social e criaram-se lugares de Subsecretário e de Ministros sem «pasta», estes com o fim de integrar nas responsabilidades governativas a colaboração de outras personalidades. Mas na prática só viriam a funcionar três Subsecretarias de Estado, aprovadas após viva resistência da Câmara dos Deputados e dois meses decorridos sobre a posse do Executivo: uma para a Guerra (capitão do Estado Maior, António Correia Mimoso Guerra), outra para as Finanças (doutor Albino Vieira da Rocha,⁽¹¹⁴⁴⁾ colega de Afonso Costa na

⁽¹¹⁴¹⁾ *Processo de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, n.º 309.* (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽¹¹⁴²⁾ Cf. COSTA, Afonso — *Discursos parlamentares, 1914-1926 ob. cit.*, p. 173.

⁽¹¹⁴³⁾ Ver MOLLIER, Jean-Yves e GEORGE, Jocelyne — *La Plus longue des républiques, 1870-1940, ob. cit.*, p. 410 e ss.

⁽¹¹⁴⁴⁾ Segundo indicação de PEREIRA, António Manuel — *Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar, ob. cit.*, p. 53. Em seu lugar é referido também Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro. Ver GOUVEIA, Fernando Tomás Rosa — *Orgânica governamental, sua evolução, e elencos ministeriais constituídos desde 5 de Outubro de 1910 a 31 de Março de 1972.* Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1972, p. 29.

Faculdade de Direito de Lisboa) e outra ainda para as Colónias (médico Celestino de Almeida, velho amigo e correligionário de António José de Almeida).

O principal objectivo da *União Sagrada* era, obviamente, a organização de um corpo expedicionário numa desesperada corrida contra o tempo e contra a incontornável resistência de uma parte significativa dos militares do quadro permanente. Daí que o «todo poderoso» Ministro da Guerra se tenha valido de jovens oficiais republicanos, muitos deles militantes activos, e com o seu decisivo contributo e a imprescindível cooperação técnica dos ingleses formará em Tancos e no tempo recorde de três meses (a propaganda oficial chamou-lhe o *milagre de Tancos* e os cépticos o *início de uma desgraça*) a Divisão de Instrução, cujo comando foi dado ao general Tamagnini de Abreu e Silva, e porá, ao mesmo tempo, em funcionamento as escolas de recrutas e oficiais milicianos, além de importantes modificações no mecanismo de selecção do sistema de recrutamento.

Todo este programa organizativo da intervenção bélica, devidamente sancionado por uma autorização parlamentar aprovada ainda na vigência do Governo anterior e pela qual eram conferidas ao poder executivo todas as faculdades necessárias ao estado de guerra com a Alemanha,⁽¹¹⁴⁵⁾ foi acompanhado de medidas políticas quer de retaliação beligerante, quer de alcance interno mais vasto. Refira-se a expulsão dos alemães dentro de cinco dias, salvo os indivíduos do sexo masculino de idade entre os 16 e 45 anos, com o imediato sequestro dos seus bens, que passaram a ser geridos pela Intendência dos Bens dos Inimigos. E ainda a proposta de lei apresentada na sessão da Câmara dos Deputados de 15 de Abril, relativa à concessão de uma ampla amnistia política que abrangia o período da governação de Pimenta de Castro e presidência de Manuel de Arriaga, autorizava o regresso ao país dos dirigentes ou principais responsáveis pelas incursões monárquicas dos alvares do regime republicano e admitia, segundo o teor da apresentação parlamentar do projecto, a reintegração nas forças armadas dos oficiais monárquicos delas afastados, desde que manifestassem o seu propósito sincero de servir a Pátria sem hostilizar a República.⁽¹¹⁴⁶⁾ A absorção de monárquicos e de católicos não era, como se vê, apanágio exclusivo dos republicanos moderados ou porventura menos intransigentes...

No plano diplomático, serão envidados todos os esforços no sentido de obter das autoridades inglesas a anuência para uma cooperação militar de maior escala que culminará na convenção de 3 de Janeiro de 1917 sobre o emprego das forças portuguesas na zona britânica de operações e numa estrutura militar — o Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) — composta de duas divisões de 55.000 homens e com evidente aparato político (exibir uma presença militar de parceiros e não de ajudantes subalternos), mas sem a mínima consistência operacional e técnica, como não tardou a ser duramente sentido pelos homens do *front*.⁽¹¹⁴⁷⁾

⁽¹¹⁴⁵⁾ Cf. PERES, Damião — *História de Portugal, Suplemento*, ob. cit., p. 141.

⁽¹¹⁴⁶⁾ Cf. *Ibidem*, p. 140.

⁽¹¹⁴⁷⁾ Ver, por exemplo, TELO, António José — *As Forças armadas ou a república decapitada*, in MEDINA, João (dir.) — *História de Portugal, vol. XI A República*, ob. cit., p. 269 e ss.; e TEIXEIRA, Nuno Severiano — *Portugal de 1914 a 1918*, in *História do século XX*, vol. 2, ob. cit., p. 182.

No plano financeiro, a meta das intensas negociações estabelecidas com os britânicos situou-se na obtenção de um financiamento a solver a longo prazo e de garantias em matéria de fornecimento de munições ao preço de fabrico ou ao custo a que o fornecedor as adquirira e de arrendamento de muitos dos navios ex-alemães, cerca de setenta unidades apreendidas nos portos continentais de Lisboa, Porto e Setúbal, nos açorianos e nos ultramarinos, destinadas a dotar Portugal de *uma importante marinha mercante, aproveitando os perigos e riscos que a guerra nos acarretava.*⁽¹¹⁴⁸⁾

Os resultados obtidos não compensarão os efeitos negativos da guerra sobre as finanças públicas: as despesas do Estado viriam a aumentar bastante, não só pela necessidade de preparar as forças expedicionárias, mas também pelo crescente intervencionismo no plano sócio-económico. Em 1917 Afonso Costa declarou no Congresso que a guerra estava a custar a Portugal 10.000 contos mensais, sendo 6.000 para o C.E.P. e 2.500 para Moçambique, no entanto os números oficiais atingiram uma expressão mais aguda na medida em que até 1918 as receitas do Estado mantiveram-se nas 12 a 13.000 libras-ouro, enquanto as despesas subiram para perto das 20.000 libras-ouro em 1917, o que significa um défice crescente das contas de gerência e, sobretudo, da despesa extraordinária de guerra fixada num total acumulado de 355.000 contos em 1918.⁽¹¹⁴⁹⁾

O Fundador da República em ruptura com o statu quo

À margem de toda esta gigantesca mobilização beligerante, manteve-se o capitão de mar-e-guerra António Maria Azevedo Machado Santos e a sua pequena rede sócio-política, cada vez mais visceralmente contra os sequestradores ou sacrílegos usurpadores da sua República, ou seja, em processo de irreversível ruptura dentro do campo republicano e do próprio sistema político. Uma ruptura acicatada pela permanente exclusão do sistema de Poder. Já no famoso discurso de 15 de Dezembro de 1913, em sessão da Câmara dos Deputados, uns dias antes da chegada a Lisboa dos presos políticos, implicados na revolta de 27 de Abril, vindos de Angra do Heroísmo e tendo por alvo o 1.º Governo democrático de Afonso Costa, Machado Santos foi assaz eloquente e explícito quanto às razões de fundo de uma campanha sem tréguas contra o P.R.P.:

Disse que todo o meu objectivo politico consistia em restituir á Nação a sua unidade moral e em dar a esta Republica a base juridica que não possui. Como restituir á Nação essa unidade moral, integrar o país na Republica, se no poder se encontra um governo perseguidor e odiento, e ainda por cima sujeito a inqueritos por falta de moralidade e desrespeito à lei.

Sr. Presidente e srs. deputados. Não é com metade da Nação na cadeia e a outra metade ameaçada de lá ir parar, não é com a intolerancia e a perseguição arvoradas em esteio das instituições, que estas vingam e se radicam no coração dos povos.

⁽¹¹⁴⁸⁾ Cit. do relatório ministerial de 17 de Janeiro de 1917 por PERES, Damião — *História de Portugal, Suplemento*, ob. cit., p. 142.

⁽¹¹⁴⁹⁾ Cf. TELO, António José — *Economia e império no Portugal contemporâneo*, ob. cit., p. 86.

E só com uma bôa politica interna, é que poderemos ter uma situação internacional desafogada.

Vou terminar mas vou terminar dizendo frente a frente a s. ex.^a o sr. Afonso Costa qual é a arma que o ha-de liquidar politicamente.

Fazedor de superavits que o Separado se amerceie de vós!

Tendes escapado a todas as armas com que, desde a mais remota antiguidade, se teem liquidado todos os tiranos d'opereta! — escapastes os limpa-unhas de Santarem! — escapastes á pistola sem fechos desse desgraçado que para ahi chegou ao Tejo — escapastes á agulheta municipal! Mas, ha uma arma a que eu juro que não podeis escapar: essa arma é a do ridiculo.

Será ela que vos ha-de lançar por terra, que vos ha-de fazer morder o pó!⁽¹¹⁵⁰⁾

Depois, como se sabe, veio a queda de Vitor Hugo e dos «Miseráveis», o movimento das espadas, a «ditadura» pimentista, o 14 de Maio e a prisão-exílio de Machado Santos na ilha de S. Miguel, onde permaneceu cerca de três meses. De regresso ao Continente, concedeu ao jornal lisboeta de feição abertamente machadista⁽¹¹⁵¹⁾ *O Paiz*, dirigido por Meira e Sousa, uma série de entrevistas que foram lançadas por esse periódico, no seu número de 30 de Setembro de 1915, sob a designação de *Entrevistas Sensacionaes com o Fundador da República*, e interrompidas bruscamente em 8 de Outubro.

O resumo da primeira entrevista indica-nos que o fundador da República analisou a situação política interna portuguesa, não deixando de olhar para os últimos desenvolvimentos da política externa, e afirmou-se mero espectador, porque ao considerar-se um homem válido não tinha, então, *Um só politico portuguez «valido»* que pudesse combater. E simulou desinteresse pela política doméstica, simulou cruzar os braços, atitude cénica que lhe servia sobretudo para arrasar pelo desprezo os seus adversários, que acusava de serem quase todos antigos monárquicos convertidos (adesivos) em *ferverosos republicanos* (José de Castro, Leote do Rego, Álvaro de Castro...) e em *carrascos dos genuínos e desinteressados servidores da República*. Pelo desprezo até arranjar novas forças e uma renovada congregação de esforços revolucionários: *Durante cinco annos, como Santo Antonio, preguei aos peixes; não os converti. Agora?! Agora cruzo os braços e deixo correr. Vamos para o fundo? Se para lançar por terra o sr. Afonso Costa, que dispunha de tudo, não careci do auxilio de ninguem, para erguer o paiz do lamaçal em que se afunda é que me não sinto com forças para o tentar sosinho. Nem monarchicos nem camachistas, nem almeidistas parecem querer vêr a situação; todos pucham a braza á sua sardinha; vejo em abundancia de tudo isso a voltear á roda de mim, a fazer-me namoro; mas... não vejo portuguezes.*⁽¹¹⁵²⁾

A conversa com o jornalista de *O Paiz* alongou-se bastante e revelou bem o inconformismo de Machado Santos, assim como os seus planos de acção, mesmo dizendo-se afastado ou mero espectador da vida política. Ao passar em revista os acontecimentos

⁽¹¹⁵⁰⁾ Cf. *Debate politico. Discurso do deputado Machado Santos na sessão de 15 de Dezembro de 1913*. S.l.: s.n., 1913 — *Pasta Jornais 1910-1920 e 1915-1917*. (Arquivo de Machado Santos).

⁽¹¹⁵¹⁾ Cf. *O Paiz*, de 4 de Outubro de 1915, p. I.

⁽¹¹⁵²⁾ Cf. *Entrevistas sensacionaes com o fundador da republica. O Paiz*, 30 de Setembro de 1915, p. I.

recentes,⁽¹¹⁵³⁾ mais controversos e agitados, teceu uma severa crítica ético-política, jurídico-constitucional e político-administrativa da prática dos detentores do regime instaurado em 5 de Outubro.⁽¹¹⁵⁴⁾ Na sua linha de raciocínio a acção de Pimenta de Castro foi um *ensaio d'um governo liberal, tolerante e justo dentro d'uma república demagógica e conseguiu-o. A prova foi brilhante. Se o resultado não correspondeu á sua expectativa, a culpa não foi d'elle, mas sim d'aquelles que juraram sustental-o até à morte e que preferiram quebrar as suas laminas de Toledo a arriscar um só cabelo das suas prudentes cabeças.*⁽¹¹⁵⁵⁾ E, na mesma linha, a participação de Portugal na guerra, tendo em conta as circunstâncias históricas observáveis em 1915, constituía uma péssima aposta.⁽¹¹⁵⁶⁾

Entendia ser urgente revalorizar a função do Parlamento, separando-o do Poder Executivo e impedindo-o de ser o que até ao momento estava a ser — a representação exclusiva e servil de um partido! Um partido de gente pouco escrupulosa, na opinião de Machado Santos, que, na última entrevista publicada — embora ela tenha ficado suspensa com a promessa de continuação num ponto assaz melindroso — consentiu fosse transcrita na íntegra uma carta do irmão, Augusto Machado Santos, substituto de Luís Derouet na administração da Imprensa Nacional de Lisboa, dirigida ao Ministro do Interior e escrita em 5 de Abril de 1915, na qual se denunciavam os débitos de Afonso Costa, Germano Martins, António Macieira, entretanto saldado, e outras irregularidades ou utilização abusiva dos serviços de uma tipografia do Estado.⁽¹¹⁵⁷⁾

Àcerca da República que aí estava era, pois, muito frontal e clara a opinião do fundador, mas a revisão do seu programa de acção só em meados de 1916 é que se tomou pública.

A obra foi anunciada, numa dessas entrevistas, a propósito da evocação dos factos do 14 de Maio, mas ficou na gaveta ainda algum tempo, o suficiente, talvez, para lhe ser anexada uma componente programática dirigida ao futuro imediato. Um homem como Machado Santos não podia, de facto, cruzar os braços e, por isso, no livro *A Ordem pública e o 14 de Maio* superou o mero depoimento histórico, o registo da sua versão dos eventos para as páginas da História, confessou que *faltaríamos á verdade se dissessemos que cruzámos os braços perante o facto consumado da indisciplina arvorada em ordem* e incitou, uma vez mais, a opinião pública para que sinceramente se empenhasse na República ideal, democrática e nacional-populista, regida por princípios apodícticos: a Monarquia não tinha condições para ser restaurada e a *Isto* [a República dos democráticos] não podia suceder-se *uma monarquia pelo voto livre da Nação*,⁽¹¹⁵⁸⁾ o parlamentarismo

⁽¹¹⁵³⁾ Ver Machado Santos. Quarta entrevista com o fundador da república. *O Paiz*, 6 de Outubro de 1915, p. 1-2; Machado Santos. Quinta entrevista com o fundador da república. *Ibidem*, 7 de Outubro de 1915, p. 1-2; e Machado Santos. Quinta entrevista com o fundador da república. *Ibidem*, 8 de Outubro de 1915, p. 1-2.

⁽¹¹⁵⁴⁾ Cf. Machado Santos. Segunda entrevista com o fundador da república. *O Paiz*, 1 de Outubro de 1915, p. 1.

⁽¹¹⁵⁵⁾ Cf. *Ibidem*.

⁽¹¹⁵⁶⁾ Cf. Machado Santos. Segunda [Terceira] entrevista com o fundador da república. *O Paiz*, 2 de Outubro de 1915, p. 1.

⁽¹¹⁵⁷⁾ Cf. Machado Santos. Sexta e última entrevista com o fundador da república. *O Paiz*, 8 de Outubro de 1915, p. 2.

⁽¹¹⁵⁸⁾ Cf. SANTOS, Machado — *A Ordem pública e o 14 de Maio*, ob. cit., p. 102.

está provado, por quasi um seculo de experiencia, que se não adapta á vida nacional;⁽¹¹⁵⁹⁾ e a solução que se impunha para salvar o país estava consubstanciada no *Projecto de Estatuto Nacional*⁽¹¹⁶⁰⁾ redigido em formato jurídico-constitucional e que incluía, entre outros tópicos essenciais, a autonomia local, o presidencialismo dotado do poder de dissolução do Congresso e a defesa do sindicalismo.

Se compararmos o articulado deste projecto com o da *Constituição Política da Republica Portuguesa* — a Constituição sidonista que não chegou a ser...⁽¹¹⁶¹⁾ — não deixaremos de encontrar muitas e significativas semelhanças, confirmando, em geral, a lúcida observação de Douglas Wheeler: *Algumas das suas ideias foram adoptadas pela República Nova de Sidónio Pais e pelo Estado Novo de Salazar mas, na altura em que o livro foi publicado, tiveram pouca influência e, por isso, Machado Santos começou a conspirar para derrubar o Governo.*⁽¹¹⁶²⁾

Em *post scriptum*, aposto à guisa de aditamento porque ocorrera, entretanto, a declaração de guerra da Alemanha, Machado Santos enumerou todos os erros cometidos desde o 14 de Maio nos mais diversos campos — moralidade, concórdia, disciplina militar e social, constitucional, financeiro, económico, tranquilidade pública, justiça e política internacional.⁽¹¹⁶³⁾

Cerca de mês e meio depois, o mesmo Machado Santos dirigiu ao chefe evolucionista e Presidente do Ministério uma carta que explícita e desenvolve o ponto de exclamação impresso na *Nota Final* do seu livro: *Quasi ao sair do prélo este folheto, fômos surpreendidos pela noticia de se ter constituido um governo de concentração de dois partidos, democratico e evolucionista, sob a presidencia de Antonio José d'Almeida!*⁽¹¹⁶⁴⁾ A carta ao representante máximo da *União Sagrada*, no seu parágrafo inicial, confirma a animosidade contra os novos governantes:

A União Sagrada a que V. Ex.^a preside começa a produzir os seus frutos. Entre outros, foi hontem prezo e conduzido para bordo o cidadão José Lourenço Flôres, um dedicado republicano que por V. Ex.^a arriscou tantas vezes a vida nas ruas de Lisbôa, que inumeros «complots» descobriu contra a pessoa de V.^a Ex.^a e que, malgré tout, ainda o defendia das iras d'aqueles que hoje são «seus amigos» mas que, por velho habito, o continuam hostilizando com o mesmo rancor d'outrora.⁽¹¹⁶⁵⁾

⁽¹¹⁵⁹⁾ Cf. SANTOS, Machado — *A Ordem publica e o 14 de Maio*, ob. cit., p. 102-103.

⁽¹¹⁶⁰⁾ Cf. *Ibidem*, p. 104-116. Do ponto de vista formal e do conteúdo apresenta substanciais alterações relativamente ao projecto que Machado Santos e os seus «amigos» entregaram para debate na Constituinte de 1911 (ver o ítem *Nas Constituintes por Aveiro*).

⁽¹¹⁶¹⁾ Ver SILVA, Armando Malheiro da — *A República e o reformismo democrático autoritário (1890-1926): uma proposta interpretativa*. In *Portugal-Brasil: uma visão interdisciplinar do século XX. Actas do colóquio, 2 a 5 de Abril de 2003*. Cord. Maria Manuela Tavares Ribeiro. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra — Ceis 20 / Quarteto, 2003, p. 44-62.

⁽¹¹⁶²⁾ Cf. WHEELER, Douglas L. — *História política de Portugal, 1910-1926*, ob. cit., p. 152.

⁽¹¹⁶³⁾ Cf. SANTOS, Machado — *A Ordem pública e o 14 de Maio*, ob. cit., p. 128.

⁽¹¹⁶⁴⁾ Cf. *Ibidem*, p. 128.

⁽¹¹⁶⁵⁾ *Dossier Documentos do «13 de Dezembro»*, carta de 5 de Maio de 1916. (Arquivo de Machado Santos).

A escrita denuncia uma predisposição crescente para a via armada, para a conspiração por meios violentos com vista à pretensa extirpação dos «quistos» que enfermavam, corroiam e enfraqueciam mortalmente o regime republicano.⁽¹¹⁶⁶⁾

Em casa onde não há pão...

A vida material tornara-se difícil e até insustentável pelo brusco custo dos bens de primeira necessidade, apesar do aumento paralelo dos salários oficiais até 1918, segundo os índices do Banco de Portugal: o custo de vida aumentou 12 % em 1915, 22 % em 1916, em 1917 atingirá os 18 % e os 80 % em 1918, o que perfaz um aumento total de 200 %, subindo do índice 100 ao índice 293.⁽¹¹⁶⁷⁾

Estes indicadores básicos enquadram-se numa situação de crise que englobava todos os sectores.

No comércio externo verificou-se uma descida acentuada do volume de produtos importados (as mais de 2,5 milhões de toneladas em 1913 desceram para menos de 1 milhão em 1917), enquanto as exportações não sofreram uma queda tão brusca e atingiram mesmo um certo aumento quantitativo até 1916 (de 1 milhão de toneladas em 1914 passou, volvidos dois anos, para cerca de 1,3 milhões), caindo, porém, a partir desse ano para um valor que representava menos de metade da cifra normal. O impacte imediato da queda das importações fez-se sentir nos produtos alimentares e no subsequente aumento dos preços agrícolas, o que, por sua vez, suscitou uma política de contenção de preços, sobretudo os agrícolas, seguida pelos sucessivos Governos republicanos porque convinha-lhes atenuar o descontentamento da sua base social de apoio, essencialmente urbana. A contenção, de início, baseou-se no sistema dos preços tabelados, mas o rápido florescimento do mercado negro forçou o emprego de métodos alternativos mais directos (manifestos obrigatórios das colheitas, arrolamentos, requisições e o ensaio de controlo dos circuitos de distribuição), verificando-se um crescente intervencionismo do Estado com a consequência natural de que menos produtos ia havendo no mercado oficial e mais florescente se tornava o mercado negro. Gerou-se, assim, um confronto entre o sector agrícola (desde o campesinato até à grande lavoura) e a República, exemplarmente ilustrado pelo caso do trigo.⁽¹¹⁶⁸⁾

No tocante à indústria, os indicadores eram contraditórios: ressentiu-se da falta de energia, de matérias-primas importadas, de máquinas e peças, mas, ao mesmo tempo, o atraso e a auto-suficiência estrutural do sector tornou-se uma vantagem face à desregulação geral. A produção nacional conseguiu atenuar as carências impostas do exterior: Foi o que aconteceu, por exemplo, com a importação de carvão de coque que baixou, de 1914 para 1917, de 33.714 toneladas para 6.416, mas, em contrapartida, o carvão nacional de má qualidade passou das 30.250 toneladas para as 179.134 em 1918. E esta tendência verificou-se em todo o tecido produtivo, conseguindo as pequenas oficinas artesanais e obsoletas improvisar soluções e satisfazer as necessidades do mercado

⁽¹¹⁶⁶⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 686.

⁽¹¹⁶⁷⁾ Cf. MARCADÉ, Jacques — *Le Portugal au xx^e siècle, 1910-19185*. Paris: P.U.F., 1988, p. 34.

⁽¹¹⁶⁸⁾ Cf. TELO, António José — *Economia e império no Portugal contemporâneo*, ob. cit., p. 81.

nacional, enquanto as unidades mais modernas foram muito mais penalizadas. Não surpreende, por isso, que tenham surgido centenas de pequenas oficinas artesanais fora dos grandes centros urbanos, aproveitando, em grande parte dos casos, técnicas antigas, como, por exemplo, a energia eólica ou a hidráulica, e laborando nos sectores tradicionais — os lanifícios, linho, têxteis, vestuário, alimentos, madeira, etc.— com os escoamento garantido, independentemente da qualidade e do preço.

Uma situação económica deste tipo tinha de estimular o renascimento da acção reivindicativa e grevista, de algum modo quebrada em 1913. Entre 1914 e 1917 assistiu-se a um ímpeto ascensional do movimento grevista, marcado já não apenas pelas greves tradicionais, mas também por novas formas de luta, como foram os assaltos a comboios e a armazéns de víveres ou os roubos a lojas, que atingiram um ponto alto com a famosa *revolução da batata* ocorrida em Lisboa a 19, 20 e 21 de Maio de 1917, à qual o 3.º Governo de Afonso Costa respondeu, no dia seguinte, com o decreto 3150 de suspensão total das garantias constitucionais na capital e nos concelhos limítrofes⁽¹¹⁶⁹⁾ — retenha-se este acto legal repressivo da governação democrática porque ele será repetido em circunstâncias ainda mais agudas pela governação dezembrista/sidonista, ou seja, há uma irrefragável e indelével linha de continuidade. Tratou-se, como observou António José Telo, de um movimento surpreendente pela sua novidade e por uma ampla expressão que excedia os tradicionais centros grevistas: *Os assaltos às lojas em Lisboa têm a adesão da população dos bairros populares praticamente em peso. Os assaltos aos armazéns e comboios alargam-se a zonas tipicamente rurais do interior, onde nunca se tinham dado greves. O movimento é especialmente difícil de reprimir: em Lisboa, quando a polícia se concentra numa zona, os assaltos começam noutra, não sendo possível às forças da ordem ocuparem toda a cidade.*⁽¹¹⁷⁰⁾

O descontentamento social expandiu-se e ensombrou a pretensa mobilização épica e patriótica para a frente de batalha. A sociedade portuguesa cindia-se e revolia-se cada vez mais diante de um dilema grave. Nos grandes e nos pequenos centros urbanos e rurais, nas ruas e nos cafés, na intimidade do lar, o ir ou não ir para a guerra pairava perturbante e convulsionava o ambiente. Todos sentiam o impacte de tão dilemática questão e das respectivas consequências em suas vidas. E Sidónio Pais não foi, como sabemos, excepção.

Chegado a Lisboa cumpriu, de imediato, as formalidades burocráticas exigidas. Apresentou-se, como vimos, no M.N.E.⁽¹¹⁷¹⁾ e não tardaria a receber notícias do Cônsul Paul Friedlaender, a quem incumbira da responsabilidade de visitar periodicamente o edifício da Legação de Portugal na Hohenzollernstrasse e indagar junto da porteira se tudo estava em ordem. Esse antigo funcionário, por carta remetida através da Embaixada da Espanha em Berlim, pedia-lhe o favor de *bien intervenir auprès du Gouvernement Portugais, pour que je reçoive le montant de la rémunération, à laquelle — comme Votre Excellence Même m'a assuré — j'ai droit pour tout le travail et les nombreux services rendus avant et lors et*

⁽¹¹⁶⁹⁾ Ver MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) — Portugal. Da Monarquia para a república, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira — *Nova História de Portugal*, vol. XI, ob. cit., p. 716.

⁽¹¹⁷⁰⁾ Cf. TELO, António José — *Economia e império no Portugal contemporâneo*, ob. cit., p. 85.

⁽¹¹⁷¹⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 690.

après le départ de la légation, et pour l'envoi de laquelle vous avez bien voulu me promettre faire lors de votre arrivée à Lisbonne tout le nécessaire. Exprimia-lhe a necessidade dessa remuneração que devia atingir a soma de trezentos marcos e assegurava-lhe estar tudo em ordem na sede da Legação.⁽¹¹⁷²⁾

Para além dos deveres oficiais não pôde escapar à curiosidade dos jornalistas, tendo declarado *que a situação económica da Alemanha é pessima: a começar em abril só haverá pão negro, e já de ha muito que não so o pão, como a carne e outros géneros alimenticios são vendidos a rações.*⁽¹¹⁷³⁾

Em Coimbra esperava-o a família, ansiosa e cheia de júbilo. Muito naturalmente, retomou os seus deveres de esposo e de pai, sem esquecer a filha natural Maria Olga.⁽¹¹⁷⁴⁾ E assumiu estas obrigações dividido entre Coimbra e Lisboa, onde, aliás, fixou residência na Avenida da República, 84-B.

Ano e meio após a sua breve estada, em Julho de 1914, com a sua gente, sentiu, de novo, o efeito do tempo: a mulher dissera-lhe nas cartas que estava mais velha e esgotada por ter de aturar os filhos rapazes em fase difícil; o mais velho, no fulgor dos seus vinte anos, queria alistar-se e partir para a guerra, imbuído de grande fervor patriótico, ao mesmo tempo que se preparava, no Colégio de S. Pedro,⁽¹¹⁷⁵⁾ para entrar na Escola de Guerra; o António, já com os dezoito anos feitos, conseguira vencer a tuberculose, não mostrava inclinação para tropa, nem para estudos superiores; o Pedro acalmara e tornara-se melhor aluno em Caminha na companhia do tio António, da sua numerosa família e da avó e tia Rita; o Afonso inspirava mais cuidados com a saúde do que com os estudos; e a Maria Sidónia, com dezassete anos, gostava de um rapaz — Mário Augusto Gomes Cardoso⁽¹¹⁷⁶⁾ — natural da Guarda, estudante de Medicina, que virá a ser seu marido.⁽¹¹⁷⁷⁾

De Caminha foi recebendo notícias⁽¹¹⁷⁸⁾ e o insistente apelo para que desse um salto até à sua terra natal visitar a mãe e a irmã. Sabemos através da imprensa local, que em finais de Setembro satisfez a vontade materna.⁽¹¹⁷⁹⁾ O irmão Alberto foi destacado em serviço para o Batalhão de Infantaria 15 de Tancos e encarregue aí, com outros jovens oficiais, da instrução do contingente destinado ao *front*, mas manifestou-se muito desagrado com as condições existentes (más instalações, fraca comida, fracos e escassos meios técnicos, etc.).⁽¹¹⁸⁰⁾ Aspecto a reter, porque o capitão Alberto da Silva Pais irá

⁽¹¹⁷²⁾ Correspondência, carta de Paul Friedlaender, 24-8-1916. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, Subsecção Ministro em Berlim).

⁽¹¹⁷³⁾ Estado de Guerra. Notas. *A Briosa. Jornal académico de literatura e crítica, noticioso e humorístico*, 23 de Março de 1916, p. 6.

⁽¹¹⁷⁴⁾ Autos cíveis de acção com processo ordinário (investigação de paternidade ilegítima, proc. cit. fl. 11 v. 12. (Arquivo do Tribunal da Boa Hora).

⁽¹¹⁷⁵⁾ Correspondência, carta de Maximiano Augusto Cunha, Director do Colégio S. Pedro, de 12-6-1916. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral).

⁽¹¹⁷⁶⁾ Ver TRIGUEIROS, António Júlio Limpo S.J. e SILVA, Armando B. Malheiro da — Os Paes de Barcelos. Subsídios genealógicos para a biografia do Presidente da República Sidónio Paes, art. cit., p. 169.

⁽¹¹⁷⁷⁾ Correspondência, 1916-1918, Carta de D. Maria dos Prazeres para o marido, datada de 30 de Janeiro de 1918. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral).

⁽¹¹⁷⁸⁾ *Ibidem*.

⁽¹¹⁷⁹⁾ Cf. Dr. Sidonio Paes. *Notícias de Caminha*, 1 de Outubro de 1916, p. 3.

⁽¹¹⁸⁰⁾ *Alberto da Silva Pais*, cx. 3068. (Arquivo Histórico Militar).

⁽¹¹⁸⁰⁾ A.P.S.P. — Militar, Lente e Político, Geral, Correspondência, 1916-1918, Carta de Alberto da Silva Pais, 13-12-1916.

juntar-se, em Tomar, ao grupo de revoltosos do 13 de Dezembro. E nesse mesmo dia escreveu uma carta breve e estranhamente banal ao irmão Sidónio.⁽¹¹⁸¹⁾ Por seu turno, o António manteve-se no comando da Lancha-Canhoneira *Rio Minho* e na carta e cartão que conhecemos desta fase para o irmão mais velho não teceu nenhum comentário à situação política, a não ser uma brevíssima constatação: *Pelas ultimas noticias, ou antes pelas noticias dos ultimos dias, vi que está resolvida a nossa cooperação ao lado dos aliados na Europa*. E a inevitável pergunta: *Quando será a partida da primeira expedição?*⁽¹¹⁸²⁾

No âmbito da correspondência habitual com os familiares e parentes não podem ficar esquecidos os cunhados Abel Nogueira Soares e Aníbal Martins Bessa — o militar e o juiz amarantinos, residentes no Porto por motivos profissionais e familiares. O dr. Aníbal continuou a solicitar-lhe ajuda para os seus problemas de magistrado mal pago e sujeito aos humores dos democráticos. Os negócios da família de D. Maria dos Prazeres, irmãs e irmão estavam entregues à probidade e ao zelo do cunhado Abel.⁽¹¹⁸³⁾

Sidónio Pais passara de Berlim para Lisboa, onde estava às ordens do Ministro Augusto Soares, rendido ao convívio dos seus amigos políticos e cativo de diversas solicitações de carácter social e mundano.⁽¹¹⁸⁴⁾ Jantares, almoços, visitas, cerimónias públicas ou privadas e contactos diversos na esfera do Poder foram, de facto, uma constante neste período de cerca de dois anos que antecedeu o 5 de Dezembro. No acervo epistolográfico que se conserva intacto há, por exemplo, o convite do Presidente da República e de D. Elzira Machado para um jantar na terça-feira dia 20 de Junho pelas 20h e 30m no Palácio de Belém; ou ainda uma carta de D. Laura de Vasconcelos, mulher do seu amigo, correligionário e colega em Madrid, doutor Augusto de Vasconcelos, em termos amistosos e cordeais: *Meu caro Sidonio Paes // Sei que é amigo do Bruschy,*⁽¹¹⁸⁵⁾ *e venho pedir-lhe com o maior interesse para lhe recomendar o memorial junto. É uma obra de caridade e um ato de justiça, e comquanto dependa do Ministro, teria a maior vantagem que fosse bem encaminhado. Tenha paciencia com a maçada, e tudo quanto possa fazer muito me obsequieia.*⁽¹¹⁸⁶⁾ Um apelo directo à rede pessoal de conhecidos e de amigos, que a carreira política e diplomática ajudou a ampliar. Inclui-se nesse grupo, por exemplo, o Ministro português na Holanda, Bartolomeu Ferreira, que serviu de intermediário, após o início da guerra, na transmissão das mensagens oficiais de Lisboa para Berlim e vice-versa. Em carta de 8 de Abril, escrita na impossibilidade de se despedir pessoalmente de Sidónio antes de embarcar no paquete que o levaria de regresso a Haia, pedia-lhe desculpa do facto e acrescentava com toda a cortesia: *Na Hollanda estarei sempre á disposição de V. Ex.ª em tudo o que lhe possa ser prestavel.*⁽¹¹⁸⁷⁾

(1181) Correspondência 1916-1918, carta de António da Silva Pais, 13-12-1916. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, geral).

(1182) *Ibidem*, 10-8-1916.

(1183) Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 693-694.

(1184) Ver *Ibidem*, p. 694.

(1185) Manuel Maria Brushy, Director Geral da Fazenda Pública, Ministério das Finanças.

(1186) Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 699-696.

(1187) Correspondência, carta de Bartolomeu Ferreira, 8-4-1916. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, geral).

Discretamente Sidónio recolheu-se à tertúlia de discussão lúcida e lúdica à volta do *bridge* ou do *burro americano* jogados na sede de *A Lucta*.

Sob a égide de Brito Camacho, o amigo e o chefe sempre firme no seu posto, ao contrário do subchefe Augusto de Vasconcelos, devotado às subtilezas e às errâncias da diplomacia desde o 5 de Outubro, os unionistas deixavam para trás infrutíferos conluios com os democráticos de Afonso Costa e aproximavam-se da oposição frontal e da via conspirativa de Machado Santos, embora sem porem em causa a matriz parlamentar do regime: pelas eleições conseguiriam deter a governação e a partir daí ensaiar a decantada política de concentração destinada a absorver num só *bloco* todos os republicanos sinceros e todos os patriotas. Esta tática era, afinal, um símile da dos democráticos ou dos evolucionistas, bloqueada, porém, pela inexistência do direito presidencial de dissolução e pelo hegemónico controlo eleitoral e caciquista do P.R.P.. Bloqueio desgastante que obrigava a encarar alternativas e que se somava ao facto de Machado Santos constituir para o sector militar da União Republicana (pode dizer-se que os oficiais unionistas faziam parte do chamado *bloco militar*⁽¹¹⁸⁸⁾ radicado no Exército e consubstanciado na postura anti-política e castrense do pimentismo) uma boa referência de conduta militar e de exemplo moral. Para os irmãos Pais o fundador da República era, sem dúvida, a figura cimeira do novo regime e não tardarão a cruzar com ele os seus destinos...

A posição dos unionistas não se confinou aos artigos de fundo de *A Lucta* e emergiu no plano institucional.

Em Fevereiro, aquando do debate em torno da declaração do apresamento dos navios e da declaração de guerra da Alemanha, Brito Camacho e os seus companheiros não ousaram contrariar a onda de exaltação patriótica que esses factos suscitaram, repetindo a tónica da unidade nacional. Mas na aparatosa reunião do Congresso de 7 de Agosto convocada expressamente (pois que, concluída já a legislatura de 1916, esse órgão de soberania se achava encerrado) para exposição pública das diligências financeiras, militares e diplomáticas e dos seus resultados, a União Republicana e o deputado socialista Costa Júnior demarcaram-se das expressões de regozijo formuladas pelo *bloco* democrático-evolucionista. Os unionistas não afivelaram a frieza dos socialistas, mas opuseram algumas reticências e encobriram-se na sua habitual ambiguidade.

Na oposição, Brito Camacho resistiu mal aos «cantos da sereia» demagógica. Em 20 de Agosto, numa das sessões do Congresso da União Republicana, o líder declarou categoricamente, com geral apazimento dos correligionários presentes, que se *governasse, acautelaria os supremos interesses da Nação, e, honrando os seus compromissos livremente contraídos, procuraria conservar o País fora da guerra, empenhando nesse propósito o esforço de que fosse capaz.*⁽¹¹⁸⁹⁾ Habilidades de político matreiro que procurava salvar a face e aproveitar em seu favor a profunda falta de unanimidade em torno da questão da guerra. Habilmente deixava, também, a porta aberta a uma situação hipotética em que um Governo não democrático seria contrário, tal como fora o Ministério Pimenta de Castro, ao intervencionismo puro e duro da equipa de guerra. No Largo do Calhariz não se excluía a sublevação militar se fossem outros a fazê-la ou, na pior das hipóteses, pessoas da casa disfarçadas de fantasmas... Presa ao figurino parlamentar e à inquestionável

(1188) A expressão é usada em sentido ideológico e corporativo pelo autor de *O 14 de Maio*, ob. cit., p. 9.

(1189) Cit. por *Ibidem*, p. 149.

(desde que alternante) convivência com o P.R.P. de Afonso Costa, a União Republicana não podia facilmente liderar aventuras de cariz ditatorial-franquista, desaconselhadas pela experiência histórica e impedidas pela regra da boa conduta demoliberal. Restava-lhe aproveitar, a tempo, uma qualquer acção de força republicana, imediatamente recolocada nos carris constitucionais e da alternância eleitoral. Era este, nas suas traves-mestras, o entendimento político de Brito Camacho e dos seus indefectíveis, mas não faltou à sua volta quem aceitasse uma reforma mais ousada da Constituição de 1911 a fim de moralizar e salvar a República e a Pátria.

Os trabalhos parlamentares extraordinários iniciados em 7 de Agosto tiveram o seu terceiro e último dia a 31, culminando num acto público de protesto que foi protagonizado pelos parlamentares unionistas e socialistas. Votavam-se algumas alterações no texto constitucional relativas ao estado de guerra e apesar da proposta ministerial restringir a aplicação da pena capital aos campos de batalha e a casos de gravidade máxima, como os crimes de traição, unionistas e o socialista Costa Júnior manifestaram-se contra e abandonaram a sala das sessões. Defronte do edifício de S. Bento apinhava-se já uma grande multidão, onde se incluía numeroso grupo de merceeiros e outro de socialistas que pretendiam apresentar as suas reclamações aos deputados. Os ânimos estavam exaltados e atingiram o rubro quando os parlamentares unionistas foram aplaudidos à saída: estoirou um petardo, houve intervenção da força pública e o incidente causou duas dezenas de feridos.⁽¹¹⁹⁰⁾

Nos círculos militar, machadista e unionista, o fermento da revolta cresceu e mobilizou vontades sem grande secretismo. É sabido que desde Outubro os Serviços de Informação do Ministério da Guerra, chefiados pelo capitão Luís Galhardo, conheciam os preparativos de manifestações programadas para o momento da primeira partida de forças expedicionárias, não tendo, no início de Dezembro, dúvidas sobre a ocorrência de *prováveis motins e pronunciamentos militares*. E segundo os ditos Serviços havia mesmo contactos e cumplicidades entre Brito Camacho, Alfredo de Magalhães e Machado Santos para a eclosão de um movimento que contaria com a cooperação de sindicalistas, que procurariam fazer reclamações de cariz operário *para aumentar a agitação*.⁽¹¹⁹¹⁾

A participação unionista ou a sua alegada recusa nos termos em que o respectivo líder veio, mais tarde, a enunciar-la,⁽¹¹⁹²⁾ permite supor que Sidónio Pais esteve a par do processo conspirativo, distanciando-se dos planos subversivos. Tem sido desprezada — e, em nossa opinião, erradamente — a curiosa afirmação de A. G. Loraine, no seu opúsculo pró-sidonista *Portugal and the Allies*, de que Sidónio se apressou a explicar que recusara uma participação na revolta frustrada de 13 de Dezembro de 1916 *because no Portuguese troops were as yet on French soil, and it might therefore conceivably be misinterpreted as a movement against intervention*.⁽¹¹⁹³⁾ Não lhe pareceu, de facto, conveniente intervir ao

(1190) Cf. PERES, Damião — *História de Portugal. Suplemento*, ob. cit., p. 150-151.

(1191) Cf. FERREIRA, José Medeiros — *O Comportamento político dos militares*, ob. cit., p. 58-59.

(1192) Cf. *Terceiro congresso da união republicana realizado em Lisboa, no Teatro de S. Carlos, nos dias 7 e 8 de Abril de 1918. Relatório do Directorio. Discursos proferidos nas duas sessões pelo leader do partido Dr. Brito Camacho. Moção apresentada pelo dr. Moura Pinto*. Lisboa: Editor E. Segurado, 1918, p. 10.

(1193) Cf. LORAIN, A. G. — *Portugal and the allies: a message to Great Britain*. With a foreword by E. M. Tenison... London: Hazell, Watson & Viney, 1918, p. 16.

lado do irmão Alberto nessa conspiração e começou em Setembro a afastar-se de um eventual envolvimento através dos recursos legais à sua disposição. Aliás, uma prática muito sua: proteger-se ou refugiar-se em posições neutras, sempre dentro da mais estrita legalidade.

Em 1 de Setembro requereu em papel selado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros o seguinte: *tendo servido effectivamente durante mais de tres annos consecutivos, como Ministro de Portugal em Berlim, achando-se por isso comprehendido no art.º 84.º da lei organica do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, pede a V. Ex.º se digne conceder-lhe tres mezes de licença nos termos do referido artigo, para começar a gozar a partir de 10 do corrente*». ⁽¹¹⁹⁴⁾ O Ministro apôs, nesse mesmo dia, o despacho *Concedido* e assinou a portaria que oficializava a concessão dessa licença, cabendo à 7.ª Repartição de Contabilidade processar os vencimentos em conformidade com a lei. ⁽¹¹⁹⁵⁾ Uma garantia financeira importante, acrescida da possibilidade legal de gozar a licença, em parte, no estrangeiro.

Detalhe nada despidendo: no início de Dezembro de 1916 Sidónio Pais estava em Nice, tendo indicado aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Guerra o endereço *para hipótese de vir a ser chamado*. Instalara-se, não sabemos se acompanhado da sua amiga Céline Chatry, no *Grand Palais Hotel* e aí aguardou que expirasse o prazo da licença a 10 de Dezembro. A 9 redigiu novo requerimento para o Ministro Augusto Soares nestes termos: *Sidonio Bernardino Cardoso da Silva Paes, Ministro Plenipotenciario de 1.ª classe, necessitando d'uma licença de dois mezes a contar de 11 do corrente, por motivos de doença, nos termos da lei organica do Ministerio, motivo justificado pelo certificado junto, pede a V. Ex.º se digne conceder-lhe a referida licença*. ⁽¹¹⁹⁶⁾ Teve o cuidado de lhe anexar um atestado médico, manuscrito pelo clínico E. Gayraud, ex-interno dos Hospitais, e autenticado pelo Consulado em Nice. O médico francês declarou que *Monsieur Paes est en etat de dépression physique manquee, souffle anémique cardiaque*... ⁽¹¹⁹⁷⁾ incómodo bastante para justificar um prolongado repouso de dois meses com início a 11 de Dezembro.

O 13 de Dezembro

Coincidência curiosa: na madrugada anterior, em Lisboa, Machado Santos convocara uma reunião para organizar um *ministério revolucionário* a que faltaria apenas o titular dos Estrangeiros. ⁽¹¹⁹⁸⁾

O eixo das operações seria, inicialmente, Mafra e estaria assegurado o apoio de elementos do próprio Ministério da Guerra. No entanto, esse eixo era um recurso e não um trunfo estratégico. Os Serviços de Informações do Ministério da Guerra garantiam que em todos os regimentos havia pessoas de confiança do Governo e até fora nomeado um alferes para se infiltrar no *complot* e *informar de tudo*. ⁽¹¹⁹⁹⁾ Na capital as

⁽¹¹⁹⁴⁾ *Processo de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, n.º 309*. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽¹¹⁹⁵⁾ *Ibidem*.

⁽¹¹⁹⁶⁾ *Ibidem*.

⁽¹¹⁹⁷⁾ *Ibidem*.

⁽¹¹⁹⁸⁾ Cf. FERREIRA, José Medeiros — *O Comportamento político dos militares*, ob. cit., p. 59.

⁽¹¹⁹⁹⁾ Cf. *Ibidem*, p. 59.

unidades principais da respectiva guarnição não estavam permeáveis a uma sedição, pelo que a alternativa teve de ser um cerco desencadeado a partir de Tomar. Como observou António José Telo essas unidades eram, em princípio, afectas ao intervencionismo do Governo democrático e competia-lhes o embarque para as colónias (destacados, sobretudo, oficiais do quadro permanente) e para a Flandres (a maioria dos oficiais destacados compunha-se de milicianos), ficando na Metrópole uma grande parte de oficiais conservadores, em quem a República menos confiava. Com eles será possível, um ano depois, planear e executar, na cidade de Lisboa, uma acção militar, mas em finais de 1916 tal constituía, no mínimo, uma temeridade...

Na origem do movimento parece ter estado o escritor e jornalista político Joaquim Ribeiro de Carvalho, antigo carbonário, revolucionário civil no 5 de Outubro, correligionário, amigo, chefe de gabinete de António José de Almeida e futuro membro do Partido Nacionalista.⁽¹²⁰⁰⁾ Em 8 de Dezembro escreveu a Machado Santos declarando-lhe: *não estou disposto a entrar em uma verdadeira loucura*; e pedindo-lhe: *que penses bem no que vaes fazer*.⁽¹²⁰¹⁾ Mas já era, talvez, demasiado tarde...

O propósito dos revoltosos consistia no derrube da *União Sagrada* e numa manobra de facto consumado que obrigasse o Presidente da República a aceitar o novo Governo, que além de Machado Santos compreenderia os seguintes nomes: António Caetano Celorico Gil (Justiça), Abreu Marques (Finanças), Álvaro Ferreira (Marinha), Coelho de Carvalho (Estrangeiros), Francisco Xavier Esteves (Fomento), Alfredo de Magalhães (Colónias), Reis Santos (Instrução) e o socialista Costa Júnior (Trabalho). O elenco governativo confirma o forte concurso de evolucionistas e permite supôr que estaria, sobretudo, em jogo um golpe de força para, com o apoio do Presidente da República, afastar os democráticos, deixando uma significativa presença de evolucionistas no Poder. Estranho golpe, na verdade, que sem um tiro e com plausíveis convivências no interior da *União Sagrada* se propunha derrubá-la!...

A tentativa de atrair Bernardino Machado pressente-se no telegrama expedido para o Palácio de Belém às 15 h. do dia 13⁽¹²⁰²⁾ e na mesma ocasião foram ainda expedidos telegramas para os Comandos das 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª e 8.ª Divisões do Exército a comunicar que o chefe da revolta tomara posse interinamente da pasta da Guerra na sede da 7.ª Divisão, acrescentando: *A setima divisão do exercito tendo á sua frente o novo presidente do ministerio e ministro interino da guerra, confia na solidariedade de todos os seus camaradas no movimento patriotico que iniciou hoje e aguarda com reconhecimento a noticia da sua adesão*.⁽¹²⁰³⁾ Audácia romântica e quixotismo que os camaradas não se atreveram a apoiar até ao fim...⁽¹²⁰⁴⁾

⁽¹²⁰⁰⁾ Ver Ribeiro de Carvalho (Joaquim). Jornalista, escritor e político, n. em Arnal (Maceira, conc. de Leiria) em 7-IV-1880 e m. em 11-X-1942, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 25, p. 618.

⁽¹²⁰¹⁾ *Documentos do «13 de Dezembro»*, Carta (fragmento) de Ribeiro de Carvalho, 8-12-1916. (Arquivo de Machado Santos).

⁽¹²⁰²⁾ *Ibidem*, cópia ms. de telegrama. Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 701.

⁽¹²⁰³⁾ Cópia ms. de telegramas. (Arquivo de Machado Santos).

⁽¹²⁰⁴⁾ Cf. MARGARIDE, Alberto — *A Hora da justiça (Maio de 1934)*. Vila Nova de Famalicão: A. M., 1934, p. 307; SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 702.

Sufocada com dureza — elevado número de prisioneiros, entre os quais se contou Egas Moniz, e suspensão até 15 de Janeiro de 1917 de todos os jornais monárquicos, bem como do órgão unionista *A Lucta*, arauto da neutralidade — a revolta foi logo anatemizada pela imprensa partidária e noticiosa e pela propaganda governamental de anti-patriótica e de germanófila, sendo certo que os revoltosos advogavam uma revisão dos compromissos intervencionistas assumidos desde o início do ano.

Em telegrama expedido para as principais Legações de Portugal, com data de 14 de Dezembro, Augusto Soares transmitiu a versão oficial sobre os últimos acontecimentos: *Um grupo de desvairados provavelmente alimentados por elementos germanophilos procurou organizar movimento revolucionario com intuito impedir proxima partida tropas para França. Governo tomou immediatas providencias estando inteiramente assegurada a ordem no paiz não passando o pretendido nucleo revolucionario de Thomar e Abrantes esperando-se sua rendição. Pode avaliar-se a importancia do movimento desde que se saiba que elle se formava num falso suplemento do «Diario do Governo» com a assignatura do Snr. Presidente da Republica falsificada no qual aparecia organizado um novo Governo presidido por Machado Santos.*⁽¹²⁰⁵⁾ Uma rápida ofensiva bem acolhida, por exemplo, na imprensa francesa, que João Chagas diligentemente recortou e remeteu para Lisboa.⁽¹²⁰⁶⁾

A bordo do *Vasco da Gama* Machado Santos não deve ter ficado surpreendido com a campanha gerada pelo Governo e pelos democráticos, mas pouco podia fazer para proclamar as suas elevadas e patrióticas intenções. Em 22 de Dezembro escreveu a D. Faustino Prieto Pazos,⁽¹²⁰⁷⁾ Vogal do Consejo Superior de Fomento, em Madrid, uma longa carta portadora da sua versão dos factos, pedindo-lhe, porém, que não a publicasse, pois é *um desabafo que tenho para comvosco e que vos servirá apenas de guia para desfazerdes na imprensa espanhola a propaganda rancorosa dos meus inimigos.*⁽¹²⁰⁸⁾

O fundador da República declarava-se traído e temporariamente vencido, mas convicto de uma próxima vitória. Entendia, no entanto, que no futuro o proveito a colher para a República e para o país de uma revolução vencedora e *complemento natural do 5 de Outubro de 1910* não podia ser o mesmo. Perdera-se irremediavelmente uma feliz oportunidade de ressurgimento, mas o desânimo não era próprio dos heróis. O seu dever só podia ser este: teimar uma vez mais e sempre em prol da República, essa *aurora ideal*...

De Dezembro a Dezembro...

Em Nice, Sidónio Pais percebeu rapidamente a conveniência de esgotar até ao fim a licença por doença que obtivera pouco antes do 13 de Dezembro.

⁽¹²⁰⁵⁾ *Movimento militar em Thomar e Abrantes em Dezembro*, 2.º piso, armário 3, maço 24, telegrama/circular 14-12-1916. (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁽¹²⁰⁶⁾ *Ibidem*, vários recortes dos jornais de Paris.

⁽¹²⁰⁷⁾ *Documentos do «13 de Dezembro»*, duas cartas de Faustino Prieto Pazos, 18-12-1916. (Arquivo de Machado Santos).

⁽¹²⁰⁸⁾ *Ibidem*, cópia de carta para D. Faustino Prieto, 22-12-1916. Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 703-704.

As reviravoltas da política interna e o pretexto de uma doença súbita iam obrigá-lo à quinta passagem de ano consecutiva longe da Pátria e da família em condições financeiras apertadas: na véspera do Natal escreveu uma *carte postale* ao cunhado Abel em reforço de uma carta remetida a 8, mas ainda sem resposta, pedindo-lhe o favor de receber ou descontar duas letras (no valor de 1.734\$00) por conta da parte que lhe cabia da venda da quinta de Penafiel e com a maior urgência, *depositando o dinheiro á minha ordem no Crédit Franco-Portugais, Lisbôa, á excepção de 150 escudos, que pedia enviasse á Prazeres.*⁽¹²⁰⁹⁾ No dia 29 já o diligente cunhado lhe escrevia a dizer que mandara já *pelo correio a Prazeres a quantia que me indicou e fui á Agencia do Credit Franco-Portugais para fazer o deposito do restante, segundo as suas ordens, mas não pôde cumpri-las porque o meio mais seguro e mais rápido de enviar o dinheiro era transferil'lo telegraphicamente para a Agencia de Nice, devendo V. ser avisado no seu Hotel de que podia ir recebê-lo.*⁽¹²¹⁰⁾

Em Caminha, D. Rita Júlia tinha fortes motivos para estar aflita: o filho Sidónio voltava a estar longe dos seus e o Alberto, nervoso e de saúde frágil, feito prisioneiro em Elvas na sequência do 13 de Dezembro.⁽¹²¹¹⁾ Um Natal sombrio e um ano novo carregado de incertezas...

A notícia do afundamento, a 18 de Dezembro, do vapor *Cascais* (antigo alemão *Electro*) por um submarino germânico consternou a opinião pública e, tal como previra Sidónio, foi a demonstração de que a guerra submarina alemã *nos podia fazer muito mal...*

Um mês depois era ordenada pelo decreto 2938, de 17 de Janeiro de 1917, a concentração do C.E.P. e nomeado, a 18, o respectivo comandante, general Tamagnini de Abreu, embarcando o primeiro contingente a 30 desse mês para o sul da Flandres.

Não foi, porém, uma operação fácil devido à campanha antibelicista, a numerosos incidentes ocorridos nos quartéis e na rua e a um número anormal de deserções ou de recusa ao embarque. Gomes da Costa, no preâmbulo do seu livro sobre *A Batalha do Lys*, afirmou, categórico, que a *guerra não era popular, e não só pelas razões expostas, mas ainda porque as massas populares percebiam de instinto, que, na luta travada, vencesse quem vencesse, quando não fosse imolado, nada lucraria;* e um pouco mais adiante acrescentou: *A organização do corpo foi difficilima, não só pela carência de material de toda a espécie, como ainda, e principalmente, pela má vontade da grande maioria dos officiais e praças em intervir numa guerra cujas causas ignoravam.*⁽¹²¹²⁾ Os esforços de propaganda e esclarecimento da população sobre os grandes objectivos estratégicos de tão delicada e gigantesca empresa foram, na opinião de Douglas Wheeler, fracos e efémeros.⁽¹²¹³⁾

O embarque prosseguiu nos meses seguintes, mas não exactamente nos termos da Convenção de 3 de Janeiro: *Entre Fevereiro e Setembro de 1917, o transporte dos contingentes militares do CEP foi partilhado entre 38 navios britânicos e 8 navios portugueses.* A

⁽¹²⁰⁹⁾ Correspondência, postal de 23-12-1916. (Arquivo Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral).

⁽¹²¹⁰⁾ *Ibidem*, carta de Abel Nogueira Soares, 29-12-1916.

⁽¹²¹¹⁾ Em data não especificada adoeceu e deu baixa ao Hospital Militar, tendo regressado, em 29 de Março de 1917, ao forte de Elvas. Ver Arquivo Histórico Militar — Alberto da Silva Pais, cx. 3068.

⁽¹²¹²⁾ Cf. COSTA, Gomes da — *O Corpo de exército português na grande guerra. A Batalha do Lys. 9 de Abril de 1918*. Porto: Renascença Portuguesa, 1920, p. 15 e 17.

⁽¹²¹³⁾ Ver WHEELER, Douglas L. — *História política de Portugal, 1910-1926*, ob. cit., p. 148-149.

partir desta data, a dificuldade de tonelagem britânica, entre outras razões, faria com que, entre Outubro de 1917 e Fevereiro de 1918, o transporte viesse a ser feito apenas por dois navios portugueses, em quatro viagens diferentes. Do porto de desembarque à zona de concentração — Aire-sur-la-Lys — as tropas portuguesas eram transportadas por via férrea.⁽¹²¹⁴⁾ Composto por efectivos maioritariamente da arma da infantaria (65%), distribuindo-se os restantes pela artilharia (17,5%), pela cavalaria (4%) e pelo núcleo indispensável dos Serviços de Saúde e da Administração Militar; com uma taxa de voluntários de 28% contra 72% de mobilizados, o C.E.P. ocupou um sector no *front* localizado no vale do rio Lys, entre Armentière a La Bassée e Merville a Bethune, numa longa frente que, com a evolução da campanha militar, oscilará de um mínimo de 4 km até uma dimensão máxima de 11 km.⁽¹²¹⁵⁾ Mas a sua entrada em combate não foi imediata: as tropas foram sujeitas, primeiro, a uma fase de instrução junto do Exército inglês, depois, às fracções, começaram a experimentar o duro quotidiano das trincheiras e feito esse tirocínio foram consideradas aptas para assumirem o controlo do respectivo sector, o que veio a suceder em Julho, quando as três brigadas da 1.ª divisão chefiada por Gomes da Costa se integraram na zona sob comando do 11.º corpo do exército inglês. Mas só em Novembro de 1917 é que o comandante do C.E.P. assumiu a responsabilidade plena do sector português.

Em plena alvorada de 1917 — *o ano terrível*⁽¹²¹⁶⁾ — viviam-se nos mares os amargos efeitos de uma guerra submarina levada, desde o meado do ano anterior e de acordo com o lema do almirante von Capelle (substituto de von Tirpitz), *até às últimas consequências*. Era, sem dúvida, uma aposta arriscada e o Chanceler Bethmann Hollweg opôs-se ao torpedeamento dos navios dos países neutros, temendo que os Estados Unidos da América, não obstante o conhecido pacifismo do Presidente Thomas Woodrow Wilson,⁽¹²¹⁷⁾ ao sentirem duramente ameaçados os seus interesses entrassem em guerra ao lado dos aliados. Mas os argumentos do Almirantado alemão abafaram esse justificado temor e intensificou-se, então, um massivo ataque aos comboios de navios sobretudo mercantes. E se é certo que os resultados bélicos obtidos foram animadores o peso diplomático tornou-se assaz elevado para a *Dúplice*: a opinião pública americana comoveu-se com os sucessivos ataques contra navios neutros, os meios de negócios inquietavam-se cada vez mais perante o abrandamento dos fluxos comerciais e a 2 de Abril de 1917, por proposta de Wilson, o Congresso aprovou a intervenção militar. O conflito adquiria, assim, maior amplitude e entrava numa fase decisiva.

Entretanto, nos teatros de operações impusera-se, também, a mesma guerra de desgaste aplicada ao bloqueio marítimo. Pretendia-se esgotar as munições e as reservas do inimigo. O ataque de Falkenhayn à praça-forte de Verdun inseriu-se nessa estratégia,

⁽¹²¹⁴⁾ Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano — Portugal de 1914 a 1918, in *História do século XX, vol. 2 - 1914-1918*, ob. cit., p. 182.

⁽¹²¹⁵⁾ Cf. *Ibidem*, p. 182.

⁽¹²¹⁶⁾ Ver RAMOS, Rui — A Segunda fundação (1890-1926), in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal, vol. 6*, ob. cit., p. 519.

⁽¹²¹⁷⁾ Sobre a complexa personalidade deste Presidente dos E.U.A. ver o clássico estudo psicobiográfico de FREUD, Sigmund e BULLITT, William C. — *Le Président Thomas Woodrow Wilson. Portrait psychologique*. Paris: Éditions Payot, 1990.

mas sem sucesso. E a resposta dos comandos aliados não tardou: Joffre e Haig combinaram uma ofensiva no Somme, desencadeada em 1 de Julho de 1916.⁽¹²¹⁸⁾ O emprego intensivo da artilharia, do lança-chamas, dos morteiros, das espingardas-metralhadoras e dos lança-torpedos provocou um número de mortos equiparável aos 306 000 (franceses e alemães) caídos em Verdun. Nestes atoleiros de cadáveres se imobilizavam os exércitos e se ia consumindo a guerra.

A Leste os avanços de alemães e austríacos não compensavam o investimento militar feito, embora os repetidos insucessos russos tenham começado a afectar o prestígio do Czar Nicolau II e a estimular a corrente pacifista. Na frente dos combates o exército estava exausto e desmoralizado, enquanto na retaguarda cresciam o desânimo e a vontade de abandono de um conflito interminável. Sintomas extensivos à frente ocidental e ao território de todos os beligerantes. Em França, por exemplo, a SFIO (socialistas) rompeu com a *União Sagrada* que integrava desde 1914 e um pouco por toda a parte os socialistas revolucionários aderiram às teses antiguerristas de Lenine, exilado na Suíça.

Introduzido clandestinamente pelos serviços secretos alemães em solo russo, esse destacado líder da corrente bolchevique aceitou a ajuda alemã para pregar o fim unilateral da participação militar russa e acender o rastilho da revolução comunista. As condições socio-económicas eram, de facto, propícias a uma mudança violenta: a 22 de Fevereiro de 1917 irrompeu uma revolta da fome. As mulheres manifestaram-se nas ruas de Petrogrado (ex-S. Petersbourg) em protesto contra a miséria e a penúria alimentar; a 23 os operários entraram em greve e invadiram todo o centro da cidade; e nos dias seguintes deu-se a politização do movimento com os manifestantes a reclamarem o fim da guerra e a abdicação do Czar. Este tentou abafar a revolta através da dissolução preventiva da Duma e da ordem às tropas para atirar sobre os amotinados, mas no dia 27 uma parte dos soldados fraternizou com a população e forneceu-lhe armas. Petrogrado ficou nas mãos dos insurrectos e a 2 de Março Nicolau II abdicou a favor de seu irmão o Grão-Duque Miguel Alexandrovitch, que recusou o trono — foi o fim do czarismo.⁽¹²¹⁹⁾ Da Legação de Portugal nessa cidade Jaime Batalha Reis expediu, em 16 de Março, um telegrama que resumia os acontecimentos: *S. Petersburgo completamente em poder da revolução. Duma vitoriosa nomeou G.º Provisório anunciando à cidade e Império da Rússia exército marinha assumiu a gerência negócios públicos. Adesão por parte de Moscovo aderiram Grão-duque todas as tropas S. Petersburgo Moscovo e quase todas forças navais mar Báltico. Houve combate nas ruas muitos generais e oficiais mortos a tiro pelos seus soldados quatro dias completa anarquia que ainda dura. Com presos políticos revolucionários soltaram todos criminosos queimaram arquivo Ministério da Justiça e Tribunal e todas estações de polícia. Últimos presidentes do Conselho de M.^{os} muitos antigos Ministros e Presidentes do Conselho do Império presos para serem julgados pela Duma.*⁽¹²²⁰⁾

⁽¹²¹⁸⁾ Ver KEEGAN, John — *O Rosto da batalha*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987, p. 157-218.

⁽¹²¹⁹⁾ Para uma abordagem ao fim do Império russo ver, entre outros, FERRO, Marc — *Nicolau II. O Último Czar*. Lisboa: Edições 70, 1992.

⁽¹²²⁰⁾ Cf. SILVA, Joaquim Palminha da — *Jaime Batalha Reis na Rússia dos Sovietes ou dez dias que abalaram um diplomata português*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1984, p. 59.

De Madrid Augusto de Vasconcelos informava, com base em fontes oficiais e diplomáticas, que a revolução na Rússia era feita contra os elementos germanófilos que conspiravam para obter a paz separada. A vitória da revolução é uma grande vitória para os Aliados.⁽¹²²¹⁾ E em Paris João Chagas rotulava a revolução triunfante de revolução liberal e declarava-a favorável continuação da guerra.⁽¹²²²⁾ A coligação táctica de liberais, de sociais revolucionários, como o Ministro da Guerra Alexander Kerensky,⁽¹²²³⁾ e de mencheviques seguiu uma orientação demoliberal, mas decepcionou a população ao não se pronunciar sobre a partilha das terras, ao condenar a ocupação de fábricas e ao relançar, em Junho, a ofensiva militar contra os alemães. A aposta de Kerensky na continuidade do intervencionismo russo redundou em fracasso e apesar dele assumir a chefia do Governo, em Julho, será incapaz de restaurar a ordem no país e de neutralizar a oposição bolchevique, cada vez mais e melhor infiltrada na rede espontânea de sovietes (assembleias) de soldados e de operários — de uns dez mil adeptos em Fevereiro passará para cerca de duzentos mil em Outubro.

A Europa coroadada ia assistindo perplexa e receosa às convulsões do «grande urso».

Entretanto, Sidónio Pais tinha já regressado de Nice completamente restabelecido da sua depressão física, mas apreensivo e agastado com a prisão de Machado Santos e do irmão Alberto, que — convém recordar — foi dos que esteve ao lado do *Herói da Rotunda* em 1910. Aguardava-o, também, a notícia de um episódio pouco edificante: o «intransigente» Ministro da Guerra, indisposto com as ferroadas de Brito Camacho nas páginas de *A Lucta*, ordenara-lhe oficialmente que na qualidade de coronel médico se apresentasse a fim de partir para Moçambique, onde voltara a crescer o perigo alemão; o visado, como parlamentar que era, protestou e o Congresso da República chamado a interpretar o artigo 20 da Constituição deliberou que o desempenho de deputado era incompatível com quaisquer outras funções públicas, sendo a moção aprovada por noventa e seis congressistas contra trinta votos. Uma vitória algo humilhante, porquanto ficaram irremediavelmente beliscados os brios guerreiros e patrióticos do chefe unionista. E não conhecemos a reacção íntima de Sidónio a este incidente de *révanche* partidária. Se teceu comentários fê-lo em circuito fechado.

Por portaria de 12 de Fevereiro o Ministro Augusto Soares determinou que o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de 1.ª classe Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais faça serviço no Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos termos do artigo 1 da lei n.º 488, de 18 de Setembro, precisamente a disposição legal que colocava os funcionários diplomáticos e consulares, impedidos pela guerra de ocuparem os seus lugares, nas diversas Repartições do M.N.E. Deixava, assim, a anterior situação de *demorado em serviço* para desempenhar papel de subchefia na Direcção-geral dos Negócios Diplomáticos e Políticos.

⁽¹²²¹⁾ Cf. SILVA, Joaquim Palminha da — *Jaime Batalha Reis na Rússia dos Sovietes*, ob. cit., p. 59.

⁽¹²²²⁾ Cf. *Ibidem*, p. 60.

⁽¹²²³⁾ Ver sobre a vida deste efémero líder da primeira fase da revolução russa a interessante biografia de ABRAHAM, Richard — *Alexander Kerensky. The first love of the revolution*. New York: Columbia University Press, 1987.

Foi buscar os filhos Afonso e António a Coimbra e instalou-os na sua companhia e na de Céline Chatry, que gozava do estatuto de governanta. Embrenhou-se na rotina burocrática e no estudo dos tratados de Direito Público Internacional, da legislação e da colecção de tratados firmados por Portugal ao longo da sua História, no cumprimento zeloso e discreto das suas novas funções junto de um Ministro que já conhecia razoavelmente. Ao mesmo tempo retomou as tertúlias com os amigos de *A Lucta*, seu natural posto de observação, de discussão da política interna e externa e de colaboração jornalística como *repórter*.

A deterioração das condições de vida da população portuguesa, especialmente nos grandes centros urbanos, acentuara-se com inevitáveis reflexos políticos.

A *União Sagrada* começou a dar sinais de desgaste e os evolucionistas já não disfarçavam a vontade de sair, embora se mantivessem fiéis à política de guerra. Bastava que surgisse um pretexto... E ele apareceu numa medida destinada a resolver os problemas económicos e em particular o das subsistências.

O Governo considerara oportuno fundamentar-se, embora a título particular, nas opiniões dos principais interessados na resolução desses candentes problemas e para isso propusera a criação de um Conselho Económico Nacional. Seria um órgão consultivo e de estudo, mas na sessão de 8 de Março da Câmara dos Deputados o democrático António da Fonseca objectou não compreender, nem julgar justificável *que se tenha procurado consultar entidades absolutamente estranhas ao Parlamento, com desprestígio para o Parlamento e suas comissões* e com o risco de que o Governo, munido das autorizações parlamentares outorgadas ao Poder Executivo, fosse *capaz de dar carácter deliberativo e executório às comissões e juntas consultivas que criou, reduzindo o Parlamento a uma estação mesquinha e irrisória.*⁽¹²²⁴⁾ O Presidente do Ministério ainda conseguiu aplacar a indignação do deputado, negando a esse órgão outras funções para além das consultivas. Pela imprensa seriam, porém, veiculadas afirmações políticas proferidas por membros do Conselho, o que provocou um coro de protestos na Câmara e forçou nova intervenção apaziguadora de António José de Almeida. Apesar dos desmentidos a publicação do decreto de 18 de Abril criando oficialmente o dito Conselho suscitou dúvidas e graves reservas no Congresso. Na ausência do Presidente do Governo, impedido por doença, o Ministro Fernandes Costa explicou os critérios subjacentes ao diploma e recusou a sua suspensão, disso fazendo, perante a Câmara dos Deputados, uma questão de confiança. A votação de um projecto de lei alternativo fraccionou a maioria que apoiava o Governo e este viu-se forçado a pedir a demissão. Afonso Costa estava ausente de Lisboa, não sendo certa a sua posição: se, por um lado, apoiou a decisão ministerial, por outro havia rumores que o davam discordante da criação do Conselho Económico Nacional.

À queda da *União Sagrada* seguiu-se a natural aposta numa fórmula de concentração ou mista que incluísse, pelo menos, algumas forças partidárias e republicanas. Depressa se tornou, porém, clara, uma única saída para a crise: a formação de um Governo retintamente democrático que arcasse com a obra até então desenvolvida e garantisse

⁽¹²²⁴⁾ Cf. PERES, Damião — *História de Portugal. Suplemento*, ob. cit., p. 157.

a prossecução da beligerância. Nas «pastas» fundamentais mantinham-se, por isso, os mesmos titulares. Para o Interior entrou Almeida Ribeiro e na Justiça ficou o inflamado orador Alexandre Braga. O terceiro e último Governo de Afonso Costa durará de 25 de Abril a 8 de Dezembro de 1917. No seu programa sobressaíam os problemas de finanças, subsistência e guerra — a sua resolução impunha-se como prioritária e decisiva para a própria sobrevivência do Executivo. As circunstâncias seriam, contudo, bastante adversas.

O protesto social explodiu e avassalou as ruas, sofrendo a intransigente repressão policial das autoridades, tanto em Maio, na sequência da *revolução da batata* atrás referida, como em 12 de Julho, data de novos confrontos com grevistas e de que resultaram cinco mortos, numerosos feridos e presos. A insatisfação do movimento operário e sindical somou-se ao desagrado das camadas populares urbanas duramente atingidas pelo flagelo da carestia dos géneros e pela insuficiência dos abastecimentos. Do lado dos possidentes e dos conservadores aumentara, também, a insegurança e o medo em relação à crescente desordem pública.

Entretanto, os meios católicos eram confrontados com o reacender da questão religiosa: a distensão pragmática esboçada pelo anterior Governo e continuada pelo Ministro da Guerra relativamente à possibilidade de assistência religiosa em campanha *aos militares que fazendo parte de forças em operações de guerra a desejassem* (decreto n.º 4 489 de 1 de Junho de 1917) foi interrompida por uma intransigente aplicação da «intangível».⁽¹²²⁵⁾ E no centro do país, num lugar árido e recôndito da serra de Aire, chamado Cova de Iria, por entre matos de urzes e de carqueja salpicado de azinheiras, três crianças que guardavam ovelhas viram *uma Senhora mais brilhante que o Sol*. Até 13 de Outubro haviam de suceder-se as aparições e a afluência de peregrinos, crentes e curiosos, rodeadas da máxima reserva por parte das autoridades eclesíásticas e de total desconfiança e animosidade do Administrador do concelho de Vila Nova de Ourém.⁽¹²²⁶⁾

Era visível de dia para dia o isolamento e o desgaste dos democráticos. Segundo Oliveira Marques, Afonso Costa cometeu a imprudência de descurar a política interna, preocupando-se acima de tudo com a direcção da guerra e com as relações internacionais: *Altamente prestigiado no estrangeiro, negociando com sucesso uma situação favorável para Portugal no futuro concerto das nações aliadas, esquecia-se do desfavor das condições dentro do País e menosprezava as intrigas no seio do próprio partido contra a sua personalidade autoritária. A sua impopularidade ia crescendo, sobretudo entre as massas urbanas, que mais sentiam os efeitos da guerra.*⁽¹²²⁷⁾ A ala esquerda dos parlamentares democráticos

⁽¹²²⁵⁾ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da — Os Católicos e a «República Nova» (1917-1918): da «questão religiosa» à mitologia nacional, art. cit., p. 412-422; Idem — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 710; e PERES, Damião — *História de Portugal. Suplemento*, ob. cit., p. 162.

⁽¹²²⁶⁾ Ver interrogatórios do Administrador do Concelho, Artur de Oliveira Santos, jornalista local, membro influente do PR.P. e da Maçonaria in *Documentação crítica de Fátima. I - Interrogatórios aos Videntes, 1917*. Fátima: Santuário de Fátima, 1992, p. 369-382; e ver também VILAS-BOAS, Manuel, OLIVEIRA, Francisco de, FRAZÃO, Vítor e BARROS, Jorge — *Fátima. Os lugares da profecia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 34-77.

⁽¹²²⁷⁾ Cf. MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) — Portugal. Da Monarquia para a república, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira — *Nova História de Portugal*, vol. XI, ob. cit., p. 716.

quebrou a unanimidade do apoio ao Governo insurgindo-se contra a fragilidade e o máximo desgaste de um Executivo monopartidário: Jaime Cortesão e outros deputados sustentaram, em Junho de 1917, que Afonso Costa devia facilitar a formação de um elenco governamental em que entrassem elementos de todos os partidos republicanos, independentes e católicos, mas o líder mostrou-se intransigente e perseverante no desafio grave que pendia sobre os seus ombros. Era de todo desaconselhável mais uma crise governativa e Afonso Costa sabia não ter alternativa senão continuar até onde fosse possível...

Da sua trincheira de *A Lucta* Brito Camacho olhou para o xadrez político e não careceu de toda a sua perspicácia para perceber que o líder rival, o temível adversário, estava vulnerável a um xeque-mate. Nas páginas do seu jornal intensificou a campanha de descrédito, de corrosiva ironia e de hábil incitamento a uma solução extra-legal, violenta e revolucionária. E em entrevista a outros periódicos, nomeadamente *O Século*,⁽¹²²⁸⁾ venceu bem as suas críticas. Juntou-lhes depois uma preocupação de carácter externo e social, confessada em 7 de Abril de 1918, no discurso proferido durante a primeira sessão do 3.º Congresso da União Republicana, realizado em Lisboa. De acordo com as suas próprias palavras: *Em 1917, a Espanha esteve ameaçada duma revolução á maneira russa, uma revolução social nos seus intuitos e moscovita nos seus processos. Horas amargas viveram então os homens publicos da Espanha, organisadas as forças revolucionarias para um movimento anarquista, e desorganisadas as forças militares, não podendo servir para restabelecer prontamente a ordem. (...) Um tal movimento, se viesse a produzir-se, havia de ter, necessariamente, repercussão em Portugal, mesmo que entre os elementos revolucionarios, anarquistas ou anarquisantes dos dois Paizes, não houvesse qualquer entendimento.*⁽¹²²⁹⁾

A ameaçadora revolução á maneira russa que abalou o país vizinho e fez tremer o regime da Restauração (1875-1923) brotou duma greve geral, a 13 de Agosto, degenerada perigosamente em subversão social. Era profundamente hostil ao Governo Dato,⁽¹²³⁰⁾ que a custo conseguiu travá-la. Mas apesar de superado esse sintoma letal prosseguia incontrolável o espectro anarquizante e soviético, com supostas ramificações em solo pátrio. Brito Camacho afirmou, por isso, que *tinha informações de que em Lisboa e noutras cidades do Paiz, em Coimbra e no Porto, estavam organisados os soviets. O de Lisboa era presidido pelo homem que mais tarde os revolucionarios de 5 de Dezembro quizeram ter do seu lado, e que exigindo-lhes cinco contos, que recebeu, houve por bem guardal-os... e guardar-se.*⁽¹²³¹⁾ Prosseguindo as suas habilidosas revelações, reconheceu a criação, nesse escaldante Agosto de 1917, de *uma especie de comité revolucionario, em que entravam alguns dos meus amigos, entre eles o sr. Sidonio Paes. Desejava eu que se fizesse um rigoroso balanço das forças republicanas, tanto no Exercito como na Armada, e que se trouxessem*

⁽¹²²⁸⁾ Ver *O Século* de 2 de Agosto de 1917.

⁽¹²²⁹⁾ Cf. *Terceiro congresso da união republicana*, ob. cit., p. 12.

⁽¹²³⁰⁾ Ver uma interessante análise das nuances político-ideológicas do movimento grevista in TUSELL, Javier e AVILÉS, Juan — *La Derecha española contemporánea. Sus origenes: el maurismo*. Madrid: Espasa Calpe, 1986, p. 121-127.

⁽¹²³¹⁾ Cf. *Terceiro congresso da união republicana*, ob. cit., p. 13.

para a União Republicana todos os militares que, não sendo evolucionistas ou democraticos, não fossem irreductivelmente monarchicos.⁽¹²³²⁾

Qual o objectivo desse comité? Fazer um golpe de estado? Derrubar o Governo? Não! Preparar o partido para a eventualidade de uma revolução social e se tal sucedesse então os militares unionistas sairiam à rua para salvar a República!... Esta ideia teria sido expressa pelo próprio Camacho em discurso proferido na inauguração do Centro de Alcântara a 27 de Agosto: *Seria lamentavel que ela [revolução à maneira russa] se produzisse, e dentro da Republica não houvesse um partido bastante forte, um partido solidamente organizado que desde a primeira hora pudesse entrar a anarquia. E tratando-se de uma revolução política, uma revolução dentro do Regimen, para o salvar, ou contra o Regimen, para o banir, ainda a necessidade de um forte partido republicano é manifesta, quer para evitar que a Republica se perca, quer para evitar que em ancias de libertação ela se anarquise.*⁽¹²³³⁾ Palavras pronunciadas na mesma cerimónia em que Sidónio Pais teve, também, ensejo de discursar, mas com um outro texto nas mãos que não o inicial: *Direi incidentalmente, que o extracto do discurso que ahí pronunciou o sr. Sidonio Paes, fui eu mesmo que o fiz, inutilizando o que o reporter da Lucta fizera. Ponderando que o sr. Sidonio Paes era funcionario do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, eliminei do seu discurso todas as frases violentas, as afirmações subversivas que nele se continham, e que poderiam ser o motivo ou o pretexto para o incomodarem. S. Ex.^a, agradecendo-me o que fizera, reconheceu o sentimento de amizade que dictara o meu procedimento. Julgo-me no dever moral de ser util aos meus amigos, sempre que o possa ser, e reputo-me na obrigação de evitar aos meus correligionarios, na medida em que possa fazel-o, qualquer transtorno ou contrariedade.*⁽¹²³⁴⁾

Admitindo a veracidade geral deste testemunho pode inferir-se que na primeira quinzena de Agosto de 1917 Sidónio Pais saíra do seu silêncio típico, do seu aparente alheamento e tal como noutras ocasiões da sua vida começou a indignar-se publicamente. Partiu, enfim, para a acção, já sem os habituais assomos de prudência. Porquê?

Em 27 de Julho, no forte da Graça de Elvas, onde ainda se encontrava detido,⁽¹²³⁵⁾ o capitão de Infantaria Alberto da Silva Pais respondeu à carta amiga e fraterna que o irmão Sidónio lhe enviara:

Meu caro Sidonio

Recebi a tua carta que muito apreciei e te agradeço.

Nada sei sobre o meu destino e o dos meus camaradas. Boatos ha sempre, mas de certo só sei que vamos ao fim do 8.º mez de prisão.

O processo está prompto no Tribunal de Vizeu, para julgamento desde Março, isto é desde a data em que foram soltos os outros officiais, mas tem uma pedra em cima, que lh'a mandou pôr o omnipotente Ministro da Guerra. De resto, ainda não recebemos nota de culpa.

⁽¹²³²⁾ Cf. *Terceiro congresso da união republicana*, ob. cit., p. 13.

⁽¹²³³⁾ Cf. *Ibidem*, p. 14.

⁽¹²³⁴⁾ Cf. *Ibidem*, p. 12.

⁽¹²³⁵⁾ Só por ordem do Comando da 7.^a Divisão do Exército, de 16 de Agosto de 1917, é que foi transferido para a Casa de Reclusão da 2.^a Divisão do Exército. E deu aí entrada em 18 desse mês. Ver *Alberto da Silva Paes*, cx. 3068. (Arquivo Histórico Militar).

De modo que nem liberdade, nem julgamento. O arbitrio e só o arbitrio sobrepondo-se a tudo.

Apesar disso ninguém se insurge contra tamanha violência!

Não se trata evidentemente das pessoas que, com excepção de Machado Santos, ninguém conhece. Trata-se de princípios e de garantias consequentes das leis da República, e brutalmente pisadas pelo Governo. Pois um, pelo menos, dos presos alguma coisa se dedicou por esses princípios e não sei mesmo se sem ele, teria vingado a República.

Não falo já de meios violentos, ainda que por muito menos do que se está para ahi fazendo, se fez e se justificou o 5 d'Outubro, mas era licito esperar da parte dos republicanos o protesto pacífico, o protesto legal por via da imprensa e do parlamento. Pois nem esse!

Em vez disso o maior silencio durante meses a respeito do nosso caso. Dá vontade de morrer, já que se não póde fugir por uma vez deste maldito paiz.

Esperar, com efeito, não vale já a pena. O paiz converteu-se num bando d'escravos e sabe-se que violencias é capaz de suportar esta especie de gente antes que se levante contra quem os tyranisa.

Tenho tido noticias de casa e do Tone. Eu, muito aborrecido e algum tanto doente do estomago e intestinos.

Adeus um grande abraço

do teu irmão muito amigo

Alberto Paes.⁽¹²³⁶⁾

No seu característico estilo impulsivo e inflamado, Alberto Pais denunciava o silêncio dos republicanos face à situação em que os prisioneiros do 13 de Dezembro, com especial destaque para Machado Santos, ainda se encontravam, oito meses decorridos após a detenção. Aguardavam um julgamento que tardava e essa espera era imposta contra os *princípios e garantias consequentes das leis da República*. Num lampejo colérico disparou: *Dá vontade de morrer, já que se não póde fugir por uma vez deste maldito paiz*. A frase não é heróica, mas é lapidar e chocante. Choca pelo desespero subjacente e convoca não a arte, como diria Pascoaes, mas a condição mórbida de ser português, bem ilustrada, aliás, pela tendência suicidiária e decadentista vivida pela intelectualidade portuguesa na viragem do séc. XIX para o XX.

Sidónio Pais leu essa carta, guardou-a e poucas semanas depois quis proferir um discurso ousado e violento. Mero jogo de coincidências? Não...

A prisão sem julgamento de Machado Santos (e, claro está, do irmão) afigurou-se-lhe necessariamente uma indignidade e uma imoralidade cada vez mais insuportáveis. Tinha, pois, um móbil, entre outros, para se envolver por inteiro nos trabalhos do *comité* militar, formado por unionistas e até por monárquicos não irredutíveis e destinado a salvar Portugal e a República de uma revolução à maneira russa. Pretexto só parcialmente credível...

⁽¹²³⁶⁾ Correspondência, 1916-1918. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, geral).

Formar um *comité revolucionário* para prevenir revoluções sociais era uma originalidade camachista que os seus amigos de farda traduziram logo por acção armada contra o Governo, mas sem saírem do plano traçado pelo seu prestigiado mentor. De acordo com a análise lúcida do director político de *A Lucta* já não era possível suspender a participação portuguesa na guerra, nem faltar aos compromissos assumidos com a Inglaterra,⁽¹²³⁷⁾ embora se devesse aproveitar o ensejo para rever ao de leve a Constituição de 1911, sujeitar os democráticos a uma humilhante derrota eleitoral e gerir, em estreita sintonia com os ingleses, os custos da beligerância, assacando aos Governos anteriores todas as desagradáveis responsabilidades e esperando um fim muito próximo do conflito. Não se pode, por isso, dizer, em rigor, que o objectivo da conspiração fosse essencialmente o de travar o envio de tropas do C.E.P., apesar de muitas adesões (de militares permanentes e de milicianos) terem sido animadas por esse profundo desejo (pouco patriótico, mas muito humano) e dessa ser, por exemplo, a convicção do Ministro americano em Lisboa (de 1913 a 1922) Thomas Birch e até da Legação alemã em Madrid.⁽¹²³⁸⁾

No início de Setembro de 1917 *A Lucta* definiu a situação vivida no país como uma *crise política a que outros, que não os unionistas, fecharam a solução legal*.⁽¹²³⁹⁾ O aviso estava dado...

E o resto do mês correu revolto e denso: intensificação da censura à imprensa; polémica jornalística sobre a eventual venda das colónias para liquidação das dívidas de guerra; adiamento *sine die* do julgamento de Machado Santos; greve geral no dia 8, decretada pela União Operária Nacional; a 13 a Virgem voltou a aparecer aos três pastorinhos em Fátima; a greve do pessoal dos Correios, Telégrafos e Telefones durou até dia 15; e um violento incêndio devorou um quarteirão em Viseu.⁽¹²⁴⁰⁾ Mas o dealbar do Outono foi mais farto, a nível nacional e internacional, de eventos de amplitude e de impacte diverso.

Sobretudo, no plano interno, importa frisar a campanha que a imprensa portuguesa lançou contra o bolchevismo; a evocação pelo jornal *A Vanguarda* do aniversário da implantação da República para a qual fora decisivo o papel de Machado Santos, ainda preso sem julgamento; a visita oficial do Presidente da República, Bernardino Machado, ao C.E.P.; e a ocorrência da *dança do Sol* perante milhares de pessoas em Fátima.

A 18 desse mesmo mês *O Século* publicou uma entrevista com o médico e ex-deputado António Caetano Egas Moniz em que este confessou ter sido procurado logo após a sua saída da prisão por um grupo de dissidentes do Partido Evolucionista — Vasconcelos e Sá, Simas Machado, Malva do Vale, Tamagnini Barbosa, padre Casimiro Rodrigues de Sá e outros — para acertarem uma *acção comum*. O resultado foi a constituição de um novo partido sensível ao reforço do Poder Executivo (inscrito já no

⁽¹²³⁷⁾ Sobre a estrita fidelidade de Sidónio Pais e dos seus Governos a uma postura incondicionalmente aliadófila ver TORRE GÓMEZ, Hipólito de la — *Na encruzilhada da grande guerra. Portugal-Espanha, 1913-1919*, ob. cit., p. 202.

⁽¹²³⁸⁾ Cf. MEDINA, João (dir.) — *História de Portugal*, vol. X, ob. cit., p. 77 e Politisches Archiv des Auswärtigen Amts, Portugal. 1 Juli 1915 – Marz 1920.

⁽¹²³⁹⁾ Cit. por PERES, Damião — *História de Portugal. Suplemento*, ob. cit., p. 166.

⁽¹²⁴⁰⁾ Cf. BRANDÃO, Fernando de Castro — *A I República portuguesa. Uma cronologia*, ob. cit., p. 104.

programa evolucionista) e apostado na aglutinação das dispersas forças conservadoras do país, tarefa até aí falhada por evolucionistas e unionistas.

O Partido Centrista Republicano publicitou o seu programa no dia 20 e, como refere oportunamente Ernesto Castro Leal, esse delineamento programático não partia, pela primeira vez, *do ideário do antigo programa republicano, não obstante entroncar — por via dos dissidentes evolucionistas — no debate que decorrerá na Assembleia Nacional Constituinte e seu processo subsequente;*⁽¹²⁴¹⁾ em matéria constitucional era reconhecida a forma republicana do regime, rectificadora pelo princípio da dissolução presidencial do Congresso; em política externa era mantida a aliança inglesa e incrementadas, ao mesmo tempo, as relações diplomáticas com o Brasil e a Espanha; em política social preconizava-se a protecção ao operariado pela regulamentação do trabalho, pela extensão dos seguros sociais à doença, à velhice e à invalidez e pela harmonização contratual entre o capital e o trabalho; em matéria religiosa defendia um urgente reatamento das relações diplomáticas com o Vaticano e a vigilância às práticas violadoras do regime da lei da separação; em matéria económica ganhava prioridade uma política de desenvolvimento baseada numa rede de melhoramentos materiais, na melhoria das estruturas comerciais e industriais, na dinamização dos mercados coloniais e na criação do Ministério da Agricultura tendo em vista uma reforma profunda das estruturas agrárias.

A defesa deste conteúdo programático pôde ainda ser iniciada no Congresso, onde permaneceram os dissidentes evolucionistas transferidos para o centrismo. E no plano organizativo o novo partido assentava numa ampla malha em Lisboa e uma penetração significativa no Porto, estendendo-se também a Bragança, a Vila Real, à Póvoa de Varzim, a Ovar, a Mafra, à Amadora, a Monte Pedral e a Vila Franca de Xira. Neste quadro geográfico convém notar, ao nível da hierarquia partidária, o predomínio sócio-profissional dos militares, dos advogados, dos médicos, dos professores e dos eclesiásticos, e quanto às adesões a prevalência de comerciantes e industriais, de funcionários públicos, de empregados de comércio e de professores. Sobressaíram, como figuras de proa, Egas Moniz, Alexandre Vasconcelos e Sá, general Simas Machado, major João Tamagnini Barbosa, general Manuel Gomes da Costa, coronel Eduardo de Almeida (Director do Colégio Militar), professor Francisco Newton de Macedo, professor Ângelo Ribeiro, padre Casimiro Rodrigues de Sá, advogado Pedro Fazenda, juiz da Relação de Lisboa Alberto Osório de Castro, capitão da Administração Militar Eurico Cameira, médicos Alberto Madureira e Alfredo de Magalhães, Jorge Couceiro da Costa, advogado João Ruella Ramos e o comerciante portuense José Pinheiro.⁽¹²⁴²⁾

Os centristas, pelo seu programa e pelos seus principais dirigentes, tornaram-se, apesar de diversas vicissitudes e limitações, a coluna vertebral da experiência sidonista,⁽¹²⁴³⁾ sobretudo a partir do abandono oficial dos unionistas e da preparação das eleições de Abril de 1918 norteadas por um projecto político-constitucional de cariz presidencialista.

⁽¹²⁴¹⁾ Cf. LEAL, Ernesto Castro — Partidos e grupos políticos na I república, in MEDINA, João (dir.) — *História de Portugal*, vol. X, ob. cit., p. 298.

⁽¹²⁴²⁾ Cf. *Ibidem*, p. 298-299.

⁽¹²⁴³⁾ Ver COELHO, António Macieira — Egas Moniz e o sidonismo, in *A Vida da república portuguesa, 1890-1990*, vol. 2, ob. cit., p. 675-681.

Nesse contexto o Partido Centrista integrou-se no novo Partido Nacional Republicano, fundado para apoiar a *situação sidonista* e congregar todo o *bloco* das forças conservadoras ou das direitas. Ernesto Castro Leal adverte, a este propósito, que *nunca houve a ideia de o transformar em «partido único» do regime*, embora a expressão *partido nacional* empregue por Sidónio Pais num discurso, em Évora, a 15 de Fevereiro, tenha alimentado desde logo inquietações e suposições nesse sentido.⁽¹²⁴⁴⁾

Mas a forte presença centrista após o 5 de Dezembro não se verificou antes dessa data, isto é, na fase preparatória da conspiração, reduzida, então, de acordo com a versão de Rocha Martins, a poucos mais que Tamagnini Barbosa,⁽¹²⁴⁵⁾ Alexandre Vasconcelos e Sá⁽¹²⁴⁶⁾ ou Eurico Cameira.⁽¹²⁴⁷⁾ Como vimos, o impulso inicial foi essencialmente dos unionistas em estreita ligação com a *linha de comportamento militar republicana* — escreve Medeiros Ferreira — *autónoma dos partidos políticos da República* — e mesmo *inimiga do Partido Democrático*.⁽¹²⁴⁸⁾ Uma linha que incluía necessariamente muitos machadistas e que era, afinal, o *bloco militar* apoiante, como se notou atrás, do general Pimenta de Castro. Todavia, em nossa opinião, não pode ser autonomizada do projecto político-ideológico republicano, na medida em que a cultura militar de finais de oitocentos se mesclou profundamente com a cultura da intransigência moral, patriótica, nacionalista e democrática florescente na geração de 90.

Nos escassos vestígios documentais que conhecemos relativos à preparação da revolta há uma lista cuidadosamente elaborada por Sidónio Pais, nas suas habituais tiras ou «linguados» de papel almaço pautado, dos *Sócios da União Republicana* que eram militares de todas as patentes e armas, residentes nas mais diversas localidades. Surgem aí, entre muitos nomes, o general Encarnação Ribeiro, o coronel Alves Roçadas, o coronel Alberto da Silveira, o capitão Gonçalo Pimenta de Castro, o capitão Belisário Pimenta, o capitão-tenente da Armada Stockler, etc..⁽¹²⁴⁹⁾ A lista parece ser uma prova cabal da faceta político-militar e não apenas militar, como sugere Medeiros Ferreira, da revolta em preparação no último semestre de 1917.

Uma preparação, aliás, muito meticulosa e inspirada na lição do 5 de Outubro a ponto de serem por demais evidentes e significativas as similitudes táctico-militares entre os dois movimentos.⁽¹²⁵⁰⁾ Note-se ainda que ela não passou despercebida aos

⁽¹²⁴⁴⁾ Cf. LEAL, Ernesto Castro — Partidos e grupos políticos na I.^a república, in MEDINA, João (dir.) — *História de Portugal*, vol. X, ob. cit., p. 303-304.

⁽¹²⁴⁵⁾ Ver MEDINA, João — *Morte e transfiguração de Sidónio Pais*. Lisboa: Edição Cosmos, 1994, p. 197-199. Constitui com Eurico Cameira, Botelho Moniz, Egas Moniz, Xavier Esteves, Forbes Bessa, António da Silva Pais e alguns outros o bastião humano da experiência sidonista. Após a morte de Sidónio Pais será o líder do Partido Nacional Republicano Presidencialista, sucedâneo do P.N.R. centrista-sidonista (ver LEAL, Ernesto Castro — Partidos e grupos políticos na I.^a república, in MEDINA, João (dir.) — *História de Portugal*, vol. X, ob. cit., p. 307).

⁽¹²⁴⁶⁾ Cf. MARTINS, Rocha — *Memórias sobre Sidónio Paes*, ob. cit., p. 6.

⁽¹²⁴⁷⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, vol. I, dissert. cit., p. 720-721.

⁽¹²⁴⁸⁾ Cf. FERREIRA, José Medeiros — *O Comportamento político dos militares*, ob. cit., p. 64-65.

⁽¹²⁴⁹⁾ *União Republicana*. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, geral).

⁽¹²⁵⁰⁾ Ver SERRA, João Bonifácio — Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente, in REIS, António (dir.) — *Portugal contemporâneo*, vol. 3, p. 54-55; e RAMOS, Rui — A Segunda fundação (1890-1926), in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*, vol. 6, ob. cit., p. 616.

Serviços de Informação do Ministério da Guerra: em Agosto alertaram para um *grande descontentamento no Exército e que os oficiais terão parte activa no golpe de Estado que se prepara e de que resultará a eleição de um novo Ministro da Guerra da confiança dos oficiais*,⁽¹²⁵¹⁾ e a 4 de Dezembro continuavam a acompanhar os preparativos do golpe, mas cometeram, como observa Medeiros Ferreira, o *pecado da auto-suficiência*, porque numa nota reservada para a Repartição do Gabinete de Norton de Matos declararam que *o movimento estava falhado em virtude da maneira porque o Governo estava informado*, acrescentando que *o único meio de levar a cabo a revolta seria o de incitar o povo aos assaltos em vista da falta de subsistências*.⁽¹²⁵²⁾

Vê-se, pela amostra, que o conhecimento da conspiração existiu desde o início, mas esteve longe de ser exacto, talvez por algum mérito dos conspiradores e, em especial, de Sidónio Pais. A sua conduta discreta, afável e quase anónima permitiu-lhe conviver com as personalidades do Governo que se propunha derrubar sem que o temessem. Rocha Martins registou, no seu estilo cronístico-literário, a categórica resposta do Ministro dos Estrangeiros interino Ernesto de Vilhena após umas trocas de palavras intencionais, para ver se ele era, de facto, o indiciado organizador da revolução iminente: *Os senhores estão doidos. Este homem é lá capaz de fazer uma revolução!*⁽¹²⁵³⁾ Por seu turno, Artur Leitão, com vincados tiques de jornalista sectário, preferiu notar que *Naquele tempo, o Sr. Sidónio Pais ocupava ainda, num recanto do Ministério dos Estrangeiros, o lugar de confiança que Augusto Soares lhe proporcionou piedosamente*.⁽¹²⁵⁴⁾ E Urbano Rodrigues, outro democrático e colaborador próximo de Afonso Costa, sublinhou que a presença de Sidónio em Portugal não despertara interesse. *Era pouco conhecido da massa republicana*.⁽¹²⁵⁵⁾

Se é, pois, certo que o público e notório envolvimento conspirativo de Sidónio Pais não lhe granjeou dissabores, também foi confirmado pelo próprio Brito Camacho⁽¹²⁵⁶⁾ que a conjura se urdiu nas *salas do Centro da União Republicana* e — acrescentou Rocha Martins — na antiga Farmácia Durão do dedicado camachista António Ferreira. E o líder unionista disse mais: que, de facto, apareciam *no Centro, uns fardados e outros á paisana, officaes de patente inferior, quasi todos alferes, muitos deles milicianos. Não fiz caso, de começo, e quando vi que do Centro se fazia um rendez-vous de conjurados, preveni o sr. Sidonio Paes de que isso me era desagradavel*.⁽¹²⁵⁷⁾ Mas Sidónio terá teimado na prossecução dos *rendez-vous* e o subchefe unionista Augusto de Vasconcelos, nas vésperas da viagem presidencial, atrás referida, veio de Madrid a Lisboa para acompanhar o Chefe do Estado na sua travessia de Espanha e foi encarregue pelo chefe de *comunicar ao sr. Sidonio Paes que me era desagradavel e principiava a irritar-me a sua teimosia em fazer do Centro o campo das suas manobras revolucionárias*.⁽¹²⁵⁸⁾ O mesmo Augusto de Vasconcelos depois de cumprir essa incumbência foi a Belém, ouvindo da boca de Bernardino

(1251) Informação oficial datada de 25 de Agosto de 1917 in FERREIRA, José Medeiros — *O Comportamento político dos militares*, ob. cit., p. 63.

(1252) Cf. *Ibidem*, p. 63.

(1253) Cf. MARTINS, Rocha — *Memorias sobre Sidonio Paes*, ob. cit., p. 17.

(1254) Cf. LEITÃO, Artur — *Situação política*, ob. cit., p. 13-15.

(1255) Cf. RODRIGUES, Urbano — *A Vida romanesca de Teixeira Gomes*, ob. cit., p. 139-141.

(1256) Cf. *Terceiro congresso da união republicana*, ob. cit., p. 15 e ss.

(1257) Cf. *Ibidem*, p. 15.

(1258) Cf. *Ibidem*, p. 15.

Machado que o governo tinha informações seguras de que o sr. Sidónio Paes conspirava, o que, de resto, lhe ficava mal por todos os motivos, mas principalmente por ser um funcionário de confiança, em serviço no Ministério dos Negócios Estrangeiros.⁽¹²⁵⁹⁾ E o Presidente terá ainda manifestado que a mensagem chegasse célere aos ouvidos de Sidónio. Parece, no entanto, ter feito ouvidos moucos às conversas e vista grossa a uma carta datada de 19 de Novembro escrita por Brito Camacho, que *não teve resposta*.⁽¹²⁶⁰⁾

A narrativa de Camacho é, porém, evasiva quanto ao dinheiro necessário para a conjura,⁽¹²⁶¹⁾ cujos detalhes são contados por Rocha Martins e envolvem o abastado proprietário alentejano António Miguel de Sousa Fernandes⁽¹²⁶²⁾ e o cabo marinheiro Gabriel. Aquele ficara de ir pedir ao pai os cinco contos⁽¹²⁶³⁾ que o marujo solicitara. Mas o marujo, que presumimos ser o mesmo evocado por Brito Camacho como o *chefe do soviet de Lisboa*,⁽¹²⁶⁴⁾ guardou, segundo ele, o dinheiro e *guardou-se*. Afirmção contradita, porém, pelo autor anónimo de *Um Golpe de Estado: Logo que o sr. Leote entrou no barco, o 1.º artilheiro Gabriel, que a tripulação escolhera como seu chefe, disse-lhe que nada ali tinha que fazer*.⁽¹²⁶⁵⁾ E é plausível que assim tenha sido. Não há, porém, dúvidas quanto ao papel de Sousa Fernandes — há-de-se manter firme ao lado de Sidónio e disponível para o que for preciso.

Deste sólido e incondicional apoio não nos atrevemos a deduzir o pretensoz cariz pró-agrário, conservador; anti- plutocrático e até reaccionário da ditadura dezembrista e da *República Nova*⁽¹²⁶⁶⁾ — cariz refutado, em larga medida, pelo perfil politécnico/fomentista de Sidónio Pais, de Francisco Xavier Esteves⁽¹²⁶⁷⁾ e de outras figuras da governação sidonista, projectado, aliás, na abundante legislação produzida ao longo de 1918.⁽¹²⁶⁸⁾

Limitamo-nos a referir dois aspectos: o bloco social de apoio da conspiração partiu necessariamente da rede sócio-política unionista, intrínseca ao próprio campo republicano e à sua heterogeneidade socioeconómica e socioprofissional; e o factor amizade sobreposto aos interesses económicos obviamente fortes, ou dito de forma

⁽¹²⁵⁹⁾ Cf. *Terceiro congresso da união republicana*, ob. cit., p. 15.

⁽¹²⁶⁰⁾ Cf. *Ibidem*, p. 16. No Arquivo de Sidónio Pais não encontramos essa carta.

⁽¹²⁶¹⁾ Cf. *Ibidem*, p. 14.

⁽¹²⁶²⁾ *Álbum de recortes e documentos*. (Arquivo de J. Rosado Fernandes).

⁽¹²⁶³⁾ O Professor Doutor Rui Miguel Rosado Fernandes disse-nos que na tradição oral familiar constou terem sido onze contos, quase metade dos supostos vinte e dois contos que Brito Camacho teria prometido.

⁽¹²⁶⁴⁾ Cf. *Terceiro congresso da união republicana*, ob. cit., p. 12.

⁽¹²⁶⁵⁾ Cf. *Um Golpe de estado. A Revolução de Dezembro*. Lisboa: João Romano Torres & C.ª, [post. 1917], p. 31.

⁽¹²⁶⁶⁾ Tese sustentada por CABRAL, Manuel Villaverde — *A Grande guerra e o sidonismo* (esboço interpretativo), art. cit., p. 380-386; ver também TELO, António José — *O Sidonismo e o movimento operário português*, ob. cit., p. 140 e ss

⁽¹²⁶⁷⁾ Sobre o papel deste engenheiro e professor à frente dos destinos da Associação Industrial Portuense ver CRUZ, J. Marques da *140 = 140 years*. Porto: Associação Industrial Portuense, 1989, p. 32-41.

⁽¹²⁶⁸⁾ A análise que Vasco Pulido VALENTE fez do *corpus* legislativo da ditadura dezembrista e da *República Nova* mostra a continuidade em relação aos Governos anteriores e a irreversível estratégia de intervencionismo estatal na área económica. Ver *Idem* — *Estudos sobre Sidónio Pais. Agricultura e proletariado agrícola: indústria e sindicatos; comércio externo*, in *Idem* — *Estudos sobre a crise nacional*, ob. cit., p. 300.

algo prosaica, o seu querido amigo Antonio Miguel de Sousa Fernandes substituiu como testamenteiro Vasco de Quevedo, retido na Legação de Madrid, porque *tive occasião de apreciar como homem de rija tempera, caracter primoroso, e portuguez ás direitas*. Com efeito, foi a ele que Sidónio confiou o cumprimento da última vontade, expressa sob a forma de aditamento manuscrito em papel de carta no dia 5 de Dezembro de 1917, pedindo-lhe *o grande favor de olhar por minha familia e pela do meu irmão Antonio da Silva Paes, caso venham a precisar do seu auxilio ou protecção, assim como por minha filha Maria Olga residente na Rua das Amoreiras, 110, 3.º. Recommendo tambem á sua protecção M.^{lle} Céline Chatry que actualmente se encontra na minha residencia de Lisbôa* e acrescentando: *Agradeço-lhe do coração tudo o que fizer por estas pessoas. Um grande abraço de despedida, assim como a todos os meus amigos. Adeus á minha querida Mãe. A referência explicita à família do irmão António, que passara, entretanto, do Comando da Lancheira Rio Minho para o Gil Eanes, deixa supôr a iminência de risco, mas não esclarece se ele se achava do lado dos conspiradores ou disposto a cumprir as suas funções às ordens do Governo, sem que isso significasse estar zangado com Sidónio ou apoiar a governação dos democráticos.*⁽¹²⁶⁹⁾

A óbvia e grande amizade de Sidónio Pais por Sousa Fernandes nasceu na fase preparatória do golpe e surge evocada num telegrama do Ministério da Guerra, redigido pelo chefe de Gabinete da Guerra, capitão Eurico Cameira, após a visita ao Sul do país em Fevereiro de 1918: *Ao abandonar o Alemtejo, essa provincia tão cheia de fé e patriotismo, o pensamento de S. Ex.^o o Sr. Presidente da Republica vae para o seu nobre amigo, que não o abandonou nas horas de anciedade, estando por isso indissolvelmente ligado n'estas horas de triumpho. S Ex.^o encarrega-me de lhe agradecer as manifestações de Évora, que a sua dedicação impulsionou e levou a effeito.*⁽¹²⁷⁰⁾

É necessário, portanto, articular o protagonismo e a amizade do destacado unionista Sousa Fernandes com o depoimento histórico de Brito Camacho, nos seus retoques e nos seus silêncios. O líder da União Republicana escudou-se numa inevitável ambiguidade: esteve com a conspiração, sem estar... Duas cartas escritas logo após o triunfo de 8 de Dezembro, uma para Sidónio Pais e outra para o amigo íntimo Augusto de Vasconcelos⁽¹²⁷¹⁾ mostram a sua solicitude em autorizar correligionários seus para o novo Governo e em apadrinhar a situação criada. Uma solicitude que, bem vistas as coisas, não contradiz a solene afirmação de que o Directório da União Republicana *sabia das diligencias em que andava o sr. Sidonio Paes, mas elas não foram feitas com o seu apoio, antes foram continuadas a despeito do seu protesto.*⁽¹²⁷²⁾ Nem consta que Sidónio se tenha magoado com a atitude muito política daquele por quem nutria de há muito uma profunda e sincera admiração.

Nas *horas de anciedade* reinou, sobretudo, a incerteza e não faltaram, segundo os cronistas coevos, as adversidades que por pouco deitavam tudo a perder. Superadas

⁽¹²⁶⁹⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 795.

⁽¹²⁷⁰⁾ *Álbum...*, telegrama s.d. (Arquivo de J. Rosado Fernandes).

⁽¹²⁷¹⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 2, p. 823.

⁽¹²⁷²⁾ Cf. *Terceiro congresso da união republicana*, ob. cit., p. 16.

a golpes de perseverança e de sorte foi possível chegar ao dia 5 de Dezembro, data aprazada — diz Rocha Martins — entre Sidónio Pais e Sousa Fernandes em jantar a sós na *Charcuterie*. Uma data que coincidiu, *in extremis*, com a oportuna ausência do país de Afonso Costa e de Augusto Soares,⁽¹²⁷³⁾ tendo ficado a Presidência do Ministério entregue temporariamente ao Ministro da Guerra.

O mesmo cronista achou importante enfatizar a discrição e a serenidade do conspirador no dia marcado para a revolução. Nessa quarta-feira foi ao Ministério e *levou a mesma vida de sempre*. De tarde tomou tranquilamente o eléctrico para a Baixa, acompanhado do sr. Leonardo Trigo. Na casa do calista Costa, na rua do Mundo, conversou e acertou alguns detalhes com o alferes Santos Ferreira, encontrando-se aí com o capitão José Feliciano da Costa Junior, *que lhe emprestara a farda de brim, na qual se colocaram os galões de major, que competiam ao revolucionario*. Dirigiu-se depois para o quarto do alferes Marques, de Cavalaria 7, na rua Gomes Freire, vestiu a farda e pôs-se pronto para entrar em acção. Desceu à rua e sentou-se com Teófilo Duarte e Feliciano da Costa num banco do jardim do Matadouro à espera da hora e do sinal combinados para que a função começasse.

No seu estilo romanesco Rocha Martins evoca, então, *as primeiras scenas do grande acto*,⁽¹²⁷⁴⁾ cenas de aliciamento em algumas unidades militares da capital, infrutífero, como se disse, nos finais de 1916 e, um ano depois, bem sucedido na Escola de Guerra, em Artilharia 1, em Infantaria 5, 16 e 33 e em Cavalaria 7, onde o tenente Teófilo Duarte comandava um dos esquadrões. Aliciamento de cadetes e de muitos alferes. Na sua prosa empolgada o mesmo Teófilo escreveu, aliás, que *Esta foi a revolução dos alferes, pois, de todos os oficiais que comandavam tropas, só eu era tenente* e quanto à comparticipação dos cadetes — futuros oficiais — considerou-a de *uma importância transcendente, não só por ser uma tropa de elite, como ainda porque mais tarde, pelos anos adiante, eles serão os elementos dinâmicos que nos regimentos arrastarão os outros seus camaradas, na luta contra o democratismo. Eles serão no futuro, a projecção ameaçadora da sombra de Sidónio*.⁽¹²⁷⁵⁾

Todas aquelas unidades estavam, pois, sedeadas na capital e eram muito úteis para uma acção violenta de assalto ao Poder. Mas subsistia o problemático apoio da Marinha, apesar da adesão de alguns marinheiros em terra. Este ponto fraco era compensado pela actuação dos prisioneiros do Fontelo: Machado Santos, o capitão Francisco Alexandre Lobo Pimentel⁽¹²⁷⁶⁾ e demais companheiros deviam aliciar unidades nas Beiras e avançar para a capital.⁽¹²⁷⁷⁾ E ainda pelo enquadramento de elementos civis no meio operário e até de *maçons* dissidentes do Grande Oriente Lusitano Unido, sedeados na Rua de S. Pedro de Alcântara.⁽¹²⁷⁸⁾ Curiosamente ignora-se, talvez por não se ter concretizado, o

⁽¹²⁷³⁾ Tinham partido no dia 19 de Novembro para participarem na Conferência Interaliados e o seu regresso ocorreu a 4 Dezembro.

⁽¹²⁷⁴⁾ Cf. MARTINS, Rocha — *Memórias sobre Sidónio Paes*. Lisboa: Portugal, [1941], p. 16-23.

⁽¹²⁷⁵⁾ Cf. DUARTE, Teófilo — *Sidónio Pais e o seu consulado*, ob. cit., p. 164-165.

⁽¹²⁷⁶⁾ Ver MEDINA, João — *Morte e transfiguração de Sidónio Pais*, ob. cit., p. 193.

⁽¹²⁷⁷⁾ Ver MARTINS, Rocha — *Memórias sobre Sidónio Paes*, ob. cit., p. 30-33.

⁽¹²⁷⁸⁾ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — Portugal. Da Monarquia para a República, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) — *Nova História de Portugal*, vol. XI, ob. cit., p. 717.

plano referente à concentração de tropas em Tomar, em Abrantes e, caso fosse necessário, no Entroncamento.⁽¹²⁷⁹⁾ Plano que evoca, de algum modo, o 13 de Dezembro.

Um detalhe íntimo e aparentemente menor ficou também omissa nas crónicas conhecidas. Sidónio Pais teve o cuidado de aditar umas notas à desenvolvida versão testamentária de Berlim, nas quais se despede dos amigos, dos familiares e da sua *querida mãe* como se tivesse feito um pacto com a morte. A aposta era arriscada. Se falhasse, encostaria, talvez, um revólver à cabeça, lembrando-se, talvez, da expressão de ira e de desânimo de Alberto: *Dá vontade de morrer...*

Ao anoitecer do dia 5 de dezembro...⁽¹²⁸⁰⁾

Um narrador anónimo⁽¹²⁸¹⁾ principiou o seu relato desta forma: (*Dezembro de 1917*) *Ao anoitecer do dia 5 de dezembro, Lisboa foi alarmada pelo troar do canhão. A República proclamada em 5 de Outubro de 1910 inscrevia nas páginas da História a sua terceira revolução, conforme o relato dos acontecimentos que se seguem irão demonstrar.*⁽¹²⁸²⁾ Ao relato foi dado o título *Um Golpe de Estado* e o subtítulo *A Revolução de 8 de Dezembro*. Título e subtítulo suscitam, a partir do mesmo opúsculo, uma questão pertinente: golpe ou revolução?

Tem-se procurado evitar o uso do termo/conceito revolução,⁽¹²⁸³⁾ embora à custa de palavras muito próximas como revolta, motim, rebelião... A intencionalidade da omissão deriva da carga histórica e politológica que ele possui desde o advento da chamada época contemporânea, embora, como refere Charles Tilly em livro recente, devamos, à partida, precisar qual o sentido que lhe atribuímos: continuamos a considerar revolução todo o processo político modelado pelas lutas que eclodiram em França entre 1789 e 1799 e na Rússia entre 1917 e 1921 ou optamos por defini-la como *qualquer alteração popular abrupta e de grandes consequências?*⁽¹²⁸⁴⁾

Segundo o mesmo autor a primeira acepção é clássica, mas restrita, enquanto a segunda permite, por exemplo, abranger os acontecimentos verificados, em 1989, na Europa de Leste e, do ponto de vista teórico, apresenta a vantagem de chamar a atenção para problemas importantes que a definição restrita põe de lado: saber até que ponto e de que maneira se conformam as grandes revoluções com as regularidades da política não-revolucionária, ou seja, como se relacionam as alterações gerais na organização dos Estados com as revoluções.

⁽¹²⁷⁹⁾ *5 de Dezembro de 1917*, carta s.d. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, geral).

⁽¹²⁸⁰⁾ Cf. *Um golpe de Estado. A Revolução de 8 de Dezembro*, ob. cit., p. 5.

⁽¹²⁸¹⁾ Ver também MARTINS, Rocha — *Memórias sobre Sidónio Paes*, ob. cit., p. 35 e ss.; e DUARTE, Teófilo — *Sidónio Pais e o seu consulado*, ob. cit., p. 164 e ss.

⁽¹²⁸²⁾ Cf. *Um golpe de Estado. A Revolução de 8 de Dezembro*, ob. cit., p. 5.

⁽¹²⁸³⁾ Ver MACEDO, Jorge Borges de — *Revolução*, in *Polis. Enciclopédia Verbo da sociedade e do estado. Antropologia, direito, economia e ciência política*, vol. 3. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1985, cols. 540-552.

⁽¹²⁸⁴⁾ Cf. TILLY, Charles — *As Revoluções europeias, 1492-1992*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 24.

Para Charles Tilly as revoluções não se desenvolvem *sui generis*, sujeitas a leis que as desligam inteiramente das formas mais rotineiras da mudança política, ilustrando a sua concepção geral através de uma metáfora sugestiva: *Pensemos em termos de eclipses solares e engarrafamentos de trânsito; as revoluções não se assemelham aos eclipses do Sol, que devido à regularidade do movimento celeste se repetem em momentos bem definidos e em função de condições especificáveis e perfeitamente compreensíveis — exactamente essas condições e não outras. As revoluções assemelham-se muito mais a engarrafamentos de trânsito, que variam bastante em forma e dificuldade, se misturam imperceptivelmente no fluxo regular dos veículos e ocorrem em circunstâncias diferentes e por razões diversas.*⁽¹²⁸⁵⁾ Desenvolvendo a metáfora o autor chega a uma tentativa mais rigorosa de definição de revolução, que importa reter: *é uma transferência forçada de poder num Estado, durante a qual pelo menos dois grupos distintos de contendores têm pretensões incompatíveis ao controlo do Estado e existe uma percentagem significativa da população sujeita à jurisdição desse Estado que concorda com as exigências de cada um dos grupos.*⁽¹²⁸⁶⁾ Esta concepção esboçada, em traços necessariamente genéricos, atenua a distância, sem a diluir ou apagar, entre *as rebeliões sem êxito, os golpes sem derramamento de sangue e as grandes transformações sociais* e as revoluções: *aquelas não podem ser qualificadas como revoluções, mas assemelham-se-lhes bastante,*⁽¹²⁸⁷⁾ não hesitando o autor em acentuar o alto teor de similitude que certas revoltas e certas formas de guerra civil podem ter com o conceito operatório de revolução.⁽¹²⁸⁸⁾

O contributo teórico de Charles Tilly tem o mérito de flexibilizar o conceito e de abri-lo às variações e às complexas continuidades do campo social e político observável ao longo da linha diacrónica do quadro civilizacional europeu, sem contrariar, quanto ao essencial, a definição que Jean-Louis Quermonne foi buscar ao prestigiado *Robert*: a revolução é um conjunto de acontecimentos históricos surgidos numa determinada comunidade nacional enquanto uma parte do grupo em insurreição consegue tomar o Poder e mudanças profundas (políticas, económicas e sociais) se produzem em toda a sociedade.⁽¹²⁸⁹⁾ Só que esta definição, como sublinha Quermonne, subestima três elementos essenciais: uma revolução é sempre dirigida contra um regime instituído, visando, pelo menos confusamente, substituí-lo em nome de um princípio oposto de legitimidade, o que pode gerar um processo incontrolável e, após etapas sucessivas, polarizador de vários regimes instáveis até que um deles consiga impôr um novo equilíbrio; uma revolução, salvo as chamadas revoluções pela lei que são um abuso de linguagem, fazem, geralmente, apelo à violência e, por oposição ao golpe de estado, põem em movimento multidões que julgam identificar-se com a noção de Povo; e, enfim, na revolução uma minoria concorrente entende agir por conta da maioria dos cidadãos ou de uma classe social dominada mas maioritária.

⁽¹²⁸⁵⁾ Cf. TILLY, Charles — *As Revoluções europeias, 1492-1992*, ob. cit., p. 27-28.

⁽¹²⁸⁶⁾ Cf. *Ibidem*, p. 29-30.

⁽¹²⁸⁷⁾ Cf. *Ibidem*, p. 30.

⁽¹²⁸⁸⁾ O autor desenvolve este interessante tópico da sua concepção in *Ibidem*, p. 31-42.

⁽¹²⁸⁹⁾ Cf. QUERMONNE, Jean-Louis — *Les Régimes politiques occidentaux*. Paris: Éditions du Seuil, 1994, p. 29.

Se estes elementos forem tidos em consideração impõe-se uma gradação tipológica que distingue as revoluções políticas em estado puro, as revoluções associadas à mudança de sociedade e as revoluções criadoras de um Estado novo. As primeiras são as que se limitam a modificar bruscamente as instituições, operando uma mudança de legitimidade pelo menos implícita (exemplo: as revoluções de 1830 e de 1848 em França). As segundas incluem uma conjuntura favorável à mudança do regime e neste grupo cabem a revolução francesa de 1789, a revolução russa de 1917 e ainda a revolução alemã de 1918-1919, sendo importante notar que este tipo de revolução só muito raramente desemboca na instauração imediata de um regime estável. E as terceiras constituem um caso à parte, na medida em que são, na maioria das vezes, provocadas pela desagregação de um império multinacional ou por efeito da descolonização e engendram, simultaneamente, um novo regime e um novo Estado, criação simultânea geradora, com frequência, de instituições frágeis.⁽¹²⁹⁰⁾

Aplicando, com a indispensável flexibilidade, este dispositivo conceptual ao caso português e mais especificamente à situação republicana parece aceitável integrar o 5 de Outubro numa matriz revolucionária de segundo tipo — as revoluções associadas a um conjuntura de mudança social e política — com raízes em dois factores relevantes: a Revolução de 1820, sequele portuguesa de 1789 em França, e seus desenvolvimentos até aos alvares do séc. XX e a preponderância crescente da instituição e da acção militares no Estado moderno e liberal.⁽¹²⁹¹⁾

Seguindo esta leitura genérica, o 5 de Dezembro, pelos dados expostos e, sobretudo, pelo mimetismo outubrista da táctica insurreccional empregue, parece ter sido uma repetição da Revolução de 1910, num ensaio retroactivo de correcção do percurso histórico e da (re)construção do processo republicano. Não se tratou, pois, de mudar, mas de corrigir e de refazer o que ficou torto. Mas o edifício era o mesmo...

Não sendo, pois, uma revolução, embora se perceba que os seus protagonistas se considerassem autores da verdadeira, da genuína revolução republicana, o 5/8 de Dezembro de 1917 filiou-se directamente na tentativa falhada do 13 de Dezembro de 1916 e ficou entre o pronunciamento e o golpe de estado. Se por aquele entendermos *acções empreendidas por oficiais de primeira linha que mobilizam tropas directamente sob o seu comando ou não, contando com uma participação, em grau diverso de civis, sem que esta ponha em causa o carácter predominantemente militar*,⁽¹²⁹²⁾ não estranharemos a semelhança que a noção actual de golpe de estado apresenta: operação de força desenvolvida por um órgão (ou agente, que pode ser titular individual ou colectivo, legal ou fáctico do poder) do Estado que modifica violentamente as regras constitucionais, apropriando-se da totalidade ou da quase totalidade dos poderes públicos e modificando, subsequentemente, as regras jurídico-políticas ou a composição da classe dominante.⁽¹²⁹³⁾

⁽¹²⁹⁰⁾ Cf. QUERMONNE, Jean-Louis — *Les Régimes politiques occidentaux*, ob. cit., p. 30-31.

⁽¹²⁹¹⁾ Ver a este propósito MARQUES, Fernando Pereira — *Um golpe de estado. Contributo para o estudo da questão militar no Portugal de oitocentos*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1989, p. 53 e ss.

⁽¹²⁹²⁾ Cf. *Ibidem*, p. 10.

⁽¹²⁹³⁾ Ver PINTO, Jaime Nogueira — *Golpe de estado*, in *Polis. Enciclopédia Verbo da sociedade e do estado*, vol. 3, ob. cit., col. 67.

O Exército é um órgão fáctico do Estado e pode contar na sua acção de derrube da ordem estabelecida com o contributo de civis e de grupos para-militares, desde que o planeamento, a direcção e a condução lhe caibam do princípio ao fim. A condição de ser gerado no interior do sistema de Poder confere ao golpe de estado, segundo a generalidade dos autores, um cariz oligárquico e demarca-o nitidamente do processo revolucionário. Essa sua natureza oligárquica reveste, por isso, efeitos ambivalentes: tanto pode levar ao Poder um regime autoritário ou totalitário (a marcha sobre Roma de Mussolini em 1922 ou o 28 de Maio de 1926) ou abrir a via a uma situação revolucionária (o 25 de Abril de 1974 começou num golpe de estado e culminou num vibrante movimento social e político, a *revolução dos cravos*) com efeitos inesperados e até benéficos. No entanto, adverte Quermonne, quando *sous forme de «putsch» ou de «pronunciamento», il s'érige en système de gouvernement permanent, dont l'Amérique latine a fourni trop d'exemples, il constitue la négation d'une forme de gouvernement stable et conduit les pays qui s'y adonnent à l'anarchie ou à la dictature.*⁽¹²⁹⁴⁾

A argumentação aduzida permite, talvez, fixar a tal *terceira revolução* inscrita nas páginas da História da República dentro dos parâmetros conceptuais do golpe de estado⁽¹²⁹⁵⁾ — herdeiro do pronunciamento oitocentista e tomado, aqui, como sinónimo de revolta militar ou de solução extra-legal, cada vez mais dependente da disponibilidade e da vontade dos militares. Uma solução para desbloquear o acesso dos excluídos ao sistema do Poder e sempre potencialmente violenta e ditatorial, porque implicava o uso da força, o desrespeito de algumas normas constitucionais e a posterior alteração, mais ou menos extensa, do dispositivo jurídico-constitucional, ou seja, uma relegitimação. Depois de Outubro de 1910 houve um Governo Provisório ditatorial e eleições em condições de participação restrita para a elaboração de uma nova Constituição, instrumento catalisador do reconhecimento (legitimação) internacional; e após Dezembro de 1917 a solução do problema político, tal como Brito Camacho a preconizava ou tal como Sidónio Pais a impôs contra os interesses da União Republicana e dos outros partidos oficiais do campo republicano, implicou também eleições e a revisão do texto constitucional. O mesmo método legitimador em fases históricas diversas do processo republicano português.

Mas não é a legitimação que cabe agora discutir, antes importa ver como foi posta em causa a contestada legitimidade dos democráticos ao anoitecer do dia 5 de Dezembro...

Os revoltosos saíram para a rua, em Lisboa, estabelecendo o seu quartel-general no alto do Parque Eduardo VII, de onde controlavam bem a cidade e que ficou conhecido pelo Morro do Sidónio.

Teófilo Duarte, na sua versão épica dos acontecimentos, conta que *os meus 40 cavaleiros do 7 com que Sidónio iniciou a revolução e com os quais foi sublevar a Escola de Guerra e Artilharia I, se encontraram confiados exclusivamente à sua coragem e à dumas quatro centenas de cadetes e homens do 33, pela noite adiante foram chegando as restantes*

⁽¹²⁹⁴⁾ Cf. QUERMONNE, Jean-Louis — *Les Régimes politiques occidentaux*, ob. cit., p. 32.

⁽¹²⁹⁵⁾ Opinião diversa foi sumariamente expressa por SERRA, João Bonifácio — Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente, in REIS, António (dir.) — *Portugal contemporâneo*, vol. 3, ob. cit., p. 56.

unidades revoltadas, ficando o Governo apenas com cinco contra as nossas sete.⁽¹²⁹⁶⁾ Ao todo tinham conseguido reunir forças do Exército com a maioria da artilharia disponível — os Regimentos de Artilharia 1⁽¹²⁹⁷⁾ e Infantaria 5 e 16 de Lisboa, o Regimento de Cavalaria 7 de Nelas, o de Infantaria 33 de Faro, com partida marcada para França — perfazendo cerca de mil e quinhentos homens, mais cerca de quatrocentos cadetes da Escola de Guerra e um número indeterminado de civis, recrutados entre populares de zonas degradadas da cidade e no sector operário e sindical.

No entanto, a adesão formal do movimento operário, representado pela União Operária Nacional (U.O.N.), só ocorreu às *primeiras horas da insurreição* — segundo o testemunho de Alexandre Vieira —, *quando havia ainda muita incerteza sobre os seus resultados, dos operários que se encontravam no Parque Eduardo VII, de armas na mão, destacou-se um numeroso grupo que, dirigindo-se a Sidónio Pais — que tinha, numa tenda de campanha, levantada nas imediações o seu quartel-general — lhe declarou que estava disposto a sacrificar-se por uma causa que não era a sua, desde que os indivíduos presos por questões de ordem económica e social fossem soltos, devendo sê-lo, imediatamente, os operários nessas condições, que ali perto, na Penitenciária, se encontravam.* Sidónio Pais terá formulado algumas objecções, mas perante a firmeza e a perseverança desse grupo de operários *era dada ordem para a imediata libertação dos operários que estavam na Penitenciária, entre eles o trabalhador rural Gonçalves Tormenta, preso desde 1912. Depois, em face de uma relação apresentada pela Comissão Pró-Presos por Questões Sociais, eram igualmente mandados pôr em liberdade os restantes presos nas mesmas condições, que estavam distribuídos por outras cadeias.*⁽¹²⁹⁸⁾ As alegadas objecções do comandante do golpe deixam perceber uma postura de base, burguesa e republicana, que pautará a sua actuação governativa: a classe operária era importante e devia merecer as desveladas atenções do Poder; mas se rejeitasse a via oficial da harmonização entre capital e trabalho e recorresse ao protesto violento, à greve ou à revolução social seria alvo e vítima da autoridade repressiva do Estado. A diferença visível, nesta matéria, em relação a um Afonso Costa ou a um Brito Camacho é que apesar da violenta repressão das greves, Sidónio viveu intensamente a questão social na Escola Brotero de Coimbra e por temperamento (bondade, generosidade e carisma) era sensível ao filantropismo social, traduzido em formas próximas e diversas da caridade cristã — contactos, visitas e iniciativas de apoio a uma massa urbana não sindicalizada e a viver no limiar da miséria mais extrema.

Mas voltemos à contenda...

Do lado do Governo combateram sobretudo a Marinha, a Guarda Nacional Republicana, a Guarda Fiscal, a Polícia, os Regimentos de Cavalaria 2 e Cavalaria 4 de Lisboa e muitos civis. A resistência ao golpe teve de ser assumida por Norton de Matos, que

⁽¹²⁹⁶⁾ Cf. DUARTE, Teófilo — *Sidónio Pais e o seu consulado*, ob. cit., p. 165 e 5 de Dezembro de 1917, factura de Tenente Guimarães, s.d. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, geral).

⁽¹²⁹⁷⁾ *Ibidem*, carta do coronel João J. Sinel de Cordes, 5-12-1917.

⁽¹²⁹⁸⁾ Cf. VIEIRA, Alexandre — *Para a história do sindicalismo em Portugal: notas preliminares de César de Oliveira*, 2.^a ed. Lisboa: Seara Nova, 1974, p. 119; e Idem — *Em volta da minha profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal continental*. Lisboa: A.V., 1950, p. 102-103.

fixou o seu comando de operações no Arsenal da Marinha. Dispunha de cinco das doze unidades do Exército fixadas na capital, da Guarda Nacional Republicana, da Guarda Fiscal, da Marinha, da Polícia e, em princípio, das restantes forças espalhadas pelo país.

O dia 6 amanheceu frio, mas sereno, e assim continuou, cortado por bombardeamentos esporádicos dos navios. Note-se que na noite do dia anterior o cruzador *Almirante Reis* emitiu três avisos urgentes, pelo menos, a três membros da sua tripulação para que comparecessem imediatamente: o 2.º sargento artilheiro 675 António P. Otero; o 2.º sargento de manobra Alberto Soto Maior; e o 2.º tenente maquinista Tomé José Rafael. Os avisos foram parar às mãos de Sidónio.⁽¹²⁹⁹⁾ De outro teor era o cartão de visita apressadamente metido num envelope branco, com os lacónicos dizeres *Ex.mo Senhor // Dr. Sidonio Paes*. João de Menezes, Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, dirigia-se ao correligionário e amigo porque *Afligem-me tanto as lagrimas da Mãe do Florentino Martins, que te peço para o mandares embora. Ficaré em minha casa e nada fará. Eu só vejo a aflição d'uma mãe, de todas as Mães. Teu amigo // João de Menezes.*⁽¹³⁰⁰⁾

Fora do controlo das forças em confronto, na retaguarda da refrega, a população aproveitou a oportunidade para assaltar mercearias e armazéns de géneros. Esta onda de assaltos intensificar-se-á no dia seguinte, atingindo proporções como não havia memória desde a *revolução da batata*. Sousa Costa, na descrição viva que consagrou ao golpe, registou-a em termos bem expressivos: *E sobre a cidade desguarnecida de Policia, Guarda Republicana, ou patrulha militar, cidade sem rei nem roque, caem milhares de aves de rapina vindas dos bairros miseraveis, Castelo, Alfama, Mouraria, Casal Ventoso. Bandos espessos de mulheres esfarrapadas, tipos de megeras que ninguem vira ainda à luz do dia, hordas tétricas de maltrapilhos e esfaimados, cujo aspecto infunde pavor e dó, rolam em massa e aos grupos, formigam, acotevalam-se no centro da Baixa — onde impera o grande comercio a grosso e a retalho. E dentro em pouco, na orgia desenfreada das fomes, sêdes e outros apetites à solta, arrombam portas, estilhaçam montras, saqueiam depositos de viveres, despejam armazens de vestuario — sapatarias, ourivesarias, mercearias, algibébes.*⁽¹³⁰¹⁾

O Governo, presidido interinamente por Norton de Matos, não reagiu, ordenando apenas às suas unidades de Infantaria a vigilância da zona ocupada pelos revoltosos. Mais tarde, pelas 18 h, em Conselho de Ministros, aprovou e o Presidente da República promulgou, mandando publicar no *Diário do Governo*, de 6 de Dezembro (1.ª série), o decreto n.º 3665 que fixava o estado de sítio na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes.⁽¹³⁰²⁾

Em contrapartida, as forças rivais, como refere Teófilo Duarte, não perderam tempo. Entregaram-se a uma grande azáfama que não se cingiu apenas a trabalhos de defesa — cavar trincheiras ou levantar barricadas — compreendendo, também, surtidas do esquadrão de cavalaria contra Monsanto e Campo de Santana, de que resultou a apro-

⁽¹²⁹⁹⁾ 5 de Dezembro de 1917, Avisos do Cruzador «Almirante Reis». (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral).

⁽¹³⁰⁰⁾ *Ibidem*, cartão de João de Menezes, 6-12-1917.

⁽¹³⁰¹⁾ Cf. COSTA, Sousa — *Páginas de sangue, vol. 2 - Buiças, Costas & C.ª*. Lisboa: Livraria Editora Guimaraes & C.ª, [1936?], p. 228.

⁽¹³⁰²⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. 1, p. 737.

priação de uma bateria e uma divisão de artilharia governamental transportadas para o Parque⁽¹³⁰³⁾ e intensas diligências de civis e de militares que, dos seus postos de acção e vigia, foram fornecendo informações úteis e pedindo auxílio ao Comandante Sidónio Paes.⁽¹³⁰⁴⁾

A luta decisiva havia de ser travada no dia 7, com intenso duelo de artilharia e combates acerados na Avenida da Liberdade e no Largo do Rato. No ardor do fogo cruzado espalhou-se, célere, o pânico: por telegrama da Inspeção do Serviço Telegráfico Militar era transmitido um desesperado apelo telefónico proveniente do Avenida Palace, onde os adidos militares Franceses e Inglezes pedem ao Sr. Comandante o favor por humanidade de poupar com os seus tiros este hotel aonde se encontram senhoras e crianças, achando-se uma ferida por um tiro de granada,⁽¹³⁰⁵⁾ e do Manicómio Bombarda, o Director oficiou para o Ex.^{mo} Sr. Comandante das forças estacionadas nas proximidades do Quartel de Artilharia I disfarçando a aflição do momento na frieza da linguagem burocrática: *Tendo cahido sobre este manicómio tres granadas e algumas ballas, vindas das forças do seu comando, rogo a V. Ex.^a, em nome dos principios humanitarios, se digne dar as suas ordens no sentido de se não repetirem estes factos. Há já um doente ferido. // Saude e fraternidade.*⁽¹³⁰⁶⁾ Entretanto, o diligente informador do Quartel de Campolide informava o comando da revolta que passaram em direcção ao Castelo de S. Jorge 2 peças d'artilharia escoltados por forças a cavalo da Guarda Republicana e acrescentava em *post-scriptum*: *Consta que no Arsenal da Marinha se estão armando civis e marinheiros para vir contra nós e que desembarcaram no Terreiro do paço e passaram pelo Rocio subindo a avenida, infantaria, Cavalaria e Artilharia.*⁽¹³⁰⁷⁾

As informações eram exactas e preciosas. Sem dormir, acusando algum cansaço e nervosismo, fumando sempre, Sidónio recebia-as, dirigia o fogo de resposta, sempre *Impertubavel! Nem mesmo quando appareceu o Gil Eanes, onde o Presidente sabia estar seu irmão, elle se perturbou,*⁽¹³⁰⁸⁾ e continuou a dar as suas ordens, ladeado por um frenético Feliciano da Costa e por um Eurico Cameira não menos impulsivo, sem esquecer, entre vários, Cruz Azevedo, Botelho Moniz e, claro está, Teófilo Duarte, que, a crer no seu depoimento e na prosa redonda de Rocha Martins, se multiplicou em aventuras de cavaleiro medieval.

As forças do tenente-coronel Velez Caroço, do major Pope, do coronel Sá Cardoso tinham, finalmente, avançado em direcção ao Parque num movimento envolvente, apoiado na rectaguarda pelas forças navais dispostas no Tejo e comandadas por Leote do Rego, mas contrariado pelo intenso bombardeamento da artilharia do Morro e pela acção dos

⁽¹³⁰³⁾ Cf. DUARTE, Teófilo — *Sidónio Pais e o seu consulado*, ob. cit., p. 166.

⁽¹³⁰⁴⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 737-738.

⁽¹³⁰⁵⁾ 5 de Dezembro de 1917, telegrama, s.d. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral).

⁽¹³⁰⁶⁾ *Ibidem*, ofício Bombarda, 7-12-1917.

⁽¹³⁰⁷⁾ *Ibidem*, nota de A. Dantas Silva, 7-12-1917.

⁽¹³⁰⁸⁾ Cf. Para a história do «8 de Dezembro». Entrevista com o Capitão Eurico Cameira, II – Conclusão. A Alma nova. A artilharia do Parque sobre o «Guadiana». As baixas no ataque ao Rato. Ainda o Cavaleiro Negro. A «visita» dos aeroplanos ao Parque Eduardo VII. Explica-se porque se fez fogo sobre o aeroplano em que morreu Martins de Lima. *Diário Nacional*, 25 de Fevereiro de 1918, p. 1.

civis, que forçaram uma mudança no plano governamental ao travarem, junto ao teatro Apolo, a marcha de cerca de mil homens, obrigados a retrocederem para o Rossio e seguirem daí para o Rato. Apesar desta contrariedade as tropas leais ao Governo recompueram-se e deram início a um feroz ataque, que há-de durar cerca de cinco horas. A gravidade do momento repercutia-se no troar seguido dos canhões. Um emissário de Sidónio Pais, o tenente Duarte Silva, foi ao Grupo de Baterias de Artilharia a Cavalos de Queluz e de lá escreveu em papel de ofício timbrado da Secretaria o seguinte: *Capitão Cameira // Cheguei ao Grupo e fiquei bastante admirado de encontrar toda a oficialidade acatando as ordens do Governador. Estão-se tomando disposições definitivas no quartel. Fizeram-me prisioneiro. Vou ver se consigo que o automovel siga com este bilhete.*⁽¹³⁰⁹⁾

A edição de *O Século* do dia 7 trazia na primeira página notícia dessa extraordinária vaga de assaltos — *Por toda a cidade houve assaltos a estabelecimentos* — inserida no conjunto das quatro colunas inteiras dedicadas ao escaldante tema: *Lisboa Revolta. Um Movimento Revolucionario. Falando com o sr. Sidonio Paes. Reunião de tropas e de povo no parque Eduardo VII. Tiros de granada e descargas de fuzilaria. Assaltos aos estabelecimentos de generos alimenticios e a outros.* O repórter do grande diário noticioso conseguira aproximar-se do chefe dos revoltosos, *rompendo a custo a massa de militares, na sua maioria officaes inferiores, que o rodeia. Nunca lhe tinhamos falado. Um civil nosso conhecido apresenta-nos. Acolhe-nos sorridente e afavel. Criva-nos de perguntas. Quer saber muitas coisas* — *Quantos navios estão com o governo? Onde pára o governo? Qual a atitude da marinha?* Mostra-se confiante no triunfo e conta como começou o movimento. Tranquiliza o interlocutor, garantindo que um dos seus primeiros actos, ao tomar conta da cidade, *será restabelecer a ordem.*

Saíra, entretanto, como panfleto do *Comité Revolucionário* a primeira Proclamação ao Povo de Lisboa, que não deve ser confundida com o texto *Um Golpe de Estado* sob a epígrafe de *Proclamação ao Povo.*⁽¹³¹⁰⁾ Seguiu-se-lhe outra, possivelmente a que foi assinada em pose para a fotografia. Textos nascidos já da certeza da vitória e não ainda da ansiedade vivida no dia 6 e grande parte do seguinte.

No Morro do Sidónio ou no morro da vitória

A balança pendia, pois, para as forças do Parque. No Arsenal da Marinha, no Terreiro do Paço e em Belém era visível o desaire: *perante a inutilidade do bombardeamento dos seus navios; a falta de artilharia de campanha que não podia suprir de momento; o insucesso dos ataques da infantaria; a desordem que reinava na cidade percorrida de lés-a-lés pela cavalaria revolucionária e civis bombistas; a marcha de Machado Santos sobre Coimbra, e*

⁽¹³⁰⁹⁾ 5 de Dezembro de 1917, bilhete de Duarte Silva, s.d. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar; Lente e Político, geral). Sobre a prisão deste dezembroista ver MARTINS, Rocha — *Memorias sobre Sidonio Paes*, ob. cit., p. 43-44.

⁽¹³¹⁰⁾ Cf. *Um Golpe de estado*, ob. cit., p. 32-33.

⁽¹³¹¹⁾ Cf. DUARTE, Teófilo — *Sidónio Pais e o seu consulado*, ob. cit., p. 175.

⁽¹³¹²⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 741-742.

o *bandeamento das tropas de Mafra*,⁽¹³¹¹⁾ tudo isto, no juízo de Teófilo Duarte, levou o Governo a capitular.⁽¹³¹²⁾

O Governo demissionário iria, enfim, ceder ao Presidente da República a actuação no último acto. E, bem vistas as coisas, o papel estava à altura da habilidade de Bernardino Machado. O seu livro *No Exílio* abre precisamente com a nota oficiosa, datada de 7 de Dezembro, emitida pela Presidência da República sobre a exoneração do Governo, apresentada *para evitar as funestas consequências da divisão do exército, que, mais que nunca, precisa de estar unido neste momento*.⁽¹³¹³⁾

A cessação das hostilidades foi aceite pelos revoltosos cerca da meia-noite.

Por telefone, João de Menezes solicitou uma audiência ao Chefe do Estado, que se dispôs a recebê-lo imediatamente e ordenou que se pedisse à Cruz Vermelha para lhe enviar um automóvel. João de Menezes chegou a Belém acompanhado pelo inspector Afonso Dornelas e vinha com plenos poderes para firmar o armistício. Na sequência do encontro aquele unionista e republicano histórico terá dito ao Presidente da República que solicitara a audiência *para lhe rogar que chamasse o dr. Sidónio Pais para constituir ministério*. Ao que o Presidente observou que se mantinha dentro do quadro partidário existente e, por isso, convidaria o líder unionista ou, no seu impedimento, quem o Directório do Partido lhe indicasse para formar um Governo da oposição, assente numa plataforma política *que permitisse o acôrdo da maioria parlamentar*.⁽¹³¹⁴⁾ Bernardino Machado recusava a nomeação de Sidónio Pais, alegando que só podia escolher um líder partidário, ou seja, Brito Camacho, cujos correligionários se achavam metidos no golpe até ao pescoço. Daí a proposta de uma plataforma política discutida no dia 8 com os Presidentes do Senado e da Câmara, que anuíram à constituição, em determinadas bases,⁽¹³¹⁵⁾ de um Ministério unionista. Brito Camacho foi, pouco depois, convocado a Belém para conferenciar. O encontro não se realizou e daí o recurso a Barros Queirós, encarregue de convidar o Directório unionista a sugerir-lhe uma pessoa em condições de formar Governo. No decurso das suas diligências conseguiu que o chefe, regressado entretanto à sede de *A Lucta*, aprovasse a proposta presidencial. José Barbosa foi ao Parque participar essa anuência e disponibilidade, mas a resposta de Sidónio foi seca e clara: *a Junta Revolucionária se considerava detentora de todos os poderes*.⁽¹³¹⁶⁾

A tardia e generosa oferta dos democráticos de votarem a dissolução e de cederem o Poder aos unionistas, para na primeira oportunidade regressarem em força, como sucedeu em 14 de Maio de 1915, ficava liminarmente rejeitada.

E enquanto era urdida a partir de Belém essa hábil tentativa de dividir os vencedores explorando a fraqueza e a ambição humanas, no Parque Eduardo VII Machado Santos, recém-chegado do Norte, abraçava Sidónio, os populares confraternizavam com os militares e na cidade às pilhagens sucederam-se violentos assaltos contra a imprensa democrática e contra as residências dos políticos caídos em desgraça.⁽¹³¹⁷⁾

⁽¹³¹³⁾ Cf. MACHADO, Bernardino — *No exílio*. Famacão: Tipografia Minerva, 1922, p. 5.

⁽¹³¹⁴⁾ Cf. *Ibidem*, p. 6.

⁽¹³¹⁵⁾ Cf. *Ibidem*, p. 7.

⁽¹³¹⁶⁾ Cf. *Ibidem*, p. 11.

⁽¹³¹⁷⁾ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e sidonismo. História e mito*, dissert. cit., vol. I, p. 743-744.

A somar a tais excessos, instigados pelo generalizado ódio aos democráticos, havia um balanço sombrio de 109 mortos e cerca de 500 feridos.⁽¹³¹⁸⁾ E havia ainda o braço de ferro da Junta Revolucionária, presidida por Sidónio Pais e composta pelos vogais Machado Santos e José Feliciano da Costa Júnior; com o reduto de Belém.

Provocada habilmente pelo franzino, mas indomável Bernardino Machado, a Junta passou ao ataque, não só assumindo a plenitude de poderes, mas agindo em conformidade. Procedeu de imediato a um conjunto de nomeações, algumas provisoriamente — o capitão de fragata José Carlos da Maia substituiu Leote do Rego no comando da Divisão Naval e do cruzador *Almirante Reis*, o capitão de fragata *Sousa Dias* ficou no comando do cruzador *Vasco da Gama*, o dr. Almeida Garrett era o novo Director da Imprensa Nacional, o major Virgílio de Carvalho Esmeraldo passou a Comandante da Polícia, o dr. José Montez a Director da Polícia de Investigação, o sr. Artur César Nunes a Administrador-Geral dos Correios, o sr. Jaime de Brito Freire a Chefe dos Serviços dos Correios e o sr. Caetano Martins a Chefe da 6.^a Secção dos Correios (Contabilidade).⁽¹³¹⁹⁾ E mandou, também, publicar os seus primeiros decretos. Dissolveu o Congresso da República, anunciava a convocação para muito breve dos colégios eleitorais, reabilitava a memória do falhado golpe de 13 de Dezembro, revogando a lei n.º 642 de 21 de Dezembro de 1913, libertava todos os presos feitos nessa altura, anulava as medidas do Governo deposto que impediam a livre publicação de jornais e todos os castigos infligidos a pretexto do cumprimento da lei da separação, avocava a si as funções e competências dos Ministérios e Serviços do Estado, suspendia a execução dos decretos n.º 3 091 e 3 592, respectivamente de 17 de Abril e de 22 de Novembro de 1917, sobre o ensino secundário, e desmobilizava o pessoal dos Correios e Telégrafos, considerando nulo o decreto n.º 3327 de 1 de Setembro de 1917. Este gesto premiava a prestimosa colaboração dos telegrafistas, que logo no início do golpe ajudaram a cortar as comunicações ao Governo.

Eram óbvias as simpatias da Junta e indisfarçáveis as suas antipatias.

À prisão de Afonso Costa e Augusto Soares pretendeu juntar a de Leote do Rego e de Norton de Matos, que, tal como outros membros do Ministério e militares afectos, se refugiaram no *Woodnut*, navio inglês surto no Tejo. O deposto Ministro da Guerra deixou lavrada a evocação dolorosa e amarga desses momentos num registo diário feito, em Londres, um ano após o começo do seu exílio.⁽¹³²⁰⁾ Bernardino Machado fixou, também, em diário as horas angustiantes de um mandato tão desejado e ingloriamente suspenso, mas foi mais longe, recolhendo um volumoso acervo de recortes de imprensa e de documentação diversa.⁽¹³²¹⁾ Uma parcela dessa vasta informação foi vertida *No Exílio*. E aí pode-se ler a comunicação que, na noite de 9 de Dezembro, quatro emissários

⁽¹³¹⁸⁾ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — Portugal. Da Monarquia para a República, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) — *Nova História de Portugal*, vol. XI, ob. cit., p. 717.

⁽¹³¹⁹⁾ Cf. *Ibidem*, p. 36.

⁽¹³²⁰⁾ *Miscelanea*, vol. 1.º 16 de Setembro de 1918 a 15 de Setembro de 1919, p. 58 e 61-65. (Arquivo Norton de Matos — Militar; Colonialista, Político, Professor e Escritor; Subsecção Exílio em Londres).

⁽¹³²¹⁾ Ver Arquivo Bernardino Machado, Diário 1918. (Museu Bernardino Machado, Vila Nova de Famalicão).

da Junta — o capitão Cameira, o tenente Teófilo Duarte, o tenente Sá Guimarães e o alferes Santos Ferreira — lhe entregaram.

Sidónio e seus pares responderam directamente à hábil formação de um Governo unionista e à permanência em Belém do Chefe do Estado eleito na sequência do 14 de Maio com umas secas linhas: *A Junta Revolucionaria, lembrando ao ex.mo sr. dr. Bernardino Luiz Machado Guimarães que s. ex.^a já não se encontra, de facto, na posse das fôrças necessarias que lhe garantam o livre exercicio dos seus poderes, fôrças que n'este momento se encontram exclusivamente em mãos da Junta Revolucionaria, como unica depositaria, que é, da Soberania Nacional, deixa s. ex.^a o julgar da oportunidade de livremente resignar o seu mandato.*⁽¹³²²⁾ O velho e astuto político não se desmanchou. Tratou esses oficiais menores — a sua presença constituía já por si um sinal e uma afronta... — com a sua proverbial cordialidade e pertinácia. Convidavam-no à livre resignação?! Rejeitavam a formação de um novo Ministério na ordem constitucional vigente e sob a sua chefatura do Estado?!⁽¹³²³⁾ Urgia, então, reagir. E Bernardino, sempre cordial e chegando mesmo a oferecer chá a esses sisudos e enlameados visitantes, encaminhou-se para um gabinete contíguo a fim de telefonar, mas foi impedido de o fazer: os oficiais vinham mandatados para lhe exigirem uma resposta imediata e clara. Sem exaltações ou tergiversações, Bernardino Machado sentou-se e redigiu uma resposta muito à medida do seu estilo e da sua obstinação. Até à expiração do seu mandato continuava a ser o Presidente da República Portuguesa e confrontava os revoltosos com a inoportunidade histórica de uma qualquer aventura governativa que casse fora do travejamento constitucional, privando a Nação *de toda a sua força moral* e da autoridade legítima, *que, segundo a Constituição, deve representá-la nas suas relações internas e externas.*⁽¹³²⁴⁾ Colocava-os perante o dilema da legitimidade: enfraquecida ou mesmo quebrada como haveríamos de defender os *nossos mais sagrados interesses, ao lado dos aliados em tôdas as conferências internacionais? Como havemos de tomar o nosso lugar de honra no final Congresso da Paz?* Invocava-lhes, por isso, uma atitude patriótica: *não assumam tam tremendas responsabilidades!*⁽¹³²⁵⁾ Era o começo de uma resistência tenaz à situação criada pelo *militarismo* (para usarmos uma expressão que lhe era cara), tão contrária à sua filosofia, à sua vontade e aos seus interesses.

Os emissários levaram a resposta do Presidente da República e ainda na madrugada do dia 10, pelas 4 h., voltaram a apresentar-se em Belém com a decisão final da Junta. Não havia recuo, nem cedências perante todas as autoridades democráticas ou consideradas afectas ao partido de Afonso Costa.

Esta firmeza foi, simultaneamente, a primeira e essencial fraqueza dos revoltosos: os seus propósitos anti-demagógicos e reconciliadores da família republicana e de toda a Nação assentavam no repúdio violento da força partidária mais organizada dentro do novo regime. Ao declararem guerra a Afonso Costa e seus apaniguados prolongavam

⁽¹³²²⁾ Cf. MACHADO, Bernardino — *No exílio*, ob. cit., p. 12.

⁽¹³²³⁾ Cf. VALENTE, Vasco Pulido — *A «República velha» (1910-1917). Ensaio*. Lisboa: Gradiva, 1997, p. 126.

⁽¹³²⁴⁾ Cf. *Ibidem*, p. 13.

⁽¹³²⁵⁾ Cf. *Ibidem*, p. 13.

indefinidamente o conflito e ficavam com o problema da relegitimação para resolver de modo, aliás, nada fácil, nem pacífico.

Os quatro oficiais declararam ao ex-Presidente da República que se devia considerar preso ali, tanto mais que o edifício se encontrava cercado por quarenta praças de Cavalaria 7. No dia 11 era publicado o decreto da Junta que destituía o cidadão Bernardino Machado do alto cargo que até então exercera e nos considerandos prévios o autor do texto não se esqueceu de refutar a argumentação aduzida pelo dito cidadão na sua carta de 9: *Considerando que, dissolvido pela Junta Revolucionária, em nome da pureza do regimen e como formal exigência nacional, o Congresso da República, que de há muito, se arvorára em esteio exclusivo e mero representante de interesses e domínio dum partido, cessou a fonte e origem de que proviera o Presidente da República.*⁽¹³²⁶⁾ A resposta, bem ou mal, estava dada, as responsabilidades tomadas e o caso encerrado.

Mal encerrado, na opinião ambígua e ponderada de António José de Almeida. Espectador dos acontecimentos, em que participaram alguns dos seus antigos correligionários, o chefe evolucionista redigiu para o seu jornal um artigo de fundo intitulado *Salus Populi*, estimulado pelo manifesto ou protesto de Bernardino Machado *contra os considerandos da Junta Revolucionária no seu arbitrario e nulo decreto de destituição*,⁽¹³²⁷⁾ cerca de quatro dias antes da sua partida para o exílio em França. Era um texto duro e firme, que prometia a continuação da luta noutros terrenos, mas porventura menos favoráveis aos novos governantes. António José de Almeida, no meio de várias e interessantes considerações, avisava-os do perigo:

(...) O snr. dr. Bernardino Machado vai ser lá fóra um protesto vivo contra a revolução. De facto o snr. presidente da República formulou as suas ideias de camaradagem com a Inglaterra e de amizade pela França e pelos outros países aliados com tal eloquência, que é hoje considerado por esses países como um amigo valioso, firme e leal. Este titulo de recomendação é já importante.

Mas ele possui outros. É inteligente, é culto, tem grandes qualidades de relação, sabendo como ninguém lidar com os homens. Dispõe de uma energia de aço. Inaccessível a toda a fadiga, a sua alma é a de um obstinado. Pertence a essa raça de homens que se conservam jovens até á morte com a qual parece terem pactuado. E, além de tudo, possui uma grande fortuna, que lhe permite exercer e desenvolver numa independencia opulenta as suas qualidades de politico. Ele vae, tenho a certeza disso, dedicar-se a uma obra frenetica que tenda em todos os lances, a justificar os seus actos e só parará quando presentir que essa obra é prejudicial ao Pais e á República.⁽¹³²⁸⁾

Quem escreveu estas linhas conhecia bem o personagem e Sidónio Pais tinha obrigação de não lhe ficar atrás. Convém não esquecer, porém, que os apelos à tolerância e à reconciliação partiam da mesma base cultural ou mental — a *cultura da intransigência*.

⁽¹³²⁶⁾ Cf. MACHADO, Bernardino — *No exílio*, ob. cit., p. 16.

⁽¹³²⁷⁾ Cf. *Ibidem*, p. 18.

⁽¹³²⁸⁾ Cf. ALMEIDA, António José de — *Salus populi... A Republica*, n.º 2.487, Dezembro de 1917 (folha volante ou extracto in *5 de Dezembro de 1917*. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral).

Os republicanos vitoriosos no Morro do Parque tinham sobre os ombros o desafio da autoridade e a obrigação popular de serem intransigentes contra os democráticos, mesmo que para isso fizessem política de atracção para católicos e monárquicos. Era, assim, a República e eram, sem dúvida, inúmeros e complexos os problemas acumulados.

Mas nos momentos saborosos, embora efémeros, do triunfo crescia a ilusão de que as nuvens negras desapareceriam num ápice e raiaria, novamente e com maior brilho, a *aurora ideal*. Nesses momentos, todas as felicitações e toda a glória cobriam os vencedores.

De Caminha, a irmã Rita, em seu nome e no da mãe, ambas comovidas e orgulhosas, após telegrama de primeiras felicitações repetia em carta as sensações dessa hora de tamanho júbilo pessoal e familiar: *Meu caro Sidonio. Depois de grande ansiedade e imenso receio, tivemos enfim a certeza de que saíste eleso e victorioso d'essa tremenda revolução! Respiramos enfim e, felicitando-te a ti com os abraços que já hontem te enviamos por telegrama, felicitamo-nos a nós por compartilhar-mos da tua gloria! Oxalá agora possas realisar todas as tuas aspirações e executar o programa que decerto tens delineado para salvação da nossa querida Patria! Por aqui, tudo ficou contentissimo e entusiasmado com a heroicidade dos teus actos, tendo imensa confiança em ti, e esperançados de que agora tudo melhorará!*⁽¹³²⁹⁾

O lema era, de novo, o mesmo — a salvação da Pátria. E sob esse lema o golpe começara no dia 5, terminando vitorioso no dia 8. Duas datas simbólicas: uma evocativa da República (o 5 de Outubro) e a outra consagrada à festa de Nossa Senhora da Conceição, eleita Padroeira de Portugal no reinado de D. João IV.⁽¹³³⁰⁾ Duas datas que sintetizam admiravelmente o drama político e a tensão mítico-simbólica que envolveram o sidonismo durante um *ano de política*, intenso e caótico: regenerar e salvar a Pátria e a República com um punhado de republicanos *intransigentes*, outro punhado de monárquicos nostálgicos ou irredutíveis e a maioria católica do país profundo, imbuída de messianismo cristão, fortalecido em Fátima⁽¹³³¹⁾ e hostil a Prometeu!...

⁽¹³²⁹⁾ 5 de Dezembro de 1917, carta de Rita Cardoso da Silva Pais, 10-12-1917. (Arquivo de Sidónio Pais — Militar, Lente e Político, geral).

⁽¹³³⁰⁾ Cf. ARAÚJO, Alberto e SILVA, Armando Malheiro da — Afonso Henriques, o mito fundador e a recorrência mítica, in 2.º Congresso histórico de Guimarães. *D. Afonso Henriques na história e na arte. Actas do congresso*, vol. 3, ob. cit., p. 366.

⁽¹³³¹⁾ Cf. SEMANA, João — Fátima II. *A Liberdade*, Porto, 20 de Dezembro de 1917.

Série
Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2006

